



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL

2012



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL



2012

Copyright © 2012 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou
sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (www.presidencia.gov.br).

Crédito das Fotos: Secom/Divulgação, Acervo MS, MDA, Mapa, MDS,
MEC, MMA, MPOG, SENAI/DN e Agência Brasil/EBC.

Tiragem: 4.000 exemplares

Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

B823m Brasil. Presidente (2012-: D. V. Rousseff)
Mensagem ao Congresso Nacional, 2011: 2ª Sessão Legislativa Ordinária
da 54ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2012.

468p. (Documentos da Presidência da República)

1. Mensagem Presidencial - Brasil, 2012. 2. Desenvolvimento
Econômico - Brasil. 3. Infraestrutura – Brasil 4. Igualdade de Direitos –
Brasil 5. Erradicação da Pobreza - Brasil. 6. Soberania Nacional - Brasil. 7.
Cidadania - Brasil. 8. Transparéncia na Administração Pública - Brasil. 9.
Ética - Brasil. I. Rousseff, Dilma, 1947-. II. Título

CDD - 341.25117



República Federativa do Brasil

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça

José Eduardo Cardozo

Ministro de Estado da Defesa

Celso Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Antônio Patriota

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Mendes Ribeiro Filho

Ministro de Estado da Educação

Aloízio Mercadante

Ministra de Estado da Cultura

Ana de Hollanda

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Paulo Roberto dos Santos Pinto

Ministro de Estado da Previdência Social

Garibaldi Alves

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Ministro de Estado da Saúde

Alexandre Padilha

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Fernando Pimentel

Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Miriam Belchior

Ministro de Estado das Comunicações

Paulo Bernardo

Ministro de Estado da Ciência , Tecnologia e Inovação

Marco Antonio Raupp

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Izabella Teixeira

Ministro de Estado do Esporte

Aldo Rebelo

Ministro de Estado do Turismo

Gastão Dias Vieira

Ministro de Estado da Integração Nacional

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Afonso Florence

Ministro de Estado das Cidades

Mário Negromonte

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura

Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Gleisi Helena Hoffmann

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Gilberto Carvalho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Ideli Salvatti

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Helena Chagas

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

José Elito Carvalho Siqueira

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Moreira Franco

Advogado-Geral da União

Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Jorge Hage Sobrinho

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

Luiza Bairros

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

Iriny Lopes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Maria do Rosário

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República

Leônidas Cristino

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Wagner Bittencourt

Senhoras e Senhores Parlamentares,

A abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em um novo ano legislativo é expressão da maturidade e da força da democracia brasileira. Por isso, muito me honra dirigir-me aos parlamentares brasileiros para prestar contas das principais iniciativas do Executivo em 2011 e apresentar nossas expectativas para o ano que se inicia.

Primeiro ano de meu mandato como Presidenta da República, 2011 permitiu a reafirmação de nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do Brasil.

No ano em que as grandes potências mundiais cresceram pouco ou, em alguns casos, retrocederam, o Brasil manteve-se em crescimento, com inflação sob controle, juros descendentes e aumento das reservas internacionais, e gerou quase 2 milhões de empregos, o segundo melhor resultado da nossa história.

Esses resultados são expressão do novo modelo de desenvolvimento que estamos consolidando, centrado no fortalecimento do mercado interno, na geração de emprego, distribuição de renda e investimentos. Com responsabilidade fiscal e monetária, temos adotado uma combinação de políticas macroeconômicas – fiscal e monetária – para manter o crescimento vigoroso e continuado e garantir a transformação do Brasil em um país de classe média.

A melhoria da nota do Brasil concedida pelas maiores agências de classificação de risco e os recorrentes recordes de entrada de investimento estrangeiro no País mostram o reconhecimento internacional da solidez de nossa economia e referendam o acerto de nossas ações no ano que passou.

Mas hoje não contamos apenas com o reconhecimento internacional. Contamos sobretudo com a confiança crescente dos brasileiros de que caminhamos, cada vez mais, rumo ao pleno desenvolvimento com oportunidades para todos.

Chegamos a 2012 certos de que o Brasil é capaz de dar continuidade ao seu desenvolvimento, enfrentando – com firmeza e otimismo – o cenário adverso que se vislumbra e que marcará a economia mundial neste ano.

A economia brasileira apresenta fundamentos sólidos. Possuímos instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, sem desequilíbrios fiscais, inflacionários ou externos. Mais da metade da população brasileira já pertence aos estratos médios de renda. O motor de nosso crescimento tem sido, e continuará sendo, o fortalecimento de nosso mercado interno e o combate à pobreza.

Reafirmo o compromisso com a erradicação da extrema pobreza no Brasil. Para alcançar este objetivo, lançamos o Programa Brasil Sem Miséria, que mobiliza instrumentos e parcerias para tirar 16 milhões de brasileiros e brasileiras da extrema pobreza.

Os resultados alcançados nos primeiros seis meses do Plano mostram que estamos no caminho certo. Incluímos mais 1,3 milhão de crianças e adolescentes no Programa Bolsa Família. Por meio da Busca Ativa, localizamos 407 mil famílias que tinham direito ao Bolsa Família e ainda não o recebiam. Levamos assistência técnica a 37 mil famílias de agricultores familiares e distribuímos 375 toneladas de sementes. Iniciamos a construção de 315 mil cisternas, e 16 mil famílias já se habilitaram ao recebimento do Bolsa Verde.



A mobilização de Estados e Municípios foi fundamental para o alcance desses resultados. Firmamos pactos com todos os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, região por região. Mais importante, foram integrados ao Bolsa Família programas de transferência de renda de nove unidades da Federação – Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo –, que complementarão o valor dos benefícios financeiros concedidos às famílias.

Em 2012, queremos avançar ainda mais nessas parcerias. Integrar mais programas estaduais de transferência de renda ao Bolsa Família, construir ações complementares para inserção produtiva urbana e acelerar a Busca Ativa em parcerias com Governos estaduais e municipais são estratégias a serem fortalecidas. Vamos garantir que, até o final deste ano, 200 mil famílias de agricultores familiares extremamente pobres estejam recebendo assistência técnica para aprimorar sua capacidade de produção e de geração de renda. Anteciparemos o cumprimento da meta do Bolsa Verde, que será pago, até o final de 2012, a 100% das famílias extremamente pobres que vivem ou trabalham em florestas nacionais, reservas extrativistas ou de desenvolvimento sustentável federal e que ajudam a preservar o ativo ambiental. Trabalharemos, em parceria, para avançar mais celeremente em direção à meta de tornar o Brasil um país sem miséria.

Já começamos a enfrentar uma das maiores demandas e preocupações da população brasileira, a melhoria da qualidade nos serviços de saúde. Em fevereiro de 2011, lançamos o Programa Saúde não tem Preço, que até dezembro já havia distribuído, gratuitamente, remédios para 2,7 milhões de pacientes em tratamento da hipertensão e para 990 mil em tratamento de diabetes nas mais de 20 mil unidades do Aqui tem Farmácia Popular. Em seguida veio o Rede Cegonha, para oferecer assistência às mulheres desde a confirmação da gravidez até os dois anos de vida do bebê, e que já conta com a adesão de nove estados, 800 municípios e 600 mil gestantes atendidas. Lançamos também o Plano Nacional de Fortalecimento das Ações de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de câncer de colo de útero e de mama, que envolverá, até 2014, investimentos de R\$ 4,5 bilhões. Em 2011, foram realizados 8,9 milhões de exames citopatológicos preventivos de câncer de colo de útero e 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, fundamentais para a prevenção e o tratamento precoce dessas doenças.

A rede de atendimento da saúde também recebeu especial atenção. Iniciamos a reforma e a expansão das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), para desafogar os hospitais e conferir maior racionalidade à gestão da rede.

Com o Programa Melhor em Casa, vamos oferecer atenção domiciliar aos pacientes do SUS. Até 2014, mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio estarão atuando em todo o Brasil, para levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Em parceria com municípios, vamos, em 2012, implantar 250 equipes de atenção domiciliar e 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Em 2011, começamos, com o programa SOS Emergências, a enfrentar o desafio de melhorar a gestão e o atendimento em urgências e emergências. Em parceria com hospitais de excelência, iniciamos as ações para mudar a realidade dos prontos-socorros brasileiros de onze grandes hospitais de referência em nove capitais. Até 2014, implantaremos essas ações em 40 hospitais.

Na área da Educação, nossa estratégia central é assegurar acesso ao ensino de qualidade para todos, da creche à pós-graduação, como um dos eixos do projeto de desenvolvimento que queremos para o Brasil.



Aprovamos, em 2011, a construção de 1.484 creches e pré-escolas por todo o Brasil e, em 2012, serão contratadas mais 1.500. Iniciamos nova etapa de expansão da rede federal de ensino superior e tecnológico, que prevê, até 2014, a criação de mais 208 unidades de educação profissional e tecnológica e quatro novas universidades federais, além de 47 campi universitários. Em 2012, 88 unidades de educação profissional e tecnológica e 20 campi universitários serão concluídos.

Demos continuidade ao Enem, ao Sisu, ao ProUni e aprimoramos o Fies, iniciativas fundamentais para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Com o programa Ciência sem Fronteiras, ofereceremos, até 2014, 101 mil bolsas de estudo para que nossos melhores estudantes tenham oportunidade de formação nas melhores universidades do exterior. Neste início de 2012, 1.500 alunos de graduação já viajaram para começar seus estudos e outros 12.500 deverão fazê-lo ainda no primeiro trimestre.

Aprovado com celeridade graças ao empenho do Congresso Nacional, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) entrou em vigor em outubro de 2011. Com ele, vamos oferecer, até 2014, 8 milhões de vagas em ensino profissionalizante e qualificação profissional aos nossos jovens e trabalhadores, para que ocupem os bons empregos que estão sendo criados com o crescimento econômico do Brasil. Em 2012, somente na modalidade de Bolsa Formação, oferecida pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S, serão ofertadas 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada, e 130 mil vagas em cursos técnicos para estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva.

Também neste ano as ações previstas no âmbito do Viver sem Limite alcançarão plena implementação. Serão investidos R\$ 7,6 bilhões até 2014 em ações de apoio e estímulo às pessoas com deficiência. Atuaremos na garantia de acesso à escola e de atendimento à saúde, no apoio à inserção profissional e na proteção, para reduzir os obstáculos que excluem ou limitam seu convívio social.

No ano que se inicia, queremos ampliar nossas políticas voltadas à primeira infância. Vamos avaliar as ações já em curso, para aprimorá-las, desenhar novas políticas e integrar as existentes, orientados pelo propósito de dar mais eficácia e escala ao atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Porque se formos capazes de garantir mais e melhor atenção e proteção a essa faixa etária estaremos atuando sobre uma das origens da desigualdade em nosso país.

O programa “Crack, é possível vencer” terá especial atenção em 2012. Em parceria com Estados, Municípios e sociedade civil, aceleraremos a implantação de uma rede integrada de serviços e ações para garantir cuidado e tratamento para os dependentes químicos, reprimir o tráfico de drogas e o crime organizado e aprofundar o trabalho de prevenção e educação para evitar o consumo de drogas.

Não faltarão recursos orçamentários para as políticas sociais. O mesmo tratamento está garantido aos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e ao Minha Casa, Minha Vida, ambos fundamentais para propiciar a ampliação do investimento no País.

Mais emprego, desenvolvimento e infraestrutura continuarão sendo gerados pelo amplo e articulado conjunto de obras do PAC, que, em 2012, ganharão ímpeto ainda maior, em todo o território nacional, com investimentos de R\$ 42,6 bilhões. Avançaremos nas parcerias com Estados e Municípios em obras de saneamento, de mobilidade urbana, de prevenção a



desastres naturais. A melhoria e expansão de nossa malha rodoviária, a expansão da malha ferroviária, os investimentos em hidrovias e intervenções em portos permitirão dar sequência aos esforços de melhoria da logística de escoamento de bens e serviços, com ganhos para a competitividade brasileira.

A segunda fase do Minha Casa, Minha Vida já está em curso. São mais dois milhões de moradias destinadas à população de renda baixa, com ênfase nas famílias com renda até R\$ 1.600, às quais destinaremos 1,2 milhão de moradias. O investimento total no Minha Casa, Minha Vida 2 será de R\$ 125,7 bilhões, dos quais R\$ 72,6 bilhões para subsidiar a construção das moradias para as famílias de mais baixa renda.

Até dezembro de 2011, já haviam sido contratadas 457 mil moradias do Minha Casa, Minha Vida 2, além das 1.005 milhão de unidades do Minha Casa, Minha Vida 1. Mais importante, 540 mil moradias, construídas nas duas fases do programa, já foram entregues às famílias. Em 2012, contrataremos mais 600 mil unidades, deverão ser entregues 500 mil moradias às famílias beneficiárias e estarão em obra 700 mil unidades.

Iniciamos, em 2011, profunda reformulação do setor aeroportuário brasileiro. Fizemos mudanças institucionais, juntamente com a adoção de mecanismos de aprimoramento de gestão dos principais aeroportos. Os investimentos foram ampliados e realizamos a concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, em Natal, à iniciativa privada, entre outras ações.

Em 2012, investiremos mais e continuaremos aprimorando a gestão dos aeroportos públicos. Mas também faremos a concessão de três outros aeroportos à iniciativa privada – Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e Brasília. Queremos parcerias para garantir que os aeroportos brasileiros se modernizem e expandam em ritmo adequado e compatível com o extraordinário crescimento da demanda por esses serviços no Brasil.

Em 2011, adotamos ações para aprimorar a capacidade de resposta a desastres naturais e para diminuir seus efeitos sobre a população. Criamos o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), a Força Nacional de Resgate do SUS e a Força Nacional de Apoio Técnico, com geólogos e hidrólogos. Ampliamos e modernizamos o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad). Em 2012, manteremos e aperfeiçoaremos esses sistemas, mas queremos avançar na implementação de projetos estruturantes, que equacionem o risco em áreas que, no passado recente, têm sido as mais afetadas pelos desastres naturais. Iniciamos a adoção dessa estratégia com os investimentos em contenção de encostas e drenagem. Avançaremos também, neste ano, na identificação de intervenções necessárias nas regiões críticas do País.

Os preparativos para a Copa de 2014 avançaram. Assim que o Congresso Nacional concluir a análise do projeto de Lei Geral da Copa, teremos finalizado todos os ajustes na legislação necessários ao cumprimento dos compromissos firmados com a FIFA. Todos os estádios estão em obra, apoiados por financiamento de R\$ 3,4 bilhões do Governo Federal, por meio do BNDES, e os Estados sede estimam que oito deles estarão prontos ao final deste ano e os demais, em 2013. A rede hoteleira está em expansão, também apoiada por financiamento do BNDES e dos fundos constitucionais. Iniciaremos, no corrente ano, a implementação, em parceria com Estados sede da Copa, das ações necessárias ao plano de segurança para este evento.

Em relação aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, os preparativos também já foram iniciados, inclusive a formação de nossos atletas, cujo principal mecanismo de apoio, o Bolsa Atleta, foi aprimorado em 2011 e continuará sendo fortalecido em 2012.



Lançamos o Plano Estratégico de Fronteiras para fortalecer nossas fronteiras, prevenir e reprimir a criminalidade e intensificar a cooperação com os países vizinhos. O Plano integra de maneira inédita as Forças Armadas e os órgãos de segurança pública e está assentado em duas operações: a Sentinel, de fiscalização ostensiva e permanente, com ênfase em operações de inteligência, sob coordenação do Ministério da Justiça; e a Ágata, com intervenções concentradas e de caráter temporário, para ampliar a presença em pontos focais de nossas fronteiras, sob coordenação do Ministério da Defesa. Em 2011, foram realizadas duas Operações Ágata – na região dos municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e na região da Tríplice Fronteira.

Em 2012, as ações do Plano Fronteiras terão continuidade e já estão planejadas três outras operações Ágata. Atuar de forma decisiva na proteção e no policiamento de nossas fronteiras é fundamental para evitar, cada vez mais, que drogas e armas cheguem aos nossos centros urbanos.

Frente à instabilidade do cenário internacional em 2012, a gestão econômica de nosso País nos exigirá disciplina e ousadia. Disciplina para assegurar a solidez de nossos fundamentos macroeconômicos, o que passa pelo alcance do superávit fiscal proposto para o corrente ano, pela atenção constante sobre a evolução dos preços e pela continuidade da redução da dívida pública brasileira como proporção do PIB e melhoria de seu perfil. Ousadia para adotar todas as medidas necessárias à continuidade do crescimento da produção e do emprego e para proteger nossa estrutura produtiva.

Começamos 2012 com importantes medidas nesta última direção. O reajuste do salário mínimo para R\$ 622, em linha com a política de valorização proposta pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional em 2011, permitirá ganhos salariais à parcela importante de nossos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, mantendo o dinamismo do mercado interno. Também já está em vigor correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas.

A correção das faixas de enquadramento do Supersimples, fruto de atuação célere e cooperativa do Executivo e Congresso Nacional, reduziu a tributação incidente sobre empreendedores individuais, micro e pequenas empresas, fundamentais para a geração de riqueza e de emprego em nosso país.

Desde janeiro, estão em vigor as novas faixas para enquadramento nos benefícios tributários para as micro e pequenas empresas, corrigidas em 50%: no caso das microempresas, passando de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil e para as pequenas empresas, de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões. Para os microempreendedores individuais, a faixa de enquadramento foi corrigida em 67%, passando de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil.

Com o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, estamos oferecendo crédito barato aos pequenos empreendedores brasileiros, que podem tomar empréstimos de até R\$ 15 mil, com taxa de juros de 8% ao ano e taxa de abertura de crédito de apenas 1%. Nossa meta em 2012 é atingir uma carteira ativa de 2,2 milhões de clientes.

Várias iniciativas adotadas quando do lançamento do Plano Brasil Maior exercerão impactos mais expressivos em 2012. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da Finep e do BNDES, a política de margens de preferências para produtos nacionais nas compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções, a desoneração da folha de pagamentos para empresas de setores intensivos em mão de obra, o novo regime do setor automotivo e a desoneração das exportações.



Neste ano, avançaremos ainda mais no aprimoramento de nossas políticas de defesa comercial, para garantir que nossa indústria não seja submetida a práticas concorrentiais desleais, que podem colocar em risco o emprego e o próprio crescimento brasileiros.

A estratégia do Executivo em 2012 será, portanto, continuar fomentando um crescimento vigoroso da economia, lastreado em sólidos fundamentos, com estabilidade macroeconômica, redução das desigualdades, qualificação da força de trabalho, estímulos à inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura. Queremos estimular o ingresso de investimentos produtivos, o adensamento maior de cadeias industriais e, principalmente, garantir a geração de cada vez mais oportunidades de ascensão econômica e social para os brasileiros e brasileiras.

Nossa política externa é um componente essencial de um projeto nacional de desenvolvimento que articula crescimento e inclusão social, associa a preservação do meio ambiente ao atendimento das necessidades materiais de nosso povo e busca superar o subdesenvolvimento num marco de pleno respeito e aprofundamento da democracia.

O entorno regional seguirá como prioritário na política externa brasileira. Os países do continente são valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil. Com o Mercosul e a Unasul estamos avançando na coordenação nas esferas política, energética, de infraestrutura, de defesa, tecnológica, de saúde e de combate ao narcotráfico, o que revela o desejo da região de enfrentar de forma conjunta os desafios da globalização. Com a criação da Comunidade dos Estados da América Latina e Caribe – a Celac –, reafirmamos nosso desejo de atuar juntos sem tutela externa, com base em uma agenda traçada pela própria região.

Seguimos estreitando nossas relações diplomáticas e abrindo novos canais de diálogo político e de cooperação com os continentes africano e asiático e com o Oriente Médio. Com o grupo Brics reforçamos a concertação entre os principais países emergentes. Estados Unidos e Europa seguirão representando importantes parceiros com os quais manteremos intensas relações construtivas e equilibradas. Em todos esses quadrantes do globo, nossa rede consular continuará aperfeiçoando o tratamento conferido aos milhões de brasileiros que vivem no exterior.

Em um mundo em rápida transformação, é inadiável lidar com a reforma da governança global. A crise financeira internacional comprovou que a concentração do processo decisório nas mãos de poucos é inadequada. Sem a participação ativa dos países emergentes no G-20, os desequilíbrios globais não serão resolvidos. A chamada “primavera árabe” e o persistente conflito do Oriente Médio demonstram que a busca da paz e da segurança não podem depender da ação de poucos países e de receitas tradicionais. Precisamos reformar as Nações Unidas para torná-la mais eficiente e legítima. O Conselho de Segurança deve refletir as realidades atuais do mundo multilateral e multipolar que se consolida no limiar do século XXI.

O Brasil sabe, por experiência própria, que o desenvolvimento sustentável é a única forma de legarmos um mundo mais seguro e pacífico para as próximas gerações. Isso é o que nos move em nosso principal desafio multilateral em 2012, o de organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Essa será uma excelente oportunidade para recolocarmos o tema do desenvolvimento no centro da agenda internacional para os próximos anos e reafirmarmos o compromisso com a erradicação da pobreza no mundo.



A situação privilegiada de nosso País é resultado, sem sombra de dúvida, de um enorme esforço coletivo. Não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos estaduais, municipais e de toda a sociedade, que se mostra cada vez mais consciente e atuante.

Quanto à relação entre Executivo e Congresso Nacional em 2011, o Brasil tem muito para se orgulhar desta Casa que, sempre que estiveram em debate temas estratégicos para nosso país e nossa população, atuou de forma crítica e independente, mas colaborativa, acima das divergências partidárias, para oferecer a melhor solução legislativa aos desafios de nosso processo de desenvolvimento.

Quero agradecer, portanto, ao Congresso Nacional pela grande contribuição que vem dando ao País, aprovando projetos fundamentais como o Plano Brasil Maior, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a política de valorização do salário-mínimo, a criação do Pronatec e a legislação do Brasil Sem Miséria, entre outras medidas de igual importância.

Destaco também a unanimidade na aprovação da Comissão da Verdade e a aprovação da Lei de Acesso a Informações Públicas. Dois avanços significativos, que contribuem para fortalecer e consolidar a democracia no Brasil e cuja ação efetiva e efeitos práticos já começarão a ser vivenciados em 2012.

Continuaremos trabalhando em conjunto com esta Casa para, através do debate democrático, avançar na reforma política. Entendemos que são necessárias mudanças que fortaleçam o sentido programático dos partidos brasileiros e aperfeiçoem as instituições, permitindo maior transparência ao conjunto da atividade pública.

Conto com a parceria do Congresso Nacional para darmos sequência, em 2012, à grande empreitada coletiva de construir um Brasil com uma economia dinâmica e mais justo. Um país sem miséria e repleto de oportunidades.

Muito obrigada.

Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil



SUMÁRIO

I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	23
II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA	33
1. Plano Brasil Maior (PBM).....	33
a) Comércio Exterior	37
b) Metrologia e Qualidade Industrial	41
c) Propriedade Industrial.....	43
d) Comércio e Serviços	44
e) Artesanato e Pequenas e Microempresas	45
f) Desenvolvimento Regional da Amazônia.....	46
2. Agronegócio	47
a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização	48
a.1) Crédito Rural	48
a.2) Apoio à Comercialização	49
a.3) Apoio à Cafeicultura.....	49
b) Gerenciamento de Riscos Climáticos.....	49
b.1) Zoneamento Agroclimático	49
b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.....	50
c) Defesa Agropecuária	51
c.1) Saúde Animal.....	51
c.2) Sanidade Vegetal	53
c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários	55
c.4) Sistema Laboratorial	56
c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária	57
d) Fomento e Organização da Produção	57
e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio	59
e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais	59
e.2) Promoção Comercial do Agronegócio	59
e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio	60
f) Pesquisa Agropecuária.....	61
g) Agroenergia	63
3. Turismo	64
a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo.....	65
b) Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística.....	66
c) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC)	67
d) Produção Associada ao Turismo	67
e) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo	67
f) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo e Fundo Geral de Turismo	68
g) Infraestrutura Turística.....	68
h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro	68
i) Qualificação e Certificação em Turismo	69
j) Relações Internacionais e Promoção Internacional do Turismo	70
k) Grandes Eventos Esportivos	71
4. Trabalho e Emprego.....	71
a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal.....	71
b) Valorização do Salário Mínimo	73
c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda	73
d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores.....	74
e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho	77
f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social	78
g) Estímulo à Economia Solidária	81
5. Inclusão Bancária e Microcrédito	82
a) Crédito	82
b) Acesso a Serviços Bancários	83
b.1) Contas Correntes Simplificadas	83
b.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS	83
b.3) Banco Postal	83
c) Microcrédito e Microfinanças	84



6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca.....	85
a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira.....	85
b) Inclusão Social e Produtiva	86
c) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola	87
d) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro.....	87
e) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira.....	88
f) Estímulo ao Consumo e à Comercialização.....	89
g) Cooperação Internacional.....	89
7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária.....	89
a) Agricultura Familiar.....	89
a.1) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Brasil Sem Miséria.....	89
a.2) Políticas de Crédito, Garantia e Seguros para a Agricultura Familiar	90
a.3) Apoio à Comercialização	91
a.4) Biodiesel e Agricultura Familiar.....	92
a.5) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar.....	92
a.6) Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes	93
a.7) Programa Territórios da Cidadania	93
a.8) Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	94
a.9) Programa Arca das Letras.....	94
a.10) Políticas para as Mulheres Rurais.....	95
a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária	96
b) Reforma Agrária.....	97
b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária.....	97
b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos.....	97
b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).....	98
b.4) Regularização Fundiária	98
b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal.....	98
b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas	99
b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária.....	100
8. Desenvolvimento Regional	100
a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional.....	100
a.1) Arranjos Produtivos Locais (APLs)	103
b) Infraestrutura Hídrica.....	103
c) Defesa Civil – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	105
9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável	106
a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).....	107
b) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima	108
b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	109
c) Florestas	109
d) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas	111
d.1) Bioma Amazônia	111
d.2) Bioma Cerrado.....	112
d.3) Biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa	112
d.4) Números de Focos de Calor	113
e) Recursos Hídricos	113
e.1) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).....	113
e.2) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	114
e.3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	114
e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas	114
e.5) Atlas de Abastecimento Urbano de Água	115
e.6) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – Interágua.....	115
e.7) Atlas de Vulnerabilidade	116
f) Licenciamento e Qualidade Ambiental.....	116
f.1) Licenciamento Ambiental.....	116
f.2) Qualidade Ambiental	117
g) Proteção da Camada de Ozônio.....	117
h) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).....	118
i) Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)	118
j) Resíduos Sólidos.....	119
k) Biodiversidade	120
k.1) Unidades de Conservação.....	120
k.2) Espécies Ameaçadas.....	121
l) Produção e Consumo Sustentáveis.....	121



m) Agenda Internacional.....	122
n) Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais.....	123
n.1) Regularização Ambiental Rural.....	123
n.2) Bolsa Verde – Plano Brasil Sem Miséria.....	123
o) Gerenciamento Costeiro	124
10. Ciência, Tecnologia e Inovação	124
a) Promoção da Inovação	126
a.1) Fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)	128
a.2) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).....	128
a.3) Parques Tecnológicos.....	129
a.4) Tecnologias da Informação e da Comunicação.....	129
b) Ciência sem Fronteiras	130
c) Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica.....	132
c.1) Nova Fonte de Luz Síncroton (Sirius)	132
d) Política Nuclear	133
d.1) Energia Nuclear.....	133
d.2) Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)	134
d.3) Programa Nuclear da Marinha.....	134
d.4) Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro.....	135
e) Política Espacial.....	135
f) Ciência e Tecnologia para Defesa Nacional	136
g) Fomento à Sustentabilidade Ambiental e a uma Economia de Baixo Carbono.....	137
g.1) Etanol	137
g.2) Mar, Zona Costeira e Antártida e Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo)	137
h) Superação da Pobreza e Redução das Desigualdades Sociais.....	139
h.1) Cidades Sustentáveis	139
h.2) Tecnologias Assistivas	139
III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES	143
1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional	143
a) Redução das Desigualdades.....	143
b) Plano Brasil Sem Miséria (BSM)	144
b.1) BSM e os Entes Federados	147
c) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional.....	147
c.1) Programa Bolsa Família.....	148
c.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal	150
c.2) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais	151
c.2.1) Centro de Referência da Assistência Social.....	152
c.2.2) Benefício de Prestação Continuada	152
c.2.3) Proteção Social Especial	153
c.2.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	154
c.3) Segurança Alimentar e Nutricional.....	154
c.3.1) Programa de Aquisição de Alimentos	155
c.3.2) Acesso à Água.....	155
c.3.3) Rede de Equipamentos	156
c.3.4) Cestas de Alimentos.....	157
c.3.5) Educação Alimentar e Nutricional	157
c.3.6) Fomento às Atividades Produtivas Rurais.....	157
c.3.7) Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais	157
c.4) Avaliação e Gestão da Informação	158
2. Juventude.....	158
3. Educação	159
a) Educação Básica	160
b) Educação Superior.....	165
c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	169
d) Educação Profissional e Tecnológica.....	169
e) Educação e Diversidade	170
f) Cooperação Internacional.....	172
g) Financiamento da Educação	172
h) Democratização da Gestão Nacional da Educação	173
i) Indicadores e Avaliações	174
j) Ações Integradas	176



4. Saúde	177
a) Atenção Básica.....	177
a.1) Saúde Bucal.....	178
a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança	179
a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas	180
a.4) Saúde da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite.....	180
a.5) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa: Garantia do Envelhecimento Ativo e Saudável.....	180
a.6) Saúde do Homem	181
a.7) Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, Articulado ao SUS, Observando as Especificidades desse Segmento Populacional	181
a.8) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza.....	182
b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade	182
b.1) Transplantes.....	183
b.2) Sangue e Hemoderivados.....	183
b.3) Atenção às Urgências e Emergências	183
b.4) Atenção Domiciliar	184
b.5) Política Nacional de Assistência Oncológica	185
c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde	185
d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Produtivo da Saúde Voltados para a Redução da Vulnerabilidade do Acesso aos Serviços e à Assistência Farmacêutica	185
e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS.....	187
f) Redução dos Riscos e Agravos à Saúde Por Meio das Ações de Promoção e Vigilância	188
g) Vigilância Sanitária	190
h) Políticas de Alocação, Desenvolvimento e Democratização das Relações de Trabalho dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde	192
i) Saneamento e Saúde Ambiental para a Promoção da Saúde e Redução das Desigualdades Sociais.....	193
j) Gestão Descentralizada e por Resultados	194
j.1) Participação Social	194
j.2) Ouvidoria e Participação Popular.....	195
j.3) Combate ao Desperdício, Transparéncia e Qualidade da Gestão.....	195
k) Saúde Suplementar.....	196
5. Políticas Afirmativas.....	197
a) Igualdade Racial	197
a.1) Estatuto da Igualdade Racial	198
a.2) Campanha Igualdade Racial é pra Valer	198
a.3) Ações Afirmativas.....	199
a.4) Povos e Comunidades Tradicionais.....	201
a.5) Programa Brasil Quilombola	201
a.6) Atuação Internacional.....	203
b) Política para as Mulheres	203
b.1) Autonomia Econômica e Social das Mulheres	204
b.2) Autonomia Cultural das Mulheres	205
b.3) Autonomia Pessoal	206
b.4) Gestão da Política Nacional para as Mulheres.....	209
b.5) Articulação Internacional.....	210
6. Direitos Humanos.....	211
a) Pauta Legislativa.....	211
b) Participação Social e Governamental.....	211
c) Pessoas com Deficiência	212
d) Criança e Adolescente	214
d.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.....	214
d.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)	215
d.3) Sistema de Garantia de Direitos	215
d.4) Observatório da Criança e do Adolescente.....	215
d.5) Convivência Familiar e Comunitária	216
d.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).....	216
e) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.....	216
e.1) Direitos Humanos e Segurança Pública.....	216
e.2) Garantia e Proteção de Direitos	217
e.3) Erradicação do Trabalho Escravo	217
e.4) Saúde Mental e Combate à Tortura	217
e.5) População em Situação de Rua	218
e.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).....	218
e.7) Registro Civil de Nascimento (RCN)	219
e.8) Direitos da Pessoa Idosa.....	219



e.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	219
e.10) Educação em Direitos Humanos	220
e.11) Centros de Referência em Direitos Humanos	221
e.12) Diversidade Religiosa	221
f) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.....	221
g) Direito à Memória e à Verdade.....	222
h) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	222
i) Comunicação	223
j) Atuação Internacional.....	223
k) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos	223
l) Mecanismos de Controle e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos.....	224
7. Previdência Social	224
a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	225
a.1) Inclusão Social.....	225
a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária	225
a.3) Saúde do Trabalhador	226
a.4) Atendimento ao Cidadão	226
b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)	227
c) Relações Internacionais da Previdência Social	227
d) Previdência Complementar	227
8. Cultura	228
9. Esporte	232
a) Programa Segundo Tempo	232
b) Programa Esporte e Lazer da Cidade.....	234
c) Jogos dos Povos Indígenas	234
d) Rede Cedes.....	234
e) Inclusão Social pelo Esporte	234
f) Infraestrutura Esportiva	235
g) Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão	235
g.1) Apoio às Modalidades Esportivas em 2011	235
g.2) Bolsa-Atleta.....	235
g.3) Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD).....	236
g.4) Preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.....	236
h) Prevenção à Violência nos Estádios e Defesa dos Direitos do Torcedor.....	236
i) Jogos Mundiais Militares	237
j) Futebol.....	237
k) Preparação para a Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014.....	237
l) Lei de Incentivo ao Esporte	237
10. Programa Luz para Todos	238
a) Ações Integradas no Âmbito do LPT	238
11. Inclusão Digital	239
a) Telecentros.....	239
b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão	240
c) Cidades Digitais.....	240
d) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Juventude Rural.....	241
12. Justiça e Segurança Pública.....	241
a) Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	241
b) Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.....	243
c) Segurança Pública com Cidadania.....	244
d) Combate à Criminalidade.....	244
e) Segurança de Grandes Eventos.....	245
f) Sistema Penitenciário Federal	246
g) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica	247
h) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça	248
i) Assuntos Legislativos	249
j) Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Tráfico de Pessoas	250
k) Cooperação Internacional e Direito Migratório	251
l) Combate à Pirataria e outros Delitos contra a Propriedade Intelectual	251
m) Anistia Política.....	252



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA	255
1. Energia	255
a) Energia Elétrica	255
a.1) Geração	255
a.2) Transmissão	256
a.3) Distribuição e Tarifas de Energia Elétrica	257
a.3.1) Redes Elétricas Inteligentes – Smart Grid.....	257
a.3.2) Tarifa Social de Energia Elétrica	258
a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão	258
a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão.....	260
a.6) Planejamento do Setor Elétrico	260
a.7) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa).....	260
a.8) Eficiência Energética	260
a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico.....	261
a.10) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico	262
b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis.....	263
b.1) Reservas, Exploração e Produção.....	263
b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás.....	264
b.3) Contrato de Cessão Onerosa.....	265
b.4) Rodadas de Licitações de Blocos	266
b.5) Política para Empresas de Pequeno e Médio Porte	266
b.6) Planejamento, Desenvolvimento e a Manutenção das Atividades Exploratórias de Petróleo e Gás Natural – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás	266
b.7) Refino e Petroquímica.....	266
b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural	267
b.8.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)	267
b.8.2) Fertilizantes Nitrogenados	268
b.9) Prominp e Conteúdo Local de Bens e Serviços	268
b.10) Hidrogênio	269
b.11) Biocombustíveis.....	269
b.11.1) Biodiesel.....	270
b.11.2) Etanol	271
b.12) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis	272
c) Geologia e Recursos Minerais	274
c.1) Gestão dos Recursos Minerais.....	274
c.2) Outorga de Títulos Minerários e Fiscalização	275
c.3) Carteira Prioritária de Investimento de Geologia e Recursos Minerais	275
2. Transportes.....	276
a) Transporte Rodoviário	277
a.1) Manutenção de Rodovias.....	277
a.2) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade	278
a.3) Concessões Rodoviárias	281
a.4) Serviços de Transporte Rodoviário	282
b) Transporte Ferroviário	283
b.1) Expansão da Malha Ferroviária.....	283
b.2) Adequações na Malha Ferroviária.....	284
b.3) Transporte Ferroviário de Passageiros	285
b.4) Regulação do Transporte Ferroviário de Carga.....	285
c) Transporte Hidroviário	286
d) Fomento à Indústria Naval	288
e) Transporte Marítimo.....	288
e.1) Infraestrutura Portuária.....	289
e.2) Licenciamento Ambiental.....	290
e.3) Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário	291
3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária.....	292
a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos.....	292
b) Segurança e Meio Ambiente.....	294
c) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária	294
4. Comunicações	297
a) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).....	298
b) Avanços da Regulação de Telecomunicações	299
c) Inovação em Telecomunicações	300



d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações	301
e) Serviços Postais	301
e.1) Universalização dos Serviços Postais.....	301
e.2) Exportação por Remessas Postais.....	301
e.3) Atuação no Âmbito Internacional.....	302
e.4) Serviços de Interesse Coletivo	302
f) Radiodifusão.....	302
f.1) Radiodifusão Comunitária	302
f.2) Demais Serviços de Radiodifusão.....	302
f.3) TV Digital	303
f.4) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora.....	303
5. Saneamento	303
a) Medidas Estruturantes.....	304
b) Investimentos em Saneamento Básico.....	305
6. Habitação	309
a) Política Nacional de Habitação.....	309
b) Investimentos em Habitação e Financiamento ao Setor Público.....	310
c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas.....	311
d) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).....	312
e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica	312
f) Qualidade e Produtividade	313
7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana.....	313
8. Mobilidade Urbana.....	315
a) Política Nacional de Mobilidade Urbana	315
b) Investimentos em Infraestrutura de Mobilidade Urbana	316
c) Transporte Metroferroviário.....	317
9. Trânsito	319
V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO	323
1. Política Externa	323
a) Integração Regional.....	323
b) Relações Bilaterais	325
c) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade	328
d) Negociações Econômico-Comerciais	332
e) Cooperação Técnica	333
f) Cooperação em Ciência e Tecnologia e Diplomacia Cultural.....	334
g) Comunidades Brasileiras no Exterior	335
2. Soberania	336
a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz	338
b) Operações Combinadas e Conjuntas.....	338
c) Defesa Nacional	339
c.1) Defesa Naval	339
c.2) Defesa Terrestre.....	341
c.3) Defesa Aérea	342
d) Atividade de Inteligência	343
e) Segurança da Informação	344
VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA	347
1. Informação ao Cidadão.....	347
2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)	349
3. Democracia e Diálogo.....	350
a) Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo.....	351
b) Pauta dos Movimentos Sociais do Campo.....	354
c) Pauta dos Movimentos Sociais Urbanos.....	354
d) Pautas Diversas.....	355
e) Diálogos com Povos e Comunidades Tradicionais.....	355
f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....	355
g) Atuação Internacional.....	356



g.1) Fórum Social Mundial	356
g.2) Política Externa e Participação Cidadã	356
g.3) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).....	356
g.4) Mercosul.....	357
4. Relações Institucionais	357
a) Articulação com o Poder Legislativo	357
b) Articulação Federativa	359
VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO	365
1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos.....	365
a) Arrecadação Tributária Federal.....	366
b) Resultado Fiscal.....	367
c) Administração da Dívida Pública.....	367
d) Fortalecimento do Investimento Público.....	368
e) Apoio aos Estados e Municípios.....	368
f) Dívida Ativa da União	370
g) Programa Nacional de Educação Fiscal.....	370
2. Informatização de Serviços – Investimento em TI	370
3. Transparéncia na Administração e Controle Social.....	372
4. Produção e Disseminação de Dados.....	373
5. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal.....	374
6. Planejamento e Gestão.....	377
a) Elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015)	377
b) Monitoramento e Gestão do PAC.....	378
c) Gestão do Patrimônio da União	378
d) Atendimento ao Cidadão	380
e) Melhoria de Competências em Gestão Pública.....	381
f) Cooperação Internacional para Melhoria de Gestão	381
g) Inovações em Gestão.....	383
h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade.....	383
7. Regulação de Mercados.....	384
a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação	384
b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	386
c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	386
d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro	387
e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)	388
8. Ações de Prevenção e Combate à Corrupção	389
a) Ações de Prevenção	389
b) Controle Interno	390
c) Medidas Corretivas	392
d) Ouvidoria	392
e) Combate à Lavagem de Dinheiro	393
9. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União	394
ANEXO – RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)	397





I - DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO
DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



I – DESENVOLVIMENTO COM EXPANSÃO DO EMPREGO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O ano de 2011 foi marcado por intensos desafios, principalmente no campo econômico devido ao agravamento da crise financeira internacional, iniciada em 2008.

Nos Estados Unidos, marco inicial da crise, a falta de dinamismo econômico tem levado à revisão das expectativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). O Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, prevê que a economia estadunidense deverá ter crescido apenas 1,8 % em 2011. Para 2012, também projeta crescimento de apenas 1,8 %. O próprio Federal Reserve (FED), o Banco Central dos EUA, vem reduzindo suas expectativas para o crescimento nos próximos anos, mantendo, ao mesmo tempo, em níveis elevados as projeções de desemprego.

A falta de espaço político para estímulos fiscais mais efetivos torna as perspectivas da principal economia do mundo pouco alentadoras. As discussões políticas sobre a elevação do teto da dívida provocaram, em meados de 2011, o impensável risco de *default* na economia norte-americana. Seguiram-se a esse evento a redução da confiança dos agentes econômicos e o rebaixamento do risco soberano dos Estados Unidos por uma agência de classificação de risco. Os dados mais recentes apontam para crescimento econômico melhor do que o esperado no curto prazo, mas permanecem entraves estruturais que limitam o crescimento no longo prazo.

Contudo, a situação econômica mais sensível é a da economia europeia. A incapacidade de retomar o crescimento sustentado na Europa tem acarretado graves consequências para as contas públicas de alguns países do continente e para o setor financeiro privado da região. A crise financeira gerou, portanto, uma crise da dívida soberana. Esta, por sua vez, se não for resolvida com celeridade, poderá encadear outros problemas, tais como o aumento do risco financeiro soberano com reflexo sobre o mercado de crédito privado, dada a grande exposição dos bancos privados aos títulos governamentais.

As autoridades europeias têm se empenhado em resolver os problemas da região, a exemplo das decisões acordadas entre os líderes, no início de dezembro de 2011, que se comprometeram com um “novo acordo fiscal”, cujos principais pontos são: i) o déficit público estrutural de cada país não pode exceder 0,5% do PIB em termos nominais; ii) os países que descumprirem a regra fiscal estarão sujeitos a sanções estabelecidas pelo tratado, a não ser que a maioria dos membros da área do Euro se oponha às medidas de sanção; e iii) a Comissão terá que monitorar e avaliar a preparação e o desempenho orçamentário dos países-membros.

Ainda nessa linha, os líderes europeus também concordaram em acelerar os aportes de recursos para o Fundo de Estabilização Fiscal (EFSF) e a entrada em vigor do Mecanismo de Estabilidade Europeia (ESM) para julho de 2012. O Banco Central Europeu será o agente do EFSF e houve acordo para que a Zona do Euro e outros Estados da União Europeia realizem provisão de 200 bilhões de euros na forma de empréstimos bilaterais para o FMI.

Nesse ambiente de incertezas e indefinições, o melhor cenário, segundo as projeções divulgadas pelo FMI, é uma economia mundial avançando em ritmos diferenciados, com baixo crescimento dos países ricos e maior dinamismo das economias emergentes. Entretanto, a redução da demanda global afetará o crescimento das economias emergentes, particularmente tendendo a desacelerar o nível de atividade da China que sofrerá com o desaquecimento das economias avançadas, uma vez que suas exportações correspondem a cerca de um quarto do PIB e seus principais parceiros comerciais são os países desenvolvidos.

Desde 2008, o Governo brasileiro vem implementando uma política macroeconômica consistente e direcionada ao enfrentamento dos problemas causados pela crise, notadamente medidas econômico-financeiras contracíclicas. Entre 2008





e 2009, estímulos fiscais e monetários/creditícios foram fundamentais para mitigar efeitos deletérios da crise de crédito internacional. O resultado foi uma rápida recuperação da atividade econômica no País, culminado com um expressivo crescimento de 7,5% do PIB em 2010.

Dada esta performance, ainda em 2010, quando as economias mundiais mostravam alguns sinais de recuperação, iniciou-se a retirada dos estímulos. Mais do que isso, em uma ação eficiente, foram adotadas medidas de administração dos fluxos de capitais, e medidas macroprudenciais diversas, também visando ao controle da expansão do crédito doméstico, além do uso da taxa de juros como instrumento tradicional de política monetária.

Comparando com 2008, início da crise internacional, o País chega em 2011 em melhor situação para enfrentar a atual deterioração no cenário global. As reservas internacionais passaram de US\$ 206,5 bilhões, em setembro de 2008, para US\$ 352 bilhões, em dezembro de 2011, aumento de aproximadamente 70%, atingindo cerca de 15% do PIB. O total de depósitos compulsórios das instituições financeiras (mais de R\$ 450 bilhões) também é bem superior aos níveis verificados em 2008 (R\$ 253 bilhões, em setembro daquele ano).

No plano doméstico, o ano de 2011 iniciou com incertezas sobre a evolução da economia brasileira, em virtude do crescimento acelerado em 2010. Os primeiros meses de 2011 também foram marcados por um aumento na inflação em virtude, principalmente, da alta nos preços das *commodities*. Além disso, havia dúvidas do mercado sobre o cumprimento das metas fiscais e expectativa de aumento no déficit em conta-corrente. Contudo, ao longo do ano ficou demonstrado, novamente, que o Brasil tem capacidade de reação e dispõe de amplos instrumentos de política econômica para enfrentar os desafios que lhe são apresentados.

Tais incertezas, presentes no começo de 2011, ensejaram a necessária adoção de medidas contracionistas. Na política fiscal, o Governo estabeleceu significativo processo de consolidação das contas públicas, assegurando o cumprimento das metas. Na política monetária e creditícia, houve elevação gradual na taxa básica de juros, de 10,75% ao ano até 12,50% ao ano, entre janeiro e julho de 2011, além da adoção de medidas prudenciais de controle da expansão no crédito.

Quanto à política cambial, foram adotadas medidas que desestimularam a entrada de capitais voláteis no País. Paralelamente, realizaram-se intervenções diretas no mercado de câmbio que arrefeceram a trajetória de sobrevalorização do Real. Também devem ser destacadas as alterações nos recolhimentos compulsórios de instituições financeiras sobre a posição vendida de câmbio, bem como a elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF), tanto nas transações diretas com moeda externa quanto em operações de câmbio com cartão de crédito. Além disso, a Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011, atribuiu ao Conselho Monetário Nacional (CMN) competência para intervir no mercado de derivativos, estabelecendo limites de valores e prazo e determinando garantias adicionais quando julgar necessário.

Em virtude das medidas supracitadas, o crescimento do PIB desacelerou de 7,5%, em 2010, para 4,9% no acumulado em quatro trimestres, até junho de 2011. Essa desaceleração da economia foi ampliada no terceiro trimestre do ano, também refletindo o recrudescimento da crise internacional.

Contudo, mais uma vez o Governo utilizou os instrumentos necessários para enfrentar os desafios apresentados. No final de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil decidiu não somente interromper o movimento de elevação como reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual. A partir de então, iniciou-se um ciclo de afrouxamento monetário com reduções graduais na taxa básica de juros, encerrando 2011 com 11% ao ano. Em janeiro de 2012, o Copom decidiu reduzir a taxa básica para 10,5% ao ano. Em novembro de 2011, o agravamento abrupto do cenário econômico internacional foi determinante para o Banco Central retirar algumas restrições ao crédito impostas pelas medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010.





No início de dezembro, diversas providências complementares de desoneração fiscal foram anunciadas, tais como: redução de tributos para produtos da linha branca e da construção civil; redução do PIS/Cofins de massas; redução do IOF para pessoa física; eliminação de tributo para aplicações de estrangeiros nas debêntures de infraestrutura; e barateamento do IOF sobre aplicações de estrangeiros em renda variável na Bolsa de Valores. Também foi renovada a redução de tributos de caminhões, utilitários e máquinas agrícolas, para apoiar a agricultura nacional. Essas medidas de estímulo, contudo, não alteraram a condução responsável da política fiscal que, inclusive, contou com a elevação da meta de resultado primário, em 2011, em R\$ 10 bilhões.

Dessa forma, constata-se que uma importante estratégia do Governo Federal é, além de fortalecer os fundamentos da economia, com estabilidade macroeconômica, aprofundar as iniciativas de aumento da produtividade, reforçando a qualificação da força de trabalho, os estímulos à inovação tecnológica e os investimentos em infraestrutura, dentre outras. O objetivo é promover o ingresso de investimentos produtivos e o adensamento de cadeias industriais.

Nesse sentido, ainda em 2011, devem ser ressaltadas outras medidas governamentais. Além das novas etapas do PAC e do Minha Casa, Minha Vida, que gerarão mais emprego, progresso e melhora na infraestrutura, o Governo anunciou, em agosto de 2011, um conjunto de iniciativas para fortalecer a indústria doméstica, sintetizadas no Plano Brasil Maior. São diversas medidas de comércio exterior, desoneração tributária e valorização aos produtos com maior conteúdo fabril local, entre outras. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a política de margens de preferências para produtos nacionais para as compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções.

Para incrementar o processo de expansão do mercado interno, as Micro e Pequenas Empresas foram valorizadas, sobretudo a partir da ampliação do Simples Nacional. Foram elevados os limites de faturamento das microempresas que optam pelo Supersimples, de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil; e para as pequenas empresas subiu de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

Também houve correção de 4,5% na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas e mudanças no Microempreendedor Individual (MEI). Até o ano passado, para esses microempreendedores pagarem menos impostos, eles não poderiam faturar mais de R\$ 36 mil por ano. Agora, esse limite será de R\$ 60 mil, ou R\$ 5 mil por mês. Com essa medida, os microempreendedores individuais passaram a ter acesso à Previdência Social e estão sendo estimulados a expandir e a formalizar seus negócios.

Adicionalmente, o Governo Federal vem adotando uma agenda de iniciativas com vistas a fortalecer a competitividade da produção doméstica e da cadeia produtiva exportadora, além de estimular o investimento e a inovação. Com esse foco, no âmbito do Plano Brasil Maior, foram implementadas as seguintes medidas: desoneração da folha de pagamento de setores específicos como confecções, calçados e *software*; regime especial automotivo, o qual concede incentivo tributário à indústria como contrapartida ao investimento, agregação de valor, criação de emprego e aumento da inovação; devolução de créditos do PIS/Cofins por investimento em bens de capital; desoneração tributária dos *tablets*, em uma política de atração de novos investimentos no setor eletroeletrônico; e harmonização de políticas de financiamento que concilia as condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União, dentre outras. Especificamente em relação ao comércio exterior e com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações, agilizou-se a devolução de créditos tributários federais acumulados, instituindo o Regime Reintegra, que devolve créditos residuais acumulados na cadeia produtiva em até 3% do valor exportado de manufaturados.

Vale destacar também a nova etapa do Programa BNDES Revitaliza, destinado a apoiar os setores mais afetados pela valorização cambial. Com dotação orçamentária de R\$ 6,7 bilhões e taxa fixa de juros de 9%, o Programa terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2012. Além do setor de autopartes, incluído na nova versão, o BNDES Revitaliza apoiará investimentos dos segmentos de bens de capital, têxtil e confecção, calçados e artefatos de couro, *software*, prestação de





serviços de tecnologia da informação, pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, móveis de madeira, frutas *in natura* e processadas e cerâmicas.

No campo normativo-institucional, também devem ser ressaltadas diversas medidas de simplificação, desburocratização e modernização da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional. Dentre essas medidas, destacam-se o Novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), a digitalização dos balanços e a estruturação fiscal digital tanto do PIS/Cofins quanto do IPI. Relativamente ao desenvolvimento financeiro, destaca-se: i) a aprovação do cadastro positivo, que ajudará a reduzir os juros praticados pelo sistema financeiro; ii) a desoneração tributária dos rendimentos de títulos privados utilizados para financiar investimentos de longo prazo, sobretudo infraestrutura; e iii) o estímulo tributário à renegociação privada de dívidas bancárias em atraso.

Outros avanços institucionais estão relacionados à concessão de aeroportos para iniciativa privada, com participação minoritária do Governo por meio da Infraero, bem como à aprovação da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). A nova Lei do SBDC, que passará a vigorar após 180 dias da sua publicação, reestrutura todo o sistema de defesa da concorrência de modo a unificar o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça – hoje órgãos independentes – em uma só estrutura, além de tornar prévia a notificação dos atos de concentração.

A economia brasileira, portanto, apresenta fundamentos sólidos e, diferentemente do observado em vários países, possui instrumentos para manter uma trajetória de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal, e sem desequilíbrios inflacionários ou externos. Como consequência, em 2011, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo, posicionando-se à frente do Reino Unido. Projeções de organismos mundiais indicam que o Brasil poderá ser a 5ª maior potência mundial em um futuro próximo.

Outros resultados, além da mudança de posição no *ranking* das economias globais, atestam o sucesso das políticas econômicas adotadas. No plano fiscal, mesmo promovendo incentivos e desonerações, a situação brasileira é digna de registro. O endividamento líquido do setor público continua em trajetória decrescente tendo encerrado o ano de 2011 com valores próximos a 37% do PIB. Também vem melhorando a qualidade da dívida pública, medida pela sua denominação e maturidade.

No ambiente atual de recorrentes volatilidades nos mercados financeiros internacionais, a situação privilegiada das contas públicas do País representa uma importante proteção macroeconômica, permitindo, assim, a diferenciação da situação do Brasil em comparação com a de outros países. Tal realidade foi reconhecida no plano internacional quando, no início de novembro de 2011, a demanda pelos títulos soberanos brasileiros emitidos nos mercados europeu e norte-americano foi significativamente superior ao volume oferecido pelo Tesouro Nacional. Segundo esse comportamento, no início de 2012, novas emissões soberanas também apresentaram demanda elevada para os nossos títulos.

As contas externas encerraram o ano com significativa expansão do saldo comercial, que atingiu US\$ 29,8 bilhões, o maior resultado desde 2007, com alta de mais de 45% ante o saldo de 2010. O Brasil conseguiu ultrapassar a marca inédita de US\$ 250 bilhões de exportações. Contribuiu para esse resultado a eficiência e produtividade de nosso setor de *commodities*, que compensou as dificuldades de exportações de manufaturados, fortemente atingidas pela crise internacional.

O déficit em transações correntes assumiu trajetória levemente declinante ao longo do ano, chegando a 2% do PIB. O financiamento veio de diversas fontes, como empréstimos, créditos comerciais, investimentos em ações e, principalmente, os investimentos diretos (IED), que foram recordes em 2011, ultrapassando US\$ 65 bilhões mesmo com o agravamento da crise mundial. Tal montante foi mais que suficiente para financiar o déficit em transações correntes, mantendo a solidez de nossas contas externas.





Em relação à dinâmica da inflação, o ano que passou foi marcado pelo impacto dos preços das *commodities* em âmbito mundial, fenômeno que levou ao descumprimento das metas de inflação por diversos países que as adotam. Frente à ameaça inflacionária, o Governo brasileiro agiu tempestivamente e reprimiu a aceleração dos preços e sua difusão, que poderiam comprimir o poder de compra dos salários e prejudicar as expectativas e os investimentos do setor privado. Assim, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 6,5%, dentro do intervalo de tolerância estabelecido pelo regime de metas de inflação. O mais importante, desde maio de 2011, é que a inflação tem permanecido, em média, em 0,39% ao mês e, de acordo com o último Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, a inflação esperada para 2012 no cenário de referência deve ficar em 4,7%.

Com esses resultados, o Brasil consolidou-se como um dos países que mantém sólidos indicadores econômicos, inspirando confiança, fato demonstrado pela melhoria da nota das maiores agências de classificação de risco, enquanto a maioria dos países e bancos estrangeiros sofreu rebaixamentos.

Ademais, a solidez dos indicadores macroeconômicos dá suporte ao aumento dos investimentos que, por sua vez, são necessários para sustentar taxas mais elevadas de crescimento em períodos mais longos. As perspectivas para os investimentos nos próximos anos seguem favoráveis, pois, diferentemente do verificado em outras economias, há no Brasil diversas oportunidades rentáveis, tanto setoriais – exploração de petróleo e gás na camada Pré-Sal, por exemplo – quanto em infraestrutura – com destaque para os preparativos dos eventos esportivos.

Para ilustrar, o Brasil, junto com a China, é o País que apresenta atualmente os maiores projetos de infraestrutura do mundo nos setores elétrico, aeroportuário, ferroviário e naval. A expansão dos investimentos no ano de 2011, embora inferior à observada em 2010, foi suficiente para manter a taxa de investimento próxima aos 20% do PIB.

A difusão do investimento, seja setorial ou regional, constitui importante atributo para o País manter ritmo sustentado de atividade econômica, geração de emprego e crescimento da renda. A expansão dos investimentos também reforça a solidez do nosso mercado interno, que segue como principal determinante para o crescimento econômico. As vendas do comércio varejista, por exemplo, elevaram-se, em 2011, a taxas próximas a 7%, impulsionadas pelo crescimento da renda e da massa salarial. O consumo também foi estimulado pelo crédito, que atingiu quase R\$ 2 trilhões, cerca de 48% do PIB.

O Congresso Nacional contribuiu para esse fortalecimento da estabilidade econômica, aprovando medidas importantes como a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 (gastos com saúde) e a manutenção das regras para os aposentados, além do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores dos três Poderes.

Esses resultados positivos, ao mesmo tempo em que dão segurança para manter a direção da política econômica, trazem o desafio para avançarmos ainda mais. É necessário, nesse momento de crise internacional, criar oportunidades para levar o Brasil a uma era de prosperidade.

Vamos enfrentar todos os desafios para que uma possível piora no cenário mundial não nos traga maiores problemas. Ficou longe no tempo aquela fase denominada de década perdida. Estamos entrando, sim, em um período de décadas de avanço e não queremos ter um só momento perdido. Essa mudança não se deu por acaso e não vai ser nenhum acaso que vai nos tirar desse caminho. Com planejamento e políticas acertadas estamos conseguindo proteger a nossa economia, os nossos setores produtivos e, sobretudo, o emprego dos brasileiros. Mas tudo isso só faz sentido se conseguirmos melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e, especialmente, daqueles mais necessitados.





Nesse sentido, os resultados de 2011 também são dignos de nota. Enquanto países enfrentam dificuldades para a criação de empregos, a taxa de desemprego no Brasil atinge patamares mínimos da série histórica. Ademais, a criação de empregos continuou expressiva, alcançando quase 2 milhões de postos formais de trabalho.

Diante da realidade descrita, constata-se que o atual modelo de desenvolvimento da economia brasileira privilegia o crescimento com inclusão social, a melhora na distribuição da renda e o aumento no poder aquisitivo do trabalhador. O crescimento da massa salarial, sempre acima do crescimento do PIB, ocorre tanto pela ampliação das pessoas ocupadas quanto pelos ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Não apenas o número de postos de trabalho tem aumentado; também a qualidade do emprego vem sendo melhorada. Evidência disso é o crescimento contínuo da taxa de formalização da economia, que revela as melhores condições dos trabalhadores e a diminuição do trabalho informal e precário.

Crescimento inclusivo também significa tornar o crédito acessível a todos. O mercado interno foi estimulado, entre outros fatores, pela expansão do crédito, que cresceu cerca de 17% em 2011. O crescimento inclusivo tem possibilitado também a realização do sonho da casa própria dos brasileiros. A expansão do crédito habitacional apresentou desempenho excepcional nos últimos três anos, ampliando a oferta de novas moradias e aprimorando os instrumentos do mercado financeiro.

Porém, o grande objetivo da política social é eliminar a extrema pobreza no País. O Brasil conseguiu reduzir a pobreza pela metade em pouco menos de oito anos, antecipando-se às Metas do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Atualmente, o País apresenta a menor taxa de pobreza de sua história, e a taxa de pobreza extrema, apesar de ainda elevada, conta com políticas firmes para a sua rápida eliminação.

Para continuar avançando na melhora dos indicadores sociais e, principalmente, com vistas a eliminar a extrema pobreza no País, o Governo lançou o Plano Brasil Sem Miséria, que visa elevar a renda e as condições de bem-estar de 16,2 milhões de pessoas com renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 70 em todo o território nacional. Para tanto, o Programa Bolsa Família foi reforçado e a rede de proteção social foi ampliada. Ou seja, reconhecendo que a situação da pobreza é multidimensional, o Brasil Sem Miséria atua sob a ótica da intersetorialidade e transversalidade, agregando os seguintes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

Sabendo que a população extremamente pobre é ainda mais difícil de ser alcançada, o Plano desenvolveu uma nova estratégia: a Busca Ativa, cujo objetivo é a identificação, por parte do Estado brasileiro, de pessoas extremamente pobres. Com efeito, essas famílias mais vulneráveis ainda não atendidas serão localizadas, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

Em 2011, foram incluídas 407 mil famílias no CadÚnico, sendo que 325 mil destas, cerca de 80%, já estão recebendo os benefícios pagos pelo Bolsa Família. Tal resultado não teria acontecido sem a forte articulação com os demais entes federativos. Foi essencial a mobilização dos Estados e Municípios, que estão integrando seus programas de transferência de renda ao Bolsa Família, para complementar o valor dos benefícios financeiros.

Também considerada uma das estratégias do Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre e dos microempreendedores individuais, o Governo lançou o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, que ampliará fortemente o microcrédito produtivo orientado no País. A meta é alcançar, já em 2013, 3,5 milhões de microempreendedores. Estes terão acesso a uma linha de financiamento de até R\$ 15 mil, a uma taxa de juros de 8% ao ano, quando contratada em bancos públicos federais.





Para ampliar as oportunidades de formação e qualificação técnica e profissional dos estudantes e trabalhadores brasileiros, cabe destacar a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A educação profissional é estratégica para promover o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decentes. Dessa forma, até 2014, serão investidos R\$ 24 bilhões para ampliar em 8 milhões de vagas os cursos de formação inicial e continuada, também conhecidos como cursos de qualificação, e os técnicos de nível médio.

Outra iniciativa na direção do apoio aos mais necessitados foi o lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite. De acordo com o Censo 2010, as pessoas com deficiência representam 23,91% da população brasileira, totalizando 45,6 milhões de pessoas. Com ações estruturantes de acessibilidade incluídas no âmbito desse Plano, esses brasileiros se tornarão cada vez mais capazes de ter uma vida plena.

Como dito anteriormente, 2011 foi um ano desafiador; mas, apesar das dificuldades, foi um bom ano. E 2012 será ainda melhor: iniciou-se com forte aumento do salário mínimo, redução de impostos, retomada do crédito, taxa de câmbio favorável, e aumento dos investimentos. Tudo isso mantendo a estabilidade econômica como valor absoluto.

Espera-se ainda, em 2012, elevação no investimento público após ajustes e reprogramações realizados no ano passado. Consolidando a política de valorização de longo prazo, o salário mínimo foi reajustado de R\$ 545 para R\$ 622 já a partir 1º de janeiro de 2012, significando aumento real de mais de 60% no período de 2003 até janeiro de 2012, reforçando o crescimento com inclusão social.

Será 2012 também um ano de consolidação de programas lançados no ano anterior, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria. Já foram liberados recursos para a construção de 1,5 mil creches e pré-escolas, e estamos na fase final de seleção de mais 1,5 mil novas creches para 2012.

No campo da saúde, os Programas Melhor em Casa e SOS Emergência continuarão, respectivamente, levando assistência médica de qualidade, na própria casa de milhões de brasileiros, além de melhorar o atendimento nos principais pronto-socorros do País. Em sintonia com os desafios contemporâneos, estamos implantando, com investimentos estimados em R\$ 4 bilhões, o Programa Crack, é possível vencer, que dará assistência médica, social e pedagógica aos dependentes da droga e suas famílias; e também combaterá, de forma vigorosa, o narcotráfico.

Em síntese, todos esses elementos continuarão garantindo que o Brasil seja um dos poucos países do mundo que consegue, ao mesmo tempo, crescer com estabilidade, distribuir renda, diminuir a desigualdade, aperfeiçoar a democracia e fortalecer suas instituições.





II - DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA



II – DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA

Nos últimos anos, o Governo vem implementando um conjunto de medidas com vistas ao desenvolvimento e à diversificação da estrutura produtiva do País de forma a ampliar os patamares de competitividade da economia no cenário internacional.

Lançada em maio de 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) se fundamentou no aprendizado e nas conquistas da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), que vigorou de 2004 a 2007. Apesar dos avanços conquistados pela PITCE, ao final do período de implementação da Política havia consenso no Governo e no setor produtivo de que o crescimento de longo prazo da economia brasileira exigia conferir maior envergadura à política industrial, mediante a ampliação da abrangência de suas ações e o aperfeiçoamento da capacidade dos órgãos governamentais de desenhar, implementar e avaliar políticas públicas.

O modelo de operação da PDP foi focado nas áreas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), Biotecnologia, Nanotecnologia, Complexos de Defesa e de Saúde e Energia Nuclear e, também, em áreas denominadas “destaques estratégicos”, como Micro e Pequenas Empresas, Exportações, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Limpo e Integração com a América Latina e Caribe e com a África. Em meados de 2008, o agravamento da crise financeira americana, com ressonância forte em diversos países, inclusive no Brasil, demandou adaptações nas linhas de atuação da PDP. A Política passou então a ser um instrumento de manutenção da capacidade de crescimento e sustentação da economia brasileira no contexto da crise financeira.

Com prazo de vigência fixado para até 31 de dezembro de 2010, diversas medidas da PDP apresentaram desdobramentos importantes ao longo do primeiro semestre de 2011. Entre elas, cabe destacar:

- Normatização da aplicação do novo Drawback Integrado Isenção, mecanismo de incentivo à exportação que permite a importação ou a aquisição no mercado interno, de forma combinada ou não, de mercadoria equivalente à empregada ou consumida anteriormente na industrialização de produto exportado com isenção do Imposto de Importação (II) e com redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições para o PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep-Importação e Cofins-Importação; e
- Regulamentação do Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), que suspende a exigência do pagamento do PIS/Pasep, Cofins, IPI, PIS/Pasep-Importação, Cofins-Importação e do IPI incidente no desembarque aduaneiro de importação, beneficiando a fabricação de produtos considerados estratégicos para o setor aeronáutico, como forma de torná-lo mais competitivo.

Os principais indicadores da economia brasileira sinalizaram, ao final do ano de 2010, que a reorientação dos trabalhos da PDP foi efetiva. Entretanto, o desafio de crescimento econômico de longo prazo da economia brasileira exigia que os esforços da política industrial brasileira se voltassem para a inovação e a competitividade. Para enfrentar esse desafio, foi lançado em 2011 o Plano Brasil Maior (PBM).

1. Plano Brasil Maior (PBM)

O Plano Brasil Maior (PBM) constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do Governo para o período de 2011 a 2014. Estruturado para propiciar à economia brasileira maior inovação e competitividade em um





contexto de crise mundial e de mudança estrutural na economia, estabelece as diretrizes para a elaboração de programas e projetos a serem formulados em parceria com a iniciativa privada. Seu objetivo é aumentar a competitividade do parque produtivo nacional a partir do aumento do investimento, do incentivo à inovação tecnológica e da agregação de valor aos produtos brasileiros.

O PBM incorporou das políticas de fortalecimento do setor produtivo que o antecederam, os objetivos de ampliação do diálogo entre o poder público e o empresariado, bem como o aperfeiçoamento das condições de coordenação e articulação institucional e das estruturas de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

Mais abrangente que as políticas industriais anteriores, o PBM propõe uma série de medidas que o distingue das políticas que o precederam, ao mesmo tempo em que preserva e revigora ações cujo foco permanece atual e que têm se mostrado efetivas. São exemplos dessas medidas:

- Ações que visam estimular a aproximação entre produção científica e o esforço tecnológico empresarial, resultantes da Lei da Inovação e da Lei do Bem;
- Ações de sustentação da trajetória de crescimento da participação do investimento no PIB, como as contidas no Plano de Sustentação do Investimento (PSI);
- Maior foco em ações com forte interface com a inclusão produtiva e com a proteção das empresas mais frágeis frente à concorrência externa, sobretudo em setores intensivos em mão de obra;
- Ampliação e aprofundamento de mecanismos de proteção comercial, para lhes dar mais agilidade e torná-los mais proativos. O sistema de proteção comercial brasileiro, embora tenha logrado êxitos incontestáveis, após a eclosão da crise internacional, tornou-se insuficiente. Ademais, as evidências de que produtos variados e em grande quantidade chegavam aos portos brasileiros com preços inferiores aos vendidos no mercado do país exportador motivaram uma mudança de postura;
- Criação de um arcabouço baseado no uso do poder de compra do Estado para estimular segmentos específicos, sobretudo os que realizam elevado esforço inovador. O uso do poder de compra é instrumento decisivo de política industrial mesmo nos países cujo parque industrial é altamente competitivo. Pelo porte relativo de seu Estado e pelo fato de o Brasil contar cada vez mais com um núcleo de empresas que incorrem em custos e riscos significativos em seu esforço de passarem a competir via qualidade e inovação, decidiu-se pela criação de um novo e poderoso mecanismo capaz de alterar decisivamente a demanda por inovação e aumentar a efetividade das medidas existentes;
- Reforma do sistema de governança da política industrial, buscando maior interação com as políticas educacional, de ciência e tecnologia (C&T), ambiental e de defesa, entre outras, e com a sociedade civil, e aprimoramento de sua coordenação interna, integrando diversos fóruns de formulação e consulta sob uma única estrutura deliberativa. Uma metodologia única de criação e discussão interna de medidas novas foi elaborada como forma de dar organicidade e sistematicidade ao ciclo de políticas públicas no interior do PBM. O resultado é uma estrutura mais aberta e com foco estratégico, conforme delineado no Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, que instituiu o PBM e seu Sistema de Gestão; e
- Apoio às áreas do sistema produtivo nacional com elevada capacidade de inovação e de agregação de valor, como as da cadeia de petróleo, gás e construção naval, as dos segmentos baseados na economia do conhecimento natural e as das cadeias de suprimentos para energias limpas, complexo de saúde, complexo mecânico e complexo de defesa.





Embora internacionalmente o esforço tecnológico se concentre em poucos setores – sobretudo eletrônico, farmacêutico, aeronáutico e equipamento de precisão –, há evidências de que cada vez mais as empresas, independentemente do setor em que se concentram, apostam na inovação como fator competitivo. No Brasil, o esforço tecnológico é significativo em setores que não são tradicionalmente inovadores, como a extração de petróleo e a produção de etanol. São nesses setores que temos destaque no cenário internacional em termos de competitividade.

No que diz respeito ao estímulo ao investimento, cabe destacar as seguintes medidas:

- Redução do IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos até dezembro de 2012. Essa medida foi regulamentada em 2 de agosto de 2011, por meio dos Decretos nºs 7.541, 7.542 e 7.543;
- Redução gradual do prazo de devolução dos créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital de 12 meses para apropriação imediata. Essa medida, de aplicação imediata, consta da Medida Provisória (MP) nº 540, de 2 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; e
- Acordo entre os bancos públicos para a harmonização das políticas de financiamento. Essa medida depende de mudanças nas políticas internas de crédito dessas instituições, o que vem sendo liderado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Com relação aos financiamentos na área industrial, cabe registrar o desembolso do BNDES de recursos da ordem de R\$ 15,1 bilhões, em 2011, para ampliar a capacidade produtiva. Na área de operações indiretas, o referido banco desembolsou R\$ 71,2 bilhões, sendo que, destes, R\$ 60 bilhões destinaram-se à aquisição de equipamentos mediante produtos do BNDES-Finame, linha de financiamento industrial, e do Cartão BNDES.

No que diz respeito ao estímulo à inovação e ao adensamento tecnológico do parque produtivo nacional, cabe destacar as seguintes medidas:

- Regulamentação do mecanismo de “encomendas tecnológicas” pelo Decreto nº 7.539, de 2 de agosto de 2011, dando efetividade às cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- Ampliação dos seguintes Programas do BNDES: de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao setor de Petróleo e Gás Natural (Pro-P&G); de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma); de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft); de Financiamento às Empresas da Cadeia Produtiva Aeronáutica Brasileira (Pro-Aeronáutica); e de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (Proplástico), dentre outros;
- Ampliação da disponibilidade de crédito pré-aprovado para planos de inovação, conforme a Resolução BNDES nº 2.161/2011, que prevê a inclusão de planos plurianuais de inovação de empresas no BNDES Limite de Crédito Inovação;
- Criação do Programa BNDES Qualificação para apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante;
- Criação de Programa Fundo Clima para financiamento de projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa. Essa medida foi autorizada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.008, de 14 de setembro de 2011, regulamentada pelo BNDES por meio da Resolução nº 2.180, de 1º de novembro de 2011;





- Utilização das compras governamentais como indutor de inovação e de agregação de valor à produção nacional: regulamentação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que definiu a aplicação da margem de preferência de até 25% para as compras de produtos manufaturados e de serviços nacionais, por meio do Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, que inclusive instituiu a Comissão Interministerial de Compras Públicas. Entretanto, para serem atendidos os critérios de especificidades exigidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ainda são necessárias regulamentações para cada produto. Nesse sentido, encontra-se em estágio avançado o estabelecimento de critérios específicos de margens para a compra de aquisições de bens de TICs e de Saúde, já tendo sido editado, em 7 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.601, que dispõe sobre as margens de preferência nas licitações para aquisição de produtos de confecções, calçados e artefatos;
- Novo Regime Automotivo: contemplando incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação. A MP nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, lança as bases desse novo regime, com vigência até 2012, conforme o Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011, que a regulamenta. Uma nova regulamentação começou a ser discutida pelo Comitê Executivo do Complexo Automotivo, com vistas a oferecer descontos tributários proporcionais à eficiência energética e ambiental dos veículos produzidos, à realização de P&D e à ampliação do conteúdo nacional; e
- Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), proposto pela MP nº 544, de 29 de setembro de 2011, possui elevado potencial de alavancar investimentos de empresas que gastam mais de 10% de seu faturamento em P&D.

Adicionalmente, outros regimes tributários especiais de caráter setorial estão em avançado estágio de discussão no âmbito do PBM. Todos esses regimes partem do princípio de que desonerações tributárias e estímulos creditícios e regulatórios específicos são fundamentais para a elevação do conteúdo local e o aumento do esforço tecnológico. São exemplos de regimes em consideração: o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto); o Regime Especial para a Cadeia de Fornecedores de Petróleo e Gás (Repeg); o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados as Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro); e o Regime Especial para a Indústria Química (Reiq).

No que diz respeito à ampliação de estímulos às empresas menores ou às pertencentes a setores produtivos com elevada capacidade de absorção de mão de obra, devem ser destacadas as seguintes medidas:

- Ampliação do capital de giro para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) pelo Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren) do BNDES, incluindo novos setores e condições de crédito e prazo mais coerentes com a demanda existente. Essa medida, que faz parte do Plano de Sustentação do Investimento (PSI) foi implantada pela Resolução BNDES nº 2.131, de 2 de agosto de 2011;
- Ampliação do Simples Nacional e do programa Microempreendedor Individual (MEI); e
- Desoneração da folha de pagamento das cadeias produtivas de confecções, calçados e *software*.

Essa medida estimula setores que sofrem desvantagens competitivas pela elevada participação da folha de pagamentos em seus custos e também oferece vantagens adicionais a empresas exportadoras.

Finalmente, foram adotadas medidas específicas para alterar a competitividade externa das empresas nacionais, cabendo destacar:





- Instituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que consiste na devolução de créditos residuais no montante de até 3% ao longo da cadeia produtiva, para bens manufaturados e semimanufaturados exportados, perfazendo quase nove mil códigos de Nomenclaturas Comuns do Mercosul (NCM). Esse regime também foi instituído pela MP nº 540, de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;
- Aceleração do resarcimento de créditos aos exportadores com o processamento automático, com pagamento em até 60 dias, para empresas com escrituração fiscal digital. Essa medida, de aplicação imediata, já está em vigor e passará a ter pleno efeito a partir de março de 2012, prazo máximo para a adesão obrigatória das empresas à escrituração digital;
- Criação do Fundo de Financiamento à Exportação para Micro, Pequenas e Médias Empresas pela MP nº 541, de 2011, convertida na Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, cuja regulamentação deverá ocorrer em 2012;
- Ampliação de 30 para 150 do número de Analistas de Comércio Exterior atuando nas atividades de investigação. Em que pesem os avanços institucionais em curso, o maior empecilho ao aumento da potência da defesa comercial brasileira está na carência de mão de obra especializada. Foi constituído sistema de acompanhamento e monitoramento dessas medidas, buscando aferir seus efeitos e custos. As medidas adicionais que se incorporarão ao PBM a partir do efetivo funcionamento dos Comitês Executivos, Coordenações Sistêmicas e Conselhos Setoriais, cuja instalação se completará em 2012, terão de ser adequadas aos objetivos e metas estratégicas do PBM, de forma a viabilizar monitoramento e avaliação rigorosos e céleres de todos os trabalhos do referido Plano.

Embora muitas das medidas já anunciadas contribuam para o alcance das metas do PBM, espera-se que ao longo de 2012 ações ainda mais incisivas sejam implantadas, à medida que os Conselhos de Competitividade Setorial e as Coordenações Sistêmicas do PBM estejam em pleno funcionamento e que as Agendas Setoriais e Sistêmicas comecem a ser apresentadas à consideração do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em particular, aguarda-se a sugestão de medidas fiscais no âmbito dos regimes tributários especiais dos setores capazes de gerar resultados em termos de aumento do conteúdo local e do esforço tecnológico como contrapartida da desoneração e de estímulos creditícios novos a serem concedidos.

a) Comércio Exterior

Em alinhamento às diretrizes definidas pelo PBM, foram desenvolvidas ações visando ao fortalecimento do combate às práticas ilegais e desleais de comércio exterior e ao aumento da competitividade das exportações brasileiras, por meio de reforço de ferramentas de defesa comercial e combate a fraudes, discussão de medidas voltadas para a desoneração tributária das exportações e proposição de mecanismos de financiamento ao comércio exterior.

O comércio exterior brasileiro movimentou a cifra recorde de US\$ 482 bilhões em 2011, ultrapassando em mais de 25% o valor de 2010. As exportações atingiram US\$ 256 bilhões e as importações, US\$ 226 bilhões. O superávit comercial mostrou-se igualmente robusto, ao registrar US\$ 30 bilhões, o maior saldo positivo dos últimos quatro anos. Em relação às exportações, o crescimento de 26,8% sobre 2010 sustentou-se pela elevação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais e pela expansão no volume embarcado de bens industrializados. A diversificação de mercados de destino é outra estratégia que vem contribuindo para o bom desempenho das exportações. A combinação desses fatores ensejou uma taxa de crescimento acima da mundial, elevando a participação das vendas externas brasileiras sobre o comércio internacional para mais de 1,4% em 2011. Quanto às importações, o avanço de 24,5% foi decorrência do ritmo da atividade econômica do País.

As perspectivas para 2012 são de crescimento moderado do comércio exterior brasileiro, em virtude das incertezas geradas quanto ao desempenho de economias da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos da América (EUA). Entretanto, esse cenário pode vir a ser atenuado pela dinâmica econômica dos países emergentes.





Com o propósito de integrar ações e projetos de promoção da cultura exportadora por meio da construção de Mapas Estratégicos de Comércio Exterior, foi lançado em abril de 2011 o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). Esta iniciativa reúne 15 instituições nacionais e regionais e 23 Estados da Federação. Em 2012, estão previstas a consolidação de Mapas Estratégicos e Planos de Ação, bem como o início da execução das atividades pactuadas, que, juntas, consubstanciarão uma política de comércio exterior para cada unidade da Federação. Os documentos estão focados em setores estratégicos de cada Estado e refletirão o planejamento dos governos, entidades e órgãos envolvidos para o quadriênio 2012-2015.

No âmbito dos Encontros de Comércio Exterior (Encomex), foram realizados três eventos, sendo dois regionais – em Salvador (BA) e Porto Velho (RO) – e um internacional – Encomex Mercosul, em Curitiba (PR). Em 2011, os Encomex ganharam novo formato visando melhor adequação às demandas das pequenas e médias empresas exportadoras e ao potencial exportador. Dentro do programa Redeagentes, foram realizados 21 treinamentos e cursos sobre como exportar, em 11 Estados e 14 Municípios, para cerca de 800 pessoas. Para 2012, está programada a realização de 37 treinamentos e cursos de capacitação voltados para agentes de comércio exterior e pequenas empresas. Da série Aprendendo a Exportar, foram lançados os produtos multimídia Aprendendo a Exportar-Cooperativismo e Aprendendo a Exportar para a União Europeia. Há previsão de lançamento do Aprendendo a Exportar – Versão 3 e do Aprendendo a Exportar - Amazônia Ocidental e Estado do Amapá, este último em parceria com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Em agosto de 2011, foi lançada a versão 2 da Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), sistema de divulgação de estatísticas de comércio exterior, com melhorias de acessibilidade e incremento de novas variáveis, com destaque para os dados por Municípios e para as versões em inglês e espanhol do Sistema.

Concluiu-se a versão 2 do Radar Comercial, sistema de inteligência comercial criado para identificar oportunidades de mercados para os produtos brasileiros de exportação, com o aperfeiçoamento da navegação e a inclusão de novos países, totalizando 120 mercados. Após a implementação da nova versão, houve aumento de 70% no uso do sistema.

Com o objetivo de disseminar informações de comércio exterior, foi lançada, em fevereiro de 2011, a Balança Comercial de Cooperativas. De periodicidade mensal, o boletim apresenta a evolução dos principais produtos exportados e importados e dos mercados compradores e fornecedores em que atuam, transformando-se em fonte de informação para montagem de estratégias de comércio exterior.

Também em agosto de 2011 foi lançado o Portal Brasileiro de Comércio Exterior (PBCE) (www.comexbrasil.gov.br) em substituição ao Portal do Exportador, ampliando o conteúdo de informações ao incluir assuntos relacionados à importação. O objetivo do Portal é se tornar referência nessa área e, ao mesmo tempo, constituir-se em facilitador de comércio, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas. O serviço de atendimento on-line também foi ampliado, passando a se chamar Comex Responde, para atender às consultas sobre todos os temas afetos ao comércio exterior.

A Vitrine do Exportador, *website* de promoção de exportadores brasileiros, também foi totalmente reformulada em 2011. A nova versão, lançada em novembro, possibilitará maior interatividade e divulgação de empresas mediante a criação de vitrine virtual individualizada. Além de informações sobre os principais mercados e produtos exportados pela empresa, é possível incluir imagens, vídeos, geolocalização e dados comerciais, sendo os serviços totalmente gratuitos. A vitrine virtual dispõe ainda de uma área para envio de propostas de negócios por parte dos importadores.

No que concerne à defesa comercial, uma das medidas implementadas em defesa da indústria foi a criação, em junho de 2011, do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), que tem por finalidade a atuação conjunta do





Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e do Ministério da Fazenda (MF) no combate a práticas ilegais de comércio exterior. Vinte produtos foram submetidos à sua apreciação, tendo sido tomadas medidas, nas respectivas esferas de competência dos Ministérios, em relação aos produtos sobre os quais foram identificados indícios de irregularidades.

No tocante ao combate às práticas desleais de comércio exterior, entre janeiro e dezembro de 2011 foram iniciadas 24 investigações antidumping e três investigações de subsídios acionáveis, e encerradas 36 investigações antidumping, das quais 22 com a aplicação de direitos *antidumping* e 14 investigações sem a aplicação de medidas.

Ao final de dezembro de 2011, 34 investigações estavam em curso, incluindo quatro investigações anticircunvenção, três investigações de subsídios acionáveis e 86 medidas de defesa comercial estavam em vigor, sendo uma de salvaguarda, 84 direitos *antidumping* e uma medida compensatória.

No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 16 setores cujas exportações foram alvo de investigações *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas em outros países.

Em 2012 serão publicadas as novas regras relativas a investigações para a aplicação de medidas compensatórias capazes de neutralizar distorções causadas por subsídios e salvaguardas. Previamente, será realizada consulta pública destinada a franquear oportunidade para que todos os agentes com interesse na área de defesa comercial possam contribuir para o aprimoramento de novas disciplinas.

Em 2011 foi dado início às investigações de origem não preferenciais, com o objetivo de impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlem a aplicação de uma medida de defesa comercial, por meio de uma declaração de origem incorreta. Foram abertas 10 investigações de origem não preferenciais, das quais seis foram concluídas com resultados significativos para os setores afetados. Para 2012, está prevista a abertura de outras 25 investigações de origem não preferenciais.

Visando promover a competitividade do comércio exterior, o Sistema de Registro de Informações de Promoção (Sisprom) beneficia as empresas com redução da alíquota do Imposto sobre a Renda (IR) a zero, nas remessas ao exterior, decorrentes da participação em feiras e de outras ações de promoção comercial. Em 2011 registraram-se 2.202 operações de promoção comercial, com valores de registros efetivados da ordem de R\$ 77,28 milhões, superando em mais de 16% a quantidade de operações registradas em 2010. Para 2012, será desenvolvida uma nova versão para o Sisprom, com mais funcionalidades e facilidades para os usuários, o que propiciará a dispensa de apresentação de alguns documentos, com a introdução de procedimentos visando à utilização da certificação digital para o cadastro de usuários do Sistema.

Em 2011 foram aprovadas operações de crédito que alavancaram exportações no valor de US\$ 8,2 bilhões pelo Programa de Financiamento à Exportação (Proex) e pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE). No âmbito do PBM, foram estabelecidas duas medidas relacionadas ao financiamento e à garantia das exportações: criação do Fundo de Financiamento à Exportação de MPME (FFEX) e criação de modelo de cobertura pelo FGE para exportação a países de maior risco. Em 2012 será definida a operacionalização das novas modalidades de apoio à exportação.

Ainda em relação ao financiamento à exportação, em 2011, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e sobre Cambiais Entregues (ACE) do Banco do Brasil superaram os US\$ 17 bilhões, batendo seu recorde histórico. O BNDES desembolsou por meio da linha BNDES – Exim, em 2011, cerca de US\$ 6,7 bilhões.





Essas linhas são de extrema importância para os exportadores brasileiros, pois possibilitam às empresas captar recursos com juros inferiores às taxas praticadas no mercado interno, o que torna os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional.

Na área de logística de comércio exterior, foi realizado levantamento, junto ao setor privado, dos principais gargalos nas operações de importação e exportação. Esse levantamento orientará uma proposta abrangente de modernização e otimização dos fluxos de comércio exterior, em articulação com outros órgãos atuantes no comércio exterior brasileiro. O Governo também estará empenhado no desenvolvimento de um projeto de simplificação das exportações de até US\$ 50 mil, em todos os modais de transporte, com base no modelo dos serviços Exporta Fácil dos Correios.

Em 2012, será iniciado o projeto do Sistema de Desempenho Logístico, meta prevista no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins de mensuração da efetividade e eficácia da logística das operações de comércio exterior.

A harmonização dos regimes de admissão temporária e *drawback*, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), é tema para o exercício de 2012. Os Estados-Partes do Mercosul estão autorizados a utilizar os regimes de *drawback* e admissão temporária até 31 de dezembro de 2016, para o comércio intrazona, e deverão instruir o Grupo Mercado Comum (GMC) a aprovar em 2012 uma proposta de harmonização dos regimes aduaneiros especiais de *drawback* e admissão temporária.

Nas operações de comércio exterior, o ano de 2011 foi marcado pela inovação nos sistemas de informação.

O Módulo Anuência LI do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), em produção desde maio de 2011, permite que os órgãos anuentes nas operações de importação definam critérios pelos quais os Licenciamentos de Importação (LI) possam ser deferidos automaticamente, permitindo, assim, uma significativa desoneração das equipes responsáveis pela análise desses licenciamentos.

Também em 2011 foram iniciados os trabalhos de definição do sistema *Drawback Integrado Isenção Web*, previsto para ser lançado em 2012, por meio do qual as análises que ainda são realizadas manualmente em formulários de papel poderão ser realizadas *on-line*, com a automatização de boa parte dos procedimentos.

O Siscomex Exportação *Web* (Novoex) trouxe melhorias e inovações em relação ao Sistema anterior e está totalmente integrado aos demais módulos do Siscomex, inclusive na etapa aduaneira, agilizando o processamento das exportações brasileiras.

Com relação aos mecanismos de incentivo à exportação, merece destaque a entrada em vigor do novo *Drawback Integrado Isenção*, que compreende a isenção do Imposto de Importação e a redução a zero do IPI, PIS/Pasep e Cofins, incidentes nas importações e aquisições no mercado interno de mercadoria equivalente à empregada ou consumida na industrialização de produto exportado ou à empregada em reparo, criação, cultivo ou atividade extrativista de produto já exportado.

A novidade desse mecanismo, em vigor desde fevereiro de 2011, é a possibilidade de repor o produto nacional utilizado na produção de mercadoria já exportada. Além disso, a empresa pode, à sua conveniência e oportunidade, optar por repor seus estoques por meio de importação, aquisição no mercado interno ou combinação de ambos.

A consolidação da legislação de comércio exterior, cujas normas encontram-se esparsas em diversos diplomas legais, foi um dos desafios também enfrentados em 2011. Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações: i) consolidação da relação dos





órgãos anuentes do comércio exterior, com suas respectivas competências em relação aos tipos de produtos ou atividades que anuem; ii) compilação de todas as penalidades previstas na legislação dos órgãos anuentes; e iii) consolidação das leis que dispõem sobre o comércio exterior de forma a atualizar as referências a órgãos que foram extintos ou substituídos por outros; a harmonizá-las com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Mercosul; e a declarar a revogação expressa de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores.

Em 2011, a legislação que trata das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) foi complementada e aperfeiçoada. Existem no Brasil, atualmente, 23 ZPEs em diferentes fases pré-operacionais. As ZPEs são áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem exportados, com a possibilidade de venda para o mercado interno de até 20% da produção. No exercício de 2011, além de dar prosseguimento à análise de propostas de criação de novas ZPEs e de instalação de projetos industriais, foram publicadas resoluções aperfeiçoando os requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais, e a Orientação Superior da Política das ZPEs, permitindo que Municípios e/ou Estados possam submeter propostas de criação dessas Zonas. Além disso, o primeiro projeto industrial foi autorizado para instalação em ZPE no País, com investimentos totais na ordem de US\$ 8 bilhões e estimativa de geração de 38 mil empregos diretos e indiretos, durante a construção, sendo que na entrada da operação está prevista a geração de 21 mil empregos diretos e indiretos.

b) Metrologia e Qualidade Industrial

Em 2011, as principais ações do Instituto de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) foram relacionadas à inovação, em atendimento à política industrial do Governo como eixo técnico do processo de inovação e de fortalecimento e modernização da indústria nacional, na busca contínua pela melhoria dos serviços ao cidadão.

A Lei nº 12.545, de 14 de dezembro de 2011, além de alterar o nome do Inmetro para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ampliou o escopo de certificação do Instituto, promoveu maior segurança jurídica e agilidade, bem como possibilitou aumento da eficiência, eficácia e excelência dos seus serviços, conferindo maior robustez ao combate às práticas enganosas de comércio.

Em atendimento ao Programa de Certificação de Sistemas de Registro Eletrônico de Ponto (SREP), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Inmetro desenvolveu a regulamentação para os registradores, assim como atuou no sentido de conferir se esses produtos atendem aos requisitos técnicos de *software* e de segurança da informação preestabelecidos.

Na área de energia elétrica estão sendo envidados esforços para garantir maior confiabilidade aos serviços de medição. Os “medidores inteligentes”, ou *smart meters*, representam uma nítida evolução em relação aos medidores eletromecânicos e eletrônicos tradicionais. Podendo possuir funcionalidades como o registro de medições em faixas de horários com tarifas diferenciadas, permite ao consumidor programar a utilização de determinados eletrodomésticos ao longo do dia, com racionalização do consumo de energia elétrica, maior proteção contra fraudes e possibilidade de utilização de pré-pagamento. Em parceria com a Eletrobras, está sendo desenvolvido um “*chip* de segurança metrológica”, que permitirá ao Inmetro atestar que as informações manipuladas por medidores estão seguras. Para 2012, está prevista a implementação dos requisitos estabelecidos para *softwares* aplicados aos medidores eletrônicos e aos Sistemas Distribuídos de Medição de Energia Elétrica.

O Inmetro iniciou a operação do Pente de Frequências Ópticas, o que o torna o único instituto da América Latina capaz de medir superfícies com escalas em nanômetros (que equivalem à bilionésima parte de um metro). Essa capacidade de medição tem impacto significativo em vários ramos da indústria, tais como aeroespacial, automobilística e metal-mecânica.





Em 2011, o Inmetro desenvolveu um programa de acreditação para provedores de Materiais de Referência, já tendo acreditado cinco produtores nacionais. Materiais de Referência ou “padrões” são substâncias ou artefatos, com uma ou mais propriedades suficientemente bem determinadas, e podem ser utilizados na calibração de equipamentos, no acompanhamento e na avaliação de operadores, no controle e atribuição de valores a outros materiais e no desenvolvimento de metodologias. Considerando que esses materiais de referência historicamente são produzidos por empresas estrangeiras, com alto custo de importação, o programa garante que as empresas nacionais fabricantes desses materiais adquiram competência técnica de forma a que seus produtos, mais baratos, possam ser utilizados nas mais diversas áreas (fármacos, alimentos, indústria química e outras), com garantia de integridade.

Ainda com relação aos Materiais de Referência Certificado (MRC), foi desenvolvida atividade de cooperação com o *National Institute of Standards and Technology* (Nist), a qual prevê o desenvolvimento pelo Governo de MRC para biocombustíveis de aviação.

A utilização de bicicletas ampliou o Programa Caminho da Escola, como nova alternativa de acesso às escolas. O Inmetro definiu as especificações técnicas da bicicleta e disponibilizou laboratórios acreditados para a realização dos ensaios necessários visando à comprovação do atendimento aos requisitos estabelecidos. Até outubro de 2011, foram beneficiados 81 Municípios, num total de 30 mil bicicletas, acompanhadas de capacetes, doadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Ainda no âmbito desse Programa, a avaliação de ônibus escolares alcançou a adesão de mais de 3 mil Municípios, que licitaram a compra de cerca de 15 mil ônibus escolares, dos quais 10.006 já foram inspecionados pelo Inmetro com especificações técnicas que passaram a atender plenamente às condições da zona rural, beneficiando 400 mil alunos.

Com objetivo de ampliar a relevância e a qualidade de seus serviços, bem como a incessante busca por excelência técnica, científica e de gestão pelo apoio à inovação tecnológica, foi implantado, em 2011, projeto com vistas ao desenvolvimento de um único processo de acreditação de organismos de avaliação da conformidade, buscando identificar interfaces com atividades complementares e estabelecer requisitos para essas atividades. Para 2012, deverá ser concluído, com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), um sistema informatizado que contemple esse processo único, de forma a aumentar a governança do processo.

Para aumentar a transparência e a participação na elaboração de Programas de Avaliação da Conformidade, foi disponibilizado o portal de comissões técnicas (CT-Web) no qual qualquer cidadão brasileiro pode acompanhar e participar do processo de elaboração de regulamentos e encaminhar contribuições durante os processos de consulta pública. Essa ferramenta permite a participação efetiva de micro e pequenas empresas nas reuniões realizadas para elaboração de regulamentos.

No âmbito do diálogo comercial entre os Governos brasileiro e o dos Estados Unidos, destaca-se o projeto de cooperação para a troca de experiências entre os Pontos Focais interlocutores dos dois países acerca do Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O referido projeto resultou no pioneiro Estudo de Impacto Econômico das Atividades dos Pontos Focais do TBT do Brasil e dos EUA. Para 2012, está prevista a realização de um *workshop* reunindo os Pontos Focais com os demais países do continente americano, objetivando promover os negócios entre as empresas e as melhores práticas dos Pontos Focais do continente americano. Merece destaque também o acordo firmado com o *Consumer Product Safety Commission* (CPSC), priorizando o interesse comum de imprimir elevado grau de segurança aos produtos de consumo nos mercados onde atuam, com alinhamento dos requisitos de segurança similares (iniciando pelos berços infantis), sistemas de coleta de dados de acidentes de consumo e sinalização sobre áreas de riscos emergentes.



Dentre as atividades previstas para 2012, merecem destaque: apoio, pelo Comitê Brasileiro de Regulamentação (CBR), ao Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (Pro-Reg), coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com vistas a implantar metodologia de análise de impacto regulatório nas 27 autoridades regulamentadoras de caráter federal com atuação em cada uma das unidades federadas; desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade e metrologia voltados à sustentabilidade; ampliação dos serviços de Metrologia Biológica, possibilitando o aumento da confiabilidade dos diagnósticos médicos e a segurança e eficácia dos tratamentos; e ampliação da Metrologia Forense, atendendo às demandas da sociedade e do Ministério da Justiça.

c) Propriedade Industrial

Desde março de 2011, o sistema via Internet e-Patentes permite que os usuários tenham acesso digital aos pareceres emitidos pelas divisões técnicas e à carta patente expedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). A partir de 2012, será possível o depósito eletrônico de patentes e o acompanhamento digital de toda a fase processual do pedido, aumentando a transparência das ações do Instituto para a sociedade. O número de concessões de patentes no ano de 2011 foi de 3.806 Cartas Patentes expedidas.

Na área de Marcas foi aprimorado o processo de informatização. Uma nova versão do e-Marcas, sistema de depósito de marcas pela Internet, foi lançada em outubro de 2011, resultando numa interface mais amigável e segura para os usuários. No início de 2012, será implantado o novo sistema interno de gestão do exame de marcas, denominado IPAS (*Intellectual Property Automation System*), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Essa nova plataforma permitirá o aumento da produtividade dos examinadores.

Na área de contratos de transferência de tecnologia, foi concluída em 2011 a etapa relativa ao documento síntese de diretrizes de exame dos principais procedimentos de análise técnica das modalidades contratuais Uso de Marcas e Serviços de Assistência Técnica e, em 2012, será a vez das modalidades contratuais Fornecimento de Tecnologia, Exploração de Patentes e Franquia. Com o intuito de facilitar o acesso e imprimir agilidade ao processo de requerimento de averbação dos contratos de transferência de tecnologia, em 2012, se dará início ao e-Contratos, tendo como 1ª fase a implementação dos formulários eletrônicos. Também será implementado o projeto de construção de uma base de dados para fins estatísticos, possibilitando a geração de pesquisa analítica sobre o impacto econômico da propriedade industrial, de forma a subsidiar as decisões empresariais.

Foi assinado acordo com vigência de quatro anos entre o Governo brasileiro e a OMPI. O Acordo contempla ações de cooperação no eixo Sul-Sul e de cooperação para Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e o Intercâmbio de Melhores Práticas.

Destaca-se também a consolidação e o fortalecimento do Sistema de Cooperação Regional em Propriedade Industrial na América do Sul, denominado Prosul. Foram realizados encontros entre examinadores de patentes, com o objetivo de desenvolver uma plataforma comum de integração e intercâmbio dos dados e sistemas de informação da região, o que permitirá o aumento da qualidade no exame, a diminuição do prazo de decisão do pedido de patente e a redução do *backlog*.

Na disseminação da cultura de propriedade industrial e inovação em âmbito nacional, os multiplicadores de conhecimento que atuam junto às pequenas e microempresas exportadoras receberam treinamento e cartilha sobre a importância da proteção dos ativos intangíveis e sobre o incremento da competitividade advindo do investimento em inovação. Com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi iniciada a integração da sua Plataforma Lattes com o





banco de dados do INPI, o que possibilitará maior visibilidade aos detentores de patentes e outros ativos intangíveis, além de incentivar a interlocução da universidade com a indústria.

A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI desenvolveu atividades de formação e capacitação na modalidade de educação a distância, que culminará com lançamento do Curso Geral de Propriedade Intelectual a distância, de formação básica, em parceria com a OMPI. Outra ação de grande alcance é o Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação, realizado a distância, que já em sua primeira turma, em 2012, pretende formar 2 mil alunos, dentre professores e técnicos vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de todas as regiões do Brasil.

No combate à pirataria, foram desenvolvidos cursos específicos de capacitação para agentes públicos, principalmente para os agentes da Receita Federal e para as polícias. Em 2011, foram capacitados 306 agentes públicos em sete alfândegas e inspetorias da Receita Federal do Brasil, incluídos aeroportos, portos e portos secos. A meta é que a capacitação supere o número de 300 agentes públicos em 2012.

d) Comércio e Serviços

Confirmado a tendência mundial de que, quando um país se desenvolve, o setor de serviços cresce proporcionalmente mais que os outros segmentos da economia, o complexo de comércio e serviços no Brasil vem ganhando importância. Em 2003, o PIB de serviços representava 65% do PIB brasileiro e nos últimos anos essa participação já supera 68%. O segmento de serviços é responsável por mais de 60% do Investimento Direto Estrangeiro (IED) recebido pelo Brasil e por mais de 75% dos empregos formais. É importante mencionar que o Plano Brasil Maior (PBM) incorporou em seu escopo a temática de serviços e a estruturou na dimensão setorial do Plano.

Em atendimento à Resolução nº 25, de 2011, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), está sendo desenvolvida a nova versão do Portal do Empreendedor, que abrangerá todas as modalidades de empresas do País, além do Microempreendedor Individual (MEI). Esse novo Portal se tornará fonte de referência de informações para os empreendedores, trazendo todas as informações e os procedimentos necessários para a abertura, o registro e a legalização de empresas no País. Além disso, novas aplicações e funcionalidades para o MEI, entre elas alterações e baixas, estarão disponíveis no Portal em procedimentos simples e desburocratizados, que permitirão a alteração do endereço e das atividades do negócio.

Desde sua implantação em julho de 2009 até dezembro de 2011, as inscrições do MEI, realizadas mediante o Portal do Empreendedor, totalizaram 1.871.176 empreendedores registrados, superando em 24,7% a expectativa de 1,5 milhão de inscrições até dezembro de 2011. Estima-se que as inscrições ultrapassem o total de 2,5 milhões em 2012.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas Juntas Comerciais do País, no período de janeiro a dezembro de 2011 foram realizadas 608.519 constituições, 1.764.802 alterações e 223.619 extinções de empresas, totalizando 2.596.940 de atos registrados.

Foi sancionada a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a qual concedeu autorização ao Poder Executivo para instituir a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). Essa Nomenclatura servirá como marco orientador para o PBM, sobretudo nas ações voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao financiamento e à desoneração das exportações de serviços. Por outro lado, a possibilidade da extensão da aplicação da NBS a outras esferas de atuação do poder público, especialmente no campo tributário, também justifica a sua instituição.





e) Artesanato e Pequenas e Microempresas

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), em 2011, os seguintes resultados merecem destaque: elaboração da Base Conceitual do Artesanato; capacitação para artesãos, técnicos e multiplicadores de 18 Estados, selecionados pelas Coordenações Estaduais do Programa; participação em 13 eventos de comercialização de produtos artesanais, em oito deles com apoio financeiro, sendo que nos eventos nacionais foram comercializados pelos artesãos 449.983 peças, que resultaram num faturamento de cerca de R\$ 4,5 milhões. Atualmente estão cadastrados aproximadamente 66 mil artesãos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab).

Por intermédio do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, diversas iniciativas de apoio e fomento às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) foram desenvolvidas ao longo de 2011. Dentre os principais resultados alcançados nesse período, há que se destacar a sanção do Projeto de Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que alterou a Lei Geral das MPEs (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006). As inovações legais ampliam os benefícios do Simples Nacional, mediante a expansão dos limites de enquadramento, revisão das alíquotas de tributação, criação de limite especial de exportação e simplificação das regras de registro e baixa de empresas. Essas medidas são decorrentes de demandas dos movimentos de representação das MPEs e possibilitam a melhoria do ambiente de negócios e o estímulo à competitividade dessas empresas.

Em parceria com Estados e representações regionais de pequenas e microempresas, o Fórum Permanente de MPEs promoveu a instalação do Fórum Regional de MPEs do Estado do Mato Grosso do Sul, a 24^a unidade instalada. Em julho de 2011, no contexto da 19^a Plenária do Fórum, foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica com os Correios, Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), Ministério da Justiça, Conselho Federal de Administração, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Frente Nacional de Prefeitos e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com vistas ao desenvolvimento de medidas nas áreas de simplificação e desburocratização, fomento e crédito, capacitação, inovação e outros fatores de competitividade para o setor, objetivando a implementação de uma agenda estratégica de Governo pautada no estímulo ao empreendedorismo.

Com o objetivo de promover a disseminação de informações para micro e pequenas empresas, há que se destacar as iniciativas de capacitação gerencial e fomento à promoção comercial, bem como a elaboração da Cartilha Informativa de Produtos Financeiros para MPEs e Empreendedores Individuais; do *Folder Custo Efetivo Total (CET)* e Portabilidade do Cadastro; da Pesquisa de Gargalos às Exportações de MPE; do Guia de Mecanismos de Apoio ao Comércio Exterior; e do Relatório de Estatísticas do Comércio Exterior de Bens e Serviços.

Para o ano de 2012, estão previstos a realização de levantamento para identificação dos entraves à utilização do *Drawback* e estudos para alteração na legislação com vistas à ampliação do limite de enquadramento para empresas optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às exportações de serviços e à adequação da Lei de Licitações, no que se refere ao prazo para entrega de documentos das propostas vitoriosas.

No que se refere ao financiamento ao investimento para o segmento de pequenas e microempresas, foram desembolsados R\$ 7,6 bilhões através do Cartão BNDES, um crescimento no valor de 76% em relação ao efetuado em 2010, sendo que 71% desse valor foi utilizado por micro e pequenas empresas.

No que diz respeito ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ao longo de 2011, pequenas e microempresas continuaram recebendo apoio prioritário, tendo sido contratado até outubro o montante de R\$ 2 bilhões com mais de 87 mil operações realizadas com recursos internos e, principalmente, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), até ao final de 2011 espera-se alcançar o volume de R\$ 2,8 bilhões. Já para 2012, a meta é a contratação de R\$ 3,5 bilhões com MPEs.





f) Desenvolvimento Regional da Amazônia

A Zona Franca de Manaus (ZFM) desenvolve ações de parcerias com governos estaduais e municipais, instituições de ensino e pesquisa e cooperativas, bem como projetos de apoio à infraestrutura econômica, produção, turismo, pesquisa e desenvolvimento, e de formação de capital intelectual. O objetivo é ampliar a produção de bens e serviços voltados à vocação regional e, ainda, capacitar, treinar e qualificar trabalhadores.

As políticas públicas de desenvolvimento regional incorporadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) abrangem três frentes de atuação: indústria, apoio à ciência e tecnologia, e interiorização do desenvolvimento. Dessa, destacam-se os resultados relacionados às atividades industriais.

Como decorrência da política de incentivos fiscais, houve a aprovação pela Suframa de 231 projetos industriais e de serviços até dezembro de 2011, sendo 94 de implantação e 137 de ampliação, atualização e diversificação. No terceiro ano de implantação desses novos projetos, espera-se criação de 6.874 novos postos de trabalho e investimento total da ordem de US\$ 647,8 milhões. Para os demais projetos aprovados, prevê-se manutenção de 9.842 postos de trabalho e investimentos totais de US\$ 2,33 bilhões. Em relação aos projetos já implantados, os indicadores industriais apontam resultado de sucesso na medida em que até novembro de 2011 o faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) atingiu a marca de US\$ 38,29 bilhões, o que representa um incremento de 17,94% (US\$ 5,8 bilhões) sobre o faturamento de U\$ 32,4 bilhões verificado no mesmo período de 2010. Foram registrados, até novembro de 2011, 119.340 empregos, um incremento de 16.161 portos em relação ao mesmo período do ano anterior. Estima-se que até o final do ano o faturamento do PIM atinja US\$ 40 bilhões. Os setores eletroeletrônicos (incluindo bens de informática) e de duas rodas foram os que mais contribuíram para o alcance desses resultados. Os investimentos líquidos totais realizados pelas empresas do PIM somam, até novembro, US\$ 11,07 bilhões, com incremento da ordem de US\$ 1,74 bilhão em relação a 2010. O Índice de Nacionalização, que representa o percentual agregado de insumo nacional e regional em relação ao total de insumos, alcançou 43,88%, o que representa 2,41 p.p. acima do índice apurado em 2010. O Índice de Regionalização também apresentou crescimento, alcançando a marca de 25,32% (3,01 p.p. superior ao índice alcançado em 2010).

No âmbito das atividades de apoio ao segmento agropecuário em 2011, a Suframa aprovou 35 projetos agropecuários para ocupação do Distrito Agropecuário, por meio de lotes que variam de 25 a 50 hectares, favorecendo a agricultura familiar com a exploração de atividades diversas, com destaque à fruticultura, culturas de ciclo curto e à criação de animais de pequeno porte para subsistência das famílias. Com isso, foi atendida a demanda de 722 famílias por lotes na Área de Expansão do Distrito Industrial, sendo que 40% desses lotes, em média de quatro hectares, já estão com a regularização fundiária realizada. No Distrito Agropecuário, a referida Superintendência dispõe de 850 lotes de 25 hectares voltados para a agricultura familiar, dos quais 35% já estão regularizados.

Ressalte-se ainda a importância da promoção comercial, tanto na divulgação das potencialidades regionais quanto na atração de investimentos. Neste sentido, destaca-se a realização da sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam). A Feira, com periodicidade bianual, teve a presença de 382 expositores em 160 estandes; Rodada de Negócios, que geraram cerca de US\$ 13 milhões (14,5% de crescimento em relação a 2009), com 26 empresas compradoras, 136 empresas ofertantes e 421 agendamentos; Rodada de Negócios de Turismo, com 17 operadores/compradores nacionais e cinco estrangeiros, e 38 empresas de turismo de todos os Estados da Amazônia Legal; e a primeira edição do Salão de Negócios Criativos, que agendou reuniões entre 10 investidores (sendo um internacional) e 11 empresas da Amazônia Brasileira com grande possibilidade de receber investimentos. Com atividades complementares à promoção comercial, a Suframa apoiou a participação de empresas em cinco eventos e feiras internacionais, sendo dois na Europa e três nas Américas do Sul e Central.



O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), atualmente, tem parceria com aproximadamente 60 instituições públicas e privadas para desenvolvimento de carteira de projetos próximos de R\$ 10 milhões, além do gerenciamento de incubadora de empresas. Em 2011 foram desenvolvidas atividades como Coleção de Culturas, Produção de Antibióticos, Produção de Antitumoral, Bebidas Fermentadas a partir de polpas de diversas frutas. A Central Analítica, desde sua implantação, já realizou mais de 10 mil análises tecnológicas. O laboratório de Biologia Molecular destaca em suas atividades os projetos de substâncias bioativas, como: microorganismos com atividade antimonalária e hidrólise enzimática de óleos vegetais. No Núcleo de Produção de Extratos e a Planta de Processos Industriais, os projetos de liofilização e secagem por “Spray Dryers” de frutos amazônicos, desenvolvimento de xarope de bebida de frutos regionais, e coleta de material botânico oriundos da biodiversidade Amazônica. No que concerne ao laboratório de Produtos Naturais, destacam-se o isolamento e a purificação de metabolitos secundários de microorganismos que apresentaram atividade antibiótica e anticancerígena e o desenvolvimento de Protocolo de Cultivo de Curauá (*Ananas erectifolius*) - importante produtora de fibra vegetal. Por fim, o Laboratório de Farmacologia e Toxicologia desenvolveu em 2011 atividades de identificação taxonômica, extração do DNA vegetal e marcação molecular, teste da atividade antiúlcera e antissecetora gástrica, manutenção e controle de ratos e camundongos no biotério. Assim, o Centro vem desenvolvendo produtos e processos junto às empresas a partir do uso da Biodiversidade Amazônica, buscando colocar os produtos no mercado e fomentando o ciclo da inovação.

Quanto às perspectivas para 2012, o Governo dará prosseguimento à sua política de desenvolvimento regional por intermédio de ações continuadas, indispensáveis. Nesse sentido, a Suframa tem como objetivo manter sua participação nas negociações comerciais internacionais, fortalecer o processo de promoção do modelo da Zona Franca de Manaus e desenvolver a região.

Espera-se também instituir nova metodologia de monitoramento do plano estratégico da Suframa mediante implantação de unidade administrativa específica para gestão da estratégia; dar continuidade à implantação do projeto de revitalização das Áreas de Livre Comércio; realizar obras de revitalização e expansão do atual Distrito Industrial – Área de Expansão; apoiar a implantação do Parque Tecnológico do Centro Tecnológico do Polo Industrial de Manaus (CTPIM); e expandir a Infraestrutura do Distrito Agropecuário.

2. Agronegócio

A agricultura brasileira continuou avançando em 2011 e atingiu novos patamares de produção e exportação. Os mais de cinco milhões de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais do País produziram 162,9 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/2011, superando em 9,2% o volume de 149,3 milhões de toneladas da safra 2009/2010. Segundo maior exportador mundial no setor agropecuário, o Brasil já abastece mais de 200 países, sobretudo europeus e asiáticos. Em 2011, as exportações agropecuárias alcançaram US\$ 94,6 bilhões, com superávit setorial de US\$ 77,5 bilhões de dólares.

Com atenção prioritária do Governo, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2011/2012 destinou R\$ 107,2 bilhões para a produção agropecuária, dos quais R\$ 64,1 bilhões com juros controlados. Além de mais recursos para o financiamento da produção, o Governo, em parceria com diversos setores e entidades, promove uma revisão dos instrumentos da política agrícola, com vistas a proporcionar melhorias da renda no campo e seguro agrícola mais acessível aos produtores rurais.

Os investimentos em pesquisa agropecuária e em segurança sanitária, previstos no Plano Plurianual para o período 2012-2015, da ordem de R\$ 3,5 bilhões, são prioritários para que o País mantenha o protagonismo na inovação e na tecnologia agropecuária. Assegurar a sanidade animal e vegetal da produção é condicionante extremamente relevante para o comércio externo e para a estabilidade do mercado agropecuário.





Apesar do atual desempenho obtido pela agropecuária nacional, a crescente demanda mundial por alimentos, a busca por novas fontes renováveis, eficientes e limpas de energia, a necessidade de equilibrar e racionalizar a dinâmica global de uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento de alternativas tecnológicas em face das mudanças climáticas são desafios a serem enfrentados nos próximos anos para a obtenção e manutenção de uma agricultura sustentável, capaz de compatibilizar, permanentemente, o equilíbrio entre o aumento da renda e a redução na emissão de poluentes.

Para a sustentabilidade da produção agropecuária nacional, a geração de soluções tecnológicas pela pesquisa agropecuária exerce papel central. Além disso, é importante o incentivo governamental para o uso de tecnologias e práticas sustentáveis, como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), lançado em 2010.

Em um somatório de iniciativas, a política agrícola vem sendo implementada de forma a ser capaz de agregar valor a toda a cadeia produtiva, ter capacidade de se antecipar à diversidade de situações existentes no País e mitigar as adversidades naturais, inerentes à atividade agrícola. Portanto, os resultados a serem produzidos pelo segmento agropecuário demandam contínua construção e administração da estratégia governamental integrada de apoio ao agronegócio.

a) Crédito Rural e Apoio à Comercialização

a.1) Crédito Rural

O alcance dos instrumentos de política agropecuária para a safra 2011/2012 foi ampliado, com destaque para o crédito rural e os mecanismos de apoio à comercialização e à gestão de risco rural. Foram enfatizadas medidas de apoio à pecuária, à agroenergia e cana-de-açúcar e à estocagem de suco de laranja. As ações governamentais de incentivo às tecnologias sustentáveis na produção agropecuária e de mitigação da emissão de gases causadores do efeito estufa foram aperfeiçoadas e consolidadas no Programa ABC.

No Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 (PAP 2011/2012) foram disponibilizados R\$ 107 bilhões para a agricultura empresarial, valor 7% superior ao da safra anterior, sendo R\$ 80,2 bilhões destinados a custeio e comercialização, dos quais R\$ 64,1 bilhões a juros controlados. Também foram alocados R\$ 20,5 bilhões para os programas de investimento, incluindo R\$ 3,15 bilhões para o Programa ABC e R\$ 6,5 bilhões às linhas especiais de financiamento para estocagem de álcool e para o Programa de Sustentação do Investimento – Bens de Capital (PSI-BK). O PAP 2011/2012 também prevê a aplicação de R\$ 16 bilhões destinados à agricultura familiar.

O Programa ABC tem por objetivo incentivar práticas que envolvam a produção sustentável e resultem em menores emissões de gases causadores de efeito estufa, a exemplo do financiamento de recuperação de áreas e pastagens degradadas; implantação de sistemas de integração lavoura-peguaria-florestas e a correção e adubação de solos. Também abrange o estímulo à adoção de práticas conservacionistas, de manutenção de florestas comerciais, da agricultura orgânica e da recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal.

Dentre as prioridades do PAP 2011/2012, encontra-se a continuidade do incentivo ao médio produtor rural, pelo ajuste nos valores da renda bruta anual para fim de enquadramento no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), assim como o aumento na disponibilidade de recursos, da ordem de R\$ 8,3 bilhões. No mesmo sentido, também foram simplificadas as normas de crédito rural, com o objetivo de dar maior agilidade operacional e facilitar a aplicação dos recursos.





a.2) Apoio à Comercialização

Em 2011 foram comprometidos R\$ 1,2 bilhão para o apoio à comercialização de 4.071,04 mil toneladas de arroz, feijão, milho, sisal e trigo, por meio dos instrumentos de Aquisição do Governo Federal – AGF, Contratos de Opção, Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro).

As operações com os instrumentos Pepro e PEP alcançaram o montante de R\$ 292,76 milhões, com a negociação de 2.598,24 mil toneladas de produtos, enquanto as Opções Públicas atingiram R\$ 574,85 milhões, correspondendo a 982,80 mil toneladas.

A aquisição de estoques públicos pela utilização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ultrapassou 811,25 mil toneladas de produtos agrícolas, com utilização de R\$ 1.233,2 milhões. No mesmo período foram vendidas, por meio de leilões eletrônicos e da aplicação de equalização de preços, 3.097,96 mil toneladas de produtos, visando suplementar o abastecimento em regiões deficitárias, e 62 mil toneladas por meio do programa de Vendas em Balcão.

Para 2012, o Governo Federal prevê a utilização de R\$ 5,2 bilhões destinados ao apoio e incentivo à comercialização, priorizando-se os instrumentos de equalização de preços, o que possibilitará a movimentação em torno de 22 milhões de toneladas de produtos agrícolas. No que se refere às compras governamentais, o foco será a maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, sendo as Aquisições do Governo Federal (AGF) realizadas em regiões mais afastadas, visando assim priorizar e beneficiar produtores familiares que têm dificuldades de participar dos leilões públicos.

a.3) Apoio à Cafeicultura

As linhas de crédito para financiamento ao produtor foram ampliadas com a alocação de R\$ 2,44 bilhões, mediante a utilização de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), sendo: R\$ 600 milhões para custeio; R\$ 300 milhões para colheita; R\$ 500 milhões para estocagem; R\$ 500 milhões para Aquisição de Café (FAC); R\$ 50 milhões para financiamento de contratos de opções e de operações em mercados futuros; R\$ 150 milhões para financiamento de capital de giro para a indústria de café solúvel; R\$ 40 milhões para recuperação de cafezais danificados; e R\$ 300 milhões destinados à linha extraordinária de crédito para composição de dívidas decorrentes de financiamentos à produção de café.

A safra de café, colhida em 2011, alcançou 43,5 milhões de sacas de 60 kg. As exportações representaram 9,2% de todas as exportações brasileiras do agronegócio, com aproximadamente 33,6 milhões de sacas que geraram uma receita de U\$ 8,7 bilhões.

Em 2012, serão alocados pelo Governo recursos da ordem de R\$ 2,7 bilhões para operacionalizar os instrumentos da política cafeeira, envolvendo financiamentos e operações de crédito de custeio, colheita, estocagem, FAC e desenvolvimento de pesquisas agronômicas de café, levantamento de safras, entre outras.

b) Gerenciamento de Riscos Climáticos

b.1) Zoneamento Agroclimático

A coleta e a divulgação das informações meteorológicas possibilitaram o monitoramento e o zoneamento agroclimático, as ações de previsão de safras e o fornecimento de informações diretamente aos agricultores e aos agentes financeiros para a adoção de medidas preventivas, que diminuem os riscos potenciais da agricultura. A rede meteorológica brasileira atualmente está composta de 768 estações, das quais 465 automáticas, 291 convencionais e 12 de rádio sondagem.





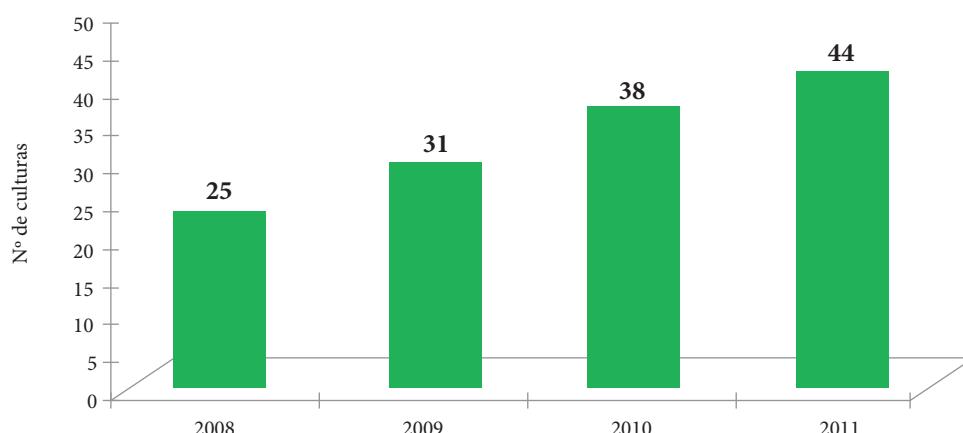
O Zoneamento Agrícola de Risco Climático é o instrumento de política pública que indica as épocas mais adequadas de plantio para as principais culturas, de forma a minimizar os riscos de perdas ocasionadas por eventos climáticos adversos nas fases mais sensíveis das lavouras.

Os estudos de zoneamento agrícola de risco climático são atualizados anualmente e já contemplam 44 culturas, sendo 19 de ciclo anual e 24 culturas permanentes, além do zoneamento para o consórcio entre milho e braquiária, distribuídas em 24 unidades da Federação.

Em 2011, foram divulgados, pela primeira vez, os zoneamentos para as culturas de aveia, melancia, goiaba, manga, seringueira e sisal, e foram elaborados mais de 396 estudos de zoneamento, sendo publicadas 570 portarias.

O Governo tem priorizado a divulgação de zoneamentos de novas culturas com potencial para produção de biocombustíveis, como amendoim, canola, dendê, girassol e mamona, em consonância com o Plano Nacional de Agroenergia, assim como para culturas de interesse regional, como espécies frutíferas, em atendimento às demandas originárias da agricultura familiar.

Evolução do Zoneamento Agrícola de Risco Climático - Safras 2008/2009 a 2011/2012



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Série ajustada.

b.2) Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

A política de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) tem evoluído com vistas a universalizar o acesso ao seguro privado pelos produtores rurais, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e promover a modernização da gestão dos empreendimentos rurais. Tem também contribuído para a redução da inadimplência dos produtores rurais junto aos agentes financeiros e aos fornecedores de insumos agropecuários.

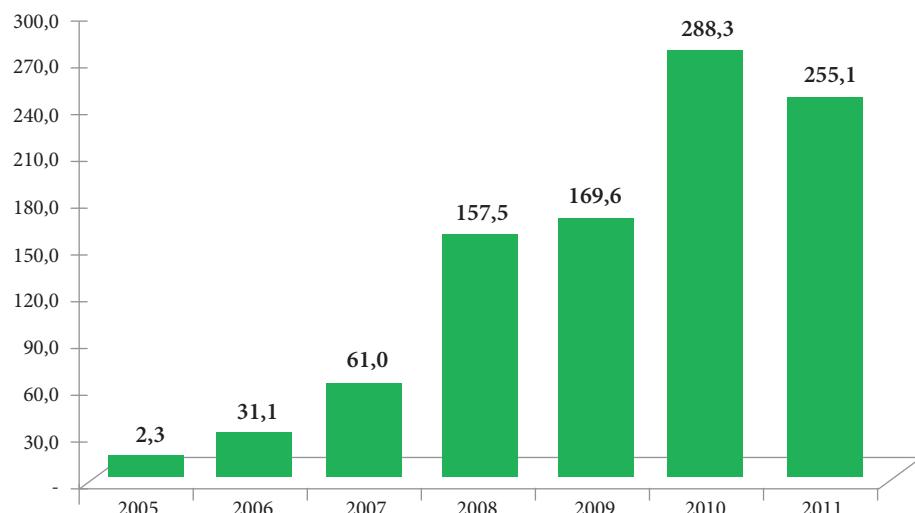
O PSR contempla apólices de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, florestal e aquícola, sendo que na modalidade agrícola, em 2011, foram beneficiadas mais de 70 culturas. Nesta modalidade, o produtor rural que possua situação patrimonial regular pode ser beneficiado com subvenção de até R\$ 96 mil a cada ano civil, com os percentuais variando entre 40% e 70% sobre o prêmio do seguro, conforme a cultura selecionada. Para as demais modalidades de seguro – pecuária, florestal e aquícola – o percentual máximo de subvenção sobre o valor do prêmio do seguro é de 30%, com limite financeiro de R\$ 32 mil por produtor a cada ano civil.





Em 2011, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural utilizou R\$ 255,1 milhões em recursos orçamentários do Governo. Os valores aplicados beneficiaram aproximadamente 44 mil produtores rurais com a cobertura de 10,4 milhões de hectares e garantiram capitais da ordem de R\$ 7,4 bilhões. O gráfico a seguir demonstra a evolução do Programa desde sua implementação, no ano de 2005.

Evolução da Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - 2005 – 2011
Valor Subvencionado (milhões de R\$)



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Para 2012 está prevista a regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, autorizado pela Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010. Com a medida, as seguradoras poderão reduzir o risco das suas carteiras de seguro rural e dar cobertura ao pagamento de indenizações decorrentes de eventos climáticos mais severos. Essa medida proporcionará uma ampliação da oferta de produtos de seguro no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios.

c) Defesa Agropecuária

A posição atual do Brasil de grande produtor de alimentos, abastecendo o mercado interno e com significativa participação no comércio internacional de produtos de origem animal e vegetal, foi determinante para a modernização e o fortalecimento do sistema de defesa agropecuária do País. Dessa forma, a eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a competitividade do agronegócio brasileiro.

Fruto de ações desenvolvidas em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do Programa Mais Ciência, Mais Tecnologia, em 2012 vários projetos de pesquisa para o fortalecimento da defesa agropecuária serão concluídos.

c.1) Saúde Animal

Vários programas sanitários na área de saúde animal estão em execução com a participação dos governos federal e estaduais e da iniciativa privada, conforme se verifica a seguir.





• Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa

Desde abril de 2006, a febre aftosa não é registrada no País. São reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como áreas territoriais livres de febre aftosa com vacinação as compreendidas pelos Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Rio Grande do Sul, Rondônia e pelo Distrito Federal, além de parte do território do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O território do Estado de Santa Catarina é reconhecido como área livre de febre aftosa sem vacinação.

Em 2011 o Brasil obteve junto à OIE a recuperação da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação para a região denominada Zona de Alta Vigilância – ZAV, na faixa de fronteira internacional do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e Bolívia. Também foram reconhecidas como zonas livres de febre aftosa com vacinação as regiões classificadas como zonas de proteção dos Estados da Bahia, Tocantins e Rondônia, com ampliação da zona livre a partes dos Municípios de Canutama e Lábrea, no Estado do Amazonas.

A zona livre da doença no Brasil ultrapassa 5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 182 milhões de bovinos e 30 milhões de suínos.

Na área ainda não reconhecida oficialmente como livre da febre aftosa, os Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e parte do Estado do Pará são classificados nacionalmente como de risco médio, reunindo condições básicas para buscar o reconhecimento de zona livre da doença.

Foi registrada ocorrência de foco de febre aftosa no Paraguai, em meados de setembro de 2011, colocando em estado de alerta sanitário todo o serviço veterinário oficial brasileiro, em especial dos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em face do grande risco representado pela proximidade do local da ocorrência com as nossas fronteiras, o Governo adotou todas as medidas necessárias à proteção do rebanho nacional.

Foram intensificadas as fiscalizações na fronteira do Brasil com o Paraguai e as ações de vigilância veterinária internas. Essas ações envolveram recursos humanos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), dos serviços veterinários dos quatro Estados, forças policiais federais e estaduais, além do Exército Brasileiro. O número de fiscais nos postos de fronteira e de equipes volantes de fiscalização foi reforçado e as importações de animais vivos suscetíveis à febre aftosa e de seus produtos originários do Paraguai foram suspensas temporariamente.

No início de dezembro de 2011 foi autorizada a reabertura da importação de carne bovina maturada e desossada do Paraguai, de plantas previamente habilitadas para exportação ao Brasil, mantendo-se a restrição à entrada de animais suscetíveis à febre aftosa. Não há registro da ocorrência da febre aftosa no território brasileiro, o qual mantém o status anterior ao episódio notificado no país vizinho.

Em 2012 serão intensificadas as ações para ampliação da zona livre de febre aftosa aos Estados do Norte e Nordeste, e também as ações para o fortalecimento e capacitação dos serviços veterinários, visando garantir a evolução da condição sanitária da zona livre de febre aftosa e a expansão da zona livre sem vacinação. Atenção especial deverá ser dada à proteção das fronteiras internacionais, buscando a definição de estratégias eficazes e duradouras que garantam a sanidade animal dos nossos rebanhos frente aos desafios existentes no continente.



- **Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal (PNCEBT)**

Com o objetivo de reduzir a prevalência dessas doenças, o Programa foi intensificado com a certificação oficial de propriedades livres. O número de propriedades certificadas evoluiu de 128, em 2010, para 300 certificadas como livres de brucelose e tuberculose, em 2011, e cerca de 3 mil estavam em processo de certificação. Houve aumento da cobertura vacinal de fêmeas bovinas e bubalinas contra brucelose, com envolvimento de cerca de 10 mil médicos veterinários capacitados pelo Programa.

Adicionalmente, estudos vêm sendo realizados para maior conhecimento da prevalência da brucelose e da tuberculose bovina nos rebanhos bovinos e bubalinos de todas as unidades da Federação e a fim de serem especificadas estratégias adaptadas à realidade de cada unidade federativa.

- **Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espóngiformes Transmissíveis**

O Brasil é livre da encefalopatia espongiforme bovina (EEB) – conhecida como “doença da vaca louca” –, zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. As medidas de mitigação de risco adotadas no País visam impedir a propagação da doença na eventualidade de sua ocorrência. Foi elaborado e enviado, em outubro de 2011, à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) um extenso relatório solicitando a recategorização do Brasil como país de risco insignificante para a EEB. O Brasil é considerado hoje como de “risco controlado” e a nova categorização terá reflexos positivos nas exportações brasileiras.

- **Programa de Erradicação da Peste Suína Clássica**

Foram reforçadas as ações de vigilância sanitária na zona livre de peste suína clássica (PSC), com a realização de inquéritos soroepidemiológicos em criatórios de suínos (subsistência) e monitoramentos sorológicos em granjas comerciais. A zona livre abrange 15 unidades da Federação, correspondendo a 50% do território nacional, com 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos sem registro de casos da doença desde 1998. Foi realizado o inquérito soroepidemiológico para PSC no Estado do Acre, com vistas a sua inclusão na zona livre de PSC. Estão previstas ações de aprimoramento do sistema de atenção à sanidade dos suínos nas áreas não livres da doença, visando ao controle e à erradicação da doença no País.

- **Programa Nacional de Sanidade Avícola**

Foi elaborado e apresentado à OIE um projeto de norma para a compartimentação na avicultura industrial brasileira visando à prevenção da doença de *Newcastle* e da *influenza* aviária. A aplicação e reconhecimento da norma por aquela Organização, na área da avicultura, será um importante instrumento de gestão de doenças e facilitará o comércio de aves e produtos avícolas.

- **Normativos para importação temporária de equinos**

Foram padronizados os requisitos sanitários para a importação temporária de equinos e de produtos de uso veterinário e alimentação animal, quando da realização dos Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar em 2011, no Rio de Janeiro. Idênticos requisitos deverão ser utilizados quando da recepção dos equinos nos Jogos Olímpicos de 2016.

c.2) Sanidade Vegetal

Dentre as ações, na área da sanidade vegetal, que têm por objetivo proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira, sobressaem-se:





- **Mosca da carambola:** Foi editada a Instrução Normativa nº 09, de 2011, que considerou o Estado de Roraima como área de emergência fitossanitária para implementação do plano de supressão e erradicação da praga denominada *Bactrocera carambolae*, devendo ser executadas medidas para conter a disseminação do inseto, tais como a proibição do trânsito de frutas frescas de espécies hospedeiras, do Município atingido e de áreas próximas para outras regiões do Estado, e de Roraima para outras unidades da Federação sem ocorrência da praga. No território do Estado do Amapá, considerado com a presença da praga, as ações foram segmentadas em medidas de contenção no extremo norte do Estado, erradicação no sul e pós-erradicação no Vale do Jari. Em Roraima estão sendo realizados três planos emergenciais, localizados em Normandia, Uiramutã e Vila do Mutum. Em Almeirim, no Pará, também está sendo implantado o Plano Emergencial para erradicação da praga. Mesmo com bons resultados faz-se necessária a continuidade das ações supracitadas de controle, erradicação e monitoramento em 2012.
- **Cancro cítrico:** Finalizada a proposta de atualização da legislação federal relativa ao cancro cítrico, que inclui os critérios e procedimentos para adoção do Sistema de Mitigação de Risco (SMR) e para o estabelecimento de Áreas Livres da praga, além da oficialização das Áreas sob Erradicação ou Supressão e da caracterização e manutenção da condição fitossanitária de praga. A proposta será analisada e encaminhada à Coordenação Geral da Campanha Nacional de Erradicação do Cancro Cítrico (Canecc) e posteriormente ao setor produtivo, por intermédio da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura, com vistas à consolidação da proposta final a ser publicada no ano de 2012.
- **HLB (ex-Greening):** Praga restrita aos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. A atual legislação determina que o produtor efetue inspeções regulares, elimine plantas sintomáticas e encaminhe ao Serviço de Defesa Agropecuária do Estado os relatórios com os resultados de suas ações. A não entrega dos referidos relatórios implicará automática inspeção pelos órgãos de sanidade. Tal medida concorreu para que mais de 90% dos produtores aderissem às ações de controle da praga. Para o ano de 2012, está planejada a continuidade das ações de controle oficial da praga visando a sua contenção.
- **Lagarta da macieira:** ações nas áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul permitiram a quase eliminação da “*Cydia pomonella*” no País. As ações de monitoramento da praga e de erradicação de plantas hospedeiras têm sido realizadas nas zonas urbanas dos Municípios de Bom Jesus, Vacaria, Caxias do Sul e Lages. Na Safra 2010/2011 foram detectados seis insetos. Na safra 2011/2012 será dada continuidade a essas ações.
- **Sigatoka negra:** manutenção do sistema de manejo de risco e áreas livres, propiciando o acesso de vinte Estados ao mercado interno e externo da banana. Atualmente treze Estados mantêm a condição de áreas livres em todo o seu território. Em 2012 serão estabelecidos procedimentos para revisão do status fitossanitário das regiões onde não mais ocorrem detecções da praga.
- **Mosca das cucurbitáceas:** no ano de 2011 foram cumpridas as metas referentes às auditorias necessárias para a manutenção das áreas livres e do sistema de Mitigação de Risco, no que diz respeito aos procedimentos de monitoramento da praga, cadastramento de produtores, rastreabilidade e controles. Foram mantidas as áreas livres nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, e o sistema de mitigação de risco da praga nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e São Paulo, possibilitando a exportação de cucurbitáceas (melancias e melões) para os Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Para 2012 a perspectiva é de continuidade das ações de monitoramento. Ademais, encontra-se em vias de aprovação o sistema de mitigação de risco no Município de Santa Isabel do Ivaí (PR).
- **Mofo azul do Tabaco:** foi finalizado em 2011 o protocolo de exportação para a China, que identificou, caracterizou e chancelou junto ao governo chinês as áreas livres, conforme a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais - CIPV/FAO. Essa ação assegura a exportação de tabaco para a China consolidando as áreas exportadoras do Paraná, Santa



Catarina e Rio Grande do Sul e também o reconhecimento dos Estados de Alagoas e Bahia como áreas livres. Em 2012 deverá ser publicada Instrução Normativa para padronizar os procedimentos de mitigação de risco para Mofo Azul do Tabaco, a serem adotados pelos Estados exportadores com presença da praga, que poderão sofrer sanções ou suspensão de exportações pelo não reconhecimento como áreas livres da praga.

c.3) Qualidade dos Produtos e Insumos Agropecuários

A inspeção de produtos de origem animal manteve como atuação prioritária as ações de combate à fraude em carne de aves, pescado e leite. Foram realizadas 1.580 supervisões em estabelecimentos com a coleta de 38.419 amostras para análises laboratoriais, das quais 94% apresentaram índice de conformidade adequada.

Em 2012 haverá incremento das ações de combate e eliminação à clandestinidade de produtos de origem animal e ações de incentivo à adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Está ainda prevista a conclusão da modernização do Sistema de Informações Gerenciais do SIF- SIGSIF na Plataforma de Gestão Agropecuária.

A inspeção de produtos de origem vegetal enfatizou o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle. O índice de conformidade alcançou 69%, o que corresponde a 91% da meta proposta no Plano Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No setor de bebidas e vinhos, as ações tiveram como foco a inspeção e fiscalização do processo produtivo, com vistas à prevenção e detecção de fraudes econômicas e de não conformidades, em colaboração com os órgãos de defesa do consumidor e de saúde.

Os insumos agrícolas (sementes e mudas, fertilizantes, inoculantes, corretivos e agrotóxicos) são indispensáveis à produção agropecuária, constituindo-se nos principais responsáveis pelos contínuos aumentos da produtividade de culturas e de pastagens. Nesse contexto, a vigilância permanente do poder público sobre a qualidade desses insumos, através de ações contínuas de fiscalização sobre a produção, importação e comercialização reveste-se de fundamental importância para a agropecuária nacional.

No segmento de insumos pecuários ampliou-se a modernização do processo de trabalho e de todo o sistema de fiscalização, buscando melhorar a qualidade dos produtos colocados à disposição do consumidor – medicamentos e vacinas de uso veterinário, alimentos para animais, sêmen e embriões de animais –, reduzindo a burocracia com a simplificação do registro de algumas categorias de produtos. As parcerias com o setor produtivo resultaram em maior responsabilização do fabricante pela qualidade e regularidade de seus produtos.

A fiscalização teve como meta assegurar a conformidade e a inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância, como as vacinas para a execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais – febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Ressalta-se também o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina (EEB), além do monitoramento de substâncias cuja presença na cadeia alimentar possa causar riscos à saúde dos animais e do homem e danos ao meio ambiente.

Em 2011, foram efetuadas aproximadamente 2,5 mil fiscalizações nos estabelecimentos produtores que comercializam produtos veterinários, resultando na coleta de 1.141 partidas de vacinas de um total de 12,5 bilhões de vacinas produzidas no País, cujo índice de conformidade alcançou 95,35%. Foram efetuadas 1,1 mil fiscalizações em estabelecimentos fabricantes





de produtos para alimentação animal, com a consequente coleta de 2.176 amostras para fins de análise laboratorial, das quais 90% apresentaram-se conformes.

Em 2012, serão intensificadas as ações de fiscalização nos estabelecimentos fabricantes e comerciais de insumos pecuários, com ênfase nas áreas de alimentação animal e de produtos de uso veterinário. Neste último segmento será priorizado o controle da qualidade dos antiparasitários, das vacinas contra a brucelose bovina e contra as clostrídioses.

Deu-se continuidade à expansão do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Animal) nos produtos de origem animal de consumo humano, nos estabelecimentos abastecedores do mercado interno controlados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2011 foram colhidas e analisadas 16.319 amostras dos mencionados produtos, que alcançaram o índice de conformidade da ordem de 99,8%.

Efetuou-se a ampliação do escopo analítico de antibióticos do programa setorial do leite - PNCRC/Leite; de anticocidianos do programa setorial de ovos de aves - PNCRC/Ovos; e o início do programa setorial para carne de avestruz - PNCRC/Avestruz para o monitoramento da presença de antibióticos em carne.

Está prevista para 2012 a implantação de um projeto piloto do PNCRC/Caprinos e Ovinos, para o monitoramento da presença de resíduos e contaminantes em produtos para consumo humano originário dessas espécies animais, visando garantir a inocuidade.

O incremento do cultivo de produtos com Organismos Geneticamente Modificados (OGM), com destaque para a soja e milho, que representam 70% e 60% da área cultivada, respectivamente, motivou a intensificação das ações de fiscalização e controle, em cumprimento à legislação de biossegurança de OGM, observadas as diretrizes da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e do Conselho Nacional de Biossegurança. Essa atuação tem contribuído para a elevação da confiança da sociedade no sistema regulatório vigente, garantindo a disponibilidade de biotecnologia para os agricultores.

c.4) Sistema Laboratorial

As análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico executadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários são realizadas por laboratórios credenciados e por seis laboratórios oficiais localizados em Campinas (SP), Pedro Leopoldo (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA) e Goiânia (GO). A referida Rede de Laboratórios oferece suporte às ações de Estado relacionadas à saúde animal, à sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários.

A demanda por serviços laboratoriais aumenta proporcionalmente com a expansão da produção agropecuária. Em 2011 foram efetuados 31,31 milhões de análises e diagnósticos. Em consequência foram adotadas ações para aumentar a capacidade operacional da rede, implantando métodos com respostas analíticas mais rápidas, precisas e internacionalmente reconhecidas. Os investimentos em laboratórios foram feitos para viabilizar a realização de diagnóstico de doenças animais de maior impacto econômico e para a saúde pública em ambientes biosseguros. Entre as iniciativas de automação de procedimentos em curso, foram concluídos dois módulos do Sistema de Gestão Laboratorial (Sislab) e implantado no Lanagro-MG um piloto do aplicativo *Laboratory Information Management System* (LIMS), que será expandido para os demais Lanagros e integrado ao Sislab.



Houve ainda a obtenção de acreditação junto ao Inmetro, na ISO/IEC 17.025, para vários métodos desenvolvidos nos Lanagros, objetivando manter e aprimorar a qualidade dos serviços prestados nas áreas de diagnóstico e análises laboratoriais.

Em 2012, serão elaborados e acompanhados vários projetos envolvendo o corpo técnico especializado da equipe laboratorial, com o objetivo de fortalecer a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Lanagros), de forma a atender as demandas por ensaios laboratoriais nas diversas áreas de interesse da defesa agropecuária, com precisão e qualidade internacionalmente reconhecida.

c.5) Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) continua sendo a opção para ampliar a abrangência da defesa agropecuária nos Estados e Municípios. O objetivo é oferecer serviços necessários à inclusão de produtores e de empresas no mercado interno e externo em relação à saúde animal, à sanidade vegetal e à idoneidade, inocuidade e qualidade de insumos e produtos agropecuários.

A gestão do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrante do Suasa, foi de grande importância devido ao significativo avanço e amadurecimento alcançado, tanto na execução das atividades, quanto na atualização da legislação aplicada. Quatro Estados – Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul – tiveram aprovada a sua adesão ao Sistema. O Distrito Federal e outros nove Estados – Ceará, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte – estão em processo de adesão, e os Estados do Espírito Santo, Tocantins e Acre já solicitaram auditoria prévia para adesão ao Sistema.

Em 2012, serão desenvolvidas ações com objetivo de estruturar a unidade central do Suasa; consolidar a estruturação e abrangência nacional do Sistema por meio da adesão de Estados e Municípios; produzir o marco legal do Suasa, corrigindo imperfeições dos normativos vigentes e adequando-os à realidade de mercado; produzir o material técnico de uso continuado pelos agentes de defesa; promover a requalificação do pessoal do Sistema; desenvolver modelos e ampliar a supervisão, a auditoria e o gerenciamento do Sistema.

d) Fomento e Organização da Produção

Os sistemas de produção agropecuária sustentáveis continuam sendo priorizados pelo Governo, com ênfase no fomento, disseminação e expansão dos sistemas integrados de produção agropecuária (Integração Lavoura-Pecuária-Florestas, Plantio de Florestas Comerciais) e na recuperação das áreas degradadas.

Em 23 de novembro de 2011, a Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) teve seu marco legal oficializado para todas as cadeias agropecuárias com a publicação dos requisitos de avaliação da conformidade pelo Inmetro e da instalação dos colegiados necessários à publicação de Normas Técnicas Específicas (NTE). Trata-se de uma certificação oficial voluntária que garante a produção de alimentos e demais produtos agropecuários em conformidade com práticas sustentáveis de produção e consequentemente mais saudáveis para o consumo, garantindo ainda menor impacto ambiental e a valorização da mão de obra rural.

Em 2011, estavam em vigor 16 NTE para 20 espécies frutíferas e outras 11 em processo de validação (feijão, café, tomate, anônneas, arroz, tabaco, flores, batata, soja, trigo e amendoim). No setor pecuário a produção integrada também teve avanços consideráveis, com a formalização das Comissões, das Cadeias Pecuárias e de Leite, e com a publicação do Regulamento de Avaliação da Conformidade da Produção Integrada pelo Inmetro, que permite a certificação voluntária da produção.





Considerando a importância do programa de produção integrada para a agricultura brasileira, em 2012, serão realizadas, entre outras iniciativas, ações de capacitação de produtores, técnicos e trabalhadores rurais, bem como campanha de marketing do Programa nos mercados internacionais.

As atividades governamentais voltadas à agroecologia e aos sistemas orgânicos de produção, conforme definidas na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e nos Decretos nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, e nº 6.913, de 23 julho de 2009, tiveram continuidade em 2011, com a implementação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e de controle social em venda direta, além da divulgação, orientação e capacitação junto a entidades e agentes atuantes na rede de produção orgânica.

Em 2011, houve o credenciamento de seis certificadoras para fazer a avaliação da conformidade orgânica, que possuem 11.984 unidades de produção controladas; quatro Sistemas Participativos de Garantia, com 1.108 unidades de produção controladas e 74 Organismos de Controle Social, com 1.279 unidades de produção controladas, perfazendo um total de 14.371 unidades de produção controladas.

Também foram reconhecidas 172 novas variedades de plantas, totalizando 1.837 cultivares protegidas por direito de propriedade intelectual no País. O sistema confere segurança aos investimentos públicos e privados em melhoramento vegetal, cujo crescimento reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvopastoril. O número de espécies abrangidas pelo regime de proteção foi ampliado de 121 para 135.

O Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Programa ABC, está sendo implementado mediante o estabelecimento de Grupos Gestores Estaduais (GGE), em 12 unidades federativas prioritárias, quais sejam: Pará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins. O objetivo é dar cumprimento às metas estabelecidas no contexto da redução de gases de efeito estufa e das diretrizes da Política Nacional sobre as Mudanças Climáticas. Esses grupos gestores e as iniciativas do Governo têm permitido o desenvolvimento, a expansão e a adoção dos sistemas sustentáveis de produção agropecuária – tais como: sistema plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta e recuperação de pastagens degradadas, sobretudo com a implantação de unidades demonstrativas, ou de referências tecnológicas, e atividades de capacitação que atenderam 2.724 técnicos e produtores rurais. Também foram realizados seminários de sensibilização nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Tocantins com o objetivo de conscientizar e motivar técnicos, gestores e sociedade civil para a importância do Plano ABC, sua execução em nível estadual, o monitoramento e a avaliação das iniciativas e ações que compõem o referido Plano. Em continuidade à estratégia de implantação do Plano ABC foram realizadas oficinas de trabalho para construção de Planos Estaduais, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Paraná.

Até 2011, o Governo apoiou a organização de 32 cadeias de valor, preparando-as para uso de signos distintivos de qualidade vinculada à sua região de origem, seja por questões ambientais e/ou saber-fazer, em especial pelo uso de indicações geográficas e marcas coletivas. Realizou um diagnóstico dos produtos da sociobiodiversidade que apresentam potencial para uso de signos distintivos, com a análise de 30 produtos do segmento que incluem atividades de povos e comunidades tradicionais, dentre eles, indígenas, quilombolas, agricultores familiares etc. Em 2012, a atuação governamental será ampliada para 102 cadeias de produtos agropecuários, localizadas em 668 Municípios.

A distribuição de sementes implementada por meio de termos de cooperação entre diversos órgãos do Governo é uma importante ação do Programa Brasil Sem Miséria, integrando a estratégia de inclusão produtiva rural para agricultura familiar



e comunidades tradicionais extremamente pobres. No ano safra 2011/2012 serão produzidos e distribuídos diretamente às famílias localizadas no semiárido, 1.037 toneladas de sementes de milho; 516 toneladas de sementes de feijão-caipi e feijão comum, além de 93 mil kits de sementes de nove espécies de hortaliças. Juntamente com as sementes, as famílias integrantes dos territórios da cidadania estão recebendo cartilhas com informações técnicas detalhadas para o manejo do cultivo, complementando os informes técnicos em rádios locais.

Na área de cooperativismo, o Governo promoveu a integração de cadeias produtivas do agronegócio, mediante incentivo à formação de consórcios, para harmonizar a produção, a indústria e o comércio: frutas em Pernambuco e norte de Minas Gerais; sucos de frutas em Alagoas, Bahia e Pernambuco; açaí no Amapá; castanhas e guaraná no Amazonas; e a suinocultura em São Paulo.

e) Negociações Internacionais e Promoção Comercial do Agronegócio

e.1) Negociações Internacionais Bilaterais e Multilaterais

O ingresso da Federação Russa na Organização Mundial do Comércio (OMC), aprovada na 8ª Conferência Ministerial da OMC (Genebra, 2011), permitiu o acesso ao mercado russo das carnes bovina, suína e de aves oriundas do Brasil, mediante quotas tarifárias em quantidades que foram consideradas satisfatórias pelo Governo brasileiro e pelo setor privado exportador nacional.

Concernente às negociações referentes à abertura e manutenção de mercados, relacionadas a questões sanitárias e fitossanitárias, destacam-se os avanços obtidos para acesso de produtos brasileiros aos mercados da China, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, EUA, União Europeia, África do Sul, Malásia e Indonésia, entre outros países. As referidas atividades resultaram na ampliação do acesso a mercados para produtos agropecuários brasileiros, tais como: as carnes bovina, suína e de aves *in natura*, carnes termoprocessadas, produtos lácteos, animais vivos, material genético, mel, gelatina, rações e produtos vegetais.

Fatos relevantes a destacar ainda em 2011 foram: i) a conclusão das negociações para o ingresso da carne suína brasileira no mercado norte-americano; ii) os avanços no sentido de ampliar as exportações de carne bovina *in natura*; e iii) o crescimento e a boa evolução das negociações do Brasil com a China no sentido de incrementar as exportações do agronegócio, em geral.

e.2) Promoção Comercial do Agronegócio

Em 2011 foi mantida a estratégia de promover as exportações brasileiras via diversificação de mercados. Com este objetivo foram realizadas ações comerciais no Japão, China, Estados Unidos, África do Sul, Peru, Holanda, Alemanha, França e Itália.

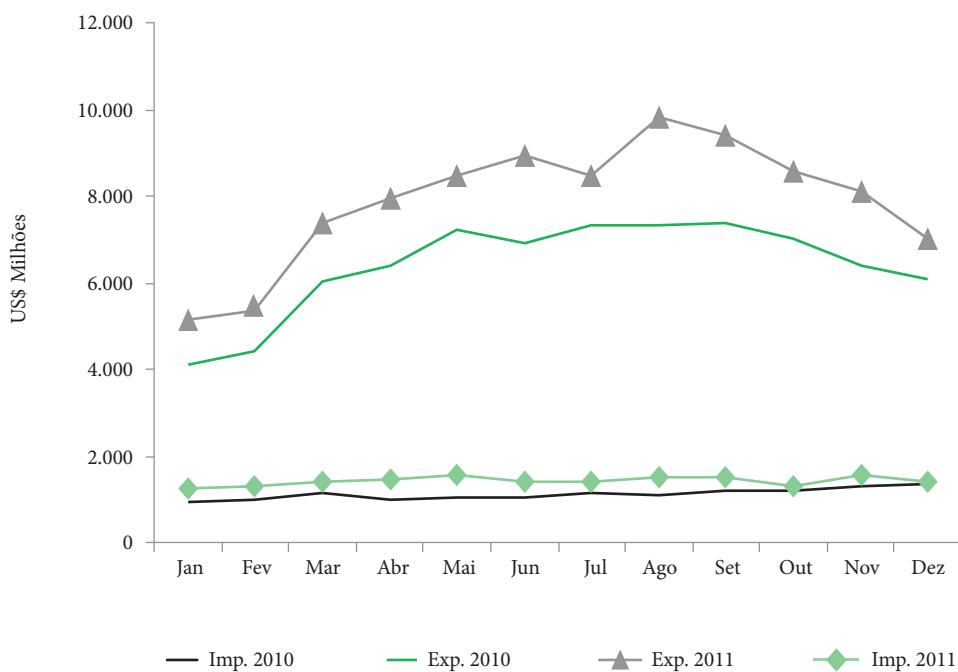
Para 2012, o calendário preliminar de ações de promoção internacional do agronegócio prevê trabalhos nos seguintes mercados: Japão, China, Rússia, África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Turquia e Peru. Mais uma vez, serão priorizadas as ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência como Europa, EUA e Japão.





e.3) Desempenho Exportador do Agronegócio

Evolução Mensal das Exportações e Importações 2010 e 2011



Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da Secex/MDIC.

Elaboração: Mapa/SRI/DPI.

As exportações do agronegócio cresceram 23,7% entre janeiro e dezembro de 2011, alcançando o montante recorde de US\$ 94,6 bilhões. A expansão do resultado ocorreu, principalmente, em função da elevação dos preços das *commodities*. As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 17,1 bilhões, representando um incremento de 27,6%. O superávit da balança comercial do agronegócio alcançou US\$ 77,5 bilhões, superior, portanto, ao superávit total da balança comercial brasileira (US\$ 29,8 bilhões).

As exportações para a China foram incrementadas em 50,0% e alcançaram US\$ 17,5 bilhões, correspondendo a uma participação de 17,5% no total da pauta de exportações. Outros países que ampliaram as compras do agronegócio brasileiro foram: Argélia (+80,7%; US\$ 1,42 bilhão em aquisições); Egito (+42,3%; US\$ 1,91 bilhão); Espanha (+40,7%; US\$ 2,48 bilhões); Japão (+54,7%; US\$ 3,52 bilhões); Hong Kong (+28,1%; US\$ 1,99 bilhão); e Emirados Árabes (+25,0%; US\$ 1,51 bilhão).

Destaca-se, entre janeiro e dezembro de 2011, a participação do bloco asiático como a principal região de destino das exportações, absorvendo aproximadamente um terço do total exportado em produtos do agronegócio. A União Europeia, embora com participação declinante, continuou na segunda posição, com aquisições de 25,1%. Dessa forma, os dois blocos (Ásia e União Europeia) absorveram 57,5% do total exportado pelo Brasil em produtos do agronegócio.

O complexo soja foi o principal setor do segmento, com US\$ 24,1 bilhões, ou 25,5% do valor total exportado, seguido do complexo sucroalcooleiro, com exportações de US\$ 16,2 bilhões (17,1% de participação). Outros setores que também tiveram



participação expressiva foram: carnes (US\$ 15,6 bilhões); produtos florestais (US\$ 9,64 bilhões); e café (US\$ 8,73 bilhões). O conjunto dos cinco setores teve participação de 78,6% no total das exportações.

f) Pesquisa Agropecuária

A pesquisa agropecuária nacional tem obtido e transferido soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do setor, tendo contribuído fortemente para que o Brasil mantivesse sua competitividade na agropecuária. Mas persistem desafios, alguns deles recentes, a serem enfrentados pela pesquisa e desenvolvimento do setor agropecuário nacional. Dentre esses, a necessidade de garantir a segurança alimentar, impactada pela demanda por alimentos em razão do crescimento populacional mundial e do aumento da renda no Brasil, e de desenvolver novas fontes renováveis, eficientes e limpas de energia, com uso racional dos recursos naturais e de alternativas tecnológicas em face das mudanças climáticas.

Em 2011, a carteira de projetos de pesquisa agropecuária brasileira foi composta por cerca de 1,3 mil projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, dos quais se destacam:

- **Cultivar de milho BRS Caatingueiro:** apresenta grãos semiduros amarelos e é adaptada especialmente ao semiárido nordestino. Sua principal vantagem é o ciclo superprecoce, o que permite boas colheitas, mesmo em períodos de pouca chuva. Na região mais seca do semiárido, a produtividade varia em torno de duas a três toneladas de grãos por hectare, e eleva-se até a seis toneladas de grãos por hectare em condições mais regulares de precipitação. Por isso, a cultivar é ideal para os pequenos produtores.
- **Cultivar de soja BRS MG 800 A:** um dos diferenciais dessa cultivar de soja é aumentar cerca de 30% o valor proteico. Além disso, possui cor muito semelhante ao feijão carioquinha, o que permitirá que o consumidor a misture com o feijão, sem interferir no aspecto visual e no sabor.
- **Galinha Poedeira Colonial Embrapa 051:** esta linhagem oferece produção superior às aves coloniais rústicas. Atinge, em condições adequadas de manejo e biosseguridade, produção média de 280 a 300 ovos no período de vida útil, compreendido entre 20 e 80 semanas de idade.
- **Frango de Corte Colonial Embrapa 041:** apresenta características coloniais, preservando todas as vantagens do frango de corte comercial, como biosseguridade na origem, controle sanitário na produção e qualidade de carne. Alcança idade de abate aos 84 dias, com peso vivo médio de 2,7 kg, em condições normais de criação.
- **Nova variedade de algodão colorido BRS Topázio:** juntamente com as variedades BRS Verde, BRS Rubi e BRS Safira, esta nova variedade se destaca para produção na Região Nordeste. A BRS Topázio apresenta uma fibra de coloração uniforme, macia e resistente. Sua tonalidade marrom claro atende à demanda das pequenas indústrias que trabalham com algodão colorido, já que a maioria das cultivares existentes é de tonalidade marrom escura. Com alto rendimento de fibra, 43,5% em média, em ensaios conduzidos no Nordeste, as características da cultivar Topázio superam as cultivares coloridas existentes, como a BRS Safira, e equiparam-se à cultivar BRS Araripe, de fibra branca, além de possuir rendimento de algodão em caroço superior às duas cultivares.
- **Ações de Pesquisa e Desenvolvimento Integradas à Assistência Técnica e Extensão Rural:** As pesquisas avançadas em genética, biologia molecular e fitopatologia, aliadas a transferências de tecnologia, se traduziram em um aumento de produtividade de 315 kg para 373 kg de cacau por hectare, o que permitiu um incremento de 20,61% na produção nacional.





Em relação à competitividade e sustentabilidade da agricultura pode ser destacado o desenvolvimento de novos métodos e equipamentos, a saber:

- **Analizador de Alimentos e Café (Alic-C):** este aparelho detecta o teor de impurezas no pó de café, torrado e moído em segundos, indicando fraudes e adulterações. É de fácil manejo, não é destrutivo, não necessita de tratamento químico da amostra, proporcionando um trabalho rápido, confiável e limpo.
- **Equipamentos para coleta de embriões em ovinos e caprinos:** os equipamentos integram um circuito e uma sonda que trabalham em conjunto na coleta de embriões pela via transcervical de caprinos e ovinos, o que torna mais eficaz a coleta de embriões, sem necessidade de intervenção cirúrgica, o que ocorre nos métodos tradicionais. Além de promover maior bem-estar, evitando sequelas físicas para os animais, o processo permite o aumento na taxa de recuperação de embriões, além de maior eficiência, controle e segurança na coleta. Os dois equipamentos já estão protegidos por registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
- **Biorreator para clonagem de mudas:** equipamento desenvolvido e patenteado pela Embrapa capaz de multiplicar mudas de plantas com higiene, segurança e economia. Apresenta muitas vantagens em relação aos métodos tradicionais de produção de mudas, tais como: aceleração do processo de multiplicação de plantas de interesse agronômico; adaptabilidade a diversas espécies vegetais; uniformização da produção; simplicidade de montagem; geração de produtos isentos de pragas e doenças; e redução do custo total por unidade produzida.
- **Sistema de Tratamento de Efluentes da Suinocultura (Sistrates):** processo que integra várias fases para o tratamento de dejetos da suinocultura e permite obter alto nível de tratamento desses efluentes, tendo como objetivo gerar um produto limpo e livre de poluição. Uma das vantagens deste sistema é ser possível acoplá-lo a uma tecnologia bastante difundida no Brasil na área de tratamento de dejetos, que é o biodigestor. Além do controle da poluição do ar, do solo e da água, o Sistrates pode possibilitar o reúso da água na granja ou na piscicultura ou lançamento do efluente nos corpos d'água.

No âmbito do programa de fortalecimento e crescimento da Embrapa, houve a conclusão da construção das instalações definitivas da Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop (MT), e da Embrapa Agroenergia, em Brasília (DF). Estão em ritmo acelerado as obras da Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO), e da Embrapa Cocais em São Luís (MA). Os investimentos em gestão ambiental e boas práticas laboratoriais em todas as demais unidades de pesquisa têm contribuído para a consolidação de processos internos ambientalmente sustentáveis. Esses resultados atendem à instituição e também exercem influência sobre as tecnologias geradas, com impacto positivo nas cadeias produtivas.

Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa, com ênfase no:

- **Fortalecimento de vínculos com os países do eixo Sul-Sul:** o Governo, no âmbito da pesquisa agropecuária, atuou em 44 países, sendo 17 na África, 24 na América Latina e Caribe, um no Oriente Médio e dois na Ásia, por intermédio de 61 projetos. Realizou também 15 missões de prospecção de projetos, além de atividades de capacitação, transferência de tecnologia e troca de conhecimentos, fortalecendo vínculos com os países do eixo Sul-Sul.
- **Cooperação científica:** inauguração de novo laboratório virtual no exterior, Labex China, que tem como foco as áreas de recursos e melhoramentos genéticos, biocombustíveis e agroenergia, processamento de alimentos, produção animal, agroecologia e pastagens.



- **Estabelecimento do Labex invertido.** Neste modelo, atores das instituições parceiras, dos diversos países em que a Embrapa atua, vêm ao Brasil. Atualmente, participam do Labex Invertido: um pesquisador da Coreia do Sul (RDA), dois dos Estados Unidos (ARS e Forest Service) e um do Reino Unido (*Rothamstead*). Esta é uma grande realização, especialmente com relação aos americanos, que aguardavam permissão do *United States Department of Agriculture* (USDA) desde a instituição do intercâmbio, em 1998.

Ainda em 2011, com o objetivo de subsidiar a atuação da pesquisa governamental na Amazônia Legal (que inclui os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), foi desenvolvido um estudo que extraiu temas estratégicos que condicionarão as chamadas de projetos para a região. Alguns dos temas indicados são: cana, carnes (aves, suínos, bovinos), alimentos da cesta básica (arroz, feijão, milho, mandioca, leite), soja, produtos da agricultura familiar, culturas agroindustriais (dendê, fruteiras, cacau), florestas plantadas, aquicultura e pesca, produtos da biodiversidade, produtos das comunidades tradicionais, conservação e uso sustentável de florestas.

Em 2012, além da ampliação da carteira de projetos de pesquisa agropecuária, voltados à geração e transferência de tecnologias para o setor, serão continuadas as ações de internacionalização da pesquisa, por meio dos Labex e projetos de cooperação, para consolidar e fortalecer os vínculos e o apoio técnico multilateral com diversos países.

Destaca-se, também para 2012, o início da construção e aparelhamento da Embrapa Quarentena Vegetal, que será voltada à quarentena de material genético vegetal que entra no Brasil para fins de pesquisa, contribuindo para o fortalecimento do sistema de intercâmbio de germoplasma e da análise das sementes e materiais vegetais introduzidos no País.

g) Agroenergia

O setor sucroenergético é composto de 420 usinas, que em 2011 produziram 23,7 bilhões de litros de etanol e 37 milhões de toneladas de açúcar. Foi mantida a política de estocagem de etanol, como instrumento de regulação de mercado para evitar oscilações bruscas nos preços aos consumidores, envolvendo R\$ 2,4 bilhões.

Além dos produtos tradicionais – açúcar e etanol –, a energia elétrica produzida com o aproveitamento do bagaço vem se tornando mais um produto do setor. A atual capacidade instalada é de 5,4 GWh, o que representa um crescimento de 21% em relação a 2010, conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A produção de biodiesel continuou ascendente, alcançando 2,66 bilhões de litros, o que representa 12,9% de acréscimo em relação a 2010. Por se tratar de produto oriundo de biomassa, tem contribuído para reduzir a poluição ambiental – sobretudo nos grandes centros metropolitanos – e estimulado o desenvolvimento rural, a diversificação da produção e a geração de emprego e renda para pequenos agricultores.

A base produtiva agrícola do segmento do biodiesel teve importantes avanços em 2011, com a implementação de um conjunto de ações de difusão do conhecimento e de tecnologia na produção de oleaginosas. São exemplos desses avanços:

- Desenvolvimento pela Embrapa Agroenergia da cultivar de dendê BRS Manicoré, que é resistente à doença “Amarelecimento Fatal (AF)”, que está presente no Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Suriname e tem causado perdas drásticas, resultando até na impossibilidade de renovação dos plantios. Devido ao potencial na produção de óleo, geração de empregos e renda, a Manicoré é uma das melhores opções para o desenvolvimento sustentável da agricultura na Amazônia Legal. Os dendezais contribuem para a fixação de carbono e auxiliam na recuperação de áreas degradadas,





além de concorrerem para a proteção do solo devido ao seu caráter perene. A produtividade média é de cinco toneladas de óleo por hectare/ano, tornando-se uma cultura com excelente potencial de produção de biodiesel;

- Desenvolvimento das variedades de mamona BRS Nordestina e BRS Paraguassu, cujas sementes são produzidas pela Embrapa e distribuídas pela Petrobras Biocombustível aos agricultores familiares do Nordeste, objetivando ampliar o programa de biodiesel na região;
- Qualificação, pela Embrapa Amazônia Oriental, de 40 extensionistas na prestação de assistência técnica aos produtores de palma de óleo (Dendê) na região amazônica.

Em 2012, será proposto aos membros do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool (Cima) um Plano de retomada do crescimento da produção de cana-de-açúcar, com vista ao atendimento dos compromissos assumidos nas discussões da Convenção do Clima, com metas factíveis de implementação até 2015. Também serão realizados diversos eventos e simpósios, tais como V Congresso Brasileiro de Mamona, II Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas e I Fórum Capixaba de Pinhão-Manso, entre outros, no decorrer de 2012.

3. Turismo

Um dos principais indicadores do crescimento da atividade do turismo verificada nos últimos anos no País é a evolução no número de desembarques nacionais de passageiros. De janeiro a novembro, os desembarques de passageiros em voos domésticos apresentaram crescimento de 16% (71,77 milhões) em relação ao registrado no mesmo período de 2010, quando totalizaram 61,76 milhões. O desempenho de todos os meses de 2011 foi melhor do que o de 2010. Em julho, foram 7,42 milhões de desembarques, recorde mensal da série histórica, representando um aumento de 22,05% na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Os desembarques internacionais no País também apresentaram aumento recorde em 2011. De janeiro a novembro, a movimentação alcançou 8,26 milhões, número 15% superior aos 7,21 milhões de desembarques verificados no mesmo período de 2010. Em janeiro, o número de desembarques foi de 868.640, representando crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período de 2010.

De acordo com dados divulgados pelo Banco Central, de janeiro a novembro de 2011 foi registrada a entrada de US\$ 6,103 bilhões em divisas turísticas no Brasil. O valor é 15% superior ao obtido no mesmo período de 2010. Já em março, com o ingresso de US\$ 630 milhões, o montante foi 3,8% superior ao melhor índice de 2010, registrado em dezembro. Os números são inéditos desde 2003, ano em que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) passou a cuidar exclusivamente da promoção turística do Brasil no exterior.

Espera-se que, nos próximos cinco anos, o número de chegadas de turistas internacionais a países emergentes supere o de países ricos. A projeção é do estudo divulgado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), em setembro de 2011, com previsões de panorama para o setor de turismo até 2030. Para o Brasil, um estudo elaborado pelo Conselho Mundial de Viagem e Turismo (*World Travel & Tourism Council – WTTC*) estima que o impacto direto das atividades de turismo (hotéis, agências de viagens, companhias aéreas e serviços de transporte terrestre) deva representar 3,3% do PIB brasileiro em 2011. Esse mesmo estudo prevê que a taxa média anual esperada de crescimento mundial do setor será de 4,8% ao ano até 2021, superior à taxa estimada de crescimento do PIB mundial.





O relatório do WTTC aponta ainda que o turismo no Brasil atrairá investimentos da ordem de R\$ 4,7 bilhões, com crescimento de 6,5% ao ano, atingindo o montante de investimento de R\$ 89,3 bilhões em 2021. Isso significa que do total de investimentos na economia do País, o turismo deverá passar de 5,8%, em 2011, para 6,3%, em 2021. Para o conjunto da economia nacional, quando somadas as atividades que impactam diretamente o turismo, como infraestrutura e outros serviços, a participação do setor no PIB brasileiro deverá ser, em 2011, da ordem de R\$ 356,7 bilhões (9,1% do PIB). A projeção de crescimento anual é de 4,5% ao ano até 2021.

Em 2011 foi elaborado o Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014, estudo-base para o Plano Nacional de Turismo 2012-2015, 3^a edição. O trabalho contou com a parceria das principais entidades e lideranças do turismo nacional e aponta para a consolidação do turismo como produto de consumo do brasileiro, projetando a geração de dois milhões de empregos formais e informais no período compreendido pelo estudo.

Para 2012, espera-se a realização de 204,8 milhões de viagens domésticas e uma receita cambial gerada pelo turismo da ordem de US\$ 7 bilhões.

a) Planejamento, Normatização e Gestão da Política Nacional de Turismo

No âmbito do modelo de gestão compartilhada do turismo brasileiro, foi instalado em 2011 o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo Ministro do Turismo e composto por representantes de 16 Ministérios. Criado pela Lei do Turismo, nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, as atividades do Comitê poderão contar com auxílio de especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Ainda em relação ao planejamento de diretrizes globais para o setor, foi discutida a terceira edição do Plano Nacional de Turismo (PNT). Elaborado em sintonia com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), o PNT tem como premissas: ampliar o diálogo com a sociedade, reduzir desigualdades regionais, promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo. O documento também deverá estabelecer objetivos a serem alcançados nos próximos anos, como: preparar o País para os megaeventos esportivos; incentivar o brasileiro a viajar pelo País; e incrementar a geração de divisas internacionais.

No âmbito do ordenamento normativo, foi formalizada em 2011, pela Portaria MTur nº 100, de 16 de junho de 2011, nova metodologia de classificação hoteleira no País. O novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) foi elaborado de forma participativa, por meio de ampla parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com a Sociedade Brasileira de Metrologia (SBM) e com a sociedade civil. A classificação é, reconhecidamente, um instrumento de divulgação de informações claras e objetivas sobre meios de hospedagem – é um importante mecanismo de comunicação com o mercado – e possibilita a concorrência justa entre os meios de hospedagem, auxiliando os turistas em suas escolhas. O Decreto nº 7.500, de 17 de junho de 2011, que regulamenta a Lei do Turismo, preconiza ainda que os tipos e categorias dos empreendimentos de hospedagem terão padrão de classificação oficial estabelecido pelo Ministério do Turismo, conforme critérios regulatórios equânimes e públicos, visando uniformidade nas ações de classificação e fiscalização dos empreendimentos.

Para atender à diversidade da oferta hoteleira nacional, utilizando a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias, o SBClass estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem: Hotel, *Resort*, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e *Flat/Apart-Hotel*.





Complementarmente, foi publicada norma legal que delega aos Estados, por meio das Secretarias Estaduais de Turismo, poderes para cadastrar e fiscalizar os prestadores de serviços turísticos que atuam em suas jurisdições, além de proceder também o acompanhamento dos processos de classificação hoteleira.

Outra edição de norma relevante foi a expedição da Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, que regulamenta o Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Para sete categorias (meios de hospedagem, agências de turismo, transportadores turísticos, organizadores de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo), o cadastro é obrigatório, sendo opcional para os demais. Também foram criadas matrizes de cadastramento para 16 atividades de prestadores de serviços turísticos. Em 2011, foram contabilizados mais de 39 mil prestadores de serviços com cadastro ativo no Cadastur, número 16% superior ao verificado em 2010.

b) Regionalização, Ordenamento e Segmentação Turística

A regionalização do turismo tem como principais objetivos o mapeamento de regiões turísticas brasileiras e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para adquirirem padrão de qualidade internacional. Nesse contexto, várias ações tiveram continuidade em 2011: criação ou fortalecimento das instâncias de governança das regiões; inventário da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; e capacitação dos gestores locais. As regiões, roteiros e destinos desenvolvidos pelo Programa de Regionalização do Turismo contemplam atualmente 3.635 Municípios em 276 regiões turísticas e anualmente são apresentados no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil.

O evento Salão do Turismo tem grande destaque para o turismo regional. Em 2011, foi realizada a 6ª Edição, onde foram apresentados novos roteiros turísticos: Observação de Aves (RR); Caminhos de Iracema (CE); Roteiro Costa a Costa (CE); Geopark Araripe (CE); Roteiro Cívico (DF); Roteiro Arquitetônico (DF); Percorrendo as Trilhas do Cerrado Mineiro (MG); Circuito Mantiqueira (SP); Curitiba – Cidade Inovadora e Cataratas do Iguaçu (PR); Roteiro Cultural/Gastronômico – Riquezas de Pernambuco (PE). O evento recebeu um público de 117 mil visitantes, o que significou aumento de 6,5% em relação ao alcançado na edição anterior, representando o maior evento do setor na América Latina.

Ainda no que diz respeito às ações de Regionalização do Turismo e Ordenamento Turístico, em 2011, o Governo Federal selecionou 24 roteiros turísticos para receberem apoio para promoção e comercialização, a partir das projeções de recebimento de turistas durante a Copa de 2014. A iniciativa faz parte do projeto Talentos do Brasil Rural. No total, 55 Municípios de 14 Estados foram contemplados. O objetivo do projeto é apoiar a comercialização de produtos – alimentos e bebidas, decorativos e utilitários – e serviços da agricultura familiar no mercado turístico.

Na Segmentação Turística, destacam-se as realizações dos 3º e 4º Encontros Nacionais das Cidades Históricas e Turísticas, nos quais estiveram presentes 66 Municípios, tendo sido identificadas demandas para o desenvolvimento do turismo nessas localidades. Adicionalmente, foram realizados debates pelo Grupo de Trabalho de Turismo Náutico Nacional, tendo como principais temas: a criação de Resolução Conama sobre o Ordenamento e Licenciamento de Instalações Náuticas; e ações de apoio à Promoção Turística Internacional para destinos que contemplem o Turismo Náutico brasileiro.

Para 2012, as atividades programáticas de Regionalização terão continuidade como parte do processo de gestão compartilhada empregada pelo Governo, entre as quais a realização da 7ª Edição do Salão do Turismo, prevista para o mês de julho.





c) Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária (TBC)

Em 2011, as ações de fomento ao desenvolvimento turístico local como estratégia para diversificar a oferta turística e gerar trabalho e renda foram concentradas na promoção de iniciativas que demonstram a integração de produtos turísticos sustentáveis na cadeia produtiva do turismo, objetivando, sobretudo, o fortalecimento do turismo de base comunitária.

A II Mostra de Turismo Sustentável foi realizada no Festival de Turismo das Cataratas, em Foz do Iguaçu. Com um público visitante de 6 mil pessoas, o evento contou com a exposição e comercialização de produtos turísticos desenvolvidos a partir de 18 iniciativas sustentáveis selecionadas na região e no restante do País. A III Mostra de Turismo de Base Comunitária aconteceu na 6ª edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. Os eventos foram organizados para que mostrassem as possibilidades de diversificação da oferta dos destinos turísticos, possibilitando a geração de emprego e renda para as populações locais.

Na programação para 2012, com base nas diretrizes elaboradas para o apoio a projetos de produção associada ao turismo e ao turismo de base local, a proposta consiste em qualificar e fortalecer uma rede para implantação de projetos desta natureza nos territórios das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, integrada aos 65 destinos indutores do desenvolvimento do turismo no País.

d) Produção Associada ao Turismo

A produção associada ao turismo tem o papel de organizar, implementar e apoiar os planos e atividades voltados ao desenvolvimento da produção artesanal e demais produtos associados ao turismo, com ações voltadas à qualificação e certificação profissional e à melhoria dos serviços prestados ao turista, de acordo com a Política Nacional de Turismo. Em 2011, os esforços de comercialização dos destinos foram direcionados para a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo, por meio de ações de promoção e desenvolvimento de atividades turísticas.

No 6º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil apoiou-se a participação de cinco destinos em um Encontro de Negócios no âmbito do Projeto Integração da Produção Associada ao Turismo. Nesse contexto, foi elaborado um manual com orientações para desenvolver novas atividades turísticas nesses destinos, a partir da produção local. Os resultados apontam uma expectativa de negócios, nos 12 meses seguintes ao evento, em torno de R\$ 10,8 milhões.

Para 2012, a estratégia é concentrar o apoio a projetos identificados durante o exercício de 2011, cujas iniciativas incentivem a disseminação e aplicação das metodologias voltadas à integração da produção associada à atividade turística.

e) Promoção de Investimentos e Financiamentos para o Turismo

As ações de fomento a projetos turísticos da iniciativa privada se concentraram, em 2011, na execução de políticas de estímulo a investimentos nacionais e internacionais para o desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas ao financiamento de turistas e empresas prestadoras de serviços turísticos.

Quanto às ações de fortalecimento do crédito, o Governo, por meio de suas instituições financeiras, promoveu a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. Até novembro de 2011, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 7,3 bilhões em operações de capital de giro e investimento. O resultado expressa crescimento de cerca de 20% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior (R\$ 6 bilhões). A projeção para 2012 sinaliza volume de desembolso da ordem de R\$ 8 bilhões para as atividades produtivas do turismo.





Visto que a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016 representam uma grande vitrine do País no exterior e significam um salto no desenvolvimento do turismo e na infraestrutura urbana, o planejamento para 2012, na área do fomento à iniciativa privada do turismo, mantém o foco na captação de recursos para implantação, expansão e modernização de empreendimentos do turismo brasileiro. As ações deverão priorizar a ampliação da oferta de financiamento para o setor produtivo e a promoção de investimentos privados em instalações do receptivo turístico, ou seja, hospedagem, alimentação e entretenimento.

f) Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo e Fundo Geral de Turismo

O Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional) conta com U\$ 337 milhões em contratos assinados entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados de Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. Conta ainda com 23 cartas-consulta aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) em diferentes estágios de preparação.

O Fundo Geral de Turismo (Fungetur) tem por função fomentar a renovação do aparelhamento da infraestrutura turística existente, mediante processos de reforma, modernização e ampliação, dos meios de hospedagens, centros de convenções, parques temáticos, e empreendimentos destinados a feiras, exposições e assemelhados, por intermédio da ampliação do acesso ao crédito às pessoas de direito privado.

De 2007 até 2011 foram formalizadas pelo agente financeiro, Caixa Econômica Federal (Caixa), operações de financiamento da ordem de R\$ 52,8 milhões. Para 2012, espera-se a contratação de projetos da ordem de R\$ 44,5 milhões.

g) Infraestrutura Turística

No exercício de 2011 foram apoiados projetos de infraestrutura turística, envolvendo implantação, melhoria e recuperação da infraestrutura em mais de 1,6 mil destinos turísticos, incluindo-se saneamento básico, pavimentação, reurbanização de orlas marítimas e fluviais, melhoria da acessibilidade, sinalização turística, mercados e feiras, museus, casas de cultura, centros de convenções, de artesanato e de eventos, e centros de informações turísticas. Foram celebrados contratos de repasse para novos projetos de ações estruturantes nos 65 destinos indutores de turismo, como forma de disponibilizar projetos de qualidade para melhoria do atendimento ao turista e visando à implantação de banco de projetos, a ser consolidado nos próximos exercícios.

Também foram realizadas duas reuniões da Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, integrante do modelo de governança das ações de preparação do Brasil para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os outros grandes eventos esportivos dos próximos anos, em que ficaram definidos os projetos a serem implementados nas 12 cidades-sede, envolvendo sinalização turística, acessibilidade nos atrativos turísticos e centros de atendimento ao turista.

h) Promoção do Turismo e do Produto Turístico Brasileiro

As principais campanhas veiculadas em 2011 foram: Está na Hora de Conhecer o Brasil; Campanha Turismo Sustentável e Infância – com ações realizadas em eventos do *trade* turístico, no Salão do Turismo e no evento do Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e Campanha do 6º Salão do Turismo.

Em relação a eventos, o Governo apoiou o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, a Feira das Américas (Abav), dentre outros geradores de fluxo turístico. Para 2012, pretende-se realizar a Conferência Nacional do Turismo.



Outra significativa ação de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro foi o programa Vai Brasil, que realizou treinamentos para uso da plataforma de comércio eletrônico do projeto em Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO) e Brasília (DF). Seu objetivo é mostrar as facilidades da ferramenta para companhias aéreas, agências de viagens, meios de hospedagem, locadoras de veículos, parques, seguradoras de viagem e empresas de transporte rodoviário. A nova plataforma de comércio *on-line* disponibiliza a montagem e reserva de pacotes turísticos de 25 grandes operadoras brasileiras que investiram na ferramenta eletrônica, permitindo a compra de pacotes dinâmicos, por meio dos quais o usuário pode montar seu roteiro de viagem da forma que quiser, ou se preferir, pode optar pelo pacote tradicional. A ferramenta integrada permite que cada elo cadastre seu próprio produto, o que possibilita maior agilidade e assegura tarifa mais adequada.

O plano de ação de publicidade e marketing para 2012 prevê como principais campanhas: i) Megaeventos – voltada para a divulgação das ações do Governo na preparação do Brasil para os Megaeventos esportivos (Copa das Confederações, Copa do Mundo FIFA 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016); ii) Viaja Brasil – voltada para o incentivo ao turismo interno, mantendo e fortalecendo o turismo como produto de consumo de todos os brasileiros; e iii) 7º Salão do Turismo – previsto para ocorrer em julho de 2012.

Outras ações previstas para 2012 são: aplicação de recursos para promoção nos Estados; ações de apoio à comercialização, como os projetos Caravana Brasil Nacional (ações direcionadas a agentes de viagem e operadoras de turismo) e Viaja Mais (inserção social de novos grupos de consumidores do turismo, atendendo segmentos como Melhor Idade, LGBT, Jovem, dentre outros); e apoio à realização de Salões Estaduais de Turismo, bem como a eventos do setor.

i) Qualificação e Certificação em Turismo

As ações de qualificação são essenciais à estruturação da atividade turística e à qualidade dos serviços prestados aos turistas, tornando-se requisito para a elevação da oferta turística nacional e para maior competitividade internacional do País como polo de atração de turistas.

Os programas de qualificação fomentam a oferta de cursos de aperfeiçoamento em diferentes áreas do conhecimento, voltados aos profissionais que integram a cadeia produtiva do turismo. Mediante ações de sensibilização e mobilização de diferentes segmentos sociais no tocante à importância do turismo para o desenvolvimento econômico e social do País, promovem oportunidade de inserção no mercado de trabalho do setor.

A qualificação dos profissionais envolvidos no turismo vem sendo trabalhada de maneira sistêmica, em consonância com os demais programas de estruturação da oferta dos produtos e serviços turísticos apoiados pelo Governo, os quais objetivam o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT).

A qualificação de profissionais em turismo até 2014 é um compromisso que envolve não somente o setor público, mas também o setor privado. A estimativa é que o Brasil receba, durante o evento da Copa do Mundo FIFA 2014, cerca de 600 mil turistas. Essa visibilidade internacional nos possibilita criar condições para a geração de mais de 1,7 milhão de novos empregos e ocupações, não somente nas cidades-sede dos jogos, mas também nos 65 destinos indutores de turismo no País.

De janeiro a dezembro de 2011 foram qualificadas 338.190 pessoas do setor de turismo e hospitalidade por meio das ações de qualificação. A partir de um estudo elaborado pelo MTur, vislumbrou-se a meta quantitativa de qualificar mais 240 mil pessoas até 2014. O foco principal serão as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, mas, em um segundo momento, contemplará novas metas para os Municípios no entorno dessas cidades e os 65 destinos turísticos priorizados no âmbito do Plano Nacional de Turismo.





j) Relações Internacionais e Promoção Internacional do Turismo

No âmbito das relações multilaterais, o Brasil foi reeleito, em 13 de outubro, membro do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo para um mandato de quatro anos, como representante da Comissão da OMT para as Américas.

Em relação às parcerias bilaterais no setor turístico, foi assinada, em outubro de 2011, por ocasião da V Cúpula Brasil - União Europeia, realizada em Bruxelas, a Declaração Conjunta de Intenções entre o Brasil e a União Europeia, com vistas a fortalecer o fluxo de turismo entre a América do Sul e a Europa, por meio de projeto piloto envolvendo cinco países do continente europeu (Espanha, Itália, França, Portugal e Alemanha) e três sul-americanos (Argentina, Brasil e Chile). O projeto em questão visa facilitar a viagem de 50 mil turistas (25 mil em cada direção) por meio de articulação com empresas aéreas, agências de viagens e operadoras de turismo, para o uso da capacidade disponível durante as baixas temporadas da Europa e da América do Sul.

O Governo formalizou o Programa de Turismo de Fronteiras (Frontur), cujo objetivo principal é a ampliação dos fluxos turísticos internacionais entre os países sul-americanos e os Estados fronteiriços, por meio da cooperação dos órgãos dos Governos que atuam nas fronteiras e também do aperfeiçoamento de mecanismos de coleta e sistemas de tratamento de dados estatísticos nos portões fronteiriços.

O Brasil, em 2011, participou de importantes missões oficiais internacionais de turismo: Feira ITB, em Berlim; LII Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET); IX Reunião de Ministros de Estado de Turismo do Mercosul, no Paraguai; 52ª Reunião da Comissão Regional da OMT para as Américas; XI Conferência Ibero-americana de Ministros do Turismo; 19ª Reunião da Assembleia Geral da OMT, na Coreia do Sul; 3ª Reunião de Ministros de Turismo do G20, na França; X Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul (RMTur), no Uruguai, dentre outras.

Segundo estudo elaborado pelo WTTC, a Internet é a principal fonte de informação sobre turismo para 30,9% dos viajantes pesquisados. Por isso, a comunicação do turismo tem-se voltado para as novas mídias e as redes sociais, como mais um canal para a promoção turística do Brasil no exterior. A sistemática de divulgação denominada “boca-a-boca” também continua sendo importante: 28,4% afirmaram consultar a opinião de parentes e amigos na hora de escolher para onde ir. Lazer é o principal motivo de viagem para 46,1% dos entrevistados, enquanto para 23,3%, a motivação está relacionada a negócios, eventos e convenções. Entre os que entram no País por transporte terrestre, 84,3% vêm para descansar e curtir o Brasil.

A expectativa é de que o Brasil mantenha-se pelo 5º ano consecutivo entre os dez principais destinos para a realização de eventos internacionais do mundo, segundo o ranking da *International Congress and Convention Association* (ICCA). Com a proximidade dos megaeventos, ampliam-se as expectativas de investimentos. Desde 2003, o número de eventos internacionais no País aumentou em mais de quatro vezes (443%) e a participação do número de cidades que passaram a sediar encontros desse porte mais que dobrou (de 22 para 48 cidades brasileiras, em 2010).

Esses resultados são decorrência da estratégia adotada pelo Plano Aquarela 2020. As ações promocionais são executadas em países prioritários. Como exemplo, tem-se o vídeo promocional da campanha O Brasil te chama - Celebre a vida aqui, exibido antes da animação Rio, da 20th Century Fox, em 250 salas de cinema em todo o mundo, durante todo o mês de abril de 2011. A expectativa foi plenamente superada, pois cerca de 2,9 milhões de pessoas assistiram à animação. O vídeo foi exibido nos principais mercados emissores da América do Sul (Argentina, Colômbia, Paraguai, Chile e Peru), Europa (Espanha, Itália, Portugal e Holanda) e Estados Unidos.





O vídeo Sons do Brasil faz parte da nova campanha publicitária de promoção turística internacional, composta por filmes, peças gráficas e ações em mídias sociais que convidam o mundo a visitar o País. A campanha aproveita a exposição do Brasil como sede de grandes eventos esportivos mundiais. O trabalho também envolve publicidade em TVs, jornais, revistas e catálogos de operadores turísticos de todo o mundo. Além disso, incluem inúmeras outras iniciativas, tais como ações de relações públicas com a imprensa internacional, Internet e mídias sociais, painéis em aeroportos e *outdoors*, publicações e material promocional sobre as 12 cidades-sede da Copa do Mundo.

k) Grandes Eventos Esportivos

Especificamente para a Copa do Mundo FIFA 2014, a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento do Turismo tem trabalhado a matriz de responsabilidades do turismo. Em 2011, foram discutidos o orçamento e o cronograma para a realização de obras de infraestrutura turística e outras ações nas 12 cidades-sede, sendo o planejamento dessas ações realizado com base nas demandas apresentadas pelas próprias cidades-sede. Na área de infraestrutura, serão contempladas intervenções para melhorar as condições de acessibilidade aos atrativos turísticos, implantação de sinalização turística e de centros de atendimento ao turista, inclusive no entorno dessas cidades-sede.

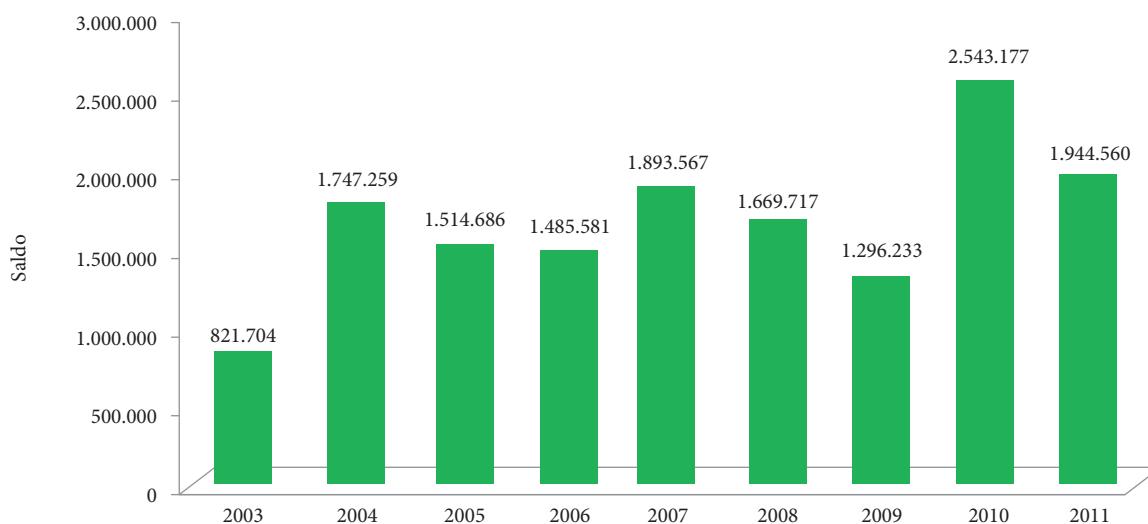
No contexto dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016, as ações de promoção de investimentos identificaram a existência de 324 projetos em andamento no País, referentes a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros no território nacional. Os investimentos em curso projetam a inclusão de 55,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hospedeira do País, com previsão de gerar 31,7 mil novos empregos ligados ao turismo. A estimativa é de que os investimentos privados cheguem a R\$ 9,8 bilhões, relativamente aos projetos de meios de hospedagem, previstos para execução e instalação no período de 2011 a 2019. Ademais, no que se refere à atuação dos agentes financeiros federais, esses contrataram 90 operações de crédito em 2011, no montante de R\$ 596,5 milhões, com investimentos totais da ordem de R\$ 876,9 milhões. Tais valores permitirão viabilizar a reforma de 2,5 mil unidades habitacionais e promoverão o acréscimo de 5,85 mil quartos na capacidade hospedeira do País.

4. Trabalho e Emprego

a) Evolução do Mercado de Trabalho Formal

Em 2011, verificou-se a criação de 1,945 milhão de empregos formais com carteira assinada, o segundo melhor resultado da série histórica do Caged, mantendo o forte dinamismo do mercado de trabalho registrado nos últimos anos. Adicionando-se dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), para 2011 que, espera-se, registrarão em torno de 300 mil novos empregos, 2011 registrará a geração de 2,2 milhões de postos de trabalho. Os dados apontam, contudo, nos últimos meses, sinais de desaceleração em alguns setores de atividade econômica, destacando-se, nesse contexto, o setor da Indústria de Transformação que obteve um desempenho abaixo da média registrada no período de 2003 a 2010. Em contraposição, nesse período, o setor de Serviços continuou evidenciando um comportamento bastante favorável, ao responder por uma geração de empregos acima da média do período.



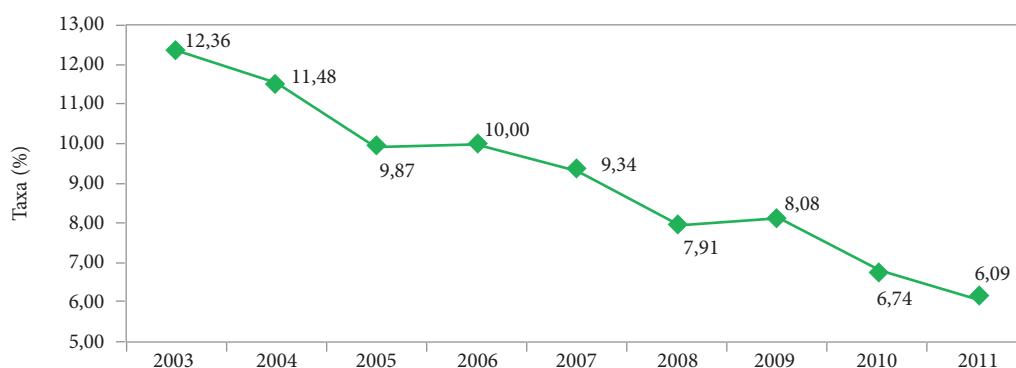
**Evolução dos saldos com ajustes do Emprego Formal celetista nos anos de 2003 a 2011**

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)/Ministério do Trabalho e Emprego.

(*) A geração de empregos refere-se às declarações recebidas no prazo, de janeiro a dezembro, acrescidas das declarações recebidas fora do prazo de janeiro a novembro.

De janeiro de 2003 a 2011 foram criados 17,3 milhões de empregos formais tomando como referência os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2003 a 2010, que contabiliza empregados celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais, somados ao saldo acumulado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de 2011.

Os dados oriundos da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), do IBGE, referentes a novembro de 2011, mostram que a taxa de desemprego nesse mês foi estimada em 5,2% para o conjunto das seis áreas metropolitanas, constituindo a menor taxa para o mês de novembro da série histórica revista em 2002. Tal comportamento dá continuidade à tendência declinante observada desde 2003, exceto para os anos de 2006 e 2009, quando se observou uma relativa estabilidade.

**Evolução da Taxa Média Anual de Desemprego - Total das Áreas Metropolitanas (*)
Período: 2003 a 2011 (até nov.)**

Fonte: PME/IBGE.

Obs.: (*) Áreas Metropolitanas: Recife (RE), Salvador (SA), Belo Horizonte (BH), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Porto Alegre (POA).





b) Valorização do Salário Mínimo

Com a manutenção da política de valorização do salário mínimo até 2015, garantida pela Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o seu valor passou de R\$ 510,00, em 2010, para R\$ 545,00, em 2011. Para 2012, de acordo com o Decreto nº 7.655, de 23 de dezembro de 2011, o valor para o salário mínimo é de R\$ 622,00, reajuste nominal de 14,13%. A elevação do salário mínimo em 2012 representa, assim, um aumento real de 9,2%, entre março de 2011 e janeiro de 2012.

Associado a outros fatores, o aumento do salário mínimo acima da inflação vem proporcionando uma valorização também nos salários médios praticados na economia, conforme mostram os registros administrativos da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Caged. Com relação aos salários médios reais de admissão captados pelo Caged, observa-se que, em 2011, apresentaram um aumento real de 3% em relação ao mesmo período de 2010, evoluindo de R\$ 888,89 para R\$ 916,63.

Os resultados consolidam um processo de fortalecimento que vem se apresentando ao longo dos últimos anos e que tem garantido um aumento do poder de compra das pessoas com menor poder aquisitivo, contribuindo para o dinamismo do mercado interno, para a geração de novos postos de trabalho e para a redução da desigualdade.

c) Estímulo ao Investimento e à Geração de Emprego e Renda

De forma a estimular a geração de emprego e renda, merece destaque o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). Financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e operado pelos bancos oficiais federais, segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), o programa em 2011 teve como prioridade disponibilizar recursos para linhas de crédito voltadas a micro e pequenos empreendimentos.

Para o ano de 2011, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de até R\$ 3,5 bilhões que foram aplicados no decorrer do período conforme a distribuição a seguir, que inclui ainda a utilização de R\$ 5 bilhões referentes a recursos alocados em anos anteriores nos bancos.

Avaliação externa realizada no Programa, nos anos de 2009 e 2011, constatou que o crédito impactou na contratação de 6,7 empregados em média, em cada empreendimento, e que o Proger teve influência positiva, promovendo a redução do trabalho informal, além de ter contribuído para a democratização do crédito, com taxas de juros inferiores àquelas praticadas pelo mercado de crédito brasileiro.

A gestão dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao mesmo tempo em que tem assegurado solidez e equilíbrio econômico-financeiro ao Fundo, tem assegurado cumprimento de sua missão social. Foram destaques em 2011:

- Aumento expressivo da arrecadação das contribuições do FGTS, representando um acréscimo de 4,75% sobre o recorde verificado em 2010;
- Reajuste dos valores de avaliação de imóveis e renda familiar bruta mensal para fins de enquadramento nos programas habitacionais, em especial no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); e
- Recorde de disponibilização de recursos do FGTS para aplicação por meio de operações de crédito tradicionais, conforme se pode constatar no quadro a seguir:



**FGTS - Orçamento Alocado em 2011 (R\$ mil)**

ÁREA	VALOR
Financiamento Tradicional	54.740.000
Habitação	45.940.000
Saneamento	4.800.000
Infraestrutura Urbana	4.000.000
Operações de Mercado	19.220.978
Saldo para Aplicações em Habitação	5.802.300
Saldo para Aplicações em Saneamento	2.446.896
Saldo para Aplicações em Infraestrutura Urbana	3.000.000
FI-FGTS	7.971.782
TOTAL	73.960.978
Expectativa de Geração de Empregos em Todas as Áreas (unidades)	6.457.578

Posição em Dez./2011.

Fonte: Caixa Econômica Federal.

O FI-FGTS consolidou-se como um dos mais importantes instrumentos de aplicações de recursos do FGTS em infraestrutura, nos setores de energia, portos, ferrovias, rodovias, hidrovias e saneamento, com desembolsos da ordem de aproximadamente R\$ 17,9 bilhões desde 2008. Considerando as aplicações de recursos, por meio dos financiamentos tradicionais e das operações de mercado, e os saques dos trabalhadores em contas vinculadas, o FGTS injetou na economia do País, em 2011, mais de R\$ 68 bilhões. O montante dos depósitos em contas vinculadas, de R\$ 64,7 bilhões, deduzido do valor dos saques, de R\$ 52,4 bilhões, resultou na arrecadação líquida de R\$ 12,3 bilhões, em 2011.

Para aperfeiçoamento da gestão dos recursos e melhoria dos resultados do Fundo, encontra-se em desenvolvimento processo de planejamento estratégico para a gestão do FGTS, integrado ao modelo de elaboração dos orçamentos anual e plurianual. A meta é que a metodologia a ser adotada pelo Fundo esteja definida em meados de 2012, por meio da qual se pretende associar o planejamento de médio e longo prazos do FGTS às metas e diretrizes das políticas e programas governamentais nas áreas de aplicação dos recursos do Fundo e às ações dos órgãos e entidades responsáveis pela administração rotineira dos recursos do FGTS.

d) Garantia dos Direitos dos Trabalhadores

Os agravos à saúde do trabalhador, além do sofrimento que ocasionam, implicam elevado custo financeiro: estima-se que somente os dispêndios com benefícios, atenção à saúde e aposentadorias por incapacitação totalizem mais de R\$ 55 bilhões anuais. Para enfrentar o problema, foi aprovada pelo Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011, a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho.

Nesse contexto, foi realizada em 2011 a primeira edição da Bienal da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), na qual foram debatidos os grandes desafios do momento em segurança e saúde do trabalhador. Ademais, buscando novas formas de disseminação de informações técnicas, foram disponibilizados 21 programas na forma de *podcast* na Internet (<http://www.fundacentro.gov.br>), e foram emitidos 422 relatórios técnicos. Ainda em 2011



teve início o primeiro curso de mestrado *stricto-sensu* voltado exclusivamente à segurança e saúde no trabalho no Brasil. Em 2012 serão criados dois Centros Estaduais, um em Goiânia (GO) e outro em Manaus (AM), e dois escritórios, um em João Pessoa (PB) e outro em Macapá (AP).

Em 2011, foi consolidada a nova metodologia da inspeção do trabalho. Por intermédio de 2.902 auditores fiscais do trabalho foram formalizados 480.423 trabalhadores, com a respectiva anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), contribuindo, desta forma, para a proteção social dos trabalhadores e o aumento da arrecadação do FGTS e da Previdência Social.

Nessa esteira, foram fiscalizadas 269.253 empresas e, levando-se em conta o atributo FGTS, foram fiscalizadas 162.348 empresas, o que resultou no recolhimento sob ação fiscal do FGTS de R\$ 329,10 milhões, sendo lavradas 16.146 notificações fiscais para recolhimento do FGTS e Contribuição Social, totalizando o valor de aproximadamente R\$ 1,27 bilhão. Neste universo de empresas fiscalizadas no atributo FGTS foram alcançados 17,5 milhões de trabalhadores.

Resultados da Fiscalização do FGTS

Ano	Nº Empresas Fiscalizadas com FGTS	Nº Trabalhadores Alcançados	Número de Notificações Lavradas	Notificações Lavradas (R\$)	Recolhimento Sob Ação Fiscal (R\$)
2007	300.460	24.168.697	15.696	813.355.899,00	319.616.588,00
2008	247.896	22.328.167	13.165	924.661.255,00	316.192.108,00
2009	224.954	24.600.513	13.880	1.082.030.385,00	392.362.713,00
2010	171.243	18.106.619	11.745	843.352.367,00	335.949.646,00
2011	162.348	17.572.635	16.146	1.272.842.362,00	329.104.262,00

Fonte: Sistema Federal da Inspeção do Trabalho (SIFT).

Com o contínuo desenvolvimento de sistemas informatizados que aperfeiçoam a ação fiscalizatória, aliado à programação de capacitação dos auditores fiscais do trabalho, será possível focar as ações fiscais nos estabelecimentos que apresentem maiores indícios de irregularidades em relação aos atributos trabalhistas, notadamente o FGTS, potencializando os resultados em 2012.

O incremento da participação dos jovens no mercado de trabalho por meio do emprego formal pode ocorrer por meios de diversas formas previstas na legislação vigente. A inserção de aprendizes consiste em medida eficaz para o início da carreira do jovem, que se insere no mercado com qualificação, sem prejudicar sua formação educacional. Por meio da fiscalização das empresas obrigadas ao cumprimento da cota legal, o Governo participa de maneira ativa da inserção de aprendizes no mundo do trabalho.

A fiscalização tem-se intensificado ao longo dos anos, e os resultados obtidos estão se expandindo de forma exponencial. Em 2011, 118.164 jovens foram contratados como aprendizes por força da ação da fiscalização trabalhista. Esse resultado significa um acréscimo em torno de 34,54% em relação a 2010, superando em 18,16% a meta para todo o ano de 2011. Para fomentar a inserção de aprendizes no ano de 2012 serão acentuadas as ações fiscais por meio de diversificação dos setores econômicos e aperfeiçoamento das normas e dos sistemas informatizados para melhorar o mapeamento dos empregadores obrigados ao cumprimento da cota prevista no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).





A fiscalização do cumprimento das cotas para pessoas com deficiência, estabelecidas pela Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, é um dos principais instrumentos para a inclusão desse segmento da população no mercado e resultou na contratação, em 2011, de 34.395 trabalhadores com deficiência, número 19,6% superior ao registrado em 2010 (28.752).

Em 2012, será intensificado o projeto de inserção de pessoas com deficiência na condição de aprendiz, que agora conta com a inovação promovida pela Lei nº. 12.470, de 31 de agosto de 2011, a qual permitiu a percepção simultânea dos valores pagos a título de aprendizagem com os valores pagos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Isso irá trazer ao mercado de trabalho uma parcela da população que antes estava totalmente apartada da sociedade.

Em continuidade aos anos anteriores, a auditoria trabalhista priorizou, em 2011, ações que repercutiram na redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador, com foco nas atividades econômicas com maior registro de riscos dessa natureza. Nesse ano, a inspeção trabalhista executou 138.143 ações fiscais relacionadas à segurança e saúde no trabalho e 1.957 análises de acidentes de trabalho graves e fatais.

Foi ampliada a ação dos grupos especializados com foco nas auditorias em obras de infraestrutura e no setor de transporte rodoviário de cargas. Além disso, foi realizada ação simultânea em todos os Estados nas obras preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014, sistematizando a abordagem da inspeção nesse tipo de empreendimento.

Na área de normatização em segurança e saúde no trabalho, realizou-se a atualização de 16 Normas Regulamentadoras (NR), desde normas gerais, como a NR-3, que estabelece os procedimentos para a realização do embargo e interdição de estabelecimentos e obras, às normas específicas, como a NR-18, afeta ao setor da indústria da construção civil. Foi ainda publicada uma nova norma (NR-34), que estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção à segurança, à saúde e ao meio ambiente de trabalho nas atividades da indústria de construção e reparação naval.

Diversas outras normas estão em construção no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), como a Norma sobre Trabalho em Altura, em fase final, a Norma para o Setor de Frigoríficos e a Norma de Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá como prioridade em 2012. A gestão dos projetos de auditoria fiscal será reforçada em setores estratégicos, como análise de acidentes, obras de infraestrutura, transporte rodoviário de cargas e trabalho rural. Os grupos móveis especializados contarão em 2012 com quatro equipes, duplicando o número de ações realizadas em relação a 2011 nas obras de construção de infraestrutura e preparatórias para a Copa do Mundo FIFA 2014, além da criação de um grupo especializado para o trabalho rural.

No tocante à prevenção e erradicação do trabalho infantil, a fiscalização trabalhista manteve a prioridade de suas ações fiscais nas atividades constantes na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, conhecida como Lista TIP, anexa ao Decreto nº. 6.481, de 12 de junho de 2008. A escolha dessa estratégia se deu principalmente em razão dos compromissos internacionais assumidos pelo Governo brasileiro de erradicar as piores formas de trabalho infantil até o ano de 2015 e todas as suas formas até 2020.

Todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) continuaram com a obrigatoriedade de manter um Projeto de Combate ao Trabalho Infantil. Em 2011, a inspeção do trabalho realizou 7.029 fiscalizações, com o afastamento de 10.362 crianças e adolescentes do trabalho. Cumpre ressaltar que todos os indivíduos foram encaminhados à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente para que os problemas que os levaram à situação irregular de trabalho fossem sanados pelo órgão





competente, como, por exemplo, com a possível inclusão da família em programas de transferência de renda. A cada ano, com a diminuição dos números absolutos de trabalho infantil, a fiscalização trabalhista passa a demandar mais esforços para encontrar uma criança ou adolescente em situação irregular. Contudo, em 2011 o número de afastamentos sofreu um aumento considerável, fruto da nova metodologia implementada pela fiscalização do trabalho em 2010 e consolidada em 2011.

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) aprovou o texto final do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, que foi submetido e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Ainda no âmbito da Conaeti, foi instaurado um grupo de estudos sobre o trabalho infantil e a infância indígena, com a participação de representantes indígenas para discutir o tema e elaborar políticas públicas de atendimento a este público.

Em 2012, a fiscalização continuará priorizando as ações fiscais tanto no setor formal como no informal, particularmente as voltadas para as piores formas de trabalho infantil. A ação será realizada *pari passu* com as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, o que requer integração entre a auditoria fiscal do trabalho e os agentes públicos responsáveis por essas políticas.

No que se refere ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo, em 2011, foram efetivadas 158 operações de combate à escravidão em 320 estabelecimentos inspecionados, as quais alcançaram 27.246 trabalhadores e resultaram em 1.850 registros realizados e 2.271 trabalhadores resgatados de condições subumanas. Os pagamentos de verbas rescisórias totalizaram R\$ 5,44 milhões. Foram lavrados 4.205 autos de infração e emitidas 2.139 guias do seguro-desemprego do trabalhador resgatado e 339 CTPS.

Imperioso ressaltar que estão incluídos nesses números dados do combate ao trabalho escravo urbano, em especial, decorrentes de cinco operações realizadas no Estado de São Paulo, que possibilitaram o resgate de 135 trabalhadores em indústrias do vestuário e da construção civil.

Com efeito, o desafio que se apresenta para o ano de 2012 é – além de continuar com a política de enfrentamento do trabalho escravo rural e de manter a atualização semestral do Cadastro de Empregadores Infratores – intensificar ações em nível nacional na área urbana contra essa forma brutal de violação dos direitos humanos.

e) Fomento à Democratização das Relações de Trabalho

O fomento à democratização das relações de trabalho é uma política essencial à superação dos desafios relacionados às relações de trabalho, especialmente a precarização do contrato de trabalho e a desigualdade de condições para mulheres, negros e pessoas com deficiência.

Relações de trabalho construídas de forma democrática, baseadas no diálogo social, são mais bem ajustadas às necessidades atuais do mercado de trabalho, dos trabalhadores e dos empregadores. Para isso, são promovidas ações de fortalecimento da organização sindical, de promoção do diálogo social, de prevenção e mediação de conflitos e de transparência dos dados relativos às relações de trabalho no País.

No ano de 2011, o Governo atuou fortemente na prevenção de conflitos em grandes obras relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos Jogos Olímpicos Rio 2016. Muitas dessas obras concentram aspectos que potencializam conflitos, tais como o grande número de trabalhadores afastados de seu Estado de origem e em condições de risco à sua saúde e segurança.





Diante disso, o Governo vem mapeando as obras e intermediando o diálogo para a busca de soluções que evitem danos a quaisquer dos interessados. Com isso, foram alcançados acordos significativos em obras como o Porto de Itapoá, as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o Porto de Suape e o Estádio do Maracanã.

Em 2011, foram realizadas 10.070 mediações coletivas, com acordo em quase 82% delas, beneficiando, diretamente, 13,3 milhões de trabalhadores. Para o ano de 2012, será iniciado o desenvolvimento de sistema informatizado para receber os dados do mapeamento das obras, permitindo a realização de consulta, com recortes por tipo e região, e fácil acesso aos dados, viabilizando a agilidade das ações do Governo.

O sistema de acompanhamento e prevenção de conflitos em relações do trabalho virá a integrar o Sistema Integrado de Relações do Trabalho (Sirt). O Sirt é um banco de dados sobre organização sindical, negociações coletivas no setor privado, mercado de trabalho temporário e assistências e homologações da rescisão do contrato de trabalho. É um sistema dinâmico, que permite a verificação das relações de trabalho sob diversos enfoques, tais como categoria, atividade econômica, região e período, sendo, portanto, subsídio para ações de democratização e avanço das relações de trabalho.

Em 2012, serão firmadas parcerias e convênios para aproveitar as informações do Sirt na construção do planejamento de ações e acompanhamento de resultados alcançados, dando a devida publicidade das análises efetuadas, auxiliando no trabalho dos sindicalistas, empresários, trabalhadores e pesquisadores, além da sociedade em geral. Ademais, em 2012 será disponibilizada a funcionalidade do sistema Mediador, que tratará de mediação de conflitos.

A implantação da certificação digital no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES) permitirá o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na administração pública.

Em 2011, 26.240 pessoas foram capacitadas em relações de trabalho, um aumento superior a 100% em relação a 2010. A ação de capacitação tem importância no fortalecimento da organização sindical, a partir da disseminação de conhecimentos que instrumentalizam sindicatos, empresas e trabalhadores, de informações que lhes auxiliam no processo de negociação de remuneração, condições de trabalho, benefícios, igualdade e outras conquistas essenciais para a harmonia das relações de trabalho.

Por fim, o Conselho de Relações do Trabalho (CRT), tripartite e paritário, tornou-se um espaço de discussão e proposição de políticas, normativos e procedimentos relacionados às competências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), permitindo a integração entre trabalhadores, empregadores e Governo nas mudanças necessárias ao sistema trabalhista atual. Importantes discussões, tais como representatividade da organização sindical, atos antissindicais, inclusão social e outras vêm sendo travadas no CRT, em suas câmaras bipartites e grupos de trabalho, na busca de consenso. Em 2012, pretende-se que sejam criados Conselhos Estaduais, nos moldes do CRT, junto às SRTE, para discussões de temas de âmbito estadual.

f) Políticas de Emprego, Trabalho e Renda que Promovem a Inclusão Social

O Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é constituído pelas seguintes ações básicas: benefício do seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional. Ações suplementares e necessárias para a operacionalização do Programa também são realizadas com vistas à informação sobre o mercado de trabalho, como os registros administrativos Rais e Caged, à identificação da população – por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) –, além do acompanhamento das comissões estaduais e municipais de emprego. A fonte de recursos do Programa é o FAT.



No intuito de prover assistência temporária ao trabalhador, o benefício do seguro-desemprego é concedido segundo cinco modalidades: trabalhador formal, empregado doméstico, trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão, pescador artesanal (durante o período do defeso) e bolsa qualificação (interrupção da atividade de seu empregador).

Foram beneficiados com seguro-desemprego, em 2011 (dados parciais), 6,76 milhões trabalhadores formais, 406 mil pescadores artesanais, 1.755 trabalhadores resgatados da condição análoga à escravidão em decorrência de ação de fiscalização e 12 mil empregados domésticos. Ainda, receberam seguro-desemprego na modalidade bolsa qualificação, 5.873 trabalhadores com contratos de trabalho suspensos. Ao todo foram despendidos com o seguro-desemprego, em 2011, mais de R\$ 20 bilhões, cumprindo assim o propósito do Programa de amparar temporária e financeiramente o trabalhador brasileiro.

Vale destacar o empenho no desenvolvimento do novo sistema via *web* Portal MTE Mais Emprego, atualmente implantado em toda a rede de atendimento do MTE, resultando em agilidade e aprimoramento na concessão do benefício do seguro-desemprego e no processo de intermediação de mão de obra. A grande inovação é que qualquer trabalhador, ao dar entrada no requerimento do seguro-desemprego, está automaticamente inscrito no processo de intermediação de emprego do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e, se houver vaga compatível com seu perfil profissional, será convocado a participar do processo de seleção para novo emprego.

Por sua vez, a intermediação de mão de obra e orientação profissional no âmbito do Sine vem aumentando sua rede de atendimento, totalizando 1.492 postos espalhados em todo o território nacional. Como resultado, em 2011 (dados preliminares) foram (re)colocados 681.901 trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sine. Para 2012, a expectativa é de mais de 1 milhão de colocações em postos de trabalho por meio da rede do Sine.

Com a implantação do Portal MTE Mais Emprego, espera-se uma grande mudança na rotina das ações que precedem a intermediação de mão de obra, pois se passará a contar com um único banco de dados concentrando as vagas por Estados e com a possibilidade de inscrição e reserva de vagas pelos trabalhadores, via Internet.

A CTPS é o documento que retrata a vida profissional e garante acesso aos benefícios assegurados aos trabalhadores. Hoje são emitidas Carteiras de Trabalho do modelo manual e do modelo informatizado, que incorporou vários itens de segurança. Em 2011, foram emitidas 6,64 milhões de CTPS, sendo 2,75 milhões do modelo informatizado e 3,89 milhões do modelo manual. Para 2012, a meta é a emissão de 5,73 milhões de CTPS.

Por seu turno, o Cartão de Identidade do Trabalhador (CIT), na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo terá maior agilidade na atualização de informações aprimorando a sistemática de pagamento de benefícios.

A iniciativa já está em execução nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Alagoas, além do Distrito Federal. Em 2011, foram emitidos 93.522 CIT. A expectativa é de que, em 2012, o projeto continue em fase de expansão para o restante dos Estados e que se iniciem as discussões sobre a 2^a fase do projeto, que visa à troca de informações entre Caixa Econômica Federal e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre o ciclo de vida do cartão, que vai desde sua solicitação até a entrega na casa do trabalhador.

O Abono Salarial beneficia com o valor de um salário mínimo todos os trabalhadores que no ano base de referência para o início do pagamento atendam aos seguintes critérios: estejam cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos; tenham trabalhado com CTPS assinada para empregadores contribuintes do PIS/Pasep ou nomeados em cargo público por pelo menos 30 dias e





tenham percebido, no período trabalhado, média salarial mensal de até dois salários mínimos. Nos últimos anos verifica-se aumento de benefícios pagos em decorrência do aperfeiçoamento do processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício, à melhoria na qualidade da informação e ao crescimento do número de trabalhadores na faixa de até dois salários mínimos. Em 2011, foram pagos 19,1 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 10,4 bilhões. Para 2012, estima-se atender 21,3 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 13,3 bilhões, já considerando o novo valor para o salário mínimo em 2012.

Também com o intuito de aprimorar as políticas públicas de trabalho e emprego está em andamento projeto para construir um Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) da rede de atendimento do Programa do Seguro-Desemprego, em especial das ações de intermediação de mão de obra, no âmbito do Sine, de pagamento do seguro-desemprego e de emissão da CTPS.

Mais de 23 mil jovens em 2011 foram beneficiados com ações de qualificação profissional no âmbito da ação Juventude Cidadã, por meio de 24 parcerias com Estados e Municípios, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 50,56 milhões. Para 2012, serão beneficiados 203.039 jovens com a assinatura, já efetuada, de 214 parcerias com 16 Estados e 198 Municípios.

O Governo vem implementando ações visando ao aprimoramento na gestão dos programas de qualificação com a implementação do Sistema Mais Emprego, portal da Internet que integra ações de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e seguro-desemprego; parcerias com instituições para elaboração de conteúdos pedagógicos e materiais didáticos; e criação de catálogo nacional de cursos.

Cumpre destacar ainda a instituição de meta obrigatória nos convênios de 10% das vagas ofertadas para trabalhadores com deficiência; obrigatoriedade de carga-horária mínima de aulas práticas; exigência de meta de 30% de inserção de trabalhadores qualificados no mercado; criação de novas modalidades de qualificação, dentre elas a educação a distância e o Plano Brasil Sem Miséria: Qualificação e Emprego.

Em referência ao Plano Brasil Sem Miséria, serão desenvolvidas ações do Plano Nacional de Qualificação com o objetivo de qualificar social e profissionalmente os trabalhadores beneficiários do Programa Bolsa Família e demais trabalhadores cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), bem como seus familiares, com vistas à colocação no mercado de trabalho em setores que demandem mão de obra qualificada.

Por meio do edital de convocação de Municípios com mais de 100 mil habitantes, que tenham postos de atendimento do Sine, 79 Municípios aderiram ao Plano para qualificação de 52 mil trabalhadores, dentre eles 5,2 mil trabalhadores com deficiência. Essas ações devem ser iniciadas em 2012, a partir da formalização dos convênios.

Em 2012 espera-se atuar ainda na melhoria da política pública de qualificação, por meio de: i) criação do Cadastro Nacional de Instituições de Qualificação Profissional, que se destinará ao registro das instituições qualificadoras no âmbito do território nacional; ii) emissão do Certificado Nacional de Instituições de Qualificação Social e Profissional, que se destinará a reconhecer as instituições que integrem em suas ações de qualificação uma abordagem social consonante com o mundo do trabalho e que atendam a padrões de qualidade; e iii) criação do Selo de Excelência Qualifica Brasil, que será concedido às instituições qualificadoras que, tendo atuado em parceria com o MTE, apresentem indicadores de qualidade elevada no desenvolvimento de ações de qualificação social e profissional e inserção de trabalhadores no mundo do trabalho.

Outra ação de destaque a ser realizada em 2012 é a qualificação de trabalhadores para atuarem em ocupações surgidas em decorrência da realização da Copa do Mundo FIFA 2014. São 50 mil vagas em diversos setores da economia, dentre eles os de construção civil, turismo e serviços.



Durante o ano de 2011, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a resolução normativa que autoriza a obtenção de visto temporário ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para participar de programa de intercâmbio profissional com entidade empregadora estabelecida no País. Foram concedidas, em 2011, 70.524 autorizações de trabalho estrangeiro.

Em novembro de 2011, foi inaugurada, no Oiapoque (AP), a segunda Casa do Migrante voltada ao atendimento de trabalhadores brasileiros que vivem em um país de fronteira e que, frequentemente, transitam no Brasil em busca de informação e auxílio, como também aos imigrantes que circulam pela região. O objetivo é atuar na prestação de informações e orientação aos brasileiros da região da fronteira Brasil/Guiana no que se refere à possibilidade de inserção no mercado de trabalho ou ao bem-estar do trabalhador, visto que a baixa escolaridade, a falta de capacitação profissional e o ingresso em atividades ilegais dificultam sua colocação no mercado de trabalho. Para 2012, pretende-se abrir outras Casas do Migrante em Municípios de regiões de fronteira, como em Pacaraima (RR).

Em 2011, foram realizadas a Semana do Trabalhador Brasileiro em Boston e a Semana do Trabalhador Brasileiro na Guiana Francesa, que serviram para disponibilizar aos trabalhadores brasileiros e aos funcionários consulares uma série de informações relacionadas às questões trabalhistas, possibilidade de inserção ao mercado de trabalho e assistência consular.

Como continuação do trabalho de acompanhamento dos impactos da crise financeira internacional em relação aos fluxos migratórios brasileiros, pretende-se inaugurar, em 2012, o segundo Núcleo de Informação e Apoio a Trabalhadores Retornados do Exterior (Niatre) no Município de Governador Valadares (MG), com a finalidade de auxiliar os migrantes brasileiros no processo de reinserção no mercado de trabalho.

Para 2012, o Governo prevê a retomada do projeto piloto da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu, no Japão, com o objetivo de prover atendimento à população brasileira, de forma a fortalecer os conhecimentos sobre seus direitos e deveres laborais no Japão, melhorando sua condição social nesse país, além de prover apoio àqueles em processo de retorno ao Brasil.

g) Estímulo à Economia Solidária

No ano de 2011, ações de estímulo à economia solidária foram inseridas no esforço nacional para superação da pobreza extrema, passando a compor o Plano Brasil Sem Miséria. Assim, fomentaram-se iniciativas articuladas e complementares de apoio à organização de empreendimentos econômicos solidários, possibilitando acesso a bens e serviços financeiros, infraestrutura, conhecimentos (formação, assessoramento e assistência técnica) e organização de processos de produção e comercialização.

Para viabilizar esse objetivo, foram lançados dois editais públicos que apoiaram 30 projetos por meio de convênios com órgãos governamentais estaduais e municipais, beneficiando diretamente 25 mil famílias – cerca de 100 mil pessoas – em situação de pobreza extrema, em 271 Municípios em todas as regiões brasileiras.

Para alcançar a finalidade de fomentar o desenvolvimento local por meio da economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza, os projetos apoiados em 2011 compreenderam quatro eixos de ação.

O primeiro é o da organização sociocomunitária, com a identificação, sensibilização, mobilização e organização das famílias em situação de extrema pobreza, promovendo a capacitação e atuação de agentes comunitários de desenvolvimento e a implantação de espaços multifuncionais de promoção da economia solidária.





O segundo eixo compreende um conjunto de ações de formação e assessoria técnica para as iniciativas de economia popular solidária. Nesse eixo, 15 mil pessoas são beneficiárias das ações de formação e 1,5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação em cadeias produtivas solidárias receberam assistência técnica sistemática. Para dar suporte a todo o processo de implantação das políticas públicas estaduais e municipais, teve início o programa de pós-graduação *lato sensu* semipresencial que formará 300 gestores públicos em todas as regiões brasileiras.

O terceiro eixo compreende o apoio às ações de fomento às finanças solidárias, por meio do qual estão sendo apoiados projetos de implantação de 45 iniciativas de bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário, poupança comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado. Também foram viabilizados recursos para investimentos voltados à estruturação de 1.000 empreendimentos econômicos solidários, objeto de editais publicados em 2011.

Finalmente, o quarto eixo promove a organização da comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos por meio da implantação de 60 iniciativas de pontos fixos de comercialização, bases de serviço de apoio para prestar assessoria aos empreendimentos e redes de cooperação para acesso aos mercados.

Ainda em 2011, buscou-se ampliar o apoio e fomento às cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. Para viabilizar as ações, foi lançado, como parte da estratégia de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria, edital de chamada pública para beneficiar diretamente 7,6 mil famílias de catadores de materiais recicláveis, em situação de pobreza extrema, que ainda se encontram em lixões ou fazendo coleta nas ruas. Igualmente deu-se continuidade ao apoio a 10,6 mil catadores que recebem formação e assessoria técnica e que, em 2011, foram beneficiados com acesso a transportes de cargas (caminhões) para fortalecer a estrutura de logística de coleta seletiva, em uma parceria que envolveu o BNDES, a Petrobras, a Fundação Banco do Brasil e o MTE.

Além disso, foram fortalecidas as ações do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, os Centros de Formação de Economia Solidária, o Programa Brasil Local, de finanças solidárias e de apoio à comercialização da economia solidária. Deu-se ainda continuidade ao mapeamento da economia solidária no País, com a conclusão em 14 Estados e inclusão de 11 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES).

Em 2012, pretende-se ampliar as ações de economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria para superação da pobreza extrema. Para tanto, está prevista uma ampliação dos recursos para beneficiar 70 mil famílias que se encontram naquela condição.

5. Inclusão Bancária e Microcrédito

a) Crédito

As operações de crédito alcançaram R\$ 1,98 trilhão em novembro de 2011, equivalente a 48,2% do PIB nacional. Nessas operações de crédito, os bancos públicos mantiveram sua participação em torno de 43%, sendo que o setor privado foi o grande tomador do total dos créditos: R\$ 1,91 trilhão em novembro de 2011, ou 96,5% do crédito total do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O crédito às pessoas físicas tem acompanhado e contribuído para esse ritmo de crescimento, com R\$ 928,9 bilhões em novembro de 2011. Tem destaque o crédito habitacional, que alcançou R\$ 195,3 bilhões, valor equivalente a 4,7% do PIB, ante 3,7% do PIB em novembro de 2010. Desse montante, 93,3% são provenientes de recursos de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).





É de se ressaltar que as contratações imobiliárias realizadas pela Caixa Econômica Federal (Caixa) registraram uma expansão de 43,5% no ano, com saldo de R\$ 144,5 bilhões. No mesmo sentido, no referido banco, o saldo das operações que financiam obras de infraestrutura – como saneamento e melhoria nas redes de transportes - totalizou R\$ 13,9 bilhões no final de outubro de 2011, 31,5% superior ao do mesmo período do ano anterior.

b) Acesso a Serviços Bancários

O acesso aos serviços bancários acontece em agências, postos de atendimento bancário (PAB), postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário eletrônico (PAE), postos de atendimento cooperativo (PAC) e postos de atendimento de microcrédito (PAM). Também tem-se destacado nos últimos anos o desempenho dos correspondentes bancários, como lotéricas e lojas comerciais, que prestam serviços em nome e com responsabilidade da instituição contratante, aumentando a capilaridade do atendimento.

Para aperfeiçoar a atuação dos correspondentes bancários no Brasil, a Resolução CMN nº 3.954, de 24 de fevereiro de 2011, introduziu alterações em seu disciplinamento. O objetivo é conferir maior segurança no uso de serviços financeiros por meio de correspondentes, ressaltando-se a exigência de capacitação e de certificação das pessoas envolvidas no atendimento aos clientes, principalmente para o encaminhamento de propostas de operações de crédito à instituição contratante, bem como a vedação ao pagamento da comissão da contratação da operação pelo cliente atendido pelo correspondente.

b.1) Contas Correntes Simplificadas

A conta simplificada, criada em 2004, é gratuita e não exige comprovante de renda para sua abertura ou manutenção. Segundo dados do Banco Central do Brasil, essa modalidade atingiu o número de 6,6 milhões de contas ativas em outubro de 2011, número um pouco maior ao apresentado em 2010, que foi de 6,5 milhões de contas ativas.

b.2) Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS

As operações de crédito consignado realizadas por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) totalizaram R\$ 2,364 bilhões em novembro de 2011, representando um acumulado no ano na ordem de R\$ 26,114 bilhões. E, em número de operações, novembro de 2011 registrou 729.839 contratos, o que resulta num total de 9.555.766 operações de crédito em 2011.

b.3) Banco Postal

A rede postal constitui uma infraestrutura social de base a partir da qual vários programas governamentais podem ser operacionalizados para viabilizar a inclusão social, reforçar a segurança das pessoas e criar oportunidades para que elas possam se integrar melhor à vida econômica.

Inserido nesse contexto, o Banco Postal se consolidou na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional, com atenção especial à população de baixa renda. Desde a sua criação em 2002, tem participado efetivamente do compromisso governamental de promover a inclusão social.

No ano de 2011 foi ultrapassada a marca de 11 milhões de contas de depósito e de poupança abertas nas unidades de atendimento do Banco Postal, sendo registrados cerca de 205,3 milhões de atendimentos transacionais, com uma movimentação financeira





da ordem de R\$ 55 bilhões. Embora tenha sido o último ano da prestação do serviço com o parceiro anterior, em 2011, o Banco Postal possibilitou a abertura de cerca de 800 mil novas contas e, ainda, participou da concessão de mais de 500 mil empréstimos aos correntistas que utilizaram a rede de atendimento dos Correios.

Dentro da estratégia de atendimento e bancarização por meio de correspondentes bancários, cabe ressaltar que o Banco do Brasil venceu, em maio de 2011, a licitação para explorar a rede do Banco Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios). Com isso, a partir de 1º de janeiro de 2012, pelo prazo de cinco anos, o BB terá acesso à rede dos Correios, composta de 6.207 pontos de atendimento, com presença em 5.272 Municípios. Essa parceria permitirá ao Banco do Brasil antecipar em quatro anos a estratégia de estender seus pontos de atendimento a todo o País e, assim, estar em 100% dos Municípios brasileiros, o que antes era previsto para 2015.

c) Microcrédito e Microfinanças

Desde sua criação, em abril de 2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) realizou, até setembro de 2011, mais de 9 milhões de operações de microcrédito, somando um total de R\$ 12 bilhões em termos nominais.

Destaque do PNMPO é o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil, que realizou em 2011, até novembro, 1,9 milhão de operações, com desembolso total de R\$ 2,5 bilhões e uma carteira ativa de 1 milhão de clientes. O Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), contratou 333 mil operações no valor de R\$ 694 milhões, até novembro de 2011.

Outro destaque é o Programa Amazônia Florescer, do Banco da Amazônia, que atua com a metodologia do PNMPO e que até dezembro de 2011 já atendeu cerca de 26,3 mil clientes, dos quais 55% são mulheres, aprovando cerca de R\$ 25 milhões de crédito. Esse Programa possui uma carteira ativa de 7 mil clientes e de R\$ 5,6 milhões em volume de crédito. O Programa Amazônia Florescer também atende beneficiários do Programa Bolsa Família, possibilitando que essas famílias alcancem sustentabilidade financeira.

Visando complementar o PNMPO, o Governo lançou em agosto de 2011 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – Crescer, com intuito de estimular o empreendedorismo no País, dar oportunidade a novos negócios e atender às necessidades financeiras de empreendedores de atividades produtivas de pequeno porte, objetivando a elevação do padrão de vida e a geração de trabalho e renda. O Programa Crescer mantém a base da metodologia consagrada do PNMPO, entretanto, a concessão de crédito no âmbito do Crescer conta com subvenção do Tesouro Nacional nas operações em que a taxa de juros praticada seja de até 8% ao ano para o tomador, acrescida da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de no máximo 1%.

As operações do Crescer são direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI) e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, com prazo de pagamento pactuado entre as instituições financeiras e o tomador, de acordo com o tipo de empreendimento e uso do recurso.

Ainda em linha com o Programa Crescer, o Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, tornou obrigatório o direcionamento de no mínimo 2% dos saldos dos depósitos à vista para operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e aos microempreendedores. Ressalta-se que 80% desses recursos deverão ser destinados às operações de microcrédito produtivo orientado até julho de 2013.





As instituições financeiras federais – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia – terão ação destacada no Programa Crescer, conforme metas previamente acordadas com o Governo, estimando-se que os citados bancos federais venham a alcançar, nos anos de 2011 e 2012, carteira ativa de operações da ordem de R\$ 1,7 bilhão e R\$ 3,0 bilhões e de 735 mil e 2,25 milhões de clientes, respectivamente.

De setembro a dezembro de 2011, foram realizadas mais de 600 mil operações no Programa Crescer com um desembolso de R\$ 745 milhões e um gasto de subvenção de R\$ 46 milhões. São estimados, para os anos de 2012 e 2013, respectivamente, gastos de cerca de R\$ 310 milhões e R\$ 480 milhões em recursos do Tesouro Nacional para a subvenção das operações do Programa Crescer.

6. Incentivo à Aquicultura e à Pesca

O Governo vem construindo políticas que visam ao aumento da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável, o que implica garantir a inclusão socioprodutiva, a disponibilização de infraestrutura, a gestão do uso ordenado do recurso pesqueiro, o controle sanitário da atividade e o estímulo ao consumo e à comercialização do pescado.

Assim, em 2010, a atividade pesqueira nacional foi responsável por produzir 1.264.764,9 toneladas de pescado. Do total produzido, 479.398,6 toneladas foram fruto da atividade aquícola e 785.366,3 toneladas são oriundas da atividade de pesca extrativa.

A aquicultura vem crescendo percentualmente em relação à produção total de pescado – 33,5% em 2009 e 36,4% em 2010, com a estimativa de que em 2011 a participação seja de, aproximadamente, 40% –, sinalizando que, ainda na segunda década do século, a produção da aquicultura virá a superar a produção extrativista.

Verifica-se também um aumento no consumo do pescado no mercado interno, com o crescimento do consumo aparente do pescado, de 9 kg/pessoa/ano, em 2010, para 9,59 kg/pessoa/ano, em 2011.

a) Aumento Sustentável da Produção Aquícola e Pesqueira

Visando oferecer linhas de financiamento mais adequadas às necessidades do setor pesqueiro e aquícola, em 2011 foi lançado o 2º Plano Safra das Águas 2011/2012. As operações de financiamento em 2011 ultrapassaram o valor de R\$ 96 milhões, representando mais de 7 mil contratações. Para o próximo exercício, no que tange à aquicultura familiar, espera-se a potencialização do crédito rural, por meio de Acordos de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil e com a Fundação Banco do Brasil.

No programa Revitaliza, destinado à revitalização da frota pesqueira artesanal, foram concedidas 76 anuências no ano de 2011. Além disso, encontra-se em discussão proposta de adequação do marco legal do programa Profrota Pesqueira a fim de superar os entraves ao financiamento, à ampliação e à modernização da frota pesqueira nacional.

Na Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) foi priorizado o atendimento dos projetos voltados ao desenvolvimento dos Parques Aquícolas e à consolidação dos empreendimentos econômicos já implantados. Em dezembro de 2011, 49 convênios de Atepa e Capacitação estavam em vigência, representando um atendimento a 36 mil beneficiários. Além disso, foram atendidas mais de 12,2 mil famílias de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e indígenas. Para o ano de 2012, as ações de Atepa serão priorizadas nas regiões Norte e Nordeste, com perspectiva de atendimento de aproximadamente 10 mil famílias, além das que já são atendidas pelos projetos em execução.





Nas ações de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, foram apoiados 93 projetos de pesquisa em diversas áreas da pesca e da aquicultura, por meio de chamadas públicas lançadas, em 2010, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e suas agências. Destaca-se ainda a continuidade da estruturação da Embrapa Pesca e Aquicultura, notadamente do Centro Nacional de Pesquisa em Pesca, Aquicultura e Sistemas Agrícolas (CNPASA), bem como do lançamento de chamadas públicas que atendam às demandas do setor produtivo pesqueiro e aquícola, estabelecendo sólidas redes de pesquisa em temáticas específicas. Em 2012, a principal meta é implantar o Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia (TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA).

No que tange à aquicultura, foram realizados estudos em seis reservatórios e no litoral do Estado de Santa Catarina, para demarcação de parques aquícolas em áreas propícias ao desenvolvimento sustentável da atividade.

Em 2011, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) contratou, por meio de licitação, 770 áreas aquícolas distribuídas em diversas regiões do País, fechando o ano com uma produção contratada de 72.736,20 t/ano e 1.210,47 ha, totalizando, no período de 2007 a 2011, a cessão de 2.860 áreas aquícolas entregues, com uma produção total estimada em 320 mil t/ano de pescado cultivado e 2.184 ha. Dessas áreas, aproximadamente 89% foram ofertadas de forma não onerosa, para seleção de aquicultores de baixa renda, comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Ressalta-se ainda a entrega dos primeiros Parques Aquícolas Marinhos do Brasil, localizados no litoral de Santa Catarina, com capacidade de produção de cerca de 100 mil toneladas/ano. Em 2012, estão previstas a demarcação de aproximadamente 20 Parques Aquícolas Marinhos nos Estados do Paraná, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe; a demarcação de Parques Aquícolas em 13 reservatórios; e a implantação de cerca de 40 Parques Aquícolas continentais.

Ainda como estímulo à aquicultura, foram apoiadas cinco unidades de produção de alevinos no Estado do Pará, resultando em aproximadamente 50 milhões de alevinos, beneficiando em torno de 2 mil pessoas. Foram também construídas duas Unidades de Produção de Formas Jovens e reformadas/ampliadas quatro outras, beneficiando diretamente 2.340 pessoas.

O Governo vem desenvolvendo o Projeto Anchoíta, que visa identificar a produção máxima que pode ser extraída desse recurso pesqueiro nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, visando, principalmente, atender à demanda de introdução do pescado na merenda escolar. Até 2011, foram produzidas cerca de 25 mil latas de conserva e mais de 60 mil alunos no Rio Grande do Sul já foram atendidos pelo projeto. Em 2012, pretende-se expandir a quantidade de alunos atendidos.

Na pesca oceânica, a partir de 2011, teve início no Brasil a operação de diversas embarcações estrangeiras arrendadas, operando na captura de atuns e afins, recursos com potencial de aumento de produção. A operação dessas embarcações por empresas brasileiras irá contribuir para o aumento da produção nacional, além da consolidação de uma frota pesqueira oceânica genuinamente nacional.

b) Inclusão Social e Produtiva

Projetos vêm sendo desenvolvidos pelo Governo sob a perspectiva social, econômica e ambiental, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras. Em termos de qualificação profissional, foram implantados 37 Telecentros BR, em conjunto com o Ministério do Planejamento, e sete Telecentros Maré, os quais atenderam 1,7 mil alunos em cursos técnicos em pesca e aquicultura – ensino a distância. No âmbito do Programa Pescando Letras, foram atendidos 15.964 pescadores que concluíram em 2011 o processo de alfabetização iniciado em 2010.





Visando atuar na redução de impactos ambientais e sociais dos grandes empreendimentos, estão em andamento programas de desenvolvimento da pesca e aquicultura junto às populações dos aproveitamentos hidrelétricos de Estreito (TO e MA), Santo Antônio e Jirau (RO) e Belo Monte (PA).

Do ponto de vista do estímulo ao desenvolvimento local sustentável, foram desenvolvidas diversas ações para apoio à consolidação de 62 territórios da pesca e aquicultura já implantados e, em conformidade com as diretrizes do Programa Brasil Sem Miséria para 2012, será priorizada atuação integrada com demais órgãos do Governo e entidades parceiras em territórios que coincidem com as regiões prioritárias do Brasil Sem Miséria.

c) Infraestrutura Pesqueira e Aquícola

Para apoiar e estruturar a cadeia produtiva do pescado, o Governo adota políticas públicas como a implantação de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs). Atualmente, estão em operação os terminais de Santos (SP), Cananéia (SP), Laguna (SC), Vitória (ES) e Camocim (CE), tendo este último iniciado suas atividades em 2011. Os terminais de Cabedelo (PB) e Santana (AP) têm previsão de começar suas atividades no início de 2012. Os TPPs de Belém (PA), Natal (RN), Ilhéus (BA) e Salvador (BA) encontram-se em estágio avançado de implementação, com previsão de término das obras civis em 2012.

Estão em implantação 27 Unidades de Beneficiamento de Pescado (UBPs). Entre elas, estão em processo de finalização as UBPAs de Caracaraí (RR) e Cornélio Procópio (PR), Saubara (BA), Cássia (MG) e Rolim Moura (RO). Para 2012 está prevista a conclusão das obras civis e de adequação dessas unidades às normas de serviço de inspeção sanitária.

Em 2011, foi elaborado em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) o Plano Básico Operacional para gestão compartilhada do Terminal Pesqueiro Público (TPP) de Santos (SP) e está em fase de conclusão o plano operacional do terminal de Camocim (CE). Adicionalmente, vale ressaltar que o Ministério propôs à Conab a inclusão dos TPPs de Belém (PA), Niterói (RJ) e Natal (RN) no escopo dos terminais a serem geridos de forma compartilhada pelas duas instituições.

No tocante aos centros de capacitação, merece destaque a conclusão, em agosto de 2011, das obras civis relacionadas à construção do Centro de Capacitação Casa do Pescador nos Municípios de Içara (SC) e Coxim (MS).

No ano de 2011, foram distribuídos 36 caminhões “feira do peixe”, integrantes do Programa Peixe nos Bairros, e também três caminhões frigoríficos no âmbito do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado, totalizando a disponibilização de 50 caminhões “feira do peixe” e de 118 caminhões frigoríficos nas 27 unidades da Federação.

Outra importante ação foi a disponibilização, em 2011, de 31 fábricas de gelo para um público de permissionários que abrange desde prefeituras municipais até entidades como colônias, associações, cooperativas e sindicatos de pescadores. Estima-se que esse programa beneficie aproximadamente 40 mil trabalhadores da atividade pesqueira artesanal em todo o território nacional. Além disso, foram entregues quatro câmaras frigoríficas de 5 toneladas, sete cozinhas comunitárias, 12 pontos comerciais fixos e três pontos de manipulação de mariscos.

d) Gestão do Uso Ordenado do Recurso Pesqueiro

O Brasil enfrenta hoje o enorme desafio de garantir a sustentabilidade das atividades pesqueira e aquícola ao mesmo tempo em que investe no aumento da produção, principalmente, para atender a crescente demanda de consumo interno, mas com olho no mercado externo.





Em função desse desafio, foi implantado, em 2010, o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, que incluiu a instalação da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP), responsável pela gestão do Sistema, e em 2011 foram instalados dois Comitês Permanentes de Gestão (CPGs) – Lagosta e Atuns e Afins. A partir de 2012, está prevista a instalação dos outros 19 CPGs necessários à gestão dos recursos pesqueiros. Em 2011, foi publicado o novo Modelo de Permissionamento para Embarcações Pesqueiras.

O Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras alcançou a meta de 1,5 mil embarcações industriais rastreadas, em 15 Estados. Foram também efetuados mais de 100 embarques do Programa de Monitoramento por Observador de Bordo e entregas de Mapa de Bordo, possibilitando o cumprimento da legislação de ordenamento e certificação do pescado para exportação à União Europeia relativos a cerca de 1,8 mil lotes de exportações.

No tocante a fiscalização em Águas Jurisdicionais Brasileiras, foi intensificada a política de parcerias com órgãos com competência para exercer esta atividade, resultando no compartilhamento do uso de 28 lanchas-patrulhas. Assim, instituições como a Marinha do Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a Polícia Federal e as Polícias Militares de diversas unidades da Federação dispõem hoje desse equipamento para, em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura, desempenharem com maior eficiência ações de fiscalização pesqueira.

Em 2011 foi oferecido curso especializado a fim de constituir, treinar e capacitar 54 fiscais da Pesca e Aquicultura. Da mesma forma, em 2012, outra ação de capacitação será promovida para estabelecer a necessária formação continuada do corpo de fiscais do MPA.

O Programa de subvenção ao preço do óleo diesel marítimo passou a ser uma política pública com maior acessibilidade pelos proprietários de embarcações pesqueiras motorizadas e registradas no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e na Marinha do Brasil, sendo que, em 2011, 1.333 embarcações acessaram o Programa.

Em 2011, o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) foi aprimorado com a padronização de normas, critérios e procedimentos específicos para as categorias de pescador profissional, aquicultor e embarcação pesqueira. O RGP, composto por sete categorias, atingiu cerca de 1 milhão de registros na categoria de pescadores profissionais; 15 mil registros de embarcações da pesca comercial e 1,3 mil inscrições na categoria de aquicultor. Para revisão dos procedimentos, a emissão de novos registros no RGP foi suspensa pela IN 02, de 2011. Em 2012, pretende-se investir na melhoria da qualidade dos dados e dos processos de obtenção desses, operacionalizando as recomendações de Grupo de Trabalho Interministerial instituído com esse propósito.

Visualizando o potencial pesqueiro e social da pesca amadora, vêm sendo realizadas pesquisas prospectivas, com vistas ao reconhecimento das categorias de trabalhadores de apoio ao turismo de pesca. Em 2011, o registro da pesca amadora alcançou cerca de 300 mil pescadores amadores e foi autorizada a realização de 200 competições de pesca amadora, o que representa um incremento de 35% em relação a 2010.

e) Controle Sanitário da Atividade Pesqueira

A fim de garantir a segurança zoosanitária dos recursos pesqueiros brasileiros, em 2011 foram credenciadas duas novas unidades quarentenárias para onde animais aquáticos vivos são destinados após a importação e submetidos a avaliações clínicas e laboratoriais.





Em 2011, houve o estabelecimento da metodologia básica padrão para as Análises de Risco de Importação (ARI), além da abertura de dez processos de Análise de Risco de Importação e finalização de três desses processos.

Da mesma forma, em 2011, foram estabelecidos requisitos zoossanitários para importação de outros 17 produtos ou subprodutos de organismos aquáticos, dispensados da realização de ARI, assim como também houve a designação de fiscais sanitários no âmbito do MPA para executar o acompanhamento do cumprimento da legislação sanitária quanto à sanidade pesqueira e aquícola.

f) Estímulo ao Consumo e à Comercialização

Para estimular o desenvolvimento do setor, merece destaque a ação iniciada no Governo, com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), visando à elevação do consumo de pescado na alimentação escolar. Também, em 2011, foi realizada a 8ª edição da Semana do Peixe contribuindo para aumento em até 45% nas vendas das principais redes varejistas do País, em relação à Semana do Peixe de 2010.

g) Cooperação Internacional

O Governo tem sido ativo em foros internacionais como o Comitê de Pesca da FAO (Cofi), a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Rede de Aquicultura das Américas (RAA). Nesse sentido, foram estabelecidos memorandos de entendimento com grande número de países, com vistas a um intercâmbio de experiências e de conhecimentos técnicos e científicos. Em 2011, foram assinados documentos com Islândia, Sudão e Paraguai. Com países fronteiriços – Suriname, Guianas, Venezuela, Argentina, Uruguai, Colômbia – procura-se a harmonização de legislação e o aperfeiçoamento do uso de recursos pesqueiros compartilhados.

O Governo participa de vários projetos de cooperação técnica com terceiros países. Em 2011, foram realizadas missões de prospecção a Guiné, República de Camarões e Malauí. O Brasil recebeu, ainda, as visitas dos Ministros do Congo, Sudão, de Camarões e delegações da Palestina, Bolívia e do Timor Leste, que visitaram centros produtivos em diferentes Estados.

Para 2012, estão previstos a participação em missões a Angola, Moçambique, Fiji, Sudão, Vanuatu e recepção a delegações de Camarões, Guiana, Malauí, Venezuela; o acompanhamento dos temas da pesca e aquicultura nos foros multilaterais; e a facilitação da participação das empresas brasileiras em feiras comerciais internacionais, além de visitas ao Chile, Congo e Sudão.

7. Agricultura Familiar e Reforma Agrária

a) Agricultura Familiar

a.1) Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Brasil Sem Miséria

Desde 2003, mais de 4,8 milhões de pessoas que residem em áreas rurais saíram da condição de pobreza. Entretanto, apesar de todo esforço governamental empreendido, 16,2 milhões de pessoas ainda estão em situação de extrema pobreza no País, sendo mais de 7,5 milhões residentes nas áreas rurais, especialmente das Regiões Norte e Nordeste. Para atender essas famílias que ainda vivem em situação de extrema pobreza, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), combina ações de inclusão produtiva, garantia de renda e acesso a serviços públicos. Nas áreas rurais, 52 mil famílias de agricultores familiares, quilombolas e assentados da reforma agrária já estão sendo beneficiadas.





Na esfera da inclusão produtiva rural de agricultores familiares, em 2011, entraram em campo as equipes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) responsáveis pela inclusão produtiva de 36,5 mil famílias de agricultores familiares em situação de pobreza extrema em Municípios de todos os Estados do Nordeste, e de parte de Minas Gerais. São 414 profissionais de Ater, a maioria mulheres (51%), contratados em três chamadas específicas para o BSM, sendo uma específica para atendimento de 5.520 famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade social, atingindo o valor de R\$ 38,2 milhões. Essas equipes têm a tarefa de ampliar o acesso dessas famílias aos serviços públicos e à infraestrutura básica e de elaborar os diagnósticos e os projetos de estruturação das unidades produtivas familiares a serem beneficiadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. As famílias de agricultores familiares ou de comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza assistidas receberão acompanhamento dos serviços de Ater e recursos financeiros não reembolsáveis de até R\$ 2,4 mil, a serem repassados em três parcelas, no prazo de dois anos, a partir da adesão da família ao Programa. Essas famílias também receberão sementes de milho, feijão e hortaliças, desenvolvidas ou certificadas pela Embrapa, para viabilizar a produção para autoconsumo e comercialização de excedentes.

Ademais, 6 mil famílias recentemente assentadas pelos programas de reforma agrária também já foram selecionadas para receber assistência técnica especializada. Para esse público, serão concedidos os créditos de instalação de assentamento a fim de garantir o início das atividades de produção.

Para 2012, a meta é estender as ações de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria para mais 179 mil famílias, sendo 12 mil delas de assentamentos da reforma agrária.

Finalmente, com vistas a estimular a comercialização da produção, os beneficiários terão prioridade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nas ações de apoio à organização para venda de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e nas parcerias firmadas com o setor varejista, criando um canal de comercialização para os produtos da agricultura familiar.

a.2) Políticas de Crédito, Garantia e Seguros para a Agricultura Familiar

Em suas diversas linhas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financiou na safra 2010/2011 R\$ 11,48 bilhões, em 1.326.146 contratos, beneficiando em torno de 1,2 milhão de agricultores familiares. Para o ano-safra 2011/2012, serão disponibilizados R\$ 16 bilhões. Uma novidade desse plano safra foi o pacto com 12 Estados, que aderiram com ações complementares por parte dos Governos Estaduais.

Dentre as linhas de crédito disponibilizadas pelo Programa, o Pronaf Mais Alimentos tem sido destaque desde o ano-safra 2009/2010. O Pronaf Mais Alimentos financia o preparo e a conservação do solo, das máquinas e de implementos agrícolas para a produção, a armazenagem e o transporte, por meio de acordos com a indústria nacional. Em 2011, o Programa teve ampla divulgação por meio de feiras agropecuárias e caravanas nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul e São Paulo. No âmbito dos pactos com Governos Estaduais, os Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul implementaram, com recursos próprios, taxas de juros zero nesta linha. Desde o ano-safra 2008/2009, o Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 5,9 bilhões, atendendo a mais de 130 mil agricultores.

Ainda em 2011, uma nova linha de crédito de investimento foi criada especialmente para recompor e renegociar dívidas de agricultores e agricultoras familiares em operações de crédito do Pronaf e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural). A nova linha de crédito vale para agricultores inadimplentes em operações de custeio e investimento, com limite de crédito por agricultor de R\$ 30 mil, prazo para pagamento de até dez anos e taxa de juros de 2% ao ano. Em 2012 serão analisadas os contratos do Pronaf A, que beneficiam os assentados da reforma agrária.





Além do financiamento sob o amparo do Pronaf, políticas de garantias e seguros são necessárias para assegurar ao agricultor familiar proteção com relação a perdas geradas por problemas climáticos, como estiagem, chuva excessiva e outros eventos naturais. O principal mecanismo de seguro voltado aos agricultores familiares que acessam recursos do Pronaf é o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf). As perdas nas lavouras familiares provocadas por eventos climáticos estão amparadas pelo programa, que assegura o valor financiado. Em sete anos de existência, o Seaf amparou em média mais de 500 mil empreendimentos por safra em todo o País, com um valor total segurado de mais de R\$ 5 bilhões. Na safra 2011-2012, o Seaf cobre até R\$ 3,5 mil da renda mais 100% do valor financiado de custeio e 100% das parcelas de investimento (limitado a R\$ 5 mil). Além do seguro de clima, o agricultor ainda conta com o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), que garante as operações do Pronaf em caso de queda nos preços no momento da comercialização, com limites de desconto de até R\$ 5 mil para operações de custeio e R\$ 2 mil para investimento. A partir de 2011, ampliou-se para 46 o número de culturas amparadas pelo PGPAF.

Já o Programa Garantia-Safra oferece um mecanismo de garantia de renda mínima aos agricultores familiares caso ocorra perda de safra em razão de estiagem ou de excesso hídrico nos Municípios situados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e que tenham decreto de situação de emergência ou estado de calamidade reconhecidos pela defesa civil. A lógica de funcionamento do Programa é a contribuição financeira de agricultores, Governos Estaduais e Municipais e da União ao Fundo Garantia-Safra. Em caso de perda de safra em razão de seca ou enchente, os recursos do Fundo são utilizados para o fornecimento de uma renda mínima ao agricultor por tempo determinado. Em 2011, 990 Municípios participaram do Programa, atendendo a 737 mil agricultores. Para a safra 2011/2012, foram disponibilizadas 940 mil cotas de participação e as adesões estão em andamento com elevada procura por parte dos agricultores familiares, municipalidades e Governos Estaduais.

a.3) Apoio à Comercialização

Uma conquista relevante para o segmento da agricultura familiar é a participação na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O mecanismo, que diminui a volatilidade nos mercados regionais, permite regular preços dos produtos contemplados contribuindo para a formação dos preços nos principais centros de produção da agricultura familiar. Em 2011, início de sua operação, foram destinados R\$ 300 milhões para o segmento, que poderão ser utilizados para formar estoques governamentais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem importância fundamental na promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional de segmentos vulneráveis da população e na inserção produtiva da agricultura familiar. Em 2011, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) investiu R\$ 33,8 milhões para a aquisição de cerca de 26,6 mil toneladas de alimentos, com o envolvimento de 12 mil agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Em 2012, o MDA planeja avançar no suporte e fortalecimento de 28 mil agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, com o investimento de recursos da ordem de R\$ 148 milhões.

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), em 2011, mais de 51% dos Municípios compraram produtos da agricultura familiar para atender à alimentação escolar.

Já no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), nos últimos anos, ampliou-se o acesso dos produtos da sociobiodiversidade ao PNAE, fruto da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o MDA, e teve início o Projeto Nutre Nordeste com atuação nos Estados de Maranhão, Piauí, Ceará,





Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Outros quatro projetos Nutre já estão em execução nos Estados de Pará, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com produtos da sociobiodiversidade, como polpa de cajá, bacuri e cupuaçu.

Foi lançada, em 2011, a Rede Brasil Rural, uma ferramenta virtual a ser utilizada inicialmente por 1,6 mil cooperativas que congregam cerca de 200 mil agricultores familiares, os quais poderão realizar operações de compra de insumos e serviços de logística bem como de venda da sua produção. Com a ferramenta, espera-se reduzir o preço do produto para o consumidor final e aumentar a renda dos agricultores por meio de ganhos de eficiência ao longo das cadeias produtivas da agricultura familiar.

a.4) Biodiesel e Agricultura Familiar

Para além do seu objetivo de diversificar a matriz energética nacional com esse novo combustível de fontes renováveis, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) tem importante viés social, pois busca fortalecer a agricultura familiar e as regiões mais carentes como supridoras de oleaginosas para produzir biodiesel.

O Selo Combustível Social, concedido pelo Governo Federal às empresas que compram a produção da agricultura familiar e prestam assistência técnica aos produtores, é um dos principais instrumentos do Programa. De um lado, as empresas se beneficiam com redução de alíquotas de tributos federais e, do outro, garante-se a compra da produção da matéria-prima da agricultura familiar. Atualmente, 37 unidades produtivas operam com o Selo, garantindo a inclusão de mais 100 mil famílias e 60 cooperativas de agricultores na cadeia do biodiesel, em todo o País. Para 2012 a meta é a inclusão de 15 mil novas famílias no programa.

A organização da base produtiva proporcionada pelo Projeto Polos de Biodiesel é outra importante ferramenta do PNPB. O Projeto viabiliza a articulação da agricultura familiar com os diversos atores estaduais e territoriais, facilitando o acesso desses agricultores a políticas públicas, tecnologias e capacitação adequada às regiões do País com potencial de implantação desses polos. Existem 63 Polos de Biodiesel no Brasil, abrangendo 1.091 Municípios, onde estão concentrados esforços de organização da base produtiva de diferentes tipos de oleaginosas produzidas pela agricultura familiar, como mamona, girassol, soja, gergelim e dendê, entre outros.

a.5) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar

Em cumprimento ao estabelecido na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), o ano de 2011 foi marcado por ações desenvolvidas em parceria com mais de 500 entidades públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, selecionadas por meio de chamadas públicas, atendendo a mais de 550 mil famílias de agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

As chamadas públicas para a agricultura familiar lançadas em 2011 somaram o montante de R\$ 52 milhões. O conjunto de contratos de Ater atingiu mais de 265 mil famílias, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, dos Programas Territórios da Cidadania, Operação Arco Verde, Semiárido, Diversificação produtiva de áreas cultivadas com o tabaco e Crédito Fundiário. Merece destaque o atendimento inovador a 40 comunidades quilombolas, totalizando 2,6 mil famílias, nas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater Quilombola). Também foram lançadas chamadas públicas para pessoas jurídicas ligadas à agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.





Além das ações no âmbito do Brasil Sem Miséria, em que foram realizadas chamadas públicas para promover a inclusão produtiva e social de 36,5 mil famílias de agricultores familiares e quilombolas em situação de extrema pobreza, foram realizados 18 cursos beneficiando 800 técnicos extensionistas, agricultores, agricultoras e jovens rurais. O curso de Ater para atuar no Pronaf B, microcrédito rural voltado para produção e geração de renda para famílias agricultoras de mais baixa renda, beneficiou 275 extensionistas e agentes de desenvolvimento dos Estados de Alagoas, Bahia e Espírito Santo. No tema da Agroecologia, produção agrícola e pecuária de base ecológica, foram capacitados 120 extensionistas de empresas de Ater, numa parceria com universidades brasileiras. No âmbito do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), foram capacitados 33 extensionistas para atuarem na produção de agroenergia de base sustentável. Para o início de 2012, está previsto o lançamento de chamadas públicas de Ater para juventude rural e pessoas jurídicas da agricultura familiar. Também está previsto para 2012 o apoio à estruturação das entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural, com a oferta, mediante metas estipuladas, de equipamentos, veículos e obras de engenharia.

Com vistas a promover a inclusão social das famílias e melhorar a qualidade de vida no campo, o Governo apoiará projetos de pesquisa científica e extensão tecnológica que contribuam para a inovação e o desenvolvimento da agricultura familiar, por meio do fornecimento de opções econômicas e sociais de geração de renda para as famílias beneficiadas. Em 2011, foram apoiados 423 projetos com cerca de R\$ 43 milhões, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na mesma direção, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e as Organizações Estaduais de Pesquisa (Oepas) apoiarão pesquisas tecnológicas promotoras de sustentabilidade agrícola e apropriadas à realidade das pequenas propriedades familiares.

a.6) Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais em Municípios de até 50 mil habitantes

A ação destina-se à criação de incentivo e de fomento à produção agropecuária dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, por meio da manutenção e recuperação de estradas vicinais, melhorando o escoamento da produção e a circulação de bens e pessoas, em Municípios com população inferior a 50 mil habitantes (exceto os Municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas), e integra as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2011 foram destinados R\$ 211,4 milhões para a aquisição de 1.275 retroescavadeiras e 12 motoniveladoras, sendo que 114 retroescavadeiras já foram entregues, beneficiando 126 Municípios gaúchos.

Para o primeiro semestre de 2012, está prevista a entrega das demais 1.161 retroescavadeiras e uma nova chamada pública que contará com R\$ 200 milhões, em benefício de pelo menos mil municípios. Simultaneamente, está previsto o lançamento de uma linha de financiamento com recursos na ordem de R\$ 900 milhões.

a.7) Programa Territórios da Cidadania

Ao longo de 2011, os 120 territórios distribuídos em todas as unidades da Federação receberam os benefícios das ações programadas no período de 2008 a 2010. Ao todo, foram beneficiados 1.852 Municípios que abrigam 13,1 milhões de pessoas na área rural, o equivalente a 46,2% da população rural brasileira.

Em 2012, a partir de avaliação interna realizada em 2011, vislumbram-se novos desafios para o Programa, que deverá ser reestruturado, passando por alterações em seu desenho, conteúdo, alcance e governança convergindo com a implementação do Plano Brasil Sem Miséria.





a.8) Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

Com o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o Governo amplia as oportunidades de geração de renda para o público da agricultura familiar de 164 Territórios Rurais, de forma descentralizada, sustentável e solidária, fomentando o associativismo e o cooperativismo e apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa. Dos 164 Territórios Rurais, 148 já possuem o seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

Os recursos totais aplicados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, referentes a 2011, foram da ordem de R\$ 210,5 milhões, que permitiram:

- Apoiar 164 Colegiados, que discutiram e deliberaram sobre a realização de projetos de infraestrutura e de serviços que contaram com R\$ 171,1 milhões;
- Capacitar 29.641 agentes de desenvolvimento;
- Fomentar empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar, com investimento da ordem de R\$ 2,9 milhões, visando incrementar o acesso a mercados; e
- Destinar ao Projeto Dom Hélder Câmara R\$ 16,8 milhões em ações voltadas à melhoria da qualidade de vida e da capacidade produtiva dos assentamentos da reforma agrária do semiárido nordestino, beneficiando a 15.547 famílias.

Para 2012, espera-se incorporar novos Territórios Rurais, garantindo apoio na criação dos Colegiados Territoriais e na consolidação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Pretende-se consolidar as Bases de Serviços Técnicos, que prestam assessoria para a comercialização da produção da agricultura familiar dos Territórios Rurais, bem como formar novos agentes de desenvolvimento para a gestão social das políticas no nível local.

a.9) Programa Arca das Letras

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, por meio da articulação entre diversos órgãos públicos e privados, implanta bibliotecas, forma agentes de leitura e distribui acervos adequados à diversidade cultural e produtiva da população rural brasileira.

Em 2011, o Programa Arca das Letras implantou 764 bibliotecas em 203 Municípios e capacitou 1.312 agentes de leitura, promovendo o acesso de 92.764 famílias aos mais de 200 mil livros distribuídos. Também foram distribuídas mais de 2,5 mil coleções de histórias em quadrinhos às bibliotecas, ampliando as oportunidades de incentivo à leitura com as gibitecas rurais. Encontros de agentes de leitura também foram realizados para promover a troca de experiências e planejar a dinamização cultural das comunidades.

Ao longo de 2010 e 2011, o Programa Arca das Letras avaliou o funcionamento de quase 2 mil bibliotecas rurais, identificando que 72% das bibliotecas funcionam em espaços alternativos das comunidades, como residências e associações comunitárias, destacando a ação solidária das famílias pelo incentivo à leitura e à educação do campo.

Para 2012, o Programa Arca das Letras tem como prioridade implantar 800 novas bibliotecas e formar 1,6 mil agentes de leitura, para atuarem nos Territórios da Cidadania e nas áreas mais vulneráveis de todos os Estados brasileiros, em apoio à erradicação da extrema pobreza no campo, além de atualizar o acervo das 8,8 mil bibliotecas em funcionamento.





a.10) Políticas para as Mulheres Rurais

O meio rural tem vivenciado alterações importantes no que se refere às desigualdades de gênero, em função da implantação de políticas e ações afirmativas, que se propõem a reparar a profunda assimetria entre as condições de vida de homens e mulheres e já integram o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater). Destaca-se, em 2011, a nova dimensão que a integração das políticas para mulheres adquiriu com a construção do PPA 2012-2015, que incorporou objetivos, metas e iniciativas voltados especificamente para a temática, garantindo-lhe maior visibilidade.

A participação das mulheres nos fóruns e comitês de gestão de políticas públicas também se destacou em 2011, a exemplo do funcionamento do Comitê Permanente de Políticas para Mulheres Rurais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), dos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e do Programa de Organização Produtiva e dos 77 comitês de mulheres integrados aos Colegiados dos Territórios da Cidadania.

Em 2011 mais de 90 mil mulheres rurais, acampadas e assentadas da reforma agrária, ribeirinhas, extrativistas, indígenas e quilombolas, entre outras, foram atendidas pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que assegura o acesso gratuito à documentação civil e trabalhista, por meio de mutirões itinerantes. Esses mutirões passaram a oferecer novos serviços em 2011, como a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que já acontece nos Estados da Paraíba, Rondônia e Maranhão, e a emissão de Bloco de Notas Fiscais no Rio Grande do Sul, na Bahia e em Rondônia. Tem-se avançado, em 2012, nas articulações para integração desses serviços ao PNDTR no Distrito Federal e nos Estados de Alagoas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Roraima, Acre e Santa Catarina.

Em 2011, foram realizados 408 mutirões itinerantes em 399 Municípios. A modernização dos serviços de emissão de documentos, com a aquisição de 24 unidades móveis adaptadas, denominadas Expresso Cidadã, permitiu emitir 186.737 documentos. Também em 2011 o Programa ganhou uma dimensão ainda mais importante ao integrar o Plano Brasil Sem Miséria, orientando suas ações para mulheres em condição de extrema pobreza, em especial na Região Nordeste. Nesse contexto, já foram realizados 128 mutirões, com emissão de 55.870 documentos, em 128 Municípios.

O Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) buscou, no último ano, ampliar as parcerias com os Governos Estaduais a fim de ampliar o acesso das mulheres às políticas de apoio à produção e comercialização, assim como, fortalecer a sua participação na gestão dos territórios. Em 2011, chamadas públicas selecionaram projetos que estão em processo de contratação com os Estados de Alagoas, Acre, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul, o que representará um investimento de mais de R\$ 10 milhões para os próximos dois anos.

Para fortalecer a organização das mulheres na reforma agrária, alterou-se o Crédito Apoio Mulher, com ampliação de recursos e redução do número mínimo de integrantes por grupo. Para garantir o direito das mulheres à terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), estabeleceu, em 2011, a obrigatoriedade da titulação conjunta das terras adquiridas por meio do Programa.

Em 2011, também se avançou na definição de mecanismos que garantam maior participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Resolução nº 44, de 17 de agosto, estabeleceu a destinação de, no mínimo, 5% da dotação orçamentária anual do Programa para a aquisição de produtos de organizações de mulheres, ou organizações mistas com participação mínima de 70% de mulheres na composição societária. A Resolução também estabeleceu critérios diferenciados entre as modalidades do PAA para priorização de projetos com mulheres fornecedoras.





Na Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), avançou-se na definição de mecanismos para ampliação do atendimento às mulheres. A partir de 2011, as chamadas para contratação de serviços de Ater passaram a contemplar, em caráter obrigatório, no mínimo 30% de mulheres. Essa proporção também deve ser observada nas atividades coletivas, sendo que as entidades de Ater devem disponibilizar serviços de recreação infantil durante as atividades. O avanço na identificação das demandas das mulheres, resultado de parcerias com organizações feministas, viabilizou a elaboração e publicação de uma nova chamada para contratação de serviços de Ater, que deverá fortalecer a produção agroecológica desenvolvida pelas mulheres, por meio da qualificação das práticas de manejo, manipulação e beneficiamento da produção e do acesso às políticas de crédito e comercialização.

Por fim, deve-se destacar o apoio do Governo à realização da Marcha das Margaridas, com mais de 70 mil mulheres em Brasília, avançando no processo de diálogo e parceria entre Estado e organizações de mulheres, para a construção de políticas públicas que contribuam na garantia de direitos, na autonomia das mulheres e na redução das desigualdades de gênero no campo.

a.11) Política Internacional para Agricultura Familiar e Reforma Agrária

O Governo brasileiro marcou presença em espaços plurilaterais como as reuniões dos Ministros de Agricultura do G20 (junho), e dos Ministros de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Brics (outubro). Na oportunidade, foram produzidos respectivamente o Plano de Ação sobre Volatilidade dos Preços e Agricultura e o Plano de Ação 2012-2016, os quais colocaram no centro de suas agendas o papel da produção da agricultura familiar nas estratégias públicas de segurança alimentar e nutricional. A eleição em julho de um brasileiro para o cargo de Diretor-Geral da FAO evidenciou o reconhecimento internacional das políticas brasileiras de fortalecimento da agricultura familiar, integrando o conjunto das ações de segurança alimentar.

No que concerne à integração regional sul-americana, destaca-se a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no Mercosul (Reaf), integrada por Governos e organizações da agricultura familiar da região, que aprovou, em junho, o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul.

No plano da cooperação internacional, vem sendo realizado o Programa Mais Alimentos África para dar apoio às estratégias de segurança alimentar e nutricional em países africanos. O programa combina cooperação técnica com financiamento para a exportação de máquinas e equipamentos brasileiros, específicos para a agricultura familiar, e conta com linha de crédito de US\$ 640 milhões para o biênio 2010-2012. Em 2011, aderiram ao Programa os Governos de Gana e Zimbábue. Moçambique, Quênia, Namíbia, Camarões, Tanzânia e Senegal estão em curso de adesão ao programa de cooperação, o qual vem sendo estendido também para a região latino-americana e caribenha, a partir da assinatura, em novembro, de projeto de cooperação com o Governo de Cuba.

Ainda no âmbito da cooperação, a partir de transferência da metodologia brasileira do Programa Territórios da Cidadania, foi lançado em setembro, pelo Governo de El Salvador, o Programa Presidencial *Territorios de Progreso*, adequado à realidade salvadorenha. O Governo de El Salvador recebeu apoio para o estabelecimento da articulação entre os diferentes órgãos de governo e para a elaboração de uma matriz de ações governamentais para promover o desenvolvimento sustentável de regiões rurais daquele país.

Foi posto em prática um conjunto de atividades que busca estruturar a promoção comercial dos produtos da agricultura familiar no mercado internacional, e que se articulará com a realização de uma Feira da Agricultura Familiar durante a Conferência Rio+20 em 2012.





b) Reforma Agrária

b.1) Assentamentos e Incorporação de Terras à Reforma Agrária

Em 2011 foram assentadas 22.021 novas famílias para fins de reforma agrária. Foram criados 117 novos projetos, com área total de 2,5 milhões de hectares, disponibilizando 14 mil novas vagas. Atualmente, a reforma agrária conta com 8.863 assentamentos estabelecidos, em uma área que atinge 87,5 milhões de hectares e 931,6 mil famílias assentadas. Foram gastos, em 2011, R\$ 733,5 milhões com obtenção de terras por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais.

Outro destaque na obtenção de imóveis em 2011 foi a publicação de 60 novos Decretos de Desapropriação, perfazendo 113,6 mil hectares, com capacidade para assentar 2.739 novas famílias.

Uma importante ação iniciada em 2011 se refere ao combate à venda de lotes da reforma agrária: a campanha “Reforma Agrária: Essa conquista não está à venda”, lançada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em novembro, e veiculada na mídia nacional. Ressalta-se que, somente nesse ano, o Incra efetuou a vistoria da situação ocupacional de 28,2 mil lotes, verificando a efetiva ocupação deles, bem como implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades.

Ao longo de 2011, foram vistoriados pouco mais de 1,9 milhão de hectares de áreas potenciais para reforma agrária, além da realização de perícias judiciais em 92 imóveis e imissão de posse em outros 55 imóveis.

b.2) Investimentos em Qualidade dos Assentamentos

As ações de qualificação dos projetos de assentamento figuram como prioridade na implantação e no desenvolvimento da reforma agrária, tendo sido ampliados e intensificados os investimentos voltados para assegurar qualidade de vida e condições sustentáveis de produção aos assentados.

Em 2011, foram aplicados R\$ 110,3 milhões em serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (Ates), possibilitando a atuação de aproximadamente 3 mil profissionais, responsáveis pelo acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental de 288,1 mil famílias, em 3,7 mil projetos de assentamento em todo o País. Foram lançadas, em 2011, 21 chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades prestadoras de serviços de Ater para a reforma agrária, visando atender 148,1 mil famílias em 16 Estados, com valor total de R\$ 194 milhões.

Em relação ao crédito instalação – recurso destinado à implantação e ao desenvolvimento dos assentamentos – em 2011, foram disponibilizados mais de R\$ 477,6 milhões, beneficiando diretamente 57,7 mil famílias. Desse total, 28,5 mil famílias foram apoiadas para a construção ou recuperação de casas nos assentamentos, e outras 29,2 mil foram beneficiadas pelas demais modalidades de crédito instalação, com destaque para o apoio inicial e o fomento, que visam à estruturação inicial das famílias. Ressalta-se, ainda, que outras 26,9 mil famílias receberam complementações de crédito para as modalidades que tiveram seus valores reajustados recentemente. Em 2011, foram construídas ou reformadas 23,3 mil casas em assentamentos da reforma agrária.

O investimento em infraestrutura básica dos assentamentos em 2011 atingiu R\$ 221,6 milhões, beneficiando mais de 37,9 mil famílias, com a construção ou recuperação de 3,4 mil km de estradas, (21,4 mil famílias beneficiadas), a implantação de 261 sistemas de abastecimento de água (10,3 mil famílias beneficiadas), dentre outras obras.

Outra ação estruturante foi o apoio à agroindustrialização e à comercialização, conhecida como “Terra Sol”. Nessa ação foram destinados R\$ 9,4 milhões, beneficiando 3 mil famílias. Ainda entre as ações estruturantes, foi realizada a demarcação





topográfica e identificação das áreas de reservas legais em 266 projetos de assentamento, beneficiando 25,4 mil famílias, com recursos de R\$ 15,1 milhões.

Na ação de concessão de uso e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, foram concedidos 46.539 títulos, em sua grande maioria de concessão de uso, em caráter provisório ou definitivo, despendendo R\$ 2,4 milhões.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) vem apoiando o processo de escolarização e formação dos assentados. Em 2011, aproximadamente 17 mil pessoas acessaram as ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Capacitação de Nível Médio e Superior nos Assentamentos, com recursos na ordem de R\$ 12,9 milhões.

Por fim, em 2011, 647 licenças ambientais foram protocoladas – incluindo as licenças renovadas – e 371 licenças foram expedidas. Além disso, foram destinados R\$ 8,4 milhões para projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais com foco na preservação da biodiversidade, gerando benefícios a mais de 34,1 mil famílias.

b.3) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

Operando de maneira complementar aos instrumentos da reforma agrária, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) financia a compra de terras por agricultores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, minifundistas e jovens rurais, com concessão de recursos para investimentos básicos e estruturação da unidade produtiva.

Em 2011, mais de 5 mil famílias de trabalhadores rurais foram beneficiadas com o Programa, o que significou a aquisição de 86 mil hectares, acesso à moradia, água de qualidade, energia elétrica e assistência técnica. A política de crédito fundiário contou com o investimento de mais de R\$ 159 milhões, dos quais R\$ 115 milhões foram investidos na aquisição de terras e R\$ 44 milhões em recursos não reembolsáveis aplicados no combate à pobreza rural.

Dentre os avanços importantes alcançados no ano de 2011, destaca-se o atendimento a cerca de 20 mil famílias beneficiárias do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA), nas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que tiveram por objetivo a prestação de serviços para consolidação produtiva dos projetos, para a geração de renda e inserção de excedentes no mercado.

Em 2011, ressalta-se também a ampliação dos mecanismos de renegociação das dívidas contraídas com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, para as operações de crédito inadimplentes, possibilitando a repactuação de dívidas com condições especiais por parte dos beneficiários do Programa.

Para 2012, as prioridades do Programa continuam direcionadas à ampliação do número de famílias com acesso ao PNCF, bem como a ampliação do atendimento de famílias pela Ater. Também está entre as prioridades a consolidação dos instrumentos de acompanhamento da dinâmica do mercado de terras, de monitoramentos dos projetos implantados e de avaliações externas do Programa.

b.4) Regularização Fundiária

b.4.1) Programa Terra Legal – Regularização Fundiária na Amazônia Legal

O Programa Terra Legal tem promovido a regularização e a destinação das terras públicas federais situadas em áreas ainda não destinadas, seja por meio da identificação, do georreferenciamento e da titulação em nome dos ocupantes, nas áreas rurais, ou por meio do georreferenciamento e da doação às Prefeituras, no caso de núcleos urbanos.



Até dezembro de 2011, o Terra Legal cadastrou 97 mil requerentes no meio rural, com área de 11,9 milhões de hectares, georreferenciou 34 mil ocupações que somam uma área superior a 6,0 milhões de hectares e emitiu 1.144 títulos, que totalizam área de 129 mil hectares destinada e regularizada. Desse total, somente em 2011, o Terra Legal cadastrou cerca de 12 mil imóveis com área de 1,9 milhão de hectares, georreferenciou mais de 23 mil parcelas de área superior a 5,8 milhões de hectares e emitiu 650 títulos, com área de 37 mil hectares.

Para 2012, o Programa Terra Legal passará por diversas mudanças normativas e de procedimentos com vistas a permitir maior agilidade na análise e tramitação dos processos, dentre as quais se destacam a digitalização do acervo fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); o desenvolvimento e a implementação de um Sistema de Informações Geoespaciais (SIG) para permitir o compartilhamento e uso dessas informações via Internet; a consolidação do aplicativo *Sistelreg Geo*; a automatização de etapas da análise processual; e o reordenamento dos fluxos internos de tramitação do processo.

O Terra Legal também está ampliando a parceria com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no monitoramento ambiental e desenvolvimento de ações de inteligência visando coibir eventuais ilícitos, e no desenvolvimento de sistemas para compartilhamento de informações via rede de antenas VSATs.

Outra ação importante foi o lançamento da Chamada Pública para a contratação de entidades executoras de Ater visando mapear e identificar povos e comunidades tradicionais em áreas remanescentes de glebas públicas federais.

Na parte produtiva, será ampliada a implementação da estratégia Rota Verde, que prevê às famílias regularizadas o acesso simplificado a um conjunto de políticas públicas que vai da emissão do Cadastro Ambiental Rural, Assistência Técnica e Extensão Rural até a orientação para comercialização da produção.

Na área de regularização urbana, a meta do Programa é que sejam regularizados 574 núcleos urbanos, distribuídos em aproximadamente 151 Municípios. Desse total, já foram regularizadas, em parceria com o Ministério das Cidades, 88 áreas em 49 Municípios, totalizando 9 mil hectares doados, beneficiando mais de 330 mil pessoas. Somente em 2011, foram 47 áreas em 19 Municípios, totalizando 2,7 mil hectares, beneficiando mais de 91 mil pessoas.

b.4.2) Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas

A ação de regularização fundiária de imóveis rurais tem por objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, com vistas ao ordenamento fundiário. Com isso, busca-se: i) garantir segurança jurídica aos pequenos proprietários de imóveis rurais, possibilitando o acesso às políticas públicas de fomento à produção; ii) diminuir a insegurança e os conflitos no meio rural, reduzindo o êxodo rural; iii) conhecer as terras públicas devolutas para serem arrecadadas e, posteriormente, destinadas; e iv) identificar as terras com ocupações irregulares, a exemplo das práticas de grilagem, visando a retomada judicial dessas áreas.

Somente em 2011, foram publicados 21 editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs), abrangendo uma área de 200,5 mil hectares, em benefício de 3,0 mil famílias quilombolas. Ainda em 2011 foram contratadas empresas, mediante realização de pregão nacional, para a elaboração de 158 novos relatórios antropológicos que irão beneficiar aproximadamente 15,9 mil famílias, especialmente nos Estados da Bahia, Maranhão e Minas Gerais. Foram ainda publicadas nove Portarias de Reconhecimento, relativas a 26,1 mil hectares que vão beneficiar 587 famílias, bem como um decreto desapropriatório. Nessa ação foram despendidos R\$ 38,8 milhões para indenização de benfeitorias e das terras dos imóveis demarcados e titulados.





Para enfrentar o grande passivo ainda existente em termos de regularização fundiária, em 2011 foram regularizados 54,7 mil imóveis e, em 2012, o Governo dará continuidade na adequação dos normativos internos com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, de ratificação de títulos em área de fronteira e de destinação de terras em áreas desapropriadas para fins de regularização fundiária.

b.4.3) Cadastro de Terras e Regularização Fundiária

Em 2011, o Programa atuou em 60 Municípios, cadastrando e georreferenciando 12.827 imóveis e titulando 171 famílias. Inovou-se com a adoção de metodologia para o cadastro georreferenciado, por meio da utilização de imagens de satélites, o que diminuiu os custos e conferiu maior agilidade aos processos.

Para 2012, a prioridade é dar continuidade às ações de cadastro e regularização fundiária, com capacitação das famílias em sintonia com as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria. Espera-se também: i) consolidar a metodologia de geocadastro por imagem e georreferenciamento seletivo de imóveis; ii) implementar o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre Governo e Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terras (Anoter), Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), em busca da adoção de medidas conjuntas relacionadas ao Sistema de Registro de Imóveis, envolvendo o CNJ; iii) ampliar o debate em busca de solução prática e eficaz para a regularização fundiária em terras particulares de ocupação familiar e com problemas na cadeia dominial; e iv) articular ações de reordenamento agrário.

8. Desenvolvimento Regional

a) Política Nacional de Desenvolvimento Regional

No ano de 2011, o Governo avançou no processo de atualização e revisão da estrutura de governança e da tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para 2012, a perspectiva é dar maior visibilidade institucional para essa Política, na medida em que o Governo prevê a conclusão de importantes trabalhos que se encontram em andamento e culminarão na reativação e na criação de instâncias de governança da política, e na realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Ao longo de 2011, também foram empenhados esforços para a criação de uma maior densidade à temática regional. As ações de divulgação resultaram em estudos do setor, na publicação de três edições do Boletim Informativo da PNDR e no lançamento da II Edição do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que passará a ser denominado Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida. Ainda nesse sentido, foram fortalecidas a articulação intersetorial e a aproximação com a Academia, no âmbito do desenvolvimento regional. A cooperação internacional com a Comissão Europeia em política regional foi aprofundada e tem propiciado a troca de informações e conhecimentos, que serão incorporados ao processo contínuo de aprimoramento da PNDR.

Como instrumento da PNDR em 2011, ainda merece destaque a capacitação em desenvolvimento regional, mediante a realização do Curso Internacional de Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local, que capacitou cerca de 120 gestores regionais, e a edição do Curso de Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Regional, que capacitou 30 agentes públicos.





Em consonância com os objetivos da PNDR, os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) financiaram, até novembro de 2011, R\$ 14,4 bilhões, representando um crescimento de 5,9% em relação a idêntico período de 2010 (R\$ 13,6 bilhões). Com esses recursos, foram contratadas 492 mil operações, representando 8,0% de crescimento em relação ao mesmo período de 2010.

Na Região Nordeste, com recursos do FNE, foram aplicados, pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), R\$ 8,4 bilhões até novembro de 2011, tendo sido priorizados os segmentos de micro e pequenas empresas, de agricultura familiar e de microfinanças, além dos investimentos em infraestrutura e estruturadores de cadeias produtivas.

Na Região Norte, com recursos do FNO, o Banco da Amazônia (Basa) investiu R\$ 1,7 bilhão até novembro de 2011, priorizando a concessão de financiamentos às atividades produtivas do setor industrial, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento do País e o estímulo à geração de emprego e renda.

Já na Região Centro-Oeste, o Banco do Brasil aplicou R\$ 4,3 bilhões do FCO, até novembro de 2011. A prioridade foi dada a investimentos dos setores produtivos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da reforma agrária, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações.

Para 2012, está previsto o aporte de recursos de aproximadamente R\$ 20,6 bilhões dos Fundos Constitucionais para essas três regiões, sendo R\$ 5,1 bilhões provenientes do FCO, R\$ 11,5 bilhões do FNE e R\$ 4,0 bilhões do FNO. Outro instrumento de financiamento da PNDR, os Fundos de Desenvolvimento e Investimentos são uma via consistente para a viabilização do desenvolvimento regional, mediante a exploração dos potenciais endógenos de desenvolvimento das diversas regiões do País para o combate às desigualdades sociais e a eliminação da pobreza extrema do Brasil.

Os empreendimentos com projetos aprovados à conta do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) somaram, cumulativamente, até 2011, investimentos no montante de R\$ 20,2 bilhões; já à conta do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o valor correspondente alcançou R\$ 6,8 bilhões. Juntos, os dois Fundos participaram de investimentos totais de R\$ 27 bilhões nas duas regiões, indicando alavancagem de recursos de outras fontes (próprios e de terceiros) de R\$ 20 bilhões, ou seja, 285% da participação dos Fundos direcionados a projetos estruturadores e de infraestrutura.

Em 2011, o FDA aplicou R\$ 404 milhões em um projeto no setor de energia e o FDNE financiou projeto no setor de transporte ferroviário no valor de R\$ 494 milhões. Os recursos dos projetos aprovados e contratados, em 2011, totalizaram R\$ 818 milhões em recursos do FDA e R\$ 115 milhões do FDNE, resultando em investimentos totais superiores a R\$ 3,5 bilhões. Para 2012, a dotação prevista para os Fundos são, respectivamente, de R\$ 1,3 bilhão para o FDA e de R\$ 2 bilhões para o FDNE. Há ainda a expectativa de início da operação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), o que deverá alavancar novos investimentos nessa Região.

As regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os incentivos e benefícios fiscais concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia ou do Nordeste, em diversas modalidades. Merece destaque o incentivo de isenção do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital.

No que se refere aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no exercício de 2011, foram contemplados 22 projetos com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado (CEI). Desse total, 16 certificados foram emitidos para beneficiárias incentivadas pelo Finam e seis para beneficiárias incentivadas pelo Finor. Para tanto,





foram realizadas nove autorizações de liberações que atingiram o montante de R\$ 221,98 milhões, sendo que, desse total, R\$ 21,5 milhões são destinados às empresas incentivadas pelo Finam e R\$ 200,47 milhões, destinados a beneficiárias do Finor. Destaca-se que, desse último total, R\$ 123,5 milhões, ou 55,63% dos recursos, foram destinados ao Projeto da Transnordestina Logística, que é o projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor.

No âmbito dos programas desenvolvidos com foco em escalas sub-regionais, foi viabilizado, em 2011, por meio do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), o apoio aos projetos de desenvolvimento produtivo nas mesorregiões prioritárias, com investimentos da ordem de R\$ 4 milhões destacando-se projeto para estruturação da apicultura na porção piauiense da Mesorregião Chapada das Mangabeiras; concepção de plano estratégico da fruticultura e estruturação de unidades de beneficiamento na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul; estruturação de Centro de Referência em Vitivinicultura na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul; e prosseguimento ao apoio à estruturação da cadeia da fruticultura na Mesorregião Itabapoana que compreende Municípios dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Por intermédio dos Programas Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido (Conviver) e Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), o Governo atuou na estruturação das Rotas de Integração Nacional, que são redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais. Em 2011, foram investidos R\$ 7 milhões nos múltiplos projetos prioritários, a exemplo da Rota do Cordeiro, para apoio aos pequenos produtores rurais, agricultores familiares e assentados em parceria com os Estados do Ceará e Pernambuco, para o fortalecimento da caprino-ovinocultura. Na Rota do Mel, foram aplicados R\$ 2,3 milhões, para o fortalecimento da apicultura, para atender a 400 beneficiários. Na Rota da Fruticultura, foram investidos R\$ 500 mil com o objetivo de fortalecer o setor com apoio a agricultores familiares e irrigantes e meta de atender a 840 beneficiários. Na Rota do Vinho, o objetivo é apoiar o desenvolvimento sustentável da vitivinicultura no Arco Sul da Faixa de Fronteira dos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que beneficiarão diretamente 1,5 mil produtores de uva para produção de suco e vinho em mais de 50 Municípios.

Por meio do Programa Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, foi instituída Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), formada por 20 órgãos do Governo Federal e oito entidades convidadas, e criados, em 2011, núcleos regionais de fronteira estaduais em sete dos 11 Estados fronteiriços. Os núcleos são espaços públicos ancorados na CDIF, para integração de políticas públicas para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira brasileira. Pretende-se, a partir de 2012, criar mais quatro núcleos e desenvolver um conjunto de ações estratégicas na área de: i) saúde na fronteira; ii) escolas binacionais; iii) áreas integradas de controle; iv) investimentos em infraestrutura; e v) inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Ainda, no âmbito das iniciativas em escala sub-regional, merece menção o início da implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, destinado a prover políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ainda marcada por conflitos sociais de diferentes naturezas. A partir de junho de 2011, três grandes ações estruturantes foram implantadas na região: a instalação do Comitê Gestor do Plano, composto por representantes das três esferas de Governo e da sociedade, implicando a destinação inicial de R\$ 17 milhões em projetos públicos e de organizações não governamentais; a realização da Operação Cidadania Xingu, um mutirão de ações que promoveu cerca de 175 mil atendimentos a cidadãos de 11 Municípios, propiciando a emissão de certidões de nascimento, carteiras de trabalho, entre outros serviços; e a implantação da Casa de Governo, estrutura administrativa vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que se destina a coordenar as ações do Governo Federal na região e promover o diálogo com sociedade.



Também em 2011, o Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água para Todos, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. A finalidade do Programa é garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

a.1) Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: Governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Em 2011, aprofundou-se a discussão sobre as políticas públicas brasileiras com vistas à convergência do Plano Brasil Maior (PBM), do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para dar apoio ao desenvolvimento de aglomerados produtivos no Brasil de forma territorializada e consoante com o objetivo de alcançar maior equidade regional.

Destaca-se, também, que se encontra em fase final o estudo sobre indicadores de desenvolvimento de aglomerados produtivos locais, com vistas à implantação de um Sistema de Gestão de Conhecimento em APLs. Esse sistema permitirá o monitoramento e a gestão das informações e dos conhecimentos sobre APLs, além de promover a interação das empresas envolvidas nos aglomerados, gerando, assim, negócios entre elas; e viabilidade da troca, sistematizada, de informações entre os APLs, disseminando os resultados de programas ou atividades desenvolvidos regionalmente, bem como as melhores práticas e as lições aprendidas.

Além dessas iniciativas, o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), sistemática de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos APLs selecionados, firmará, para o ano 2012, três núcleos operacionais, que atenderão mais de 500 empresas, beneficiando cerca de 5 mil empregados.

b) Infraestrutura Hídrica

Para minimizar a carência de água para consumo humano e outros usos, que afetam a negativamente a saúde pública e restringem as oportunidades de melhoria socioeconômica das comunidades onde a disponibilidade desse recurso é reduzida, o Governo vem priorizando a implantação de infraestrutura hídrica eficiente e integradora do território nacional, com o desenvolvimento de ações estruturantes realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nesse sentido, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) é o empreendimento em execução de maior relevância no contexto nacional. O Pisf beneficiará cerca de 12 milhões de brasileiros e promoverá maior equilíbrio regional das oportunidades de emprego e renda associadas ao desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões semiáridas. O projeto prevê uma sistemática mais eficiente de operação dos reservatórios já construídos, com melhor aproveitamento da infraestrutura e gestão mais eficaz da água.

As obras do Pisf, divididas em dois grandes eixos, o Norte e o Leste, atenderão aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Ações de caráter social fazem parte desse complexo, como a construção de 695 casas para comunidades indígenas e quilombolas e melhoramentos em outras 1.709 casas, beneficiando 2.404 famílias, bem como 18 Vilas Produtivas Rurais para assentamento de 768 famílias afetadas pelo empreendimento.





No exercício de 2011, foram aplicados R\$ 636,33 milhões em: i) obras dos eixos e das barragens Tucutu e Areias; ii) construção das Vilas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão a mais 270 famílias; e iii) construção de casas para as populações quilombolas e indígenas. Para 2012 estão previstos R\$ 950 milhões para dar continuidade a essas intervenções, bem como à recuperação de reservatórios estratégicos existentes que receberão as águas do Pisf. O trecho entre a captação em Itaparica e a Barragem de Areias do Eixo Leste tem a conclusão prevista para o final de 2012.

No contexto da revitalização dos rios São Francisco e Parnaíba, foram implantados, em 2011, 43 sistemas de esgotamento sanitário nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Maranhão e Sergipe, beneficiando 621 mil habitantes, com investimentos da ordem de R\$ 382,41 milhões, incluído restos a pagar de exercícios anteriores.

Nesse exercício, foram celebrados Termos de Compromisso para a construção de módulos sanitários domiciliares e ligações para redes coletoras em 186 domicílios, com investimentos da ordem de R\$ 452,3 mil, e R\$ 6 milhões para recuperação e preservação da bacia do São Francisco e controle de processos erosivos. Essas intervenções melhoram a qualidade de vida da população e contribuem para a preservação dos rios.

Para 2012, será dada continuidade às intervenções para recuperação e controle dos processos erosivos e à implantação das ligações intradomiciliares de esgotos e módulos sanitários, com previsão de recursos da ordem de R\$ 326 milhões.

No tocante ao Programa Água para Todos, foram direcionados, em 2011, R\$ 84 milhões, para construção de 130 poços e implantação de 16 sistemas de abastecimento de água nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Para 2012 está prevista a construção de 32 sistemas que atenderão a 253 localidades dos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

Ainda no contexto hídrico, foram investidos, em 2011, R\$ 464,7 milhões em adutoras e barragens, sendo que R\$ 422,8 milhões em obras do PAC, propiciando a conclusão dos seguintes Projetos: Barragem Missi (CE), Barragem Riacho da Serra (CE), Eixo de Integração Castanhão-Trecho IV (CE), Barragem Pedro Alexandre (BA), Sistema Adutor do Congo (PB), Sistema Adutor Agrestina (PE), Sistema Adutor Belo Jardim (PE), Sistema Adutor Limoeiro (PE). Esses projetos possibilitam adução de água por meio de 234 km de canais e adutoras e a reservação de 88 milhões de m³ de água, beneficiando aproximadamente 192 mil brasileiros com a melhoria da disponibilidade e da oferta de água.

No decorrer de 2011, deu-se prosseguimento às obras para a implantação de sistemas de abastecimento e de barragens, que permitirão a instalação de 1.310 km de adutoras e o armazenamento de aproximadamente 2 bilhões de m³ de água, cabendo destacar: Barragem Congonhas (MG), Barragem Jequitaí (MG), Sistema Adutor de Guanambi (BA), Canal Adutor do Sertão Alagoano (AL), Adutora Gavião-Pecém (CE), Barragem Arvorezinha (RS), Canal Eixo de Integração – Trecho V do eixo de integração Castanhão-Pecém (CE), Sistema Adutor João Leite (GO), Sistema Adutor do Agreste (PE), Sistema Adutor Piaus (PI), Sistema Adutor Alto Oeste (RN), Barragem Arroio Taquarembó (RS) e Sistema Adutor São Francisco (RN). Para 2012, estão previstos investimentos de R\$ 995,6 milhões em adutoras e barragens e R\$ 13,8 milhões para recuperação, adequação, operação e manutenção de infraestruturas hídricas, que são importantes para a manutenção de suas funções de oferta de água e para a segurança das estruturas.

Na área da agricultura irrigada, a comparação do cenário brasileiro com o internacional ilustra o enorme potencial de expansão da atividade no País. No cenário mundial, 44% da produção de alimentos provém de 18% de área cultivada irrigada, os demais 56% da produção são oriundos de métodos tradicionais. No Brasil, apenas 5% da área colhida é irrigada, correspondente a 16% do total da produção de alimentos, sendo que a Região Sudeste concentra a maior parte das áreas irrigadas do País, com 37% do total, seguida pelas Regiões Sul (27%), Nordeste (22%), Centro-Oeste (12%) e Norte (2%), segundo os dados do Censo Agropecuário 2006.



Estudos preliminares apontam que as regiões Norte e Centro-Oeste integram as maiores áreas potenciais para o desenvolvimento da irrigação no País. Para que investimentos alcancem a máxima eficácia, vem sendo discutido aperfeiçoamento à gestão da política. O Governo pretende, por meio de iniciativas estruturais e não estruturais, incentivar a ampliação da área irrigada, da produção e da produtividade em bases ambientalmente sustentáveis, com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos, a competitividade da agricultura brasileira e a geração de emprego e renda.

Em 2011 foram direcionados para irrigação recursos da ordem de R\$ 572,8 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do PAC 2, como os realizados nos Perímetros de Irrigação Arambaré, com 10.650 ha no Rio Grande do Sul; Várzeas de Sousa, com 4.100 ha na Paraíba; Araras Norte – 2^a etapa, com 1.619 ha no Ceará; Baixo Acaraú – 2^a etapa, com 4.144 ha no Ceará; Mirorós, com 2.145 ha na Bahia; Nilo Coelho, com 18.857 ha em Pernambuco; Curaça, com 4.350 ha na Bahia; e Gorutuba, com 5.236 ha em Minas Gerais; e na Revitalização do Rio Formoso, com 28.437 ha em Tocantins, além de investimentos para Projetos de Irrigação na Região Centro-Oeste.

Para 2012, está prevista a aplicação de R\$ 665,7 milhões para dar continuidade às intervenções de implantação de projetos de irrigação, inclusive com novo edital de licitação para o Perímetro Pontal, transferência da gestão, revitalização de projetos de irrigação, estudos e capacitação para a agricultura irrigada.

c) Defesa Civil – Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

No decorrer de 2011, o Governo, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades e assegurar proteção civil à população, priorizou a ampliação dos gastos com prevenção em relação às despesas com resposta e reconstrução.

Para tanto, foram executadas ações para: i) ampliação e modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), o qual passou a operar em nova sede, localizada no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com adoção de regime integral de trabalho (24 horas e sete dias por semana); ii) elaboração do Programa de Capacitação em Defesa Civil; iii) execução do Plano Emergencial de Preparação dos Estados do Sul e Sudeste para o Verão 2012; iv) realização, em Brasília (DF), do 1º Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres, para troca de experiências bem-sucedidas na área de Defesa Civil, com representantes de vários países e de diferentes regiões do Brasil; v) realização do 8º Fórum Nacional de Defesa Civil em Maceió (AL); e vi) transferência de recursos a Municípios e Estados por meio de convênios ou transferências obrigatórias.

Com o objetivo estratégico de ampliar e qualificar a resposta aos desastres, em 2011, foi enfatizado o aperfeiçoamento dos mecanismos de aplicação de recursos de resposta, por meio da publicação do manual de orientações, que traz informações para que Estados e Municípios tenham acesso aos recursos de transferências voluntárias destinadas à ações de caráter preventivo em áreas de risco. Com o mesmo objetivo, foi publicado o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais e deu-se início ao Desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Desastres e à implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, em 25 Municípios e cinco Estados, o qual será gradativamente ampliado para todo o País.

O Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, do Plano Plurianual 2012-2015, estabelece as responsabilidades pelas ações entre diversos órgãos envolvidos nessa temática. A discussão do tema ensejou ainda formatação de propostas de revisão da legislação que rege a Política Nacional de Defesa Civil, cuja discussão e eventual encaminhamento ao Congresso ocorrerão em 2012.





Para efetivação das ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil, o Governo aplicou, em 2011, recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 768,8 milhões em pagamentos realizados diretamente pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, incluindo os restos a pagar, e R\$ 244,6 milhões em destaques concedidos.

Em relação aos destaques orçamentários de 2011, têm-se: i) Ministério da Defesa, R\$ 235,5 milhões, referente à distribuição de água potável no semiárido brasileiro por meio de carros-pipa e ações de socorro às vítimas de enchentes no Estado do Rio de Janeiro promovidas pelos Comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – Operação Serrana; ii) Companhia Nacional de Abastecimento, R\$ 4,8 milhões, referente à distribuição emergencial e gratuita de gêneros alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar proveniente de desastre e à operacionalização de materiais de assistência humanitária (recebimento, armazenamento, registro, transporte e distribuição); iii) Universidade Federal de Santa Catarina, R\$ 2,8 milhões, referente ao Planejamento Nacional para Mapeamento e Gestão do Risco – etapa I, diagnóstico e caracterização dos desastres por região brasileira; Programa Nacional de Redução de Riscos nas Escolas; Curso de Capacitação Básica Continuada – orientações, prevenções, preparação, resposta e reconstrução; Curso de Gestão de Convênios e Aplicação de Recursos; Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; Criação da Estrutura de Suporte e Apoio ao Sistema Nacional de Defesa Civil, destinado ao gerenciamento de risco; e Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; iv) Fundação Oswaldo Cruz, R\$ 284.000,00, referente à Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; e v) Cia. Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, R\$ 1,1 milhão, referente à recuperação de barragens em situação crítica, localizadas nas bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Para 2012, são prioridades, na área de Defesa Civil, dar continuidade a: i) modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad); ii) expansão do mapeamento de áreas de risco com foco em Municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos, com vistas a orientar as ações de Defesa Civil; iii) fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), com apoio à estruturação dos órgãos estaduais e municipais de Defesa Civil; iv) realização de Conferências de Defesa Civil; v) conscientização e capacitação da população nas atividades de prevenção e preparação para desastres; vi) estruturação e manutenção do Grupo de Apoio a Desastres; vii) promoção de intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente; viii) assistência às populações vitimadas; ix) reabilitação de cenários de desastres; x) expansão da implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil; e xi) revisão da sistemática de transferência de recursos aos Municípios e Estados para ações de prevenção e recuperação.

Para 2012, está prevista, ainda, a aplicação de aproximadamente R\$ 441,7 milhões para a execução das ações de Defesa Civil, não considerado nesse valor os créditos extraordinários para as potenciais intervenções de defesa civil, no que se refere à resposta aos desastres.

9. Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável

O ano de 2011 marcou a efetivação de um passo relevante para o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e da Política Nacional do Meio Ambiente: a aprovação e sanção da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício da competência comum de proteção das paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição em qualquer de suas formas e preservação das florestas, da fauna e da flora.

Outra relevante inovação foi trazida pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que cria, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde com o objetivo de integrar políticas de combate à extrema pobreza com a conservação ambiental.



Também em 2011 foi definido pelo Decreto nº 7.495, de 7 de junho de 2011, o marco institucional para a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que acontecerá no Rio de Janeiro em junho de 2012, com a criação da Comissão Nacional para a Conferência e do Comitê Nacional de Organização no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, e a Assessoria Extraordinária para a Conferência no Ministério do Meio Ambiente. Em novembro, o Governo apresentou as contribuições brasileiras para a Declaração a ser assinada pelos Chefes de Estado na Conferência.

Deu-se prosseguimento à elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas; à elaboração e implementação dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas; e ao desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento ambiental e de recursos hídricos, como o Plano Estratégico da Margem Direita do Amazonas, e a conclusão da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, os quais foram aprovados pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Para tornar mais eficiente o processo de licenciamento ambiental federal, foram editadas sete Portarias Interministeriais, e criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal, com a finalidade de definir a destinação dos recursos da compensação ambiental.

Em cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos, foram instituídos cinco grupos para implantação da logística reversa e disponibilizou-se para consulta pública a versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

O Plano de Ação para a Produção e o Consumo Sustentáveis no Brasil, lançado em novembro de 2011, define os fundamentos da estratégia do Governo para promover a mudança nos padrões atuais de produção e consumo.

Entre as prioridades para 2012, está a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; a continuidade do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental e do fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama); no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima – entre outras, está a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; o desenvolvimento de ações de gestão das florestas públicas e proteção dos biomas nacionais para garantir o acesso e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e a redução de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com o compromisso brasileiro junto à ONU; e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

No período de 13 a 22 de junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em celebração aos 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

A Rio+20 deverá estabelecer nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável, apresentando bases claras para a incorporação desse conceito nos processos nacionais e globais de tomada de decisões. Na visão do Brasil, os resultados da Conferência deverão oferecer claros sinais de fortalecimento do sistema multilateral, incluindo a adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável. A Conferência abordará prioritariamente os seguintes temas: i) economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e ii) estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Para estruturar e organizar a participação do Brasil na Conferência, foi instituída em 2011 Comissão Nacional composta por representantes do Governo e da sociedade civil (academia, movimentos sociais, comunidades tradicionais, empresariais, indígenas e centrais sindicais), copresidida pelos Ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, além de contar com uma Secretaria-Executiva, da qual fazem parte os Ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.





O Governo apresentou, em 1º de novembro de 2011, as contribuições brasileiras para a Declaração a ser assinada pelos Chefes de Estado ou de Governo por ocasião da Conferência. A elaboração desse documento pautou-se por amplo processo de consulta a diversos segmentos da sociedade, incluindo os segmentos empresarial, acadêmico e científico, organizações não governamentais e Governos Estaduais. No âmbito desses esforços, o Ministério do Meio Ambiente realizou consulta pública virtual, com o objetivo de conferir a todas as organizações da sociedade e aos cidadãos oportunidade adicional para contribuírem com o posicionamento do Brasil na Conferência. Essas contribuições repercutiram significativamente na posição apresentada pelo Governo.

O documento brasileiro apontou oito propostas que o País almeja ver aprovadas na Rio+20. Tais propostas, juntamente com as demais apresentadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), serão objeto de negociações internacionais que deverão constituir a etapa preparatória do evento. Como subsídio a esse processo, o Governo promoverá estudos, novas consultas setoriais e ampla articulação com a sociedade brasileira, visando à construção das posições, visões e prioridades nacionais sobre os temas da Conferência.

b) Política e Plano Nacional sobre Mudança do Clima

O desenvolvimento sustentável do Brasil está relacionado dentre outros fatores com a capacidade de resposta do País aos desafios e oportunidades associados às mudanças do clima. Por isso, é preciso fortalecer as instituições e os grupos de pesquisa que trabalham nessa área para que eles sejam capazes de oferecer informações precisas e confiáveis quando demandados.

A detecção precoce de quaisquer tendências associadas às mudanças climáticas é fundamental para que estudos mais aprofundados possam ser realizados a tempo e para que estratégias de adaptação e mitigação possam ser adotadas com sucesso. Por isso, em 2011, iniciou-se a criação de um sistema de observação dos impactos dessas mudanças.

Para constituir um sistema de monitoramento e prevenção de desastres naturais no País, será preciso investir em pesquisa e desenvolvimento de modelagem numérica de altíssima resolução; na ampliação das redes de observação; no desenvolvimento de ferramentas adequadas para visualização das informações; e no treinamento de profissionais para desenvolver e aplicar corretamente os produtos para os diferentes segmentos de usuários.

As principais ações a serem desenvolvidas nos próximos anos para essa área são:

- Desenvolvimento, teste e implementação do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global no supercomputador Tupã, com o objetivo de assegurar autonomia e eficiência na geração de cenários climáticos futuros;
- Promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas; e
- Ampliação das iniciativas de educação ambiental associadas à prevenção dos desastres naturais decorrentes das mudanças climáticas.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, conferiu ao Brasil, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, destaque entre os países em desenvolvimento, por seu pioneirismo na proposição de reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), projetadas para 2020.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima) é um dos instrumentos definidos na Política e sintetiza ações voluntárias de diversos setores voltadas para a redução de GEE. Em 2011, destacaram-se a redução das emissões provenientes





da queda da taxa do desmatamento e da degradação florestal e o aumento das remoções desses gases por florestas e práticas sustentáveis de manejo florestal.

Vale ressaltar que, nas negociações internacionais, o Brasil defende um novo período de cumprimento de metas do Protocolo de Quioto pós 2012, para limitar o aquecimento global até o máximo de 2°C em relação ao nível verificado antes da Revolução Industrial.

Em relação aos Planos Setoriais previstos no art. 2º do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, encontram-se em fase de implementação: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado); Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE); e Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Em fase de elaboração, estão os planos setoriais: de Transporte Público Urbano e Sistemas Modais de Transporte Interestadual de Cargas e Passageiros; de Indústria (Transformação, Bens de Consumo Duráveis, Química Fina e de Base, Papel e Celulose e Construção Civil); de Mineração; de Serviços de Saúde e de Pesca e Aquicultura.

Em 2012, será reformulado e reapresentado o Plano Setorial de Siderurgia, que prevê a substituição do carvão vegetal de origem de florestas nativas por florestas plantadas e ocorrerá a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

b.1) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) é um dos principais instrumentos de promoção e financiamento de atividades vinculadas à Política Nacional sobre Mudança do Clima. A partir da formalização de seu Comitê Gestor em 2011, foi possível estabelecer as diretrizes do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) – 2011 (art. 5º do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010) e definir as condições de transferência dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para aplicação em projetos. Destaca-se, quanto aos recursos reembolsáveis, a aprovação da Resolução nº 4.008, de 14 de setembro 2011, pelo Conselho Monetário Nacional, para regular os juros e prazos. Quanto aos recursos não reembolsáveis, foi aberto processo de seleção e avaliação de projetos para execução do orçamento do ano nas modalidades dirigida e de livre concorrência.

O PAAR – 2011 estabeleceu cinco linhas de ação para os recursos não reembolsáveis e seis linhas de ação para os recursos reembolsáveis. Dos recursos reembolsáveis, foram transferidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) R\$ 204 milhões e, dos recursos não reembolsáveis, foram assinados convênios e descentralizações com entidades públicas e privadas no valor aproximado de R\$ 34 milhões.

Para 2012, estima-se dar continuidade à aplicação de recursos, ao acompanhamento e à avaliação dos projetos em execução com os recursos liberados em 2011. Prevê-se ainda o início das chamadas para os projetos a serem executados com recursos reembolsáveis transferidos ao BNDES, a ampliação das parcerias e o fortalecimento do apoio aos projetos estruturantes.

c) Florestas

O Brasil possui, aproximadamente, 516 milhões de hectares cobertos por florestas, o que representa a segunda maior área de florestas do mundo.





O Código Florestal, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, estabelece condições e instrumentos para o uso e a proteção de recursos florestais e de demais formações vegetais. Em 2011, órgãos governamentais, segmentos sociais e parlamentares participaram ativamente das discussões voltadas à construção de um novo texto para o Código, capaz de conciliar as atividades econômicas, notadamente a produção agrícola, com a proteção do meio ambiente. No mesmo tema, diretrizes metodológicas foram estabelecidas para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs), por meio da Resolução Conama nº 429/2011.

Em 2012, dando continuidade aos esforços para aprimorar o texto e a implementação do Código Florestal, o Governo estará empenhado em apresentar subsídios e propostas para a consolidação de mecanismos destinados a coibir novos desmatamentos e estimular a recuperação das áreas degradadas.

Já o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas federais, por meio de concessões florestais, faz parte do conjunto de ações para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para o ordenamento da ocupação do território amazônico e para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas.

No ano de 2011, as concessões florestais foram consolidadas do ponto de vista técnico, jurídico e econômico, de modo a ampliar a segurança dos investimentos requeridos e também a sua escala operacional a partir de 2012. A concessão florestal, com base em contratos de longo prazo e no manejo florestal sustentável, tem o potencial de gerar milhares de empregos diretos e dinamismo econômico em regiões muito dependentes de repasses públicos e dos programas de transferência de renda.

Os mecanismos de controle da produção de madeira proveniente das concessões florestais, adotados nas operações em andamento, demonstram a vanguarda na implantação de medidas que asseguram a origem legal e sustentável dos produtos florestais. As concessões florestais contam com um sistema de controle que reúne modernas técnicas de rastreamento da produção e do monitoramento, garantindo a legalidade e a sustentabilidade do processo. À primeira experiência em andamento desenvolvida na Floresta Nacional do Jamari (RO), somam-se novas áreas nos Estados do Acre, Pará e Rondônia, que irão totalizar 1 milhão de hectares de contratos a partir de 2012.

Implementou-se o segundo Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 com vistas ao fortalecimento da atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais. As ações de assistência técnica e de capacitação em gestão florestal foram desenvolvidas no bioma Amazônia, abrangendo 37 florestas públicas em sete Estados, totalizando mais de 12 milhões de hectares e envolvendo 19 mil famílias. No bioma Caatinga, a atuação se deu em seis Estados, abrangendo 37 florestas públicas, com ênfase especial nos projetos de assentamento.

Para 2012, o foco estará na ampliação da escala de atuação para garantir a plena viabilização do manejo florestal comunitário como forma significativa de geração de renda e preservação do meio ambiente. As ações estarão direcionadas para a integração das políticas públicas estruturantes do manejo florestal comunitário; para a implantação de um programa de assistência técnica continuada e sistêmica, com foco nas atividades florestais, no fomento ao manejo por meio de instrumentos econômicos; e na ampliação das áreas habilitadas para o manejo florestal comunitário, por intermédio de maior agilidade nos processos de licenciamento ambiental.

Além disso, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis e de promover a inovação tecnológica no setor, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) contratou, em 2011, 21 projetos selecionados em quatro chamadas públicas lançadas em 2010, sendo: dez iniciativas para a promoção da restauração florestal da Mata Atlântica da Região Nordeste do Brasil; cinco iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar na



Caatinga do Estado do Piauí; e seis iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar em Reservas Extrativistas da Região Norte do Brasil.

Em 2012, serão realizadas chamadas públicas com o objetivo de apoiar projetos de desenvolvimento florestal conforme Plano Anual de Aplicação Regionalizada em elaboração.

Com relação à disponibilização de informações florestais, o Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN-BR) é um instrumento de planejamento, estratégico para o setor florestal brasileiro, que visa fornecer informações sobre as florestas naturais e plantadas, sua composição, extensão, distribuição espacial, diversidade e dinâmica em todo o território nacional. O IFN-BR consiste em coleta de dados biofísicos e socioambientais em campo a cada cinco anos. Em 2011, foi realizado o Inventário Florestal Nacional no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal. Para o ano de 2012, está previsto o levantamento nos Estados do Rio de Janeiro, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Sul.

O Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF), disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) desde 2010, forneceu, em 2011, dados atualizados sobre o manejo para a produção de bens e serviços nas florestas brasileiras naturais e plantadas, o que revelou sua importância no cenário nacional e internacional. No ano de 2012, espera-se consolidar o SNIF como um instrumento de transparência da gestão pública florestal, por meio da disponibilização das ações dos órgãos federais e estaduais em um portal nacional.

d) Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas

d.1) Bioma Amazônia

Nos últimos anos, foi aprimorada a metodologia de monitoramento e ampliada a capacidade logística aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental na Amazônia Legal, o que resultou, em 2011, nos menores níveis de desmatamento desde 1988, segundo dados preliminares do Sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), que monitora o desflorestamento em áreas maiores do que 6,25 hectares.

Segundo os dados preliminares, a área desmatada de agosto de 2010 a julho de 2011 foi estimada em 6,2 mil km², sendo 11,7% inferior aos 7 mil km² registrados no mesmo período nos anos de 2009 e 2010. Essa estimativa tem uma margem de erro de aproximadamente 10%, sendo que os números finais serão divulgados em meados de 2012.

Em 2011, as ações de fiscalização centralizaram-se nos Municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento. Sete Municípios foram adicionados à lista, a saber: Moju (PA), Grajaú (MA), Boca do Acre (AM), Alto Boa Vista (MT), Tapurah (MT), Cláudia (MT) e Santa Carmem (MT). Assim como a saída do Município de Paragominas (PA) da lista de maiores desmatadores em 2010, merece destaque a saída do Município de Querência (MT), em 2011, por atingir os resultados exigidos. Atualmente, a lista é composta de 48 Municípios que estão sendo alvo da Operação Arco Verde (OAV), destinada a apoiá-los na transição para uma economia desvinculada do desmatamento ilegal.

Em abril de 2011, quando o desmatamento começou a apresentar sinais de aumento, especialmente no Mato Grosso, foi instalado um gabinete de crise e, somente para esse Estado, o Ibama enviou 500 fiscais. Operações conjuntas com a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, o Exército e a Aeronáutica estancaram esse crescimento.





Dentre as operações de fiscalização realizadas em 2011, destacam-se: i) Operação Guaricaya de combate ao desmatamento ilegal com a apreensão de toneladas de desfolhantes ilegais (agente laranja), realizada no Amazonas; ii) Operação Mauritia, destinada a coibir o corte seletivo ilegal praticado por madeireiras no Maranhão e apreender equipamentos, veículos, madeiras e desmontar serrarias ilegais, cujo abastecimento era feito com madeiras oriundas de áreas protegidas; iii) Operação Corcel Negro II, realizada em vários Estados de forma simultânea, visando ao combate à cadeia ilegal do carvão, alcançando, inclusive, proprietários de metalúrgicas partícipes de quadrilhas criminosas que fraudavam o Documento de Origem Florestal (DOF); e iv) Operação Disparada, realizada em cinco frentes nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, com o objetivo de verificar o cumprimento de embargos das áreas desmatadas ilegalmente.

Visando promover maior envolvimento dos Estados na gestão dos recursos florestais, em 2011, o Governo prestou apoio técnico à elaboração de planos de prevenção e controle do desmatamento e de queimadas dos Estados de Roraima e Maranhão. Destaca-se que esses planos foram construídos de forma participativa e possuem articulação com o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Em 2011 foi concluída a 2ª fase de implementação do PPCDAm e teve início o processo de revisão do seu planejamento para o período 2012-2015, considerando-se as mudanças na dinâmica do desmatamento ocorridas, as lições aprendidas no período recente e os desafios ainda a serem vencidos. A conclusão do processo de revisão subsidiado por consulta pública, prevista para o primeiro semestre de 2012, definirá as ações de prevenção e combate ao desmatamento ilegal na Amazônia.

d.2) Bioma Cerrado

O Cerrado ocupa 24% do território nacional, possui 5% de toda a biodiversidade mundial e é responsável por 70% da vazão das bacias do Araguaia/Tocantins, São Francisco e Paraná/Paraguai. Apesar de sua grande importância, o Cerrado já teve mais de 47% de sua área desmatada ou queimada, por eventos, na maior parte, de origem antrópica, causando graves danos à biodiversidade, aos recursos hídricos e ao clima. Com o intuito de proteger esse bioma, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), instituído por meio do Decreto de 15 de setembro de 2010, apresenta um conjunto de ações tático-operacionais para a redução do desmatamento e a ocorrência de queimadas no Cerrado, bem como alternativas de uso sustentável dos recursos naturais.

Após um ano de execução do PPCerrado, foi divulgado em 2011 seu primeiro relatório gerencial de acompanhamento. Houve avanços na geração e na divulgação de dados sobre o desmatamento no bioma, além do planejamento estratégico e da execução de operações de fiscalização integradas.

Segundo dados oficiais, divulgados em 2011, o Cerrado perdeu cerca de 6.469 km² de vegetação nativa entre 2009 e 2010. Essa taxa equivale a uma redução de 15% do desmatamento em relação ao período anterior (2008-2009), um sinal positivo para a continuidade das medidas em implantação para a proteção do Cerrado. Em 2012, será concluída a revisão do PPCerrado para os próximos quatro anos.

d.3) Biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa

Assim como no Bioma Cerrado, o combate ao desmatamento na Caatinga passou a ser uma das prioridades para o Governo, que definiu a elaboração do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga (PPCaatinga), a ser concluído em 2012, com a finalidade de proteger o bioma que já perdeu 45% de sua cobertura vegetal. Operações de fiscalização já realizadas em 2011, das quais se destacam a Operação Xerófita e a Operação Mandacaru, apreenderam grandes quantidades de carvão e lenha produzidos ilegalmente.



Em 2011, ainda, foram divulgadas a taxa de desmatamento da Caatinga e a lista dos Municípios que mais desmataram de 2008 a 2009. O bioma perdeu 1.921 km² de sua cobertura vegetal remanescente nesse período. Serão igualmente divulgados, a partir de 2012, os dados do desmatamento dos biomas Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, em continuidade ao Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite, que já apresentou os dados referentes ao período 2002 a 2008.

d.4) Números de Focos de Calor

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2010 foram registrados, por meio dos satélites NOAA 15 Noite e NOAA 12 Noite, 133.149 focos de calor em todo o País. O ano de 2011 manteve proximidade com relação aos anos anteriores, conforme constatação do satélite AQUA UMD Tarde com 115.497 focos registrados. Em decorrência, foram realizados 1.480 combates ao fogo pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), tendo o Sistema sido acionado 84 vezes pelos Municípios para apoiar no combate ampliado, envolvendo, além de servidores do Ibama, 834 brigadistas.

e) Recursos Hídricos

A implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos tem sido prioridade do Governo, que busca sempre promover o avanço da gestão dos recursos hídricos nos moldes preconizados pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Com relação à diretriz de fortalecimento da participação da sociedade, foi concluído o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2025) com a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) do documento: PNRH – Ações Priorizadas 2012-2015 e Estratégias para a sua Implementação.

Cabe ainda ressaltar a continuidade, em 2011, das seguintes ações: i) o desenvolvimento da matriz de coeficientes técnicos de consumo de água nos processos produtivos e de um modelo de equilíbrio geral; ii) o desenvolvimento de estudos e estratégias para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; e iii) o planejamento estratégico do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento do CNRH.

e.1) Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

O CNRH é um colegiado que regulamenta em caráter complementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelecendo diretrizes gerais para a implementação dos instrumentos de gestão, além de desenvolver regras de mediação entre os diversos usuários da água, sendo, assim, uma das instituições responsáveis pela implementação da gestão dos recursos hídricos no País.

Entre as deliberações do CNRH, em 2011, cita-se a aprovação do Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas (MDA), importante instrumento para o direcionamento de ações a serem desenvolvidas em bases sustentáveis naquela região. Outra de suas medidas foi a regulamentação dos instrumentos de gestão referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos, por meio da resolução que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes.

O CNRH desempenhou papel importante no fortalecimento e na implementação do Singreh, delegando competência ao Instituto BioAtlântica (IBio) para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, dotando, assim, essa bacia de estrutura para implementar as ações previstas no respectivo Plano de Recursos Hídricos. Adicionalmente, aprovou os valores e mecanismos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na mesma bacia hidrográfica.





Após consulta aos Comitês de Bacias Hidrográficas e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, com base nos planos, programas e ações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, foi aprovada resolução da Agência Nacional de Águas (ANA) que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2012 e 2013.

Ressalta-se que o Conselho iniciou o processo de regulamentação da recém-aprovada Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, além de acompanhar a implementação dos Comitês Paranapanema e Grande.

e.2) Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas

Em 2011, o Brasil atingiu a marca de 4,5 milhões de km² (53% do território nacional) de cobertura por Planos de Recursos Hídricos. Esses planos são documentos programáticos que definem a agenda de recursos hídricos de uma região, identificando ações de gestão, planos, projetos, obras e investimentos prioritários, com a participação de órgãos governamentais, sociedade civil, usuários e diferentes instituições que participam do gerenciamento desses recursos.

As conquistas de 2011 incluem a aprovação pelo CNRH do já mencionado Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas e a conclusão e aprovação pelo Comitê de Bacia do Plano do Rio Verde Grande, importante afluente do rio São Francisco. Além disso, iniciou-se a implementação do Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (2010-2020), com proposta de atualização do Enquadramento dos Corpos de Água até o ano de 2035.

Em 2012, deverá ser concluído o Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, com a elaboração dos respectivos Planos de Ações de suas bacias afluentes e da proposta de enquadramento dos corpos de água da bacia. Para o período, também está prevista a elaboração do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.

e.3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

A cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas vem sendo implementada desde 2001, tanto pela União quanto pelos Estados, em articulação com os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas. Em rios de domínio da União, a cobrança já está funcionando nas bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul, desde 2003, envolvendo a gestão nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; no consórcio dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em Minas Gerais e São Paulo, desde 2006; e no rio São Francisco, desde 2010, envolvendo ações em oito Estados da Federação. Em novembro de 2011, deu-se início à cobrança dos usuários na bacia hidrográfica do rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. São mais de 800 mil km² de área com a gestão descentralizada e participativa de recursos hídricos.

Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos retornam integralmente para as regiões em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação dos respectivos corpos d'água. A agência de bacia executa o plano de aplicação desses recursos de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica. A expectativa de arrecadação para o exercício de 2012 é da ordem de R\$ 65 milhões.

e.4) Revitalização de Bacias Hidrográficas

No que se refere à revitalização de bacias hidrográficas, ressalta-se, em 2011, a continuidade das ações de saneamento na bacia do rio São Francisco implementadas pelo Governo com recursos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento



(PAC), em que se destacam os resultados do Programa Água para Todos em Comunidades Ribeirinhas, com 32 obras concluídas, 334 obras em andamento, 151 obras programadas e aproximadamente 8 mil cisternas construídas, além de 22 obras de esgotamento sanitário concluídas, 54 em andamento e 98 obras em ação preparatória e licitação.

Na bacia hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), em 2011, deu-se continuidade à recuperação de matas ciliares ao longo do rio Aquidauana, aos serviços de terraceamento, à adequação de estradas rurais e à estabilização de processos erosivos (voçorocas), culminando com o plantio de mudas de espécies florestais nativas. Além disso, prosseguiram as atividades previstas nos projetos de recuperação de áreas degradadas em microbacias críticas e as atividades de capacitação já em desenvolvimento na sub-bacia do rio Taquari. Foi concedido apoio ao projeto da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso para recuperação de nascentes e matas ciliares do assentamento Laranjeiras I, com mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal Matogrossense, contemplando quatro fragmentos de mata ciliar, plantio de 5 mil mudas de árvores nativas e elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Assentamento Laranjeiras.

Na bacia hidrográfica dos rios Tocantins-Araguaia, destaca-se o projeto realizado no Estado do Tocantins para revitalização de fragmentos florestais sazonais na planície do Araguaia.

Em 2011, destacam-se ainda as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Água Doce (PAD), integrante do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) como uma das iniciativas do Programa Água para Todos. Sua finalidade é estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental socialmente sustentáveis. O PAD possui como meta implantar 1,2 mil sistemas de dessalinização, até 2014, beneficiando aproximadamente 500 mil pessoas, com investimentos de cerca de R\$ 168 milhões. Em 2011, foram estabelecidas parcerias com os Estados de Sergipe e Alagoas para aplicação da metodologia em 126 sistemas de dessalinização, atendendo aproximadamente 26 mil pessoas. Até o momento, o Programa beneficia cerca de 100 mil pessoas, em 152 localidades.

e.5) Atlas de Abastecimento Urbano de Água

A publicação do Atlas de Abastecimento Urbano de Água 2011 consolida um amplo trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das redes urbanas em todo o País. A sua elaboração buscou assegurar a convergência de decisões entre as instâncias de planejamento federal, estadual e municipal e, ao mesmo tempo, a integração desejada entre a gestão do uso da água e o abastecimento urbano.

Foram avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água das redes urbanas de todos os 5.565 Municípios brasileiros, indicando as principais obras e ações de gestão para o atendimento das demandas até 2025, inclusive ações necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais.

Tendo em vista a relevante amostragem de dados, o tratamento e as projeções de parâmetros quantitativos e qualitativos de informações de demanda de uso dos recursos hídricos, o Atlas de Abastecimento foi subsídio para elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo.

e.6) Programa de Desenvolvimento do Setor Águas – Interágua

Outro instrumento de apoio ao planejamento é o Programa Interágua, lançado no final de 2010, que tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos





desenvolvidas do País, visando: i) aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; ii) aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e iii) melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.

A assinatura do Acordo de Empréstimo ocorreu em 15 de dezembro de 2011. O início da execução está previsto para o primeiro trimestre de 2012 e tem prazo total de cinco anos para implantar as ações. O montante total de recursos do Programa é de US\$ 143,11 milhões e três ministérios serão responsáveis por sua execução: Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) e da Agência Nacional de Águas (ANA); Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA); e Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec) e da Secretaria Nacional de Irrigação (Senir).

e.7) **Atlas de Vulnerabilidade**

Voltado à prevenção e redução de impactos de eventos hidrológicos críticos, o Atlas de Vulnerabilidade às Inundações do Brasil tem por objetivo diagnosticar a vulnerabilidade das bacias hidrográficas do País, identificando os trechos inundáveis dos principais rios e seu grau de vulnerabilidade, consolidando, de maneira inédita, as informações existentes nos Estados e na União sobre o tema. Esse trabalho irá subsidiar a construção de políticas públicas de previsão e prevenção de eventos hidrológicos críticos, além das atividades dos órgãos de defesa civil.

Em 2011, foram finalizados o levantamento e a consolidação das informações da Região Nordeste e iniciados os levantamentos nas regiões Sul e Norte. A publicação do Atlas abrangendo todo o território brasileiro está prevista para 2012.

f) **Licenciamento e Qualidade Ambiental**

f.1) **Licenciamento Ambiental**

As demandas por licenças ambientais cresceram cerca de 700% em uma década. Em 2000, havia 251 empreendimentos em análise. Em 2011, identificaram-se 1.829 processos na carteira do licenciamento ambiental federal. O mesmo quadro de crescimento é registrado nos demais órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Com o intuito de aprimorar a legislação ambiental, em 2011 foram publicadas sete portarias interministeriais estabelecendo regras mais claras para o licenciamento ambiental federal e prazos para os órgãos envolvidos apresentarem seus pareceres sobre os estudos de impacto ambiental de empreendimentos que estão sendo analisados pelo Ibama.

Foram estabelecidos procedimentos para regularizar empreendimentos construídos antes de 1981, quando ainda não havia legislação ambiental no País, e para tornar mais claras as regras de licenciamento nos setores de portos, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás.

Ainda em 2011, foi criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal (CCAF), com a finalidade de definir a destinação dos recursos da compensação ambiental pela implantação de empreendimentos licenciados em nível federal, prevista na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

A previsão para os próximos anos é de contínuo aumento das demandas por licenciamento ambiental, consideradas as projeções do Plano Decenal de Energia (PDE) de novas usinas hidrelétricas e construção de linhas de transmissão no setor de energia; a expansão de rodovias e ferrovias prevista no Plano Nacional de Logística de Transporte para o período de 2012-2015; o aumento esperado na produção nacional de petróleo e gás; e os investimentos nos portos e hidrovias.





Número de licenças ambientais emitidas em 2011

Licença Prévia	54
Licença de Instalação	149
Licença de Operação	137
Outras	284
Total	624

Fonte: Sistema de Licenciamento (SisLic/Ibama) – 16/01/2012.

f.2) Qualidade Ambiental

A Qualidade Ambiental fundamenta-se em um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Como parte desse processo, estão previstas a publicação e a divulgação oficial do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA) durante a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

No que se refere à avaliação e ao controle de substâncias químicas, em 2011, foram iniciados os estudos para a reavaliação de agrotóxicos do grupo dos neonicotinoides e foi elaborado um manual de procedimentos operacionais padronizados sobre avaliação por equivalência para dar maior agilidade ao processo de registro dessa modalidade.

Como forma de fortalecimento do Sisnama, em 2011 foram repassados aos Estados conveniados com o Ibama até 60% do valor da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Ibama, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.

As perspectivas na área de gestão da qualidade ambiental para 2012 são: a expansão do Cadastro Técnico Federal; a publicação periódica e sistemática do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA); a implantação do Inventário Nacional de Solos Contaminados; a implantação do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa; a elaboração de procedimentos operacionais padronizados para a avaliação por equivalência; a implantação da Avaliação de Risco; a criação de novos sistemas (Avaliação, Impurezas e Relatório de Comercialização) e de novos produtos em reavaliação por motivação ambiental; e a publicação do Relatório de Comercialização com novas informações (RET).

g) Proteção da Camada de Ozônio

De acordo com o Protocolo de Montreal, que dispõe sobre os prazos de eliminação da produção e do consumo dos hidroclorofluorcarbonos (HCFC), o Brasil deverá cumprir as seguintes metas: congelamento do consumo dos HCFC em 2013, com base no consumo médio de 2009-2010; redução de 10% do consumo em 2015; de 35% em 2020; de 67,5% em 2025; de 97,5% em 2030; e eliminação do consumo em 2040.

Com o objetivo de desenvolver ações para eliminar o consumo de HCFC, o Governo coordenou a elaboração do Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC (PBH) entre os anos de 2009 e 2011, com a participação de diversos setores da sociedade e das agências implementadoras, quais sejam, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).





O documento desenvolvido contempla o diagnóstico do consumo de HCFC nos diversos setores que utilizam essas substâncias, bem como a estratégia a ser adotada pelo Brasil para a eliminação do consumo de HCFC até 2040. Todas as etapas de elaboração foram discutidas com o Comitê Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio (Prozon), criado pelo Decreto de 6 de março de 2003, e com o grupo de trabalho GT – HCFC, instituído pela Portaria MMA nº 41, de 25 de fevereiro de 2010.

O Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFC foi aprovado na 64ª Reunião do Comitê Executivo do Fundo Multilateral para a implementação do Protocolo de Montreal (FML), ocorrida entre os dias 25 e 29 de julho de 2011, com um orçamento de cerca de R\$ 19,6 milhões que serão utilizados na implementação da primeira fase do Programa, que compõe as ações previstas até 2015.

Em 2012 está prevista a execução da primeira fase do PBH com as seguintes ações: i) ações regulatórias – definição de cotas de importação de HCFC, regras para limitar ou proibir o vazamento de HCFC em equipamentos de refrigeração, regras para importação de produtos contendo HCFC e apoio ao desenvolvimento de normas técnicas; ii) projetos de conversão tecnológica industrial para eliminação do HCFC-141b na expansão da espuma de poliuretano, mais especificamente, na fabricação de espuma moldada e flexível, pele integral, painéis contínuos, embalagens, tubulação e aquecedores de água; e iii) projetos no setor de serviços para redução do vazamento de HCFC-22 na refrigeração comercial e doméstica.

Com a aprovação do PBH, o Brasil se comprometeu em eliminar o consumo de 220,3 toneladas de Potencial de Destruição da Camada de Ozônio (PDO), o que equivale a 1.534,10 toneladas métricas e aproximadamente 4,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente de emissões evitadas até o ano de 2015.

h) Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve)

Em 2011, foi dada continuidade ao processo de atualização do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), observando-se o disposto na Instrução Normativa Ibama nº 4, de 13 de maio de 2010, que regulamenta a aplicação do Sistema de Diagnose de Bordo (OBD) em veículos pesados novos a diesel homologados na fase P7 do programa.

De acordo com o Proconve P7, a partir de 1º de janeiro de 2012, todos os veículos pesados deverão ser fabricados nos padrões de Redução Seletiva Catalítica (SCR), tecnologia que consiste na filtragem dos poluentes emitidos pelos motores a diesel.

Ressalta-se que a emissão média de monóxido de carbono (CO) de um veículo leve era de 54g/km, antes do programa. Apesar do aumento da frota brasileira de veículos automotores, esse índice, atualmente, está por volta de 0,4 g/km, o que significa uma contribuição relevante para melhorar a qualidade do ar, sobretudo nas grandes cidades brasileiras.

i) Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), organizado de forma colegiada representativa de cinco setores: órgãos federais, estaduais e municipais, setor empresarial e sociedade civil.

Em 2011, em cumprimento à sua missão, o Conselho aprovou as seguintes Resoluções: i) nº 429, que dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs); ii) nº 430, que dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005; iii) nº 431, que altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002; iv) nº 432, que estabelece novas fases de controle de emissões de gases poluentes por ciclomotores, motociclos e veículos similares novos, e dá outras providências; e v) nº 433, que dispõe sobre a inclusão no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos (Proconve) e estabelece limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias novas.



j) Resíduos Sólidos

Com as inovações da Lei nº 12.305, 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, os resíduos sólidos passaram a ser vistos como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, minimizando o impacto ambiental e com potencial dinamizador para a economia.

A legislação tem, entre seus pilares, o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, o que confere ao setor um novo ordenamento, demandando uma participação mais atuante do poder público, do setor produtivo, das associações de catadores e também da sociedade. Cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas.

Nessa linha, em março de 2011, foi instalado o Comitê Interministerial da PNRS, instituído pelo referido Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, composto por dez Ministérios, pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Comitê tem por finalidade apoiar a estruturação e a implementação da PNRS, por meio da articulação com órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e metas previstas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Dentre os assuntos de competência do Comitê, destaca-se a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que conterá um diagnóstico sobre os diversos tipos de resíduos gerados, alternativas de gestão e gerenciamento passíveis de implementação, bem como metas para diferentes cenários, programas, projetos e ações correspondentes. A versão preliminar foi debatida em cinco audiências públicas regionais e uma Audiência Pública Nacional, além de passar por um processo de consulta pública via Internet.

Em 2012, o Plano deverá ser aprovado no Comitê Interministerial da PNRS e, em seguida, apresentado nos Conselhos Nacionais de Meio Ambiente, das Cidades, de Recursos Hídricos, de Saúde e de Política Agrícola.

Também foi instalado o Comitê Orientador para a implantação da logística reversa. No âmbito desse Comitê, foram instituídos cinco grupos de trabalho que trataram das seguintes cadeias de produtos: lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; eletroeletrônicos; embalagens em geral; embalagens de óleo lubrificante; e descarte de medicamentos. Os grupos têm como competência elaborar minutas de editais de chamamento para os acordos setoriais, precedidos da apresentação de estudos de viabilidade técnica e econômica e de instrumentos de modelagem e de governança, a fim de implementar a logística reversa dessas cadeias. Em dezembro de 2011, foi publicado o edital de chamamento para embalagens de óleo lubrificante, estabelecendo prazo de 45 dias para o envio do acordo setorial. Para 2012, espera-se o lançamento dos editais para lâmpadas, embalagens em geral, eletroeletrônicos e descarte de medicamentos.

Merce menção a instalação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), instituído por meio do Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. O CIISC, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como finalidade integrar e articular as ações do Governo voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. Em 2011, foram disponibilizados mais de R\$ 27 milhões para apoio a associações e cooperativas de catadores.

Outra diretriz presente no marco regulatório dos resíduos sólidos é a melhoria na gestão dos serviços. Assim, em 2011, o Governo continuou apoiando Estados, Municípios e consórcios, bem como planos de gestão integrada de resíduos sólidos, tendo a fase de capacitação sido executada no período de 2009 e 2010. Em 2011 foram realizados os estudos de regionalização





pelos Estados e a formalização dos consórcios públicos pelos Municípios. Dos 18 convênios existentes com Estados, dez estão com seus estudos de regionalização em fase de conclusão, o que terá grande significado para a elaboração dos Planos Estaduais, Municipais e Intermunicipais de Resíduos Sólidos previstos para 2012.

Ademais, foi lançado, em outubro de 2011, o Edital de Chamada Pública nº 001/2011, com a finalidade de apoiar Estados, Municípios e consórcios na elaboração dos planos de resíduos sólidos e programas de coleta seletiva.

Com relação à integração da bacia hidrográfica do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional, encontram-se em andamento as obras de aterros sanitários nos Municípios do Consórcio Público Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos (Ecotres/MG) para atendimento de três Municípios de Minas Gerais, estando com 30% de execução; em Juazeiro (BA), que atende dois Municípios, atualmente conta com 30% de execução; e em Curvelo (MG), que atende 27 Municípios estando com 90% executado. Também foi assinado convênio para construção de aterro sanitário em Irecê (BA), que atenderá 18 Municípios. Está em fase de licitação o aterro sanitário do Consórcio Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos (Cigres/AL) que atenderá 13 Municípios alagoanos. Estão sendo elaborados os projetos básicos para obras de encerramento e remediação de lixões nos Municípios do Consórcio Ecotres (MG) e em Juazeiro (BA); Irecê (BA); Parnaíba (PI); Piripiri (PI); Timbiras (PI); Itaparica/Moxotó (PE); e Moxotó/Agreste (PE), o que beneficiará 82 Municípios.

k) Biodiversidade

O Brasil abriga aproximadamente 13% do total de espécies existentes no planeta. Diante disso, a política ambiental federal vem buscando aprimorar iniciativas para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira, especialmente por meio da criação de Unidades de Conservação (UC), da proteção de espécies ameaçadas de extinção e do monitoramento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros.

k.1) Unidades de Conservação

Estudos sobre a importância das UC no cenário nacional e outros eventos relevantes contribuíram em 2011 para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre eles destacam-se: a publicação Contribuição Econômica das UC para a Economia Nacional; o fortalecimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC); e o reconhecimento dos Mosaicos Carioca e Mosaico da Amazônia Meridional.

O quadro a seguir apresenta um panorama das UC certificadas pelo CNUC. Esses dados demonstram o compromisso do Governo com o meio ambiente e ratificam o protagonismo brasileiro na proteção e conservação de recursos naturais.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação

Esfera	Nº de UCs	Área em km ²	% incremento de área km ² em relação a 2010
Federais	310	746.729	-
Estaduais	566	753.539	38%
Municipais	91	5.807	1%
RPPN(*) - Reconhecidas ICMBio	574	4.728	-
RPPN(*) - Reconhecidas por órgãos estaduais	61	127	-
TOTAL	1.602	1.510.930	1%

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/ICMBio (acesso: 30/12/2011).

Obs.: (*) RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.





Para 2012, os principais objetivos são a ampliação da área protegida por Unidades de Conservação em 1,4 milhão de hectares; o reconhecimento de dois mosaicos para fomentar a gestão integrada das áreas protegidas; a implementação da campanha de divulgação da importância de UC para a melhoria da qualidade de vida e o crescimento econômico regional; o estabelecimento de incentivos econômicos e parcerias com o setor privado para aportar investimentos mínimos; a regulamentação das categorias de manejo de unidades de conservação; e a regulamentação da concessão de serviços em UC, de modo a estimular o turismo em áreas naturais.

k.2) Espécies Ameaçadas

A elaboração de Listas Nacionais Oficiais das Espécies da Fauna e da Flora Brasileiras Ameaçadas de Extinção é considerada de extrema importância para o País, pois é um dos instrumentos da política de conservação. A atual Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção registra 627 espécies ameaçadas, sendo 394 terrestres e 233 aquáticas.

Em 2011, para espécies da fauna, foram elaborados 12 Planos de Ação Nacionais (PAN), que contemplam 70 espécies ameaçadas, ou seja, 11% do total. Ainda no mesmo período, 1.888 espécies da fauna foram avaliadas quanto ao seu estado de conservação. Para 2012, estão previstos o lançamento de mais dez PAN, contemplando mais 95 espécies da fauna ameaçadas de extinção e também o levantamento de informações sobre o estado de conservação de mais 3.543 espécies.

A Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, definida por meio da Instrução Normativa MMA nº 06, de 26/09/2008, contém 472 espécies ameaçadas de extinção. Até 2011, foram avaliadas, com base nos critérios e categorias adotados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), 42% das 4.725 espécies constantes de listas estaduais, nacionais e globais (que incluem não só as consideradas ameaçadas como também aquelas com deficiência de dados).

Para o ano de 2012, estão previstas a publicação do Livro Vermelho da Flora Ameaçada de Extinção do Brasil e o documento diagnóstico sobre as listas de espécies ameaçadas, além da elaboração do Atlas de Espécies Ameaçadas de Extinção da Flora em Unidades de Conservação.

I) Produção e Consumo Sustentáveis

O objetivo principal do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), lançado em novembro de 2011, é aumentar em 50% o número de consumidores brasileiros que apresentam atitudes e comportamentos de menor impacto negativo no meio ambiente e maior impacto positivo no bem-estar e na qualidade de vida da sociedade em geral.

O primeiro ciclo do PPCS vai de 2012 a 2014, período no qual serão priorizadas ações voltadas para seis temas: i) Educação para o Consumo Sustentável; ii) Varejo e Consumo Sustentável; iii) Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P; iv) Compras Públicas Sustentáveis; v) Construções Sustentáveis; e vi) Aumento da Reciclagem de Resíduos Sólidos.

O Plano é uma agenda positiva de ações em curso ou a serem desenvolvidas no curto prazo, com resultados que serão monitorados e avaliados ao longo do seu período de implementação. A implementação do PPCS será monitorada pelo MMA, que divulgará, a partir de 2012, informações relacionadas no portal do Plano.

Em 2011 foram lançadas campanhas de consumo consciente, voltadas para a população em geral, com o intuito de sensibilizar os cidadãos acerca da importância de reduzir o desperdício e descartar corretamente seus resíduos.





A campanha “Separe o lixo e acerte na lata” foi lançada em junho, e busca, por meio de peças publicitárias e publicidade na Internet, orientar o consumidor sobre a importância da separação e correto descarte dos resíduos úmidos (orgânicos) e secos (materiais recicláveis). Além da redução do volume de lixo encaminhado a aterros, ao separar o lixo, o consumidor auxilia o trabalho de milhares de catadores de materiais recicláveis, proporcionando dignidade em seu trabalho e maior geração de renda. A campanha e suas peças podem ser consultadas no portal: <www.separeolixo.com>.

Em outubro de 2011, foi lançada a campanha “Mês do Consumo Sustentável”, que envolveu diversos parceiros na divulgação dos conceitos e práticas de consumo sustentável em todo o Brasil. Entre 12 e 26 de outubro, foram disponibilizados contêineres de coleta de equipamentos eletroeletrônicos sem conserto em estações de metrô de quatro capitais – Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – sensibilizando cidadãos a descartarem em local apropriado dez toneladas desses resíduos.

m) Agenda Internacional

Em 2011, o Brasil continuou se destacando no debate internacional relacionado à área ambiental. O País sediou a 8ª Reunião do Basic, grupo integrado por Brasil, África do Sul, Índia e China, ocasião em que se consertaram posições e formularam-se propostas conjuntas para apresentação na 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ocorrida conjuntamente com a 7ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto.

Na área de mudança do clima, o Brasil participou de negociações para avançar o detalhamento e a operacionalização de novas instituições do regime de clima acordadas na Conferência de Cancun, como o Fundo Verde para o Clima, o Comitê de Financiamento, o Mecanismo Tecnológico e o Comitê de Adaptação. O Brasil ainda exerceu com a França a copresidência da parceria interina sobre redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+).

Quanto à 10ª Conferência das Partes da Convenção da Basileia, o País trabalhou ativamente para aprovação do documento Guias Técnicos para um Manejo Ambiental Equilibrado de Resíduos de Pneus Usados. Também reafirmou seu compromisso com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (UNCCD), ao assumir a Presidência do Comitê de Ciência e Tecnologia, e foi o primeiro país a assinar o Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios (ABS).

Além disso, firmou importantes parcerias e iniciativas voltadas para a sustentabilidade urbana, enquanto país-sede de grandes eventos esportivos internacionais, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016.

No âmbito dos recursos hídricos, foram assinados acordos de cooperação bilateral com a China, a Colômbia e a Guatemala. Ações de cooperação técnica foram concluídas com amplo apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Programa Hidrológico Internacional da Unesco, da Conferência de Diretores Ibero-americanos de Água (Codia), da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.

Contribuiu, ainda, para o processo de preparação da participação brasileira no 6º Fórum Mundial da Água, promovido pelo Conselho Mundial da Água (WWC), que será realizado em março de 2012, em Marselha, França. O documento a ser apresentado deverá refletir as posições e experiências brasileiras sobre o tema.

Para 2012, o Brasil buscará fortalecer sua inserção no âmbito internacional com vistas ao fortalecimento institucional e técnico junto aos parceiros, incluindo os países da América do Sul e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e as redes e fóruns internacionais no âmbito dos recursos hídricos.





n) Gestão Ambiental Rural, Agricultura Familiar e Povos e Comunidades Tradicionais

Em 2011, foram realizadas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento agrícola e rural do País, tendo como referência a redefinição dos processos de ocupação, o uso do território e o manejo sustentável dos recursos naturais, tanto nas áreas de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e terras indígenas e comunidades extrativistas como nas áreas de produção agropecuária de grande escala. Em reconhecimento à necessidade de se adequar uma agenda ambiental positiva e indutiva da sustentabilidade às distintas realidades e demandas dos grupos sociais, para 2012 está prevista a elaboração da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Como parte das realizações da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ressalta-se que, em 2011, 429 famílias foram incluídas na Relação de Beneficiários Extrativistas (REB), banco de identificação dos extrativistas usado para possibilitar o acesso a diversas políticas públicas. Também foram emitidas mais de 42 mil Declarações de Aptidão Agrícola (DAP) extrativistas e ainda estão sendo promovidos 18 Arranjos Produtivos Locais de produtos extrativistas.

Por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio), até novembro de 2011, mais de 23 mil famílias foram beneficiadas com a aquisição de aproximadamente 6 mil toneladas de produtos da sociobiodiversidade, no valor R\$ 6,7 milhões. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já beneficiou aproximadamente 5,5 mil famílias agroextrativistas, com valor próximo a R\$ 16 milhões. Para orientar o acesso a essas políticas públicas, 110 técnicos foram capacitados. Para 2012, a prioridade será a ampliação progressiva do Plano para outros produtos que contemplam todos os biomas brasileiros.

n.1) Regularização Ambiental Rural

O Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais (Programa Mais Ambiente) tem como objetivo promover e apoiar a regularização ambiental de cerca de 5 milhões de imóveis rurais em todo o País. Um dos instrumentos do programa é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permite monitoramento mais acurado da utilização dos recursos naturais nas posses e propriedades rurais.

Entre as iniciativas implementadas ressalta-se que, além do Pará e do Mato Grosso, que já possuíam sistemas próprios de CAR, outros cinco Estados da Amazônia Legal – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Tocantins – iniciaram a implementação do CAR em 2011, em parceria com o Governo Federal. No Mato Grosso, já foram cadastrados mais de 13,6 mil imóveis rurais, superando 19,1 milhões de hectares. No Pará, cerca de 40 mil imóveis estão registrados no sistema estadual de monitoramento e licenciamento ambiental, superando 20 milhões de hectares.

Encontra-se em fase final de teste o Sistema Federal de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que integrará informações de todo o território nacional. Em 2012, está previsto o investimento de recursos da ordem de R\$ 14 milhões para estruturar os sistemas estaduais de CAR, de forma integrada com o federal, e viabilizar a implementação do Programa Mais Ambiente em todo o País.

n.2) Bolsa Verde – Plano Brasil Sem Miséria

Entre as ações inovadoras do Brasil Sem Miséria para retirar a população em situação de extrema pobreza, merece destaque, o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Bolsa Verde, instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. São beneficiárias do Programa famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de uso sustentável dos recursos naturais.





O Programa Bolsa Verde requer uma gestão compartilhada e, nesse sentido, conta com um arranjo institucional entre os órgãos e entidades federais e entre estes e os entes federativos.

O Programa tem o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, de promover a cidadania, de elevar a renda da população beneficiária e de incentivar a participação dos beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Sua instituição é um marco diferencial a favor das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, representando um passo importante na direção de reconhecer e compensar esses grupos pelos serviços ambientais que prestam à sociedade.

A título de compensação, o repasse é feito a cada três meses no valor de R\$ 300,00 por família beneficiária, durante o prazo de até dois anos, que poderá ser renovado. Em 2011, foram 16 mil beneficiários e todos já estão recebendo recursos na Amazônia Legal, com investimentos de R\$ 7,6 milhões e em 2012 há previsão de beneficiar um total de 73 mil beneficiários.

o) Gerenciamento Costeiro

Em 2011, foram intensificadas as ações para a implementação do Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil), no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e o da Espanha.

Como meio de enfrentamento ao desafio de adaptação de zonas costeiras aos efeitos das mudanças climáticas, foi lançado um edital visando à captação de projetos para desenvolver estudos de vulnerabilidade da zona costeira, em escala local. O objetivo é avançar na elaboração de uma metodologia estruturada e replicável, que permita posteriormente a comparação qualitativa entre os resultados, condição indispensável para a construção de políticas públicas de adaptação.

Já o Projeto Orla fortaleceu sua atuação cobrindo cerca de 25% dos Municípios costeiros e ampliando sua base temática, com a adaptação da metodologia para as orlas fluviais e estuarinas. As 15 Comissões Técnicas Estaduais vêm sendo fortalecidas por meio de capacitações e apoio institucional da Coordenação Nacional do Projeto Orla. Os gestores costeiros dos Estados com sedes da Copa do Mundo FIFA 2014 foram mobilizados objetivando discutir ações convergentes na preparação do evento.

Em 2012, será priorizado o acompanhamento dos projetos de mapeamento de vulnerabilidades em escala local apoiados pelo Fundo Clima. O Projeto SMC Brasil estará em uma fase decisiva com o desenvolvimento dos novos estudos de caso, a disseminação do sistema e a definição da infraestrutura para sua implantação na gestão costeira no Brasil. No Projeto Orla deve ser estabelecido o marco regulatório para acesso à praia e instalação de estruturas náuticas. Também permanecem os desafios de formar instrutores para a expansão do projeto e de estabelecer o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados.

10. Ciência, Tecnologia e Inovação

Na última década, ocorreram avanços significativos no campo científico e tecnológico no Brasil, incluindo: o aumento expressivo dos recursos destinados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI); a ampliação da formação de recursos humanos altamente qualificados, nas diversas áreas do conhecimento; o fortalecimento institucional do sistema de CTI; a melhoria e ampliação da infraestrutura de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico (P&D); bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos instrumentos de política de inovação.



Atualmente, as empresas brasileiras que investem em P&D dispõem de uma série de facilidades para realizar este tipo de atividade, dentre as quais: incentivos fiscais automáticos e sem exigências burocráticas; subvenção direta das agências de fomento a projetos considerados relevantes para o desenvolvimento tecnológico nacional; subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas; programas de financiamento à inovação de capital empreendedor; e arcabouço legal mais propício para a interação com universidades e institutos públicos de pesquisa.

A melhoria do ambiente de inovação, aliada à conjuntura econômica favorável, tem atraído para o Brasil investimentos e centros de P&D de grandes empresas multinacionais. Por outro lado, o empresariado brasileiro também está empenhado em ampliar as atividades de inovação como estratégia para elevar a competitividade das firmas nacionais, como demonstra a Mobilização Empresarial para a Inovação (MEI). Esse tipo de iniciativa representa uma nova atitude do setor empresarial, que tem propiciado novas parcerias com o Governo e uma maior difusão da utilização dos instrumentos da política de inovação.

Nos últimos anos, a elevação progressiva do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) permitiu ao Governo avançar com uma política para o setor que enfatiza as ações de formação e capacitação de recursos humanos, aperfeiçoamento e expansão da infraestrutura de pesquisa, melhoria do ambiente de inovação e de CTI para a inclusão social. Em 2011, o MCTI atingiu um orçamento de R\$ 8,1 bilhões, sendo cerca de R\$ 3,3 bilhões oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Apesar desse avanço, o Brasil permanece qualificado como um país em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico. Para reduzir a defasagem tecnológica que nos separa dos países desenvolvidos, é essencial o crescimento do esforço tecnológico brasileiro – expresso nos investimentos em P&D. Assim, o País precisa avançar ainda mais no incremento dos investimentos em P&D, tanto públicos quanto, e especialmente, investimentos privados. Para fazer frente a esse desafio, algumas diretrizes são fundamentais.

Para aumentar a participação empresarial nos investimentos em P&D, a promoção da inovação é o principal alicerce da política industrial, expressa no Plano Brasil Maior. É necessário, também, definir setores e segmentos tecnológicos prioritários, que são aqueles com maior potencial de geração de externalidades para o conjunto da economia, ou ainda aqueles setores críticos e intensivos em tecnologia nos quais o Brasil ainda possui elevados déficits comerciais. Também é preciso aproveitar a liderança brasileira em alguns setores intensivos em recursos naturais para alavancar o desenvolvimento tecnológico dos segmentos a montante dessas cadeias.

O Brasil já é um país de destaque na produção de energia a partir de fontes renováveis e de combustíveis alternativos; sua matriz energética é das mais limpas do mundo e tem, portanto, capacitações científicas e tecnológicas que o credenciam a se tornar um líder mundial nessa esfera.

Em síntese, é papel do Governo colaborar para impulsionar ainda mais o desenvolvimento da economia brasileira, apoiando os setores portadores de futuro; preparando o Brasil para a economia do conhecimento e da informação; auxiliando na transição para uma economia verde e criativa; e contribuindo para a inclusão produtiva.

Em 2012, e nos anos seguintes, o Governo irá impulsionar o desenvolvimento de áreas estratégicas para o País, como as de tecnologias da informação e comunicação; o complexo industrial da saúde; os setores ligados à energia, com foco nas fontes renováveis; a área espacial; biodiversidade; nanotecnologia e biotecnologia; além das áreas relacionadas com a economia verde.





Destacam-se a seguir alguns dos projetos e ações prioritárias nessa área.

a) Promoção da Inovação

A promoção da inovação tecnológica é um dos pilares da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). No Brasil, a participação do setor empresarial nos esforços científicos e tecnológicos nacionais ainda é relativamente reduzida, especialmente se comparada com a situação observada nos países líderes em desenvolvimento tecnológico. No Brasil, 45,7% dos dispêndios nacionais em P&D são realizados pelas empresas, enquanto na Alemanha e nos Estados Unidos a participação das empresas nos esforços de P&D em 2008 ficou em 67,3%; na China, no Japão e na Coreia essa participação foi superior a 70% – respectivamente, 71,7% (2009), 72,9% (2008) e 75,3% (2009).

As empresas brasileiras precisam melhorar a sua produtividade e a competitividade de seus bens e serviços para manter e conquistar mercados num mundo cada vez mais competitivo e globalizado.

A ampliação da participação empresarial nos esforços científicos e tecnológicos do País, no entanto, não implica redução do papel do Estado. Nos países desenvolvidos, grande parte dos recursos investidos pelas empresas em P&D é financiada por recursos públicos, que normalmente são colocados à disposição das firmas por meio de subvenção direta ou com juros subsidiados. O fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) como instituição de financiamento e fomento à inovação no setor produtivo brasileiro e o Programa de Parques Tecnológicos e Incubadoras são parte essencial dessa estratégia.

É preciso, também, aproveitar o bom momento vivido por alguns setores intensivos em recursos naturais para impulsionar o desenvolvimento tecnológico da economia brasileira. O Pré-Sal, por exemplo, abre uma janela de oportunidades sem precedentes para o País e que deve ser aproveitada em prol do desenvolvimento de novas tecnologias e do fomento a uma indústria petroleira capaz de desempenhar um papel de liderança global.

O Brasil tem-se destacado internacionalmente pelo crescimento de sua produção científica, acima da média observada em muitos dos países desenvolvidos. Entretanto, o êxito da produção científica não se tem refletido, com a mesma intensidade, em termos de capacitação tecnológica do setor produtivo nacional. Por isso, a ampliação da nossa capacidade de inovação também depende de maior articulação entre as empresas e universidades ou centros de pesquisa. Nesse sentido, é necessário – além de aprimorar continuamente o marco legal relativo à interação de universidades, institutos de pesquisa e empresas – criar novos instrumentos voltados a ampliar essa interação. Esse é o objetivo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que será criada ao longo de 2012 a partir de parceria com o setor privado.

A Lei de Inovação nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, avançou ao permitir a participação de pesquisadores e a utilização da infraestrutura, dos laboratórios e equipamentos das instituições científicas e tecnológicas públicas em projetos de P&D desenvolvidos em parceria com as empresas. Além disso, a Lei possibilitou a criação do Programa de Subvenção Econômica, que aporta recursos públicos não reembolsáveis em programas de P&D desenvolvidos diretamente pelas empresas. Desde a sua criação até 2011, foram aprovados mais de R\$ 2,2 bilhões para 2.715 projetos de subvenção econômica, nas mais diversas áreas.

A Lei do Bem – Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 – possibilitou a concessão de incentivos fiscais para as empresas inovadoras de forma ágil e desburocratizada, propiciando um crescimento significativo do número de empresas beneficiadas. Entre 2006 e 2010, o número de empresas que usufruíram do benefício subiu de 130 para mais de 875. A melhoria contínua e a ampliação desses instrumentos são fundamentais para o desenvolvimento tecnológico do País.





No âmbito dos acordos internacionais que envolvem inovação e tecnologia, merece destaque o Mecanismo de Consultas do Diálogo Comercial, que prevê reuniões periódicas entre os governos brasileiro e o americano. Nesse sentido, em 2011, foram realizadas visitas técnicas e um *Workshop* sobre as melhores práticas no tema Sustentabilidade na Cadeia de Produção.

Na área de Energia, com o objetivo de transformar o bioetanol em *commodity*, foram realizados diversos trabalhos, com vistas a criar regras comuns de especificação e diminuir as barreiras ao comércio internacional.

Os investimentos em energia solar têm-se concentrado em debates para o estabelecimento de uma política ampla e consistente para o setor. A aproximação com grandes *players* mundiais de energia fotovoltaica tem sido realizada em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex- Brasil).

Com relação à biotecnologia, em 2011, por ocasião do maior evento mundial desse segmento – BIO 2011, realizado em Washington –, o Brasil divulgou o Mapeamento Nacional de Biotecnologia e o resultado de propostas surgidas no Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB) e no Fórum de Competitividade de Biotecnologia. Também foi realizada missão prospectiva à China, com o propósito de desenvolver projeto de uma plataforma de inovação tecnológica. Para 2012, está prevista a contratação de serviço comum para elaboração de Diagnóstico de Referência, tendo em vista a identificação da demanda de micro, pequenas e médias indústrias de biotecnologias em relação ao uso de serviços de escalonamento de biotecnologias no Brasil.

No âmbito do Fórum de Competitividade de Nanotecnologia, foram produzidos diagnósticos e propostas relacionadas à nanotecnologia, nas áreas de mercado, marco regulatório e recursos humanos. Dois eventos se destacaram, ambos sobre nanotecnologias e o mundo dos negócios: o primeiro em São Bernardo do Campo, em outubro, e o segundo em São Paulo, em dezembro. O objetivo desses eventos foi o de verificar qual o impacto da nanotecnologia na visão estratégica de setores produtivos como o automotivo, óleo & gás, cosméticos, embalagens e químico. Está prevista para 2012 a elaboração de estudo de viabilidade do uso de insumos nanométricos como matéria-prima da indústria brasileira de embalagens, de maneira apropriar para o setor as vantagens competitivas em relação aos avanços do conhecimento em nanotecnologia.

Na frente de *Software* e Serviços de Tecnologia da Informação (TIC), o Fórum de Competitividade de *Software* e Serviços de TI concluiu trabalho de consolidação e análise da Legislação de *Software* e Serviços de TI, com o objetivo de detectar os conflitos, as sobreposições e as lacunas existentes na legislação. Para 2012, serão desenvolvidas estratégias na área de *software* e *hardware* com a intenção de adensar a cadeia produtiva e diminuir na área o crescente déficit na balança comercial. A promoção do mercado brasileiro de TIC no exterior será fortalecida, bem como o incentivo às empresas de base tecnológica.

Além da continuidade das atividades na área de inovação já relatadas, em 2012, também serão realizados esforços para: i) promoção comercial e tecnológica de empresas brasileiras para a Copa do Mundo FIFA 2014, com foco em promoção de setores e desenvolvimento de inovação para fornecimento de produtos e serviços durante o evento; ii) o aprimoramento do marco legal de propriedade intelectual no Brasil e a avaliação e negociação de tratados internacionais na área de propriedade intelectual; e iii) o levantamento da demanda por qualificação profissional e tecnológica dos setores prioritários do Plano Brasil Maior. Após esse levantamento, será realizada uma comparação dos resultados com os dos programas de qualificação Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), Pró-Engenharia e Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de integrar a qualificação do trabalhador com as demandas do mercado.





a.1) Fortalecimento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Entre as iniciativas de apoio à inovação que terão prioridade em 2012, estão a conversão da Finep em instituição financeira e a criação da Finep Participações. Essas iniciativas vão contribuir para ampliar consideravelmente a captação e o volume de recursos privados destinados ao financiamento da inovação e ao investimento em empresas de base tecnológica.

Em 2010, foram disponibilizados R\$ 1,8 bilhão de recursos para crédito, subvenção e equalização de juros. Em 2011, foram destinados cerca de R\$ 4,7 bilhões do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) para alavancar as operações de crédito. A disponibilidade de recursos, aliada à redução do tempo médio de análise de projetos pela Finep, possibilitou a constituição de uma carteira de 326 projetos, com valor total superior a R\$ 9 bilhões, em distintas fases de análise. Desse total, foram contratados, em 2011, R\$ 2,5 bilhões em projetos de crédito, um crescimento de mais de 50% em relação a 2010.

A consolidação da Finep como instituição financeira e, complementarmente, o estabelecimento de novos Fundos Setoriais constituír-se-ão em novos instrumentos para elevar a um novo patamar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no País. Nesse contexto, é fundamental a integração com outros instrumentos públicos de apoio à inovação, com outras agências, tais como o BNDES, e com outros programas de Governo, a exemplo daqueles voltados a utilizar o poder de compra do Governo para alavancar a produção doméstica de bens e serviços intensivos em tecnologia. Outro ponto importante é a articulação com todas as unidades da Federação, tanto por meio de editais, como os do Programa de Apoio à Pesquisa a Micro e Pequenas Empresas (Pappe subvenção), quanto por meio de Conselhos, como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CTI (Consecti) e o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap).

a.2) Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)

Outra iniciativa que visa ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

A Embrapii visa a contribuir para suprir uma evidente lacuna no que diz respeito à necessidade de maior articulação institucional entre os setores público e privado, de modo a complementar a atuação das agências de fomento existentes e as ações em curso. Seu objetivo principal é a ampliação da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com ênfase na fase final do desenvolvimento de produtos, em atividades como escalonamento, prova de conceito e planta demonstração.

A Embrapii deverá ter forte participação do setor privado, tanto em seu financiamento quanto em sua gestão, garantindo gestão moderna, ágil, transparente e flexível, como demandado por ações no campo da inovação. A nova empresa terá como característica principal o balizamento de seus programas pelo atendimento às demandas dos setores associados, desde as empresas tradicionais que inovam até as pequenas empresas nascentes baseadas em conhecimento intensivo ou de forte conteúdo tecnológico. A Embrapii fará uso intensivo das redes de institutos e centros de pesquisa já existentes, com capilaridade e competência comprovada em projetos com empresas.

Em 2012, essa iniciativa será implementada por meio de projeto-piloto com a participação inicial de três institutos de pesquisa: i) o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na área de Bionanotecnologia; ii) o Instituto Nacional de Tecnologia (INT), nas áreas de Energia e Saúde; e iii) o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), nas áreas de Automação e Manufaturas. A incorporação de novos institutos, desde o projeto-piloto, será possível e desejável desde que atendidos requisitos técnicos. Outro parceiro fundamental nessa iniciativa é a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o que garantirá que a Embrapii esteja sempre atenta às necessidades de inovação do setor produtivo brasileiro.





a.3) Parques Tecnológicos

As incubadoras de empresas e os parques tecnológicos têm assumido importância crescente na criação e no fortalecimento de empresas inovadoras intensivas em conhecimento em setores estratégicos. Incubadoras e parques representam parcela cada vez mais significativa da infraestrutura de pesquisa disponível no País e, dessa forma, também têm contribuído para a atração de centros de P&D de empresas multinacionais.

O Governo, por meio do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI), tem contribuído para o crescimento do número de parques no Brasil no período recente, especialmente por meio de editais da Finep voltados para o tema.

Ênfase especial será dada, em 2012, ao fortalecimento de parques tecnológicos voltados ao aproveitamento da biodiversidade brasileira, especialmente na Amazônia.

No momento, o PNI está concluindo a contratação de dez projetos de apoio a incubadoras selecionados por meio de chamada pública, com valor aproximado de R\$ 9 milhões, e a contratação de projetos para apoio a parques tecnológicos, selecionados em chamada pública de novembro de 2010, no valor de R\$ 40 milhões.

a.4) Tecnologias da Informação e da Comunicação

A área da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) pode ser vista como a combinação de quatro grandes setores: *software*; *hardware* e sistemas; semicondutores e microeletrônica; e infraestrutura de TI. Para fazer frente aos desafios impostos pelo cenário mundial e evoluir em termos de escala e de qualidade, cada um desses setores requer uma visão de futuro e uma estratégia científica e tecnológica própria.

A indústria de equipamentos de processamento digital da informação e comunicação é composta pelos segmentos de microinformática, automação, telecomunicações e equipamentos médico-hospitalares.

O País dispõe de um conjunto de instrumentos que podem ser aperfeiçoados para viabilizar um salto qualitativo no patamar alcançado pela indústria local, fortalecendo as empresas inovadoras locais e viabilizando sua inserção de forma competitiva no ambiente internacional. Entre outros, cabe fortalecer o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI), vinculando-o aos demais instrumentos de política pública existentes para impulsionar o desenvolvimento de produtos realmente inovadores.

Em 2011, o mercado mundial estimado para os componentes eletrônicos foi superior a US\$ 500 bilhões, ficando praticamente no mesmo patamar de 2010, mas com estimativa de crescimento de 7% em 2012. No Brasil, o sistema produtivo na área de semicondutores ainda é incipiente e voltado para o mercado interno. Apenas em 2011, o País gastou cerca de US\$ 10,9 bilhões com a importação de componentes eletrônicos, sendo 80% desse montante, que representa cerca de US\$ 8,78 bilhões, com a compra de semicondutores e *displays* com tecnologias LCD e plasma.

A estratégia do Governo para esse setor tem como foco a consolidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec S.A.); a atração de investimentos internacionais para a instalação no País de empresas produtoras de *displays* e semicondutores; e a consolidação de 22 empresas de projeto de circuitos integrados em funcionamento no País.





Para atingir esses objetivos, em 2011, por meio do Decreto nº 7.600, de 7 de novembro de 2011, que alterou o Decreto nº 6.233, de 11 de outubro de 2007, foi realizada revisão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) – instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 – tendo sido regulamentada a concessão de incentivos de tecnologia da informação, tecnologia *chip on board* e investimento em P&D, além de terem sido promovidas alterações na lista de produtos que terão os incentivos do Programa.

Em 2012, a Ceitec iniciará o desenvolvimento de um *chip* nacional para o passaporte brasileiro, em parceria com a Casa da Moeda do Brasil (CMB). Esse *chip* deverá estar em produção dentro de três anos e, com isso, a CMB terá o controle estratégico de toda a cadeia de produção do passaporte eletrônico.

A Ceitec também estabeleceu uma parceria com a Novus, fabricante de equipamentos eletrônicos, para o desenvolvimento de uma nova linha de *chips* de identificação por radiofrequência (RFID), que permitirá o registro da temperatura de alimentos e outros produtos perecíveis durante seu transporte e armazenamento. Os primeiros protótipos estarão disponíveis para teste até meados de 2013. Essa tecnologia terá um custo até cinco vezes inferior ao de outras tecnologias empregadas atualmente e vai permitir uma padronização mundial dos sistemas de leitura de RFID, o que facilitará a operação em transportes internacionais de cargas.

Cabe destacar que em 2012 a produção comercial do primeiro *chip* para rastreamento de gado – *Chip do Boi* – será consolidada. O dispositivo está sendo fabricado pela X-FAB, empresa alemã com a qual a Ceitec firmou acordo de transferência de tecnologia. Esse acordo representa um importante marco no esforço do País para desenvolver uma indústria de microeletrônica nacional.

b) Ciência sem Fronteiras

O Governo Federal lançou, em 2011, o Programa Ciência sem Fronteiras, que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional; fortalecer a internacionalização das universidades brasileiras; e aumentar o conhecimento inovador das indústrias nacionais. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) –, e das Secretarias de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, instituições essas que são os operacionalizadores do Programa, o qual de modo geral será feito por chamadas públicas nacionais e/ou internacionais.

A governança do Programa se dá por meio do Comitê de Acompanhamento e Assessoramento, composto por Governo e empresas, e de seu Comitê-Executivo com representantes governamentais.

O Programa prevê a concessão de até mil bolsas até 2015, sendo 75 mil bolsas de responsabilidade do Governo Federal e 26 mil da iniciativa privada. O objetivo é promover intercâmbio, propiciando a alunos de graduação e pós-graduação estágios no exterior, proporcionando contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Além disso, busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no Programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.



Modalidades de Bolsas e Metas Globais (2011 – 2015)	
Bolsa Brasil Graduação (1 ano)	27.100
Bolsa Brasil Doutorado (1 ano)	24.600
Bolsa Brasil Doutorado Integral (4 anos)	9.790
Bolsa Brasil Pós-doutorado (1 ou 2 anos)	8.900
Bolsa Brasil Jovens Cientistas de Grande Talento (3 anos)	860
Pesquisadores Visitantes Especiais no Brasil (3 anos)	390
Outras modalidades de bolsas	3.360
Total de bolsas do Governo	75.000
Total de bolsas das empresas (distribuídas entre as modalidades)	26.000
Total de bolsas	101.000

Fonte: CNPq.

O Programa prioriza áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional, especialmente os seguintes temas e áreas de interesse: Engenharias e Demais Áreas Tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra (Física, Química, Geociências); Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.

Ao CNPq, caberá a implementação de 35 mil bolsas, sendo que já em 2011, o recém-lançado Programa concedeu cerca de 5,5 mil bolsas na modalidade de graduação sanduíche, sendo que 4 mil dessas foram concedidas pelo CNPq aos Coordenadores do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (PIBITI) das áreas prioritárias, programas esses voltados à Iniciação Científica e Tecnológica.

Lançada também pelo CNPq e pela Capes a Chamada Pública para Bolsa Atração de Jovem Talento, com vista a atração de jovens talentos para o País e a Chamada Pública para Bolsa Pesquisador Visitante Especial na modalidade de pesquisador visitante especial. Essas chamadas ainda se encontram abertas e em processo de análise. Cabe esclarecer que, além das bolsas desse novo Programa, houve a continuidade das concessões ao exterior por meio de programas tradicionais do CNPq, que em 2011 foram cerca de 400.

Para a graduação no exterior, estão abertas as seguintes chamadas públicas conjuntas CNPq/Capes: i) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na Alemanha; ii) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na Itália; iii) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche no Reino Unido; iv) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche na França; e v) Chamada Pública para Bolsa Graduação Sanduíche no Canadá, esta somente para estudantes de Cursos de Formação de Tecnólogos).





Distribuição das Bolsas de Estudo

Bolsas já acordadas com os países referentes à primeira chamada

País	Quantidade de bolsas
Estados Unidos	18.000
Reino Unido	10.000
Alemanha	10.200
França	10.000
Itália	6.000

Fonte: CNPq.

Obs.: Outros países em fase final de acordos – chamadas a serem lançadas até fevereiro de 2012: Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal, Austrália, Canadá, Suécia, Coreia do Sul, China, Índia, Japão e outros.

Finalmente, o cronograma global de implementação de novas bolsas previsto para o CNPq é de 6.140 bolsas em 2012; 10.230 em 2013 e 14.740 em 2014.

c) Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica

Nas últimas décadas, a matriz de C&T mundial se tornou mais densa e complexa e o desenvolvimento de novas tecnologias passou a depender, cada vez mais, do fortalecimento da produção científica nacional. Por isso, os países mais inovadores e competitivos são justamente aqueles nos quais houve maior avanço da ciência.

O Brasil, especialmente nos últimos anos, realizou intensos esforços para melhorar seu sistema de ciência, tecnologia e inovação e ampliou de forma significativa a sua participação na produção científica mundial. Para alcançar a fronteira da ciência mundial, o País está determinado a investir fortemente na ciência básica e na modernização e ampliação de sua infraestrutura científica e tecnológica.

c.1) Nova Fonte de Luz Síncrotron (Sirius)

Nos últimos 20 anos, o uso de radiação síncrotron em pesquisas científicas e tecnológicas registrou um enorme avanço, em função do desenvolvimento da biologia molecular estrutural, de novos materiais, da nanociência, entre outras. Entre 2000 e 2010, o número de usuários de luz síncrotron nas fontes mantidas pelo *Department of Energy (DOE)*, dos Estados Unidos, cresceu cerca de 40%, sendo que em 2009 alcançou 1,9 mil usuários, enquanto em 2010 chegou a 2,2 mil. No *European Synchrotron Radiation Facility (ESRF)*, o aumento foi de cerca de 30% entre 2003 e 2009, alcançando 6.927 usuários em 2009.

No Brasil, esse aumento foi ainda maior: entre 1997, quando a Fonte de Luz Síncrotron do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) entrou em operação, e 2010, o número de usuários mais que decuplicou de 229 para 2.716, acréscimo de 1.186%. Em 2011 o total foi de 2.280 usuários, número um pouco inferior ao de 2010 em função de uma seleção mais rígida na aprovação das propostas, segundo a Recomendação do Comitê Científico Internacional. Tem-se, então, maior utilização dos turnos por proposta, ou seja, mais turnos disponibilizados com propostas mais qualificadas. A Fonte foi sendo aperfeiçoada ao longo dos anos e atingiu um alto grau de desempenho para máquinas de 2^a geração. No entanto, ela se aproxima dos limites físicos de expansão. Por isso, entre as prioridades do PPA 2012-2015, está a construção de uma nova Fonte de Luz Síncrotron de 3^a geração, que represente o estado da arte mundial. O objetivo é prover a comunidade científica e tecnológica





de uma ferramenta essencial para manter a competitividade brasileira em áreas estratégicas e portadoras de futuro, como nanotecnologia, biotecnologia e materiais avançados, entre outras.

Essa máquina, projetada e construída no Brasil, representará um salto qualitativo e quantitativo. A fonte atual do LNLS opera com 1,4 GeV e baixo brilho, enquanto a nova terá um novo anel sincrotron de 3 GeV e altíssimo brilho. Essa atualização permitirá a realização de trabalhos que não podiam ser executados no País. Das cerca de 50 fontes de luz sincrotron existentes no mundo, 16 já são de 3^a geração. Para 2012, este projeto contará com cerca de R\$ 15,5 milhões.

d) Política Nuclear

No Brasil, as atividades do setor nuclear visam à exploração segura e econômica do potencial científico, tecnológico e industrial do País, em todos os campos de aplicação pacífica da tecnologia nuclear. Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Essa política envolve áreas diversas, como: enriquecimento do urânio; desenvolvimento tecnológico para a cadeia produtiva do ciclo do combustível nuclear; atualização do parque industrial de equipamentos pesados; apoio ao desenvolvimento de novos protocolos de segurança; deposição de rejeitos nucleares; e existência de infraestrutura de pesquisa voltada para o setor.

Algumas realizações merecem destaque, como a concessão, em junho de 2011, da Autorização para a Operação Permanente (AOP) da Usina Nuclear Angra 2, após as avaliações de segurança pertinentes.

Outro aspecto importante diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares desenvolvidas no País. Em 2011 foram acertadas as condições gerais de preço e de escopo do contrato de suporte técnico a ser firmado com a agência francesa criada para tratar da armazenagem e do destino final dos rejeitos radioativos de baixa e média atividade na França. Adicionalmente, foi aprofundado o estudo de seleção de locais para deposição de rejeitos, com base em banco de dados das informações geológicas e geopolíticas das regiões potenciais.

Para o ano de 2012, estão sendo previstos os seguintes avanços: i) a produção de 21 milhões de mci (milicurie) de substâncias radioativas para a área médica; ii) o início da implantação do Laboratório Nacional de Fusão; e iii) a conclusão dos estudos para definição do local para o Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível.

d.1) Energia Nuclear

O Brasil é um dos três únicos países, ao lado dos Estados Unidos e da Rússia, que têm reservas de urânio e tecnologia capazes de suprir a demanda de ciclo do combustível nuclear destinadas às usinas nucleares. O ciclo do combustível nuclear para geração de energia elétrica possui as seguintes etapas: mineração/beneficiamento de urânio; conversão; enriquecimento; reconversão; fabricação de pastilhas e componentes/montagem do elemento combustível.

O País domina a tecnologia de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, mas não dispõe de capacidade industrial instalada para atender à demanda das usinas nucleares. Isso representa uma vulnerabilidade para a soberania energética do País uma vez que os serviços de conversão e de enriquecimento de urânio ainda são contratados no exterior, pois a Usina de Enriquesimento da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (RJ), ainda está em fase inicial de implantação.





Atualmente, a demanda do País pelo ciclo do combustível nuclear restringe-se às usinas de Angra 1 e Angra 2. No entanto, esta demanda será ampliada com a entrada em operação da Usina de Angra 3, o que pode acarretar maior dependência com relação a serviços e insumos externos. Por isso, ganha relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, em busca da autonomia e sustentabilidade na produção de energia nucleoelétrica.

d.2) Reator Multipropósito Brasileiro (RMB)

A medicina nuclear é uma das áreas de aplicações da energia nuclear na qual são utilizados radioisótopos para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Os insumos que viabilizam a realização desses procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no Brasil não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que acarreta uma forte dependência do País em relação aos fornecedores estrangeiros.

Por isso, uma das prioridades do PPA 2012-2015 é o desenvolvimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB). Esse reator, além de atender integralmente à demanda nacional por radioisótopos para aplicação médica, servirá como instalação de suporte para a formação de recursos humanos e para a realização de atividades de P&D nas áreas de geração de energia, propulsão nuclear e aplicações, entre outras.

Dessa forma, o RMB é um projeto de arraste tecnológico e de infraestrutura logística para o setor nuclear. Encontra-se na fase de contratação dos serviços de engenharia para elaboração do projeto básico e, posteriormente, do projeto detalhado para implementação do empreendimento.

Em 2011, ocorreu a assinatura de acordo de cooperação, no âmbito do Mecanismo de Integração de Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), para o desenvolvimento conjunto do RMB. Também ocorreu a cessão do terreno de 1,2 milhão de m² onde será implantado o RMB, localizado no Centro Tecnológico da Marinha em Aramar, Município de Iperó (SP).

d.3) Programa Nuclear da Marinha

O Programa Nuclear da Marinha continua avançando na construção do protótipo, em terra, do reator de propulsão naval e seu combustível, inclusive com o reforço do preparo e a formação de recursos humanos. No Ciclo do Combustível Nuclear, a Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio (Usexa) encontra-se em fase de testes pré-operacionais para a produção inicial de nitrato de uranila. A conclusão das obras e o início do seu comissionamento estão previstos para o final de 2012.

As obras civis do protótipo do reator nuclear, em terra, no Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (Labgene) avançam em ritmo acelerado, com a construção simultânea de 11 prédios do seu complexo. Em 2011, foram concluídas a montagem eletromecânica da subestação elétrica e as construções do prédio de apoio operacional, de preparo e teste de embalados e do Centro de Instrução e Adestramento Nuclear de Aramar, em Iperó (SP). A perspectiva para 2012 é a conclusão da construção do prédio de armazenamento intermediário de rejeitos e o início da montagem eletromecânica de sistemas e equipamentos do Labgene.

Na parceria desenvolvida entre a Marinha e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ressalta-se o comissionamento da terceira cascata de enriquecimento isotópico, em Resende (RJ), o que confirma, ainda mais, a posição do Brasil dentro do pequeno e seletivo grupo de países com tecnologia de enriquecimento de urânio. A expectativa é de que em 2012 seja comissionada a quarta cascata.





d.4) Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) objetiva desenvolver atividades e supervisionar e coordenar ações que visem manter permanente capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no País e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento.

A realização de simulações de acidentes, chamadas de exercícios gerais, é considerada de fundamental importância para validação do planejamento de resposta à emergência nuclear, com vistas à redução de danos e à agilidade da resposta, em caso de um eventual acidente nuclear. Esses exercícios ocorrem a cada dois anos. Em 2011 foi realizado exercício geral de resposta à emergência nuclear – Angra 2011, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), em Angra dos Reis (RJ), com o propósito de avaliar e aperfeiçoar a capacidade de resposta das organizações das três esferas de governo envolvidas no Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro (PEE/RJ).

O exercício geral – Angra 2011 apresentou importantes inovações, quais sejam: a coordenação das ações do PEE/RJ foi feita por representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro; a duração do exercício foi de dois dias, mantendo-se os Centros de Emergência ativados durante todo o tempo; o cenário do exercício envolveu dois supostos acidentes nucleares simultâneos nas Usinas de Angra 1 e 2; simulou-se a distribuição de pastilhas de iodeto de potássio, conforme protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde; realizou-se a implementação da possibilidade de evacuação da população por mar, com o apoio das embarcações da Marinha do Brasil (MB); ocorreu a evacuação de mais de 4 mil trabalhadores da CNAAA, em mais de 100 ônibus; e verificou-se significativo aprimoramento na integração dos Centros de Emergência por meio de videoconferência.

e) Política Espacial

As informações obtidas a partir dos dados de satélites meteorológicos e de observação da Terra são essenciais para o Brasil. Essas informações são imprescindíveis para aplicações relacionadas ao monitoramento da Amazônia, ao acompanhamento de safras agrícolas e à previsão do tempo. O desenvolvimento de produtos e serviços a partir de dados espaciais colocou o Brasil como um dos líderes mundiais em monitoramento ambiental. Com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está transferindo seus conhecimentos sobre aplicações espaciais para países da África e da América Latina.

Como parte do cronograma de ensaios do programa espacial para o novo lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS), em 2011 foi testado, com êxito, o motor S43 do VLS-1. Foram realizadas, também, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), as Operações FOGTREIN I/2011 e FOGTREIN II/2011 com lançamento e rastreio de dois Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI) em cada operação. O Projeto FOGTREIN tem como finalidade o treinamento operacional dos Centros de Lançamento.

Ainda em 2011 foi procedida a modernização do CLA, incluindo a ampliação da sala de controle, dos sistemas de radares de trajetografia e meteorologia e da casamata. O grande marco desse processo foi o término da construção da Torre Móvel de Integração (TMI), que será usada pelo lançador VLS.

Outro evento no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno foi a Operação Camurupim, com o lançamento de foguete Orion e o recebimento e a utilização de uma nova plataforma de lançamento (móvel), além de uma estação móvel de telemedidas, do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), com a participação do pessoal do CLA e da Agência Espacial Alemã (DLR).

Para os próximos anos, os principais objetivos do Programa Espacial Brasileiro (PEB) são: atender a demanda nacional por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e de missões científicas e tecnológicas; conquistar





autonomia para acessar o espaço e participar do mercado internacional de lançamento de satélites; dominar tecnologias críticas para o desenvolvimento do PEB; aumentar a participação da indústria nacional no PEB e consolidar a cadeia produtiva do setor espacial; e reestruturar o modelo de governança do setor.

Nesse sentido, entre as principais ações a serem executadas em 2012 estão: o lançamento do satélite de sensoriamento remoto CBERS-3; a continuidade da capitalização da empresa binacional brasileiro-ucraniana Alcântara Cyclone Space, que permitirá ao Brasil participar do restrito mercado internacional de lançamento de satélites; a realização do primeiro voo experimental do VLS-1 (VSISNAV). No prazo de um ano após esse voo, deve ocorrer o segundo lançamento do VLS-1. Também está prevista, para dezembro de 2012, a formatura da primeira turma de Engenharia Aeroespacial do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

f) Ciência e Tecnologia para Defesa Nacional

No universo das ações de CTI, merecem destaque também as realizadas na área de defesa. Cite-se, como exemplo, a implantação do Parque Tecnológico do Exército Brasileiro, potencial catalisador do desenvolvimento da indústria nacional de defesa, o que vem ao encontro dos planos de desenvolvimento e inovação do Governo.

Merece destaque, também, o projeto de fabricação de veículos da família de blindados médios sobre rodas Guarani, um dos grandes vetores de transformação do Exército. Desenvolvido com cobertura de aço balístico, o blindado oferece níveis de desempenho em termos de mobilidade, potência de fogo e proteção que atendem às demandas atuais e futuras da Força Terrestre. O protótipo encontra-se em teste e, em 2012, será avaliado o lote piloto.

Quanto ao Sistema de Apoio de Fogo da Força Terrestre, está em curso o Projeto do Foguete Astros 2020, concebido pela empresa Avibras Indústria Aeroespacial, a partir da versão mais atual já fabricada. As características do foguete incluem o alcance de 300 km, a possibilidade de guiamento nos estágios finais e dimensões adequadas para o transporte em aeronaves da Força Aérea Brasileira. A previsão de entrega das unidades é de cinco anos para os foguetes e de dez anos para conclusão da versão destinada à exportação. A intenção da empresa é desenvolver um produto que atenda aos requisitos operacionais das três Forças Armadas. É importante ressaltar que o projeto Astros 2020 proporcionará ao País os meios de apoio de fogo capazes de atuar como vetores de dissuasão no nível estratégico, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos e nas potências emergentes.

Com referência aos projetos da indústria naval, destaca-se, inicialmente, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), criado a partir do acordo firmado entre Brasil e França em 2008.

O Programa comprehende a construção de quatro submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e um submarino de propulsão nuclear (SN-BR), incluindo um Estaleiro e Base Naval (EBN), cuja conclusão deverá ocorrer em 2015. O acordo prevê a transferência para o País de tecnologia francesa, na elaboração de projetos de submarinos e na fabricação de suas peças, conhecimento hoje dominado apenas pela China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia.

No que concerne ao SN-BR, estão em andamento algumas atividades de transferência de tecnologia, com visitas técnicas aos fabricantes de equipamentos e a realização de cursos na França, pelos engenheiros projetistas brasileiros. Em 2012, deverá ser iniciado o desenvolvimento do Projeto Básico do SN-BR.

Na aviação militar, o País prosseguiu com o desenvolvimento do avião KC-390, aeronave de transporte tático/logístico e de reabastecimento em voo. Ressalta-se que 2011 foi um ano marcado pela busca de parceiros nacionais, para o fornecimento de itens que podem ser fabricados no Brasil, bem como de parceiros internacionais.



As oportunidades para as empresas brasileiras foram apresentadas em seminário realizado em 19 de outubro de 2011 no Parque de Desenvolvimento Tecnológico de São José dos Campos (SP), com a participação de várias empresas nacionais. Na oportunidade, empresa nacional foi selecionada para fornecer os sistemas de autoproteção, de contramedidas direcionais infravermelho e de orientação do piloto, como também para o fornecimento dos computadores de missão do novo jato.

g) Fomento à Sustentabilidade Ambiental e a uma Economia de Baixo Carbono

g.1) Etanol

A expressiva participação de fontes renováveis na matriz energética nacional encontra um suporte importante nos biocombustíveis, dentre os quais se destaca o etanol carburante, produzido de cana-de-açúcar, com seus desdobramentos na cogeração de energia elétrica. Como destacado em outras partes desta Mensagem, o Brasil ocupa posição privilegiada no cenário internacional desse biocombustível. Além de investimentos em lavouras e usinas, o aumento da capacidade de produção nacional exigirá aporte de recursos em PD&I no desenvolvimento do etanol de 2^a geração, o chamado etanol celulósico, obtido de resíduos da cana. Para tanto, o Governo vai consolidar o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE) como centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação de excelência na área de etanol de cana-de-açúcar, de modo a contribuir para manter a liderança brasileira na produção de bioetanol, buscando respostas para desafios científicos e tecnológicos presentes no ciclo produtivo desse biocombustível.

g.2) Mar, Zona Costeira e Antártida e Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo)

O Brasil possui uma extensa costa litorânea e uma gigantesca área marinha sob sua jurisdição. O mar e a plataforma continental são fontes de alimentos, energia e novos materiais que podem e devem ser explorados de forma sustentável. A exploração dos recursos vivos e não vivos do mar e dos ambientes costeiros requer o uso de alta tecnologia e de recursos humanos qualificados.

Desse modo, torna-se imprescindível o incentivo ao desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada voltada para o avanço do conhecimento sobre os processos físicos, químicos, geológicos e biológicos que ocorrem nos oceanos e nas regiões costeiras, incluindo suas interações com sistemas terrestres, hidrológicos e atmosféricos. Por outro lado, é fundamental fomentar o desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços relacionados com a exploração sustentável dos recursos do mar.

Em 2011, o Governo deu continuidade às atividades voltadas para a efetiva utilização, exploração racional e aproveitamento sustentável dos recursos marinhos. Por intermédio de diversos programas conduzidos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Governo influenciou na formação de recursos humanos e apoiou o desenvolvimento de pesquisas científicas no mar e na Antártida. Estimulou, ainda, ações educativas e de divulgação, com o objetivo de ampliar a mentalidade marítima e ressaltar a importância das riquezas da Amazônia Azul.

No âmbito do Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), foram ampliadas as pesquisas na Estação Científica e nas áreas marítimas adjacentes, com a aquisição de equipamentos de mergulho. Participaram do Programa cerca de 100 pesquisadores brasileiros que desenvolveram 23 projetos de pesquisa, tendo sido realizadas 11 expedições científicas à Ilha. Para 2012 está previsto o início da instalação, na Ilha da Trindade, de um sistema de geração de energia renovável (solar e eólica), que permitirá uma economia de 90% no consumo de óleo combustível.

A respeito do Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago), foi instalada na Ilha Belmonte uma estação sismográfica completa, que permitirá à estação científica, construída há 13 anos, o monitoramento dos abalos sísmicos





registrados na região. Esse trabalho conta com o suporte técnico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que contribui com os estudos de sismicidade do litoral Nordeste do Brasil.

O Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea) é um importante instrumento para ampliar a presença brasileira naquela área e também para promover o desenvolvimento socioeconômico do País e contribuir para a inserção brasileira no cenário internacional. Foram realizadas, em 2011, duas expedições de pesquisas biológicas e coleta de rochas na Elevação do Rio Grande, coordenadas por pesquisadores e técnicos de diversas universidades brasileiras e do Serviço Geológico do Brasil, das áreas de geociências e biologia. O resultado dessas expedições subsidiará a proposta brasileira para requisição de exploração mineral que será submetida à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), logo após a aprovação do código de exploração das crostas cobaltíferas.

Na área do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (Remplac), foram contratados navios que atenderão aos projetos do Programa. Além disso, em decorrência da inclusão do tema Ciências do Mar no contexto da cooperação científica Brasil-Japão, existente há mais de 30 anos, foram iniciadas as tratativas com a *Japan Agency for Marine-Earth Science and Technology* (JAMSTEC) para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas nas diversas áreas do conhecimento do mar. Está prevista para 2013 a realização da primeira comissão de pesquisa empregando meios da JAMSTEC, com a participação de pesquisadores brasileiros.

O Programa Mar, Zona Costeira e Antártida deve contribuir para consolidar a posição ativa do Brasil nas negociações globais sobre as mudanças climáticas. O Programa visa apoiar o uso sustentável dos recursos do mar e a realização de pesquisas multidisciplinares sobre a Região Antártica e área adjacente. Além disso, deve promover a consolidação de uma Política Nacional de C,T&I para os Oceanos e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (Inpo).

O Inpo será um importante instrumento de execução da política nacional para o setor e contará com toda a infraestrutura necessária para promover a pesquisa científica e tecnológica de alta qualidade sobre os oceanos e suas interações com a atmosfera e com os continentes. Nos próximos anos, ainda no âmbito do Mar e Zona Costeira, deve-se dar continuidade ao projeto voltado para a plataforma continental, com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre o Oceano Atlântico. O projeto inclui o incentivo a pesquisas em diversas áreas, entre elas a oceanografia (física, biológica e geológica) e a pesquisa sobre pesca. Serão feitos investimentos na recuperação dos navios Cruzeiro do Sul e Maximiano e na compra de um novo navio para pesquisa oceanográfica – uma parceria entre MCTI, Marinha do Brasil, Ministério da Defesa, Petrobras, Vale e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, encontra-se em negociação a construção, em estaleiro brasileiro, de outro navio de pesquisa.

O Programa Antártico Brasileiro (Proantar) realiza, ao longo de quase 30 anos de existência, pesquisas científicas em diversas áreas de conhecimento, de forma a respaldar a condição do Brasil de membro consultivo do Tratado da Antártida, o que assegura a participação do País nos processos e fóruns decisórios relativos ao futuro daquele Continente.

O País mantém universidades e instituições de pesquisa, que conduzem anualmente atividades do Proantar, destacando-se a realização das campanhas antárticas, denominadas Operação Antártica (Operantar). A Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) é um ponto de apoio fundamental para o desenvolvimento das atividades do Programa.

Em 2011, durante a realização da Operantar XXIX, foram apoiados 17 projetos científicos, que contaram com a participação de 230 pesquisadores. Na oportunidade, foram selecionados e treinados o Grupo de Base Pré-Antártico, composto de 15 militares da Marinha do Brasil, o qual ficará responsável pelo guarneecimento e manutenção da EACF no período de 2012



a 2013; bem como o grupo de 83 novos pesquisadores que participarão da Operantar XXX, a qual tem previsão de apoiar 280 pesquisadores em 18 projetos científicos.

Em 12 de janeiro de 2012, o Proantar completará 30 anos. No decorrer desse tempo, tem contribuído para a formação de gerações de pesquisadores e para o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, com inúmeros benefícios à comunidade científica e ao País. Atualmente, cabe destacar, na área da pesquisa, o início do experimento científico pioneiro de geração de energia elétrica limpa para a Estação a partir de biocombustível renovável e de baixo impacto ambiental, com a utilização de um motogerador a etanol, produzido com tecnologia brasileira.

h) Superação da Pobreza e Redução das Desigualdades Sociais

h.1) Cidades Sustentáveis

O nível de desenvolvimento social de um país se mede não só pela renda, mas também pelo acesso aos serviços básicos e às condições de sustentabilidade dos aglomerados urbanos. Para atender a população ainda marginalizada da oferta desses serviços e que vive em condições precárias nas cidades brasileiras, é necessário desenvolver e difundir tecnologias que sejam adequadas às características econômicas, sociais e de urbanização do País.

Faz parte desse esforço o apoio a atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas à inovação e à transferência de tecnologia para a racionalização do uso de recursos naturais e a promoção da sustentabilidade ambiental. É o caso, por exemplo, dos resíduos sólidos provenientes de descarte eletrônico, que geralmente contaminam o meio ambiente, pois não têm destinação correta. O desenvolvimento de projetos sustentáveis nessa área possibilita o aproveitamento de tais componentes eletrônicos e gera a oportunidade de transformar o que antes era lixo em insumo, muitas vezes escasso.

O desenvolvimento de tecnologias que reduzam os custos de instalação e aumentem a eficiência de redes de saneamento em aglomerados urbanos constitui outra iniciativa fundamental para a universalização do saneamento básico no País, contribuindo com alternativas criativas para melhorar a qualidade de vida da população, especialmente à de baixa renda ou em situação de pobreza.

Nesse sentido, em 2012, serão priorizadas as seguintes estratégias: apoio a inovações tecnológicas para o desenvolvimento de projetos de cidades sustentáveis, em especial nas áreas de habitação popular, saneamento básico, redução das emissões de carbono e fontes alternativas de energia; e apoio ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias para a coleta, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos, especialmente de resíduos eletroeletrônicos cujo reaproveitamento também pode constituir fonte de geração de emprego e renda.

h.2) Tecnologias Assistivas

Nos últimos anos, o Governo implementou uma série de ações inovadoras no campo das tecnologias assistivas. Essas ações incluíram, em 2011, a divulgação do tema e sensibilização da sociedade e da comunidade científica sobre a importância do investimento nessa área. Além disso, houve uma importante experiência de apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico, com resultados extremamente positivos.

Foi lançado em novembro de 2011 o Programa Viver sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa proporcionará, a partir de 2012, linhas de crédito a universidades, centros de tecnologia e empresas com ações e





pesquisas no setor de tecnologia assistiva, com estimativa de recursos da ordem de R\$ 150 milhões para o período 2012-2014. Assim sendo, a implementação do programa promoverá a articulação e a aproximação entre os diferentes atores envolvidos nesse campo, incluindo: a comunidade científica das áreas de neurociências, computação, automação e robótica, entre outras; as indústrias que se ocupam com a fabricação de equipamentos e dispositivos voltados para a acessibilidade; e as entidades e organizações que representam e atuam com e para as pessoas com deficiência.

No âmbito desse Programa, há três iniciativas particularmente vinculadas à C,T &I, quais sejam: Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, voltado para o desenvolvimento tecnológico e a promoção da inovação de produtos, processos e serviços destinados às pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida; criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva na unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em Campinas (SP), e a disponibilização, na rede mundial de computadores, do Catálogo Nacional de Produtos de Tecnologia Assistiva.





III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

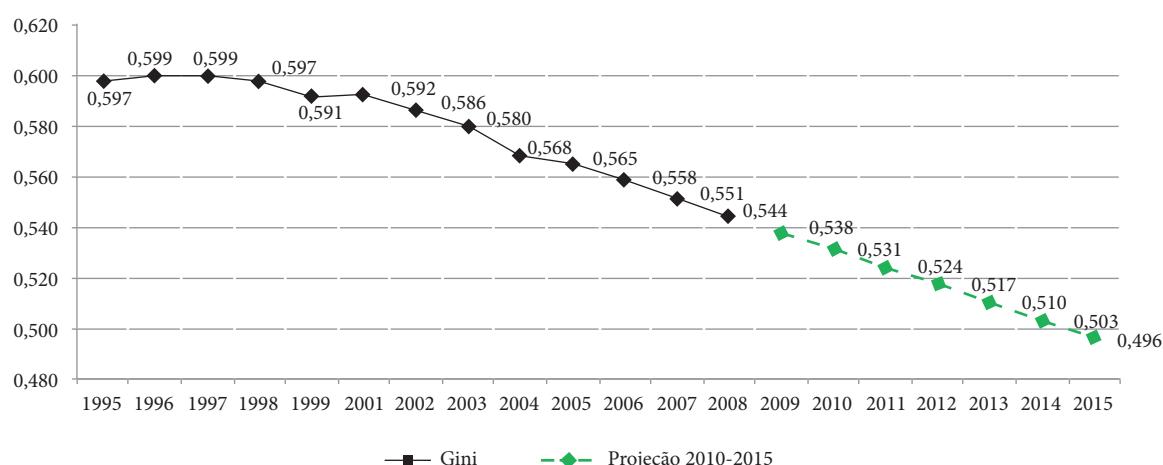
a) Redução das Desigualdades

Ao longo dos últimos anos, os indicadores sociais no Brasil apontam para uma evolução positiva das condições de vida da parcela socialmente mais vulnerável da população, com o reconhecimento de direitos e o crescimento da oferta de serviços públicos. Colaboraram para isso medidas sinérgicas adotadas pelo Governo demonstrando a prioridade que vem sendo dada às políticas públicas que objetivam a redução das desigualdades sociais.

Cumpre salientar a expansão dos recursos aportados na Assistência Social nos últimos oito anos, somente na esfera federal, da ordem de 225%, em termos nominais, entre 2004 e 2011. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), os recursos passaram de 0,71% para 1,18%¹.

Como resultado desse esforço, tem-se verificado redução da pobreza associada à diminuição das desigualdades sociais, de forma concomitante. De fato, observa-se uma redução contínua do coeficiente de Gini, principalmente em função do crescimento real e relativo da renda das classes sociais menos favorecidas. Dentre os fatores destacam-se o aumento dos rendimentos do trabalho, os aumentos reais do salário-mínimo e o incremento das políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF). Segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mantidas as tendências atuais, o coeficiente de Gini deverá ficar em patamar abaixo de 0,5 em 2015, conforme se observa no Gráfico a seguir.

Evolução e Projeção do Coeficiente de Gini: 1995 a 2015.



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

¹ Para o cálculo foi utilizado o PIB de 2011 estimado pelo relatório “Economia Brasileira em Perspectiva, 13ª edição, novembro/2011, do Ministério da Fazenda, que apontou crescimento de 3,8%.





Nesse contexto, é importante observar que, segundo o estudo do Ipea “Perfil da Pobreza no Brasil e sua Evolução no Período 2004-2009” elaborado a partir de dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, o benefício do Bolsa Família representava 39% da renda da população em estado de extrema pobreza contra 14% em 2004, o que demonstra sua relevância na garantia dos meios básicos de subsistência para essa faixa populacional.

Ainda segundo o Ipea, políticas de transferência de renda têm impacto substantivo sobre o crescimento da economia, conforme demonstram as análises dos efeitos multiplicadores dos gastos do Governo. O gasto com o Bolsa Família caracteriza-se como o de maior efeito multiplicador sobre a renda das famílias (cada R\$ 1,00 despendido resulta em R\$ 1,82 de impacto na renda), e um dos maiores efeitos multiplicadores sobre o PIB (cada R\$ 1,00 despendido resulta em R\$ 1,44 de impacto no PIB), conforme se verifica na Tabela a seguir.

Multiplicadores dos Gastos Sociais e Outras Fontes de Demanda

Gastos	Multiplicadores para cada R\$ 1,00 de Gasto		Multiplicadores Percentuais do PIB e da Renda das Famílias	
	PIB	Renda das Famílias	PIB	Renda das Famílias
Regime Geral de Previdência Social – RGPS	1,23	1,70	1,23%	2,10%
Programa Bolsa Família – PBF	1,44	1,82	1,44%	2,25%
Benefícios de Prestação Continuada – BPC	1,38	1,79	1,38%	2,20%
Saúde Pública	1,70	1,17	1,70%	1,44%
Educação Pública	1,85	1,35	1,85%	1,67%
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,09	0,71%	1,34%
Mix Exportações de Commodities	1,40	0,84	1,40%	1,04%
Investimento Construção Civil	1,54	0,93	1,54%	1,14%

Fonte: Ipea (Comunicado Ipea nº 75, de 3 de fevereiro de 2011).

b) Plano Brasil Sem Miséria (BSM)

O Brasil Sem Miséria se vincula a uma concepção de Estado e democracia respaldada no reconhecimento da atribuição estatal de garantia de direitos. O Plano tem por meta realizar o preceito constitucional de consolidar uma rede de promoção e de proteção social ampliada, coerente e consistente. Assim, o BSM se propõe a promover um conjunto integrado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o efetivo cumprimento dos direitos sociais, especialmente daqueles grupos da população mais vulneráveis e excluídos.

Segundo dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², existem no Brasil 16,2 milhões de pessoas, com renda familiar mensal *per capita* menor ou igual a R\$ 70,00. Isso corresponde a 8,5% da população brasileira. Ainda de acordo com os dados do IBGE, a população extremamente pobre é jovem (51% têm

² MDS. O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Nota. Brasília, 02 de maio de 2011.





até 19 anos de idade), é negra (71% de pardos e pretos), reside nas regiões Norte e Nordeste (75%) e concentra-se na área rural (47%). Com efeito, no campo, de cada quatro brasileiros, um é extremamente pobre enquanto nas cidades essa relação é de um para vinte.

Instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, o BSM foi criado para ir aonde as pessoas que vivem na pobreza extrema estão, respeitando-se suas particularidades e especificidades. O Plano foi desenhado para romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões. Esse é o propósito da estratégia da Busca Ativa, que tem por objetivo central incluir no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) aqueles que vivem fora da rede de proteção e promoção social, de forma a garantir o acesso ao Programa Bolsa Família, bem como a outras ações do poder público. Estima-se que cerca de 800 mil famílias estão atualmente nessa condição. A figura a seguir sintetiza a estrutura do BSM:

Plano Brasil Sem Miséria - Eixos de Atuação



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O eixo da Garantia de Renda tem por objetivo ampliar o acesso de famílias extremamente pobres a programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. Além da expansão do número de beneficiários, foram realizadas alterações nos benefícios financeiros para aumentar o valor a ser recebido pelas famílias.

O eixo de inclusão produtiva foi estruturado em duas frentes, uma para o meio urbano e outra para o rural, levando em consideração suas realidades tão diversas. Para promover a inclusão produtiva nas cidades, a partir da geração de ocupação e renda, já estão sendo ofertados cursos de qualificação profissional e capacitação sintonizados com a vocação econômica de cada região, com destaque para o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com as melhores estruturas ao alcance do Estado, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o “Sistema S”. O eixo também conta com a ampliação da política de microcrédito (Programa Nacional de Microcrédito – Crescer) e com a promoção de ações de incentivo ao microempreendedorismo e à economia popular e solidária.

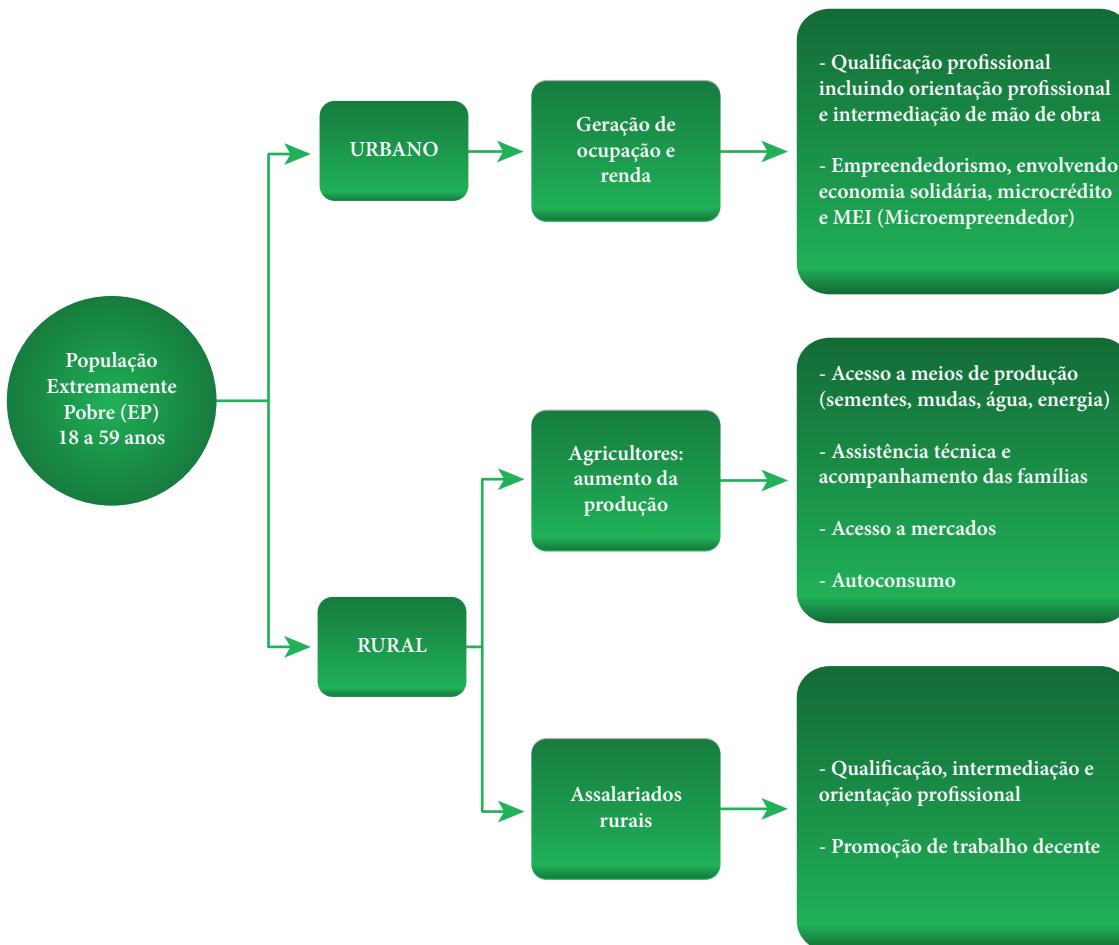
No campo, a prioridade é aumentar a produção dos agricultores mais pobres através de orientação e acompanhamento técnico, transferência de recursos, oferta de insumos e água, garantindo a segurança alimentar e estimulando a produção para a comercialização. As principais ações são: i) Água Para Todos, para garantir acesso à água de qualidade para o consumo e produção; ii) Assistência técnica com acompanhamento continuado e individualizado por equipes profissionais; iii) Pagamento de fomento e oferta de sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e tecnologias apropriadas para cada região; e iv) Compras públicas e privadas da produção desses agricultores pelo Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, bem como por entidades privadas parceiras do BSM.





A figura a seguir ilustra as distintas estratégias que estão sendo adotadas nas áreas urbanas e rurais, tendo em vista as especificidades de cada uma.

Inclusão Produtiva Urbana e Rural



Elaboração: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

No eixo do Acesso a Serviços Públicos, a atuação conjunta dos diversos ministérios voltada para a população extremamente pobre tem por meta ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade, tais como cursos de alfabetização, educação integral, emissão de documentos de identificação, assistência social – Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) –, segurança alimentar e nutricional (Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares), exames oftalmológicos, tratamento dentário, ampliação de equipamentos de saúde como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e combate às chamadas doenças negligenciadas, que afetam proporcionalmente mais a população extremamente pobre (esquistossomose, hanseníase, helmintíase e tracoma), dentre outros.

Principais resultados de 2011:

- 407 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas e incluídas no Cadastro Único pela estratégia de Busca Ativa;





- 325 mil famílias extremamente pobres passaram a receber o Bolsa Família;
- 1,3 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos foram incluídos no Programa como resultado da ampliação do número de filhos pelos quais a família recebe o benefício;
- 92 mil nutrizes e 25 mil gestantes foram atendidas com benefício variável do PBF;
- 80 mil vagas para qualificação para inscritos no Cadastro Único foram criadas pelo Pronatec;
- 37 mil famílias no campo já estão recebendo assistência técnica, sementes e fomento;
- 315 mil cisternas do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água – o Água Para Todos foram viabilizadas;
- 82,6 mil agricultores em situação de extrema pobreza foram beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

b.1) BSM e os Entes Federados

No Plano Brasil Sem Miséria (BSM) está em realização um grande esforço de articulação interministerial, federativa e com as organizações da sociedade objetivando desenhar estratégias diferenciadas e adequadas aos distintos públicos e às diversas manifestações da extrema pobreza. O BSM realizou, no segundo semestre de 2011, cinco Pactos Regionais com objetivo de firmar compromisso entre a União e todos os Governadores. Os Pactos buscaram dar publicidade às competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano, promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços.

A celebração desses compromissos em caráter regional traz consigo a ideia intrínseca ao Plano de que a pobreza se manifesta de diferentes maneiras em todo o Brasil e, para combatê-la, é necessário ter ações de enfrentamento que sejam adequadas às realidades locais. Dessa forma, cada uma das pactuações é composta por medidas condizentes com as principais manifestações da miséria em cada região. No Nordeste, a ênfase ocorre nas ações de inclusão produtiva rural, especialmente no Semiárido. No Norte, ganham densidade os programas Bolsa Verde, por conta de sua contribuição para preservação do bioma Amazônia, e de inclusão produtiva rural. Na região Centro-Oeste, o foco está na implementação de medidas voltadas para a agricultura sustentável e transferência de renda. No Sudeste, o Brasil Sem Miséria apresenta como prioridades os temas da complementação local ao Programa Bolsa Família bem como as estratégias de inclusão produtiva urbana. Por fim, no Sul, destacam-se as estratégias de inclusão produtiva tanto no campo quanto nas cidades.

As inovações que o IBGE implantará no Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, tornando-as trimestrais, com amostra mais abrangente e capilar, e a Pesquisa Painel de Pobreza, focada nos extremamente pobres, permitirão que a sociedade e o Governo acompanhem amiúde a evolução do plano, de modo a contribuir para que a ambição do BSM se concretize como fato histórico.

c) Políticas de Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

Impulsionado pela crescente conscientização da sociedade brasileira de que o desenvolvimento está necessariamente associado à superação das iniquidades sociais, está em construção no País um arcabouço normativo consistente que vem dando suporte para a implantação de programas de transferência de renda, inclusão produtiva, garantia da alimentação, além da ampliação e consolidação das políticas de assistência social.





As políticas de desenvolvimento social vêm alcançando avanços significativos, dentre os quais o crescimento do Programa Bolsa Família, das políticas de assistência social, em que se destaca a expansão dos Cras e Creas pelo território nacional, bem como a consolidação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Também deve ser lembrada a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no processo de erradicação da pobreza extrema no País, assim como o acesso à alimentação às populações mais vulneráveis. Esse conjunto de políticas representa hoje um robusto aparato de proteção social capaz de transformar a realidade brasileira, sendo reafirmado como prioridade pelo atual Governo.

Em 2011, houve uma alteração na legislação concernente ao Programa Bolsa Família, com a promulgação da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, ampliando para até cinco benefícios variáveis por família beneficiária, referentes à presença, nessas famílias, de gestantes, nutrizes, crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes com até 15 anos de idade.

No tocante ao direito à alimentação, vale destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que alterou o art. 6º da Constituição, incluindo a alimentação no rol dos direitos sociais. Também importante para o aperfeiçoamento da política de segurança alimentar foi a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que estabeleceu para os Estados e Municípios a aplicação mínima de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar na aquisição de alimentos da agricultura familiar.

No campo da assistência social, foi aprovada a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), abarcando os princípios da Política Nacional de Assistência Social, elaborados em 2004, além de alterar regras relativas à concessão do BPC.

c.1) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal política de transferência de renda do Plano Brasil Sem Miséria e tem como objetivo contribuir para a superação da pobreza no por meio de três frentes de atuação: a transferência direta de renda, que representa uma melhoria imediata nas condições de vida das famílias pobres; o acompanhamento das condicionalidades, que possibilita a ampliação do acesso das famílias beneficiárias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, que concretizam seus direitos em cada uma dessas áreas, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações; e a oferta de programas complementares, que abrem oportunidades de desenvolvimento das famílias beneficiárias.

Como em 2011 o desembolso com benefícios do PBF alcançou 0,49% do PIB³, o Programa pode ser caracterizado como de baixo custo, considerando-se não apenas o tamanho do público atendido, mas também o impacto significativo na redução dos indicadores de pobreza e desigualdade.

O Programa foi aperfeiçoado em 2011. Primeiro, o valor dos benefícios pagos pelo PBF foi reajustado em 2011 e, tendo em conta que 40% dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza têm menos de 14 anos, o reajuste deu ênfase aos benefícios variáveis destinados, entre outros casos, a famílias com crianças e adolescentes de zero a 15 anos. O Benefício Variável teve o aumento mais significativo, de 45,5%, subindo de R\$ 22,00 para R\$ 32,00. O benefício específico para famílias com adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola chamado Benefício Variável Vinculado aos Jovens e Adolescentes,

³ Tendo em vista a estimativa de crescimento do PIB de 3,8%, conforme o relatório Economia Brasileira em Perspectiva, 13ª edição, novembro/2011, do Ministério da Fazenda.





teve incremento de 15,2%, atingindo R\$ 38,00. Já o Benefício Básico, pago a todas as famílias em situação de extrema pobreza, mesmo àquelas sem filhos de zero a 15 anos, teve reajuste de 2,9%.

Em segundo lugar, em setembro, a quantidade máxima de Benefícios Variáveis que cada família pode receber foi ampliada de três para cinco benefícios. A despeito do impacto orçamentário relativamente baixo, considerando que a média de filhos por família, nas famílias beneficiárias do Programa é de 2,1, a medida tem enorme impacto social sobre as famílias com mais de três crianças e adolescentes, que são justamente as que mais sofrem pela condição de extrema pobreza. Com o início da implantação da medida referente ao aumento do limite de benefícios variáveis (um por filho de até 15 anos, até o limite de cinco filhos), começaram a ser pagos 1,3 milhão de novos Benefícios Variáveis destinados a crianças de todo o País. Terceiro, em novembro de 2011, o Bolsa Família começou a pagar Benefícios Variáveis para ajudar na nutrição dos bebês durante a fase fundamental para seu desenvolvimento, que vai de zero a seis meses. O benefício ficou conhecido como “benefício variável nutriz”, cujo valor é o de um Benefício Variável, R\$ 32,00. Em dezembro de 2011 foram pagos 93.432 benefícios nessa modalidade.

Em quarto lugar, em dezembro teve início o pagamento dos Benefícios Variáveis destinados à proteção das mulheres grávidas, e consequentemente dos bebês. Batizado de “benefício variável à gestante”, no valor de R\$ 32,00, ele é pago por nove meses contados a partir do momento em que a mulher é identificada pela rede de saúde como gestante. A medida representa um estímulo à realização do pré-natal e sua implantação só foi possível graças ao aperfeiçoamento do sistema de gestão do MDS e à sua integração com o do Ministério da Saúde.

A meta de expansão da cobertura do Programa para 2011, de 320 mil famílias, foi superada: em dezembro de 2011 havia 13,36 milhões de famílias beneficiárias do Programa, comparadas a 12,99 milhões no final do ano anterior. Até 2013, o Programa deve alcançar 13,8 milhões de famílias. Um dos fatores que ajudarão nessa tarefa é a fixação de novas estimativas de pobreza por Município. Isso deve ocorrer no primeiro trimestre de 2012, com a divulgação de dados do Censo 2010. As estimativas balizam a concessão dos benefícios do PBF. A divulgação de novas estimativas abrirá espaço para novas concessões em cidades onde já não era possível ampliar a cobertura. Em 2012 está prevista a destinação de R\$ 18,7 bilhões para o Programa.

Outra frente de atuação para melhorar a vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza registradas no Cadastro Único são os acordos de cooperação entre a União e os entes federados, para que eles complementem a transferência de renda feita pelo Governo Federal, por meio do Bolsa Família. O MDS já firmou pactuações dessa natureza com as seguintes unidades da Federação: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo. Em termos municipais, há pactuações com Manaus (AM), Nova Lima (MG) e São Luís (MA). A expectativa para 2012 é de envolver novos Estados.

Estima-se que, em razão dessas pactuações, cerca de 780 mil famílias, ou aproximadamente três milhões de pessoas, deverão cruzar a linha de extrema pobreza até 2013, elevando sua renda *per capita* mensal para, no mínimo, R\$ 70,00.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF vem crescendo desde a criação do Programa. Atualmente todos os Municípios fazem o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos das famílias beneficiárias. O índice de acompanhamento alcançado no mais recente período de registro (outubro e novembro) nacionalmente foi de 86,8% do público. Dos 17,2 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária do acompanhamento, registrou-se a frequência de 14,9 milhões. Esses resultados só foram possíveis graças à mobilização, à adesão e ao compromisso da rede de acompanhamento da frequência escolar coordenada pelo Ministério da Educação, com o apoio do MDS.





Em outubro, dentre o público de 6 a 15 anos, 96,2% tiveram frequência acima da mínima exigida, que é de 85% das aulas. Dentro o público de 16 e 17 anos, 92,8% tiveram frequência às aulas acima dos 75% exigidos.

Em relação às condicionalidades de saúde, no último período de acompanhamento consolidado, referente ao primeiro semestre de 2011, foram acompanhadas 7,3 milhões de famílias, que correspondem a 70,2% do público. Apenas nove Municípios não registraram informação do acompanhamento no Sistema Bolsa Família na Saúde e 22 Municípios tiveram acompanhamento abaixo de 20%, o que impossibilita o repasse de parte dos recursos. Das 5,9 milhões de crianças menores de sete anos, foram acompanhadas 4,2 milhões, sendo que, dessas, 99% apresentaram calendário de vacinação em dia. Das gestantes localizadas (118.094), 95,8% estavam com as consultas do pré-natal regulares.

c.1.1) Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

A estratégia de busca ativa para cadastramento e atualização cadastral é fundamental para atingir as metas de expansão da cobertura do Bolsa Família, pois amplifica a capacidade do poder público de identificar, por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, as potenciais famílias beneficiárias. Ela ganha ainda mais importância considerando que o Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, foi definido como base para todos os programas que fazem parte do BSM.

Nesse sentido, o Município é protagonista na busca ativa para cadastramento, uma vez que identifica as famílias mais vulneráveis, coleta suas informações, registra os dados no Sistema e realiza a atualização cadastral. Contudo, o esforço do BSM para alcançar todas as famílias extremamente pobres requer o apoio de outros atores. Desde o lançamento do Plano, foram estabelecidas parcerias, para apoio na identificação das famílias, com os Ministérios da Educação, da Saúde e da Integração Nacional, além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e de empresas concessionárias de energia elétrica.

Em novembro de 2011, havia 20,3 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, correspondendo a mais de 72,2 milhões de pessoas. Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, em junho, até dezembro de 2011, foram incluídas 933.902 famílias no CadÚnico, 42,5% delas em situação de extrema pobreza.

As atividades de revisão e averiguações cadastrais – estas últimas entendidas como ações de cruzamento de dados entre o Cadastro Único e outras bases de dados administrativas federais, para identificação de inconsistências – tiveram um público de 1,7 milhão de famílias em 2011. No final do ano, 729 mil famílias ainda não haviam comparecido à convocação para efetuar suas respectivas atualizações cadastrais. As atividades de revisão, referentes ao ciclo de 2011, seguem até o final de fevereiro de 2012.

A implantação, ao longo de 2011, de nova versão do Cadastro Único (Versão 7), em 97,5% dos Municípios, qualifica as informações cadastrais de famílias indígenas, quilombolas, trabalhadores resgatados da condição de trabalho análogo ao de escravo e pessoas em situação de rua, além de permitir a identificação de mais 12 grupos tradicionais ou específicos de população. A nova versão contribuiu para que, entre junho e novembro de 2011, fossem identificadas 61.709 famílias de grupos tradicionais ou específicos de população, 75,6% das quais se encontram em situação de extrema pobreza.

As informações do CadÚnico também viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo. Na esfera federal, têm utilizado a base do Cadastro Único, entre outros, os seguintes programas: i) Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde) e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;





ii) Tarifa Social de Energia Elétrica; iii) Luz para Todos; iv) Brasil Alfabetizado; v) Projovem Adolescente; vi) as linhas de microcrédito do Banco do Nordeste; e vii) o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES).

Para o período 2011-2014 o Cadastro Único prevê localizar, incluir e manter atualizadas as informações de seis milhões de famílias de baixa renda, sendo 800 mil inclusões de famílias em extrema pobreza, destacando-se a parceria com o Ministério da Defesa, para o acesso à versão mais atualizada do Cadastro na região Amazônica por meio do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e com o Ministério das Comunicações para ampliar a conectividade dos Municípios.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios desempenham importante papel na gestão do PBF e do Cadastro Único. Para apoiar a realização das ações de gestão a cargo desses entes, o Governo possui um instrumento que mede a qualidade dessa gestão, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), sendo tanto maior quanto melhor for o desempenho alcançado pelo ente, resultando em maiores repasses de recursos para apoio às atividades de gestão do Bolsa Família. Em 2011, foram repassados para Estados, Distrito Federal e Municípios, a título de apoio à gestão descentralizada do PBF, R\$ 288,5 milhões, relativos ao período de janeiro a novembro.

c.2) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um dos componentes da estratégia do Governo para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania por meio da proteção social às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.

Decorridos seis anos de implantação do Suas, na busca por constituir um sistema único, o Governo tem implementado um conjunto de ações visando orientar e apoiar o processo de constituição e qualificação do sistema em conjunto com os entes federados. Como resultado desse esforço, em novembro de 2011, 5.544 Municípios e Distrito Federal (99,7%) já se encontravam habilitados em algum nível de gestão do Sistema, sendo 180 (3,2%) em gestão inicial, 4.970 (89,3%) em gestão básica e 394 (7,1%) em gestão plena. A previsão para 2012 é habilitar os Municípios que ainda não aderiram ao Suas, bem como estimular a migração de todos os Municípios em gestão inicial para a gestão básica.

No conjunto de suas ações, em 2011, destacam-se: i) a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, que constitui um dos marcos do processo regulatório do Suas; ii) a expansão da rede de Centros de Referência da Assistência Social (Cras); iii) o cofinanciamento dos serviços de proteção social básica ofertados por meio de equipes volantes; e iv) o desenho de ações de assistência social dentro do Plano Brasil Sem Miséria, visando, dentre outros objetivos, a qualificação dos serviços destinados à população em situação de rua, expansão dos serviços destinados a crianças e adolescentes retirados de trabalho infantil e a alteração de regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência, aperfeiçoando o modelo de avaliação para o acesso ao benefício e permitindo a suspensão especial de seu pagamento durante o período em que o beneficiário tiver a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho.

A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, estabelece que a gestão das ações na área de assistência social seja organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Suas, e introduz adequação em conceitos e normas relativos à gestão, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação do Sistema. A Lei organiza o Suas em dois níveis de proteção social (básica e especial) e institui legalmente as unidades de referência na prestação de serviços (Cras e Creas) e os serviços por elas ofertados, de Atenção Integral à Família (Paif), de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti). Além disso, a Lei também instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD do Suas) como mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos Municípios e Estados.





c.2.1) Centro de Referência da Assistência Social

Os Cras são unidades públicas responsáveis pela organização e oferta de serviços de proteção social básica, voltados à prevenção de situações de risco social e tem por objetivo atender as famílias que vivem em seu território de abrangência. Cada Cras, necessariamente, e de forma exclusiva, oferta o Paif. O Censo Suas-2010 registrou a existência de aproximadamente 6,8 mil Cras, em 4.720 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de 24 milhões de famílias. Como parte do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011 o cofinanciamento federal para o Paif foi oferecido aos entes que apresentavam déficit de cobertura de Cras na malha intraurbana. Em 2011, foram destinados para o Paif recursos de aproximadamente R\$ 496,7 milhões.

Os serviços e ações de proteção social básica executados por equipes volantes dos Cras visam efetivar a cobertura em locais com peculiaridades de extensão territorial, isolamento, dispersão populacional, áreas rurais ou de difícil acesso e ampliar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais. O cofinanciamento federal para esses serviços em 2012 foi aceito por 990 Municípios, responsáveis por 1.164 equipes volantes. Para essa ação, em 2011 foram destinados R\$ 9,5 milhões, prevendo-se, para 2012, recursos da ordem de R\$ 63 milhões.

c.2.2) Benefício de Prestação Continuada

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) consiste na garantia de renda mensal de um salário-mínimo às pessoas idosas (65 anos ou mais) e às pessoas com deficiência que comprovem não possuir meios de prover sua própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família (renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo). Em 2011, a cobertura do BPC alcançou 3,6 milhões de beneficiários, sendo 1,9 milhão de pessoas com deficiência e 1,7 milhão de idosos, representando um investimento de R\$ 23,3 bilhões. Para 2012, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, com investimentos de R\$ 27,6 bilhões. O crescimento observado no quantitativo de beneficiários, além de mudanças demográficas, sociais e legais, reflete os esforços para superação de barreiras informacionais de acesso ao benefício, visando sua efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente.

Em 2011, a regulamentação do BPC passou por alterações, como a redefinição do conceito de família e de pessoa com deficiência (PcD) para fins de acesso ao benefício; incentivo ao acesso do beneficiário PcD ao mercado de trabalho; e o aprimoramento dos instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de impedimento desses requerentes do benefício.

Tendo em vista a importância do BPC, várias iniciativas vêm sendo adotadas com o objetivo de ampliar a capacidade de gestão do benefício e a proteção social aos seus beneficiários, dentre as quais: i) a implantação do novo cartão do BPC; ii) o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Gestão do BPC (SigBPC), que permitirá o aperfeiçoamento do monitoramento da concessão, manutenção e revisão bienal do benefício; iii) a inclusão dos beneficiários do BPC e suas famílias no CadÚnico, que facilitará seu acompanhamento pelos serviços socioassistenciais e o processo de revisão periódica dos benefícios, bem como sua inclusão em outras políticas sociais; iv) a extensão da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) aos beneficiários do BPC pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010; e v) os avanços dos Programas BPC na Escola e BPC Trabalho.

O BPC na Escola tem como objetivo promover acesso e permanência na escola às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, por meio da articulação intersetorial nas três esferas de Governo, entre as políticas de educação, assistência social, saúde e direitos humanos, favorecendo o desenvolvimento e a inclusão social dos beneficiários. Mais de 2,6 mil Municípios (46% do total) –



incluindo todas as capitais – aderiram ao programa, contribuindo para a inclusão social de 232 mil beneficiários (68% do total de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC). O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC (Dataprev/MPS) e o Censo Escolar (Inep/MEC) aponta que mais beneficiários estão matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 52,61% (2010). Em 2011, teve início a 2ª fase de adesão ao programa, visando beneficiar mais 308 mil crianças e adolescentes, totalizando até 2014 o acompanhamento de aproximadamente 540 mil beneficiários do BPC (0-18 anos).

O BPC Trabalho visa promover o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da articulação entre os órgãos responsáveis pelas políticas de assistência social, educação, saúde, trabalho e emprego, ciência e tecnologia e entidades sociais. O Projeto Piloto implementado em 2010 nos Municípios de São Paulo e Santo André (SP) foi estendido em 2011 para sete capitais: João Pessoa (PB), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Belém (PA), Campo Grande (MS), Teresina (PI) e Fortaleza (CE).

O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite foi lançado em novembro de 2011, contemplando ações de acesso à educação e saúde, inclusão social e acessibilidade. Estão previstas para 2012-2014 a ampliação do BPC na Escola e BPC Trabalho e a implementação de Centros Dia de Referência para Pessoas com Deficiência.

c.2.3) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) organiza, no âmbito do Suas, a oferta de serviços de caráter especializado destinados a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça, risco social ou violação de direitos, tais como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; e afastamento do convívio familiar, dentre outras.

A PSE organiza-se em dois níveis: média e alta complexidade. O Creas é a principal unidade pública estatal de oferta dos serviços da proteção social especial de média complexidade. Todos os Creas devem ofertar, de modo continuado, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), que é o serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias, visando fortalecer a função protetiva das famílias e contribuir para a superação dos padrões de violação de direitos que as tornam vulneráveis ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

Outro serviço exclusivo dos Creas, que deve ser ofertado de acordo com a demanda local, é o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE), de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, que foi instituído pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Seu principal objetivo é criar condições para que esses jovens atribuam novo significado aos atos infracionais e, a partir disso, reconstruam seus projetos de vida.

Atualmente, o Governo Federal cofinancia a oferta dos serviços em 2.155 unidades Creas, que prestam atendimento especializado a cerca de 120 mil famílias e indivíduos, em aproximadamente 1.800 Municípios de todas as unidades da Federação. Além disso, aproximadamente 900 destas unidades ofertam atendimentos a cerca de 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Para o cofinanciamento federal dessas ações, em 2011, foram destinados R\$ 199 milhões.

Também é importante salientar que foram produzidas orientações para o Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua no CadÚnico que contribuirão para retirar esse segmento da invisibilidade e guiarão as ações desenvolvidas pelos 101 Centros de





Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), localizados em Municípios de grande porte, que recebem o cofinanciamento federal. Ainda na média complexidade, são ofertados serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em 1.558 Municípios de todas as unidades federadas. Em 2012, para o conjunto das ações de proteção social de média complexidade, serão destinados recursos de R\$ 372 milhões.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, são ofertados serviços especializados (abrigos, casa-lar) de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2011, para a oferta de diferentes modalidades de serviços de acolhimento por 828 Municípios de todas as unidades federadas e 20 Governos estaduais, o Governo destinou recursos de R\$ 70,8 milhões, que permitiram o atendimento de aproximadamente 54,4 mil pessoas. Para a manutenção e expansão desses serviços em 2012, estão previstos recursos da ordem de R\$ 98 milhões.

c.2.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

No âmbito da Assistência Social, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País. De acordo com a PNAD/IBGE, o trabalho infantil tem apresentado redução significativa nos anos recentes, passando de 8,52% (2001) para 5,63% (2009) no grupo etário atendido pelo programa. Em 2011, o cofinanciamento federal para a oferta dos serviços pelos Municípios e Distrito Federal beneficiou 817 mil crianças e adolescentes em mais de 3.500 Municípios, exigindo aportes de R\$ 258 milhões, prevendo-se para 2012 recursos da ordem de R\$ 328 milhões.

c.3) Segurança Alimentar e Nutricional

A alimentação adequada e saudável é um direito básico do ser humano e cabe ao poder público assegurá-lo. É importante registrar que o Brasil, desde a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), tem avançado na concretização da política de segurança alimentar. Importante salientar que ênfase cada vez maior está sendo dedicada à questão da qualidade da alimentação, por meio da implementação de ações voltadas para o estímulo à alimentação saudável e redução da obesidade.

No que se refere à Segurança Alimentar, as ações afetas ao Plano Brasil Sem Miséria concentram-se em dois pilares: acesso a serviços, com o apoio à instalação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, e ampliação dos serviços oferecidos, bem como o estímulo ao abastecimento desses equipamentos com produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e inclusão produtiva urbana e rural das famílias, com a ampliação das ações de acesso à água e PAA, bem como a criação do fomento às atividades produtivas rurais.

Foi reconhecida a necessidade de se estruturar um sistema de produção calcado na sustentabilidade e diversidade, garantir o acesso à água com qualidade e quantidade, e enfatizar o papel da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, visando à superação das situações de extrema pobreza no campo.

Em 2011, grandes eventos contribuíram para o fortalecimento das políticas públicas que garantem o direito à alimentação, entre os quais o Plano Brasil Sem Miséria; a elaboração e aprovação do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan); e a realização da IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN).





O Plansan, concebido em consonância com o Brasil Sem Miséria, terá vigência no período de 2012 a 2015, contemplando atividades que visam garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável; o acesso à terra, território e à água; segurança alimentar e nutricional de povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais; transferência de renda; fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica; alimentação e nutrição para a saúde e ações de formação que contribuam para a construção de uma cultura de direitos.

Importante enfatizar a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), na perspectiva do Plano Brasil Sem Miséria como estrutura responsável pela formulação, implementação e gestão participativa da política, bem como a necessidade de criação de um marco legal para o repasse de recursos públicos e a participação da iniciativa privada sem fins lucrativos.

c.3.1) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) consiste na aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar para doação a entidades socioassistenciais que atendam pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e recomposição dos estoques públicos. O PAA insere-se no Plano Brasil Sem Miséria no eixo de inclusão produtiva para a zona rural.

O PAA é executado com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que são repassados a partir de parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e com órgãos estaduais e municipais. Em 2011, foram empenhados R\$ 780 milhões, beneficiando cerca de 203 mil famílias de agricultores.

No contexto de propiciar a expansão do PAA e contribuir com o alcance das metas estabelecidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria de ampliar de 156 mil para 445 mil famílias de agricultores familiares beneficiados, e dentre as extremamente pobres de 66 mil para 255 mil famílias, até 2014, registre-se a sanção da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que permite avanços na articulação federativa. A partir de sua regulamentação, Estados, o Distrito Federal, Municípios e consórcios de direito público poderão aderir ao PAA e executá-lo sem a necessidade de convênio. No novo modelo operacional de repasse de recursos será possível à União fazer o pagamento diretamente aos agricultores familiares participantes. Em 2012, a expectativa é de avançar nos territórios mais pobres e no fortalecimento da agricultura familiar. Para tanto, serão gastos, pelos dois ministérios, recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, beneficiando 267,4 mil agricultores familiares.

c.3.2) Acesso à Água

O Programa de Construção de Cisternas (Primeira Água), iniciativa que integra o Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, consiste na utilização de uma tecnologia popular, de baixo custo, para a captação e armazenamento de água da chuva e representa uma solução de acesso a recursos hídricos para a população rural, especialmente do semiárido brasileiro. Trata-se de uma solução efetiva para a sustentabilidade da vida naquela região, ao garantir fonte de água de boa qualidade para consumo humano, beneficiando os grupos sociais mais vulneráveis.

Em 2011, no Programa Primeira Água, foram construídas 83.258 cisternas e, para 2012, estão previstas mais 191.500 com recursos do MDS, da ordem de R\$ 383 milhões.

O Programa Segunda Água, iniciativa que também integra o Água para Todos, visa ampliar as condições de acesso adequado à água potável das populações rurais de baixa renda do semiárido por meio de equipamentos de captação de água para





produção de alimentos. No exercício de 2011, foram construídas 3 mil estruturas tais como cisternas, calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedra. Para 2012, está prevista implantação de novas 44 mil estruturas, com recursos de R\$ 440 milhões no orçamento do MDS.

c.3.3) Rede de Equipamentos

A Rede de Equipamentos compreende os Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. Os Restaurantes Populares são implantados nos Municípios com mais de 100 mil habitantes com o objetivo de ampliar a oferta de refeições adequadas do ponto de vista nutricional à população de baixa renda, a preços acessíveis, e contribuir para a redução do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Em 2011, foram empenhados R\$ 17,6 milhões para implantação de cinco novas unidades e modernização de seis unidades já em funcionamento.

As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos, estabelecidos em parceria com Prefeituras Municipais, que atendem famílias previamente cadastradas. A distribuição de refeições pode ser gratuita ou comercializada a preço acessível. Em 2011, foram empenhados R\$ 16,1 milhões para implantação de 33 novas unidades e a modernização de sete já em funcionamento. Nos editais de 2011, foram priorizados os Municípios selecionados para receberem as praças de esporte e cultura, creches, Cras e Creas, visando maior articulação na oferta de serviços públicos às comunidades mais carentes.

Os Bancos de Alimentos arrecadam alimentos provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, são impróprios para a comercialização, mas adequados ao consumo humano, e os distribuem a entidades que compõem a rede de promoção e proteção social municipal. Em 2011, foram empenhados R\$ 4,6 milhões para a implantação de 11 novas unidades e para a modernização de seis unidades já em funcionamento. No edital de 2011, foram priorizados os Municípios que tinham iniciado as compras da agricultura familiar para alimentação escolar.

Em 2011, no âmbito da rede de equipamentos de alimentação e nutrição, iniciaram-se os investimentos para a implantação das Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, buscando auxiliar no armazenamento e no transporte dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Estas unidades são espaços físicos estruturados e equipados com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento de atividades de distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e de apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais, visando ao desenvolvimento de projetos de inclusão social e produtiva e o fortalecimento de sistemas agroalimentares locais. Em 2011, foram selecionados 26 Municípios de até 50 mil habitantes, abrangendo 24 Territórios da Cidadania. Desses Municípios, 69% estão localizados nas regiões Norte e Nordeste, cujo montante de recursos aportados em 2011 foi da ordem de R\$ 11,7 milhões.

Em 2012, a meta prevista é de implantação de 69 unidades de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional com recursos totalizando R\$ 49,0 milhões.

Estão previstos ainda recursos da ordem de R\$ 28,9 milhões para a qualificação da gestão dos equipamentos de apoio a produção, abastecimento e consumo de alimentos. O objetivo é ampliar e diversificar os serviços públicos de segurança alimentar e nutricional à população em situação de extrema pobreza, promovendo a inclusão social e produtiva, por meio de atividades educativas na área de alimentos.





c.3.4) Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas de alimentos é uma ação emergencial com o objetivo de atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, prioritariamente a comunidades quilombolas, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, comunidades de terreiros, indígenas, atingidos por inundações decorrentes de barragens e populações residentes em Municípios vítimas de calamidades públicas, impossibilitadas de produzir ou adquirir alimentos. No exercício de 2011, foram empenhados R\$ 61,8 milhões e entregues aproximadamente 1,5 milhão de cestas de alimentos que contemplaram 396 mil famílias.

c.3.5) Educação Alimentar e Nutricional

Linha de ação que busca assegurar processos permanentes de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação adequada e saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para práticas alimentares saudáveis, tanto no consumo quanto na produção, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede. Os recursos empenhados no ano de 2011 foram de R\$ 4,1 milhões e estão previstos R\$ 6 milhões para 2012.

É importante ressaltar que um amplo processo de articulação intersetorial está sendo desenvolvido, de forma a elaborar e publicar Marco Teórico de Educação Alimentar e Nutricional para qualificar e reorientar estas ações no âmbito das políticas públicas nas redes institucionais da Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde e Educação. Além disso, estão em pauta processos de formação profissional sob a ótica da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, bem como a organização de uma rede social para mobilização sobre o tema. Destaca-se ainda a relação deste com o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Promovendo Modos de Vida e Hábitos Alimentares Saudáveis, elaborado no âmbito da Câmara Interministerial da Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), cujo lançamento está previsto para abril de 2012.

c.3.6) Fomento às Atividades Produtivas Rurais

Configurado como parte integrante da estratégia de superação da extrema pobreza no País prevista no Plano Brasil Sem Miséria, foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, de responsabilidade conjunta do MDS e do MDA, consistindo na disponibilização de serviços de assistência técnica continuada às famílias beneficiárias, na transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis, além do apoio de parceiros como a Embrapa, que assumiu a responsabilidade pelo fornecimento de sementes adaptadas e da transferência de tecnologias ao público participante.

O Programa tem como meta beneficiar 253 mil agricultores familiares até o ano de 2014. Em 2011, foi iniciado o atendimento a 37 mil famílias, sendo que 5.520 famílias são de remanescentes de quilombos, localizados em seis Estados: Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Pará e Bahia.

Foi estabelecida parceria com a Embrapa, com o objetivo de disponibilização de sementes de milho, feijão e hortaliças a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, além do fornecimento de material didático e capacitação do público beneficiário.

c.3.7) Segurança Alimentar para Povos e Comunidades Tradicionais

A ação tem como finalidade apoiar os Povos e Comunidades Tradicionais na promoção da segurança alimentar e nutricional. As especificidades socioculturais desses grupos – povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, entre outros – e o alto nível de vulnerabilidade social demandam ações focadas e articuladas.





Em 2011, priorizou-se a inclusão de comunidades quilombolas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no âmbito do Brasil Sem Miséria. Adicionalmente, investiu-se no atendimento às comunidades indígenas através de parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), com vistas a apoiar a produção para autoconsumo e inclusão produtiva em cinco Terras Indígenas, com 680 famílias diretamente atendidas, com investimento de R\$ 830 mil. Em 2012, cerca de 3 mil famílias de povos e comunidades tradicionais deverão ser beneficiadas em projetos de segurança alimentar e nutricional apoiados pelo MDS.

c.4) Avaliação e Gestão da Informação

A organização e a análise de informações permitem o melhor conhecimento do público-alvo das políticas de inclusão social, o que possibilita ao gestor público o conhecimento necessário para a aplicação da lógica de intervenção mais adequada aos seus programas e dá suporte para a implantação de boas práticas com vistas à obtenção de resultados e impactos positivos a partir do esforço governamental na área do desenvolvimento social.

Entre as diversas iniciativas nessa área, cabe destacar o Censo Suas realizado ao longo de 2011. O Censo Suas 2011 contemplou nove questionários, permitindo uma radiografia detalhada dos equipamentos públicos e privados da Assistência Social, da capacidade de gestão de Estados e Municípios e da estruturação dos órgãos de controle social. Incluiu-se, também, bloco de questões acerca de iniciativas municipais de Inclusão Produtiva e Qualificação Profissional. Nova edição do Censo Suas deverá ser realizada no segundo semestre de 2012.

Em 2011, vale ressaltar entre as atividades de construção de indicadores e painéis, a formulação do Índice de Gestão Descentralizada do Suas (IGDSuas), que, a exemplo do que ocorre com o Bolsa Família, balizará o repasse de recursos a Municípios e Estados, com intuito de incentivar a melhoria da gestão das ações e programas da Assistência Social.

Para o ano 2012, está prevista a implantação de um sistema que integrará as informações do Cadastro Único e dos registros de indivíduos e famílias atendidas pelos programas e ações do MDS e demais Ministérios, o que terá grande repercussão na gestão e efetividade do Plano Brasil Sem Miséria.

2. Juventude

O ano de 2011 foi marcado pelo aperfeiçoamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Todas as modalidades (Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente) foram submetidas a processo de diagnóstico e de proposição de melhorias que resultaram em ajustes relacionados à pontuação, à melhor adequação às necessidades e interesses dos jovens beneficiários e à consolidação do programa, com o envolvimento do seu Conselho Gestor. Foi mantida a proposta pedagógica diferenciada, preservando os vínculos com a política nacional de juventude.

As mudanças no gerenciamento do Projovem proporcionaram à Secretaria Nacional de Juventude melhor capacidade de desempenhar suas funções de coordenação da política nacional de juventude a partir da articulação e interlocução com os órgãos federais que implementam ações e programas a ela relacionados. Nesse sentido, facilitou-se a construção e proposição de um programa específico sobre juventude no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), denominado Autonomia e Emancipação da Juventude, que prevê metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para a juventude, com a perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da participação dos jovens.

Tendo como base o Plano Plurianual, em 2012 será lançado o projeto Estação Juventude, com o objetivo de gerar oportunidades para que jovens entre 15 e 29 anos assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação





social, por meio da implementação de polos de acesso e articulação da política de juventude no território. Na mesma linha, prepara-se o lançamento do Observatório da Juventude e a realização de pesquisa de atualização do perfil, das necessidades e das demandas da juventude brasileira.

Na atuação interministerial, serão realizados projetos de capacitação e inclusão produtiva da juventude urbana e rural, de apoio à cultura, de promoção dos direitos das jovens mulheres e, a partir do enfoque territorial, serão definidas também as diretrizes de uma política nacional de inclusão digital da juventude rural. Para o fortalecimento da institucionalização da Política Nacional de Juventude, estão sendo atualizados normativos para apoio a órgãos estaduais e municipais e de fomento à criação de conselhos nos Estados e Municípios.

Outro importante destaque de 2011 foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, das quais 90% eram representantes da sociedade civil. Esse grande evento foi precedido de um amplo processo de mobilização e participação social de cerca de 550 mil jovens em todo o País, com a realização de 27 Conferências Estaduais, 1.279 Conferências Municipais, 107 etapas territoriais e 122 Conferências Livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais. A Conferência levantou as principais demandas dos jovens brasileiros e estabeleceu as diretrizes para as políticas do segmento para os próximos anos.

Sob a coordenação do Fórum Direitos e Cidadania, o Governo vem discutindo a séria situação relacionada aos homicídios contra jovens negros no Brasil. Nessa linha, organiza sua atuação para o enfrentamento à mortalidade de jovens negros como pauta prioritária par atuação nas três principais causas desse quadro: i) estigmatização do negro; ii) banalização da violência; e iii) desigualdade e baixa mobilidade social.

No âmbito legislativo, destaca-se o projeto de lei do Estatuto da Juventude, em análise pelo Senado Federal, e do projeto de lei que estabelece o Plano Nacional da Juventude, em tramitação na Câmara dos Deputados.

3. Educação

A educação – direito fundamental, universal e inalienável – caracteriza-se por ser um dos pilares do desenvolvimento nacional, tendo como foco a qualidade no que se refere ao acesso, permanência e desempenho no ensino e aprendizagem.

Conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), referencial para a execução das políticas de educação, em 2011, o Governo Federal investiu em políticas voltadas para o atendimento de crianças (que vão do financiamento público à construção de creches e pré-escolas), para a educação integral de crianças e jovens, para a expansão do acesso à educação superior e para a consolidação da política de educação de jovens, adultos e idosos, incluindo a educação profissional e tecnológica.

Ainda em 2011, buscou-se uma aproximação e estabelecimento de diálogo com secretarias estaduais e municipais de educação, fóruns, conselhos municipais e estaduais de educação acerca da necessidade de adequação ou criação de programas do PDE, da estruturação da proposta do Sistema Nacional de Educação e da definição de linhas de trabalho conjuntas para a inclusão das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) nos planos plurianuais dos Estados e Municípios e de estratégias para a elaboração e fortalecimento dos planos estaduais e municipais de educação.

Dando continuidade às ações de expansão e defesa de uma educação pública de qualidade em todas as suas etapas, o Plano Plurianual (PPA 2012-2015) engloba programas temáticos que se referem à Educação Básica; Profissional e Tecnológica; e Superior – Graduação, Pós-graduação, Pesquisa, Ensino e Extensão e estabelece metas educacionais em consonância com





os compromissos enunciados na proposta do PNE, que se caracteriza por ser um instrumento decisivo e estratégico para o presente e o futuro da educação brasileira e os destinos do País. Para 2012, prevê-se apoio técnico aos Estados e Municípios para a elaboração de seus respectivos planos de educação, bem como o incentivo às ações consorciadas na execução das metas previstas no referido Plano. Prevê, ainda, o fortalecimento de fóruns e conselhos com vistas à mobilização social, ao acompanhamento das ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dos planos de carreira para os profissionais de magistério e da educação.

a) Educação Básica

O avanço e as conquistas alcançados nos últimos anos na educação básica ainda não foram suficientes para a superação de um quadro em que persistem desigualdades educacionais com relação a acesso, permanência e efetividade da aprendizagem. Nesse contexto, o Governo tem como meta alcançar um patamar de políticas e investimentos necessários à consolidação de uma educação básica que combine a expansão do acesso e da obrigatoriedade com a qualidade da educação.

Instituído em 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação propõe a adoção de um conjunto de 28 diretrizes que integram o PDE com vistas à melhoria da educação básica, por meio do apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento desse nível de ensino aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Compromisso. A partir dessa adesão, os entes federados elaboram os próprios Planos de Ações Articuladas (PAR). Em 2011, foram realizados novos diagnósticos da situação educacional de 24 Estados e de 3,5 mil Municípios para a elaboração do planejamento referente à etapa 2011-2014, os quais serão avaliados em 2012.

Em relação à reestruturação dos currículos do ensino médio, destaca-se, em 2011, a revisão e ampliação do Programa Ensino Médio Inovador. Não apenas sua estrutura, formato e documento orientador foram reelaborados, mas aspectos relacionados às etapas e formas de adesão, à distribuição dos recursos, à organização dos projetos, aos critérios de seleção e ao tratamento pedagógico do projeto foram repensados. Em 2011, foram atendidos 18 Estados, num total de 355 escolas. A previsão para 2012 é expandir para todos os Estados e para o Distrito Federal, atendendo aproximadamente 2 mil escolas.

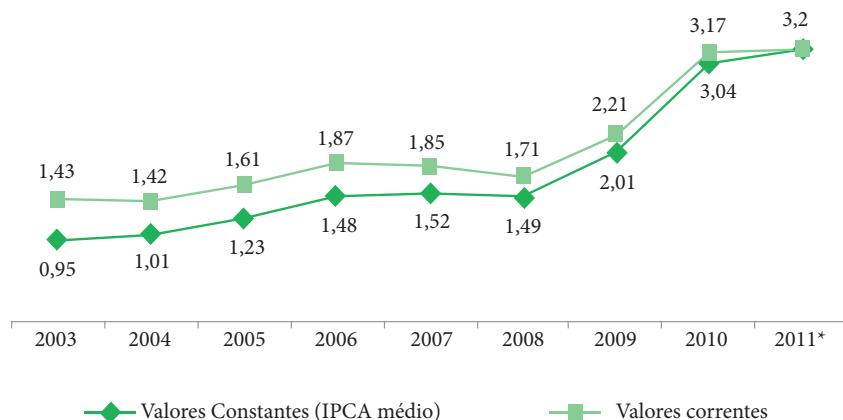
Destaca-se, no âmbito da Política Nacional de Educação Infantil, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) que, instituído em 2007, integra as ações do PDE e presta assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios. O ProInfância contribui para construção e reforma de escolas e aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas públicas em condições adequadas de funcionamento. Para o exercício de 2011, encontravam-se em fase de conclusão 537 unidades escolares com investimento de, aproximadamente, R\$ 136,5 milhões. Ainda em 2011, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), foram investidos recursos para a edificação de 1.507 pré-escolas. Em 2012, está previsto investimento de R\$ 1,4 bilhão para aplicação em 1,5 mil unidades escolares. Para o período de 2011-2014, a previsão é investir R\$ 7,6 bilhões no Programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) objetiva suplementar a educação por meio da oferta de alimentos e de ações de educação alimentar e nutricional, visando ao crescimento e ao desenvolvimento dos estudantes, além de contribuir com a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis. Em 2011, o Pnae atendeu 48,1 milhões de alunos da educação básica, o que equivale a um aumento de 2,5 milhões de alunos em relação ao previsto, totalizando um investimento de R\$ 3,2 bilhões. Foram, ainda, realizadas diversas capacitações com atores envolvidos no Pnae, com destaque para os seminários realizados em várias regiões metropolitanas do País para orientações sobre a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares



rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos, conforme inovação prevista pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Para 2012, estão previstos o atendimento a 49,9 milhões de alunos, com o investimento de R\$ 3,5 bilhões, e a realização de 12 capacitações para 5,4 mil participantes de cerca de 1,5 mil Municípios.

Pnae – Recursos Investidos (R\$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC

* Dotação autorizada/LOA

Por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados e que visa prover as escolas públicas de ensino fundamental com livros didáticos, dicionários e obras complementares de qualidade, em 2011 foram adquiridos mais de 35 milhões de exemplares de livros, com um investimento de aproximadamente R\$ 443 milhões. Em 2012, serão adquiridos e distribuídos acervos de obras complementares, direcionados às turmas de alunos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, o que totaliza 17,3 milhões de exemplares. Serão adquiridos, também, dicionários brasileiros de Língua Portuguesa adequados aos alunos de toda a educação básica da rede pública, totalizando 4,9 milhões de exemplares para o ensino fundamental. Com um orçamento previsto de R\$ 887 milhões, a proposta é a aquisição de 122,7 milhões de livros. Com vistas à garantia do atendimento a todos os alunos e à promoção da educação pública inclusiva, serão distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD.

Adicionalmente, o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) produziu e distribuiu mais de 14 milhões de livros didáticos para alunos de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo sido investidos R\$ 303,4 milhões. Para o PNLD EJA 2012 será realizada a complementação do PNLDEJA 2011, com aquisição de 6.565 milhões de livros, com recursos na ordem de R\$ 82 milhões.

Considerando ainda as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo, em 2011 foi lançado o primeiro Edital do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD Campo), que beneficiará, no ano letivo de 2013, mais de 3,2 milhões de estudantes do ensino fundamental do campo.

O Programa Nacional do Livro Didático Ensino Médio (PNLD-EM) objetiva prover as escolas de ensino médio das redes federal, estadual, municipal e distrital de livros e materiais didáticos e de referência, com vistas a garantir a qualidade do ensino público. Em 2011, foram distribuídos, aproximadamente, 60 milhões de exemplares e realizado um investimento superior a





R\$ 720 milhões. Haja vista que o Programa é executado em ciclos trienais alternados, em 2012 haverá o atendimento integral dos alunos do ensino médio, com aquisição e distribuição de 34,8 milhões de livros, num investimento de R\$ 368 milhões.

Com vistas à democratização do acesso às fontes de informação, à promoção e fomento à leitura, à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor, o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) provê as escolas públicas da educação básica das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal com acervos bibliográficos e materiais didáticos de referência e de qualidade. Foram adquiridos, em 2011, mais de 12 milhões de livros com investimentos de, aproximadamente, R\$ 81,7 milhões. Para 2012, está prevista a aquisição de 19 milhões de exemplares de periódicos para as bibliotecas das escolas públicas, bem como a aquisição de 9 milhões de livros de orientação do ensino em cada disciplina da educação básica para distribuição aos professores da rede pública.

Com vistas à implementação da Política Nacional de Educação Especial, o Governo Federal apoia os sistemas de ensino com programas e ações voltados à formação docente e com recursos para a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, físicas e nas comunicações, que garantem o pleno acesso e a participação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular.

O Projeto Livro Acessível promove a acessibilidade ao livro. Em 2011, foram adquiridos cerca de 1,5 mil laptops para estudantes cegos do ensino fundamental, médio, EJA e profissional. Aos Centros de Apoio Pedagógico aos Alunos com Deficiência Visual (CAPs) são disponibilizados recursos para a produção de materiais didáticos acessíveis, na ordem de R\$ 3 milhões por ano.

Visando apoiar também a adequação arquitetônica e a aquisição de recursos de tecnologia assistiva para a promoção da acessibilidade no ambiente escolar, o Programa Escola Acessível disponibiliza recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Em 2011, foram contempladas 12 mil escolas da rede pública de ensino regular com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial e, em 2012, a previsão é atender mais 10 mil escolas, com investimento na ordem de R\$ 100 milhões.

Complementarmente, o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade e materiais didáticos e pedagógicos às escolas públicas com matrícula, no ensino regular, de estudantes público-alvo da educação especial. Em 2011, foi iniciado o processo licitatório para aquisição de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais e 1,5 mil kits para o atendimento educacional especializado de estudantes com deficiência visual, com recursos no valor de R\$ 143 milhões. Em 2012, será feita a atualização de 9 mil salas de recursos multifuncionais implantadas, conforme estabelecido no Plano Viver sem Limites, o qual prevê 17 mil novas salas e atualização de 28 mil salas até 2014, visando elevar de 229 mil para 378 mil o número de crianças e adolescentes nas salas de aula do País.

Por fim, o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade apoia financeiramente a formação de gestores e educadores dos sistemas educacionais inclusivos, realizada em parceria com 166 Municípios-polo. Em 2011, o Programa disponibilizou, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), R\$ 14,9 milhões para formação desses profissionais. Para 2012 está previsto o repasse de recursos na ordem de R\$ 25,5 milhões para a formação continuada.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) contribui com o acesso e a permanência dos alunos nos estabelecimentos escolares da educação básica pública, residentes em área rural, que utilizam o transporte escolar. Custeia despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou distrital e com a contratação de serviços terceirizados de transporte, levando em consideração o número de alunos informados no Censo Escolar. Em 2011 foram atendidos 5.016 Municípios, com um investimento de aproximadamente R\$ 574 milhões.



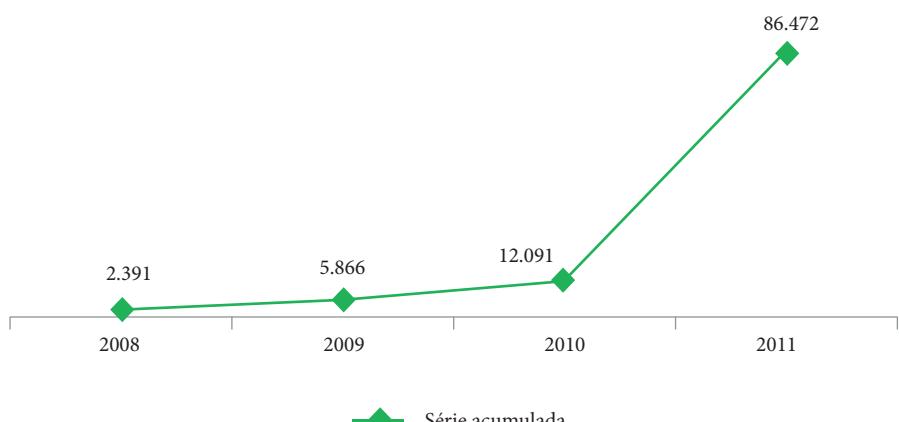


Para 2012, está previsto o investimento de R\$ 644 milhões para atender 5,6 mil Municípios, bem como a intensificação do monitoramento do Programa e a realização de capacitações junto às entidades executoras, de forma a orientar e reforçar a aplicação dos recursos e a prestação de contas dos valores repassados pelo MEC.

O Programa Caminho da Escola tem o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Caminho da Escola: i) com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; ii) via convênio firmado com o MEC; e iii) por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Em 2011, foram adquiridos 1.646 ônibus, por meio dos Territórios da Cidadania e de convênios; 84.416 bicicletas e 410 lanchas, totalizando R\$ 380 milhões. Para 2012, está previsto um investimento de R\$ 600 milhões para a aquisição de 3 mil ônibus escolares; R\$ 62,6 milhões para a aquisição de 200 mil bicicletas e 200 mil capacetes; e de R\$ 196 milhões para a aquisição de 800 lanchas escolares.

Caminho da Escola – Número de Veículos Adquiridos



Fonte: FNDE/MEC

Visando elevar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, o Governo Federal fomenta a realização de olimpíadas. Destaca-se a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, voltada para alunos da 5^a à 8^a série (6º ao 9º ano) do ensino fundamental e aos alunos do ensino médio das escolas públicas municipais, estaduais e federais, com a finalidade de estimular o estudo da Matemática entre alunos e professores de todo o País. Em 2011, realizou-se a 7^a edição do evento, que contou com mais de 18 milhões de inscritos, oriundos de 44.691 escolas. Para a 8^a edição, prevista para 2012, espera-se a ampliação do número de inscritos em relação à edição de 2011. Outro destaque é a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro, que, em anos pares, promove um concurso de produção de texto nos gêneros poema, memórias literárias, crônica e artigo de opinião, para alunos entre o 5º ano do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio das escolas públicas. Nos anos ímpares, proporciona aos professores inscritos oportunidades de formação a distância e presencial e atende a diversos agentes educacionais, consubstanciando-se em uma estratégia de mobilização. Para 2012, está prevista a realização da 3^a edição da Olimpíada de Língua Portuguesa.





O Prêmio Professores do Brasil consiste na seleção e premiação das melhores experiências pedagógicas desenvolvidas ou em desenvolvimento por professores das escolas públicas e das instituições educacionais comunitárias, filantrópicas e confessionais, conveniadas aos sistemas públicos de ensino, em todas as etapas da educação básica. A 5ª edição do Prêmio, em 2011, alcançou 1.616 inscrições, das quais 40 experiências foram condecoradas. A previsão para 2012 é a realização da 6ª edição e a publicação de uma revista cujo conteúdo contempla as experiências premiadas nas edições anteriores, como forma de intensificar as estratégias de incentivo à participação dos professores.

Consolidado como um efetivo instrumento de ampliação e interiorização da oferta de cursos de educação superior no Brasil, particularmente na formação de professores, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), integrado por 101 Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) e 618 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação, oferta 635 cursos, dos quais 299 de graduação, com ênfase nas licenciaturas voltadas para as áreas curriculares da educação básica e 336 de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e extensão. São 190 mil alunos matriculados, dos quais 70% estão em cursos de formação inicial e continuada de professores. Mais de 44 mil professores da educação básica da rede pública participam de cursos no sistema UAB, incluindo os inscritos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e cerca de 23 mil bolsistas ativos no sistema. Para 2012, está prevista a ampliação da oferta de vagas na UAB e de cursos de mestrado profissional.

O Parfor promove a formação inicial dos professores em exercício na rede pública de educação básica, em cumprimento ao exigido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Há 1.421 turmas implantadas com mais de 50 mil alunos matriculados em 86 Instituições de Ensino Superior (IES). O Parfor está em processo de expansão e consolidação e em 2012 está prevista uma ampliação do número de IES participantes para 100 e o de matriculados, para cerca de 60 mil.

Por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) foram concedidas desde sua criação, em 2007, mais de 30 mil bolsas a estudantes de graduação. A avaliação do Programa mostra articulação entre teoria e prática, diálogo entre instituições de ensino superior e escolas da rede pública, renovação dos currículos das licenciaturas e oportunidade de educação continuada para coordenadores e supervisores. A meta para 2012 é ampliar o número de bolsistas para 45 mil. O Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) concluiu o apoio a 47 projetos institucionais e manteve mais 74 em vigência, envolvendo 455 licenciaturas. Pela repercussão do Programa na comunidade acadêmica, está previsto o lançamento de um novo edital para 40 projetos.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Renafor) oferece cursos de formação continuada a professores de educação básica em exercício, diretores de escolas, equipe gestora e dirigentes dos sistemas públicos de educação. O apoio aos Estados e Municípios concretiza-se por meio de financiamento às Ipes federais e estaduais. Para finalizar todas as ações programadas em 2010, houve a descentralização em 2011 de mais de R\$ 283 mil para essas instituições, com o objetivo de formar 4.930 cursistas. Em 2012, a previsão é formar 3.035 professores em todas as áreas do conhecimento da educação básica.

Inserido no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para a Educação Infantil, o Curso de Especialização em Educação Infantil tem parceria com as IES e as secretarias municipais de educação e beneficia, com cursos em nível de especialização, professores, coordenadores, diretores de creches e pré-escolas da rede pública e equipes de educação infantil dos sistemas públicos de ensino. A oferta do curso iniciou em 2010, com a adesão de 13 universidades e um total de 2.955 professores matriculados. Em 2011, mais quatro universidades integraram a iniciativa com um total de 160 cursistas e a previsão para 2012 é ampliar para todos os Estados e formar dois mil professores das redes públicas.





O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (ProInfantil) propõe a formação de professores da educação infantil em exercício nas creches e pré-escolas, na modalidade Normal, em nível médio e a distância. Para sua implementação, o Programa conta com universidades parceiras distribuídas entre os entes federados. Em 2011, 8.234 cursistas finalizaram o curso. A previsão para 2012 é formar 9.983 professores das redes públicas e a ampliação do programa a todos os Estados.

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação tem como objetivo a melhoria da qualidade da aprendizagem da leitura e da escrita e da matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. É realizado em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos Estados e Municípios. No período de 2010 e 2011 alcançou 5.156 cursistas formados. A previsão para 2012 é formar 40 mil professores das escolas públicas. Já o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II) destina-se à capacitação de professores dos anos/séries finais do ensino fundamental da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da distribuição dos materiais e do repasse de recursos financeiros para as universidades parceiras. Em 2011 foram formados aproximadamente 18 mil cursistas, na modalidade semipresencial. A previsão para 2012 é formar 16.715 professores das redes públicas de ensino.

No tocante à formação continuada de professores das salas de recursos multifuncionais e do ensino regular, destaca-se o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial que, em parceria com as Ipes, ofertou, em 2011, aproximadamente nove mil vagas em cursos de aperfeiçoamento pela UAB, com recursos da ordem de R\$ 5,4 milhões. Pela Renafor foram ofertadas mais 3,2 mil vagas em 17 cursos, com investimento superior a R\$ 835 mil.

Mediante oferta de educação em tempo integral e envolvendo diversas atividades optativas, o Programa Mais Educação contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica. No período de 2008 a 2011, o Programa atendeu 14.995 escolas e mais de três milhões de estudantes. A previsão para 2012 é atender em torno de 15 mil escolas novas (10 mil urbanas e 5 mil do campo), alcançando a meta de 30 mil escolas e cerca de 6 milhões de estudantes.

Por fim, o Programa Escola Aberta incentiva a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando espaços alternativos para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer e geração de renda, complementares às ações educacionais. A implementação se realiza por meio de cursos de formação em parceria com as secretarias estaduais e municipais e universidades e a cooperação técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Em 2011, foram atendidas 2.261 escolas por meio de 110 instituições parceiras. Em 2012, há previsão de atingir 5 mil escolas, em parceria com o Programa Mais Educação.

b) Educação Superior

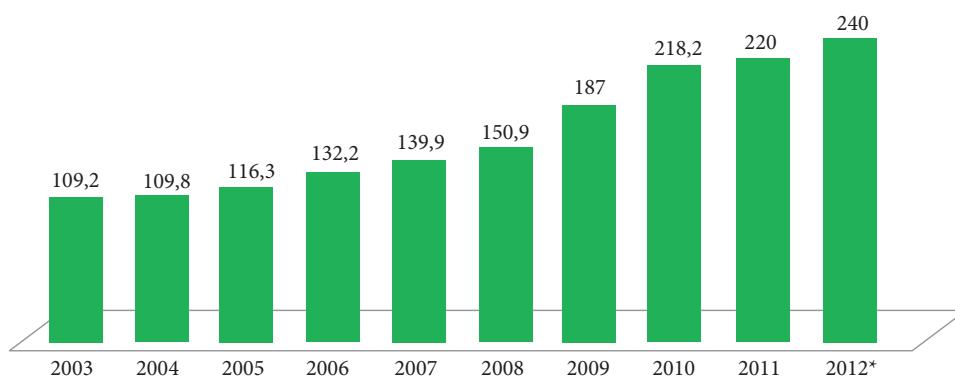
A expansão do ensino superior no Brasil nos últimos anos é resultante do reconhecimento pelo Governo do papel estratégico da educação para o desenvolvimento econômico e social do País. O Censo da Educação Superior explicita de forma incontestável essa realidade. Em 2010, atingiu-se o número de 6,38 milhões de matrículas em 29.507 cursos de graduação, presenciais e a distância, ofertados em 2.377 Instituições de Ensino Superior. Esses resultados refletem o fomento dado, principalmente, às ações de expansão da rede de educação superior e ampliação da oferta de vagas nas instituições de ensino por meio da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Ressalte-se que a interiorização do ensino superior tem sido uma das principais diretrizes dessa expansão com vistas à diminuição das desigualdades sociais e regionais.





O Reuni amplia o acesso e a permanência na educação superior, por meio de ações que contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a expansão da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. Com a aproximação do término do Reuni, em 2012, o Governo Federal elaborou uma nova proposta de reestruturação e expansão, considerando as dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social das Ifes, e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Para 2012 está previsto um investimento de R\$ 1,2 bilhão, destinado ao Reuni e ao plano de reestruturação e expansão das Ifes. A meta é criar 20 novos campi, implantar quatro novas IFES que aguardam a aprovação do Projeto de Lei destinado à sua criação, bem como continuar o processo de implantação das quatro instituições recém-criadas (Unila, Unilab, UFFS e Ufopa). Em 2011, foram ofertadas pelo Reuni, aproximadamente, 220 mil vagas nos cursos de graduação e para 2012 estima-se um aumento desse quantitativo em torno de 10%.

Vagas em Graduação Presencial em Universidades Federais (em milhares)



Fonte: Inep e Sesu/MEC

(*) Valor estimado

Ainda com vistas a promover a expansão do acesso ao ensino superior, o Governo Federal deu continuidade ao Programa Universidade para Todos (ProUni), que em 2011 concedeu 170.691 bolsas, integrais e parciais, a jovens de baixa renda em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Entre 2005 e o segundo semestre de 2011, o ProUni concedeu 912.904 bolsas de estudo. Para 2012, está prevista a oferta de 180 mil bolsas de estudo integrais e parciais do ProUni.

Complementarmente, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) vem ampliando o acesso ao ensino superior por meio de financiamento para estudantes regularmente matriculados em instituições cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Em 2011, já em novo formato, o Fies firmou 126 mil novos contratos, beneficiando, inclusive, seis mil bolsistas parciais do ProUni, com investimentos de R\$ 1,7 bilhão. Desde o início do Fies, em 2001, já foram firmados 741 mil contratos de financiamento e, em 2012, prevê-se a concessão de financiamento estudantil a 180 mil estudantes matriculados em instituições privadas.

Ainda no intuito de ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, vem sendo implementado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). O Programa viabiliza a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribui para a melhoria do desempenho





acadêmico, por meio de assistência às áreas de moradia estudantil, transporte, saúde, alimentação, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Em 2011, foram investidos R\$ 395 milhões para atender com o Programa estudantes em todo o País e, para 2012, estão previstos recursos na ordem de R\$ 500 milhões.

Contribuindo para combater as desigualdades sociais e regionais no acesso à educação superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sistema informatizado que seleciona candidatos às vagas disponibilizadas pelas Ipes com base nas notas obtidas no Enem, conta com duas edições por ano, tendo totalizado 109.461 vagas em 2011. Para 2012, está prevista a oferta de 130 mil vagas em instituições públicas de ensino superior pelo Sisu.

O crescimento da educação superior no Brasil implicou a necessidade de maior regulação e supervisão para garantir a qualidade da oferta. Várias ações foram realizadas pelo MEC visando disciplinar o processo de regulação e o aprimoramento das políticas e instrumentos que permitem o tratamento tempestivo dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, credenciamento e recredenciamento de instituições.

A efetividade das ações de supervisão pode ser observada pela suspensão, em 2011, de 10.912 vagas em 136 cursos que apresentaram Conceito Preliminar de Curso (CPC) inferior a três (numa escala de 1 a 5), ou ainda pela redução de mais de 600 vagas em cursos de medicina que não apresentaram as melhorias e garantias de qualidade exigidas.

Para 2012, está prevista a atualização dos mecanismos regulatórios, aderentes às expectativas do PNE, a capacitação de Procuradores Institucionais, a avaliação comparativa da regulação superior com sistemas similares dos países participantes da União Europeia (UE), Mercosul e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), e a elaboração de Manuais e Normas da Regulação.

Com objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão, o Programa de Extensão Universitária (Proext) apoiou 709 propostas em 2011, em todo o território nacional, com um orçamento total de R\$ 70 milhões. Para o ano de 2012, projeta-se o apoio a 710 propostas de extensão universitária. O Programa de Educação Tutorial (PET), formado por grupos tutoriais de aprendizagem, apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão, propiciando a realização de atividades extracurriculares que complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. Em 2011, além da manutenção dos 428 grupos existentes, foram criados mais 352 novos grupos, chegando a 780 grupos apoiados. Em 2012, serão apoiados 840 grupos com um montante de R\$ 65 milhões.

Como instrumento para o fomento da qualidade do ensino superior e para a pesquisa, o Portal de Periódicos tem proporcionado o acesso à informação científica e tecnológica a usuários de 326 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo. Estiveram disponíveis, em 2011, mais de 30 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, 104 bases com dados de livros eletrônicos e 10 bases de patentes. Em 2011, registrou-se um montante de 70,3 milhões de acessos, o que representa 232 mil acessos diários. O investimento do Portal foi da ordem de R\$ 149,5 milhões. Com vistas a atender à crescente criação de novos cursos de pós-graduação com recomendação do MEC, em 2012 está previsto um orçamento em torno de R\$ 177 milhões de reais. Esse aumento ocorre em razão da assinatura de novos conteúdos para atendimento à demanda da comunidade científica, bem como o crescimento do número de usuários participantes, pois 365 instituições terão direito ao acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com a expansão tanto da quantidade de usuários quanto do conteúdo assinado, está previsto o aumento do número de acessos para, aproximadamente, 75 milhões.





Tendo em vista a importância da produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do País, o Governo Federal continuou a expandir sua política de apoio e fomento à pós-graduação brasileira, mediante a formação de pessoal de alto nível no País e no exterior, e a implementação de diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica em áreas estratégicas: Nanobiotecnologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde, Ciências do Mar, Toxinologia e Parasitologia Básica, e Pesquisa Agropecuária (Capes-Embrapa).

O Sistema Nacional da Pós-Graduação (SNPG) alcançou a marca de 4.747 cursos reconhecidos (2.765 de Mestrado Acadêmico, 1.619 de Doutorado e 363 de Mestrado Profissional, distribuídos em 3.181 programas de pós-graduação), nos quais participam aproximadamente 62 mil docentes e mais de 180 mil discentes nos três níveis. O SNPG manteve-se em franco crescimento, considerando-se que em 2011 foram protocoladas 735 propostas de novos cursos originadas de várias regiões do País.

Ainda em 2011, foram concedidas 70.493 bolsas de estudos no País, sendo 40.952 de mestrado, 25.969 de doutorado, 3.458 de pós-doutorado e 114 de Professor Visitante Nacional Sênior. Destacam-se, ainda, as 10.987 bolsas concedidas pelo Programa Bolsas para Todos, direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de pós-graduação de todas as regiões do País, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Programa de Excelência Acadêmica (Proex), em consonância com as diretrizes da política industrial, tecnológica e de comércio exterior, apoiou 216 programas de pós-graduação *stricto sensu* (39 novos em 2011) com notas 6 ou 7 em duas avaliações trienais consecutivas, totalizando um investimento de R\$ 117 milhões.

Ainda em relação à pós-graduação, em 2011 foram aprovadas 54 propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (Minter/Dinter), com a finalidade de formar mestres e doutores fora dos centros mais consolidados de ensino e pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico-cultural, científico-tecnológico e de inovação mais simétrico no País.

Já o Programa de Apoio a Eventos no País (Paep) destinou cerca de R\$ 27 milhões para a realização de mais de 1,4 mil eventos científicos, tecnológicos e culturais relacionados à pós-graduação e à formação de docentes da educação básica. Em 2012, estima-se um aumento nos recursos do Paep devido à demanda crescente da comunidade científica em busca de apoio à realização de eventos.

Para fomentar a produção de estudos e pesquisas e a formação de pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado, o MEC conta como Observatório da Educação, que em 2011 teve seu escopo ampliado, incluindo nas pesquisas alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica. Somados os editais em andamento, em 2011 foram apoiados 117 projetos que alcançam 183 instituições de ensino superior e 207 programas de pós-graduação, com a concessão de 1.848 bolsas. Em 2012 será lançado edital para atender a 80 novos projetos.

Por fim, o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) priorizou em 2011 a realização de obras de reforma da infraestrutura física e recuperação tecnológica dos 46 hospitais do sistema, por meio da aquisição de equipamentos, aprimorando a inserção desses estabelecimentos nas redes de atenção do SUS. Com vistas ao cumprimento de suas metas de assistência, ensino, pesquisa e gestão hospitalar, foi desenvolvido o projeto Consultórios Itinerantes, integrando-se ao Programa de Saúde na Escola, com atenção especializada nas áreas de odontologia e oftalmologia para os alunos de escolas de educação básica públicas distantes dos grandes centros, e ao desenvolvimento





dos Aplicativos de Gestão Hospitalar Universitários, já em fase de implantação. A meta para 2012 é a reativação de leitos e a recomposição do quadro de pessoal para os hospitais universitários federais, bem como a expansão dos programas de residências médicas, por meio do programa Pró-Residência, e de residências multiprofissionais e em áreas profissionais da saúde. A previsão é aumentar o total de bolsas em residências em saúde de 94.788, em 2011, para 104.580 bolsas anuais concedidas. Destaca-se também a Lei nº 12.555, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), responsável por gerir os hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino. A EBSERH tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, além de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública sem interferir na autonomia universitária.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

Dados do Censo 2010 revelam uma queda no número de analfabetos da população de 15 anos ou mais de idade nos últimos dez anos, passando de 13,63% em 2000 para 9,6% em 2010. Apesar do avanço, ainda há muito a ser feito para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Para tanto, o Governo vem adotando políticas públicas em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, visando elevar o nível de alfabetização e de escolaridade dessa população.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação, atendeu mais de 1,6 milhão de pessoas com 15 anos ou mais no ciclo de 2010, em 131 mil turmas de alfabetização, investindo cerca de R\$ 531 milhões. Durante o ciclo 2011, foram atendidas aproximadamente 2,3 milhões de pessoas, contemplando os 26 Estados, o Distrito Federal e 1.308 Municípios. Para atendimento às populações mais vulneráveis, foram pactuadas ações integradas de alfabetização, elevação de escolaridade, qualificação profissional e formação em direitos humanos, a serem desenvolvidas em 2012 para beneficiar catadores de materiais recicláveis.

Com relação à formação de professores para a EJA, em 2011 foram ofertados cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização aos docentes das redes públicas de ensino, nas modalidades presencial e a distância, em parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior, totalizando 11.825 vagas.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Nos últimos anos, a educação profissional e tecnológica vem sendo reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento do País, o acesso à renda e o fortalecimento do mercado interno e da indústria nacional, justificando, assim, o processo de reformulação e expansão atualmente vivenciado. Destaca-se, em 2011, o lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

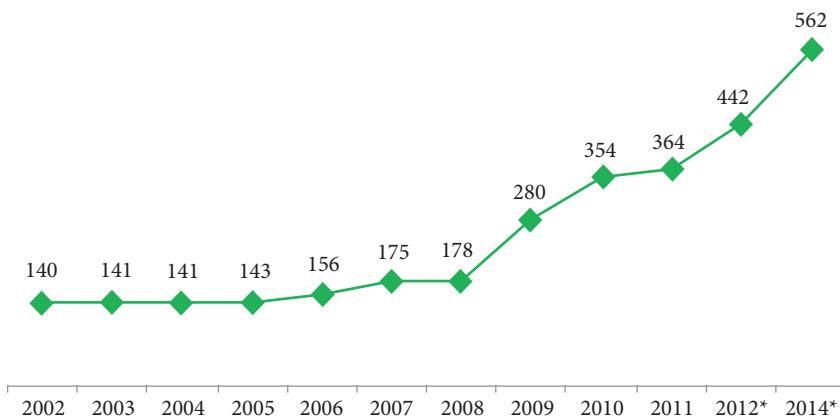
O Pronatec intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a previsão de construção de 208 novas unidades, com a expectativa de inauguração de 88, até 2012. Este quantitativo, adicionado às 354 unidades preexistentes, eleva para 562 o número de Institutos distribuídos em todo o território nacional, expandindo o atendimento direto para mais de 600 mil estudantes. Além disso, haverá a expansão das redes estaduais de educação profissional e consequente ampliação de vagas mediante investimento superior a R\$ 1,8 bilhão para a construção de 176 escolas técnicas estaduais, reforma, ampliação e compra de equipamentos de outras 543 unidades, além da entrega de 635 laboratórios e a formação de 250 gestores e professores de escolas de EPT em todo Brasil.





Em relação à Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 2011 foi concluída a obra de 10 unidades, totalizando 364 unidades concluídas. Em 2012, serão inauguradas 78 unidades que, somadas a 364 preexistentes, totalizarão 442 unidades.

Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – número de unidades



Fonte: Setec/MEC

(*) Previsão

No contexto do Pronatec está prevista a oferta da Bolsa-Formação pelas redes públicas e pelas escolas do Sistema S para beneficiar estudantes do ensino médio, trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego e pessoas beneficiadas pelos programas de inclusão produtiva, entre outros públicos. Em 2011, foram ofertadas 40 mil vagas de cursos de formação inicial e continuada. Para 2012, está prevista a oferta de 550 mil vagas em curso de formação inicial e continuada e 130 mil vagas de cursos técnicos.

Ainda em 2011, o então Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) teve seu escopo ampliado. Agora chamado Fundo de Financiamento Estudantil, passou a prover linha de crédito para estudantes egressos do ensino médio e empresas que desejem complementar a formação de seus funcionários com cursos técnicos e profissionalizantes de nível médio do Sistema S e de escolas privadas habilitadas.

Por fim, o Programa Brasil Profissionalizado possibilitou, em 2011, a instalação de 635 laboratórios científicos e tecnológicos e ofertou 200 matrículas em cursos de especialização e mestrado a profissionais das redes públicas estaduais de educação. Também finalizou as obras de construção de 20 escolas técnicas estaduais, bem como concluiu obras para a ampliação de 120 escolas técnicas e de ensino médio, totalizando um investimento de R\$ 340 milhões.

Para 2012, estão previstos a instalação de mil laboratórios científicos e tecnológicos, a oferta de cursos de especialização e mestrado a 350 profissionais da educação, a finalização de obras para a construção de 30 escolas técnicas e para a ampliação de 80 escolas técnicas e de ensino médio, e a equipagem de 100 escolas técnicas, com investimento superior a R\$ 340 milhões.

e) Educação e Diversidade

A educação é o meio mais eficaz para combater as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e outras formas de discriminação, promovendo o acesso da população ao conhecimento





com equidade, qualidade e valorização da diversidade. Nesse contexto, entre as medidas adotadas pelo Governo Federal está o fomento à igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental.

No âmbito da formação inicial e continuada de professores para atuação em escolas do campo, destaca-se o Programa de Apoio à Formação Superior de Professores que, em parceria com instituições públicas de educação superior, apoiou em 2011 a manutenção de 3.045 estudantes em cursos de licenciatura do campo – medida que será fortalecida em 2012. Ainda em 2011, o Programa PDDE Campo e Água disponibilizou recursos para realização de pequenos reparos, abastecimento de água potável e aquisição de recursos específicos às escolas. Foram atendidas mais de sete mil escolas do campo, quilombolas e indígenas, com investimento na ordem de R\$ 75,3 milhões. Para 2012, prevê-se investimento de aproximadamente R\$100 milhões.

O Programa de Apoio às Licenciaturas Indígenas (Prolind) visa qualificar e ampliar a oferta da educação básica nas aldeias. Em parceria com 20 Ipes, oferta 23 cursos para professores indígenas do ensino fundamental e médio, tendo formado 866 professores de 2005 a 2011. Em 2012, os cursos de Licenciaturas Interculturais serão institucionalizados na matriz da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Adicionalmente, em 2012 serão implantados novos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), que têm como eixos de gestão a consideração das territorialidades dos povos indígenas, a garantia do protagonismo desses povos na formulação e acompanhamento das políticas, e a pactuação entre o MEC, os órgãos responsáveis pela educação básica e superior e as entidades da sociedade civil que atuam na educação escolar indígena.

Destaca-se, também, a construção de escolas do campo, quilombolas e indígenas, cujos projetos são apoiados por meio do PAR. Em 2011, foram beneficiadas 105 escolas, com recursos na ordem de R\$ 75,9 milhões. Em 2012 está previsto um investimento de R\$ 300 milhões.

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino. Com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e pesquisadores no estudo e na aplicação da referida Lei, foram distribuídas oito mil coleções História Geral da África a bibliotecas públicas e universidades. Em 2012, serão publicados e distribuídos 130 mil exemplares da Síntese da Coleção História Geral da África às escolas públicas para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Com relação à Educação Ambiental, em 2011, destaca-se a formação com foco na concepção das escolas como “espaços educadores sustentáveis”, com a oferta de 4.129 vagas e investimento de aproximadamente R\$ 604 mil. Em 2012, estão previstas a realização, nas escolas, das conferências preparatórias para a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – 2013; o desenvolvimento do projeto que promove a reflexão nas escolas e com a juventude acerca dos temas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20; e a provisão de cerca de R\$ 60 milhões às escolas para ações de sustentabilidade socioambiental, por meio do PAR e do PDDE Escola Sustentável.

Destaca-se também, em 2011, a formação continuada nas temáticas de gênero e diversidade sexual, direitos da criança e do adolescente e educação em direitos humanos para profissionais da educação e conselheiros de direitos e da rede de proteção às crianças e adolescentes, com oferta de mais de 21 mil vagas e investimento em torno de R\$ 8,7 milhões. Para 2012, está prevista a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais em Direitos Humanos e a ampliação da formação docente, bem como a elaboração de materiais pedagógicos para o enfrentamento a quaisquer formas de discriminação que possam ocorrer no ambiente escolar.





O Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) é uma ação interministerial desenvolvida em parceria com Estados e Municípios. Tem por objetivo verificar o cumprimento da condicionalidade da frequência escolar de crianças e jovens beneficiários do PBF, além de estimular a permanência na escola e contribuir para a progressão e sucesso escolar desses estudantes. Em 2011, por meio do Sistema Presença, 17 milhões de estudantes de 6 a 17 anos foram acompanhados bimestralmente. Em 2012, visando fortalecer o trabalho intersetorial, serão desenvolvidas ações de apoio técnico e a formação continuada para aprimoramento da gestão compartilhada das condicionalidades do PBF, identificação e encaminhamentos para a superação dos motivos de baixa frequência à escola, da evasão ou do abandono.

f) Cooperação Internacional

Quanto às atividades da cooperação internacional, foram apoiados aproximadamente mil projetos de cooperação e cerca de 6 mil alunos receberam bolsas para desenvolver suas atividades no exterior. Em 2011, as ações de cooperação internacional totalizaram investimento de R\$ 253 milhões, valor 50% superior à execução total de 2010.

Contribuindo para a expansão dos programas no exterior e para a inserção do País no mercado mundial, o Governo Federal lançou em 2011 o programa Ciência sem Fronteiras. Destinado a consolidar, expandir e promover a internacionalização da ciência e da tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras, o programa prevê o intercâmbio e a formação de alunos de graduação e pós-graduação no exterior, podendo chegar a 101 mil bolsas, nos próximos quatro anos, considerando recursos provenientes da iniciativa privada e entidades governamentais. Dessas, 40 mil serão financiadas pelo MEC.

O primeiro edital de Graduação Sanduíche, específico do programa, foi lançado em parceria com o *Institute of International Education* e universidades americanas, e os bolsistas contemplados estão iniciando suas atividades a partir de janeiro de 2012. Outros editais abertos pela Capes e CNPq em 2011 preveem a mobilidade em universidades europeias – Alemanha, Itália, Reino Unido, França –, canadenses e americanas. No mesmo ano, foram enviados 686 bolsistas por meio de programas tradicionais no exterior, nas áreas prioritárias, em sua maioria para Estados Unidos, França, Alemanha e Portugal, bem como nas modalidades de graduação e doutorado sanduíche.

Ainda em 2011 foram assinados 67 acordos de cooperação com diversos países e, para 2012, estão em negociação mais 20 acordos. Considerando a demanda dos programas tradicionais e das novas parcerias, incluindo as que se enquadram no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras, em 2012, estima-se a implementação de 10 mil novas bolsas para alunos brasileiros estudarem no exterior, sendo 1.500 de Pós-Doutorado, 2 mil de Doutorado Pleno, 3.500 de Doutorado Sanduíche e 3 mil de Graduação Sanduíche, orçados em R\$ 485 milhões.

O Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI) objetiva a capacitação de graduandos em licenciaturas por meio de dupla titulação, em parceria com o Grupo Coimbra e a Universidade de Coimbra, nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Português, Educação Física, Música e Teatro. O Programa já está em seu segundo edital, totalizando 65 projetos e 425 bolsistas.

g) Financiamento da Educação

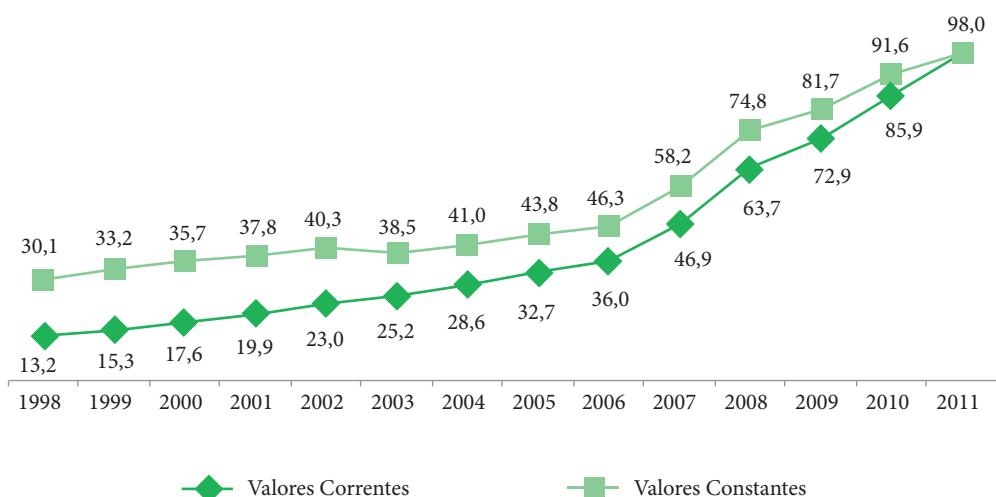
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, que tem como objetivo promover a inclusão socioeducacional na educação básica, da creche ao ensino médio. O Fundeb é formado por recursos provenientes de





impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como por parcela financeira de recursos federais, a título de complementação, de forma a assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 1.722,05, em 2011) a cada Estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. Em 2011, o contingente de alunos considerados na distribuição dos recursos do Fundo foi de 45,3 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino de todo País. Já o total de recursos para o Fundeb foi de R\$ 98 bilhões, sendo R\$ 89,2 bilhões originários da contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios e R\$ 8,8 bilhões de recursos federais. Para 2012, estima-se um total de 42,4 milhões de alunos matriculados e um investimento de R\$ 114,3 bilhões, dos quais R\$ 104,9 bilhões são de contribuição dos entes federados e R\$ 9,4 bilhões são de recursos federais.

FUNDEB - Totais de Recursos (R\$ bilhões)



Fonte: FNDE/MEC Valores constantes atualizados pelo IPCA-Médio, base 2011.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) presta assistência financeira, em caráter suplementar, diretamente às escolas públicas estaduais, distritais e municipais da educação básica e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público, devidamente registradas. O Programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Às transferências de recursos do PDDE destinadas às escolas públicas rurais da educação básica e às escolas públicas urbanas do ensino fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Ideb para o exercício de 2011, é acrescida parcela extra de 50%, a título de incentivo. Em 2011, foram atendidos 167,5 mil escolas, com recursos na ordem de R\$ 1,6 bilhão. Para o exercício de 2012, está previsto o investimento de R\$ 1,6 bilhão para beneficiar cerca de 160 mil escolas de educação básica.

h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) auxilia as escolas de ensino fundamental que se encontram abaixo da média nacional na identificação dos seus principais desafios e sugere ações que melhorem os seus resultados. A implementação





é feita por meio de uma ferramenta de planejamento estratégico, em articulação com o MEC e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. Em 2011, foram beneficiadas mais de 19 mil escolas públicas estaduais e municipais, de todos os níveis da educação básica, com o repasse de R\$ 234 milhões. Em 2012, o PDE Escola disponibilizará ferramenta de planejamento para todas as escolas públicas do Brasil que desejarem utilizar a metodologia, independentemente do repasse de recursos.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) visa fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação. São desenvolvidos cursos de formação presencial e a distância em parceria com Ifes, Undime, Unicef e Unesco. Entre 2009 e 2010, houve a oferta em torno de 4,4 mil vagas nas cinco regiões do Brasil, totalizando 24 Estados, com a parceria de diversas universidades federais.

Vale destacar também o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, que contribui para a formação e qualificação do gestor por meio de cursos de especialização, na modalidade de educação a distância. Em 2011, das 32 universidades participantes, oito iniciaram novos cursos com a oferta de 3.911 vagas e 11 concluíram os cursos de Especialização em Gestão Escolar iniciados em exercícios anteriores, formando um total de 4.980 gestores. A previsão para 2012 é alcançar cerca de 30 mil gestores.

Ressalte-se, também, o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que desenvolve ações voltadas ao fortalecimento de conselhos e à participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas. Além disso, atua na formação continuada de técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, responsáveis pela implantação e fortalecimento dos conselhos escolares e pela formação continuada dos conselheiros. Os cursos são presenciais ou a distância e têm como parceiras Instituições Federais de Educação Superior. Em 2011, foi realizado o III Encontro Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares em Brasília (DF) para a formação continuada dos técnicos das Secretarias de Educação. Em 2012, pretende-se ampliar o alcance do Programa, ofertando mais de 5 mil vagas.

Por fim, o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pro-Conselho), visa ampliar a capacidade de entendimento e de atuação dos conselheiros municipais de educação, fomentar a criação de novos Conselhos Municipais de Educação e consolidar uma estrutura educacional que possibilite a inclusão social com eficiência. Em 2011, a oferta atingiu o total de 1,2 mil vagas para o Curso de Extensão a Distância e Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação, com a parceria das Universidades Federais do Piauí, Goiás e Minas Gerais. Para 2012, a previsão é ofertar mais de quatro mil vagas distribuídas por 11 Universidades.

i) Indicadores e Avaliações

O Ministério da Educação, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), realiza estudos, pesquisas, levantamentos estatísticos e avaliações que subsidiam a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas educacionais.

Na educação superior, foram realizadas em 2011 mais de 5 mil avaliações *in loco*, que dão suporte ao processo de avaliação da qualidade de cursos e instituições de ensino superior. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), por sua vez, avaliou 304.483 concludentes de 8.800 cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas das áreas de licenciaturas, engenharias e cursos superiores de tecnologia. As provas foram realizadas em 1.356 Municípios. Para 2012, está prevista a realização de 7 mil visitas *in loco*, bem como a aplicação do Enade para alunos concludentes de cursos na área de Ciências Sociais e afins.





Na área da avaliação da educação básica, destaca-se a realização de mais uma edição da Prova Brasil, aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)/Prova Brasil foi aplicado a mais de cinco milhões de estudantes da educação básica e seus resultados subsidiarão a formulação de indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que, a partir da combinação dos dados de fluxo escolar, especificamente as taxas de aprovação e os dados de desempenho escolar, possibilita acompanhar a evolução da qualidade da educação ofertada. Ainda em relação a avaliações de desempenho padronizadas, destaca-se a participação do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A Provinha Brasil, uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças, foi aplicada em 2011 no início e no final do ano letivo. Em 2012, prevê-se a aplicação da Provinha Brasil de Matemática também duas vezes ao ano, permitindo perceber a evolução do desempenho das crianças. Em 2011 foram avaliados mais de 3,3 milhões de alunos e aproximadamente 107 mil escolas, com investimentos para reprodução e distribuição dos materiais para aplicação da prova na ordem de R\$ 4,4 milhões.

Por sua vez, o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) alcançou, em 2011, número recorde de inscrições. Dos mais de 6 milhões de alunos inscritos, 4,3 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado a pessoas privadas de liberdade, de forma a assegurar a igualdade de oportunidade a todos. Cumpre salientar que, desde 2009, o Enem vem sendo amplamente utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior no Brasil.

Também foi realizado o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), no Brasil e no exterior, que oferece a oportunidade de conclusão de estudos no âmbito da educação de jovens e adultos. A oferta do Encceja a brasileiros residentes no exterior tem como objetivo apoiar a reinserção de parcela da população brasileira no sistema educacional e no mercado de trabalho quando de seu regresso ao Brasil. No total foram 158.536 inscritos, sendo 14.077 alunos no Encceja Brasil em presídios; 142.545 no Encceja livre e 1.914 no Encceja Japão.

Há também outras avaliações que podem ser citadas. O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é aplicado no Brasil e no exterior desde 1998. Trata-se do único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira. É exigido pelas universidades brasileiras para ingresso de estrangeiros em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. Espera-se, em 2012, ampliar a quantidade de postos aplicadores nos países com grande demanda pelo idioma português.

Por meio de iniciativa conjunta com o Ministério da Saúde, foi realizada a segunda edição do exame para fins de Revalidação de Diplomas Médicos obtidos em Instituições Estrangeiras (Revalida), que contou com 677 inscritos, dos quais 536 compareceram à prova escrita, primeira etapa do exame, aplicada em seis unidades da Federação. A segunda etapa, constituída de prova prática, foi realizada por 75 participantes habilitados na primeira etapa e 65 foram aprovados.

Como parte dos esforços que vêm sendo conduzidos no Setor Educacional do Mercosul, está prevista, em 2012, a realização de 400 avaliações que objetivam credenciar cursos em áreas do conhecimento previamente definidas, no âmbito do Programa Arcu-Sul. Essa iniciativa contribui, sobremaneira, para a promoção da mobilidade acadêmica e para os objetivos de integração dos países da região.





No que se refere a levantamentos estatísticos, o Censo Escolar da Educação Básica tem por objetivo coletar dados nas diferentes etapas e modalidades de ensino em todo o País, os quais integram o cálculo do Ideb, juntamente com o Saeb, além de orientar a distribuição de recursos como os do Fundeb ou do Pnae. O Censo da Educação Superior, por sua vez, busca oferecer informações detalhadas sobre este nível de ensino às instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral. Em 2011, foram divulgadas as informações coletadas em 2010, que registraram, entre as 2.378 Instituições de Ensino Superior, 29.507 cursos, mais de seis milhões de matrículas e 366.882 funções docentes. Em fevereiro de 2012 terá início a coleta de dados do Censo da Educação Superior relativo a 2011.

Outra importante iniciativa de 2011 foi a concepção da Prova Docente a partir do debate com diversas instituições representativas dos sistemas educacionais brasileiros, destinada a apoiar, mediante adesão, Estados e Municípios na seleção de professores da educação básica. Em 2012, será realizada a primeira aplicação da prova.

j) Ações Integradas

O TV Escola, canal de televisão do Ministério da Educação, visa à melhoria da qualidade do ensino por meio da formação continuada dos professores, da disponibilização de conteúdos educativos para alunos e comunidade e do enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem, na modalidade a distância, por intermédio de transmissões via satélite, web e outras mídias, disponíveis para a rede pública desde 1996. Em 2011, foram utilizados recursos da ordem de R\$ 17 milhões para a produção da programação de linha da TV Escola. Para 2012, a previsão é continuar a programação tradicional, planejar ações como a distribuição, na forma impressa, da Revista da TV Escola, da Grade da TV Escola e do Livro Salto para o Futuro: Africanidades.

Destaca-se, também, o Portal do Professor, que constitui uma solução tecnológica de apoio a professores, com sugestões de aulas e outros conteúdos pedagógicos digitais. O portal permite o armazenamento e a circulação de conteúdos educacionais multimídia, oferecendo aos educadores, em especial aos professores atuantes na educação básica, acesso rápido e funcional a um acervo variado. Há mais de 11 mil aulas elaboradas por professores de todo o País e a participação de mais de 130 mil professores nos fóruns disponíveis. Ressalte-se, ainda, o Banco Internacional de Objetos Educacionais, portal que disponibiliza para o professor recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas (áudio, vídeo, animação/simulação, imagem, hipertexto, softwares educacionais), que atendem desde a educação básica até a superior, nas diversas áreas do conhecimento. O Banco, com mais de 15 mil objetos publicados, teve mais de 2,5 milhões de acessos desde o seu lançamento e foi visitado por 168 países. A previsão de recursos para 2012 é de R\$ 1 milhão para a produção de conteúdos educacionais destinados aos dois programas.

Com vistas a contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), executado em parceria com o Ministério da Saúde, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Em 2011, o Programa atendeu aproximadamente 74 mil escolas, beneficiando cerca de 13 milhões de estudantes. Para subsidiar as ações do PSE, foi disponibilizado às escolas material clínico e didático-pedagógico, com recursos na ordem de R\$ 13,3 milhões, em 2011. Foram investidos R\$ 492 mil na formação de 2.250 profissionais de educação e de saúde que atuam como multiplicadores. Para 2012, pretende-se qualificar as ações desenvolvidas e expandir o Programa para as creches, atendendo um total de 77 mil escolas e 14 milhões de estudantes.

Outra ação interministerial é o Programa BPC na Escola, que envolve os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, em parceria com Municípios, Estados e com o Distrito Federal. O Programa tem por objetivo realizar o acompanhamento e





monitoramento do acesso e da permanência na escola das pessoas com deficiência na faixa etária de zero a 18 anos beneficiárias do Benefício da Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). Em 2011, houve a adesão de 2.900 Municípios e o acompanhamento de mais de 108 mil beneficiários.

4. Saúde

Os avanços alcançados nos últimos anos no campo da saúde são explicitados pela contribuição setorial para a queda da taxa de mortalidade infantil de 47 por mil nascidos vivos em 1990 para 22,47 por mil nascidos vivos em 2009 e pela elevação da expectativa de vida ao nascer, de ambos os sexos, de 66,9 anos em 1991 para 73,5 anos, em 2010, o que aponta 6,6 anos de crescimento em quase 10 anos. O Governo Federal atua na operacionalização de ações e serviços de saúde com responsabilidade constitucional compartilhada com Estados e Municípios e participação da sociedade, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação do Governo Federal na saúde em 2011, e a prevista para 2012, pautou-se em 16 objetivos estratégicos que nortearam as linhas de atuação, conforme detalhado a seguir.

a) Atenção Básica

Dentre os princípios que fundamentam a política nacional de saúde deve ser ressaltada a integralidade da atenção. A atenção básica, por meio da estratégia Saúde da Família, teve uma cobertura populacional, ao final de 2011, que abrange em torno de 54% da população brasileira, com 32.295 equipes implantadas.

Em 2011, foi lançado, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com finalidade de fornecer apoio financeiro para a reforma e reestruturação dessas unidades, implantadas em imóveis de propriedade municipal e priorizadas de acordo com o nível de carência financeira local. Essa iniciativa tem o intuito de prover a necessidade de infraestrutura adequada às equipes que operacionalizam a estratégia de atenção básica. Para fundamentar e operacionalizar esse apoio procedeu-se a um levantamento das necessidades locais por meio de um censo nacional com abrangência de 85% dos Municípios, e, posteriormente, cadastramento de propostas pelos Municípios. Ao final do exercício 2011 haviam sido cadastradas 4.375 propostas para reforma de UBS, sendo 472 com previsão de ampliação de capacidade de atendimento. Ainda em 2011, foram construídas 212 novas UBS e aberto pré-cadastro para seleção de mais unidades. Destaca-se o cadastramento de 80 propostas para construção de UBS fluviais, das quais 15 unidades foram construídas em 2011.

A meta prevista para a estratégia Saúde da Família em 2012 é a implantação acumulada de 34.326 Equipes de Saúde da Família. Para prosseguir com a ampliação do suporte a essas equipes foram fixadas previsões de melhorias físicas de duas mil UBS em áreas de atuação do PAC 2 e do Brasil Sem Miséria.

Para prosseguir com a ampliação do suporte a essas equipes foram fixadas previsões de ampliação de 5.540 UBS.

Com a finalidade de ampliar as equipes de Saúde da Família para fora do ambiente doméstico, o Programa Saúde na Escola (PSE) institucionalizou um termo de compromisso como instrumento de pactuação de metas para o repasse do incentivo financeiro disponibilizado para essa finalidade. Em 2011, foram assinados 2.271 termos de compromissos municipais. Para 2012, conta-se com a inclusão de 4.470 creches, além da ampliação do atendimento em 16 mil unidades escolares.

Outro avanço importante foi o estabelecimento de critérios para definição de áreas e regiões prioritárias com carência e dificuldade de fixação de médico integrante de Equipe de Saúde da Família cadastrada e de especialidades





médicas prioritárias. Como resultados dessa iniciativa foram identificados 2.282 Municípios em todo o território nacional com necessidades de estratégias para atrair profissionais para localidades carentes. Uma das iniciativas adotadas para atrair profissionais médicos para atuarem nesses Municípios é o abatimento de até 100% do crédito com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Destaca-se também a extensão do prazo de carência do Fies para os recém-formados que optarem por fazer residência médica em uma das 16 especialidades prioritárias definidas com base nas políticas estratégicas para o SUS, como Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência, e a Rede Oncológica.

Visando à ampliação da qualidade da atenção básica, foi lançado em 2011 o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), com adesão de 4.069 Municípios. Concretizou-se também a adesão de 17.669 Equipes de Saúde da Família, ultrapassando em 5% a meta fixada para 2011. A verificação do desempenho dessas equipes será monitorada por indicadores e metas pactuadas.

Considerando a evolução recente do quadro epidemiológico brasileiro com o rápido crescimento das doenças crônicas e os fatores de risco associados, foi desenvolvida iniciativa relevante buscando facilitar a prática de hábitos saudáveis pela população. Essa iniciativa, apoiada por experiências municipais bem-sucedidas, consiste no apoio à implantação das Academias de Saúde.

Com finalidade de viabilizar essa iniciativa foi criado o Programa Academia da Saúde, que consiste na construção de espaços dotados de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos qualificados, para promoção da saúde. Busca mediante o incentivo à realização de atividade física e práticas corporais, em articulação com a Atenção Básica de Saúde, a melhoria da qualidade de vida por meio da convivência em comunidade. Em 2011 foram selecionadas para implantação 1.772 unidades distribuídas em todo o território nacional com previsão de investimento de R\$ 245,2 milhões de investimento inicial. Para 2012 consta a previsão orçamentária para o financiamento de mais 228 unidades, totalizando duas mil em funcionamento.

Por fim, registra-se a atuação das Forças Armadas na oferta de serviços públicos de saúde, sobretudo em regiões remotas do País. Os navios da Marinha viabilizaram a assistência médico-hospitalar às comunidades carentes que vivem em regiões isoladas e carecem de atendimento regular de saúde. Foram atendidas 363 localidades da região Norte e 33 da região Centro-Oeste. No total foram contabilizados 42 mil atendimentos médicos e 77 mil odontológicos, dentre outros procedimentos e exames. Está prevista para 2012 a ampliação do atendimento às populações ribeirinhas com a construção de mais 19 unidades fluviais.

a.1) Saúde Bucal

A atuação governamental em saúde bucal foi expandida, em 2011, com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Entre 2004 e 2011, foram implantados 870 CEO em 735 Municípios, beneficiando cerca de 98 milhões de pessoas. No ano de 2011, também foi atingido o número de 816 laboratórios regionais de próteses dentárias credenciados. Além dessas realizações, o repasse pago por prótese para os Municípios foi ampliado, passando de R\$ 60,00 para R\$ 100,00. Outra realização relevante em 2011 foi a ampliação dos recursos de custeio das Equipes de Saúde Bucal como parte da Estratégia Saúde da Família.

Ao final de 2011, a população brasileira conta com 21.425 equipes de saúde bucal operando em 4.883 Municípios. Também nesse exercício registrou-se a compra de 100 Unidades Odontológicas Móveis destinadas a Municípios com populações vivendo em áreas de difícil acesso. As ações realizadas permitiram que, em outubro de 2011, o Brasil deixasse o grupo de média prevalência e passasse a integrar o grupo de países com baixa prevalência de cárie, segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para 2012, as perspectivas são de ampliar ainda mais a rede assistencial em saúde bucal, levando



acesso de média complexidade a áreas ainda descobertas, principalmente na região Norte do País, com a implantação de 100 novos CEO. Também se apresenta como meta ampliar ainda mais a produção de próteses dentárias, chegando a 330 mil próteses em 2012, distribuídas em regiões prioritárias do Plano Brasil Sem Miséria, visando à reabilitação protética das pessoas em condição de extrema pobreza.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

Em 2011, foi conformada uma nova forma de atuação, integrada em forma de rede, voltada para esses dois segmentos da população. A Rede Cegonha promove a atenção integral à saúde da mulher e da criança, com especial atenção às populações com maior vulnerabilidade, assegurando o direito à gravidez, parto e puerpério seguros e humanizados, o direito ao planejamento produtivo, ao nascimento seguro e humanizado, além do crescimento e desenvolvimento saudáveis. No ano de 2011, a rede contou com a adesão de nove Estados (Pará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Mina Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) com a participação de 800 Municípios e cobertura de 600 mil gestantes. Com a finalidade de melhorar as condições de atendimento às gestantes, foram adquiridos kits compostos de 4.384 balanças e 4.866 detectores de batimento fetal. Foram também adquiridos 1.680 kits para parteiras e 200 mil kits com bolsa e trocador para serem entregues às gestantes usuárias do SUS. No mesmo exercício, foi implantada a prática de testes rápidos para sífilis e HIV nas UBS. Foram também adotadas providências administrativas para o desenvolvimento do Programa, por meio da busca de parcerias públicas e privadas, adequação e ampliação de sistema de notificação e de informações específicas.

Em 2012 será dada continuidade à qualificação dos pontos de atenção de mais 40 serviços que realizam partos, com adequação da ambiência. Há também a previsão de implantação de 51 Casas de Gestante e Bebê e 70 centros de parto normal, além de outras ações que darão continuidade à linha de atuação adotada para esse segmento específico da população residente, prioritariamente, nas regiões Norte e Nordeste.

Com relação à saúde da mulher, em 2011 ocorreu o fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer do colo de útero e do câncer de mama. Houve também a realização de 8,9 milhões de exames citopatológicos, preventivos de câncer de colo de útero na faixa etária prioritária para o rastreamento. Também foram realizadas 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, além da capacitação de 140 técnicos em radiologia para dar suporte a essa linha de atuação. Estão em estruturação cinco laboratórios de citologia de colo de útero em áreas identificadas como de maior necessidade nas regiões Norte e Nordeste, com prioridade para os Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Pernambuco.

Em 26 de dezembro de 2011, foi editada a Medida Provisória nº 557, que instituiu o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna e instituiu benefício financeiro no valor de até R\$ 50,00 para gestantes cadastradas no Sistema com o objetivo de auxiliar o seu deslocamento e seu acesso às ações e aos serviços de saúde relativos ao acompanhamento do pré-natal e assistência ao parto prestados pelo SUS, medidas que visam contribuir para que o Brasil possa atender o compromisso internacional firmado no âmbito da ONU relativo ao 5º ODM, especificamente a Meta 6, que trata da redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna. Para atingir a aludida Meta 6, o Brasil deverá apresentar Razão de Mortalidade Materna (RMM) igual ou inferior a 35 óbitos por 100mil nascidos vivos até o ano de 2015, o que corresponde a uma redução de três quartos em relação ao valor estimado para o ano de 1990. A medida visa permitir que sejam concentrados maiores esforços focados na melhoria da atenção da saúde materna, reduzindo consequentemente o risco de morte durante a gravidez, parto ou puerpério.

Foram também financiados para estruturação em 2011, 23 centros de parto normal, 17 Casas de Gestante e Bebê, além da construção de nove maternidades e qualificação de 41 serviços de parto.





a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de Crack e Outras Drogas

Importante iniciativa realizada neste exercício foi a priorização da implantação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em sete Municípios com concentração de risco, a saber: Recife (PE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Porto Alegre (RS). Destaca-se também o Programa de Volta para Casa que, até o final de 2011, concedeu benefícios de ajuda de custo a 3.950 participantes em recuperação domiciliar com situação de precariedade financeira.

Em 2012, o Governo aprofundará as ações para fortalecimento da RAPS, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas. Tal iniciativa tem como diretriz a ampliação da oferta de serviços, a implantação de serviços diferenciados de acordo com necessidades distintas e o apoio integral às famílias e usuários com reinserção social do beneficiado. Para essas ações são previstos R\$ 300 milhões, que serão aplicados a título de incentivo e custeio, para a implantação de 144 Centros de Assistência Psicossocial (Caps); 200 unidades residenciais terapêuticas, 126 unidades de acolhimento de adultos, 54 unidades de acolhimento infantil, mais de mil leitos em hospitais gerais e 600 novos beneficiários do Programa de Volta para Casa. Esse compromisso abrange, além do aumento da oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários, o enfrentamento do tráfico de drogas e a ampliação de atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação.

a.4) Saúde da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite

Essa linha de atuação é uma prioridade governamental. Em 2011, foi lançado o Programa Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que inclui os componentes de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. O foco de ação é a organização do cuidado integral em rede, contemplando as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual e ostomia. Em 2011, as unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiências física, auditiva e intelectual realizaram 1,3 mil atendimentos. No mesmo ano, outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de Oficinas Ortopédicas. Foram realizados mais de 16 milhões de procedimentos de reabilitação e a inclusão da concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção nas modalidades de física, auditiva, intelectual, visual e ostomia.

Em 2012, a intensificação das ações desse plano contará com o reforço financeiro de R\$ 30 milhões, que contribuirá para a constituição da rede de reabilitação no SUS; ampliação da triagem neonatal, incluindo o teste do pezinho completo; além da implementação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para triagem auditiva neonatal, deficiências visuais, síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral, entre outros. Prevê-se também a implantação de oficinas de órteses e próteses incluindo a formação de profissionais especializados e a adaptação da cadeira de rodas de 75 mil cadeirantes no País.

a.5) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa: Garantia do Envelhecimento Ativo e Saudável

O Brasil apresenta mudança rápida da sua estrutura etária com aumento da expectativa de vida e da proporção de idosos. Esse cenário provoca o aumento da carga de doenças, especialmente as de caráter crônico.

Em 2011 foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção da Osteoporose chamando a atenção aos agravos e complicações decorrentes, como as fraturas em pessoas idosas. Foi ainda implementada a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa junto aos Municípios, além do fortalecimento do atendimento domiciliar da pessoa idosa e ampla capacitação dos profissionais de saúde nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste em curso sobre Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.

Para 2012 as previsões são de continuidade dessa política com a intensificação e ampliação dessa linha de atuação.





a.6) Saúde do Homem

Em 2011 foi dada continuidade à expansão da política de saúde do homem para Municípios que ainda não contavam com essa cobertura, por meio da conscientização para a necessidade de realização de exames periódicos específicos para os agravos mais incidentes no sexo masculino e prioridade para aqueles na faixa etária dos 20 aos 59 anos. Para 2012 a perspectiva é de ampliação do número de Municípios com essa orientação, executada de forma descentralizada, de acordo com o interesse de adesão estadual e municipal.

a.7) Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, Articulado ao SUS, Observando as Especificidades desse Segmento Populacional

Em 2011, primeiro ano de operacionalização da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, o principal avanço verificado foi a consolidação dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Esses órgãos do subsistema de saúde indígena constituem-se em unidades gestoras descentralizadas responsáveis por organizar o atendimento à saúde dessas populações, com área de abrangência definida por características étnicas e pela ocupação geográfica das comunidades específicas.

No mesmo exercício foi implantado o novo modelo descentralizado de gestão em todos os 34 Dsei, sendo que 29 destes já operam como unidades executoras. Para dar suporte a essa forma de gestão, 215 servidores dos Dsei foram capacitados em conteúdos referentes a administração orçamentária e financeira, recursos humanos, logística e licitações.

Ainda em 2011, foi iniciada a recomposição da frota de veículos dos Dsei, com a aquisição de 436 veículos, entre barcos e caminhonetes 4x4, incluindo motores de popa. Esses veículos agilizarão o deslocamento de pacientes e das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI). Outra importante iniciativa do exercício foi o início da realocação dos Dsei, dos Polos Base e das Casas de Saúde do Índio (Casai) para novas sedes, totalizando 33 processos de locação de imóveis em andamento.

Também em 2011 foi iniciada a implementação de um novo modelo de atenção primária, com foco na família indígena, centrado na linha do cuidado, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas de saúde e medicinas tradicionais. Em consequência, foram introduzidos testes rápidos para sífilis e HIV, com cobertura inicial de 46 mil indígenas nos sete Dsei do Estado do Amazonas e nos dois de Roraima.

Na linha de atuação de prevenção de doenças foi realizada campanha de multivacinação cobrindo cerca de 91 mil indígenas aldeados da Amazônia Legal. Ocorreu, no mesmo período, a Oficina Nacional sobre Linhas de Cuidado Integral e Medicinas Tradicionais, que contou com mais de 200 participantes.

A atuação em saúde bucal está beneficiando aproximadamente 71 mil indígenas. A atenção em média e alta complexidade para a população indígena nos Dsei Mato Grosso do Sul e na Casai de Manaus teve sua regulação iniciada em 2011.

A atuação pública em saúde indígena buscou também a melhoria no acesso ao tratamento de hepatites virais para os indígenas do Vale do Javari (AM), com a realização de três manejos clínicos de hepatites virais com 341 indígenas, sendo que os indígenas identificados como portadores de hepatites virais recebem tratamento na Casa de Apoio de Tabatinga (AM).

Com relação ao abastecimento de água em áreas indígenas, em 2011, foram iniciadas 91 obras de implantações e 56 reformas/ampliações.





Para 2012 estão previstas, entre outras iniciativas: i) expansão de testes rápidos para sífilis e HIV aos Dsei ainda não beneficiados por essa ação preventiva; ii) participação na elaboração e assinatura de Contratos Organizativos de Ação Pública (Coap) com os Estados e Municípios que possuem serviços de média e alta complexidade nas áreas de abrangência dos 34 Dsei; iii) implantação da estratégia Rede Cegonha Indígena nos Dsei; iv) implantação do Programa de Prevenção e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Câncer de Mama nos 34 Dsei; v) ampliação das ações de promoção de segurança alimentar e nutricional nos 34 DSEI; e vi) implantação do Programa Brasil Soridente Indígena nos demais 31 Dsei.

a.8) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Foram priorizados os Municípios com mais de 10% da população em situação de extrema pobreza, em diversas ações estratégicas de saúde. Essa diretriz obteve resultados expressivos em 2011, entre os quais se destacam a realização das seguintes ações em Municípios prioritários do Plano Brasil Sem Miséria:

- A alocação de recursos destinados a cirurgias eletivas tiveram os montantes duplicados;
- Foram implantadas 321 novas equipes de saúde da família, 367 novas equipes de saúde bucal, cadastrados 2.773 novos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e 103 novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf);
- Convocação de 2.812 Municípios priorizados para assinarem o Termo de Compromisso para recebimento de incentivo financeiro do Programa Saúde na Escola (PSE), sendo que 2.271 deles assinaram o respectivo termo. Deste quantitativo, 1.298 estão identificados entre os componentes do mapa da miséria;
- Manutenção de 7.709 Equipes de Saúde da Família (ESF) nos Municípios componentes do mapa da miséria, representando 39% a mais que as ESF mantidas em 2010;
- Recebimento de 80 propostas para construção/aquisição de unidades móveis fluviais;
- Foram implantados 336 novos consultórios odontológicos e 51 novos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), adquiridas 100 novas unidades móveis odontológicas e entregues 239,5 mil próteses dentárias;
- Acompanhamento das condicionalidades de 70,2% das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF);
- Acompanhamento do desenvolvimento de crianças entre 0 e 2 anos e realização de consultas oftalmológicas com entrega de óculos, entre outras.

Para 2012 a perspectiva é de continuidade dessas linhas de atuação e identificação de novos focos de vulnerabilidade.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

Em 2011 houve avanço no fortalecimento de mecanismos de regulação e de programação nas redes de atenção à saúde, com a aprovação das diretrizes para a elaboração da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (Renases) e da constituição de grupo de trabalho para revisão da política nacional de regulação. No exercício em foco foram realizadas mais de 11 milhões de internações, pouco mais de 307 mil cirurgias eletivas e mais de 1 bilhão de consultas especializadas. Uma série de novas ações foi adotada para aperfeiçoar os procedimentos de média e alta complexidade, dentre as quais se destaca a publicação das Diretrizes sobre a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e do Protocolo Clínico sobre Síndrome Coronariana Aguda, além da ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, com priorização de procedimentos de maior demanda reprimida e financiamento específico por componente.





Para 2012 prevê-se a ampliação do total de procedimentos nesse nível de atenção, esperando-se atingir a marca dos 2 bilhões de atendimentos.

b.1) Transplantes

O Brasil atingiu, em 2011, a posição de maior programa público de transplantes do mundo. Em números absolutos, o quantitativo de transplantes aumentou de 10 mil, em 2001, para 23 mil, em 2011. O índice de relação unitária por milhão de habitantes aumentou de 60,5 em 2001 para 121,4 em 2011. O Registro Nacional de Dadores de Medula Óssea (Redome) atingiu 2,5 milhões de doadores cadastrados em 2011 – 70% deles identificados no Brasil. Como suporte para o êxito dos transplantes, toda a medicação imunossupressora é fornecida e financiada pelo SUS. Foi lançado, ainda neste exercício, o Portal dos Transplantes, conferindo mais transparência ao programa. O portal é composto de dados recentes da atividade transplantadora e de informações sobre o tema direcionadas à sociedade, às equipes e aos potenciais receptores em listas de espera.

Para 2012 a previsão de elevação do número de transplantes realizados corresponde a um quantitativo superior em 10% em relação a 2011.

b.2) Sangue e Hemoderivados

Neste ano foram firmados contratos que garantirão o abastecimento de 3 UI/*per capita* – meta internacionalmente recomendada – de fator VIII para hemofilia A, o que proporcionará garantia de regularidade de acesso durante todo o ano de 2012. Essa será uma situação inédita, com fornecimento pleno de medicação a pacientes hemofílicos pelo SUS, possibilitando inclusive a introdução de novas modalidades de tratamento: a profilaxia primária e a imunotolerância. Foram ainda realizadas 109 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH). Com relação à qualificação do plasma para uso industrial, foram qualificados 102 hemocentros, fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Entre abril de 2010 e setembro de 2011 foram enviados ao laboratório francês parceiro 16 lotes, que correspondem a aproximadamente 125,7 mil litros de plasma para fracionamento e posterior distribuição dos medicamentos hemoderivados ao SUS.

Em dezembro de 2011 ocorreu a inauguração do 1º bloco da planta industrial da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), composto de câmara fria para armazenamento do plasma – matéria-prima a ser fornecida pelos hemocentros, sendo o seu funcionamento aguardado para o segundo trimestre de 2012, após a qualificação de equipamentos, certificação de salas limpas e câmara fria em temperatura ideal e validação dos processos de operacionalização.

Ainda para 2012 está previsto o prosseguimento da construção dos demais blocos do complexo industrial e a aquisição dos equipamentos necessários. Está também prevista para este ano a continuidade do Programa de Qualificação da Hemorrede, com visita a 100 serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País.

b.3) Atenção às Urgências e Emergências

Em 2011, foi realizada revisão da Política Nacional de Atenção às Urgências, o que determinou novos direcionamentos a essa linha de ação. Em consequência, foi lançado o Programa SOS Emergência com definição de 11 portas de entrada hospitalares prioritárias para acompanhamento. Estão sendo realizadas visitas a cada uma dessas portas de entrada, com realização de diagnóstico local. No mesmo ano, o Samu 192 atendeu mais de 114 milhões de pessoas em 1.720 Municípios, correspondendo





a uma cobertura de cerca de 59% da população. Para alcançar esse desempenho contou com 1.931 ambulâncias, 92 motolâncias e 163 centrais de regulação. Com a finalidade de aumentar a cobertura regional do Samu 192, um levantamento nacional identificou 1.500 ambulâncias ainda não habilitadas que haviam sido distribuídas aos Estados e Municípios. Nesse processo, foi mapeada a situação de cada unidade e identificados grupos de problemas, com encaminhamento de soluções para habilitação e remanejamento, quando necessário.

Com relação às Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as 139 unidades priorizadas em 2010 apresentaram a seguinte situação em 2011: 117 foram habilitadas para construção, 11 optaram por reforma e 11 desistiram da habilitação. Das 117 habilitadas para construção, 112 já receberam recursos para iniciar as suas obras. Foram inauguradas, em 2011, 31 UPA. Encontra-se em andamento processo de seleção para habilitação, com meta de se chegar a 199 unidades habilitadas.

Por fim, destacam-se o credenciamento, em 2011, de 1.109 leitos de UTI em todo o Brasil e a seleção de dez portas de entrada hospitalares que deverão ser qualificadas em 2012.

Ainda no âmbito da atenção às situações de urgências e emergências, em 17 de novembro de 2011 foi publicado o Decreto nº 7.616, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde. Esse decreto normatiza a atuação do Governo Federal em ocorrências que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde coletiva, tais como emergências epidemiológicas, com destaque para o surgimento de epidemias; desastres ambientais; e desassistência à população. No âmbito do Ministério da Saúde, em dezembro de 2011 foi publicada portaria que estabelece os fluxos e procedimentos para a operacionalização setorial e foram ainda cadastrados profissionais para acionamento imediato, quando necessário.

Para 2012 será dada continuidade às ações que potencializem a atuação em saúde em situações de risco coletivo.

b.4) Atenção Domiciliar

Em 2011 foi implantado o programa Melhor em Casa, com o objetivo de ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS. Por meio dessa iniciativa o Governo Federal programa, até 2014, a cobertura de mil equipes de atenção domiciliar e 400 de apoio atuando em todo o País.

Cada equipe multidisciplinar será formada prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas, e poderá atender, em média, 60 pacientes por mês. O objetivo é levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Entre os resultados obtidos em 2011 destacam-se as 209 equipes cadastradas.

Como previsão para 2012 tem-se a expectativa de implantação de 250 equipes de atenção domiciliar e mais 100 equipes de apoio em todas as regiões do País.

Outra iniciativa com expectativa de resultados para 2012 é o desconto na tarifa de luz para pacientes em tratamento domiciliar que precisarem de equipamentos que necessitam de energia elétrica. Para ter direito ao benefício a família deve estar inscrita no Cadastro Único do Governo Federal para programas sociais. O desconto será pelo período em que o paciente necessitar dos equipamentos.





b.5) Política Nacional de Assistência Oncológica

No último exercício houve compromisso para fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama. Para a qualificação dos investimentos na área foi efetivada uma força-tarefa que realizou levantamento da situação dos mamógrafos em todo o território nacional. Foi aberta consulta pública sobre o Programa Nacional de Qualificação da Mamografia, para que, em 2012, sejam orientados os investimentos de R\$ 14 milhões em atividades de apoio às unidades da Federação. Ainda em 2011, foram investidos, aproximadamente, R\$ 125 milhões para implementação de centros radiológicos, serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero e serviço de diagnóstico de câncer de mama. O número de procedimentos oncológicos atingiu, em 2011, 27,8 milhões e o número de cirurgias, 94 mil. Em 2011 foi sancionada a nova Lei do Fumo que estabelece critérios de restrições ao hábito do tabagismo. Foram também realizadas ações de prevenção ao tabagismo, tendo sido atendidos 153.177 fumantes em 2.305 unidades do SUS. A taxa de cessação obtida foi de 60% após quatro semanas de tratamento.

As previsões para 2012 apontam para a implantação de cinco novos serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras, dez unidades de diagnóstico de câncer mamário e atualização de oito equipamentos de radioterapia. Com relação ao tabagismo a expectativa é de manter a redução de prevalência de fumantes e atingir uma taxa de 14,1%.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

O Governo tem buscado incentivar a produção científica com potencial de utilização no Sistema Único de Saúde. As chamadas públicas de apoio a eventos científicos em saúde têm como principal objetivo promover o intercâmbio entre pesquisadores e gestores, além de incentivar a disseminação e a incorporação de novas tecnologias e conhecimentos na área de saúde. Em 2011, foram apoiados 41 projetos de eventos públicos de disseminação de conhecimento. Além disso, o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS recebeu 486 inscrições. Os trabalhos foram avaliados, na primeira fase, por cerca de 160 pareceristas *ad hoc* e, na segunda fase, por uma Comissão Julgadora.

Com o lançamento em 2011 de ferramenta eletrônica de gestão para acompanhar as etapas das pesquisas clínicas realizadas no Brasil – recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para criação de plataformas nacionais de registros primários de ensaios clínicos em países com competência científica e tecnológica – foi estabelecida uma base nacional e unificada de registros de pesquisas com seres humanos. Ela permitirá que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios, além de disponibilizar dados e informações que dispensem documentos em papel, reduzindo o tempo de acesso à versão atualizada dos projetos. Essa plataforma permite o acesso de qualquer pessoa dentro e fora do País, oferece informações em pelo menos dois idiomas, dotando o sistema de comunicação plena com outros registros acumulados em instrumentos semelhantes.

Foram realizadas, ainda, 65 deliberações sobre incorporação ou ampliação de uso de tecnologias no SUS. Essas deliberações constituem-se em recomendações científicas indicadas para a adoção de novas tecnologias. Para o ano de 2012, estão previstas outras ações para fortalecimento do processo de incorporação de tecnologias no SUS, com vistas a acompanhar o processo dinâmico de inovação em saúde.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Produtivo da Saúde Voltados para a Redução da Vulnerabilidade do Acesso aos Serviços e à Assistência Farmacêutica

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), que contemplam transferências de tecnologia e produção local entre laboratórios públicos e privados, são consideradas o principal avanço obtido no âmbito do complexo produtivo de ciência,





tecnologia e inovação em saúde. Até o final de 2011, foram aprovadas 32 PDP, que representam compras anuais do SUS de cerca de R\$ 2,0 bilhões e com a expectativa de gerar economia anual de R\$ 400 milhões para os cofres públicos. Nesta iniciativa estão envolvidos dez laboratórios públicos e 22 privados para a fabricação de 30 produtos finais – sendo 28 medicamentos, o DIU e um Teste Rápido de Diagnóstico. Destaca-se que, deste conjunto de PDP, seis estão em fase final do processo de regulação para a disponibilização pública. Ainda no contexto da otimização do uso estratégico do poder de compra da Saúde, evidenciado com as PDP, registrou-se a economia no ano de 2011 do montante de R\$ 1,7 bilhão, gerada por ganhos de eficiência advindos das negociações de preços de medicamentos de alto custo, a exemplo das prescrições oncológicas, para artrite reumatoide e algumas vacinas.

No sentido de fortalecer e modernizar o parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos, destacou-se neste exercício o investimento direto nos produtores públicos para regulação do mercado de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS. Nesse sentido, em 2011 foram aprovados 28 projetos, perfazendo o montante de R\$ 60 milhões, com destaque para a ampliação da fábrica de preservativos em Xapuri, no Acre, e a implantação da Bahiafarm. No mesmo ano, a inserção do Brasil no contexto das vacinas globais se deu por meio da proposta de desenvolvimento e produção das vacinas pentavalente e heptavalente. No campo das doenças negligenciadas, em 2011 o Brasil assumiu a responsabilidade de viabilizar a produção local para abastecimento mundial do medicamento e fármaco para doença de Chagas – Benzonidazol –, tendo em vista que o único produtor existente retirou esse produto do mercado. Com o objetivo de articular projetos de desenvolvimento de fármacos na área de oncologia, abrangendo desde a etapa laboratorial até a de testagem, para atender às demandas do SUS, foi instituída a Redefac (Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer). A proposta da Redefac é estabelecer uma plataforma gerencial que permita o acesso às novas tecnologias farmacêuticas nacionais de origem pública e viabilizar o uso clínico e a exploração comercial dessas inovações.

Estão previstas para o ano de 2012, entre outras ações para fortalecimento do processo de incorporação de tecnologias no SUS:

- Utilização de instrumentos de gestão do conhecimento, como a prospecção e a vigilância tecnológica, entre outros, que possibilitem acompanhar as evoluções e mudanças tecnológicas e conhecer os impactos possíveis ou prováveis no campo da incorporação de tecnologias no SUS.
- Detecção de novas tecnologias, visando à antecipação de demandas de estudos aos grupos e instituições de pesquisa e à articulação com outros Ministérios, instituições e demais atores do sistema de inovação para estabelecer programas conjuntos.
- Capacitação permanente e dinâmica de recursos humanos, conforme as necessidades presentes e aquelas percebidas a partir da análise de tendências baseadas nas pesquisas, nos avanços científicos, tecnológicos e nas inovações.
- Articulação de forma sistemática com grupos e instituições de ciência e tecnologia, induzindo ou demandando ações e estudos ou pesquisas que fortaleçam a análise de tecnologias, novos produtos e novos processos que apresentem maior grau de incerteza quanto aos impactos na sociedade e nas pessoas.
- Fortalecimento de redes de avaliação de tecnologias em saúde em hospitais de ensino.
- Elaboração e atualização dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, como forma de aperfeiçoamento da atenção integral e utilização racional dos recursos.
- Ampliação da participação da sociedade por meio de consultas e audiências públicas para contribuir para aumentar a legitimidade e dar mais respaldo aos processos de análise para a incorporação de tecnologias.





- Aumento da transparéncia na atuação, tornando mais fácil o acesso público às informações, às análises e aos pareceres que motivam as decisões sobre incorporação e exclusão de tecnologias.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do SUS

A implantação e manutenção de Farmácias Populares nas modalidades rede própria e parceria com farmácias e drogarias privadas é uma das linhas de ação para ampliar o acesso a produtos de prescrição medicamentosa com garantia de menor preço ao usuário. Até 2011 foram implantadas 555 Farmácias Populares na modalidade rede própria e mais de 20,2 mil em parceria com farmácias e drogarias. Atualmente, essas unidades atendem mais de 3,5 milhões de pessoas por mês, disponibilizando todo o elenco de medicamentos prioritários para o SUS. Um destaque em 2011, no âmbito do programa Saúde Não Tem Preço, foi a garantia da gratuidade de medicamentos indicados para 2.697.152 pacientes em tratamento da hipertensão e 990.453 em tratamento de diabetes, o que representa crescimento anual equivalente a 309% dos hipertensos e 223% dos diabéticos atendidos pelo Saúde Não Tem Preço no Programa Aqui Tem Farmácia Popular. O elenco de medicamentos disponibilizados na rede própria compreende 115 itens, além do preservativo masculino.

No âmbito da assistência farmacêutica para a atenção básica, entre as metas alcançadas no ano de 2011 destaca-se a execução de 100% da descentralização dos recursos financeiros do componente básico da assistência farmacêutica, favorecendo a operacionalização da aquisição de medicamentos e proporcionando o acesso da população usuária do SUS aos medicamentos destinados a esse nível de atenção à saúde.

Nesse mesmo exercício, foram adquiridos medicamentos e insumos estratégicos, de forma a garantir e ampliar a lista de medicamentos com responsabilidade de compra federal. O atual elenco disponibilizado garante o acesso aos medicamentos de programas estratégicos, como Programa de DST/Aids, Sangue/Hemoderivados, Alimentação/Nutrição, Endemias Focais, Combate ao Tabagismo, Saúde da Mulher, Hanseníase, Lúpus, Tuberculose e Tuberculose Multidroga Resistente. Em tal componente da assistência farmacêutica foram atendidas, em 2011, 217 mil pessoas que vivem com HIV/Aids; 16 mil pacientes do Programa de Coagulopatias; 343 mil pacientes do Programa de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional de Câncer (Inca); além de 74 mil portadores de tuberculose e três mil de tuberculose multidroga resistente. Também foram adquiridos 12 medicamentos para atendimento de 49 mil pacientes portadores de hanseníase, sendo que seis são doados mundialmente pela Organização Pan Americana da Saúde (Opas/OMS).

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), foram desenvolvidas as seguintes ações: garantia do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada, sem interrupções no fornecimento; e ampliação considerável do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada do Ceaf.

Com a finalidade de garantir assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, estão sendo capacitados 2 mil farmacêuticos em Gestão da Assistência Farmacêutica em Fitoterapia, e foram apoiados 15 Municípios, com aquisição de materiais e equipamentos para farmácias e custeio para capacitação de profissionais de saúde e orientação aos usuários do SUS, de forma a constituir uma rede de Municípios promotores dessa modalidade terapêutica.

As perspectivas para 2012 são:

- Ampliar o acesso aos medicamentos do componente especializado e aos medicamentos essenciais no âmbito da Atenção Básica, incluindo os medicamentos fitoterápicos e homeopáticos.
- Qualificar a estruturação dos serviços de Assistência Farmacêutica nos Municípios.





- Realizar a aquisição centralizada das insulinas e dos medicamentos e insumos dos programas de Saúde da Mulher, de Calamidade Pública e de Saúde no Sistema Penitenciário.
- Dar continuidade às ações de aquisição de medicamentos do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica.
- Credenciar mais 5 mil estabelecimentos no Aqui Tem Farmácia Popular.
- Incluir todos os medicamentos do elenco da rede própria no sistema de autorizações do Aqui Tem Farmácia Popular, para evitar aquisições duplicadas e garantir o acesso a um maior número de pacientes e o uso racional dos medicamentos.
- Ampliar o acesso a medicamentos para mais 432 Municípios abrangidos pelo Brasil Sem Miséria.

f) Redução dos Riscos e Agravos à Saúde Por Meio das Ações de Promoção e Vigilância

O perfil de morbimortalidade da população brasileira tem apresentado mudanças significativas nos últimos anos. Os registros epidemiológicos mostram: tendência de queda em doenças como tuberculose, hanseníase, esquistossomose, Aids, malária e meningite; continuidade da interrupção da circulação autóctone do vírus do sarampo desde o ano 2000 e da transmissão vetorial da doença de Chagas pelo seu principal hospedeiro; além de tendências de eliminação do tétano neonatal e da raiva humana transmitida por animais domésticos.

No combate à malária constata-se a redução do número de casos na região Amazônica em 24,6%, no período de janeiro a dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também uma redução de 14,8% do número de internações por malária na região Amazônica, de janeiro a novembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010. Em 2011, foram efetivadas a aquisição e instalação de 1,1 milhão de mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração para o controle da malária em 47 Municípios dessa região.

Em relação às doenças relacionadas e perpetuadoras da pobreza, dentre outras atividades desenvolvidas para o enfrentamento deste grupo de doenças, destaca-se a qualificação da abordagem integrada para as ações de controle e eliminação da hanseníase e outras doenças negligenciadas, com a definição de incentivo financeiro às unidades federadas, dando prioridade para a população escolar das áreas de extrema pobreza, no sentido de fortalecer as ações do Plano Brasil Sem Miséria.

Com relação à esquistossomose foram realizados 251,6 mil exames e 9,7 mil tratamentos.

O controle da tuberculose, iniciativa prioritária do Governo Federal desde 2003, apresentou resultados expressos na tendência de queda anual dos casos novos, passando a taxa de incidência de 38,8 por 100 mil habitantes (2008) para 37,7, em 2010. Desde 2009, permanece a sustentabilidade do alcance da Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), quando a taxa de mortalidade por tuberculose atingiu 2,5 por 100 mil habitantes.

Dados epidemiológicos demonstram que a epidemia de Aids no País é estável e concentrada em populações com certas vulnerabilidades, com predominância entre homens via transmissão sexual. Para enfrentar esse desafio, ações governamentais específicas vêm sendo empreendidas com prioridade para a população mais jovem, com idade entre 13 e 24 anos, na qual se identifica maior vulnerabilidade.

A ação governamental de prevenção e controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) garante a proteção do indivíduo e o acesso dos portadores do HIV aos medicamentos antirretrovirais disponibilizados pelo SUS por meio da rede pública. Na área da prevenção dessa doença, foram distribuídos 322,5 milhões de preservativos masculinos. Em 2011, foi realizado





um quantitativo de 3,5 milhões de testes rápidos para diagnóstico do HIV, ampliando o acesso à testagem e incentivando a realização de novos testes. Com relação à sífilis, no mesmo ano foram adquiridos 350 mil testes rápidos de triagem produzidos no País, disponibilizados à população nos serviços de atenção básica e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA). Desse total, 100 mil foram destinados à testagem de gestantes.

A ação governamental em saúde tem avançado na detecção e tratamento das hepatites virais. O aumento gradual do número de pessoas em tratamento atingiu, em 2011, cerca de 25 mil portadores de hepatites B e C. Para potencializar essa linha de atuação foram disponibilizados 3,6 milhões de testes rápidos de triagem das hepatites para os Centros de Testagem e Aconselhamento. No mesmo exercício ocorreu também a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos e a qualificação das ações de vigilância e prevenção das hepatites virais.

Corroborando o compromisso de erradicar o sarampo do continente sul-americano, em 2011, foi realizada mais uma versão da campanha nacional de seguimento no período de 18 de junho a 30 de setembro, com a aplicação da vacina tríplice viral. Nessa campanha, a meta de cobertura vacinal foi superada, com a vacinação de 17 milhões de crianças de 1 a 6 anos de idade, o que corresponde a 98,3% de cobertura vacinal no País.

As medidas de controle da dengue levaram a uma redução de 25,9% nos óbitos e de 39,3% nos casos graves por dengue até dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também a instituição de incentivo financeiro, no valor de R\$ 92,7 milhões destinados à qualificação das ações de controle da dengue em 1.158 Municípios, beneficiando 116,5 milhões de habitantes.

Em 2011, ocorreu a habilitação de nove Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, sendo três no Paraná, dois no Espírito Santo, um no Rio de Janeiro, um em Roraima, um em Minas Gerais e um no Pará, totalizando 199 centros no País. Esses centros têm a responsabilidade de operacionalizar os princípios, as diretrizes e as estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador.

Em relação à Vigilância em Saúde Ambiental, em 2011, foram definidos os padrões de potabilidade da água para consumo humano. Dentro dos parâmetros determinados, verificou-se o aumento do número de Municípios realizando vigilância da qualidade da água para consumo humano de 87%, em 2010, para 89%, em outubro de 2011, e a diminuição da subnotificação das intoxicações por agrotóxicos de 7.277, em 2009, para 2.107, em 2011.

Na área de Promoção da Saúde destaca-se, no mesmo ano, o apoio a cerca de 580 Municípios para desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violência e acidente de trânsito, com o aporte financeiro de R\$ 22 milhões; a implantação do Projeto Vida no Trânsito em cinco capitais brasileiras, dentro do Projeto Global Segurança no Trânsito, implantado em dez países.

Um grande destaque no âmbito da promoção da saúde em 2011 foi a elaboração e divulgação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2011-2022), o qual foi apresentado na Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU).

Como reflexo da atuação interministerial em prevenção da violência doméstica, sexual ou outras violências, houve a ampliação do número de Municípios que vêm realizando notificação nesse campo de 26,9%, em 2010, para 32%, em 2011.

Em dezembro de 2011 o Ministério da Saúde assinou acordo com a entidade representativa da indústria alimentícia no sentido de reduzir gradualmente a adição de sódio em 16 categorias de alimentos.





Alinhado com o moderno conceito de Saúde e Diplomacia, o poder público federal fortaleceu suas atividades de cooperação internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores. Nesse contexto, merece destaque, em 2011, a realização da Conferência Mundial Sobre Determinantes Sociais da Saúde, organizada em conjunto com a OMS e que teve a participação de chefes de Estado de mais de 80 países.

Em 2011 houve a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos, o que corresponde a 87 milhões de doses oferecidas. Também observou-se a ampliação do grupo-alvo da vacina contra *influenza* para crianças de 6 meses a até 2 anos, gestantes, indígenas e trabalhadores de saúde. A cobertura global atingida para esses grupos populacionais foi de 84%. A Campanha Nacional de Seguimento em menores de 5 anos com a vacina tríplice viral atingiu a cobertura vacinal de 98,3% no País, correspondendo à vacinação de 17 milhões de crianças. Até o final de 2011 cerca de 58% de Municípios estão com 95% de Cobertura Vacinal de Tetravalente, parâmetro ideal definido pelo Programa Nacional de Imunizações. Os estudos para a introdução de novas vacinas (Hepatite A e Vacina contra Papiloma vírus Humano – HPV) foram concluídos em dezembro desse ano, e foi iniciada a análise de factibilidade orçamentária para introdução dessas novas vacinas a partir de 2013. No âmbito da prevenção e controle de doenças e da promoção da saúde, entre as perspectivas para 2012 destacam-se as seguintes proposições:

- Introdução da vacina Pentavalente na população com menos de um ano de idade com a cobertura de 95%;
- Ampliação da cobertura vacinal para cobertura máxima das populações-alvo e introdução de novas vacinas de acordo com as necessidades epidemiológicas;
- Ampliação da taxa de cura de 82% dos novos casos de tuberculose pulmonar bacilífera;
- Redução da incidência parasitária anual por malária na Região Amazônica para 11,7;
- Redução a zero do número de casos de raiva humana transmitida por cães;
- Redução da incidência de Aids, passando de 20,1/100.000 habitantes para 19,7/100.000 habitantes;
- Ampliação para 50% da cobertura de testes de sífilis durante a gestação e o parto;
- Ampliação para 35% do número de amostras realizadas para os parâmetros coliformes total e turbidez;
- Alcance da meta de 40% de Municípios que notificam a violência;
- Ampliação da capacidade de investigação do óbito infantil e fetal para 50%;
- Ampliação da capacidade de investigação dos óbitos maternos e de mulheres em idade fértil para 85%;
- Apoio à implantação de 2 mil Academias da Saúde em todas as regiões;
- Ampliação em 50% do número de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), desenvolvendo ações de vigilância em saúde desse segmento, e habilitação de dez novos Centros, voltados prioritariamente para a população rural;
- Foco em 989 Municípios prioritários para o enfrentamento da dengue.

g) Vigilância Sanitária

Com finalidade de conferir mais agilidade ao registro de medicamentos de interesse estratégico do SUS, em 2011 foram estabelecidas novas regras para os procedimentos de acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-



registro desses medicamentos resultantes de desenvolvimento ou de transferência de tecnologia. Essa iniciativa foi viabilizada por parcerias públicas e privadas caracterizadas por parâmetros predefinidos, de forma a agilizar a atualização da terapêutica medicamentosa prescrita no âmbito do SUS, reduzir o gasto federal nas compras de medicamentos, além de estimular a pesquisa e indústria nacionais. Os resultados dessas parcerias terão impactos importantes na redução dos gastos do Governo com medicamentos, contribuindo para a ampliação do acesso dos usuários a esses produtos. As parcerias entre sete laboratórios oficiais e dez indústrias privadas para produzir 24 medicamentos resultaram em 2011 em economia média de R\$ 160 milhões.

Um resultado concreto dessa estratégia foi a redução em cerca de 56% do tempo usual de registro de medicamento para o tratamento de pacientes transplantados, possibilitando maior rapidez no acesso da população aos medicamentos estratégicos disponibilizados pelo SUS.

A partir de 2011, os medicamentos estratégicos para o SUS passaram a ter um tratamento prioritário na sua liberação de uso público. Com isso foi facilitada a chegada de novos fármacos ao mercado, especialmente aqueles que têm maior importância nas políticas públicas de saúde. Um dos resultados deste esforço foi a redução em 36% do tempo da primeira manifestação para o registro de medicamentos de doenças órfãs e negligenciadas que fazem parte de programas estratégicos de Governo (leishmaniose, malária, hanseníase, doença de Chagas e tuberculose) e de vacinas que integram o calendário do programa nacional de imunização.

Em 2011, foram aprovados 164 registros de medicamentos genéricos, sendo 12 moléculas inéditas incluindo drogas para o tratamento de câncer, leucemia, diabetes e hipertensão.

No âmbito da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras, com finalidade de garantir o controle sanitário desses ambientes em todo o País, ações abrangeram a vigilância da infraestrutura desses locais, dos meios de transporte, da integridade dos viajantes e dos produtos e serviços, atuando de forma conjunta com outros órgãos do Governo, como o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal do Brasil e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A atuação pública da regulação em saúde concentra-se no controle sanitário para entrada, trânsito, operação e permanência de embarcações em território brasileiro.

A partir de um total de 67 postos de vigilância sanitária situados em portos, aeroportos e fronteiras, foram inspecionadas as condições de uso de 15.853 meios de transportes (aeronaves, embarcações, ônibus e caminhões), 1.972 pontos na área de meio ambiente (qualidade da água para consumo humano, gerenciamento de resíduos sólidos e climatização) e 1.219 serviços de alimentação (restaurantes e comissarias).

A fiscalização sanitária da circulação de produtos de interesse para a saúde pública, ao avaliar pontos críticos do processo de importação e exportação com relação às condições de transporte, armazenagem e distribuição revelou possibilidades de redução ou eliminação de riscos sanitários inerentes a cada etapa da movimentação dos produtos, com finalidade de oferecer segurança de consumo à população. Em 2011, foram inspecionadas 18.484 embarcações; 72.468 aeronaves; 36.419 meios de transporte terrestre; 11.901 empresas prestadoras de bens e serviços sob vigilância sanitária; 35.541 áreas portuárias e aeroportuárias; e 313.240 produtos importados sob vigilância sanitária.

Com a finalidade de proteger a saúde dos viajantes em trânsito pelas áreas portuárias, aeroportuárias e de fronteiras, monitorando a segurança sanitária das pessoas que entram e saem do País, em 2011, foram atendidos 256.692 viajantes e fornecidas informações a 293.578 usuários do Sistema de Informação de Portos, Aeroportos e Fronteiras.





Ainda nesse ano foram regulamentados os procedimentos e parâmetros de funcionamento das comunidades terapêuticas e instituições da sociedade civil que prestam relevante serviço para a mitigação da vulnerabilidade social de usuários e dependentes de drogas – com maior destaque ao processo de enfrentamento do abuso/dependência do crack. Essa regulamentação traz requisitos mais adequados à realidade das comunidades terapêuticas e exigências necessárias para a adequação do seu funcionamento, com finalidade de elevar a possibilidade de recuperação dos dependentes de forma segura e qualificada.

A aproximação da ocorrência de eventos de massa no território nacional, com repercussão mundial, ao mesmo tempo em que representa grande oportunidade para o desenvolvimento do País constitui-se em desafio que exige planejamento e convergência de esforços dos setores público e privado. O poder público tem concentrado ações prioritárias de intervenção nesses eventos para garantir a oferta de alimentos seguros ao consumo e minimizar a repercussão negativa de eventuais surtos alimentares durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Os resultados desse projeto, todavia, terão efeitos prolongados em termos de saúde pública e, portanto, incluem-se no rol dos legados públicos associados à realização desses eventos no Brasil.

Com relação aos saneantes, produtos usados na limpeza, desinfecção, desinfestação e conservação de ambientes, a regulação da sua circulação pública tem sido realizada de forma remota, possibilitando tanto a correção de inconsistências de formulação e rotulagem quanto o cancelamento das notificações de produtos por não conformidade. Nesse aspecto, foram canceladas em 2011 mais de 600 notificações indevidas. Além dessa verificação virtual, as empresas que corriqueiramente apresentam irregularidades têm sido inspecionadas para orientação e controle da produção. Foram realizadas seis ações *in loco* em empresas com produção de representatividade nacional dos cerca de 36 mil produtos saneantes regularizados pela Vigilância Sanitária.

Entre as perspectivas para o ano de 2012, destacam-se a realização de programas de monitoramento dos glicosímetros, dispositivos médicos para apontar a medição aproximada da concentração de glicose no sangue, usado por expressiva faixa da população que sofre de diabetes.

Está prevista também a intensificação da avaliação da qualidade das próteses ortopédicas implantáveis. Por se tratar de produto de alto risco sanitário, grande impacto na saúde das pessoas que delas necessitam e alto custo financeiro envolvido, com impacto financeiro para o poder público, foi a categoria de produto priorizada para avaliação laboratorial.

Está prevista, da mesma forma, a ampliação desse tipo de avaliação para os demais produtos considerados estratégicos para a saúde pública, tais como mamógrafos, aparelhos auditivos, marca-passos e outros.

h) Políticas de Alocação, Desenvolvimento e Democratização das Relações de Trabalho dos Profissionais e Trabalhadores da Saúde

Em 2011, o desenvolvimento da educação profissional foi centrado na qualificação dos processos formativos voltados para as necessidades do SUS. Para o desenvolvimento desta política contou-se com uma rede de 36 Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), criadas com a finalidade de qualificar/formar os trabalhadores inseridos no setor Saúde. Nesse mesmo ano, foram capacitados 3.986 profissionais de saúde em atuação no SUS e apoiados com financiamento federal cerca de 70 mil profissionais de saúde atuando em secretarias estaduais e municipais de Saúde. De forma semelhante, foi apoiado o projeto da Rede de Escolas Técnicas do SUS; realizada a complementação do Curso de Capacitação para





as Parteiras do Estado do Amapá, beneficiando 1.600 profissionais; apoiada a Associação de Amigos do Autista, para a realização de três eventos beneficiando 180 profissionais com atuação específica para esse segmento da população.

No âmbito da Política de Educação Permanente, nesse exercício ocorreu a iniciativa de pontuação com os Estados e Municípios para a transferência de recursos, na modalidade fundo a fundo, para que sejam aplicados em educação técnica que irá beneficiar 157 mil profissionais.

Com relação à formação profissional, em 2011, foi disponibilizado apoio à formação de profissionais em nível de graduação e pós-graduação *stricto e latu sensu* em áreas estratégicas para o SUS, com destaque para o pagamento de 138.416 bolsas de estudo para profissionais de saúde; apoio à formação de médicos residentes, beneficiando 15,6 mil profissionais; apoio a cinco cursos de matrículamento do Programa Pró-Residência, beneficiando 30 profissionais; apoio a 41 cursos específicos de determinados procedimentos, beneficiando 3.518 profissionais; e apoio a programas de residência médica nas regiões Norte e Nordeste, beneficiando 710 profissionais.

Com finalidade de capacitar gestores e gerentes do SUS, para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços, em 2011, foi fornecida capacitação de gestores, beneficiando 40.582 profissionais; ministrado um curso não presencial, beneficiando mil profissionais; e apoiados três projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 3 mil profissionais.

No mesmo ano, foi realizado o Prêmio InovaSUS para valorização de práticas inovadoras de gestão do trabalho em saúde, com 262 iniciativas inscritas. Também foram realizadas parcerias com duas universidades federais para a qualificação de responsáveis pela área de gestão do trabalho e melhoria das condições de trabalho, com finalidade de ampliação dos espaços de negociação em Estados e Municípios.

Para 2012, estão previstas importantes realizações, a exemplo da ampliação e qualificação da formação profissional de nível médio dos trabalhadores do SUS, por meio do fortalecimento político, pedagógico, físico e administrativo das Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS.

Ademais, o cronograma prevê para 2012 o apoio ao programa de formação de profissionais de nível médio para a saúde, com previsão de benefício a cerca de 65 mil trabalhadores de nível médio em áreas como radiologia, patologia clínica e citotécnica, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, auxiliar de consultório dentário, prótese dentária, formação inicial de agente comunitário de saúde, vigilância em saúde e enfermagem.

Projeta-se para 2012, ainda, o apoio a 36 escolas técnicas do SUS para reforço de infraestrutura e compra de equipamentos, bem como apoio aos cursos de capacitação técnica. Estima-se também a ampliação do apoio à Política de Educação Permanente nos Estados e Municípios, garantindo-se a continuidade dos projetos que vinham sendo operacionalizados até 2011.

i) Saneamento e Saúde Ambiental para a Promoção da Saúde e Redução das Desigualdades Sociais

O setor saúde atua no controle de doenças causadas pela ausência ou inadequação das condições de saneamento público em Municípios com até 50 mil habitantes e no controle da qualidade da água para consumo humano dos sistemas públicos de abastecimento de água. As localidades de atuação são priorizadas de acordo com parâmetros como interiorização, comunidades rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos com precária inserção socioeconômica.





No âmbito do PAC 2, com relação às metas para 2011, foram fundamentais as providências técnicas, legais e administrativas para a regulamentação dos contratos a serem firmados a partir da seleção entre 10.735 cartas-consulta recebidas, das quais 1.582 solicitaram recursos para Sistemas de Abastecimento de Água e 3.924 para Sistemas de Esgotamento Sanitário, incluindo melhorias sanitárias domiciliares, 2.181 para projetos técnicos de abastecimento de água e 3.048 projetos técnicos de esgotamento sanitário.

No âmbito do Brasil Sem Miséria foram distribuídas 6.544 cisternas, sendo 123 em comunidades rurais e oito em aldeias indígenas. Para o ano de 2012 estão previstas a distribuição de 14 mil cisternas, das quais 13 em aldeias indígenas, 140 em quilombos e 222 em comunidades rurais.

Prevê-se para 2012, em consequência das contratações realizadas ao final de 2011, a execução de 1.144 obras de saneamento em 1.116 Municípios com até 50 mil habitantes.

Em 2011, foi aprimorado o controle da qualidade da água para redução da morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica, especialmente as diarreias. Entre as ações levadas a efeito, destaca-se o apoio à capacitação, análise e estruturação de laboratórios, assistência técnica e parcerias com as vigilâncias em saúde e sanitária. Em 2011, foram apoiados 15 laboratórios de Consórcios Públicos; 445 Municípios, com capacitação, análises laboratoriais e assistência técnica; realizadas 3 mil análises da água, referentes a 91 aldeias indígenas, 27.363 exames físico-químicos, bacteriológicos e de cianobactérias, em apoio aos Estados e Municípios; apoiados 14 Municípios atingidos por encheres nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco; além de adquiridas 13 Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água e de equipamentos para 11 laboratórios de Controle da Qualidade da Água.

Outro aspecto relevante é a integração com a política de Governo do programa Água para Todos, dentro do Plano Brasil Sem Miséria, na elaboração do Plano de Ação para Melhorias da Qualidade da Água das cisternas implantadas e a implantar na região do semiárido.

As projeções para 2012 incluem a implantação de cisternas na região do semiárido; estruturação de laboratórios de baixa complexidade em serviços municipais de abastecimento de água, especialmente nas áreas rurais e em comunidades especiais, e a Elaboração do Plano de Ação priorizando os Municípios com ausência de informações no Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

j) Gestão Descentralizada e por Resultados

j.1) Participação Social

Com finalidade de fortalecer a democracia participativa e deliberativa no SUS, em 2011, uma das principais linhas de atuação adotada foi a formação permanente de conselheiros e de lideranças sociais do setor saúde em todo o Brasil, tendo sido capacitadas, de forma descentralizada, 43.690 pessoas.

Além disso, destacam-se como iniciativas para a promoção da participação social a capacitação de 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania, e de 2.057 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em saúde para populações em condições de vulnerabilidade, bem como o apoio a 27 unidades federadas, por meio da implantação de Instâncias Estaduais de Promoção da Equidade. No âmbito da participação popular, em 2012, prevê-se a capacitação de 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde de endemias, educadores populares e gestores) com atuação em todas as regiões do País.



Para dar continuidade ao processo de inclusão digital, nas suas três dimensões – capacitação de conselheiros, conectividade e infraestrutura dos conselhos de saúde – foram distribuídos para todos os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde 684 computadores adicionais, 853 aparelhos de TV LCD 32" e 853 antenas parabólicas. Esses equipamentos permitem a exibição diária do Canal Saúde e o acompanhamento de informações imprescindíveis ao exercício do controle social e democrático pelos conselheiros. Esse fluxo de informações será ampliado a toda a sociedade por meio de parceria com empresa de comunicação televisiva de alcance nacional. Para 2012, estima-se a expansão do programa de inclusão digital para todos os Municípios brasileiros, com a aquisição de equipamentos de informática e de transmissão televisiva.

O Sistema Cartão Nacional de Saúde tem como finalidade fornecer a base cadastral para a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde com base nacional. Em 2011, foram entregues à população 8,1 milhões de cartões (com mídias do Cartão Nacional de Saúde – fase 1), com distribuição em 260 Municípios. Com relação ao Cartão Nacional de Saúde, as previsões para 2012 indicam a implantação e implementação de Agenda de Reformulação Tecnológica em decorrência dos resultados da 14ª Conferência Nacional de Saúde, a implementação do Barramento da Saúde e a reestruturação dos DataCenters – Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ).

Destaca-se também o trabalho desenvolvido pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa), coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), cujo objetivo é promover a sistematização de informações que subsidiem as políticas de saúde, por intermédio de um processo participativo que envolve cerca 30 instituições nacionais responsáveis pela produção, análise e disseminação de informações em saúde. O processo de trabalho participativo da Ripsa se consubstancia na oferta regular dos Indicadores de Dados Básicos (IDB), de utilidade e qualidade reconhecidas, despertando, inclusive, interesse internacional.

j.2) Ouvidoria e Participação Popular

Em 2011, o acesso da sociedade à Ouvidoria do SUS foi facilitado com a implantação em todo o território nacional do tridígito (136). Para viabilizar a disseminação de informações para a população brasileira foram fornecidos 7.542.815 atendimentos à população, buscando, assim, integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, incluindo a descentralização dos serviços de ouvidoria. Com o objetivo de apoiar a implementação de Ouvidorias descentralizadas do SUS (Federal, Estaduais, Distrito Federal e Municipais) e buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, foram apoiados 34 entes federados.

No mesmo ano, realizou-se a 14ª Conferência Nacional de Saúde, que contou, nas etapas preparatórias, com 4.375 Conferências Municipais de Saúde e 27 Conferências Estaduais de Saúde. Esse processo resultou em 3.430 participantes na plenária final da 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro.

j.3) Combate ao Desperdício, Transparéncia e Qualidade da Gestão

Com finalidade de reduzir os gastos com aquisição de insumos estratégicos em, no mínimo, R\$ 140 milhões e de racionalizar o tempo entre a solicitação e a publicação dos registros de medicamentos, reduzindo o tempo dos processos de registros, foi firmada parceria com o Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG). O sucesso das medidas recomendadas resultará em uma economia da ordem de R\$ 1,7 bilhão.

Em 2011 foi disponibilizado à população o Portal da Saúde com Mais Transparéncia, formatado em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU). Até abril de 2012 serão tornados públicos os extratos das contas dos Fundos Municipais e Estaduais de Saúde de todos os entes federados.





Ainda no âmbito do combate ao desperdício, em 2011, importantes providências institucionais geraram resultados concretos, a exemplo da publicação da legislação da incorporação tecnológica e de medicamentos e da intensificação dos resarcimentos pelos planos de saúde, o que resultou em reintegração ao SUS de R\$ 82,09 milhões, montante superior ao realizado nos últimos sete anos.

Para 2012 estão previstas a publicação da normatização do Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) e a incorporação dos indicadores nos contratos de gestão firmados com Estados e Municípios. Outra importante iniciativa institucional que está prevista para 2012 é a alteração da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com mecanismos de regulamentação específica para a dispensa de licitação de produtos estratégicos para a saúde. Como também regulamentará a margem de preferência de produtos estratégicos para a saúde.

No sentido de regulamentar aspectos da Lei Orgânica do SUS, no que diz respeito à coordenação interfederativa, a gestão central do SUS coordenou e pactuou, de forma tripartite, a regulamentação da atuação organizada em Regiões de Saúde no SUS, conformada em rede interfederativa de atenção à saúde. Foi também estabelecido, por meio do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, o Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap), com a finalidade de estabelecer responsabilidades individuais e solidárias aos entes federativos com relação às ações e serviços de saúde, aos indicadores e às metas de saúde, aos critérios de avaliação de desempenho, aos recursos financeiros que serão disponibilizados, à forma de controle e fiscalização da sua execução e demais elementos necessários à implementação integrada das ações e serviços de saúde.

Em 2011 foi desenvolvido no âmbito do Ministério da Saúde o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), com finalidade de avaliar o desempenho do SUS nos Municípios, Colegiados Regionais de Saúde, Estados, regiões e no País, demonstrando as condições de acesso e a qualidade nos diferentes níveis de atenção, por meio da análise de indicadores simples e compostos, pactuados entre as três esferas de gestão e atores participantes do controle social. O IDSUS possibilitará traçar um perfil da qualidade da atenção e a geração de subsídios aos gestores municipais, estaduais e federal para o fortalecimento do sistema e a melhoria da qualidade da saúde da população.

As perspectivas para 2012 têm como referência a implementação dos dispositivos do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde, a articulação interfederativa e a celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública (Coap), entre outros.

Com relação à auditoria do SUS, foi possibilitada uma articulação voltada ao desenvolvimento de ações integradas aos componentes estaduais e municipais de auditoria, favorecendo o apoio e a implementação de 119 áreas de auditoria no Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Foram encerradas 1.360 ações de auditorias; dessas, 1.001 geraram pedido de recuperação de R\$ 210,8 milhões. Atendendo às prioridades de Governo definidas no Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, ano 2011, concluiu-se os seguintes Relatórios de Auditoria das Forças-tarefas: Mamógrafos, Laboratórios de Citologia e Hospitais Psiquiátricos, para os quais foram realizadas as seguintes atividades: visitados 1.959 estabelecimentos de saúde, com 1.762 mamógrafos identificados; visitados 1.316 Laboratórios de Exame de Citopatologia em 600 Municípios; e 134 Hospitais Psiquiátricos em 122 Municípios.

k) Saúde Suplementar

No ano de 2011, foram definidos os quatro pilares da regulação da saúde suplementar: a integração com o SUS, a informação para o cidadão, a sustentabilidade do setor e o modelo assistencial.





Em relação à integração com o SUS, foram testadas as metodologias para identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e aprimorada a forma de resarcimento ao SUS, com início do desenvolvimento do processo eletrônico. Foram enviados ao Ministério da Saúde R\$ 82,9 milhões, arrecadados a título de resarcimento ao SUS, provenientes de internações hospitalares nos últimos dois anos. Isso representa mais de 80% do que foi partilhado desde 2000, ano de criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Também em 2011, na atuação em informação para o cidadão, foram definidos os critérios para realização de Pesquisa de Satisfação por operadora para apoio ao Programa de Qualificação de Operadoras; bem como procedeu-se à atualização da legislação, à divulgação de súmulas de entendimento e à sistematização dos critérios de atualização do rol de procedimentos médicos.

Foi firmado acordo de cooperação entre o Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para desenvolvimento de programa voluntário de certificação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (OPS). Esse programa representa uma ação estratégica, pois será capaz de se traduzir em melhoria continuada para os usuários e prestadores de serviços dos planos de saúde, permitindo que as empresas conheçam melhor o seu próprio negócio e os consumidores tenham nítida percepção das diferenças nos níveis de qualidade dos serviços oferecidos. A certificação será realizada por um organismo credenciado pelo Inmetro, avaliado com parâmetros e indicadores de qualidade assistencial e de satisfação de contratantes e usuários consumidores do plano de saúde, estimando-se estar disponível para cerca de 1.200 operadoras do Brasil.

A sustentabilidade do setor teve avanços em 2011, com o estabelecimento de medidas administrativas e econômico-financeiras direcionadas às pequenas e médias operadoras de planos de saúde. No que se refere ao incentivo à concorrência, foram ampliadas as regras de mobilidade com portabilidade de carências e fortalecida a articulação como sistema brasileiro de defesa da concorrência para identificação de mercados concentrados. Importante iniciativa concretizada em 2011 consistiu na regulamentação de Regras de Adaptação e Migração dos contratos antigos, ou seja, anteriores à legislação de 1998.

Com referência ao modelo assistencial, especificamente a assistência ao idoso, foram criados indicadores sobre atenção a esse grupo populacional. No que se refere à garantia de acesso e qualidade assistencial, foram determinados prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e sua efetiva realização.

Dentro das perspectivas para 2012 destaca-se a evolução do processo eletrônico do resarcimento ao SUS, com maiores possibilidades futuras de resultados relativos ao mecanismo de resarcimento iniciado em 2011.

A conclusão dos estudos sobre alternativas de oferta de assistência farmacêutica ambulatorial para beneficiários do setor de saúde suplementar que sejam portadores de patologias crônicas de maior prevalência, como forma de reduzir o subtratamento, também é um importante resultado esperado para 2012.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

O Censo Demográfico de 2010 registrou, pela primeira vez, a participação majoritária na população de brasileiros que se autoclassificam como negros (50,7%). Esse expressivo contingente experimentou melhorias no acesso à educação, ao mercado





de trabalho e nos patamares de renda e consumo. No entanto, os ganhos na mobilidade social ainda são acompanhados pela persistência das desigualdades raciais, o que demanda um renovado esforço de articulação de iniciativas capazes de neutralizar seus efeitos deletérios sobre o processo de inclusão social vivido pelo Brasil.

Diante de tais constatações, no ano de 2011, a ação do Governo foi marcada por duas dimensões principais: i) avanço na redefinição de prioridades, abordagem de programas e institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, graças à entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010; e ii) estímulo à incorporação de novos agentes sociais e econômicos, públicos ou privados, na agenda de promoção da igualdade racial.

a.1) Estatuto da Igualdade Racial

O Estatuto da Igualdade Racial orientou a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), resultando na criação de um programa específico, intitulado Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, bem como na incorporação desses temas em 25 outros programas, totalizando 121 metas, 87 iniciativas e 19 ações orçamentárias, em diferentes áreas da ação governamental. A evidente ampliação desses compromissos na agenda do Governo nos próximos quatro anos motivou a formação de um Grupo de Trabalho que deverá apresentar, até março de 2012, proposições de estratégias para a plena implementação do Estatuto, considerado o novo Plano Plurianual. O GT é composto por representantes de Ministérios com assento no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR): Educação; Justiça; Cultura; Esporte; Desenvolvimento Agrário; Trabalho e Emprego; Comunicações; e Saúde. Além desses, foram convidados os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Meio Ambiente e das Cidades, além das Secretarias de Políticas para as Mulheres e de Juventude.

Ainda em cumprimento a esse texto legal, foi elaborada a proposta do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com o objetivo de assegurar a descentralização das políticas de forma articulada entre as esferas de Governo. O documento base do Sinapir encontra-se em fase final de avaliação e validação. Como parte desse sistema, foi dada continuidade à expansão do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), que passou a contar com mais 17 Municípios, totalizando 672 adesões nas 27 unidades da Federação.

Os mecanismos de diálogo com a sociedade civil requeridos para a implementação do Sinapir foram fortalecidos. A Ouvidoria Nacional de Promoção da Igualdade Racial buscou ampliar sua atuação, por meio de parcerias que possibilitarão, em 2012, a consolidação de uma rede integrada de atenção a casos de discriminação racial. Para isso, prevê-se a instalação de um serviço telefônico de atendimento a denúncias, ancorado na implantação de Ouvidorias Permanentes nos Estados.

O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) constituiu comissões permanentes e grupos de trabalho, por meio dos quais aprofundou o debate sobre programas e ações governamentais. Isso inclui, por exemplo, as comissões de seleção de projetos em chamadas públicas para iniciativas da sociedade civil e os processos de preparação e realização do Afro XXI – Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Assim, em 2011 houve progressos na relação entre o Governo Federal, outras esferas governamentais e a sociedade civil, condição fundamental para que se efetive o Sinapir.

a.2) Campanha Igualdade Racial é pra Valer

A campanha Igualdade Racial é pra Valer, lançada em 2011 – Ano Internacional dos Afrodescendentes –, tem atraído agentes econômicos e sociais para realizar ações concretas que fortaleçam a igualdade racial em diferentes segmentos, com previsão de continuidade no período 2012-2014. A iniciativa contribuiu para aumentar o leque de parcerias dentro e fora do Governo Federal, contando com a adesão de Governos estaduais e municipais.





Para a disseminação da campanha, foram produzidos os selos do Ano Internacional dos Afrodescendentes, utilizado por organizações públicas e privadas, e três publicações temáticas distribuídas em Conferências Nacionais e Internacionais realizadas ao longo do ano: Racismo como Determinante Social da Saúde; Negros e Negras LGBT: construindo políticas públicas para avançar na igualdade de direitos; e Construindo políticas públicas na intersecção entre juventude negra e promoção da igualdade racial. Foi finalizada a edição, para lançamento em 2012, de publicação sobre a participação das mulheres negras na política, em parceria com o Pnud.

a.3) Ações Afirmativas

- **Saúde**

Considerando-se o processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), e tendo em vista o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, foram retomadas as atividades do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) do Ministério da Saúde (MS). A realização de balanços anuais da Política, a partir de 2012, foi aprovada no decorrer da 227ª Reunião do Conselho Nacional de Saúde.

Foi assinado, também, Protocolo de Intenções entre o MS e a Seppir, no âmbito da campanha Igualdade Racial é Pra Valer, que prevê ações para os próximos quatro anos, de modo a cumprir o disposto no capítulo sobre saúde do Estatuto da Igualdade Racial.

- **Educação e Cultura**

Em 2011, a adoção de ações afirmativas no acesso ao ensino superior contou com a adesão de 111 instituições de ensino superior, das quais 43% têm cotas específicas para estudantes negros, e por 57 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com políticas de ações afirmativas em seus vestibulares. Com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, foram adotadas cotas, bônus, acréscimo de vagas ou uma combinação desses instrumentos.

Entre 2005 e 2011 o Prouni atendeu mais de 900 mil estudantes. A soma de pardos e pretos é de 440.160 bolsistas, que correspondem a 47,9% do total de estudantes atendidos pelo Programa. Isso mostra o papel desta iniciativa na geração de oportunidades educacionais para esse segmento. O total de estudantes indígenas é de 1.403 para o mesmo período, com um percentual de 0,2%.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-AF), ação em parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), está voltado para estudantes de graduação que acessam a universidade em programas de ações afirmativas, com prioridade para jovens negros. Em sua terceira edição (2011-2012), foram concedidas 800 bolsas, distribuídas por 74 instituições em todo o País, sendo 12 institutos federais e 62 universidades. Desde o ano de 2009, 2.200 estudantes foram beneficiados por esta iniciativa.

O edital 2011 do Programa de Extensão Universitária (Proext) incluiu a Promoção da Igualdade Racial como uma de suas 13 linhas temáticas, tendo sido contemplados 23 projetos, com recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões. O próximo edital tem previsão de lançamento em março de 2012.

O Projeto A Cor da Cultura tem por objetivo a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro e o reconhecimento da história e da contribuição da população negra à sociedade brasileira. Resulta da parceria entre a Petrobras, a Fundação Roberto Marinho, a Seppir, o Ministério da Educação (MEC), a Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC) e o Centro de Documentação do Artista Negro (Cidan). Em suas duas primeiras etapas (2004-2006 e 2010-2011), o Projeto produziu séries audiovisuais e recursos didáticos complementares, bem como atuou na formação de educadores das redes públicas e agentes culturais para





utilização do material produzido. Foi formada uma rede de multiplicadores, fortalecida pela parceria com 11 Instituições Formadoras (universidades e ONGs). Em 2011, foram capacitados 3.177 educadores, em 34 Municípios de seis Estados. Além disso, foram produzidas e distribuídas 8 mil unidades de *kits A Cor da Cultura*. A terceira etapa (2012-2013) será ampliada para mais oito Estados, com a meta de envolver 13 mil educadores e agentes culturais.

O Selo Educação para Igualdade Racial foi lançado em 2011, como forma de reconhecer e dar visibilidade aos esforços de implementação da LDB, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Foram agraciadas 16 instituições, entre unidades escolares, secretarias estaduais e municipais, que receberam livros e outros materiais pedagógicos voltados à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

- **Trabalho e Renda**

No contexto da Agenda do Trabalho Decente, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constituiu o Subcomitê de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de elaborar novos acordos para a efetivação do Capítulo V do Estatuto da Igualdade Racial, que trata do Trabalho.

Quanto ao setor bancário, cabe mencionar: i) a parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para o acompanhamento do Programa de Valorização da Diversidade, agora centrado na expansão das formas de recrutamento de pessoal; e ii) a participação do Governo Federal no I Seminário Nacional sobre a Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro, que abriu novas possibilidades para a abordagem da igualdade racial neste setor.

- **Igualdade Racial e de Gênero**

A partir de uma parceria entre a Seppir, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o MEC e Universidades Públicas, vem sendo executado o Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que oferta formação a professores nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, tendo formado 6 mil professores em 2011. Com os mesmos parceiros e a ONU Mulheres, foi realizada mais uma edição do curso a distância em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, com o objetivo de ampliar o conhecimento, entre gestores, de processos que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de igualdade racial. Em 2011, o curso foi oferecido em sete universidades federais (UFMG, UFS, Ufop, UFPB, Ufes, UFPI e UFSM) e uma estadual, na Bahia (Uneb), contemplando 2.650 participantes.

Dado o papel da mídia no enfrentamento dos estereótipos sexistas e racistas que afetam diretamente a mulher negra, o Governo Federal apoiou duas iniciativas: i) o Curso de Gênero, Raça e Etnia para Estudantes e Profissionais de Jornalismo, em parceria com ONU Mulheres, SPM, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); e ii) o VII Seminário A Mulher e a Mídia, iniciativa do Instituto Patrícia Galvão.

- **Direitos e Cidadania**

No que se refere à situação da juventude negra, foi elaborada uma proposta de Plano de Enfrentamento à Violência no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania. No final de 2011, esta iniciativa inédita do Governo Federal foi debatida por representações da sociedade civil em Conselhos mais diretamente envolvidos com o tema, a exemplo do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (CNPIR) e Conselho Nacional da Juventude, devendo passar pela validação dos Ministérios no primeiro trimestre de 2012.

Em 2012, as ações de defesa da cidadania serão ampliadas, graças à assinatura do Protocolo de Intenções para cooperação entre a Seppir e o Ministério da Justiça, com o propósito de ajustar políticas públicas e medidas administrativas e incorporar





a perspectiva racial aos campos da segurança pública, da política penitenciária, do acesso à justiça, da política nacional sobre drogas, como também de promover a melhoria do acesso à justiça, conforme prevê o Estatuto da Igualdade Racial.

a.4) Povos e Comunidades Tradicionais

Os povos e as comunidades tradicionais de matriz africana incluem-se na ação governamental por meio, principalmente, da política de segurança alimentar e nutricional. Em 2011, a distribuição de Cestas Alimentares a Grupos e Populações Específicas ocorreu em 22 Estados e atendeu a 13,9 mil famílias de 1.196 diferentes comunidades. O Termo de Cooperação entre a Seppir e a Biblioteca Nacional prevê, ainda, a instalação de bibliotecas temáticas nessas localidades.

Especial ênfase tem sido dada à coleta de informações que subsidiem as ações de Governo. Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) concluiu um inventário socioeconômico realizado em 7 mil domicílios de comunidades situadas nas regiões metropolitanas de Belém, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, cujos resultados foram reunidos na publicação intitulada *Alimento: Direito Sagrado*. Outras informações estão sendo obtidas em seminários com lideranças e a partir do mapeamento, com o apoio da Seppir, de comunidades localizadas nos Estados da Bahia, do Rio de Janeiro, Maranhão e da Paraíba. A organização das demandas dos povos de cultura cigana também requer um levantamento detalhado, em que conste a identificação dos grupos sedentários e as principais rotas dos grupos nômades.

A inclusão de metas e iniciativas relativas a povos ciganos e a comunidades de matriz africana no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) sinaliza um avanço importante para a ampliação dos compromissos governamentais para com esses segmentos.

Teve início em 2011 o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Terras Indígenas, executado pela Universidade de Brasília (UnB), no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de um curso voltado à produção de conhecimentos técnico-científicos aplicados à realidade de diferentes biomas e situações histórico-geográficas dos povos indígenas no Brasil. Seu caráter social e culturalmente inclusivo foi garantido, graças à participação de 14 representantes indígenas de diferentes regiões do País, na condição de conferencistas e de mestrandos. A Seppir firmou um Acordo de Cooperação com o CNPq, por meio do qual destinou R\$ 296,4 mil para a concessão de bolsas de estudo.

a.5) Programa Brasil Quilombola

A política para comunidades quilombolas é interinstitucional e intersetorial, o que exige a articulação de esforços entre as três esferas de governo. Em 2011, buscou-se reforçar tais aspectos por meio de Seminários e Oficinas de Ações Integradas do Programa Brasil Quilombola (PBQ), voltados para gestores municipais, estaduais e federais, com atuação nos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul. Essas atividades resultaram na sistematização de uma metodologia de elaboração de Planos de Trabalho Estaduais.

• Acesso à Terra

A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Em 2011, a Fundação Cultural Palmares (FCP/Minc) abriu 256 processos, dos quais 50 foram concluídos. Na regularização fundiária, dos 1.095 processos em andamento no Incra, 66 foram iniciados em 2011, resultando na publicação





de 15 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), que correspondem a uma área de 190,9 mil hectares e 3.700 famílias quilombolas beneficiadas. No total, foram publicadas nove Portarias de Reconhecimento do Território, relativas a 35.100 ha e 784 famílias.

Em 2011, foi editado o Decreto de Desapropriação por Interesse Social do Território Quilombola de Brejo dos Crioulos (MG), com área de 17.302,61 hectares, onde residem 387 famílias. No que se refere ao Título de Reconhecimento de Domínio, foram beneficiadas as comunidades de Colônia de São Miguel (MS), com 28 famílias e área de 420,681 hectares, e de Preto Forro (RJ), com 12 famílias e área de 90,5403 hectares.

- **Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva**

Foram realizadas ações de estímulo à produção econômica e formação de rede de empreendimentos quilombolas, com o apoio da Seppir e do MTE, por meio do *Projeto Brasil Local*, em parceria com a Cooperativa de Trabalho em Tecnologia, Educação e Gestão (Coptec) da UFRJ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Isso permitiu a identificação de empreendimentos quilombolas distribuídos nas cinco regiões, em 11 Estados, 43 Municípios, 105 comunidades, envolvendo recursos na ordem de R\$ 15 milhões. Foram ainda contratados 482 agentes de etnodesenvolvimento quilombola.

Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou uma chamada pública de Assistência Técnica Rural (Ater) Quilombola, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, no valor aproximado de R\$ 9 milhões. As organizações selecionadas deverão atuar em 69 Municípios do Estado da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, executando o atendimento individual e coletivo a 5.520 famílias quilombolas. Do total da população beneficiada, as mulheres têm que representar pelo menos 30%. A Seppir e a FCP/MinC serão responsáveis pela elaboração dos conteúdos de capacitação dos 65 técnicos rurais a serem envolvidos na iniciativa.

- **Direitos e Cidadania**

Em 2011, 21.713 famílias quilombolas foram cadastradas no CadÚnico, representando um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior, sendo que 14.306 passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). A cobertura do Programa neste segmento teve um incremento de 29,4% em relação a 2010.

- **Infraestrutura e Qualidade de Vida**

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) realizou a seleção de comunidades rurais para a construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento. Desses, foram contempladas 12 comunidades quilombolas e mais 19 poderão ser beneficiadas com projetos similares em novo edital a ser lançado em 2012.

No Programa Água Para Todos, foi estabelecido o Plano de Universalização do Acesso à Água para Consumo Humano no Semiárido, por meio do qual a Funasa pretende atender a 140 comunidades quilombolas até 2013, com sistemas simplificados de abastecimento de água e investimentos estimados em R\$ 35 milhões. Em 2012, está previsto o apoio do Ministério da Integração Nacional (MI) na realização de obras de acessibilidade no segmento Vão do Moleque, em Cavalcante (GO), que abriga as comunidades Kalunga.

Com vistas a assegurar o acesso e o uso da energia elétrica para as comunidades quilombolas, o Programa Luz para Todos realizou, no âmbito do Programa Brasil Quilombola, 22.069 ligações, sendo 4.340 na região Norte; 7.997 na região Nordeste; 3.820 na Sudeste; 2.347 na região Centro-Oeste; e 3.565 na região Sul.





a.6) Atuação Internacional

O ano de 2011 foi instituído pelas Nações Unidas como Ano Internacional dos Afrodescendentes, marcando os 10 anos da Declaração e Programa de Ação aprovados na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban (África do Sul). Na ocasião, o Governo brasileiro reafirmou a liderança em iniciativas de promoção da igualdade racial.

Nas Nações Unidas, coube à representação brasileira destacar a importância das ações afirmativas em processos de inclusão social, por ocasião da 17ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (Suíça). Na Reunião de Alto Nível Comemorativa dos Dez Anos da Declaração e Programa de Ação de Durban, o Brasil defendeu a importância do compromisso dos Estados-membros para com o enfrentamento ao racismo e seus impactos nas desigualdades sociais. No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), deu continuidade às negociações para a elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo.

A partir da proposição da Secretaria Geral Ibero-Americana (Segib), o Governo Federal organizou, em parceria com o Governo da Bahia e agências das Nações Unidas, o Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, convergindo iniciativas similares ocorridas no continente ao longo do ano. Em Salvador (BA), no mês de novembro, reuniram-se cerca de 2 mil ativistas, acadêmicos e representantes governamentais para avaliar os avanços e desafios da promoção da igualdade racial e definir novos compromissos regionais consignados na Carta de Salvador, de iniciativa da sociedade civil, e na Declaração dos Chefes de Estado.

Outra ação relevante foi a participação do Brasil na aprovação da Convenção nº 189/2011, sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, por ocasião da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada em Genebra (Suíça). A aprovação da Convenção tem produzido efeitos importantes no ordenamento jurídico interno, ampliando direitos trabalhistas de cerca de 7 milhões de trabalhadores domésticos, categoria formada majoritariamente por mulheres negras.

O Programa de Formação Complementar e Pesquisa em Direitos Humanos, parceria entre a Seppir e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), contemplou três jovens negras, num total de seis bolsistas beneficiados com estágio de três meses na Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra (Suíça).

Também teve continuidade o projeto Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-rurais, por meio do qual a Seppir e a ABC/MRE apoiaram governos e associações quilombolas do Equador e do Panamá na realização de um estudo participativo, concluído em 2001, sobre a situação e as características das comunidades nos três países. O objetivo é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação.

O Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos (Japer), iniciado em 2008, prosseguiu sob a coordenação da Seppir e do MRE, agregando do lado brasileiro os Ministérios da Educação, Saúde e Justiça. Entre as ações acordadas para o período 2012-2014, cabe destaque à troca de experiências na promoção da igualdade racial nos grandes eventos esportivos.

b) Política para as Mulheres

O ano de 2011 foi marcado por fatos bastante relevantes no campo das políticas para as mulheres. O principal deles foi a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM), cuja etapa nacional realizou-se de 12 a 15 de dezembro, em Brasília. Tendo como temário “a autonomia das mulheres e igualdade”, a 3ª CNPM resultou em uma centena de resoluções aprovadas, que deverão orientar a revisão do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).





A preparação da 3^a CNPM envolveu a realização de conferências municipais em mais de 2 mil Municípios, além de conferências estaduais nos 26 Estados e no Distrito Federal, resultando na participação de mais de 200 mil mulheres. Foi realizada também uma Conferência Governamental preparatória, com a participação 269 servidores de diversos órgãos da administração direta e indireta. A etapa nacional da 3^a CNPM envolveu mais de 2.100 delegadas, reunindo cerca de 2.800 participantes.

Com o seu foco de atuação articulado em torno da autonomia e da igualdade, a Política para as Mulheres teve suas ações reorientadas em quatro grandes campos: i) autonomia econômica e social (trabalho, equipamentos sociais e desenvolvimento sustentável); ii) autonomia cultural (educação e cultura); iii) autonomia pessoal (saúde, sexualidade e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência); e iv) autonomia política (participação das mulheres em espaços de poder e decisão). Em todos esses campos foi reafirmada a importância do enfrentamento às múltiplas formas de desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

b.1) Autonomia Econômica e Social das Mulheres

O Governo, com vistas a assegurar a autonomia econômica e social das mulheres, tem implementado e articulado ações para fomentar: i) a participação das mulheres no mercado de trabalho, com ênfase em ocupações protegidas socialmente; ii) a inclusão produtiva no campo e nas cidades; iii) a ampliação da política de cuidados, estimulando a expansão da rede de equipamentos públicos que contribuem para que as mulheres ampliem seu tempo disponível; e iv) a valorização das trabalhadoras domésticas.

A agenda da garantia de direitos das trabalhadoras domésticas apresentou importantes avanços em 2011. Em 27 de abril – Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica, foi lançado o relatório final do Grupo de Trabalho tripartite instituído pelo Governo para discutir “os impactos socioeconômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal”. Ademais, na 100^a Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, foi aprovada a convenção 189 da OIT – denominada Convenção sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, acompanhada da Recomendação 201. O Brasil desempenhou destacado papel nesse processo e diversos órgãos governamentais integraram a delegação brasileira, que foi composta também por representantes dos sindicatos de trabalhadoras domésticas do Brasil.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas e instituições, encontra-se atualmente na 4^a edição (período 2011/ 2012). Trazendo como principal inovação a incorporação definitiva das questões de raça nas ações, foi homologada a adesão de 95 organizações, sendo 81 públicas e 14 privadas.

O Programa Mulheres Mil, cuja implantação é operacionalizada por meio dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), faz parte da estratégia central do Governo de erradicar a pobreza extrema e foi implantado inicialmente em 2007, como projeto-piloto em 13 Estados das regiões Norte e Nordeste. Em 2011, estabeleceu-se a meta de inserir no mercado de trabalho 100 mil mulheres até 2014, por meio da formação profissional e tecnológica articulada, com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Em 2011, tiveram continuidade os programas Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres, Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil e Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, atendendo a diversos Municípios e Estados. Foi, ainda, assinado Protocolo com a Caixa Econômica Federal (Caixa) para promoção ao empreendedorismo das mulheres, com inclusão produtiva no mercado de trabalho e geração de trabalho e renda, por meio do microcrédito produtivo e educação financeira na perspectiva de gênero, atividade que deverá ser desenvolvida em 50 Municípios.





No que diz respeito às trabalhadoras rurais, foi prestado apoio à realização da Marcha das Margaridas, movimento que levou até Brasília cerca de 100 mil mulheres trabalhadoras rurais, representantes de diferentes organizações dos movimentos de mulheres do campo e da floresta.

O Governo deu continuidade ao Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que visa ao fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização. Foram apoiados, ainda, ações e programas de desenvolvimento rural específicos para as mulheres. Dentre esses, destaca-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que tem o objetivo de assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar acesso às políticas públicas.

Dentre as prioridades para o ano de 2012 encontram-se: i) a articulação e a implementação de ações e políticas que concretizem a autonomia econômica das mulheres; ii) o fortalecimento da interlocução com os Estados e Municípios; e iii) a ampliação do debate sobre as desigualdades entre mulheres e homens, o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento, com a organização de atividades preparatórias para a realização da Rio +20.

b.2) Autonomia Cultural das Mulheres

A autonomia cultural deve ser entendida como o pleno desenvolvimento das mulheres de acordo com suas próprias escolhas. Para isto, é necessário garantir o acesso a uma educação de qualidade e o direito a uma vida livre de preconceitos e discriminações, fomentando uma nova cultura de valores que favoreça comportamentos voltados para a promoção da igualdade de gênero.

O Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE) trata da formação inicial e continuada de professoras e professores da Educação Básica nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais, centrando-se no desenvolvimento da capacidade de reconhecer e respeitar a diversidade sociocultural dos vários públicos existentes na escola, consideradas suas identidades, diferenças e especificidades. O GDE representa uma importante ação voltada ao enfrentamento à violência contra as mulheres e à mudança de cultura no que diz respeito às relações de gênero. Em 2011, alcançou 31 mil professoras e professores. Para os próximos quatro anos a previsão é alcançar 140 mil professoras e professores.

O Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça é outra linha de ação no âmbito da política promotora da autonomia cultural das mulheres e já conta com a adesão de 29 universidades públicas federais e estaduais que, entre 2010 e 2011, abriram cerca de 7 mil vagas em todas as regiões do País, em nível de especialização e aperfeiçoamento. O público-alvo são servidores/as dos três níveis da administração pública, integrantes dos Conselhos dos Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação, dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial, além de gestores/as das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento. Para 2012 está prevista a ampliação da participação e a avaliação e o monitoramento da segunda etapa.

O Programa Mulher e Ciência tem por objetivo estimular a produção científica sobre as relações de gênero no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. Um dos incentivos relacionados ao Programa é o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que, em 2011, teve a sua 7ª edição. Este se constitui em um concurso de redações e artigos científicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos e tem como objetivo estimular a produção científica e a reflexão crítica acerca das desigualdades de gênero, considerando as suas interseções com as abordagens de classe social,





raça/etnia, sexualidade e geração. Em 2012 será realizada a cerimônia de premiação e publicado o livro com os resultados da 7ª edição. Ademais, será lançado o 4º Edital de Fomento à Pesquisa em Gênero, Mulheres e Feminismo, iniciando-se o processo de avaliação dos editais anteriores e inserindo-se a sustentabilidade ambiental como uma temática específica.

O Programa de Extensão Universitária (Proext) apoia instituições públicas de ensino superior na elaboração de projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas com ênfase na inclusão social. No edital de 2011, foram apresentados 86 projetos e programas para trabalhar a linha temática “Mulher e relação de gênero”, sendo que 51 dessas propostas foram contempladas com recursos no montante de R\$ 4,4 milhões. Para 2012, está prevista a ampliação da divulgação do Edital de Seleção das Propostas, buscando aumentar o número de projetos inscritos que promovam a igualdade de gênero.

b.3) Autonomia Pessoal

Garantir uma vida saudável e sem violência é uma das principais condições para que as mulheres possam vivenciar a sua autonomia. No campo da saúde, é importante destacar, além de outras ações, o lançamento da Campanha de Prevenção do HIV/Aids voltada para mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, das classes C, D e E. Esta campanha ganha ainda maior relevância frente à evolução crescente do número de mulheres infectadas nessa faixa etária, especialmente entre as mais pobres. Dando continuidade ao monitoramento do Plano Nacional de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de HIV/Aids e outras Doença Sexualmente Transmissíveis (DST), está sendo realizada a revisão da implementação dos Planos Estaduais, que será concretizada ao longo do ano de 2012. Foram realizadas, em 2011, videoconferências com todos os Estados, buscando identificar a situação atual do desenvolvimento dos respectivos planos, e, também, propostas alternativas.

Em relação ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, concretizou-se, em 2011, a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio do Acordo de Cooperação Federativa. Para dar continuidade à política de enfrentamento à violência e garantir a incorporação de programas dos governos federal e estaduais foram redefinidos os eixos do Pacto:

- Garantia da implementação da Lei Maria da Penha;
- Ampliação e fortalecimento da rede de serviços para mulheres em situação de violência;
- Garantia da segurança cidadã e acesso à justiça;
- Garantia dos direitos sexuais, enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulher; e
- Garantia da autonomia das mulheres em situação de violência e ampliação de seus direitos.

Nesse contexto, foi iniciado um processo de repactuação junto aos Estados, cuja institucionalidade para a gestão de ações do enfrentamento à violência apresentou importante evolução, valendo destacar a existência, atualmente, de Câmaras Técnicas em 23 Estados. Os primeiros a assinarem o novo acordo foram o Espírito Santo e a Paraíba, que além do compromisso acordado com o Executivo, contou com a pactuação do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Procuradoria Estadual, Defensoria Pública e Federação de Associação dos Municípios.

Para 2012, terá continuidade o processo de repactuação junto às unidades federativas. No intuito de atender às demandas dos novos eixos do Pacto, pretende-se que, além dos órgãos dos governos federal e estaduais, a repactuação conte com a participação efetiva do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos Tribunais de Justiça estaduais.





A Segurança Pública Cidadã será uma das prioridades em 2012. Para isso, pretende-se fortalecer as Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam), promover articulações para se criar novas unidades e atuar para que sejam preservadas as atuais delegacias nos Estados. Além disso, será realizado o Encontro Nacional de Delegadas para debater os temas, discursos e práticas empregadas em todo o País.

Em 2011, a Lei Maria da Penha comemorou cinco anos de existência e a sua implementação foi uma das prioridades da estratégia de enfrentamento à violência contra as mulheres. Por essa razão, foram realizadas ações para uma ampla divulgação de seu conteúdo, dentre estas, o Seminário sobre os cinco anos da Lei Maria da Penha, ocorrido em Brasília, no dia 3 de agosto, que reuniu juristas e profissionais de carreiras jurídicas de diversas partes do País, para debater os pontos polêmicos da Lei. Ainda com o intuito de ampliar a divulgação da Lei foi realizado um Ato Show na cidade do Rio de Janeiro, no qual houve o lançamento e a distribuição de 1 milhão de cartilhas de bolso com o conteúdo da Lei Maria da Penha.

Foram assinados três protocolos e acordos de cooperação para parcerias na implementação da Lei Maria da Penha. Merece destaque o protocolo de cooperação para aprimorar a proteção às mulheres em relação à violência familiar e doméstica e promover a punição aos agressores, nos termos da Constituição Federal e da Lei Maria da Penha, firmado em 16 de março de 2011, entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPQ) e a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (SRJ/MJ).

Durante a V Jornada da Lei Maria da Penha, houve a assinatura de um Acordo de Cooperação entre a SPM, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Ministério da Justiça e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), com os objetivos de: i) promover a formação de servidores/as, gestores/as públicos/as e magistrados/as na temática de gênero e de violência contra as mulheres; ii) incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência; e iii) participar de programas nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

Com o objetivo de combater a impunidade em relação à violência contra a mulher, foi assinado, em 2011, um Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Tribunais de Justiça dos Estados, o Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, o Colégio Nacional de Procuradores Gerais de Justiça e o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais. As ações, a serem realizadas em 2012, serão norteadas pela campanha “Compromisso e atitude no enfrentamento à impunidade e à violência contra as mulheres”, que envolverá o sistema de justiça, segurança pública, o Poder Executivo e operadores do direito para enfrentar a impunidade e responsabilizar os agressores e assassinos de mulheres no País.

Ainda em relação a essa temática, foi realizado o III Encontro do Fonavid, em Cuiabá (MT), entre os dias 23 e 25 de novembro de 2011, cujo objetivo foi reunir magistrados de todo o País que atuam em processos referentes à violência contra as mulheres, abordando o assunto Lei Maria da Penha – Um Olhar Crítico Sobre o Tema.

Em razão do Dia Internacional pela Não Violência contra as Mulheres – 25 de novembro – o Governo apoiou a realização da Campanha “Quem ama abraça”. A campanha compreendeu a produção, gravação e veiculação nacional de vídeo, com conteúdo alusivo à promoção de uma cultura de paz e pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, que foi veiculado em TVs abertas e fechadas, rádios em todo o território nacional, assim como pela internet, através de portais, sites e redes sociais, no período de 20 de novembro a 10 de dezembro de 2011.





O enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres apresentou importantes avanços em 2011, com a elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), marcando o segundo ciclo de políticas públicas brasileiras que enfrentam o Tráfico de Pessoas em suas distintas expressões sociais, políticas e econômicas. O documento do II PNETP encontra-se em fase de consolidação e finalização das propostas realizadas pelos Ministérios envolvidos no assunto. No primeiro semestre de 2011 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal para investigar casos de tráfico de pessoas, tendo o Poder Executivo enviado informações, dados e recomendações sobre políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de mulheres.

A preocupação com uma estratégia de atenção às regiões de fronteira está entre as prioridades para o ano de 2012, tanto em relação à implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas quanto ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Nesse sentido está programado o fortalecimento e a capacitação da rede de serviços na região do Oiapoque, no Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, onde foi inaugurada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em 2011, uma Casa do Migrante, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Ministério de Relações Exteriores. Além disso, será inaugurado o Centro de Atendimento às Mulheres Migrantes em Pacaraima (RO), fronteira com a Venezuela.

Em relação às mulheres em situação de prisão, houve a realização de conferências de políticas para as mulheres nos espaços prisionais, em 2011, de forma a aumentar o acesso das mulheres presas à participação social. Além disso, foi constituído um Grupo de Trabalho Interministerial para promover a discussão sobre a reformulação do sistema prisional feminino.

No período compreendido entre 2003 e 2011 houve um significativo aumento do número de serviços especializados, somando 945, atualmente, que estão assim distribuídos: i) 202 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; ii) 72 Casas-Abrigo; iii) 360 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; iv) 111 Núcleos de Atendimento à Mulher em Delegacias Comuns; v) 52 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; vi) 58 Núcleos ou Defensorias Especializadas; vii) 48 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero no Ministério Público; e viii) 42 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar. Há, ainda, um núcleo de atendimento à mulher na Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, que atende mulheres que buscam apoio em casos de violência.

Para continuar ampliando a rede de atendimento à mulher em situação de violência serão implementadas, no ano de 2012, dez unidades móveis em todo o País, com o objetivo de fixar um modelo de atendimento multidisciplinar, composto por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, atendimento jurídico e segurança pública, o que permitirá a interação efetiva dos serviços, a orientação adequada e humanizada e proporcionará o acesso das mulheres que vivem no campo e na floresta aos serviços da rede.

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, serviço criado para orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e encaminhá-las para os serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência, completou seis anos de existência em 2011, já tendo realizado mais de 2 milhões de atendimentos. No ano de 2011 foram efetuadas 667.116 ligações de todo o País, constituídas por 74.984 denúncias de violência e 35 de tráfico de mulheres. Das violências denunciadas, 45.714 são casos de violência física, e, destas, 44.279 de lesão corporal leve. Em 52.605 casos denunciados os agressores mantinham alguma relação afetiva com a vítima: eram cônjuges, companheiros, namorados, ex-maridos ou ex-namorados. E, em 36.244 casos, os filhos presenciaram ou sofreram violência.

No ano de 2011, a Central teve sua abrangência ampliada para o atendimento internacional, iniciando pela disponibilidade desse serviço na Itália, Espanha e em Portugal. A Ouvidoria Nacional da Mulher atendeu, em 2011, a 1.140 demandas de cidadãs brasileiras (incluindo 168 denúncias de cárcere privado e 22 denúncias de tráfico de mulheres) e encaminhou 1.681 reclamações da população sobre os serviços da rede de atendimento à mulher aos Ministérios Públicos Estaduais.





Como parte dos esforços de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, será realizado, em 2012, o monitoramento da aplicação, nos serviços de saúde, da ficha de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências.

b.4) Gestão da Política Nacional para as Mulheres

A Política Nacional para as Mulheres orienta o conjunto de ações governamentais na direção da promoção da igualdade entre mulheres e homens, considerando a necessidade de se superar o sexismo, incorporando as dimensões étnico-raciais, geracional e a livre orientação sexual, dentre outras formas das múltiplas desigualdades que acometem as mulheres. Para concretizar esse compromisso, a Política deve ser implementada intersetorialmente pelos diversos órgãos do Governo Federal, cabendo à SPM um papel de coordenação e articulação. A sua estratégia de implementação e de gestão deve considerar, conjuntamente, a participação e o controle social; a federalização da Política e os instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em 2011 foi elaborado o Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no qual consta o conjunto de ações no âmbito do programa Política para as Mulheres: promoção de autonomia e enfrentamento à violência que descreve os principais objetivos e metas do PPA para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Trata-se de um importante instrumento para o monitoramento das políticas públicas transversais e multissetoriais relacionadas à Política Nacional para as Mulheres.

O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PNPM elaborou, em 2011, o balanço do Plano, disponibilizado na etapa nacional da 3^a CNPM, e divulgou o relatório do Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM) referente ao ano de 2010.

O Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, realizado em maio de 2011, contou com a participação de cerca de 300 representantes de secretarias e coordenadorias de mulheres de Municípios e Estados de todas as regiões do País. O encontro das gestoras e gestores de políticas públicas para as mulheres de todo o País é essencial para garantir a federalização da Política Nacional para as Mulheres.

A produção de estudos e pesquisas e a disseminação de dados sobre a igualdade entre homens e mulheres contaram, em 2011, com importantes iniciativas do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que divulgou os resultados do projeto de monitoramento da imprensa do País em relação às questões de gênero, no Seminário “Imprensa e Agenda de Direitos das Mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística”, realizado em Brasília, no dia 3 de outubro, e transmitido via internet em tempo real. Como produto final deste projeto e com o mesmo título do seminário, foi lançado um livro que reúne os artigos de especialistas comentando os resultados do monitoramento.

Por compreender como fundamental o estímulo e a viabilização da produção de informações e dados estatísticos confiáveis sobre as desigualdades de gênero e raça, assim como disponibilizá-los aos órgãos da administração pública em todos os níveis e à sociedade brasileira em geral, teve continuidade o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que tem por objetivo estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais do País e será responsável pela organização da 35^a Conferência Internacional da Associação Internacional de Pesquisa do Uso do Tempo, a ser realizada em 2013, na cidade do Rio de Janeiro.

Foram produzidas, em 2011, duas importantes publicações envolvendo a disseminação de dados sobre as desigualdades entre homens e mulheres. Em junho, foi lançado, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos





Socioeconômicos (Dieese), o Anuário das Mulheres Brasileiras, publicação de bolso com indicadores mais recentes organizados por sexo e raça. Já em novembro foi lançada a 4^a edição do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, publicação coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

b.5) Articulação Internacional

No âmbito internacional, o Brasil presidiu em 2011 a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. A Conferência Regional é um órgão subsidiário da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), convocado para identificar as necessidades regionais e sub-regionais das mulheres, apresentar recomendações e realizar avaliações periódicas das atividades realizadas em cumprimento dos acordos e planos regionais e internacionais sobre o tema. Cumpre ressaltar que, em 2010, a XI Conferência Regional, realizada em Brasília (DF), aprovou o Consenso de Brasília, que define as linhas de ação para implementação de políticas que promovam a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero na região.

O Brasil vem atuando para o fortalecimento da integração regional para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, destacando-se, nesse sentido, a Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul (REM). Em 2011, para além da participação nas duas reuniões da REM – que teve, no período, seu *status* elevado a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher –, é de se destacar a inserção das temáticas de igualdade e autonomia das mulheres no Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (Peas). Em 2012, no segundo semestre, o Brasil assumirá a Presidência *Pro Tempore* da REM.

Em linhas gerais, o Brasil tem agido de forma expressiva na articulação internacional de ações para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Como resultados obtidos, podem-se apontar a aprovação do Plano de Ação do Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Declaração de Luanda, que reafirma os compromissos assumidos com a promoção da igualdade e respeito aos direitos humanos das mulheres, ocorridos na Reunião de Ministras Responsáveis pela Igualdade de Gênero da CPLP, ocorrida em janeiro de 2011, em Luanda (Angola).

Fortalecendo as relações internacionais com a África e com a África, especialmente tendo em vista o destaque da experiência brasileira em relação à segurança alimentar, o Brasil realizará, em 2012, no âmbito do Programa de Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais, o curso “Formação em políticas públicas para a igualdade de gênero com ênfase em políticas para mulheres rurais e segurança alimentar”.

O Brasil também esteve presente na 3^a Conferência dos Estados partícipes do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e, por solicitação da Missão Permanente na Organização dos Estados Americanos (OEA), também esteve presente na audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para analisar os obstáculos à efetiva implementação da Lei Maria da Penha, realizada no dia 28 de outubro, em Washington (EUA). Por fim, ressalta-se a participação, em fevereiro de 2011, na 55^a Sessão da Comissão sobre a Condição da Mulher das Nações Unidas (CSW/ONU), em Nova York, nos Estados Unidos. Em 2012, haverá reunião, em Genebra, do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), realizada a cada quatro anos.





6. Direitos Humanos

a) Pauta Legislativa

Em 2011, as conquistas na pauta legislativa dos Direitos Humanos foram significativas. O Congresso Nacional aprovou as seguintes leis:

- Lei nº 12.483, de 8 de setembro de 2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção;
- Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República;
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso às informações constantes de documentos públicos de interesse particular, coletivo ou geral;
- Lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011, que alterou o estatuto do idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde; e
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes em Conflito com a Lei (Sinase).

Na Câmara dos Deputados, avançaram a tramitação de dois projetos de lei: i) o PL nº 7.672/2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer que crianças e adolescentes sejam educados e cuidados sem o uso de castigos corporais e tratamento degradante, cujo parecer foi aprovado pela Comissão Especial; e ii) o PL nº 5.022/2009, que assegura validade nacional à Declaração de Nascidos Vivos (DNV), que agora aguarda deliberação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, na forma do PLC nº 120/2011.

Para o próximo ano, aguardam votação no Congresso Nacional: i) o PL nº 4.715/1994, que institui o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; ii) o PL nº 4.575/2009, que objetiva a criação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos; iii) a PEC nº 438/2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração do trabalho escravo; iv) o PL nº 2.442/2011, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; v) o PL nº 370/2007, que dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos; e vi) o PLC nº 122/2006, que criminaliza condutas discriminatórias motivadas por preconceito de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

b) Participação Social e Governamental

Durante o ano de 2011, o Governo Federal, por meio da realização de Conferências e da atuação dos Conselhos Nacionais e dos Fóruns Intermínisteriais, fortaleceu significativamente o processo de participação social e articulação interministerial, no âmbito das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos.

A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a III Conferência Nacional da Pessoa Idosa foram construídas ao longo do ano por meio de etapas municipais, estaduais e regionais. Tal processo se constituiu em espaço privilegiado de participação social voltado à formulação, avaliação e aprimoramento de políticas públicas. Durante a Conferência LGBT, foram aprovadas mais de 90 diretrizes que serão incorporadas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Durante a Conferência da Pessoa Idosa, foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com a Frente Nacional de Prefeitos para incentivar a criação e o fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais do idoso.





Em 2011, o Governo também priorizou a temática dos Direitos Humanos no âmbito dos Fóruns Interministeriais. Em sintonia com o PNDH-3, a agenda prioritária do Fórum foi estruturada em quatro eixos: participação social e democratização da gestão pública; um Brasil de paz, sem violência; igualdade, diversidade e garantia de direitos; e desenvolvimento com sustentabilidade e cidadania. Neste último, foram propostas ações de garantia dos Direitos Humanos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em especial aquelas voltadas para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O diálogo entre os representantes do Governo e os representantes da sociedade civil nos Conselhos (Conselho do Idoso, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho LGBT, Conselho das Crianças e Adolescentes e Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência) fortaleceu os processos políticos, contribuindo na orientação, implementação e no monitoramento das políticas públicas vinculadas a questões e debates que afetam os Direitos Humanos.

c) Pessoas com Deficiência

Em 17 de novembro de 2011, foi lançado o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído por meio do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. O Plano foi construído ao longo de seis meses e com a participação de 15 Ministérios, a fim de traçar objetivos voltados à concretização e equiparação de oportunidades, à eliminação de toda forma de discriminação e à garantia de acesso às políticas públicas. Tal esforço de articulação demonstra a importância do tema na atual agenda de Governo. Em 2012, espera-se a definição da estratégia de execução e monitoramento das ações do Plano, com a definição de metas, prazos e responsáveis, assim como a instalação dos Comitês Gestores e do Comitê Interministerial de Articulação e Monitoramento.

No âmbito internacional, destacam-se avanços do grupo de trabalho de pessoas com deficiência da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados(RAADH) e, a convite do Ministério da Justiça, deu-se início às tratativas para elaboração de um acordo de cooperação no âmbito do Mercosul.

Foi realizado o Seminário sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, no âmbito da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), a fim de elaborar uma Proposta de Programa de Cooperação em Direitos Humanos das pessoas com deficiência. Junto à ONU, houve a participação na 4ª Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e em diversas reuniões bilaterais, com o intuito de negociar a adoção, pelos demais países, de tratado vinculante na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) referente ao direito de acesso à informação. Em paralelo à Conferência, foi promovido evento sobre Crianças e Adolescentes com Deficiência. Foram realizadas, ainda, reuniões com a Chefe do Secretariado da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com o intuito de ressaltar o tema do desenvolvimento inclusivo e sustentável durante a Conferência Rio + 20, a ser realizada no Rio de Janeiro, em 2012.

No tocante à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência, teve continuidade o projeto de fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais do Haiti.

Também ressalta-se a participação na Comissão Permanente da Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica (RIICOTEC), que vem a ser um instrumento para a implementação de políticas integrais dirigidas a pessoas idosas e pessoas com deficiência, entre os países que integram a Comunidade Iberoamericana.



**Ainda merecem destaque as seguintes realizações em 2011:**

- Publicação do Decreto nº 7.613, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal, a fim de incluir a figura do acompanhante de servidor público federal com deficiência em viagem de trabalho;
- Disponibilização, a partir de 1º de julho de 2011, do recurso de audiodescrição em pelo menos duas horas semanais das programações de emissoras de televisão com sinal digital, com o objetivo de alcançar, em dez anos, o patamar de 20 horas semanais de programação audiodescrita;
- Publicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que permite a suspensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual. Assegura, também, a concessão de novo benefício após a cessação de um benefício anterior, assim como permite a contratação como aprendiz sem a suspensão do benefício de prestação continuada, limitada a dois anos, com o recebimento concomitante da remuneração e do benefício, atendidos os requisitos legais;
- Programa BPC na Escola, cujo objetivo é promover a inclusão escolar das crianças e adolescentes de 0 a 18 anos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Projeto para implantação de cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores e de Treinamento de Cães-Guia, em parceria com o MEC e certificados pelo Inmetro. Em 2012, está prevista a entrega do primeiro deles, na cidade de Camboriú (SC), cujas obras já foram iniciadas;
- Em 2011, foram admitidas no mercado formal de trabalho 78.220 pessoas com deficiência (Caged/MTE), contra 28.752 pessoas em 2010. Em 2012, será lançado o Banco Nacional de Talentos, ferramenta virtual que viabilizará o acesso a um cadastro nacional dos postos de trabalho disponíveis e das pessoas com deficiência qualificadas para diferentes funções;
- Publicação da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que destinou o percentual de 5% das vagas do Bolsa Formação pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) para formação e qualificação de pessoas com deficiência, para ingresso no mercado de trabalho;
- Seleção de 24 projetos para a formação direta e/ou indireta de 27 mil pessoas nas áreas da acessibilidade e de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, visando, entre outros aspectos, à implantação e/ou fortalecimento dos Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência. Em 2011, foram implantados dois Conselhos Estaduais, três Conselhos Municipais e dois Núcleos do Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência;
- Lançamento do portal www.pessoacomdeficiencia.gov.br, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com todos os recursos de acessibilidade previstos no programa do Governo de acessibilidade E-MAG3. Foi lançado, também, o boletim bimestral Pauta Inclusiva, que contempla informações de interesse e ações realizadas pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD);
- Realização da primeira exposição sobre a história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Prevê-se a realização, no ano de 2012, de mais sete exposições sobre o tema Campanha Nacional da Acessibilidade, presente nas cinco regiões do País;
- Ações para recuperar e revitalizar as estruturas dos núcleos de informações para a pessoa com deficiência, com o intuito de conceber um modelo de infraestrutura física, tecnológica e de serviços capaz de garantir, em um protocolo único de referenciamento, orientação e atendimento adequados às pessoas com deficiência;





- A acessibilidade foi priorizada com a sanção da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui diretrizes para a política nacional de mobilidade urbana, fundamentada no princípio da acessibilidade universal e com a inserção do Desenho Universal como padrão em 100% das unidades habitacionais do PMCMV/FAR (Fundo de Arrendamento Residencial). Os chamados *Kits Adaptação* serão disponibilizados em pelo menos 3% das unidades, a fim de atender às necessidades específicas de idosos e das pessoas com deficiência;
- A Comissão Interministerial de Avaliação analisou, desde a sua criação, em 2007, mais de 11,5 mil requerimentos de pensão especial e encaminhou os processos deferidos ao INSS, que concedeu cerca de 8 mil indenizações – consequentemente, pensão vitalícia mensal no valor de R\$ 954,16 – às pessoas atingidas pela hanseníase que tiveram direitos violados por conta da política de profilaxia;
- Concessão de desconto na tarifa de energia elétrica à unidade consumidora habitada por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda até três salários mínimos, que tenha entre seus membros pessoa portadora de doenças e com deficiência cujo tratamento requeira o uso contínuo de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que demandem consumo de energia elétrica. A ação está prevista no âmbito do programa Melhor em Casa, lançado em 2011 para ampliar o atendimento domiciliar do Sistema Único de Saúde (SUS).

d) Criança e Adolescente

d.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2011, foi lançada a Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que traz a análise das ações intersetoriais na área, com foco nos programas conduzidos pelo Governo, presentes em 86% dos Municípios. A nova versão conta com ferramentas que possibilitam a realização de diagnósticos em âmbito estadual e municipal e a avaliação e o planejamento das políticas públicas locais. Além disso, a Matriz 2011 sistematiza dados socioeconômicos sobre Municípios, em contexto de grandes obras de desenvolvimento, para o monitoramento da situação da infância e adolescência e de fatores de vulnerabilidade à exploração sexual.

Com a proximidade da realização de grandes eventos esportivos e de grandes obras de infraestrutura no País, procurou-se fortalecer as ações de mobilização do setor produtivo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, firmando novas pactuações com empresas, por meio da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, com 24 assinaturas. Somam-se, assim, 132 Termos de Compromissos com grandes empresas nacionais, destacando-se a pactuação conjunta com o Ministério do Turismo junto a agências de viagem. Foram desenvolvidas, ainda, campanhas de prevenção à exploração sexual no ambiente corporativo, que atingiram, em 2011, um total de 23.630 trabalhadores nas grandes obras de desenvolvimento, em Porto Velho (RO), Parauapebas (PA), Foz do Iguaçu (PR) e Itaboraí (RJ).

Também foi ampliado o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (Pair), presente hoje em 540 Municípios e 24 Estados. O Pair constitui-se em uma metodologia de articulação de políticas que permite conhecer a realidade local e fortalecer a rede de atendimento no Município. Foi dada continuidade à implantação do Programa no âmbito do Mercosul, em 15 cidades gêmeas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Destacam-se, ainda, as ações de disseminação dessa metodologia, que em 2011 capacitaram 1.556 participantes em cursos a distância.

Para 2012, estão previstas ações de fortalecimento das redes locais de proteção nos Municípios sede da Copa do Mundo FIFA 2014, regiões de fronteiras e contextos de grandes obras de desenvolvimento, com destaque para a criação, nas





capitais, de Núcleos de Atendimento Integrado para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em parceria com o Ministério da Saúde.

d.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)

Após cinco anos de tramitação, foi aprovado pelo Congresso Nacional o PL nº 134, transformado na Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sinase em todo o território nacional. Esse fato reforça o compromisso do Estado brasileiro com o processo de responsabilização, aliado à criação de condições e oportunidades de inclusão sociocultural e educacional dos adolescentes, atribuindo o verdadeiro sentido das medidas socioeducativas, ou seja: o de (re)instituição de direitos e (re) construção de projetos de vida. Nesse sentido, impõe-se uma agenda futura em três frentes de trabalho: i) organização da gestão do sistema socioeducativo; ii) qualificação do atendimento realizado; e iii) fomento à mudança cultural inspirada em um modelo educacional humanizador e emancipatório.

Para 2012, está prevista a elaboração de projetos-padrão e parâmetros arquitetônicos de Unidades Socioeducativas, além dos Parâmetros Pedagógicos das Medidas Socioeducativas e de Segurança das Unidades de Privação de Liberdade. Tais parâmetros trarão maior unidade conceitual e alinhamento de ações do sistema socioeducativo no território nacional. Além disso, para fortalecer o atendimento em meio aberto, será realizado um mapeamento dos programas municipais nas capitais, que produzirá recomendações importantes para a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei.

d.3) Sistema de Garantia de Direitos

O fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos tem sido prioritário nos últimos anos. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic (IBGE/2009), 98% dos 5.565 Municípios haviam implantado conselhos tutelares. Todavia, o número de conselhos em muitas cidades de grande e médio porte populacional ainda é insuficiente para a demanda existente, e mais da metade dessa rede funciona com precárias condições de trabalho. Nesse contexto, o Governo doou 866 computadores a 94 Municípios, contemplando 323 conselhos tutelares. Foram entregues, também, 68 veículos aos conselhos tutelares, sendo 46 no Estado de Minas Gerais e 22 no Estado do Acre.

Além de investir para equipar os conselhos, o Governo apoiou a capacitação e formação dos conselheiros sobre promoção e defesa dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, por meio das Escolas de Conselhos, que são núcleos de formação continuada de conselheiros tutelares e conselheiros de direitos da criança e do adolescente. Atualmente, há Escolas de Conselhos instaladas em 17 unidades da Federação.

O Plano Plurianual (PPA 2012-2015) estabelece metas para: i) aprovar o marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos conselhos tutelares; ii) equipar 100% dos conselhos tutelares dos mil Municípios com menor IDI e IDH, localizados nas regiões Norte e Nordeste; iii) implantar conselhos tutelares referenciais em Municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipamento e integração ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência para Conselheiros Tutelares (Sipia-CT), aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos; e iv) implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino a distância.

d.4) Observatório da Criança e do Adolescente

Foi ampliada a cobertura dos Núcleos de Participação dos Adolescentes e Observatórios dos Adolescentes para mais sete Estados – Roraima, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Ceará, Tocantins, Santa Catarina, São Paulo –,





totalizando 18 Núcleos. Seis novas universidades estaduais foram incorporadas à rede do Observatório, resultando na instalação de pontos focais e comunidades de prática para mobilização de estudos e pesquisas sobre Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Os Núcleos têm como objetivo incentivar o protagonismo e promover o autocuidado e a autoproteção entre os adolescentes, com foco no enfrentamento do *bullying*, bem como na promoção da navegação segura na internet.

No âmbito da gestão da informação, foram pactuadas ações relativas ao projeto de cooperação internacional para consolidação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência (Sipia). Em 2012, ocorrerá a integração do módulo de encaminhamento de denúncia do Disque 100 junto ao Sipia, para transmissão automática de informações e monitoramento da apuração de denúncias, bem como expansão do acesso e consolidação do uso dos sistemas de informação para infância e adolescência (CT e Sinase) para todas as capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes.

d.5) Convivência Familiar e Comunitária

O Protocolo Nacional de Proteção Integral e Instalação do Comitê para Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastre, Emergência ou Calamidade foi finalizado em 2011, com o objetivo de sistematizar procedimentos para a proteção integral de grupos vulneráveis. Foi igualmente formalizada a Rede Nacional de Busca e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e instituído seu comitê gestor. Para 2012, está prevista a elaboração de um Protocolo Nacional de Atendimento às Famílias de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O Grupo de Trabalho para elaboração do Protocolo Nacional de Cursos de Preparação para Adoção foi constituído em 2011, sob a coordenação da SDH/PR. Para 2012, será elaborado o Protocolo Nacional de Serviços de Apadrinhamento Afetivo para Crianças e Adolescentes com Remotas Chances de Adoção.

d.6) Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)

Em 2011, o PPCAAM foi expandido para o Estado do Amazonas e para a região do ABC Paulista, totalizando 13 coordenações estaduais. Foi também instituído o seu Conselho Gestor Nacional e promovida, para profissionais da segurança pública, a capacitação a distância em Direitos Humanos de crianças e adolescentes ameaçados de morte, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Para 2012, está prevista a expansão do programa para mais dois Estados, além da implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência do PPCAAM e a capacitação a distância em Direitos Humanos no tema Redução da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.

No âmbito do Programa de Redução da Violência Letal (PRVL), foram produzidas as publicações Prevenção à Violência e Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Foi também atualizado o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), criado um grupo de trabalho para a formulação da Política de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes e elaborado o diagnóstico dos 20 Municípios apontados na pesquisa com maior índice de mortes de adolescentes.

e) Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

e.1) Direitos Humanos e Segurança Pública

Em 2011, buscou-se efetivar as políticas propostas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Para o alcance desses objetivos, foram realizadas reuniões do





Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, composto por 19 Estados brasileiros. O Seminário de Direitos Humanos e Controle Social da Atividade Policial no Estado Democrático de Direito proporcionou a discussão para a construção de um marco legal para a implementação de Ouvidorias de Polícia nos Estados, com observância ao preconizado no PNDH-3, a ser pactuado com os Estados.

Quanto à capacitação e à formação continuada dos profissionais de Segurança Pública, foram realizadas Jornadas Formativas em Direitos Humanos para policiais da Força Nacional de Segurança, encarregados, dentre outras atribuições, da proteção de Defensores de Direitos Humanos.

As ações iniciadas em 2011 terão continuidade em 2012, com destaque para a construção do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Capacitação de Profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal, Peritos Criminais e Guardas Municipais, incluindo modalidade a distância, bem como a realização de seminários de Direitos Humanos e Controle Social da Atividade Policial no Estado Democrático de Direito nas demais regiões brasileiras.

e.2) Garantia e Proteção de Direitos

O fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, para cumprimento do PNDH-3, seguirá como objetivo em 2012. Em 2011, o Programa de Proteção a Testemunhas, presente em 17 Estados, protegeu 700 pessoas. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos está presente em oito Estados e alcançou 211 pessoas em 2011. Ressalta-se a sanção da Lei nº 12.483, de 8 de setembro de 2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção. Para 2012, espera-se incorporar ao Sistema Nacional de Proteção mais seis Estados, sendo um ao Programa de Proteção a Testemunhas e cinco ao Programa de Proteção aos Defensores.

e.3) Erradicação do Trabalho Escravo

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) priorizou, em 2011, a criação e o fortalecimento de entidades estaduais de combate ao trabalho escravo. Em outubro, foi realizado o 1º Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em Cuiabá (MT). O Cadastro de Empregadores que tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas à de Escravo (Lista Suja) passou a ser de responsabilidade conjunta entre Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Trabalho e Emprego. Foram realizadas, também, oficinas de capacitação em seis Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando cerca de 600 juízes, procuradores e auditores do trabalho.

Propõe ampliar, em 2012, o número de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae), atualmente, existentes em apenas oito unidades da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso.

e.4) Saúde Mental e Combate à Tortura

Em 2011, as políticas destinadas ao campo da Saúde Mental alcançaram duas frentes no âmbito do Governo Federal. No tocante a pessoas com transtornos mentais, foram acompanhadas e diligenciadas as denúncias de tortura e maus-tratos a pacientes em hospitais psiquiátricos. Quanto à atuação nas políticas de combate ao álcool e outras drogas, o Governo tem participado ativamente das discussões relativas ao enfrentamento do crack, buscando o diálogo e envolvimento de diferentes segmentos.





No que se refere às políticas de combate à tortura, deu-se prosseguimento à mobilização e à articulação com vistas à consolidação e efetivação dos Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção à Tortura. Atualmente, existem 11 Comitês Estaduais em atividade (AC, AL, BA, ES, MA, PR, PE, PI, RJ, RS e SC). Nesse período, o Governo Federal, em parceria com os Comitês Estaduais e peritos independentes, realizou visitas a instituições de privação de liberdade em Pernambuco, Bahia e Santa Catarina, onde foram apuradas e constatadas violações de direitos.

O Governo realizou e apoiou, também, ações de preparação, recepção e acompanhamento da visita do Subcomitê para Prevenção da Tortura das Nações Unidas e implantou o módulo para recebimento de denúncias sobre situação de tortura, no Disque Direitos Humanos (Disque 100).

e.5) População em Situação de Rua

As ações voltadas para a população em situação de rua consistiram no fortalecimento do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que mobiliza órgãos governamentais e sociedade civil. Nesse contexto, foi elaborado o termo de adesão à Política Nacional para a População em Situação de Rua e instituída, no âmbito do Prêmio de Direitos Humanos, a categoria Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua, compreendendo a atuação na promoção e na defesa da cidadania e dos direitos humanos da População em Situação de Rua.

Em 2011, foi inaugurado em Belo Horizonte o primeiro Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH). Pioneiro no País, tem como objetivos garantir a inclusão social e prevenir e combater atos de violência, além de produzir e divulgar dados sobre violações dos direitos humanos dessas pessoas.

Outras ações de destaque para este segmento da população foram a instalação do serviço Disque Direitos Humanos específico para a população de rua – o Disque100 – e sua priorização como público prioritário do Programa Minha Casa, Minha Vida.

e.6) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)

Durante o ano de 2011, cabe destacar a atuação da Comissão Especial Urso Branco do CDDPH criada para coordenar, supervisionar e monitorar a aplicação das medidas provisórias determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002, concernentes ao Presídio Urso Branco, localizado em Porto Velho (RO). Em agosto, durante o 92º Período Ordinário de Sessões, as medidas provisórias foram suspensas, incumbindo o CDDPH de monitorar a implementação do Pacto para Melhoria das Condições do Sistema Carcerário no Estado de Rondônia.

Também merece destaque a atuação desse Conselho no que se refere às violações de Direitos Humanos contra a população indígena, em especial da Comissão Especial Tupinambá, cujo relatório aprovado recomenda às autoridades competentes medidas protetivas dos direitos dessa população. A situação dos indígenas Guarani Kaiowá na região de Dourados (MS) também mereceu atenção deste Conselho, resultando na assinatura de Acordo de Cooperação Técnica para fins de policiamento comunitário indígena na região.

No que diz respeito aos casos de violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada, monitorados pelo CDDPH, esse colegiado aprovou o relatório final contendo recomendações a serem consideradas pelos Governos Federal e Estaduais.





e.7) Registro Civil de Nascimento (RCN)

Desde 2003, o Governo priorizou ações de mobilização social para o Registro Civil de Nascimento. Os resultados das iniciativas articuladas com os Comitês Gestores Estaduais e Municipais são muito positivos: o índice de sub-registro, que era de 20,9%, em 2002, caiu para 6,6%, em 2010.

Em 2011, trabalhou-se na implementação das Certidões Unificadas de Registro Civil, em parceria com o Ministério da Justiça e a Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Realizou-se, também, a implementação do piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), com o objetivo de captar, processar, arquivar e disponibilizar as informações produzidas pelas serventias de registro civil das pessoas naturais, que serão integradas a outras bases de dados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Ainda em 2011, concluiu-se a elaboração do modelo das certidões de casamento e de óbito que vigorará a partir de 2012. Realizou-se, também, a Campanha “Certidão de nascimento: um direito humano, dever de todo Brasil”.

Além disso, foram realizados mutirões de documentação básica e registro civil, inclusive no âmbito da Operação Cidadania Xingu, e foi implementado piloto, em parceria com o Projeto Rondon, para o registro civil da população de rua e de idosos em internação de longa permanência. Foi concluído o Projeto Cidadania e Inclusão Social das Parteiras Tradicionais para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, para realização de mapeamento de parteiras leigas e de pesquisa das características de seus trabalhos enquanto promotoras do registro de nascimento. Também foi realizado o Encontro Nacional de Agentes Mobilizadores para a Promoção do Registro Civil de Nascimento.

Em 2012, objetiva-se ampliar as Unidades Interligadas, que conectam cartórios a estabelecimentos que realizam partos, com o objetivo de promover o RCN no local de nascimento das crianças. Pretende-se implantar nacionalmente o Sirc e a obrigatoriedade das Certidões Unificadas, concluindo o projeto. Serão realizadas campanhas nacional e regionais pelo Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.

e.8) Direitos da Pessoa Idosa

Em 2011, foi realizada a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, que teve como tema “O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil”. Durante a Conferência, foi lançada a Revista dos Direitos da Pessoa Idosa, com o fim de fomentar e aprofundar o debate relativo ao tema.

Ainda em 2011, foi sancionada a Lei nº 12.461, de 26 de julho de 2011, que alterou o Estatuto do Idoso, de forma a estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde. Foi aprovada pelo Conselho Nacional do Idoso a Resolução nº 07, que dispõe sobre os critérios para a utilização do Fundo Nacional do Idoso.

Para o ano de 2012, objetiva-se dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento e consolidação dessa Política Nacional. Será também desenvolvido o Programa Nacional de Educação em parceria com o MEC, com o intuito de incluir o tema do envelhecimento nos processos educativos do ensino fundamental ao superior.

e.9) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)

Em 2011, foram realizadas campanhas, eventos e ações de sensibilização contra a homofobia, bem como implementadas atividades estruturantes e de cooperação internacional.





A Campanha Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia, organizada para enfrentar o aumento do número de violências praticadas contra a população LGBT, teve por objetivo informar sobre a possibilidade de se formalizar denúncias por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100). Outra iniciativa foi a campanha publicitária com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira para o combate à violência contra a população LGBT. Essa primeira inserção na TV representa um grande avanço e abre caminhos para novas campanhas contra a homofobia no ano de 2012.

No campo das ações estruturantes, foram assinados entre a SDH/PR, o Ministério da Justiça e Secretarias de Estado de Segurança Pública, Termos de Cooperação Técnica de Enfrentamento às Homofobias. Os termos foram assinados por 11 unidades da Federação (AL, AP, AM, DF, ES, GO, MT, PA, RS, SC e SE), encontrando-se em negociação, para assinatura no início de 2012, mais 11 termos (AC, BA, MA, MG, PB, PR, PE, PI, RJ, RR e TO). As negociações com os demais Estados serão intensificadas em 2012.

Com a implantação do módulo LGBT do Disque Direitos Humanos (Disque 100), foi possível acessar os dados das vítimas de crimes homofóbicos e também acessar o perfil dos agressores e o local da agressão. O cruzamento desses dados tornará possível mapear, de forma inédita, dados oficiais sobre casos de homofobia no País. A partir de 2012, esses números embasarão as ações do Governo Federal e de entidades parceiras.

Foi também realizado em 2011 o levantamento da jurisprudência internacional e da legislação de Estados e Municípios favoráveis à população LGBT. Esse material, que será publicado em 2012, será útil a pesquisadores, juristas brasileiros e movimentos sociais, possibilitando estudos comparativos acerca dos avanços nos direitos da população LGBT no Brasil e em outros países.

Também no campo das ações estruturantes, foi instalado o Conselho Nacional de Combate às Discriminações LGBT, que tem como papel fundamental deliberar e acompanhar a implementação das políticas públicas para esta população e emitir notas públicas, pareceres e resoluções. O Conselho acompanhou a realização das conferências livres, regionais, municipais e as 27 etapas estaduais da 2ª Conferência Nacional LGBT, bem como contribuiu para a execução e o monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Em 2012, pretende-se realizar o Encontro Nacional de Conselhos LGBTs e fomentar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais.

Foi realizada, ainda, durante a 2ª Conferência Nacional LGBT, uma reunião entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, na qual foi articulada uma campanha contra a homofobia no âmbito do Mercosul, a ser realizada em 2012.

O Governo participou da Primeira Consulta Internacional sobre *bullying* homofóbico em Instituições Educacionais, entre os dias 6 e 9 de dezembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. O evento serviu para aprofundar as interpretações concernentes ao *bullying* homofóbico e para analisar diferentes experiências e estratégias de enfrentamento à homofobia nas escolas ao redor do mundo. Como resultado da Consulta, foi construída uma série de recomendações voltadas à formulação de políticas públicas específicas.

e.10) Educação em Direitos Humanos

No ano de 2011, foi realizado o processo de elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, promovido pelo Conselho Nacional de Educação, em parceria com o Ministério da Educação e com o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. As Diretrizes regulamentarão a inserção da Educação em Direitos Humanos como conteúdo curricular no âmbito da educação básica e da educação superior.





No que se referem às ações de capacitação em Educação em Direitos Humanos, apoiou-se a implementação de 30 projetos desenvolvidos em âmbito nacional, realizados em parceria com instituições não governamentais, Estados e Municípios. Essas ações objetivam a capacitação de lideranças, profissionais da educação, da segurança pública e demais áreas, movimentos sociais e grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

Destaca-se, ainda, a implantação de dois Núcleos de Estudos e Pesquisas de Educação em Direitos Humanos, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Pernambuco, bem como o apoio aos Comitês de Educação em Direitos Humanos implantados nos Estados e Municípios, no que se refere à disseminação dos referenciais e implementação das ações e diretrizes propostas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Para o ano de 2012, haverá ampliação das ações de capacitação em Educação em Direitos Humanos, apoio à implantação de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a temática e implantação de Comitês de Educação em Direitos Humanos em todas as unidades da Federação.

e.11) Centros de Referência em Direitos Humanos

Em 2011, foram acompanhadas as atividades dos Centros de Referência e Balcões de Direitos realizadas em parceria com Estados, Municípios, universidades e entidades da sociedade civil. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se: i) o auxílio à emissão de documentação civil (Carteiras de Identidade, Carteiras de Trabalho, CPFs e Certidões de Nascimento), no total de 20 mil unidades; ii) a capacitação de 2 mil pessoas, entre defensores de direitos humanos e lideranças comunitárias; iii) a realização de 50 mil atendimentos jurídicos e psicossociais; e iv) a produção de cartilhas e livros. Para 2012, está prevista a criação de 20 novos Centros de Referência em Direitos Humanos.

e.12) Diversidade Religiosa

Em 2011, o Governo participou de quatro audiências públicas sobre os temas do ensino religioso, intolerância religiosa e dos direitos sobre liberdade de crença. Foi lançada a publicação Diversidade Religiosa e os Direitos Humanos. Além disso, foi criado o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa e Direitos Humanos, com o objetivo de garantir que todas as atividades religiosas sejam respeitadas no Brasil, além de receber e encaminhar denúncias de violações ao direito à diversidade religiosa. Em 2012, objetiva-se realizar seminários regionais, buscando aprofundar as discussões da temática da intolerância religiosa.

f) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

No decorrer de 2011, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos consolidou sua estrutura, fluxo e sistemática de funcionamento, com a ampliação dos canais de comunicação junto à população.

O principal destaque foi a plena efetivação do Disque Direitos Humanos (Disque 100) em sua nova configuração, ampliando a capacidade de atendimento às denúncias de violência contra crianças e adolescentes, bem como implementando o atendimento aos novos segmentos: idoso, pessoa com deficiência, população em situação de rua, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e vítimas de tortura.





O serviço Disque Direitos Humanos prestou, em 2011, os seguintes atendimentos:

Tipo de consulta	Quantidade	%
Prestação de informações sobre conceitos, legislação e políticas públicas em direitos humanos	73.756	37,68
Prestação de informações sobre telefones e endereços de serviços de proteção e responsabilização	35.512	18,14
Registro de sugestões, reclamações, elogios e solicitações	599	0,31
Registro de denúncias de violações de direitos humanos	85.866	43,87
TOTAL	195.733	100

Fonte: SDH/PR - Disque Direitos Humanos (Disque 100).

O número de denúncias teve expressivo crescimento, já que, no ano anterior (2010), foram registradas 28.241 denúncias no mesmo período. Para 2012, a meta é ampliar e consolidar o serviço, com ênfase no monitoramento das denúncias registradas. Para tanto, está sendo constituída uma equipe específica para acompanhar as providências tomadas pela rede de proteção.

g) Direito à Memória e à Verdade

O tema do Direito à Memória e à Verdade esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro durante o ano de 2011. Destaca-se a sanção das Leis nº 12.527 e nº 12.528, ambas de 18 de novembro de 2011, que regulamentam, respectivamente, o Direito ao Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade.

No que tange às ações de estudos e pesquisas acerca desse tema, destacam-se a implementação dos Observatórios do Direito à Memória e à Verdade junto a Universidades, como também a realização de exposições, criação e inauguração de memoriais, publicação de livros e realização de seminários sobre a temática, em parceria com entidades nacionais e internacionais. Quanto à participação social, foi incentivada a criação de espaços públicos de interlocução sobre o tema, por meio de comitês, fóruns e coletivos sobre o Direito à Memória e à Verdade.

Para o ano de 2012, pretende-se dar continuidade ao trabalho de resgate à memória. Nesse sentido, faz-se destaque à publicação de coleção de livros dedicada a pessoas e eventos relacionados à resistência ao Regime Militar, como também a execução de projeto direcionado à Preservação de Sítios de Memória. Por fim, pretende-se apoiar e incentivar a participação social nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, após sua instalação.

h) Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

A criação do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) representou avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, no Estado de São Paulo – Cemitérios de Perus, Vila Formosa e Parelheiros –, e em Petrópolis (RJ) – Cemitério Municipal e Casa da Morte –, bem como ações de investigação de casos de desaparecidos políticos vitimados na chamada Operação Condor.

Vale destacar, ainda, o desenvolvimento de pesquisas para a localização de desaparecidos políticos e a busca de novas tecnologias para a identificação humana em casos de inumavações remotas.





Em 2012, as ações de busca e localização de mortos e desaparecidos políticos serão ampliadas, consubstanciando-se na continuidade das atividades do Grupo de Trabalho Araguaia, iniciadas em São Paulo e Rio de Janeiro, como também a investigação de outros sítios espalhados pelo Brasil versando sobre a Operação Condor. Ademais, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos prestará o necessário apoio e fornecerá informações à Comissão Nacional da Verdade, como prevê sua lei de criação.

i) Comunicação

A SDH/PR atuou para difundir na sociedade brasileira o trabalho realizado pelo Governo Federal para afirmação dos direitos humanos e enfrentamento das violações. Juntamente com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), foram desenvolvidas campanhas publicitárias sobre o Registro Civil de Nascimento e o Disque Direitos Humanos – Disque 100. Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) foi desenvolvida uma campanha sobre homofobia, veiculada gratuitamente na televisão.

j) Atuação Internacional

O Governo Federal deu continuidade aos projetos de cooperação voltados ao compartilhamento da experiência brasileira e também ao fortalecimento das instituições oficiais de direitos humanos criadas em outros países do Sul. Cabe destacar a construção de projeto multilateral de assistência técnica para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foram reiterados, na área de proteção aos defensores de direitos humanos, os diálogos com a União Europeia e finalizado o acordo de cooperação com Portugal na área de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas. A Suécia foi parceira na realização de um seminário sobre a proibição dos castigos corporais e humilhantes contra crianças e adolescentes.

Nos foros multilaterais, o Brasil participou do Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento das Nações Unidas, com vistas a buscar o apoio de outros países à proposta de uma convenção sobre os direitos dos idosos, logrando consenso acerca da necessidade de uma relatoria especial dos direitos da pessoa idosa como um primeiro passo na busca por uma convenção. Mereceu destaque, também, a sua atuação na elaboração do Relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que contou com ampla participação da sociedade civil.

No âmbito do Mercosul, o Governo segue atuando no fórum da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (Raadh), colaborando para a construção de um Plano Estratégico de Ação Social para o bloco. Foi também proposta uma ação coordenada com os Estados-membros para buscar arquivos e outros materiais sobre as atividades vinculadas à Operação Condor e dar publicidade aos documentos reunidos, como forma de abordar o Direito à Memória e desenvolver políticas conjuntas para o bloco no âmbito do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul.

Por fim, foi construído coletivamente, por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, um pedido de opinião consultiva, dirigido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre questões relacionadas a crianças e adolescentes migrantes, em uma iniciativa inédita no Sistema Interamericano.

k) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da linguagem





cinematográfica, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul chegou a sua 6ª edição. Em 2011, o público atingido foi de cerca de 30 mil pessoas e todas as cidades parceiras contaram com sessões com audiodescrição e *closed caption*, garantindo o acesso a pessoas com deficiência visual e/ou auditiva. Em 2011, a Mostra foi também exibida em Guiné-Bissau, no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Também em 2011, foi lançado o projeto Caravanas Direitos Humanos pelo Brasil, com o objetivo de promover e valorizar a cultura de Direitos Humanos nas diferentes regiões do País. O projeto inaugurou um canal direto de diálogo com os poderes locais, movimentos sociais e comunidades, acerca da Política de Direitos Humanos em curso no Brasil. No ano de 2012, as Caravanas percorrerão outros Estados, buscando ampliar e fortalecer a afirmação e a defesa dos direitos humanos.

Realizou-se a 17ª Edição do Prêmio Direitos Humanos, com o objetivo de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que tiveram destacada atuação na área da defesa, da promoção e do enfrentamento às violações de direitos humanos. Em 2011, a premiação contemplou 21 categorias, sendo três delas inéditas: Centros de Referência em Direitos Humanos, Garantia dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Diversidade Religiosa.

I) Mecanismos de Controle e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Em 2011, foi lançada a pesquisa sobre a população de crianças e adolescentes em situação de rua e iniciado o processo de estruturação institucional, a fim de garantir que as pesquisas sobre vitimização sejam realizadas regularmente.

Adicionalmente, todas as ações programáticas constantes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foram detalhadas e articuladas aos demais planos que possuem ações voltadas à promoção e defesa dos direitos humanos, a exemplo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e do recém-lançado Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Tal detalhamento contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia de monitoramento conjunto, superando a meta de acompanhamento específica para o PNDH-3, estabelecida em 2010. Para 2012, o desafio é aprimorar o modelo de monitoramento por meio da completa informatização dos indicadores e viabilizar mecanismos de participação social no tocante ao acompanhamento da efetivação dos compromissos relacionados aos direitos humanos no Brasil.

O Governo comprometeu-se, então, a instituir um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, de forma articulada com os demais órgãos públicos e a sociedade civil. Trata-se de um projeto, em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e outras agências das Nações Unidas, cujo objetivo é a estruturação de módulos sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

7. Previdência Social

O Governo estabeleceu como prioridade para 2011 o fortalecimento da gestão estratégica do sistema previdenciário, como forma de impulsionar o aperfeiçoamento na condução da política de previdência. Para tanto, promoveu a revisão do planejamento estratégico em consonância com a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015), formulando novos objetivos e metas para os próximos quatro anos.





a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No âmbito do RGPS, os resultados de 2011 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao pagamento de benefícios previdenciários. Em 2011, a arrecadação líquida previdenciária acumulada foi de R\$ 245,9 bilhões, um aumento de 16% em comparação a 2010, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários acumulado foi de R\$ 281,4 bilhões, o que representa um aumento de 10,4% em relação ao ano anterior. Dessa forma, a necessidade de financiamento em 2011 foi de R\$ 35,5 bilhões, uma redução de 17,1% em relação a 2010.

a.1) Inclusão Social

Em 2011, houve continuidade das ações para disseminar informações previdenciárias à sociedade, com o objetivo de incentivar a inscrição no sistema previdenciário e esclarecer sobre os canais e critérios de acesso aos benefícios, a fim de agilizar a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) realizou em 2011, 8.407 ações educativas, prestando informações previdenciárias a 684.415 pessoas e formando 11.435 pessoas para atuarem como disseminadores externos dessas informações, o que amplia ainda mais as possibilidades de acesso à informação previdenciária. Em 2011 foram realizadas ações nacionais direcionadas às mulheres, trabalhadores domésticos, caminhoneiros, feirantes, idosos, alunos e professores.

a.2) Ampliação da Cobertura Previdenciária

Em 2011, foram promovidas importantes alterações na legislação com maior destaque para a Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que, dentre outras medidas, reduziu a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI), do segurado facultativo sem renda própria e de família de baixa renda, que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, de 11% para 5% do salário mínimo. Outra alteração legislativa importante diz respeito à ampliação do limite de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual, com vigência a partir de 2012.

Em 2009, segundo dados da PNAD/IBGE, a Cobertura Previdenciária da População Ocupada já representava 67%. O Governo estipulou 72% como a meta a ser alcançada em 2012 e pretende ampliar este percentual para 77% em 2015, conseguindo com isso, aumentar o total de trabalhadores cobertos de 56,6 milhões, em 2009, para 64,4 milhões em 2012, o que significará a inclusão de 7,8 milhões de trabalhadores (alta de 13,8% em relação a 2009).

Quanto à Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras (Mulheres Ocupadas), que perfazia um total de 64,6% em 2009 (PNAD/IBGE), será realizado um esforço para alcançar 69,8% em 2012 e 75% em 2015 aumentando o total de trabalhadoras cobertas de 23,4 milhões, em 2009, para 27,1 milhões em 2012 representando assim, a inclusão de 3,4 milhões de trabalhadoras (alta de 14,5% em relação a 2009).

Em relação ao MEI, programa que conta, atualmente, com 1,9 milhão de trabalhadores inscritos, a meta será atingir a marca de 2,5 milhões de trabalhadores inscritos até o final de 2012. Já as donas de casa de baixa renda podem, desde final de 2011, contribuir com percentual reduzido (5% do valor do salário mínimo). Com tal medida o Governo espera atingir 200 mil contribuintes até o final de 2012 e 1 milhão até o final de 2015.

Houve em 2010, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a inserção de 17 mil pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho o que somado ao estoque já existente representa um total de 306 mil contribuintes inseridos no sistema. Para 2012, o Governo pretende realizar a inserção de mais 75 mil pessoas com deficiência.





a.3) Saúde do Trabalhador

No ano de 2011, foi realizada reunião com os representantes técnicos da reabilitação profissional, da perícia médica e do serviço social das cinco Superintendências Regionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objetivando a integração das áreas e o alinhamento do trabalho, tendo sido também discutida a evolução do Projeto de Revitalização da Reabilitação Profissional e suas implicações. Além disso, equipes de reabilitação profissional cumpriram a determinação de efetuar, com os segurados desligados, a Pesquisa da Fixação no Mercado de Trabalho para retorno ao trabalho, conforme previsto no Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999. O serviço de Reabilitação Profissional registrou 51.670 segurados, de forma que elegeu 30.486 para cumprir programa de Reabilitação Profissional e reabilitou 17.255 beneficiários da Previdência Social, que representa 56,59% dos segurados eleitos para o programa. Houve um aumento percentual de 13,3% das equipes fixas de reabilitação profissional, passando de 361 equipes em 2010 para 409 equipes em 2011.

a.4) Atendimento ao Cidadão

O segurado da Previdência Social possui, atualmente, a facilidade de agendar o dia e hora do seu atendimento por meio da central telefônica 135 ou pela Internet, sem a necessidade de deslocar-se até uma Agência da Previdência Social (APS), garantindo maior comodidade nesse processo. A organização de requerimentos de benefícios mensais em agendas facilita a identificação prévia do segurado e otimiza o tempo de atendimento. Em 2011 foram registradas mais de 6,5 milhões de ligações mensais para a Central 135, um aumento considerável em relação aos 5,6 milhões de ligações/mês registrados em 2010. O tempo médio de espera para o atendimento agendado nacional em 2011 foi de 21 dias, que superou as expectativas previstas para 2011, uma vez que era esperado um resultado de 28 dias.

Além disso, o reconhecimento automático de direitos integra o processo de mudanças em busca da melhoria da qualidade do atendimento prestado ao segurado, de forma que a análise para a concessão de benefícios, quando de direito, pode ser realizada em até meia hora para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. O índice de benefícios habilitados e formatados no mesmo dia, exceto os que dependem de perícia médica, foi de 51,21% em dezembro de 2011.

Outra forma de facilitar o acesso do cidadão aos serviços previdenciários é o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX), que prevê a construção de 435 novas agências do INSS até 2015, meta prevista no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Ao término do projeto, a Previdência Social estará presente em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes. Concomitantemente à iniciativa de ampliação da rede, tanto as novas agências quanto as antigas estão passando por um processo de padronização estrutural, buscando a adequação das instalações físicas aos novos padrões de atendimento, com a instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança. Em 2011, 51 unidades de atendimento foram reformadas.

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) analisou, em 2011, por meio das Juntas de Recursos e das Câmaras de Julgamento, um total de 424.407 processos. O CRPS, em parceria com o INSS, implementou o meio eletrônico por intermédio do Sistema E-Recursos, no gerenciamento da tramitação dos recursos administrativos bem como na produção, registro, consulta, transmissão e arquivamento de documentos. Com a implantação do Sistema E-Recursos, além de maior segurança no trato das informações constantes nos processos, a celeridade na tramitação reduzirá o tempo de análise, o que alavancará de forma considerável a melhoria no atendimento ao cidadão.

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social é um veículo de comunicação do cidadão com a Previdência Social. Entre o período de agosto de 1998, até outubro de 2011, foram cadastradas 2,1 milhões de manifestações, das quais 98% foram solucionadas.





Em 2011, recebeu um total de 184.964 manifestações novas, que resultaram em uma média de atendimento de 15.413 manifestações/mês. Em relação ao total de novas manifestações, a Ouvidoria-Geral respondeu diretamente ao cidadão, sem encaminhar a área técnica solucionadora, cerca de 65% das manifestações, com um tempo médio de resposta de 4 dias. Além das solicitações novas, a Ouvidoria-Geral atendeu mais 17.580 manifestações de períodos anteriores que somadas às manifestações recebidas no ano totalizaram 202.544 manifestações solucionadas em 2011.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

No contexto da ampliação dos esforços de acompanhamento da melhoria dos dados cadastrais, funcionais, previdenciários e financeiros, o desenvolvimento do Sistema de Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS) tem como objetivo primordial disciplinar a aplicação do teto de remunerações, proventos e pensões previsto no art. 37, inciso XI da Constituição. Além do CNIS/RPPS, está em desenvolvimento uma aplicação, ligada ao Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão de RPPS), que permite a cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados.

Em 2011, mais de 300 entes federativos iniciaram o carregamento do SIPREV/Gestão de RPPS, e homologou-se esta ferramenta como hábil para efetivação de Censo Previdenciário e validação dos dados para envio ao CNIS/RPPS.

c) Relações Internacionais da Previdência Social

Os acordos internacionais previdenciários têm como objetivo principal garantir os direitos de seguridade social, previstos nas legislações dos países signatários, aos respectivos trabalhadores e a seus dependentes legais, residentes ou em deslocamento temporário, no exercício de atividade laboral. O Brasil mantém Acordos Bilaterais de Previdência Social com Cabo Verde, Chile, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo e Portugal e é signatário do Acordo Multilateral do Mercosul e da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. Em 2011, foram firmados acordos com o Canadá (Quebec), e estão em curso negociações com França e Moçambique.

As cooperações técnicas internacionais têm o objetivo de apoiar a modernização dos sistemas de seguridade social, fortalecer institucionalmente as entidades competentes em matéria de previdência social e prestar colaboração, a partir da experiência brasileira, na adoção de políticas públicas de Proteção Social. São atualmente três os países com os quais o Brasil mantém projetos de cooperação: Timor Leste, Moçambique e Paraguai, iniciados em 2010.

d) Previdência Complementar

O Regime de Previdência Complementar (RPC) conta, atualmente, com 338 Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em atividade, que administram 1.091 planos previdenciários e apresenta uma população de 3,0 milhões de participantes e assistidos, gerindo cerca de R\$ 580 bilhões de ativos totais, montante equivalente a 14,0% do Produto Interno Bruto (PIB).

As mudanças instituídas pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 05, de 18 de abril de 2011, simplificaram os procedimentos de formalização de processos de estatutos, regulamentos de planos de benefícios e convênios de adesão dos fundos de pensão.





No tocante à responsabilidade social, foi realizado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e a Associação Nacional dos Contadores dos Fundos de Pensão (Ancep), resultado do Protocolo de Intenções firmado entre o Brasil e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado na 100ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra. Na ocasião do Protocolo, a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) foi designada responsável pela coordenação das atividades a serem desenvolvidas para promover o trabalho decente, a proibição do trabalho infantil e escravo ou que atente à liberdade sindical e de associação, conscientizando as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) a promoverem a valorização das empresas que mantém programa consistente de investimentos sociais e de políticas claras de não discriminação.

Ainda no aspecto das relações institucionais, encontra-se em fase final as tratativas para formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre a SPPC e a Organização Iberoamericana de Seguridade Social (AISS), versando sobre troca de experiências, bem como a formação e o aperfeiçoamento dos técnicos na área de regulação, formulação de políticas públicas e diretrizes no âmbito do Regime de Previdência Complementar.

Em relação à promoção da Educação Previdenciária Complementar, foram elaborados um Guia com o tema – Fundos de Pensão: O futuro começa agora!, dirigido para a sociedade em geral, com uma linguagem acessível e um Encarte com o tema – Fundos de Pensão: Instituidor, voltado para os associados de entidades de classe. No total, foram enviados mais de 25 mil exemplares do Encarte para agentes de mercado e disponibilizado em sítio eletrônico para consulta pública.

Para 2012, entre os pontos a serem enfrentados estão: i) o estímulo à entrada de mais instituidores; a atração das grandes e médias empresas; ii) o incentivo aos fundos multipatrocinados, que trazem especialização e redução de custos; iii) a revitalização das modalidades de planos; iv) a aprovação da lei que cria a previdência complementar dos servidores públicos; e v) a revisão, racionalização e uniformização de regras e procedimentos para o Regime de Previdência Complementar.

8. Cultura

Reconhecido por sua diversidade cultural e potencial criativo, o Brasil assumiu o desafio de formular, implementar e monitorar políticas culturais articuladas ao processo de desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse contexto, as políticas culturais têm por base a inovação, a criação, a sustentabilidade, o acesso e a garantia de direitos e da cidadania.

A economia criativa, que tem obtido destaque em fóruns internacionais como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foi objeto de diversas iniciativas do Governo. Destacam-se, em 2011, as parcerias estabelecidas para o levantamento de indicadores e mapeamento de cadeias, processos e potenciais produtivos, e a implementação de programas de capacitação, de apoio ao mercado e de geração de negócios. Nesse ano, com um investimento de R\$ 6 milhões, iniciou-se a implantação dos Criativa Birôs, espaços destinados ao atendimento e ao suporte técnico de profissionais e empreendedores criativos, com foco na gestão do conhecimento, na qualificação da cadeia produtiva e no fomento para alavancagem econômica, nos Estados do Acre, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Em 2012, está prevista a implantação desses espaços em mais nove Estados e, até 2014, na totalidade das unidades federativas.

O Programa de Capacitação em Projetos Culturais, destinado a empreendedores, agentes públicos e privados, empresas e gestores culturais, contemplou, em 2011, 1,3 mil profissionais de todas as regiões do País e tem previsão de atendimento de mais 4 mil profissionais em 2012, quando estão previstas, também, ações de apoio à criatividade brasileira e de fomento aos setores criativos;





a implementação de iniciativas de cooperação e intercâmbio para internacionalização de bens e serviços culturais brasileiros; o lançamento do Prêmio de Fomento a Microempreendimentos, com o objetivo de selecionar e apoiar 150 projetos; a disponibilização do Portal Brasil Criativo; e a realização de 12 Cursos de Capacitação em Gestão de Empreendimentos Criativos. Esta última iniciativa visa contribuir para o avanço da sustentabilidade econômica de artistas, produtores, gestores e empreendedores.

No que se refere ao fomento a iniciativas culturais, em 2011 foram aprovados 8 mil projetos. Os patrocinadores desses projetos poderão se beneficiar da isenção fiscal de parte do imposto de renda, o que representa uma aplicação de mais de R\$ 600 milhões. No âmbito do fomento com recursos orçamentários, foram lançados cinco editais: i) Prêmio Palcos Musicais Permanentes; ii) Prêmio de Apoio a Festivais e Mostras de Música; iii) Prêmio de Estímulo às Artes Visuais; iv) Prêmio de Apoio à Banda de Música; e v) Prêmio de Estímulo ao Circo, à Dança e ao Teatro. Ao todo, são R\$ 57 milhões, recursos não reembolsáveis provenientes do Fundo Nacional de Cultura (FNC). Entre as iniciativas programadas para 2012 estão: a promoção de 133 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais e o apoio a 900 projetos de produção, difusão e circulação de atividades e eventos artísticos. Condicionados à aprovação dos instrumentos legais pelo Congresso Nacional, estão previstos os estudos para futura implementação do Vale-Cultura e do Programa Nacional de Cultura (Procultura).

No âmbito da infraestrutura cultural, foram recebidos 380 projetos para implementação de Praças de Esporte e Cultura (PEC), ação integrante da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Esses equipamentos públicos integram atividades e serviços culturais; práticas esportivas e de lazer; formação e qualificação para o mercado de trabalho; serviços socioassistenciais; e políticas de prevenção à violência e inclusão digital num mesmo espaço físico. Sua implantação visa à promoção da cidadania e a redução da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Como suporte a essa iniciativa, foram realizados 11 seminários regionais sobre mobilização e gestão social para capacitação dos futuros gestores dessas praças. Para o ano de 2012, está prevista a continuidade do processo de seleção de projetos que deverão resultar na construção de 600 PEC, com previsão de alcançar o total de 800 até 2014. Como atividades complementares, serão realizados seminários regionais, o 1º Seminário Nacional e o curso a distância para capacitar administradores e gestores públicos, bem como lideranças comunitárias, com vistas ao gerenciamento e à manutenção dos equipamentos e à efetivação de parcerias públicas e privadas para auxiliar na gestão permanente e qualificação do uso das Praças.

Outra iniciativa importante que começou a ser implementada em 2011 foi o Programa Usinas Culturais. Formulado no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania do Governo Federal, o Programa visa à realização de investimentos em infraestrutura e programação cultural em Municípios situados em áreas de alta vulnerabilidade social, possibilitando o exercício dos direitos, a promoção dos valores da cidadania e da diversidade cultural e o desenvolvimento local e regional por meio da economia criativa. O desenvolvimento dessa iniciativa é dividido em duas etapas. Na primeira, ocorre a adequação de espaços, a aquisição de equipamentos, ações de mobilização social e apresentação de plano de trabalho elaborado pelo Município. Na segunda, ações de “usinagem”, com formulação de plano de trabalho que contemple parceria e participação social, formação de agentes culturais, estímulo ao empreendedorismo e a ações de criação, difusão e fruição de bens e serviços culturais. Em 2011, foram contratadas 52 Usinas Culturais. No total, serão instalados 199 desses equipamentos culturais em 135 Municípios participantes do Programa até 2012.

Dentro do escopo do Programa Mais Cultura, foram contemplados mais 28 Espaços Mais Cultura, o que compreende a construção e o fornecimento de mobiliário e equipamentos para espaços de múltiplas funções em áreas de grande vulnerabilidade social, totalizando 50 desses Espaços, desde seu lançamento. Em 2012, está prevista seleção de novos convênios para a instalação de 35 Espaços. Também foi lançado, em novembro de 2011, o Edital Mais Cultura – Microporjetos Rio São Francisco para fomento a atividades artísticas e culturais das populações da região da bacia





do rio São Francisco. No âmbito desse edital, serão concedidos 1.050 prêmios no valor de R\$ 15 mil, totalizando investimento de R\$ 16,8 milhões, a ser executado em 2012.

Dentre as iniciativas do Programa Cultura Viva, que apoia ações organizadas pelas comunidades para a produção e formação cultural e geração de renda, destacam-se os Pontos de Cultura, que proporcionam acesso aos bens e serviços culturais em todo o País, estimulando, prioritariamente, os já existentes, por meio de transferência de recursos, atividades de capacitação e da concessão de bolsas e prêmios. Até 2011, foram apoiados 3.361 Pontos de Cultura em todo o Brasil, correspondendo, no ano, ao início de repasses a 376 novos espaços e um desembolso de R\$ 53 milhões. Além disso, os compromissos assumidos em editais de premiação totalizaram a transferência de R\$ 22,5 milhões aos grupos e agentes culturais. Está previsto para 2012 o lançamento do edital Agente Jovem de Cultura, que consiste na promoção de ações culturais que contemplem a diversidade desse segmento etário.

No âmbito do Programa Brasil Plural, que promove a diversidade cultural brasileira, foi realizada a Oficina Nacional de Elaboração de Políticas Públicas de Cultura para Povos Tradicionais de Terreiros, em São Luís (MA). Em 2012, está prevista a realização da Cartografia da Diversidade Cultural, que consiste na sistematização e disponibilização de informações acerca da diversidade cultural brasileira, que será integrada à base de dados do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Na área de direitos intelectuais, foram concentrados esforços na discussão de proposta de revisão e modernização da Lei de Direitos Autorais.

O Programa Engenho das Artes manteve o foco na institucionalização de políticas para as artes cênicas, visuais e da música, a partir de processos seletivos para fomento, comunicação para a difusão, disponibilização de equipamentos culturais, ampliação do acesso do cidadão aos bens artísticos brasileiros e qualificação de profissionais. Nas Artes Cênicas, foram contemplados 111 projetos de produção e difusão de espetáculos, realização de pesquisas, aquisição de equipamentos, promoção da arte-educação e formação de público, e mais nove projetos de programação e ocupação de teatros públicos, perfazendo 569 apresentações. Cerca de 100 oficinas capacitaram mil técnicos e artistas, transmitindo conhecimento técnico e gerando multiplicadores. O segmento Artes na Rua (Circo, Teatro e Dança) apoiou 63 projetos de grupos e profissionais independentes. Com vistas à formação em artes circenses, foram concedidas 30 bolsas a estudantes para participarem do curso básico da Escola Nacional de Circo (RJ). A Rede Nacional Funarte Artes Visuais contemplou 45 projetos. Essa iniciativa promoveu oficinas artísticas e de qualificação, *workshops*, palestras, performances, audiovisual, seminários, exposições, atividades pedagógicas e pesquisa de linguagem. O Prêmio Funarte de Arte Contemporânea selecionou 20 artistas brasileiros para difundir suas criações em galerias de quatro capitais: Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Brasília. Na Música, destaca-se a realização da XIX Bienal de Música Contemporânea, mostra de música erudita em que 520 intérpretes apresentaram 11 concertos e 74 obras de compositores inéditos. Foram realizados, também, os Painéis de Regência Coral e o de Bandas de Música, que qualificaram cerca de mil pessoas. O Programa Engenho das Artes apoiou 25 festivais, encontros, mostras, exposições de circo, dança e teatro, artes visuais e música propiciou atividades para um público aproximado de 1,3 milhão de pessoas, nas diversas regiões do País. Em 2012, pretende-se manter o fomento à produção e criação e à difusão artística, incentivando a circulação nacional e regional da produção artística e incorporação de novas tecnologias na qualificação dos profissionais da área.

Em relação à Cultura afro-brasileira, foram fomentados seis projetos culturais; apoiadas duas iniciativas para pesquisas sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro; e atendidas 20 comunidades em iniciativas que contribuem para o desenvolvimento de populações remanescentes de quilombos. Destacam-se a entrega do Troféu Palmares em homenagem ao ativista negro





Abdias Nascimento e o I Prêmio Palmares de Monografia e Dissertação, que apoiou 30 trabalhos de pesquisa sobre cultura e patrimônio afro-brasileiro. Foram organizados seminários sobre a promoção e a proteção do patrimônio cultural quilombola, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, e sobre a produção e divulgação do artesanato quilombola. Em 2012, a Fundação Cultural Palmares consolidará o Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra, em Brasília, além de projetos locais de qualificação e capacitação das comunidades quilombolas e de terreiro. Pretende-se, também, elaborar o atlas da diáspora africana promovida pela escravidão e desenvolver o turismo memorial, por meio da promoção dos itinerários referentes aos lugares de escravatura e de tráfico negreiro.

A política de incentivo ao livro e à leitura ampliou a disponibilidade de acervos bibliográficos para consulta pública com a intensificação da digitalização de acervos bibliográficos, alcançando a cifra de três milhões de páginas. A perspectiva é que até dezembro de 2012 seja alcançada a marca de 11 milhões de páginas digitalizadas. Também merece destaque o Programa de Internacionalização do Livro e da Literatura Brasileira. O pacote de medidas prevê programa de tradução com investimentos da ordem de R\$ 12 milhões até o ano de 2020. O investimento em bibliotecas contabilizou 692 unidades beneficiadas, que incluem 145 novas bibliotecas municipais, inclusive uma de referência no Amazonas, investimentos para modernização em 411 bibliotecas e 136 pontos de leitura, além de formação de funcionários, ampliação de acervos e acessibilidade para pessoas com deficiência. A principal inovação na área foi a criação do Programa de Ampliação e Atualização dos Acervos, que beneficiará, até 2014, 25 mil bibliotecas e pontos de leitura municipais, estaduais, comunitárias e rurais.

Dentre as ações de fortalecimento e desenvolvimento do setor audiovisual, destaca-se a atuação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que investiu cerca de R\$ 120,8 milhões, aplicados em oferta de crédito e na participação no capital de empresas e em projetos. Além disso, o Prêmio Adicional de Renda (PAR) contemplou 84 empresas nacionais produtoras, distribuidoras e exibidoras com base no seu desempenho comercial, totalizando um aporte de R\$ 6,5 milhões na cadeia do audiovisual. Com recursos de outras fontes, destaca-se o Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira, com o lançamento de editais para apoio direto à produção de dez filmes de longa-metragem de baixo orçamento, três documentários de longa-metragem, 20 filmes de curta-metragem e 15 roteiros de filmes de longa-metragem. Para 2012, além da continuidade dos programas de incentivo à indústria audiovisual e do Programa Cinema Perto de Você, destinado à ampliação, diversificação e descentralização do mercado de salas de exibição cinematográfica no Brasil, a expectativa é de que, sob o novo marco regulatório da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, haja aumento da competitividade no segmento da comunicação audiovisual de acesso condicionado, entrada de novos agentes e ampliação do acesso ao conteúdo audiovisual brasileiro, inclusive com recursos complementares ao FSA e destinação de 30% desses às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serão lançados editais voltados à convergência digital e plataformas audiovisuais: Laboratórios de Experimentação de Conteúdos e Tecnologias Audiovisuais, que apoiará novas tecnologias e sua interseção com o desenvolvimento de conteúdos; e BRGames, voltado aos jogos eletrônicos.

Em relação ao Programa Brasil Patrimônio Cultural, em 2011, os destaques são as ações de fomento a exemplo do Prêmio Viva Meu Mestre, de reconhecimento e fortalecimento da tradição cultural da capoeira, e da 24ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, para estímulo a pessoas e instituições empenhadas em ações preservacionistas e educação patrimonial.

Por meio do Programa Monumenta, destinado à preservação do patrimônio histórico urbano, foram realizadas 81 ações de preservação, revitalização de sítio protegido, requalificação dos espaços públicos, financiamento para restauração de imóveis privados e promoção do patrimônio cultural, totalizando o desembolso de R\$ 44 milhões. Ressaltam-se também a melhoria da acessibilidade e obras de restauração do Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, e o embutimento e canalização da rede elétrica do Casario do Porto de Corumbá (MS), no âmbito do PAC – Cidades Históricas. Para 2012, prevê-se a realização de três novos registros no âmbito do patrimônio imaterial e a implantação de novas Casas do Patrimônio. Destaque será dado ao início





do processo de implantação do Centro Lício Costa – Centro Regional de Categoria II da Unesco/ONU, a partir do qual será estruturado o Programa Nacional de Formação em Patrimônio Cultural, em parceria com países da América Latina, África e Ásia.

Com relação ao segmento museológico, destaca-se, em 2011, a implantação de 12 pontos de memória em áreas de vulnerabilidade e risco social, além do reconhecimento e premiação de 48 iniciativas de museologia social a partir do Prêmio Pontos de Memória. Para 2012, pretende-se apoiar mais 100 pontos de memória. Além disso, foram lançados editais e prêmios que totalizaram mais de R\$ 16 milhões em apoio. Em 2012, serão concluídos o Inventário de Acervos Museológicos dos Museus, contemplando a conservação e proteção de mais de 250 mil bens culturais musealizados, e a nova versão do Cadastro Nacional de Museus, que já mapeou mais de três mil instituições museológicas no País até 2011. Também serão contemplados, nas ações de fomento, projetos relacionados ao legado cultural da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, compreendendo a restauração de cinco edifícios históricos que abrigam museus e a realização de projetos de acessibilidade e de sustentabilidade ambiental em 15 museus.

Quanto à promoção da cultura nacional no exterior, a principal ação do Governo em 2011 foi a participação na 23ª edição do Festival Internacional de Cultura da Europa, o Europalia-Brasil. O Brasil foi o país tema do festival, o que proporcionou a difusão e o intercâmbio de eventos e obras culturais brasileiras nas mais diversas linguagens. A arte e a cultura dos povos originários do Brasil também foram representadas no evento pelas etnias que habitam a terra indígena Parque do Xingu (MT), com cantos e danças rituais, além de uma mostra dos trabalhos do artesanato tribal.

Por fim, no campo da gestão da política cultural merece destaque o processo de construção do Plano Nacional de Cultura, por meio da elaboração do conjunto de metas para os próximos dez anos, a partir de um processo de consulta pública à sociedade e de diálogo com o Conselho Nacional de Política Cultural. Com o intuito de estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional, houve a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação com vistas a desenvolver, a partir de 2012, ações conjuntas que resultarão na implantação da ação Mais Cultura nas Escolas. Destaca-se, também, o avanço na implantação de um sistema nacional de cultura, que objetiva o fortalecimento da gestão pública da cultura com base em um modelo institucional que reúne a sociedade civil e os entes federados. Em 2011, 675 Municípios e 12 Estados já faziam parte desse sistema. A expectativa para 2012 é alcançar, no mínimo, a adesão de 75% dos Estados e 20% dos Municípios.

9. Esporte

As ações nas áreas de esporte e lazer têm como foco a inclusão social e a democratização do acesso mediante medidas de apoio à infraestrutura esportiva, ao esporte social e ao esporte de alto rendimento, além da preparação para os grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos, especialmente a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

a) Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo (PST) fortaleceu a política de esporte educacional ampliando significativamente o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social com acesso à prática esportiva no contraturno escolar. Atualmente os Núcleos de Esporte Educacional estão implantados em todas as unidades da Federação, em mais de dois mil Municípios. Hoje são 14.384 núcleos que empregam 32,5 mil professores e monitores atendendo a 2,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o País. Uma ação estratégica para o alcance desse resultado





foi a cooperação com o MEC que permitiu a ampliação da inserção do Segundo Tempo no âmbito do Programa Mais Educação, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. Em 2011, o Programa foi inserido em 4.947 escolas públicas de 789 Municípios do País, alcançando cerca de 1 milhão de alunos da educação básica.

O ano de 2011 representou um marco importante na evolução do Programa, destacando-se: i) a instituição de Chamada Pública com o estabelecimento de novos critérios de seleção que garantiram o rigor necessário na avaliação da capacidade técnica e operacional das entidades proponentes; ii) a diversificação e ampliação do *kit* de Material Esportivo por meio da aquisição direta, reduzindo o custo e aumentando a qualidade e a durabilidade dos materiais, além de favorecer o desenvolvimento da proposta pedagógica; e iii) a revisão das ações pactuadas na celebração das parcerias, a exemplo do Reforço Alimentar que não será mais financiado com recursos do convênio, o que possibilitou a ampliação imediata do número de beneficiados e a redução do risco na aplicação dos recursos públicos.

Em continuidade à priorização da seleção de entidades públicas para desenvolver o Programa iniciado em 2007, de forma a dar efetividade à política de esporte educacional, em 2011, além da renovação da cooperação com o Ministério da Defesa, optou-se por celebrar parcerias somente com governos estaduais, municipais e universidades públicas. Em complemento à Chamada Pública para o Segundo Tempo padrão, que atende a faixa etária de 6 a 17 anos, foram abertos editais para formalização de parcerias visando à implantação e ampliação dos projetos especiais, tais como o PST Universitário e o PST adaptado para pessoas com deficiência, resultando na parceria com 33 universidades federais. Também foi aberto edital específico para o PST Navegar que oferece modalidades náuticas e permitirá o reaproveitamento dos equipamentos já disponibilizados pelo programa a governos estaduais e municipais.

O Projeto Recreio nas Férias oferece opções de lazer às crianças e aos adolescentes, no período de férias escolares, em janeiro e julho. A ação integra o Programa Segundo Tempo e se concretiza por meio de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, diferenciadas em relação ao que o núcleo desenvolve durante o ano. O Recreio nas Férias oportunizou a participação de aproximadamente 12,8 mil crianças e adolescentes em 128 núcleos do Segundo Tempo.

Para 2012, o PST buscará elevar o atendimento médio anual para três milhões de beneficiados, dando continuidade às parcerias com governos municipais, estaduais e universidades e por meio da inserção do esporte educacional em 10 mil Escolas do Programa Mais Educação, com a expectativa de atender 2 milhões de alunos da educação básica na perspectiva da educação integral. Pretende-se, ainda, diversificar a atuação do Programa, por meio da implantação de projetos especiais, e ampliar o apoio à participação de escolares em jogos e eventos nacionais e internacionais e à realização de eventos e ações nacionais e internacionais de caráter educacional, por meio das parcerias com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), fortalecendo a Política de Esporte Educacional em todas as suas vertentes.

Cabe destaque para o fato de ter sido o Brasil escolhido para sediar os próximos Jogos Escolares Sul-Americanos, que acontecerão em dezembro de 2012. Tal escolha se deu por decisão unânime dos dez países que compõem o Conselho Sul-Americano de Desportos (Consude).

Foi confirmada também a realização no Brasil das Olimpíadas Escolares Mundiais – Gymnasiade, em 2013. A Gymnasiade, que nunca aconteceu na América, irá reunir os países que são filiados à Federação Internacional do Desporto Escolar (ISF) nas modalidades de: atletismo, natação, ginástica rítmica e artística. A Gymnasiade é o evento mais importante da ISF e acontece de quatro em quatro anos.





b) Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, tem como objetivo central ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e do lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural. O Programa desenvolve ações em parceria com os governos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, para garantir o acesso aos direitos sociais, por meio do funcionamento de núcleos e da formação. O Programa contempla ações como o PELC Funcionamento de Núcleos – Todas as Idades, Pronasci (jovens de 15 a 24 anos) e Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos) –, que na sua essência visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais.

Em 2011, os núcleos Todas as Idades e Vida Saudável permitiram que fossem firmados 19 convênios, com a previsão de beneficiar a mais de 218 mil pessoas nos núcleos de esporte recreativo e de lazer. Além dos participantes diretos das ações, serão capacitados 400 gestores, coordenadores e agentes sociais. O Programa tem, atualmente, 94 convênios em execução, beneficiando a aproximadamente 850 mil pessoas nas cinco regiões do País.

c) Jogos dos Povos Indígenas

A XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas aconteceu no período de 5 a 12 de novembro de 2011, em Porto Nacional, Estado do Tocantins, com a participação de 1,4 mil indígenas e um público diário de mais de 5 mil pessoas acompanhando o evento que, além das atividades culturais e esportivas, contou com a realização do Fórum Social Indígena e a feira de artesanato. Participaram com equipes 28 etnias e outras seis como visitantes.

d) Rede Cedes

A Rede Cedes é um Centro de Desenvolvimento de Esporte e Lazer que fomenta a produção e difusão de pesquisa. Essa rede integra 59 instituições de ensino superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e Distrito Federal. Em 2011, foram desenvolvidas pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo grupos de estudos de políticas públicas de esporte e lazer cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 32 pesquisadores coordenadores e 85 pesquisadores participantes. Foram gerados 45 postos de estágios, criados com bolsas para alunos de graduação, pós-graduação e doutorado. Em outubro de 2011, foi aberta a Chamada Pública, Edital da Rede Cedes que teve a inscrição de 72 projetos de pesquisa, apresentados por 45 instituições de ensino superior, de 20 Estados e do Distrito Federal.

Para 2012, o desafio será financiar o maior número possível de pesquisas selecionadas pelo Edital da Rede Cedes 2011.

e) Inclusão Social pelo Esporte

O Programa Inclusão Social pelo Esporte busca a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social, bem como procura suprir a demanda por materiais esportivos de programas administrados pelo Ministério do Esporte (ME). O Programa, no ano de 2011, obteve produção de 275 mil itens esportivos diversos, que beneficiaram cerca de 4,3 milhões de pessoas vinculadas aos programas sociais esportivos e escolas públicas.

Para 2012, estima-se a produção de 900 mil itens esportivos, o que possibilitará cerca de 15 milhões de atendimentos.





f) Infraestrutura Esportiva

Os investimentos em infraestrutura no ano de 2011 por parte do ME foram estruturados a partir das seguintes ações: i) implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos para o Esporte; ii) apoio à implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; iii) implantação e modernização de infraestrutura para Esporte Recreativo e Lazer; iv) implantação e modernização de infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento; e v) implantação da infraestrutura para o desenvolvimento do Esporte Educacional. Dentro dessas ações, o ME atendeu 151 espaços esportivos, além de 393 espaços esportivos referentes às emendas individuais.

O Projeto Praça da Juventude, criado em 2007, é destinado a comunidades situadas em espaços urbanos com reduzido ou nenhum acesso a equipamentos públicos de esporte e de lazer. A Praça da Juventude é uma área de convivência comunitária onde são realizadas também atividades culturais, de inclusão digital e de lazer para a população de todas as faixas etárias. Em 2011, foram inauguradas 7 Praças da Juventude, por meio de contratos de repasse. Entre elas encontram-se as praças implantadas nos Municípios de Cruzeiro do Sul (AC), Careiro (AM), Euclides da Cunha (BA), Sorriso (MT), Mogi das Cruzes (SP) e Presidente Prudente (SP), além dos três módulos em Fortaleza (CE) – praça reduzida contendo apenas alguns equipamentos do projeto modelo – e um módulo em Bariri (SP). Somando as três praças inauguradas em 2010 – Mogi-Guaçu (SP), Feijó (AC) e Aracaju (SE) – já existem dez no total. Outras 103 estão em fase de construção.

g) Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

Após a vitória brasileira na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, o ME vem trabalhando em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) e as confederações esportivas no planejamento dos esportes que compõem os programas olímpico e paraolímpico para inserir e manter o Brasil entre as dez potências olímpicas do esporte mundial, e entre as cinco melhores do esporte paraolímpico. O objetivo é tornar o Brasil uma potência esportiva a partir de 2016. A execução desse plano exige um conjunto de medidas, entre as quais se destacam:

g.1) Apoio às Modalidades Esportivas em 2011

O ME apoiou repasses, via chamada pública, para 45 projetos de esportes que compõem os programas olímpico e paraolímpico de diversas instituições, entre elas os Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, confederações de 14 modalidades e prefeituras, com vistas à formação e qualificação de atletas e equipes para as próximas edições de Jogos Pan-americanos, Parapan-americanos, Olímpicos e Paraolímpicos.

g.2) Bolsa-Atleta

Programa mantido desde 2005 e destinado a atletas e para-atletas de alto rendimento que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, o Bolsa-Atleta é a maior ação de patrocínio esportivo individual no mundo. No ano de 2011, foram concedidas 3.598 bolsas nas quatro categorias vigentes: Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica, em 74 modalidades, com resultados significativos em nível pan-americano e mundial, em diversas modalidades masculinas e femininas. Nos Jogos Pan-americanos de 2011 em Guadalajara, participaram 198 bolsistas, do total de 519 atletas brasileiros. Os beneficiados pelo Programa participaram da conquista de 54 medalhas das 141 conquistadas pelo Brasil, sendo 11 ouros, 15 pratas e 28 bronzes. Em porcentagem, 37% dos pódios obtidos pelo País vieram dos atletas beneficiados pelo programa do Governo Federal. Nos Jogos Parapan-americanos, também em Guadalajara, a delegação





nacional conquistou o primeiro lugar no quadro geral, com 197 medalhas: 81 de ouro, 61 de prata e 55 de bronze. Os atletas que recebem o auxílio financeiro do Programa Bolsa-Atleta foram responsáveis por 79% dos pódios brasileiros. A delegação brasileira contou com a participação de 222 atletas, dos quais 162 recebem o benefício do Programa.

Em 2012, serão acrescentadas duas novas categorias de bolsa, aprovadas pela Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, de Base e de Pódio, sendo que esta estará vinculada ao novo Programa Atleta Pódio, também criado pela citada Lei. Além de proporcionar melhoria no Bolsa-Atleta, a referida Lei cria o Programa Cidade Esportiva, já em fase de implantação piloto; institui a Rede Nacional de Treinamento; altera aspectos da Lei Pelé; induz a profissionalização da gestão esportiva; e redefine critérios de repasses de recursos públicos para entidades de administração do esporte, entre outros pontos. Cabe ressaltar que essa Lei excluiu a vedação anterior permitindo, a partir de agora, que os bolsistas tenham somados à Bolsa outras formas de patrocínio, possibilitando a entrada no Programa dos principais atletas olímpicos e paraolímpicos do País. No momento, o Governo trabalha na regulamentação da Lei nº 12.395.

g.3) Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD)

Uma das exigências e compromissos do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos é a criação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), instituída pelo Decreto nº 7.630, de 30 de novembro de 2011, para garantir as exigências internacionais. Referida entidade pública terá como finalidade a implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem e disseminação de campanhas educativas e realização de testes de controle de dopagem fora de competição. Além disso, o ME deverá promover novos aportes de recursos para a aquisição de equipamentos e melhoria da infraestrutura do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Ladetec), único credenciado no Brasil para testes de controle de dopagem.

g.4) Preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016

O planejamento feito em conjunto pelo Governo Federal e as entidades esportivas (comitês e confederações) é inédito e irá elevar o esporte brasileiro a um patamar jamais atingido, com racionalização de investimentos, melhoria de gestão, incremento de instalações, em particular de centros de treinamento, melhor formação e treinamento de atletas, mais intercâmbio e participação em competições no exterior, preparação de seleções de base e principais e aquisição de materiais e aparelhos de boa qualidade para diversas modalidades.

h) Prevenção à Violência nos Estádios e Defesa dos Direitos do Torcedor

A implantação da política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores, foi destaque em 2011, em especial a criação da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. O ME, na condição de interveniente, participou da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, entre os Ministérios Públicos dos Estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, com as Torcidas Organizadas dos Clubes de Futebol desses Estados para a efetivação do artigo 2º-A, do Estatuto do Torcedor, e desdobramento das ações do Programa Torcida Legal, com o início do cadastramento de torcedores no padrão do Registro de Identidade Civil (RIC), em parceria com o Ministério da Justiça e Tribunal Superior Eleitoral. No Programa Torcida Legal houve ainda confecção, lançamento e distribuição da Cartilha Ilustrada do Estatuto do Torcedor nos jogos do Campeonato Brasileiro de Futebol profissional. Outra ação de destaque na defesa dos direitos do torcedor foi a preparação e confecção do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol.



Para o ano de 2012, estão planejadas as seguintes ações: i) cadastramento das torcidas organizadas; ii) implantação do sistema de controle e de acesso e monitoramento de imagens dos estádios brasileiros; e iii) regulamentação do Estatuto do Torcedor.

i) Jogos Mundiais Militares

Os Jogos Mundiais Militares de 2011, oficialmente denominados V Jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM), foram realizados entre os dias 16 e 24 de julho, no Rio de Janeiro. Durante os nove dias de competição desse evento multiesportivo militar, mais de 5.650 atletas de mais de 100 países competiram em 20 modalidades esportivas. O Brasil foi representado por 268 atletas em todas as modalidades.

Foi a primeira vez que este tipo de evento aconteceu em um país do continente americano. Os Jogos Militares são o quarto maior evento multiesportivo do mundo, perdendo apenas para os Jogos Olímpicos, Jogos Paraolímpicos e a Universíada.

Na colocação geral, o Brasil garantiu o primeiro lugar. O País conquistou 114 medalhas, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze. Em segundo lugar, ficou a China, com 99 medalhas, e em terceiro a Itália, com 51.

j) Futebol

Para o ano de 2012, o ME pretende incentivar a abrangência dos campeonatos regionais de futebol feminino e estimular a qualificação da gestão e da governança do futebol e a cadeia produtiva do futebol, articulando agentes públicos e privados.

k) Preparação para a Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014

O ME, enquanto coordenador das ações do Governo Federal para a realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e pelas atribuições conferidas ao Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa) de aprovar previamente a inclusão de projetos no portfólio Copa – Decreto Presidencial não numerado, de 26 de julho de 2011 –, prosseguiu nas ações para estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico do Governo Brasileiro para a Copa e supervisão dos trabalhos do Gecopa.

As premissas foram: realizar uma Copa Sustentável com a confluência entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e inclusão social, promover a imagem do Brasil no mundo, modernizar a infraestrutura do País, gerar um salto de qualidade nos serviços, mobilizar a nação, constituir arenas multiuso de classe mundial, aperfeiçoar os instrumentos de gestão e transparéncia.

A instalação pelo ME das nove Câmaras Temáticas para discutir os tópicos de maior importância para a Copa do Mundo FIFA 2014 permitiu que as políticas públicas e soluções técnicas necessárias, eficientes e transparentes, para garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do País, a partir da realização exitosa da Copa, fossem disseminadas nas cidades-sedes que receberão os jogos do mundial.

l) Lei de Incentivo ao Esporte

A Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, consolida-se como um efetivo instrumento de financiamento a projetos esportivos. É uma política pública que integra sociedade, Governo e empresários para o desenvolvimento esportivo nacional. Com os recursos que deduzem do imposto de renda devido, mais de 1,7 mil empresas tiveram a oportunidade de patrocinar cerca de 800 projetos de esporte educacional, de participação ou de alto rendimento, distribuídos por todo o





País, envolvendo diversos setores sociais. Em 2011, a captação, até o final de dezembro, mês que concentra a maior parte da captação de recursos, ficou em torno de R\$ 230 milhões, o que significa crescimento de 21% em relação a 2010.

Para 2012, a projeção, com base na curva anual de crescimento, é de captar mais de R\$ 250 milhões. Novos investimentos que se somarão aos 800 mil brasileiros beneficiados diretamente pela Lei de Incentivo ao Esporte, a maioria em situação de vulnerabilidade social, que se revelam cada vez mais como atletas e como cidadãos.

10. Programa Luz para Todos

Em julho de 2011, o Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, instituiu uma nova fase do Programa Luz para Todos (LPT), criado em 2003. Para o período de 2011 a 2014, o LPT tem como foco o atendimento às pessoas domiciliadas em áreas de concessão e permissão cujo atendimento resulte em elevado impacto tarifário, de acordo com critérios a serem definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); às pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania ou pelo Plano Brasil Sem Miséria; aos projetos de eletrificação em assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades localizadas em reservas extrativistas ou em áreas de empreendimentos de geração ou transmissão de energia elétrica, cuja responsabilidade não seja do respectivo concessionário; e às escolas, postos de saúde e poços de água comunitários.

Para os contratos celebrados no início do Programa, com base no Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, cujos objetos não tenham sido concluídos até 31 de dezembro de 2011, o Decreto nº 7.656, de 23 de dezembro de 2011, assegurou a continuidade desses contratos e o atendimento das unidades familiares já identificadas.

Desde o início do Programa, cerca de 14,5 milhões de brasileiros foram beneficiados, tendo sido executadas mais de 2,9 milhões de ligações, das quais 1,4 milhão na região Nordeste, 575,8 mil na região Norte, 210,9 mil na região Sul, 497 mil na região Sudeste e 199,5 mil na região Centro-Oeste. Em 2011, 247.862 famílias passaram a contar com energia elétrica em suas casas, ou seja, mais de 1,2 milhão de pessoas em todo o País. Do total de R\$ 14,3 bilhões de investimentos previstos do Governo Federal, já foram contratados R\$ 14,07 bilhões (98%) e liberados R\$ 10,8 bilhões (77%).

As obras do Programa Luz para Todos, além de beneficiar as famílias com o acesso à energia, também incentivam a atividade econômica. Estima-se que mais de 7,2 milhões de postes já foram instalados, 1 milhão de transformadores e 1,4 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 435 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, foram criados. O LPT contribuiu também para incrementar o segmento industrial de eletrodomésticos e para potencializar a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoraram as condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo Governo Federal no início de 2009 entre os beneficiários do LPT, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2,9 milhões de famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 2,3 milhões de aparelhos de TV, 2,1 milhões de geladeiras e aproximadamente 700 mil bombas d'água.

Para o ano de 2012, a expectativa é que o LPT execute 201 mil novas ligações e proporcione o acesso gratuito à eletricidade a mais de 1 milhão de moradores rurais, criando condições para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias.

a) Ações Integradas no Âmbito do LPT

O objetivo das Ações Integradas do Programa Luz para Todos é que a energia elétrica utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho





e renda, e contribuindo para a redução dos índices da pobreza e da fome. O Programa vem apoiando a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), constituídos de pequenas agroindústrias que utilizam equipamentos eletrodomésticos para o desenvolvimento de suas atividades econômicas, tais como: resfriamento de leite, em sua maioria; produção de rapadura, açúcar mascavo e doces de frutas; criação de pequenos animais; artesanato; confecção; entre outros.

Foram apoiados, até 2011, projetos que beneficiaram cerca de 25 mil famílias. Além dos CCPs, outros projetos, tais como perfuração e instalação de 73 poços tubulares favoreceram 1.936 famílias. Em 2011, a prioridade foi a análise das prestações de contas e a verificação da implantação dos projetos encerrados. Os projetos de geração de trabalho e renda vêm-se desenvolvendo em parceria entre Governo Federal, governos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil, com significativos resultados de alcance social.

11. Inclusão Digital

Juntamente com a implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNLB), as ações de inclusão digital objetivaram levar acesso à rede mundial de computadores a regiões e cidadãos que ainda não dispunham, promovendo a apropriação tecnológica e a qualificação para o uso. Em 2011, foi criada a Secretaria de Inclusão Digital por meio do Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, unidade responsável pela formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital.

a) Telecentros

O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) tem por objetivo desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil que possibilitem a oferta, implantação e manutenção, em larga escala, de telecentros. O uso dos telecentros pelas políticas públicas de todos os setores, sobretudo as de finalidade social e de combate à pobreza, atende a pessoas que ainda não têm recursos para comprar seus equipamentos e conexões, oferecendo formação e, principalmente, proporcionando direitos e cidadania a todos. As instituições responsáveis pelos telecentros são orientadas, nesse sentido, conforme a nova Cartilha de Montagem de Telecentros, lançada em outubro de 2011 e disponível na Internet (http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros/documentos/Cartilha-Telecentros_2011-f-1.pdf).

O Governo está unificando os programas voltados para telecentros. A unificação se dá no sentido de oferecer a todos os telecentros o mesmo conjunto de recursos: equipamentos de informática, conexão à Internet, bolsas e formação para monitores. Também o modelo de parcerias está sendo unificado, para que instituições de maior porte e capacidade administrativa acompanhem um conjunto de telecentros, otimizando os esforços.

São 8.233 telecentros já instalados em todo o País, localizados em 5.273 Municípios, representando 94,7% da totalidade de Municípios brasileiros, sendo qualificados como pontos de encontro em suas comunidades, para que mobilizem e facilitem a apropriação das tecnologias digitais pela população.

Para 2012, planeja-se oferecer formação para 9 mil agentes de inclusão digital dos espaços apoiados. O modelo de telecentro também será integrado a ações realizadas em parceria com outros Ministérios, proporcionando maior efetividade ao Programa.

Além desses, outros 45 Governos de Estados e Municípios, e organizações da sociedade civil, possuem parceria com o programa para o apoio conjunto aos telecentros.





b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão

O Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac) integra o Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, com objetivo de fornecer gratuitamente conexão de Internet banda larga a pontos em todo o País, com prioridade para comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social, como as comunidades tradicionais, de periferias urbanas e de fronteira, de forma a favorecer a diminuição de desigualdades regionais e permitir serviços em educação presencial e a distância, saúde e previdência social, entre outros.

Por meio do Programa Gesac, ações de Ministérios e órgãos públicos podem se beneficiar de conectividade para o desenvolvimento de políticas públicas em pontos públicos ou de interesse coletivo, a exemplo da conectividade em escolas públicas da zona rural.

Em 2011, com a assinatura de aditivos contratuais para mais 1.460 pontos dessas novas conexões (910 feitas por satélite e 550 via terrestre), o Programa Gesac alcançou 13 mil pontos de presença em operação, distribuídos em 5.132 Municípios.

Para os próximos anos, em novo edital de contratação, o Programa Gesac prevê a expansão da rede em mais 1,6 mil pontos de presença, totalizando aproximadamente 15 mil pontos de presença. A nova licitação contempla uma plataforma que permitirá usar a rede Gesac para aplicações de videoconferência, tele-educação, telessaúde e telemedicina.

São parceiros dos Programas Telecentros. BR e Gesac os seguintes órgãos federais: Ministério das Comunicações (MC) – coordenação dos programas e oferta de equipamentos, conexões e formação; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) – coordenação conjunta do Programa Telecentros.BR, oferece bolsas aos agentes de inclusão digital por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), realizou, em 2011, chamamento público de parcerias para apoio a telecentros que se integrarão ao programa quando implantados; Ministério da Cultura (MinC); Ministério da Educação (MEC); Ministério da Defesa (MD); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA); Ministério da Saúde (MS); Ministério das Minas e Energia (MME); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict); Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Fundação Banco do Brasil (FBB); e Banco do Brasil (BB).

De forma a articular e promover maior efetividade às ações que vêm sendo implementadas por esses órgãos e outros parceiros, foi lançado, em dezembro de 2011, na abertura da 10ª Oficina para Inclusão Digital, que reuniu cerca de 2 mil pessoas em Vitória (ES), o Fórum de Articulação das Ações de Inclusão Digital do Governo Federal.

c) Cidades Digitais

O Projeto Cidades Digitais deverá ser iniciado em 2012, beneficiando 80 Municípios, na forma de projeto-piloto. Para a seleção das cidades, serão considerados critérios tais como o Índice de Desenvolvimento Humano e a localização da cidade, dando prioridade para Municípios das regiões Norte e Nordeste do País, onde o acesso à Internet é atualmente mais oneroso e escasso.

O Projeto se estrutura a partir do apoio à implantação de redes digitais locais de comunicação nos Municípios brasileiros. Essa infraestrutura permitirá melhorar a qualidade e eficiência da gestão pública e a oferta de serviços





à sociedade, por meio de um conjunto de ações de inclusão digital, dentre as quais se destacam: i) a conexão de órgãos e equipamentos públicos entre si e à Internet em banda larga; ii) a instalação de pontos públicos de acesso à Internet para uso livre e gratuito pela população em espaços de grande circulação; iii) a formação de monitores e de servidores públicos para atuarem como agentes de inclusão digital; iv) a promoção de iniciativas de capacitação para garantir a usabilidade dos equipamentos instalados; e v) o apoio a projetos de produção de conteúdos e aplicativos para utilização em governos eletrônicos municipais.

d) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação para a Juventude Rural

Em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, foi lançada, em novembro de 2011, uma chamada pública no valor total de R\$ 10 milhões para projetos direcionados à capacitação da juventude das áreas rurais no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). As atividades são coordenadas por universidades federais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 21 unidades da Federação. Os projetos irão beneficiar diretamente 35 mil jovens professores e professoras das escolas públicas localizadas nas áreas rurais, jovens que trabalham em cooperativas de produção e comercialização, e jovens moradores dos assentamentos da reforma agrária e das comunidades tradicionais interessados em se qualificar na produção de conteúdos e informações digitais.

12. Justiça e Segurança Pública

a) Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

A despeito dos avanços alcançados nos dois últimos anos, a realidade do consumo e tráfico de drogas no País, em especial o fenômeno do crack e sua frequente interface com problemas relacionados ao aumento da violência nos centros urbanos, continua a impor desafios que se configuram como questão central à intervenção estatal.

Com relação a esse tema, o Governo vem atuando de maneira integrada. Em maio de 2010, com a publicação do Decreto nº 7.179, foi instituído o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, reformulado com a edição do Decreto nº 7.637, de 8 de dezembro de 2011. Este decreto ampliou o escopo do Plano ao agregar novas ações e materializar a atuação coordenada dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda, da Secretaria de Direitos Humanos e da Casa Civil da Presidência da República.

Além da capacitação de profissionais e lideranças que atuam junto aos usuários, serão mapeados os recursos e avaliados os serviços, com vistas a identificar os desafios e qualificar essa intervenção de apoio à rede de atenção aos usuários e dependentes de crack e outras drogas. Também deverá ser dada ênfase ao desenvolvimento de competências junto aos familiares na prevenção do uso de drogas, violência e outros comportamentos de risco junto a populações vulneráveis.

O Plano, que tem o mote “Crack, é possível vencer!”, está embasado em três eixos: cuidado (saúde/assistência social); autoridade (segurança pública) e prevenção (educação/informação). O Plano objetiva aumentar substancialmente a oferta de serviços de tratamento e atenção aos usuários e aos seus familiares; aprimorar o enfrentamento do tráfico de drogas e o desmantelamento das organizações criminosas ligadas ao tráfico, ao implantar o policiamento ostensivo e de proximidade nas regiões nas quais haja concentração de uso de crack e outras drogas, com a disponibilização de bases policiais móveis e de sistemas de videomonitoramento fixo e móvel; e ampliar as atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação.





Com investimento de R\$ 3,92 bilhões, até 2014, o Plano prevê a atuação articulada entre o Governo Federal, os Estados, os Municípios e a sociedade civil, visando ao desenvolvimento de ações locais integradas nas áreas de saúde, segurança pública, educação e assistência social, relevando-se o monitoramento intensivo dessas ações.

No eixo “cuidado”, destacam-se as seguintes ações previstas para serem desenvolvidas até 2014: i) a implantação de 308 Consultórios de Rua, que terão a incumbência de realizar a busca ativa de dependentes químicos e avaliar a necessidade de internação dos usuários do crack; ii) a criação de 2.462 leitos em enfermarias especializadas em dependência química do Sistema Único de Saúde (SUS), com investimentos previstos na ordem de R\$ 670 milhões; e iii) a realização de parcerias com entidades privadas de tratamento e recuperação de dependentes químicos escolhidas por processo de seleção pública de projetos, visando garantir a ampliação da oferta de tratamento ao usuário de drogas.

No eixo “autoridade”, as principais diretrizes são: i) intensificação das ações de inteligência integrada entre a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as polícias estaduais, visando à identificação e prisão de traficantes de drogas e o desmantelamento do crime organizado, com o confisco de bens de narcotraficantes; ii) reforço do policiamento ostensivo e de proximidade nos pontos de uso de drogas em todo o País; iii) instalação de câmeras de videomonitoramento fixo nesses locais, como forma de possibilitar maior sensação de segurança na população, assim como preservar as intervenções urbanas a serem feitas nessas localidades; e iv) implantação, em 2012, de 70 bases móveis com videomonitoramento, 1,4 mil câmeras de videomonitoramento fixo e a capacitação de 2,8 mil profissionais de segurança pública.

Quanto ao eixo “prevenção”, em três anos, 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares serão capacitados para atuar na prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas, alcançando 2,8 milhões de alunos a cada ano. Ademais, estão previstas campanhas públicas e outros canais de comunicação, para disseminação de informações sobre o tema, e a capacitação de profissionais de saúde, assistência social e operadores do direito, além de lideranças comunitárias e religiosas, que possam ajudar a orientar as comunidades a que pertencem.

Em relação às políticas estruturantes que fazem interface com o enfrentamento ao crack e outras drogas, em 2011, destaca-se a formalização de convênios com 25 Estados para a aquisição de equipamentos para as Delegacias de Polícia Civil, com objetivo de dotar essas unidades de uma estrutura mínima de investigação e combate ao tráfico de drogas no País.

Quanto às políticas de formação para o enfrentamento ao tráfico de drogas, para a prevenção do uso, o tratamento e a reinserção social de usuários e dependentes de crack e outras drogas, buscou-se a capacitação permanente de atores governamentais e não governamentais, com destaque para: i) implantação de 49 Centros Regionais de Referência junto a instituições de ensino superior públicas, para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares, totalizando 14,7 mil profissionais em processo de capacitação; ii) implantação de dois Centros Colaboradores, no âmbito dos hospitais universitários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de São Paulo, com o objetivo de conjugar à assistência, atividades de ensino e pesquisa, oferecendo formação profissional em diferentes níveis (especialização, residência médica e multiprofissional, mestrado e doutorado) e integrando o desenvolvimento de metodologias de tratamento e reinserção social; iii) formatação de cursos específicos de capacitação, na modalidade EAD (ensino a distância), para qualificar a intervenção de 60 mil atores sociais que trabalham diretamente com o tema drogas ou atuam como multiplicadores de informações sobre prevenção, tratamento e reinserção social; e iv) capacitação direta dos profissionais de segurança pública que irão atuar nas cenas de uso de crack e outras drogas.



Para 2012, o desafio será o investimento na melhoria da gestão da política sobre drogas, com o fomento à criação de estruturas locais de gestão, com a ampliação da participação social por meio do fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais, e o aperfeiçoamento dos mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

Ainda em 2012, além da manutenção dos Centros Regionais de Referência já existentes, serão implantados 16 novos Centros e será incluída a formação de profissionais das áreas de justiça e segurança pública. Serão ainda formatados novos cursos de capacitação a distância para profissionais das áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, operadores do direito, assim como lideranças comunitárias e religiosas e gestores de comunidades terapêuticas (entidades não governamentais voltadas ao atendimento de pessoas com dependência química).

b) Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

A nova Estratégia Nacional para a Segurança Pública nas Fronteiras começou a ser implementada em 2011 com a instituição do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011), que busca a atuação integrada, com troca de informações entre os órgãos federais, estaduais e municipais de segurança pública e as Forças Armadas, além de buscar a integração e o estabelecimento de parcerias com os países vizinhos. A execução das ações do Plano Estratégico de Fronteiras se fará por meio dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), que estão sendo implantados em cada um dos 11 Estados fronteiriços, e pelo Centro de Operações Conjuntas (COC), com sede nas instalações do Ministério da Defesa. Esses dois mecanismos de gestão da segurança nas fronteiras são flexíveis e não hierárquicos, sendo as decisões tomadas por consenso; constituem um ambiente de trabalho altamente colaborativo entre as Instituições de Segurança Pública envolvidas na segurança das fronteiras do País, inclusive aproximando-se das autoridades dos países vizinhos com ações de cooperação internacional.

A nova estratégia tem foco na inteligência e no trabalho integrado dos agentes de segurança pública do Brasil e dos países vizinhos, o que é fundamental para o enfrentamento do tráfico de entorpecentes e dos demais ilícitos transnacionais.

Nesse sentido, já está em andamento o processo de estabelecimento de parcerias entre o Ministério da Justiça e os 11 Estados fronteiriços, onde serão investidos recursos da ordem de R\$ 35 milhões, a serem distribuídos entre 68 Municípios de acordo com a situação de vulnerabilidade. Os recursos serão destinados ao reaparelhamento das forças policiais, devendo ser usados, exclusivamente, na estruturação de Núcleos Integrados de Inteligência de Segurança Pública, no reaparelhamento de centros integrados ou unidades das polícias militares, civis e da perícia, no fortalecimento da segurança pública das vias hídricas (rios, lagos e canais) e na instalação de GGIF ou de Câmara Temática de Fronteira.

Além desses recursos previstos, em 2011 já foram repassados aos Estados fronteiriços R\$ 3,7 milhões para a estruturação de projetos voltados para comunicação integrada, e foram celebrados termos de cooperação entre os Estados e órgãos federais de segurança pública para implementação de várias ações estruturantes.

Ainda no contexto do Plano Estratégico de Fronteiras, numa atuação conjunta entre a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, a partir de junho de 2011, intensificou-se o combate ao crime organizado nas fronteiras por meio da Operação Sentinel, realizada anteriormente de modo exclusivo pela Polícia Federal, desde março de 2010. Foram realizadas operações de inteligência policial de repressão ao tráfico de drogas nas fronteiras e operações de erradicação de maconha nas regiões Norte e Nordeste e no Paraguai, além da repressão ao tráfico e comércio ilícito de armas de fogo. Como resultados dessa operação foram presas em flagrante 2.505 pessoas, 341 menores foram detidos, 31,5 toneladas de maconha e 2.633 kg de cocaína foram apreendidos, 330 armas de fogo e 723 veículos foram apreendidos/recuperados.





No contexto do Projeto Vant (Veículos Aéreos Não Tripulados), que tem por finalidade monitorar continuamente as fronteiras brasileiras por meio de imagens e informações sobre movimentações suspeitas, os voos operacionais da primeira aeronave começaram em outubro de 2011, no Paraná. A próxima aeronave já foi adquirida e será enviada em 2012, ano em que deverá ser concluída a implantação da base de São Miguel do Iguaçu (PR), situada na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

Para 2012, a Polícia Federal dará continuidade aos projetos estruturantes da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron). Já a Polícia Rodoviária Federal, planeja aumentar a vigilância das fronteiras, por meio da implantação do projeto Alerta Brasil, que propõe intervenções mais pontuais e mais bem qualificadas no combate a ilícitos, principalmente quanto ao tráfico de drogas e roubo de veículos e cargas. Para tanto, o projeto prevê a aquisição de equipamentos *scanners* para detecção de drogas em veículos em movimento, a implantação do Sistema de Radiocomunicação com ampla cobertura nas regiões fronteiriças, a realização de operações temáticas em regiões de fronteira e a construção de unidades especiais em rodovias federais situadas nessas localidades.

c) Segurança Pública com Cidadania

A nova visão de segurança pública introduzida pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) tem investido na articulação entre as políticas de segurança pública e as ações sociais, como forma de melhorar a efetividade do combate à criminalidade e à violência.

Em 2011, a gestão do Pronasci foi transferida para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com objetivo de proporcionar maior transparência e transversalidade na implantação de Políticas Cidadãs. A estratégia de intervenção do Programa foi reformulada com o objetivo de evitar a fragmentação de recursos, focalizando os territórios de maior vulnerabilidade social.

Destaca-se o lançamento da Campanha Nacional de Desarmamento, na cidade do Rio de Janeiro, intitulada “Tire uma arma do futuro do Brasil”. Conforme determina a Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008, a Campanha agora tem caráter permanente e prevê procedimentos mais céleres para o pagamento das indenizações, nos valores de R\$ 100,00, R\$ 200,00 ou R\$ 300,00, de acordo com o tipo de arma, visando aumentar o recolhimento das armas.

A nova campanha também eliminou possíveis entraves que muitas vezes inibiam as pessoas de devolverem suas armas, a exemplo da obrigatoriedade da identificação e do preenchimento de informações pessoais do possuidor ou proprietário de armas. A campanha do desarmamento está sendo realizada em parcerias com Estados e Municípios, os quais são responsáveis pela estruturação de pontos de coleta e expedição dos documentos necessários ao pagamento da respectiva indenização, com o acompanhamento do Ministério da Justiça. O Sistema Desarma registrou em 2011 a arrecadação de 33.859 armas de fogo, quantidade adicionada às recebidas nos outros postos de entrega, qual seja, 2.860, totalizando 36.719 armas; além de 149.757 munições.

d) Combate à Criminalidade

No ano de 2011, foi de fundamental importância para o restabelecimento da segurança da população da cidade do Rio de Janeiro, o apoio das Forças Armadas na ação do Estado no combate à ocupação de traficantes nas comunidades situadas no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro.





A Marinha participou da operação com o envio de carros de combate no apoio à entrada em locais de difícil acesso. Por sua vez, a Aeronáutica prestou apoio aéreo às operações. Por fim, efetivos do Exército e dos Fuzileiros Navais participaram diretamente da retomada do território ocupado pelas organizações criminosas que ali atuavam.

Em novembro de 2011, a Marinha participou da operação de ocupação das comunidades do Morro da Rocinha e Vidigal, quando utilizou seus Veículos Blindados e Carros Lagarta Anfíbios (Clanf) e respectivas guarnições na operação.

Foi instalado pela Polícia Federal o sistema de classes de falsificação de cédulas falsas do Banco Central do Brasil (BCB) para agregar informações de inteligência policial aos inquéritos instaurados, identificando-se previamente locais de derrame, *modus operandi* e possíveis quadrilhas envolvidas. Também foi possível conferir celeridade e qualidade aos Inquéritos Policiais, com a redução dos inquéritos pendentes de conclusão de 119.240, em 2010, para 95.079, em 2011, além de se conferir celeridade e qualidade também a procedimentos disciplinares.

O Projeto Tentáculos, da Polícia Federal, conseguiu redução de mais de 60%, nos últimos 12 meses, das fraudes bancárias eletrônicas, resultando numa economia de R\$ 170 milhões para o Governo Federal. Dentre as aquisições da Polícia Federal previstas para 2011, foram compradas 152 caminhonetes, até o presente momento, 6,9 mil coletes balísticos e 200 fuzis. Está prevista, ainda, a aquisição de mais 248 viaturas e 4,4 mil coletes até o final do ano.

Algumas ações foram realizadas no âmbito da Polícia Federal e terão continuidade em 2012, tais como: i) desenvolvimento e implantação do novo sistema de registro de estrangeiros (Sincre); ii) desenvolvimento do e-POL – sistema para a informatização do inquérito policial e outros instrumentos de investigação (Inquérito Eletrônico); iii) renovação dos terminais de emissão de passaportes e de controle migratório; e iv) aperfeiçoamento dos sistemas de georreferenciamento (Inteligeo), de monitoramento de plantios ilícitos de drogas (Sigma), e do sistema de identificação (Afis).

Estão previstas para 2012 a contratação de serviço de contingência para sistemas críticos, a inicialização do projeto de integração do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) com a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg), visando ampliar o acesso das polícias estaduais ao banco nacional de armas; a continuidade da implantação dos Sistemas de Interceptação de Sinais e de Mancha Termal Criminal; e o incremento das ações de contrainteligência relativamente ao ano de 2011.

e) Segurança de Grandes Eventos

Nesse contexto, foi instituída pelo Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (Sesge), vinculada ao Ministério da Justiça, para coordenar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das estratégias e ações de segurança para os seguintes eventos: Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014. A Secretaria será extinta em 31 de julho de 2015.

A atuação da Sesge tem, desde já, buscado promover a integração dos diversos órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais, articulando-se com organismos e entidades governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, envolvidos com a segurança dos grandes eventos.





Dentre as principais atividades em andamento, sob a coordenação da Sesge, destacam-se: i) a elaboração do Plano Estratégico de Segurança da Copa do Mundo FIFA 2014; ii) o planejamento das ações de segurança pública das cidades-sede da Copa nos níveis tático e operacional; iii) o treinamento e capacitação operacional dos servidores das forças de segurança pública envolvidos nos grandes eventos; e iv) a implantação de planos e programas para o aumento da segurança pública nos portos, aeroportos e postos de imigração nas fronteiras secas, respeitadas as competências dos órgãos de fiscalização.

O Plano Estratégico de Segurança da Copa 2014 prevê a criação de um Centro de Comando e Controle Nacional, com sede em Brasília, que deverá integrar os demais órgãos de segurança do Governo Federal e dos Estados que atuarão nos eventos. Constituem pilares da estratégia o emprego de tecnologia avançada, a especialização do pessoal envolvido na proteção das áreas em que haverá jogos, com capacitação para agir preventiva e combativamente em uma gama de situações adversas, como ataques terroristas, desastres, violência entre torcedores, dentre outras.

Nesse contexto, será fundamental o estabelecimento de convênios ou acordos nacionais e internacionais voltados para a integração de bases de dados civis e criminais de nacionais e estrangeiros, especialmente no que tange à listagem de torcedores que já se envolveram em episódios de violência nos estádios de futebol e de suspeitos ligados a grupos terroristas e extremistas dos diversos países que comporão as delegações esportivas e, sobretudo, de potenciais inimigos destes, visando impedir a entrada de tais pessoas no Brasil.

Iniciaram, ainda em 2011, as ações de capacitações dos agentes de segurança pública, integrando todas as forças das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando uma formação específica e uniforme para atuação em grandes eventos.

Foram liberados cerca de R\$ 115 milhões pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, para contemplar projetos de segurança de grandes eventos apresentados pela Polícia Federal, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública do Ministério da Justiça (Depaid), Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Seseg) e Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos); diagnóstico das necessidades referentes à Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio de visita técnica às 12 sedes da Copa do Mundo FIFA 2014; visita de Secretários Estaduais de Segurança Pública aos Centros de Comando das cidades de Washington e Nova Iorque/EUA; realização de curso de identificação de vítimas de desastres, em conjunto com a Polícia Federal, no Rio de Janeiro; articulação com outros órgãos envolvidos, especialmente a Abin, para produção de análise de risco relacionada aos grandes eventos.

A Sesge também atuou operacionalmente, coordenando as ações de segurança no sorteio preliminar da Copa do Mundo FIFA 2014, no Rio de Janeiro, e nos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, em São Paulo e em Goiânia.

A Polícia Rodoviária Federal fará, a partir de 2012, as implantações do sistema de rádio digital nas cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, o que trará mais segurança e agilidade nas comunicações entre as forças de segurança envolvidas, possibilitando também o acesso à rede de dados para fiscalização.

f) Sistema Penitenciário Federal

O ano de 2011 foi marcado por um incremento nas políticas penitenciárias, com desenvolvimento de ações de reestruturação do sistema penitenciário nacional e fortalecimento do sistema penitenciário federal, bem como ações de capacitação em serviços penais, reintegração social do preso e fomento à aplicação de penas e medidas alternativas. A reestruturação do sistema penitenciário brasileiro se deu por meio das ações de construção e de aparelhamento de Unidades Prisionais.





No tocante à construção, cabe destacar o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que contempla recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Orçamento Geral da União da ordem de R\$ 1 bilhão, destinados a eliminar o déficit de vagas feminino e a geração de vagas em cadeias públicas para retirada de presos de delegacias de polícia.

O aparelhamento das 27 unidades da Federação ocorreu por meio de aquisição direta e doação de 70 veículos furgão do tipo ambulância e 103 veículos do tipo cela, totalizando um investimento de cerca de R\$ 18,6 milhões. Na mesma linha, foram repassados ao Estado de São Paulo recursos para aquisição de dez veículos furgão do tipo cela.

Na área de reintegração social do preso, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões para o aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência à Saúde Materno-infantil em estabelecimentos penais estaduais. Houve, ainda, o investimento para a execução de um projeto-piloto de capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade na área de construção civil.

Destaca-se também a construção da 5ª Penitenciária Federal, prevista no orçamento de 2012, que será localizada em Brasília (DF), destinada a triagem dos presos, custódia de mulheres e réus colaboradores. Também são destacadas as 870 ações que envolveram inclusão, transferência, devolução e escolta para audiências de internos do sistema. Com o objetivo de reduzir os gastos, 90 internos tiveram suas audiências realizadas por meio de videoconferências judiciais. Na vertente social, foram viabilizadas 559 visitas virtuais beneficiando os familiares dos internos que não possuem condições econômicas para realização de visitas presenciais.

g) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

Dentre as principais atividades do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no ano de 2011, destacam-se: i) aprimoramento dos trâmites processuais, mediante a proposição de resoluções e emendas regimentais que tornam mais eficiente o processo de julgamento do Cade; ii) reformulação do Programa de Intercâmbio do Cade, que oferece duas vezes ao ano oportunidade para estudantes atuarem durante um mês no Conselho; iii) criação do curso intensivo em concorrência, com renomados professores e especialistas na área, proporcionando uma formação teórica de excelência; e iv) criação do Cade Internacional e do Programa Internacional de Intercâmbio Antitruste, que tem como objetivo incentivar a cooperação para a criação de troca de experiências, conhecimentos e técnicas entre as autoridades internacionais de defesa da concorrência.

A preparação para a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) foi ponto de destaque em 2011, com a aprovação da nova Lei de Concorrência. Com a nova Lei, a instrução de atos de concentração e de condutas anticompetitivas passará a ser realizada no Cade, e a análise de atos de concentração passará a ser prévia ao fechamento do negócio pelas empresas.

A entrada em vigor da Lei que reestrutura o SBDC demandará um grande esforço de implementação das profundas mudanças que dela decorrem. A nova Lei da Concorrência visa à modernização do ambiente regulatório no Brasil, que sairá do pequeno rol de países que ainda avaliam fusões *a posteriori*, dando maior agilidade e equilíbrio para o ambiente concorrencial e aumentando a efetividade das decisões do Cade.

Quanto à proteção e defesa do consumidor, a atuação governamental se dedicou ao direito básico do consumidor à informação e à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como a promover articulação dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDc) em busca da proteção à saúde e à segurança dos consumidores. Foram registradas 67 novas campanhas de chamamento (*recall*), com a aplicação de cinco multas em razão da não realização do chamamento do produto defeituoso. Nessa mesma temática, em março de 2011, entrou em vigor





a Portaria Conjunta nº 69, de 15 de dezembro de 2010, da Secretaria de Direito Econômico e do Departamento Nacional de Trânsito, determinando que as montadoras comuniquem aos órgãos competentes eventuais campanhas de chamamento, registrando as informações necessárias no banco de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam). Dessa forma, é permitido maior controle sobre os veículos afetados pelo *recall*, e aos proprietários o acesso às informações constantes no chamamento.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), implantado em 23 Estados e no Distrito Federal, avançou com a integração do Paraná, já em fase final de oficialização. Com isso, o Sindec alcançou mais de 157 Municípios e aproximadamente 400 pontos de atendimento. Ao longo de 2011, também foram publicados estudos, relatórios e pesquisas, dentre outros, como: i) Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010; ii) Estudo sobre o Setor de Telecomunicações no Brasil em 2010; e iii) o Estudo sobre o Mercado de Cartões de Crédito no Brasil. Para 2012, será buscado o aperfeiçoamento do processo de análise de Impacto Regulatório do Sindec, bem como o desenvolvimento de uma versão do sistema em espanhol para utilização no âmbito do Mercosul.

No âmbito da capacitação, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) deu continuidade à oferta de cursos presenciais e virtuais. Ao longo do ano, foram capacitados 2.026 integrantes do SNDC. A Escola publicou, ainda, o Manual sobre Proteção de Dados Pessoais, texto de referência que visa à discussão do tema junto aos órgãos do SNDC. Para 2012, buscar-se-á a ampliação dos cursos presenciais, a ampliação e o aprimoramento do ensino a distância para técnicos da defesa do consumidor e para os consumidores, além do incentivo à criação de Escolas Estaduais de Defesa do Consumidor e de Procons.

Com o tema central Os Desafios da Sociedade de Consumo, realizou-se, em outubro de 2011, o VIII Congresso do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, voltando-se para a análise e discussão da sociedade de consumo. No âmbito internacional, destaque para o Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Economia e Finanças da República do Uruguai, com o objetivo de transferência de conhecimento e tecnologia do Sindec àquele país.

No âmbito do Programa de Combate a Cartéis, duas importantes operações de busca e apreensão foram realizadas em 2011 em parceria com a Polícia Federal e órgãos estaduais, como Secretaria da Fazenda e Ministério Público. A Estratégia Nacional de Combate a Cartéis (ENACC) se fortaleceu com a realização do 3º Encontro Anual, em outubro, que propôs o aprimoramento do formato da Estratégia, agora baseada em grupos permanentes de trabalho. Ênfase tem sido dada à formação de cartéis em processos de licitação, especialmente em relação às obras da Copa do Mundo FIFA 2014.

No setor de saúde suplementar, destaca-se a participação do Governo no avanço das negociações coletivas entre médicos e operadoras de planos de saúde, por meio da Secretaria de Direito Econômico, em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

h) Reforma do Judiciário e Democratização do Acesso à Justiça

Para garantir o acesso universal à Justiça, em especial aos mais necessitados, a Defensoria Pública da União (DPU), com apoio do Governo Federal, vai continuar o processo de estruturação que, em 2010, resultou em mais de 1 milhão de atendimentos e, em 2011, implicou a superação da marca de 1,3 milhão de assistências prestadas – incremento percentual estabelecido como meta também para 2012. Para atingir esses números, a DPU mantém o foco no aprimoramento da organização administrativa.



Outra iniciativa pioneira foi o Programa de Assistência Jurídica Internacional, que se iniciou mediante parceria com o Ministério das Relações Exteriores, e tem como objetivo, além da prestação de assistência e orientação jurídicas aos brasileiros residentes no exterior, a resolução de questões no Judiciário de outro país, mediante cooperação jurídica internacional.

Para o ano de 2012, a DPU tem entre as suas principais metas a ampliação do atendimento aos assistidos, a intensificação do Programa DPU Itinerante, que possibilita o acesso ao direito fundamental da assistência jurídica à população residente em localidades remotas do País, desprovidas de núcleo permanente da DPU, bem como dos Programas DPU nas Escolas e DPU na Comunidade que buscam promover a difusão e a conscientização da população sobre direitos humanos e cidadania nas salas de aula e nos grandes centros urbanos, tais como rodoviárias e estações de metrô.

Com relação à violência doméstica e à justiça comunitária, em 2011, foram inaugurados o Núcleo de Combate à Violência Doméstica em Cruzeiro do Sul (AC), em parceria com o Ministério Público do Estado, o Núcleo de Justiça Comunitária na comunidade pacificada de Santa Marta, juntamente com a Prefeitura do Rio de Janeiro, e a Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Zona Oeste de São Paulo, numa parceria com o Tribunal de Justiça do Estado. Também foram implementados Núcleos de Justiça Comunitária nos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e São Paulo, com investimentos de cerca de R\$ 2,5 milhões, beneficiando diretamente 76.457 pessoas. Em parceria com o Estado do Rio de Janeiro e outros órgãos do Sistema de Justiça, foram realizadas atividades itinerantes para atendimento na Cidade de Deus e outras localidades. Também em parceria com a Defensoria Pública e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi realizado o Seminário Defensoria Pública e População de Rua, nos Estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, e a discussão sobre acesso da população negra à Justiça, durante o Encontro Afro XXI.

Destaca-se também a realização de cursos voltados à capacitação em mediação comunitária e em combate à tortura, realizados em algumas unidades da Federação, para juízes, promotores, defensores públicos, advogados e outros servidores contemplando 200 beneficiados diretos. O incentivo à adoção, pela administração pública direta e indireta, de mecanismos de solução administrativa de conflitos também é uma das ações pretendidas para 2012.

Referente à temática de registros e cartórios, foram levantados dados e realizado cadastro de aproximadamente 7,6 mil serventias de registro civil no Sistema de Cerificação Unificada. Registra-se também a implementação do projeto-piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), que contou com a participação de 43 serventias extrajudiciais, por meio da informatização dos cartórios, da renovação do contrato de aquisição do Papel de Segurança para emissão dos documentos de Registros Civis (nascimento, casamento e óbito), com vistas à adequação dos Sistemas das Serventias Extrajudiciais ao Sistema Certuni da Casa da Moeda para emissão das novas certidões. Para 2012, além de manter as atividades citadas, pretende-se dar seguimento ao processo de criação, implementação e gerenciamento do Portal do Cadastro de Cartórios do Brasil.

i) Assuntos Legislativos

Durante o exercício de 2011, o Ministério da Justiça orientou-se por dois eixos principais, a saber: fortalecimento da política legislativa e democratização dos processos de elaboração legislativa.

Como resultados do primeiro eixo, destacam-se:

- O envio ao Congresso Nacional do PL nº 2.126/2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet) e do PL nº 2.442/2011, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e





Combate à Tortura, além da aprovação do PL nº 3937/2004, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei que cria o Novo Cade).

- As sanções das Leis nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante o acesso às informações públicas; nº 12.528, 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade; nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares; nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina o chamado “cadastro positivo”, para formação de histórico de crédito; e nº 12.440, de 7 de julho de 2011, que criou a chamada Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Quanto ao segundo eixo, o alvo foi a consolidação do processo de democratização da elaboração normativa, pelo Projeto Pensando o Direito, que trata do financiamento de pesquisas jurídicas de cunho empírico desenvolvidas por equipes multidisciplinares. Outra ação importante foi a ampliação dos processos de consultas e debates públicos *online*, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas em plataforma *web 2.0*, de modo a permitir a participação de qualquer instituição ou indivíduo na construção colaborativa de textos normativos de relevante interesse social. Destaca-se a Consulta sobre o Novo Código de Processo Civil, concluída com mais de 2 mil contribuições, e o recém-lançado debate sobre o Novo Código Comercial, que seguirá em consulta no inicio de 2012.

Serão ampliadas as atividades de promoção da democratização do processo legislativo, por meio da Convocação de Chamada Pública Especial sobre o tema da Modernização e Transparéncia da Gestão Pública e da viabilização de mecanismos de participação social e de ferramentas tecnológicas que possam ampliar a participação popular na formulação e no acompanhamento de propostas legislativas, buscando ao mesmo tempo integrar tais mecanismos com o Projeto Pensando o Direito.

j) Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Tráfico de Pessoas

Em relação à temática do combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, destaca-se o trabalho de identificação das principais tipologias do crime de lavagem de dinheiro realizado no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), além da capacitação de mais de 1,5 mil agentes públicos. Também foi intensificada a entrega dos equipamentos de informática que compõem os Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro e a Corrupção.

Para 2012, buscar-se-á a consolidação da rede de Laboratórios de Tecnologia para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), como resposta inovadora do Governo aos desafios impostos pela crescente complexidade das ações criminosas e ao aumento exponencial do volume de dados para análise de casos de lavagem de dinheiro.

No que se refere à Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, priorizou-se a construção, por meio um processo participativo internacional, do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o fortalecimento das ações de cooperação multilateral com países da América Latina e da União Europeia. Foram estabelecidas importantes parcerias com organismos e institutos internacionais, como *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), *International Centre for Migration Policy Development* (ICMPD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Realizaram-se campanhas de sensibilização e ampliou-se a rede de atendimento com a criação de cinco novos núcleos e postos nos Estados e Municípios brasileiros. Em 2012, será dado início à implementação do II Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.





k) Cooperação Internacional e Direito Migratório

No que se refere à cooperação jurídica internacional, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, da Secretaria Nacional de Justiça, instruiu e coordenou a execução de mais de mil novos processos em matéria penal, a partir do que foi possível efetuar diligências como citação, intimação, quebra de sigilo bancário e telemático e bloqueio de ativos no exterior. Em 2012, buscar-se-á estabelecer e aprimorar as relações de cooperação internacional bilaterais ou multilaterais, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis para a atuação do Poder Público e demais autoridades competentes, contribuindo para a efetividade da Justiça.

Cabe destacar a intensificação do relacionamento com organismos internacionais e blocos estratégicos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Mercosul, especialmente com relação às demandas inerentes ao direito dos migrantes, tais como concessão de permanência a estrangeiros, prorrogação de prazos de estada, assuntos relacionados à nacionalidade e à naturalização, entre outros. Ainda, foi editada a Portaria nº 1.700 do Ministério da Justiça, visando facilitar os trâmites e instrução dos pedidos de transformação em permanente da residência provisória proporcionada pela Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 6.893, de 2 de julho de 2009. Para o exercício de 2012, buscar-se-á desenvolver e implementar uma política migratória sob a perspectiva da justiça e da cidadania, reconhecendo o direito de migrar como direito fundamental do homem, com ênfase na construção de direitos, consolidação de mecanismos ágeis de acesso à informação e prestação de serviços públicos gratuitos, independentemente de sua situação migratória.

I) Combate à Pirataria e outros Delitos contra a Propriedade Intelectual

O Plano Nacional de Combate à Pirataria tem como base a implantação de 23 projetos estruturantes. Os principais avanços do Plano, ao longo de 2011, foram:

- Realização de cursos de capacitação de agentes públicos em São Paulo e Brasília tendo com o público total de 1.650 policiais;
- Desenvolvimento do Diretório Nacional de Titulares de Marcas (DNTM), que consiste em um banco de informações com os contatos das empresas detentoras das marcas, com a finalidade de agilização dos trabalhos operacionais dos agentes públicos envolvidos no combate à pirataria;
- Início de negociação visando à criação do Conselho Mercosul de Combate à Pirataria, que prevê ações conjuntas entre os países que compõem o Bloco;
- Assinatura de acordos de cooperação técnica com a Escola Nacional da Magistratura para realizar campanha educativa para crianças do ensino fundamental;
- Cooperação técnica estabelecida com as cidades de Belo Horizonte, Osasco e Recife, com vistas à implantação e ao desenvolvimento do projeto Cidade Livre de Pirataria;
- Participação no processo de análise e desenvolvimento do Projeto de Rastreabilidade de Medicamentos desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), tido também como uma solução inovadora no combate à pirataria; e
- Realização da primeira edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, que premiará as três melhores ações nas categorias Repressiva, Educativa e Econômica.





Para o ano de 2012, será dada continuidade ao Projeto de Capacitação de Agentes Públicos em diversas cidades brasileiras. O Projeto Cidade Livre de Pirataria tem como meta assinar acordos com outras cidades brasileiras, como Campinas, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Blumenau, Campo Grande, Porto Alegre, Goiânia e Palmas. O Diretório Nacional de Titulares de Marcas deverá estar em pleno funcionamento, servindo às Polícias Civis de todos os Estados, à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Receita Federal do Brasil, ao Ministério Público e aos Institutos de Criminalística. Além disso, buscar-se-á efetivar a criação do Conselho Mercosul. Está prevista, ainda, a execução do Projeto Radiografia da Pirataria que fornecerá uma visão pontual para planejamento e execução das estratégias de combate à pirataria no Brasil.

m) Anistia Política

A Comissão de Anistia inovou na política de reparação material e moral às vítimas de atos de exceção ocorridos durante o período ditatorial no País. Até dezembro de 2011, a Comissão recepcionou aproximadamente 70 mil processos de anistia, entre os quais 58 mil foram apreciados. A atividade de julgamento dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada nos próximos anos, sendo um grande desafio para o órgão a ampliação da capacidade de processamento de tais requerimentos, a partir da modernização e informatização de sua gestão processual.

A Comissão de Anistia deu continuidade às Caravanas da Anistia, sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia. O Projeto visa estimular participação da sociedade civil nos atos reparatórios oficiais, por meio da descentralização das sessões regulares ocorridas ordinariamente na capital federal para localidades nas quais ocorreram os fatos históricos relacionados ao período de exceção. Em 2011, foram realizadas seis Caravanas da Anistia.

O Projeto Marcas da Memória, que possui como um dos eixos de ação o fomento a iniciativas da sociedade civil na área de promoção da justiça de transição, será ampliado no ano de 2012, incorporando novas iniciativas de preservação de acervos históricos, de produção e difusão de conhecimento sobre o tema da anistia política, e de conscientização sobre o processo de transição democrática no País.

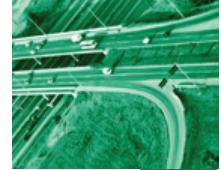
Em 2011, foi concluído o projeto executivo para a ampliação, construção e reforma do prédio de exposições e do prédio administrativo do Memorial da Anistia Política do Brasil, espaço de memória e consciência coletiva, com sede em Belo Horizonte, que servirá de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditoriais. Teve início também a elaboração do projeto museográfico, que deverá ser finalizado em 2012. Neste ano, também serão iniciadas as obras de construção do Memorial.

Em 2011, foi sancionada Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade como um passo decisivo para efetivar o processo de transição democrática no Brasil. Essa comissão atuará de forma articulada com demais órgãos públicos, especialmente a Comissão de Anistia, o Arquivo Nacional e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Assim, o ano de 2012 traz um grande desafio para a Comissão de Anistia, que deverá se estruturar para disponibilizar seu acervo para fins de consulta, de forma a contribuir efetivamente com os trabalhos da Comissão da Verdade e com a construção de uma base de conhecimento sobre anistia política no País.





**IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS:
DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA**



IV – INFRAESTRUTURA PARA TODOS: DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

1. Energia

a) Energia Elétrica

Ao longo de 2011, o Governo deu prosseguimento ao amplo conjunto de ações no setor de energia elétrica compromissadas com a segurança no abastecimento, a modicidade tarifária e a geração de energia limpa, a fim de dotar o País de uma infraestrutura energética capaz de trazer melhoria de vida aos brasileiros e de sustentar as taxas previstas de crescimento do PIB. Parte desse esforço reside na implementação continuada dos projetos estratégicos de geração, transmissão e universalização incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que, além de lhes conferir vantagens do ponto de vista fiscal e de financiamento, permite seu monitoramento intensivo por parte do Governo.

Os indicadores de energia de 2011 mostram que a matriz energética brasileira continua com alta participação de fontes renováveis, acima de 45%, o que a caracteriza como uma das mais limpas do mundo, considerando a área do País. Especificamente no setor de energia elétrica, as fontes renováveis respondem por 80% da capacidade instalada de geração. De fato, é uma matriz que contrasta fortemente com a matriz dos países ricos, que possuem apenas 7% de participação de energia proveniente de fontes renováveis, com a média mundial de 13%.

As vantagens de o Brasil possuir uma matriz energética limpa se traduzem em baixos indicadores de emissões de CO₂ pelo uso de energia. Enquanto no País, conforme dados de 2011, o indicador é de 1,4 tCO₂ por cada tep (tonelada equivalente de petróleo) consumida, no mundo e nos países ricos esse indicador é de 2,4 tCO₂/tep (mais de 70% superior).

Em relação à geração de energia elétrica, várias usinas foram implementadas em 2011, proporcionando incremento de 4.199,37 MW de capacidade instalada, sendo 1.575,48 MW de fonte hidráulica, 2.125,54 MW de fonte térmica, 498,35 MW de fonte eólica e 409,50 MW de usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). No que tange à transmissão, foram incorporados 2.672 km de novas linhas e 10.758 MVA de transformação no sistema em 2011.

Já para o ano de 2012, a previsão de expansão da oferta de geração é de aproximadamente 7.600 MW e ao sistema de transmissão deverão ser adicionados mais 5.100 km de linhas, que ampliarão a integração energética entre as diversas regiões brasileiras e atenderão também à integração de novas usinas programadas para entrar em operação.

a.1) Geração

As usinas que entraram em operação em 2011 ampliaram a capacidade instalada de geração e a disponibilidade de energia elétrica no País, especialmente baseada em fontes limpas e renováveis. Destacam-se: a Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito, localizada nos Estados do Maranhão e Tocantins, que entrou em operação produzindo 543,5 MW e que atingirá 1.087 MW quando as quatro máquinas restantes iniciarem sua operação até janeiro de 2013; a UHE Dardanelos (MT), com 261 MW; a UHE Rondon II (RO), com 73,5 MW; a UHE São José (RS), com 51 MW; o Complexo Eólico Cerro Chato (RS), com 90 MW – usinas 1 a 3; o Complexo Eólico de Mangue Seco (RN), com 104 MW – usinas 1, 2, 3 e 5 e a Usina Termelétrica (UTE) do Atlântico (RJ), a gás de processo, com 490 MW.

Em dezembro de 2011 foi iniciada a operação, em fase de teste, da primeira unidade geradora da UHE Santo Antônio, uma das usinas do Complexo do Rio Madeira que terá ao final da obra, previsto para 2016, 3.150 MW de capacidade instalada.





Outro ponto relevante das realizações de 2011 foi o início da construção da UHE Belo Monte, com 11.233 MW, localizada no Estado do Pará; das UHEs Teles Pires e Colíder, com 1.820 MW e 300 MW, respectivamente, localizadas no Estado do Mato Grosso; da UHE Santo Antônio do Jari, com 373,4 MW, localizada nos Estados do Amapá e Pará; da UHE Ferreira Gomes, com 252 MW, localizada no Estado do Amapá; e da UHE Garibaldi, com 177,9 MW, localizada no Estado de Santa Catarina.

Em 2011, investimento de cerca de R\$ 1,25 bilhão possibilitou a execução física de 11,5% da usina termonuclear Angra 3, que fechou o ano com 18% da obra concluída.

Para 2012 está previsto um acréscimo na capacidade de geração de energia elétrica no Brasil da ordem de 1.949,6 MW de fonte hidráulica, 4.428 MW de fonte térmica e 1.251,2 MW de fonte eólica, totalizando aproximadamente 7.600 MW de potência instalada em novos empreendimentos.

Dentre os principais empreendimentos de geração previstos para 2012, destaca-se a entrada em operação de diversas usinas eólicas, totalizando aproximadamente 1.200 MW. Isso permitirá maior diversificação da matriz de geração de energia elétrica brasileira por meio de fontes limpas e renováveis. Ressalta-se também a previsão de entrada em operação de nove unidades geradoras da UHE Santo Antônio.

a.2) Transmissão

O sistema de transmissão de energia elétrica tem como principal função a transmissão da energia gerada pelas usinas para os centros de carga e, no Brasil, como a base de geração de energia elétrica é hidráulica, o sistema de transmissão permite a interligação entre regiões com características hidrológicas heterogêneas.

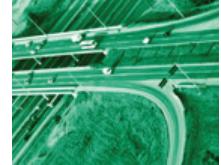
Em 2011 foram adicionados ao sistema 10.758 MVA de potência de transformação e 2.672 km de novas linhas de transmissão, e a rede básica (acima de 230 kV) alcançou a extensão total de 104.000 km.

Destacamos a entrada em operação da SE Piratininga II345/138/88 – 1.200 MVA que melhorará significativamente a confiabilidade e a qualidade do suprimento à região metropolitana de São Paulo. Destacam-se também a entrada em operação das Subestações Ilha Solteira 2 (SP), de 1.350 MVA, Forquilhinha (SC), de 300 MVA, e Narandiba (BA), de 100 MVA.

Entre as linhas de transmissão construídas em 2011, destacam-se o conjunto Chapadão-Inocência-Ilha Solteira – 230 kVC1, C2 e C3 com 742 km no total, e o empreendimento Juiná-Brasnorte – 230 kV C1 e C2 totalizando 430 km. A primeira obra permitirá o escoamento das usinas termoelétricas a biomassa Unidade de Bioenergia Costa Rica, com 79,80MW, e Porto das Águas, com 70 MW, aumentando a confiabilidade de atendimento à região Centro-Oeste. A segunda promove a transmissão da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Dardanelos (MT), que entrou em operação em agosto de 2011. Além disso, foi concluída a linha Nova Mutum-Sorriso-Sinop – 230 kVC2 com 222 km, aumentando a segurança eletroenergética de Mato Grosso e futura integração entre os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A entrada em operação da linha de transmissão Coletora Porto Velho-Porto Velho, primeira fase do complexo de obras denominado Integração do Madeira, permitirá o início da operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Este empreendimento proporcionará aumento da confiabilidade de suprimento à região da capital de Rondônia e permitirá redução dos custos com a geração térmica local e os testes das usinas e do sistema de transmissão do Madeira.





Destaca-se também a conclusão da linha Foz do Iguaçu-Cascavel Oeste 500 kV, com 125 km de extensão. Essa obra melhora o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu para os centros de carga do Sudeste e do Sul.

Para o ano de 2012, destacam-se as obras de dois importantes empreendimentos para o País:

- **Interligação Tucuruí-Manaus-Macapá:** circuitos 1 e 2, sendo, para cada circuito, 1.512 km em 500 kV e 314 km em 230 kV. A continuidade desse empreendimento permitirá a interligação dos sistemas isolados de Manaus e Macapá com o restante do SIN, reduzindo o consumo de derivados de petróleo e, consequentemente, os subsídios da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Após essa interligação os sistemas isolados representarão apenas 0,9% da energia consumida no País. Por se tratar de uma obra complexa e realizada predominantemente na floresta amazônica, foi definido um projeto compatibilizado com as orientações do órgão ambiental federal, com alternativas de tecnologias modernas mitigando os impactos decorrentes da construção, tais como alteamento de torres, uso de estruturas autoportantes e baixa supressão vegetal para permitir o lançamento de cabos. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 3,4 bilhões, com estimativa de conclusão em 2013;
- **Interligação Madeira:** terão continuidade as demais fases das obras de transmissão dos dois bipolos de corrente contínua, com 2.375 km de extensão cada um, para escoamento da energia gerada pelas usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), em Rondônia. Dos 6.900,4 MW gerados pelas usinas, cerca de 800 MW serão destinados para o suprimento dos Estados do Acre e Rondônia, atendendo às demandas locais, e o restante será transmitido para a região Sudeste do País. A estimativa de investimentos para o empreendimento como um todo é da ordem de R\$ 7,2 bilhões. É uma construção histórica, constituindo-se na maior obra de transmissão jáposta em andamento no País, com previsão de conclusão em 2013, bipolo 1, e 2014, bipolo 2.

Para atender à expansão do Sistema Interligado Nacional (SIN), no ano de 2011 foram licitados 4.995 km de linhas de transmissão e 30 subestações, que acrescentarão 14.587 MVA de transformação, incluindo importantes obras para aumentar a segurança eletroenergética nas capitais Cuiabá, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e o sistema de transmissão, em 500 kV, que interligará ao SIN a cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. Esse empreendimento estratégico proporcionará a interligação da única capital brasileira que hoje não integra o SIN e contribuirá para reduzir o consumo de combustíveis fósseis na região Norte do Brasil.

a.3) Distribuição e Tarifas de Energia Elétrica

a.3.1) Redes Elétricas Inteligentes – *Smart Grid*

A distribuição é o estágio final que permite o acesso da população à energia elétrica. Trabalhos desenvolvidos em 2011, como a conclusão do estudo do conceito de Redes Elétricas Inteligentes, além de estudos econômicos básicos e a abordagem das tecnologias envolvidas no sistema, proporcionarão uma evolução dos sistemas de distribuição.

Para 2012 está prevista a realização de seminário sobre tecnologias nas redes de transmissão e distribuição, com foco em *Smart Grid* e a constituição de grupo para propor as diretrizes para elaboração de políticas públicas para a implantação das Redes Inteligentes. Com a implantação das Redes Inteligentes espera-se que os consumidores possam gerenciar o próprio consumo em tempo real, evitar desperdícios e melhorar o perfil de consumo, bem como utilizar nova geração de aparelhos domésticos mais inteligentes, dentre outros.





a.3.2) Tarifa Social de Energia Elétrica

A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, introduziu inovações para o enquadramento de consumidores que poderão ser beneficiários de desconto na conta de energia elétrica. Tal inovação se assenta no aperfeiçoamento dos critérios para a concessão de subsídio endereçado aos consumidores classificados como de baixa renda, adicionando os parâmetros consumo e renda, além de instituir progressividade ao benefício.

A partir desse novo diploma legal, passam a ser beneficiadas as unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda, desde que atendam a pelo menos uma das seguintes condições: i) seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ii) tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social; e iii) unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até três salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica.

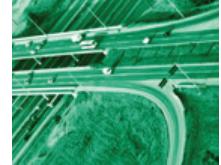
Para eficácia plena desses comandos, em 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, de 13 de outubro, regulamentando o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para atendimento à subvenção econômica da tarifa social de energia, e editada, no âmbito do Programa Melhor em Casa, Portaria Interministerial dos Ministros da Saúde e de Minas e Energia disciplinando os procedimentos para a concessão do benefício às unidades nas quais são utilizados os referidos equipamentos eletrointensivos para tratamento de saúde.

a.4) Leilões de Geração e de Linhas de Transmissão

Foram outorgados 76 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2011, decorrentes dos seguintes leilões:

- O 3º Leilão de Energia de Reserva: realizado em 25 de agosto de 2010, contratou energia elétrica proveniente de fontes renováveis com início de suprimento a partir de 2011, 2012 e 2013. Foram contratados 445 MW médios que serão fornecidos por duas Pequenas Centrais Hidrelétricas, 11 usinas térmicas a biomassa e 20 usinas eólicas;
- O 2º Leilão de Fontes Alternativas (A-3 de 2010, entrega da energia três anos após a realização do leilão): realizado em 26 de agosto de 2010, contratou 714 MW médios de energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis: cinco Pequenas Centrais Hidrelétricas, uma usina térmica a biomassa e 50 usinas eólicas (644 MW médios);
- O 11º Leilão de Energia Nova (A-5 de 2010) de fonte hidráulica: realizado em 17 de dezembro 2010, contratou energia de duas usinas hidrelétricas que comercializaram 968 MW médios, dentre as quais a UHE Teles Pires, localizada nos Estados do Mato Grosso e Pará, com 1.820 MW de capacidade instalada e 915 MW médios, que comercializou 778 MW médios ao preço de R\$ 58,35 por Megawatt-hora, o menor preço de energia elétrica adquirida por meio dos leilões de energia nova. Os investimentos estimados na Usina são da ordem de R\$ 3,3 bilhões e sua construção gerará 3,5 mil empregos diretos;
- O 12º Leilão de Energia Nova (A-3 de 2011): realizado em 17 de agosto de 2011, contratou 1.543 MW médios de energia elétrica para início de suprimento a partir de 2014, provenientes da ampliação da UHE Jirau (209 MW médios), de duas usinas térmicas a gás natural (866 MW médios), de quatro usinas térmicas a biomassa (58 MW médios), e de quarenta e quatro usinas eólicas (410 MW médios);





- O 4º Leilão de Energia de Reserva: realizado em 18 de agosto de 2011, contratou 460 MW médios de energia elétrica de fontes renováveis com início de suprimento a partir de 2014. Foram contratadas sete usinas termelétricas a biomassa (38 MW médios) e 34 usinas eólicas (422 MW médios), aumentando a participação destas fontes na matriz elétrica nacional, em conformidade com a política setorial de incentivo às fontes renováveis;
- O 13º Leilão de Energia Nova (A-5 de 2011), realizado no dia 20 de dezembro de 2011, com o objetivo de suprir a demanda projetada das empresas distribuidoras para o ano de 2016 resultou na contratação de 42 projetos de geração de eletricidade, com capacidade instalada total de 1.211,5 megawatts (MW). O preço médio ao final do certame foi de R\$ 102,18/MWh, alcançando um deságio médio de 8,77%.

Em 2011, foram contratadas usinas eólicas no total de 1.928 MW por meio de leilões de compra de energia elétrica para o Ambiente de Contratação Regulada, totalizando 7.098 MW de geração eólica contratados para o Sistema Interligado Nacional (SIN) com entrada em operação até 2014, quando representará cerca de 5,2% da matriz elétrica nacional.

Os preços médios da energia elétrica fornecida por centrais eólicas no Brasil têm apresentado uma forte tendência de redução desde 2005, quando o Proinfa contratou ao preço médio atualizado de R\$ 301,65/MWh. Nos leilões 2009, 2010 e 2011 os preços médios foram R\$ 164,11/MWh, R\$ 131,55/MWh e R\$ 99,41/MWh, respectivamente.

Foram outorgadas em 2011 as concessões de 4.297 km de linhas de transmissão e 27 subestações, com capacidade de transformação de 11.597 MVA, licitadas nos leilões:

- Leilão de transmissão nº 08/2010: realizado em 9 de dezembro de 2010, contratou 489,5 km de linhas de transmissão e nove subestações com capacidade total de transformação de 1.647 MVA, abrangendo os sistemas de 230 kV e 345 kV. Estão estimados investimentos de R\$ 762,7 milhões a serem realizados nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Rio Grande do Sul, que criarião cerca de 4 mil empregos diretos durante a fase de construção. As instalações de transmissão licitadas entrarão em operação a partir de 2012;
- Leilão de transmissão nº 01/2011: realizado em 10 de junho de 2011, contratou 489 km de linhas de transmissão e seis subestações com capacidade total de transformação de 3.050 MVA, abrangendo os sistemas de 230 kV e 500 kV, que irão reforçar a Rede Básica do SIN nos Estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, incluídas as Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) que possibilitarão a conexão de usinas eólicas que comercializaram energia elétrica nos Leilões de Energia de Reserva nº 05/2010 e de Fontes Alternativas nº 07/2010. Os investimentos estão estimados em R\$ 756 milhões, com geração de 4,5 mil empregos diretos durante a fase de construção;
- Leilão de transmissão nº 04/2011: ocorrido em 2 setembro de 2011, contratou 2.976 km de linhas de transmissão e 12 subestações, que acrescentarão 6.900 MVA de transformação ao SIN, em sistemas de 230, 345 e 500 kV, a serem implantados nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e São Paulo, com entrada em operação comercial prevista para o ano de 2013. Os investimentos, estimados em R\$ 2,8 bilhões, gerarão 11,6 mil empregos diretos durante a fase de construção;
- Ainda em 2011, foi realizado o Leilão de Transmissão nº 06/2011, em 16 de dezembro, que licitou 1.529,577 km de linhas de transmissão de energia elétrica e 12 subestações, totalizando 4.565 MVA de transformação, cujas concessões serão outorgadas em 2012.





a.5) Expansão da Geração e de Linhas de Transmissão

Estão previstos cinco leilões de linhas de transmissão e subestações para o ano de 2012: dois leilões com base na consolidação de obras de rede básica do período 2012/2014, abrangendo todas as regiões brasileiras e ampliando a capacidade de transmissão do Sistema Interligado Nacional, em especial das regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste, totalizando sete subestações com 1.880 MVA de transformação e 3.383 km de linhas de transmissão, com investimento previsto na ordem de R\$ 3 bilhões; um leilão de ICG associado ao Leilão de Energia A-3 nº02/2011 e LER nº 03/2011, que será composto por quatro subestações com 2.300 MVA de transformação e 339 km de linhas de transmissão; um leilão para reforço no sistema interligado nacional, devido à interligação das usinas do rio Teles Pires, que será composto por sete subestações seccionadoras com 2.825 MVA de compensação reativa e 2.610 km de linhas de transmissão, com investimento previsto na ordem de R\$ 3,6 bilhões; e, por fim, um leilão de reforços direcionados ao período da Copa do Mundo FIFA 2014, que totalizará investimentos da ordem de R\$ 325 milhões em linhas de transmissão e subestações de forma a garantir o bom funcionamento do sistema.

No ano de 2012 está previsto um leilão de energia A-3 em 22 de março (Portaria nº 554, de 23/09/2011) e um leilão A-5 de compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, com o objetivo de atender à demanda declarada pelas distribuidoras a partir de 2015 e 2017, respectivamente. Também está previsto um leilão para a contratação da energia existente (Leilão A-1).

a.6) Planejamento do Setor Elétrico

Em 2011 foi publicado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020 (PDE 2020), após consulta pública, que indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no período decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico, social e ambiental. O referido Plano serve ainda como base para a melhoria da confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor energético. Também foram iniciados, com o apoio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os estudos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 (PDE 2021) a ser publicado em 2012.

a.7) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa)

O Proinfa teve papel estratégico na inserção das centrais eólicas, das termelétricas a biomassa e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) na matriz elétrica nacional. Concluído em 2011, o Programa colocou em operação, durante o seu período de execução, 132 empreendimentos que geram energia elétrica a partir de fontes renováveis e que totalizaram a potência instalada de 2.888,71 MW. Foram 51 usinas eólicas, totalizando 1.181,72 MW, 21 usinas térmicas a biomassa, somando a capacidade de 550,34 MW, e 60 pequenas centrais hidrelétricas correspondentes a uma capacidade instalada de geração de 1.156,65 MW.

a.8) Eficiência Energética

O Governo aprovou o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEf) – Premissas e Diretrizes Básicas. O documento orienta as ações a serem implementadas no sentido de atingir metas de economia de energia no contexto do Planejamento Energético Nacional.

O principal objetivo do PNEf é alcançar a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Energia 2030, no qual 10% do consumo de energia elétrica em 2030 será atendido por programas de Eficiência Energética. Para isso, serão fortalecidos o Programa





Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e o Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), além de outras ações inovadoras. O PNEf permitirá a inserção da eficiência energética no planejamento do setor energético de forma explícita e sustentável, orientando as ações dos diversos entes públicos e privados no combate ao desperdício de energia e na construção de uma economia energeticamente eficiente.

No âmbito das regulamentações para os níveis mínimos de eficiência energética, consoante determinado pela Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, concluiu-se um importante ciclo com a publicação das Portarias Interministeriais relativas aos Programas de Metas para evolução dos níveis a serem alcançados para cada equipamento anteriormente regulamentado. Incluem-se nesse escopo alguns dos principais equipamentos consumidores de energia no Brasil: motores elétricos; refrigeradores e congeladores; condicionadores de ar; fogões e fornos a gás; lâmpadas fluorescentes compactas e aquecedores de água a gás. Estimativas preliminares indicam que essas regulamentações contribuirão, no mínimo, com cerca de 20% das metas preconizadas pelo PNEf. Acrescente-se a isso a relevante economia que será proporcionada pelas restrições impostas às lâmpadas incandescentes, cujo escalonamento de restrição ao uso iniciar-se-á em 1º de julho de 2012.

a.9) Regulação e Fiscalização do Setor Elétrico

Em 2011 merece destaque a aprovação da metodologia e dos procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição, concretizada com a publicação da Resolução Normativa Aneel nº 457, de 08 de novembro de 2011. Também o quesito qualidade dos serviços prestados terá reflexo na tarifa, o que motivará novos investimentos na melhoria dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia.

Foram realizados, também em 2011, os Reajustes Tarifários em 94 distribuidoras (56 concessionárias e 38 permissionárias). As Revisões Tarifárias de sete distribuidoras previstas para 2011 foram postergadas, dada a necessidade de consolidação prévia da nova metodologia. Para 2012, estão programados 50 Reajustes Tarifários (38 concessionárias e 12 permissionárias), 58 Revisões Tarifárias de distribuidoras (32 concessionárias e 26 permissionárias) e 13 Revisões Tarifárias periódicas de 13 concessionárias de transmissão de energia elétrica.

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica foram realizadas 1.868 fiscalizações. Está programada para 2012 a realização de 1.674 fiscalizações, com priorização para os empreendimentos constantes do PAC, de instalações e serviços de geração, transmissão e distribuição, abarcando os aspectos econômicos e financeiros das concessões, e dos projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. As fiscalizações serão realizadas principalmente pela Aneel, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas, e por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas.

Na área econômico-financeira, destaca-se, em 2011, a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais, em especial da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Essas fiscalizações propiciam medidas preventivas e corretivas, com vistas ao uso eficiente desses recursos em prol do interesse público e da modicidade tarifária. Em 2011, foi iniciado o primeiro ciclo de fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – que foram recentemente regularizadas, tornando-se agentes do setor elétrico. Para 2012, estão previstas 16 fiscalizações de ativos para composição da Base de Remuneração, em subsídio aos processos de revisões tarifárias programadas para o exercício, somadas à aferição dos itens da Conta de Variação da Parcela A (CVA) em 63 concessionárias.





No âmbito da atuação da Ouvidoria, serão mantidos os serviços da central de teleatendimento aos consumidores da Aneel e as atividades de análise desenvolvidas, por delegação, pelas agências estaduais conveniadas, que proporcionam no triênio 2009-2011 um total de atendimento médio anual de cerca de 1,5 milhão de solicitações, buscando sempre ampliar os índices de qualidade desse atendimento.

Referente à participação pública na agenda regulatória, merecem destaque o aprimoramento e a ampliação das consultas e audiências públicas, visando fortalecer o relacionamento e diálogo com a sociedade no processo de regulação. Destacam-se, ainda, a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.

Em 2011, foram realizadas 90 audiências e consultas públicas à sociedade. A previsão para 2012 é de que sejam realizadas cerca de 70 audiências e consultas públicas reforçando a transparência das ações regulatórias.

a.10) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico

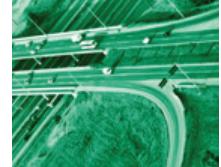
No sentido de propiciar a orientação técnica para a otimização dos procedimentos de licenciamento ambiental dos sistemas de transmissão de energia elétrica e subestações associadas, como resultado do debate técnico interministerial foi publicada a Portaria nº 421/2011, do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre o licenciamento e a regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica.

As ações de monitoramento alcançam 471 empreendimentos outorgados ou autorizados do setor elétrico, sendo 135 linhas de transmissão/subestações; 27 Usinas Hidrelétricas; 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas; 215 Usinas Eólicas e 82 Usinas Termelétricas. Para os projetos na fase de planejamento está sendo realizado o acompanhamento de quatro Estudos de Inventário Hidrelétrico, 32 Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e 21 Estudos de Impacto Ambiental dos projetos planejados, com vista ao seu licenciamento ambiental.

Em 2011, o monitoramento referente ao processo de licenciamento ambiental indicou a emissão de cerca de 99 licenças para os empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, emitidas de acordo com autorizações e exigências dos órgãos competentes e envolvidos no respectivo processo. Dentre os empreendimentos de geração hidrelétrica, destacam-se as Licenças Prévias para UHE São Roque, com capacidade instalada de 135 MW, localizada em Santa Catarina e UHE Castelhano, com 94 MW, localizada entre o Maranhão e o Piauí; as Licenças de Instalação para UHE Teles Pires, com 1.820 MW, situada no Mato Grosso e Pará, UHE Belo Monte, com 11.233 MW, situada no Pará, UHE Santo Antonio do Jari, com 373 MW, situada no Amapá e Pará, UHE Garibaldi, com 178 MW, localizada em Santa Catarina e UHE Ferreira Gomes, com 252 MW, situada no Amapá; e a Licença de Operação para a UHE Santo Antônio do Complexo Madeira, com 3.150 MW, situada em Rondônia.

Dentre os empreendimentos de transmissão de energia elétrica, destacam-se a Licença Prévia da Linha de Transmissão 230 kV Jauru-Porto Velho-Rio Branco (Círculo 3 do Pré-Madeira) com extensão de 989 km interligando os Estados de Rondônia e Mato Grosso; as Licenças de Instalação emitidas para a Linha de Transmissão 600 kV do circuito 1 da Interligação Madeira-Porto Velho- Araraquara, com extensão de 2.381 km, atravessando 81 Municípios em Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, e para a Linha de Transmissão Rio Branco-Porto Velho, com extensão de 487 km interligando os Estados de Rondônia e Acre; e as Licenças de Operação emitidas para a Linha de Transmissão Juína-Brasnorte, que permitiu a operação da Usina Hidrelétrica da UHE Dardanelos, para a Linha de Transmissão Coletora Porto Velho-Porto Velho (Círculo 1, 230 kV), implantada a partir da Subestação Coletora Porto Velho 500/230 kV até a Subestação do Porto Velho, e Subestação Coletora Porto Velho, localizada no Município de Porto Velho, em Rondônia.





b) Petróleo, Gás e Biocombustíveis

b.1) Reservas, Exploração e Produção

Até 2020, o Brasil deve entrar no rol dos países detentores das maiores reservas de petróleo, fato que se apresenta como uma grande oportunidade de desenvolvimento para o País. As reservas brasileiras, cujo incremento recente está especialmente relacionado às descobertas no Pré-Sal, podem alcançar, com a contribuição dos blocos exploratórios já licitados, entre 25,3 bilhões e 33,8 bilhões de barris de óleo equivalente (boe). Grande parte desses blocos ainda está em processo de avaliação, no entanto, as reservas brasileiras provadas de petróleo e gás natural atingiram a marca de 16,91 bilhões de boe em 2011.

Em um cenário de grande demanda mundial de energia, estima-se que a produção brasileira de petróleo e gás irá aumentar aproximadamente 45% até 2015 e mais do que duplicar a atual produção até 2020, saindo dos atuais 2,5 milhões de boe/dia para 3,7 milhões de boe/dia em 2015 e mais de 6,0 milhões de boe/dia em 2020. O petróleo e gás extraídos do Pré-Sal corresponderão a mais de 40% da produção, e os quase 60% restantes das reservas maduras do Pós-Sal e demais bacias marítimas e terrestres. Para atingir esses níveis elevados de produção, serão necessários fortes investimentos em exploração, produção e refino, já previstos nos planos de negócios da Petrobras, responsável por 90% da produção nacional.

No tocante à exploração e produção de petróleo e gás natural, até dezembro de 2011 foram registradas 139 descobertas, sendo 62 em terra e 77 em mar, das quais 26 se relacionam a blocos marítimos na província do Pré-Sal. Em 2011, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) recebeu oito declarações de comercialidade, que são as notificações do concessionário à ANP declarando uma jazida como descoberta comercial na área de concessão. Destacam-se ainda, nesse ano, a conclusão de 398 poços e a perspectiva de investimentos por parte das empresas privadas, no período de 2011-2015, de US\$ 36 bilhões para explorar e produzir petróleo no País. No que diz respeito às sondas de perfuração, sete já estão com contrato de afretamento assinado pela estatal brasileira e 21 estão em processo licitatório.

Foram iniciadas as obras, em maio de 2011, de oito navios do tipo FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência) que serão utilizados pela Petrobras na área do Pré-Sal, para o desenvolvimento da produção nas áreas de Lula (antigo Tupi), Carioca, Iara e Sapinhoá (antigo Guará). Em agosto, entrou em produção a plataforma semissubmersível P-56, no campo de Marlim Sul. Projetada para processar 100 mil barris de petróleo por dia, a plataforma está instalada em lâmina d'água de 1.670 metros. O casco da plataforma foi integralmente construído no Brasil e, juntamente com a construção dos módulos integrados (*topside*), contribuiu para que o índice de conteúdo nacional da P-56 chegassem a 73%.

Em abril foi iniciado o Teste de Longa Duração (TLD) da área de Lula Nordeste, na Bacia de Santos, no antigo bloco exploratório BM-S-11 no Pré-Sal da Bacia de Santos, a cerca de 300 km da costa do Rio de Janeiro. O TLD está sendo realizado no FPSO BW Cidade de São Vicente, ancorado na profundidade de 2.120 metros. As informações obtidas neste teste subsidiarão os estudos para o desenvolvimento do projeto do segundo sistema definitivo de produção a ser instalado no campo de Lula, chamado de Piloto de Lula Nordeste.

Em outubro de 2011, foi iniciado o TLD na área de Carioca Nordeste. O poço foi perfurado em lâmina d'água de 2.151 m, a 275 km da costa de São Paulo. A estimativa é de que o sistema opere por cerca de seis meses.





A produção brasileira de gás natural, até o mês de novembro de 2011, totalizou 65,45 milhões de m³/dia em 2011, um incremento de 2,69 milhões m³/dia em relação à média diária do ano anterior, decorrente do aumento da produção dos campos de Canapu, Cachalote, Baleia Franca, Peroá e do início do escoamento de gás da FPSO P-57 no Parque das Baleias, no Espírito Santo. Além disso, o término da adequação da Unidade de Processamento de Gás da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão (SP), possibilitou o incremento da produção do campo de Lagosta, na Bacia de Santos. A Petrobras é responsável por 97% da produção de gás natural no Brasil.

Em abril de 2011, foi iniciada a produção da Plataforma de Mexilhão (PMXL-1), uma plataforma fixa instalada na Bacia de Santos, a uma distância de 137 km da costa, em lâmina d'água de aproximadamente 172 m. Com altura total de 227m, a PMXL-1 é a mais alta plataforma fixa da estatal brasileira. Sua capacidade de produção é de 15 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

Além do campo de Mexilhão, em continuidade à implementação dos projetos previstos no Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás) na Bacia de Santos, a Petrobras iniciou o escoamento do gás dos campos de Uruguá e Tambaú. Em complemento, a produção do campo de Lula começou a ser escoada, o que confirma a trajetória ascendente da oferta de gás para o atendimento à demanda do mercado.

Estão previstos ainda para iniciar a produção em 2012, quatro empreendimentos: o navio FPSO Anchieta, no campo de Baleia Azul e Pirambu, com capacidade de produzir até 100 mil barris por dia de petróleo e 2,5 milhões de m³ de gás natural; o navio FPSO Itajaí, que será utilizado no campo de Tiro e Sidon, na Bacia de Santos, e terá a capacidade de produzir 80 mil barris por dia de petróleo e 2 milhões de m³ de gás natural; a Plataforma P-55, que será utilizada no campo de Roncador – Módulo 3 a partir do quarto trimestre de 2012, cujo casco foi construído no Estaleiro Atlântico Sul (PE) e atualmente encontra-se em preparação para recebimento do *topside* no Estaleiro Rio Grande (RS), que terá capacidade para produzir 180 mil barris por dia de petróleo e 6 milhões de m³ de gás natural; e a entrada em produção do Piloto de Guará, cujo projeto prevê a perfuração e completação (preparação do poço para produção) de 13 poços e a interligação de mais 15 poços ao FPSO Cidade de São Paulo, com capacidade de tratamento de 120 mil barris/dia de petróleo e processamento de 5 milhões de m³/dia de gás natural.

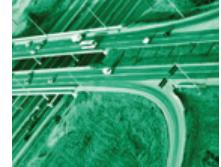
b.2) Marco Legal do Setor de Petróleo e Gás

Desde o fim de 2010, foi incorporado ao marco regulatório já existente para a exploração e produção de petróleo e gás natural um novo regime de contratação. A Lei nº 12.351, promulgada em 22 de dezembro de 2010, estabeleceu no País, para as áreas não licitadas do polígono do Pré-Sal e outras áreas estratégicas, o regime de partilha da produção. Para todo o restante do território, cerca de 98% da área total das bacias sedimentares brasileiras, continua em vigor o regime de concessão estabelecido pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Outras duas leis complementam a nova regulação do setor: i) a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, que autorizou a União a ceder onerosamente a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) uma área com o equivalente a cinco bilhões de barris de petróleo. Em contrapartida, a participação total do Estado brasileiro (União, BNDESPar, BNDES, Fundo de Participação Social e Fundo Soberano) aumentou de menos de 40% para 47,8% do capital social, preservando a participação majoritária do Estado na companhia; e ii) a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que criou a empresa estatal Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA, a qual representará a União nos consórcios para exploração e produção no Pré-Sal.

Com esse novo arcabouço legal para a exploração e produção sob o regime de partilha de produção, espera-se que a partir de 2012 possa ser realizada a primeira licitação nesse novo modelo, uma vez que se encontram em fase de elaboração as





minutas do Estatuto da PPSA, do Edital e do Contrato de Partilha de Produção, e em fase de discussão no Congresso Nacional os critérios para a distribuição das parcelas de royalties e participação especial entre Estados e Municípios produtores e não produtores e a União.

A atual legislação para o setor de gás prevê a elaboração e contínua atualização do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (Pemat) que deverá conter, para um horizonte de dez anos, os gasodutos e demais componentes da infraestrutura de transporte de gás, que serão construídos ou ampliados. A previsão é de que a primeira edição do Plano seja publicada em 2012.

Em 2011 foram publicados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) normativos versando sobre:

- Procedimentos gerais para a declaração de utilidade pública das áreas necessárias à implantação dos gasodutos concedidos ou autorizados e de suas instalações acessórias, em consonância com a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009;
- Procedimentos gerais para instrução de processo com vistas à declaração de utilidade pública, conforme a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, dutos e terminais, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa;
- Registro de autoprodutor e autoimportador, previsto no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010;
- Autorização da prática da atividade de comercialização de gás natural, dentro da esfera de competência da União;
- Registro de agente vendedor, previsto no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010; e
- Registro de contratos de compra e venda de gás natural.

Em maio de 2011, a ANP divulgou a relação dos gasodutos de transporte autorizados, em licenciamento ambiental e de transferência em processo de conversão para gasodutos de transporte. A relação de gasodutos de transporte poderá ser utilizada para o planejamento dos agentes da indústria do gás natural e para a elaboração do Pemat, além de atender aos princípios de transparência e publicidade.

Destacam-se ainda, em 2011, a publicação do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, compilando as informações mais relevantes do setor, e a conclusão dos estudos sobre queima de gás natural no Brasil e no mundo, com objetivo de propor uma nova política pública para o tema.

b.3) Contrato de Cessão Onerosa

A Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal. O respectivo contrato prevê que seja feita uma revisão dos volumes e valores após quatro anos de sua assinatura, bem como que sejam repactuados os valores percentuais para o conteúdo local de bens e serviços associados ao contrato de Cessão.

Em novembro de 2011, a Petrobras informou que o primeiro poço perfurado após a assinatura do contrato de cessão onerosa comprovou a extensão dos reservatórios de óleo localizados a noroeste do poço descobridor da área de Franco, no Pré-Sal da Bacia de Santos. A descoberta foi comprovada por meio de amostragens de petróleo de boa qualidade. O poço ainda está em fase de perfuração com o objetivo de atingir a base dos reservatórios com óleo.





b.4) Rodadas de Licitações de Blocos

Estão previstas para 2012 a 11ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural, segundo o modelo de concessão, e a 1ª Rodada de Licitações de blocos, segundo o modelo de partilha da produção.

b.5) Política para Empresas de Pequeno e Médio Porte

Em 2011 foram elaborados estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo (E&P), associados às empresas de pequeno e médio porte (EPM), com vistas ao estabelecimento de política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

b.6) Planejamento, Desenvolvimento e a Manutenção das Atividades Exploratórias de Petróleo e Gás Natural – Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás

Foi criado o Projeto Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de modo a constituir base de informações a serem utilizadas no processo de planejamento do setor. Serão projetadas zonas de interesse a depender da importância relativa das diversas áreas do território brasileiro para a definição de áreas estratégicas, aproveitamento racional das reservas e o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural, tanto no âmbito de exploração & produção (*upstream*) e de refino (*midstream*), quanto no de abastecimento (*downstream*).

b.7) Refino e Petroquímica

Com o objetivo de atender ao abastecimento interno e à demanda do mercado externo vêm sendo realizados investimentos para ampliação e modernização de refinarias e petroquímicas. Devido ao grande porte dos investimentos requeridos, essa expansão exige planejamento no horizonte de médio e longo prazo.

No setor de refino, prevê-se a continuidade em 2012 da implantação dos empreendimentos das novas refinarias (Nordeste, Comperj e Premium I e II), cujas capacidades de refino totalizarão 1.460 mil barris por dia (bpd), o que representa 80% da carga fresca processada atualmente no País.

A refinaria Nordeste, também denominada refinaria Abreu e Lima (PE), com investimentos na ordem de R\$ 26,7 bilhões, encontra-se na fase de implantação e tem previsão de partida em 2012. A refinaria Premium I (MA), com investimentos na ordem de R\$ 40 bilhões, encontra-se na fase de terraplanagem e tem previsão de partidas para 2016 e 2019. A refinaria Premium II (CE), com investimentos previstos de R\$ 19,7 bilhões, obteve a emissão de licença prévia e possui partida prevista para 2017.

No setor petroquímico, por sua vez, destaca-se a continuidade dos empreendimentos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e da Petroquímica Suape (PE), com investimentos da ordem de R\$ 28 bilhões.

Todos os investimentos supracitados estão alinhados com o objetivo de melhorar a qualidade dos combustíveis e dos derivados de acordo com as exigências internacionais e ambientais. Nesse sentido, busca-se a produção de combustíveis com baixos teores de enxofre, conforme estabelece o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

A fase seguinte desse Programa teve início em janeiro de 2012 e exige o fornecimento, em todo o País, de diesel S50 (a letra “S” representa o símbolo químico do enxofre e o número “50” representa o teor dessa substância em “partes por milhão – ppm”).





O fornecimento do óleo diesel S50 teve início em 2009, nos Municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, para o uso nas frotas ca-tivas de ônibus urbanos, e em 2011 foi ampliado para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Baixada Santista, Campinas, São José dos Campos, e nos Municípios de Belém, Fortaleza, Recife, Curitiba, Salvador, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Para 2013, está prevista a entrada, no mercado nacional, de um diesel ainda mais limpo: o diesel S10, com 10 ppm de enxo-fre. Esse diesel, o S10, substituirá o diesel S50 em sua totalidade. E já a partir de 2012, todos os novos veículos pesados, que consumirão o diesel S50 e posteriormente o diesel S10, já estarão equipados com tecnologia cuja função é auxiliar na dimi-nuição das emissões dos veículos pesados.

No tocante à logística de transporte marítimo de petróleo e derivados, o Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) vem desempenhando papel fundamental na revitalização da indústria naval brasileira, o que possibilitou que o número de trabalhadores empregados diretamente no setor alcançasse 56 mil, em 2011. Isso foi possível devido ao estabelecimento de política de conteúdo local associada ao crédito. Entre 2011 e 2014, está prevista a disponibilização de R\$ 36,7 bilhões em financiamento pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM). O Promef ampliará expressivamente a frota de transporte marítimo de petróleo e derivados com a construção de 49 navios com capacidade de cerca de 4,0 milhões TPB (Tonelagem de Porte Bruto). Na 1^a fase – Promef I, serão acrescentados 2,7 milhões de TPB e, na 2^a fase – Promef II, 1,3 milhão de TPB. Esses novos navios representam 138% da capacidade atual de 2,9 milhões de TPB, e deverão gerar, aproximadamente, 40 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos. As premissas do Programa são de que os navios sejam construídos no Brasil, com a garantia de um índice de nacionalização de 65% no Promef I e de 70% no Promef II. Até dezembro de 2011, 41 navios foram licitados, com investimentos superiores a R\$ 9,9 bilhões.

b.8) Infraestrutura de Transporte de Gás Natural

A construção de 17 novos gasodutos nos últimos anos entre 2007 e 2011 ampliou a malha de transporte de gás natural do País em 3.970 km, passando de 5.519 km para 9.489 km, um crescimento da ordem de 42%. A expansão da malha possibilitou a interligação das Regiões Nordeste e Sudeste (Gasene), permitiu o aproveitamento do gás produzido em Urucu (AM), por meio do gasoduto Coari-Manaus, e deu maior flexibilidade e segurança no atendimento do mercado de gás. Vale destacar, em 2011, a conclusão dos gasodutos Caraguatatuba-Taubaté, Gasan II e Gaspal II, com 96 km, 38 km e 60 km de extensão, respectivamente. Esses gasodutos estão levando o gás proveniente da Bacia de Santos para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro.

b.8.1) Implantação de Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL)

Em 2010, os projetos de GNL estavam sendo avaliados em paralelo com outras possíveis alternativas para escoamento do gás do Pré-Sal. Apesar de diversas análises, o projeto do Gasoduto do Pré-Sal – Rota 3 foi escolhido como a alternativa mais viável e passou a incorporar, a partir de 2011, a carteira prioritária de investimento do Governo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Terminal de Liquefação de Gás Embarcado continua em estudo como uma alternativa de longo prazo.

No que tange à regaseificação de GNL, estão previstas para iniciar em junho de 2012 as obras do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBahia). O projeto do terminal é constituído por um píer, um gasoduto de 49 km interligando o terminal ao gasoduto Cacimbas-Catu e um navio com capacidade para regaseificar 14 milhões de m³/dia.





b.8.2) Fertilizantes Nitrogenados

O agronegócio representa 30% do PIB nacional, sendo o Brasil o 3º maior exportador de produtos agrícolas e o 4º maior consumidor de fertilizantes de macronutrientes NPKS (Nitrogênio, Fósforo, Potássio e Enxofre). O Brasil importa cerca de 73% do fertilizante nitrogenado para atender à demanda interna. Os chamados fertilizantes nitrogenados utilizam como matéria-prima gás natural e água, produzindo amônia, ureia e outros compostos ricos em nitrogênio.

Para reduzir a dependência externa de fertilizantes nitrogenados, iniciou-se em 2011 a construção da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN III), em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. A UFN III será a maior unidade de fertilizantes nitrogenados da América Latina. A partir de 2014, esta unidade ofertará ao mercado 1,21 milhão de t/ano de ureia e 81 mil toneladas/ano de amônia, com investimento total de cerca de R\$ 3,96 bilhões.

Com conclusão prevista para 2012, a unidade de produção Arla32 da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen), localizada no Estado da Bahia, está sendo implantada com o objetivo de agregar valor à ureia. Esta unidade irá produzir o Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo e aumentar a produção de sulfato de amônio. Em 2011, foram concluídas as obras de infraestrutura do empreendimento e foram entregues os principais equipamentos.

b.9) Prominp e Conteúdo Local de Bens e Serviços

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) é formado por múltiplas iniciativas conectadas no sentido de potencializar o desenvolvimento da indústria nacional. É um fórum de discussão e articulação entre o Governo, empresas de petróleo e gás natural e indústria supridora de bens e serviços, para que as oportunidades geradas pelos investimentos do setor sejam, tanto quanto possível, atendidas pelo mercado nacional, gerando riqueza, emprego e renda no País.

Dentre os resultados alcançados pelo Programa, merecem destaque os seguintes:

- Formação de mais de 80 mil alunos por meio do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), desde o início do Programa (setembro de 2006 até o final de 2011), com índice de empregabilidade de 80,7%;
- Conclusão da proposta de implantação de metodologia de avaliação ambiental no planejamento da outorga dos blocos exploratórios, buscando o aperfeiçoamento e maior previsibilidade do licenciamento ambiental;
- Definição de proposta de índices para os diversos itens das tabelas de Conteúdo Local a serem previstos nos contratos a serem celebrados sob o regime de partilha de produção, de forma a dar cumprimento ao Inciso I, art. 9º, da Lei nº 12.351, de 2010, que determina que o ritmo de oferta pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de blocos sob o regime de partilha de produção deverá estar vinculado à capacidade de fornecimento de bens e serviços pela indústria nacional; e
- Identificação de gargalos produtivos e tecnológicos a serem superados pela indústria nacional com vistas ao desenvolvimento da cadeia produtiva do petróleo e gás natural, atualmente objeto de discussão no âmbito do Programa Brasil Maior e no fórum do Prominp de políticas governamentais.





b.10) Hidrogênio

No que tange ao acompanhamento das atividades relativas ao uso do hidrogênio como insumo energético, destaca-se o Projeto do Ônibus a Hidrogênio, que tem como partícipes o Ministério de Minas e Energia, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU/SP), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), e recursos da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep) e da Global Environment Facility (GEF). Em fevereiro de 2011, foi concluído com sucesso o protocolo de testes com passageiros do protótipo de ônibus a célula a combustível hidrogênio, percorrendo cerca de 900 km, no Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara, na Grande São Paulo, em 23 dias de operação e transportando 1.047 usuários. O consumo médio de Hidrogênio no período foi de 10,24 kg/100 km, o que pode ser considerado como um excelente resultado. Releva destacar, ainda, a estação de produção e abastecimento de hidrogênio, construída nas instalações da EMTU/SP, em São Bernardo do Campo (SP), e que atualmente encontra-se em fase de comissionamento e início de operação.

b.11) Biocombustíveis

No ano de 2011, o Brasil deu importante passo ao aprovar a Lei nº 12.490, de 16 de setembro, reconhecendo e incluindo, na legislação, os biocombustíveis como bem energético fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. As alterações têm como escopo dispor que os biocombustíveis sejam tratados como combustíveis, o que de fato são, com tratamento uniforme em relação aos demais e não apenas como produto agrícola inserido na matriz energética. Esse entendimento é reforçado pela crescente utilização do etanol e do biodiesel, no Brasil e no mundo.

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) passa ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis, assim como hoje já possui para os combustíveis derivados de petróleo, a exemplo da gasolina, do diesel e do querosene de aviação. A citada Lei ainda corrige distorções de competências legais na esfera de atuação da ANP, que poderá, agora, regular e fiscalizar as indústrias do petróleo e dos biocombustíveis, igualmente. As atividades de produção, importação, exportação e transporte de etanol, por exemplo, passarão a ser reguladas e fiscalizadas pela ANP, do mesmo modo como já se faz atualmente com o biodiesel.

Além disso, com a nova Lei, o Poder Executivo poderá elevar o percentual de etanol anidro na gasolina até o limite de 25% ou reduzi-lo a 18%, dependendo das condições de oferta e demanda. Antes, a faixa de variação era entre 25% e 20%.

Igualmente importante, o Brasil tem divulgado ativamente sua longa e bem-sucedida experiência na produção e uso em larga escala de biocombustíveis, compartilhando-a com países interessados em incluí-los em suas matrizes energéticas.

Em 2011, destacam-se as atividades realizadas no âmbito das cooperações bilaterais com os Estados Unidos, Argentina, Senegal, Moçambique e Guiné Bissau. Na atuação brasileira perante organismos internacionais, o Brasil tem contribuído no *Bioenergy Implementing Agreement*, da Agência Internacional de Energia (IEA), e na revisão crítica de documentos, inclusive do *World Energy Outlook 2011*, principal publicação dessa entidade no contexto energético mundial, incluindo os biocombustíveis. No âmbito do Mercosul, o Grupo *Ad Hoc* sobre Biocombustíveis completou sua VII reunião em 2011, com o objetivo de trocar experiências e informações e realizar estudos e levantamentos visando a desenvolver harmonicamente os biocombustíveis nos países membros.





Também em 2011, no âmbito do Programa de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis (Prorenova), o Brasil atuou na organização e realização de cursos de capacitação em nosso País. Discussões específicas para o desenvolvimento de biocombustíveis sustentáveis também foram conduzidas no *Global Bioenergy Partnership* (GBEP). Recentemente os países membros do GBEP aprovaram o relatório *The Global Bioenergy Partnership Sustainability Indicators for Bioenergy*, o qual inclui os textos metodológicos referentes aos 24 indicadores voluntários de sustentabilidade para a produção e o uso de bioenergia. Esse avanço é importante para harmonizar os critérios de sustentabilidade em nível mundial, permitindo a implementação de políticas públicas sustentáveis para a bioenergia.

O Brasil pretende continuar na vanguarda da produção de biocombustíveis e isso vale também para o desenvolvimento do mercado de um novo biocombustível – o bioquerosene de aviação (BioQAV). Nesse sentido, destaca-se a celebração de parceria entre Brasil e Estados Unidos para o desenvolvimento de biocombustíveis de aviação, durante a visita do presidente norte-americano ao Brasil, em 2011.

Para 2012, prevê-se a organização de um *workshop* internacional na área de biocombustíveis, atendendo simultaneamente a diversos acordos bilaterais e multilaterais firmados pelo País nesta área, e na realização da reunião do *Task 39 – IEA Bioenergy* da Agência Internacional de Energia (IEA) no Brasil. A reunião anual da *Clean Energy Ministerial* (CEM) também terá participação brasileira.

b.11.1) Biodiesel

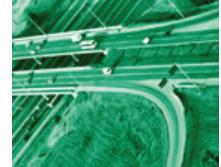
O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado oficialmente em dezembro de 2004, teve como objetivo inicial introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, com enfoque na inclusão social e redução de desigualdades regionais.

Desde seu lançamento, as diretrizes do Programa vêm sendo observadas, quais sejam o aproveitamento das oleaginosas de acordo com as diversidades regionais, a segurança de abastecimento para o novo combustível, a garantia de qualidade para o consumidor e a busca da competitividade frente ao diesel de petróleo.

A mistura de biodiesel ao diesel fóssil teve seu percentual sucessivamente ampliado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), até atingir 5% em janeiro de 2010, antecipando em três anos a meta estabelecida pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. De forma a atender o suprimento para a mistura compulsória, foram realizados, desde o início do Programa, 24 leilões de compra de biodiesel. Em 2011, registrou-se uma demanda de aproximadamente 2,5 bilhões de litros de biodiesel frente à de 1,6 bilhão de litros em 2008, verificada no início da mistura obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel fóssil. Esse avanço credenciou o Brasil, num curto espaço de tempo, como o segundo maior consumidor do mundo, atrás apenas da Alemanha. Para 2012, projeta-se um consumo brasileiro de biodiesel superior a 2,6 bilhões de litros.

Dados ainda não consolidados de dezembro de 2011 mostram que o País possui 57 usinas autorizadas a produzir e comercializar biodiesel, totalizando uma capacidade de produção nominal instalada da ordem de 6 bilhões de litros por ano. Essa capacidade se mantém nos últimos anos em mais do que o dobro da demanda do mercado interno. Por um lado, isso é um fator positivo, seja porque os investimentos foram estimulados por um ambiente de segurança regulatória, seja porque existe um potencial excedente para que o Brasil inicie exportações de biodiesel. Por outro lado, promover e estimular um melhor equilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda interna coloca-se como um importante desafio para 2012.





No médio prazo, podem ser destacados dois desafios. O primeiro é a diversificação das matérias-primas, reduzindo-se a participação relativa da soja e ampliando-se o uso de outras oleaginosas que, no momento, ainda não possuem escala produtiva compatível com a demanda energética. São exemplos dessas matérias-primas a canola, o girassol, a palma de óleo (dendê) e a mamona, dentre outras. O segundo desafio de médio prazo continua sendo o de consolidar a participação e a competitividade da agricultura familiar e das regiões mais carentes de maneira mais efetiva.

Com vistas a fazer um balanço geral do PNPB, a Comissão Executiva Interministerial do Biodiesel promoveu, em 2011, um ciclo de audiências com todos os elos da cadeia produtiva do biodiesel, colhendo sugestões para aprimorar o Programa. O objetivo é conciliar a progressão do percentual de mistura para teores acima de 5% (B5) com maior competitividade do biodiesel frente ao diesel fóssil e com o fortalecimento da inserção da agricultura familiar e das regiões carentes na cadeia produtiva desse biocombustível.

Isto porque, além dos benefícios ambientais, o biodiesel gera externalidades positivas no campo social, por meio do Selo Combustível Social que prevê a inclusão da agricultura familiar no fornecimento de insumos. Em dezembro de 2011, cerca de 75% da capacidade de produção nominal instalada era formada por 375 empresas detentoras desse certificado. Em 2011, mais de 100 mil famílias de pequenos produtores rurais estavam diretamente envolvidas e integradas à cadeia produtiva do biodiesel. Espera-se que esse número cresça em 2012 com a intensificação das ações de assistência técnica e extensão rural, com o Programa Polos de Biodiesel e a com a atuação da Petrobras Biocombustível.

O biodiesel também vem contribuindo para reduzir importações de diesel fóssil. Desde o lançamento do PNPB até o fim de 2011, o Brasil deixou de importar cerca de 8,2 bilhões de litros de diesel, correspondente a um total de divisas da ordem de 5,4 bilhões de dólares. Esse processo de substituição de importações repercute ainda na geração de renda interna na cadeia produtiva do biodiesel.

Em 2011, também foi importante a atuação da Petrobras Biocombustível (PBio) na sustentação da produção familiar, em especial no Nordeste, por meio de suas três unidades de biodiesel localizadas em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Outras ações vêm sendo implementadas com vistas à ampliação de usinas e integração com esmagamento nas usinas, além de novos projetos.

b.11.2) Etanol

Na atual safra, o setor sucroenergético apresenta retração na produção de etanol e açúcar motivada pela redução na disponibilidade de matéria-prima, apesar da pequena expansão da área plantada da cana em relação à safra anterior, que saiu de 8,05 milhões de hectares para 8,43 milhões de hectares. A queda no volume da matéria-prima disponível impactará na redução de 17,5% sobre os 27,36 bilhões de litros da safra anterior. O impacto na produção de açúcar ocasionará a redução de 2,2 milhões de toneladas em relação aos 38,1 milhões de toneladas da safra anterior.

Com a restrição na oferta de etanol, o preço do hidratado ao consumidor elevou-se a ponto de não ser competitivo frente à gasolina na maioria das cidades brasileiras. A demanda carburante desse biocombustível deverá atingir 20,5 bilhões de litros em 2011, com queda anual de 11,6%. Outra consequência foi o forte aumento no consumo de gasolina que inverteu a balança comercial brasileira desse produto. Em 2011, o Brasil importou 2.045 milhões de litros frente à exportação de 309 milhões de litros desse derivado de petróleo.





Diante das adversidades da atual safra, o Governo tem realizado encontros com representantes do setor privado para avaliar regularmente o suprimento de etanol e a retomada do crescimento do setor sucroenergético. As informações dessas reuniões serviram de subsídio para a decisão do Governo de reduzir o percentual de mistura de etanol na gasolina para 20%. O novo percentual de mistura, que passou a vigorar a partir de 1º de outubro de 2011, visa garantir o equilíbrio do suprimento de etanol na entressafra.

A Petrobras Biocombustível opera, em parceria, dez usinas, com capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 24,8 milhões de toneladas/ano e de produção de etanol de 1.292 mil m³/ano. Por meio de suas coligadas, encerrará a safra 2011/12 com uma produção de 769 mil m³ de etanol e 1,4 milhão de toneladas de açúcar, com exportação de 490 GWh de energia elétrica excedente. A meta da empresa é chegar em 2015 com uma produção de 5,6 milhões m³/ano de etanol em conjunto com suas coligadas.

O consumidor brasileiro precisa ter sempre o etanol disponível com qualidade, garantia de abastecimento e preço competitivo. Nesse sentido, outra ação importante é o aprimoramento contínuo dos mecanismos de regulação e combate à adulteração, à fraude e à sonegação. No que tange à garantia de abastecimento, a ANP publicou em 2011 duas regulamentações com o objetivo de iniciar um novo ciclo na regulação desse mercado, exercendo as competências a ela atribuídas pela Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011.

Outra medida impactante ao abastecimento foi a edição da Medida Provisória nº 554, de 23 de dezembro de 2011, que autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível. A MP tem como objetivo reduzir a volatilidade dos preços do etanol combustível e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.

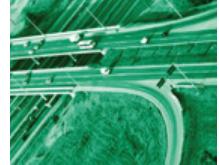
b.12) Regulação, Fiscalização e Expansão do Setor de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis

O Governo regulamenta, fiscaliza e autoriza as atividades da indústria do petróleo, além da distribuição e revenda de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis; gerencia contratos de concessão para exploração e produção de petróleo e gás natural; e promove estudos e levantamentos geológicos, geofísicos e geoquímicos para elevar o conhecimento sobre o potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras. Dentre essas atribuições, o Governo identifica as bacias a serem estudadas, os tipos de estudos mais adequados e planeja os investimentos necessários, priorizando as áreas de fronteira exploratória, a fim de revelar novos potenciais e contribuir para o desenvolvimento regional. São previstos investimentos de R\$ 1,8 bilhão para estudos em 22 bacias sedimentares até 2015.

Do conjunto de investimentos realizados, em 2011 foram processados 100 mil pontos de dados de sísmicos, adquiridos 835 quilômetros lineares de dados sísmicos no Estado do Mato Grosso e coletados 800 testemunhos de fundo oceânico no Estado do Ceará. Nesse mesmo ano, foram contratadas a coleta de 900 registros de dados magnetotelúricos, a aquisição de 42 mil pontos de tiro de sísmica de reflexão bidimensional terrestre, a coleta de 3 mil amostras de solo para análise geoquímica e a coleta de mil testemunhos de fundo oceânico. Esses estudos serão realizados nos Estados de Roraima, Pará, Tocantins, Piauí, Maranhão, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Para 2012, estão previstos, além da execução dos projetos contratados em 2011, a contratação de 4 mil km de sísmica 2D nas bacias do Paraná e dos Parecis, a coleta de 2 mil amostras de solo na Bacia dos Parecis e a perfuração de quatro poços estratigráficos, sendo um na Bacia do Paraná, um na Bacia de São Luís e dois na Bacia dos Parecis.





No tocante às cláusulas contratuais de Conteúdo Local, foi consolidada a metodologia de acompanhamento com a conclusão da fiscalização de 63 blocos, em 2011.

O processo de credenciamento das empresas certificadoras de Conteúdo Local foi aprofundado, havendo atualmente 20 empresas credenciadas, que contemplam as 21 possíveis áreas de atuação. Essas empresas são responsáveis pela certificação de Conteúdo Local de bens e serviços de exploração e produção (E&P), aplicando as regras contidas na Cartilha de Conteúdo Local. Em 2011, foram iniciados processos administrativos para a realização de auditoria nas certificadoras credenciadas.

Para 2012, tem-se como objetivo o refinamento da regulamentação de Conteúdo Local, reforço da divulgação das regras de certificação, incremento do quantitativo de empresas certificadoras e a consolidação do procedimento de auditorias. Além disso, será também fortalecida a comunicação com a sociedade, permitindo que a população compreenda o esforço que o Governo tem feito para garantir o desenvolvimento do País de forma soberana e sustentável.

No âmbito do monitoramento da qualidade dos combustíveis, o percentual de não conformidade ficou em torno de 2%, confirmando a tendência de declínio observada nos exercícios anteriores. Em 2011 foram analisadas 198.565 amostras de combustíveis. Cumpre destacar que desde 2005 todo o território nacional passou a ser contemplado pelo monitoramento da qualidade dos combustíveis.

Em relação à gestão das concessões de blocos exploratórios, intensificar-se-ão, em 2012, as atividades de fiscalização que compreendem perfuração de poços exploratórios, execução de testes de formação, testes de longa duração (TLD), medição da produção, entre outras. Essas fiscalizações também se destinam a evitar acidentes operacionais dos quais podem resultar impactos ambientais que afetam a sociedade como um todo e podem comprometer o abastecimento nacional.

O Governo fiscaliza os agentes econômicos que atuam no setor de produção, distribuição e revenda de derivados de petróleo e biocombustíveis. Em 2011, foram realizadas 24.259 ações de fiscalização. O planejamento para 2012 prevê 25 mil ações no ano voltadas para diversos segmentos do abastecimento nacional de combustíveis, visando à ampliação da abrangência da fiscalização no mercado de etanol. Será dada continuidade à celebração de convênios de cooperação técnica com outros órgãos públicos, de modo a tornar a coerção de práticas lesivas ao consumidor mais célere.

A entrada de novos agentes econômicos no mercado de distribuição e revenda de derivados de petróleo e etanol combustível é feita mediante a outorga de autorizações. Por meio da análise de processos de solicitação e de vistorias *in loco*, são instruídos processos de autorização para entrada nesse mercado, que abrange mais de 90 mil agentes. Em 2011, foram outorgadas 9.402 autorizações de agentes econômicos. Em 2012, a expectativa é de outorgar 9 mil novos agentes que deverão entrar no mercado de combustíveis e outros derivados, tais como distribuidores, revendedores varejistas de combustíveis e de GLP.

As ações realizadas no âmbito das atividades de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural compreenderam, em 2011, 2.222 embarcações fiscalizadas por meio do convênio de cooperação assinado entre a ANP e o Departamento de Portos e Costas (DPC), além de 22 vistorias técnicas em instalações voltadas para essas atividades. Cabe ressaltar que em 2011 foram outorgadas 172 novas autorizações, possibilitando a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de movimentação e transferência de petróleo, seus derivados e gás natural. Para 2012 está prevista a outorga de 170 novas autorizações.





Também foram realizadas 27 ações de fiscalização, em 2011, em instalações de agentes econômicos produtores de combustíveis, quais sejam: Refinarias de Petróleo, Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Produtores de Biodiesel, Produtores de Solventes, Centrais de Matérias-Primas Petroquímicas e Formuladores de Combustíveis. Para 2012 a expectativa é que essas ações de fiscalização superem 40. Em 2011, foram outorgadas 38 novas autorizações, possibilitando a ampliação, a construção e o funcionamento de instalações de refino, de processamento de gás, gasodutos e de instalações de biodiesel. Em 2012 está prevista a outorga de 45 novas autorizações, como resultado da entrada de novos agentes para atendimento da demanda nacional de combustíveis e derivados de petróleo, além da ampliação da participação de biocombustíveis na matriz energética nacional.

Na área do biodiesel, as ações de regulação e fiscalização foram intensificadas, tanto no tocante ao cumprimento das disposições expressas na Resolução ANP nº 25/2008 visando acompanhar *pari passu* a implantação, ampliação, modernização e operação das unidades produtivas de biodiesel, quanto no campo da qualidade desse biocombustível comercializado e misturado ao diesel de petróleo.

c) Geologia e Recursos Minerais

O Brasil é um importante produtor mineral, detendo a quarta posição no *ranking* mundial e destacando-se internacionalmente como produtor de minério de ferro, nióbio, bauxita, manganês e vários outros bens minerais. Os recursos minerais produzidos no Brasil são base para diversas cadeias produtivas e, portanto, devem ter seu aproveitamento otimizado com vistas ao benefício de gerações presentes e futuras.

Seguindo as tendências econômicas dos últimos anos, a mineração deverá ter uma participação muito importante no bom desempenho do Brasil no mercado mundial, devido às exportações de *commodities*, como minério de ferro e produtos agrícolas, que demandam fertilizantes minerais para sua produção em escala competitiva.

c.1) Gestão dos Recursos Minerais

A gestão pública do setor mineral, em 2011, consistiu-se em iniciativas que contribuíram para fortalecer o aproveitamento eficiente dos recursos minerais, a agregação de valor aos produtos minerais e a ampliação da participação do setor no desenvolvimento socioeconômico do País.

No plano normativo, a proposta de novo marco regulatório para o setor, em fase de avaliação pelo Poder Executivo, será encaminhada ao Congresso Nacional. A proposta foi elaborada com o intuito de assegurar governança pública eficaz para o setor mineral, e contempla mudanças nos regimes de outorga com inúmeras vantagens, tais como: maior segurança jurídica aos investidores; introdução de procedimentos mais eficazes de atuação do Estado para coibir especulações minerárias; a oneração de áreas improdutivas; a atuação mais eficiente do órgão fiscalizador; e políticas para a apuração e cobrança de royalties da mineração atualizada à nova realidade do País.

Com base no Plano Nacional de Mineração (PNM-2030), lançado em fevereiro de 2011, foi elaborado o Programa Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral como parte do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Esse Programa apresenta nove objetivos que servirão de base para as políticas do Governo voltadas ao setor mineral no próximo quadriênio.





Os objetivos previstos nesse programa incluem: i) realização de levantamentos geológicos do Brasil e de províncias minerais e a difusão do conhecimento gerado; ii) implementação do zoneamento mineral do País que permitirá identificar áreas de interesse mineral; iii) promoção da ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos; iv) estabelecimento de parcerias e cooperação entre países, especialmente da América do Sul e da África; v) realização de estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) associadas a Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs); vi) fortalecimento de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no setor mineral; vii) otimização do aproveitamento dos recursos minerais; viii) governança pública eficaz para o setor mineral; e ix) ampliação dos programas de formalização da atividade minerária e do fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor.

O Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral (Pronafor) e o Projeto de Extensionismo Mineral vêm desenvolvendo ações que permitiram a regularização de títulos minerários em diversos Estados e a capacitação a distância de pequenos e médios produtores, principalmente. Somente em 2011 foram capacitados em cursos a distância 5.021 profissionais, número bem acima da meta prevista.

c.2) Outorga de Títulos Minerários e Fiscalização

A crescente produção mineral e a forte demanda por esta matéria-prima levou a um aumento da ordem de 20% no número de títulos minerários em 2011, comparativamente a 2010, alcançando quase 28 mil títulos. Paralelamente, o Governo tem buscado um progressivo aumento de eficiência nessa gestão, otimizando o aproveitamento dos recursos minerais e promovendo mecanismos para o desenvolvimento das atividades por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral. No que se refere à arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), houve acréscimo de 42% no valor arrecadado em relação a 2010, totalizando a soma de R\$ 1,5 bilhão em 2011.

c.3) Carteira Prioritária de Investimento de Geologia e Recursos Minerais

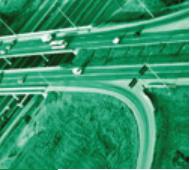
O aumento do conhecimento do potencial mineral brasileiro, base essencial à indústria mineral e ao desenvolvimento do País, é entendido como relevante para o desenvolvimento da infraestrutura nacional e continua presente na carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2011, foram investidos mais R\$ 71,5 milhões em levantamentos geológicos e de recursos minerais em todas as regiões do País, incluindo áreas oceânicas integrantes da Plataforma Jurídica Continental Brasileira. Com isso, estão concluídos levantamentos geológicos em cerca de 530 mil km² nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, que correspondem a 39% da meta estabelecida até 2014 (1,4 milhão de km²). Também em 2011 houve investimentos em levantamentos aerogeofísicos, com objetivo de fornecer informações aerogeofísicas para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral. Com essas ações, foram concluídos levantamentos aerogeofísicos em 785 mil km² do território nacional, perfazendo cerca de 49% da meta prevista até 2014 (1,6 milhão de km²).

Em 2012, o Governo continuará investindo na realização de levantamentos geológicos básicos, aerogeofísicos, em avaliação de recursos minerais, em levantamentos hidrogeológicos, na gestão da informação geológica e na ampliação da capacidade laboratorial de análises minerais realizadas por meio do Laboratório de Análises Minerais (Lamin).

Além de realizar os levantamentos, as diferentes aplicações dos mapas dependem das escalas em que são gerados, isto é, dependem do nível de detalhamento de cada produto. Como exemplo cita-se o mapeamento gerado para fins de indução à atividade exploração mineral, no qual os mapas devem ter escalas 1:250.000 ou 1:100.000, sendo esta última a ideal.





Em 2011, o Brasil atingiu 60% do território em escala 1:250.000, o que corresponde a mais de 5 milhões km², e aproximadamente 22% com mapeamento em escala 1:100.000, num total de 1,924 mil km². Esse refinamento de informações tem como alguns de seus objetivos indicar as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs) e de áreas oportunas para a realização de levantamentos temáticos, sobretudo com foco em minerais estratégicos, planejamento de cidades e ordenamento territorial, e ainda subsidiar programas de pesquisa hidrogeológica, priorizando áreas com problemas de assentamentos rurais.

Ainda em 2012, serão realizados estudos e levantamentos de depósitos de minerais estratégicos, tais como lítio, terras raras, fosfato e potássio, bem como a implantação de sistema de informações e análises da disponibilidade e demanda de insumos minerais para construção civil.

Cabe ainda mencionar as propostas de implementação do Zoneamento Mineral do País (ZM) e das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs). No ZM serão identificadas ARIMs que possibilitarão melhor integração entre os dados gerados pelos levantamentos geológicos básicos e temáticos e a efetiva maximização do aproveitamento dos recursos minerais. Por sua vez, as ZPTMs serão distritos industriais de incentivo com vistas ao desenvolvimento equilibrado do território e ao rompimento da rigidez locacional das reservas, com especial interesse à integração mineral sul-americana e ao desenvolvimento da indústria de base.

Nesse sentido, parte do desafio para os próximos anos será o de preparar as instituições para o novo modelo legal e institucional proposto, relativo a um setor cujo volume de investimentos privados está previsto em US\$ 68,5 bilhões até 2015, segundo estimativas de entidade representativa do setor produtivo.

2. Transportes

Em busca do desenvolvimento da infraestrutura de transportes no País, o Governo tem dado prosseguimento a diversas intervenções, de forma a reduzir os custos logísticos do setor produtivo e propiciar novos patamares de desenvolvimento social e econômico. O fortalecimento da produção e o desenvolvimento regional equilibrado dependem de uma rede integrada de transportes, que interligue as áreas de produção às de consumo e exportação. Essa rede integrada de transportes contribui ainda para a eficiência produtiva em áreas já consolidadas e induz o desenvolvimento em áreas de expansão das fronteiras agrícola, mineral e industrial.

Ao longo de 2011, foram implementadas medidas para o aumento da eficiência dos transportes, em especial no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O intuito é fomentar o inter-relacionamento dos meios de transportes, compartilhando e gerando economia em escala, capacidade no movimento de cargas e diferencial na oferta de serviços logísticos.

No modal rodoviário, a meta é recuperar toda a malha federal pavimentada, ampliar, pavimentar ou adequar os eixos estratégicos consolidados, conferindo-lhe adequada trafegabilidade, permitindo expandir a capacidade de escoamento das rodovias estratégicas para o transporte da produção, o turismo, a integração nacional e entre países da América do Sul.

No que diz respeito ao transporte ferroviário, o foco é a ampliação da malha ferroviária de bitola larga, bem como a eliminação de pontos críticos decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos que limitam as possibilidades de expansão do modal. Também se dará especial atenção ao desenvolvimento de estudos para a implementação do transporte ferroviário de passageiros de alta velocidade.





Em relação ao transporte hidroviário, as ações se voltam para a realização de investimentos em sinalização, balizamento, dragagem e derrocamento, o que permitirá a navegabilidade em condições econômicas e seguras nos corredores hidroviários. A implantação de novos terminais na Amazônia dotará a região de infraestrutura portuária condizente às necessidades da população local, com a garantia de segurança no embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

No que se refere aos portos marítimos e fluviais, as políticas e diretrizes do Governo para o seu desenvolvimento contemplam medidas de desenvolvimento institucional, melhoria da gestão portuária e promoção de programas e projetos de apoio à recuperação da infraestrutura e estímulo à participação de investimentos privados, de modo a aumentar a capacidade portuária nacional.

Visando subsidiar o planejamento do setor transportes, pautado por planos multimodais de longo prazo, foram realizadas três pesquisas de tráfego em 2011 para auxiliar a atualização do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT). Tais estudos visam à coleta de dados, tratamento e consolidação das informações sobre tráfego diário médio anual nas rodovias federais e elaboração de matrizes de origem e destino de mercadorias e passageiros para atualização da base de dados georreferenciada do PNLT. Os dados coletados permitirão identificar os perfis dos usuários e das cargas, bem como as classes de veículos. A conclusão dos trabalhos das pesquisas está prevista para março de 2012. Também em 2011 foi concluída a primeira versão do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), projeto iniciado em 2010, estando prevista para 2012 a conclusão de 15 Planos Diretores Estratégicos para portos públicos marítimos de importância estratégica nacional.

Além disso, foram adotadas medidas de gestão para melhorar a eficiência na condução das obras do setor transporte, com a modernização de métodos de licitação e aumento da transparência, em sintonia com o trabalho que vem sendo realizado pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade.

Em 2011 também foram publicadas portarias interministeriais instituindo programa de regularização ambiental de portos e de rodovias com a finalidade de promover a elaboração e execução dos projetos e atividades necessárias para a regularização ambiental das rodovias federais e de apoio à regularização ambiental de portos marítimos.

a) Transporte Rodoviário

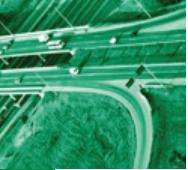
Os programas de investimentos desenvolvidos pelo Governo Federal nas rodovias propiciam a modernização da infraestrutura, a redução dos congestionamentos e dos riscos de acidentes e o decréscimo do tempo de viagem, com consequente redução dos custos do transporte rodoviário.

A operação das rodovias, englobando o melhoramento da cobertura do programa de manutenção de rodovias, o programa de segurança, a redução de conflitos rodoviários em ambientes urbanos e a reformulação do modelo de concessões rodoviárias integram a carteira principal de investimentos do modal rodoviário.

a.1) Manutenção de Rodovias

Em 2011, as ações de manutenção da malha rodoviária tiveram seu foco no aumento da cobertura dos programas implementados. Por meio do Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema) fica assegurada a manutenção das boas condições da rodovia por um prazo de dois anos com intervenções de caráter funcional (Crema 1^a etapa), ou de cinco anos com possibilidade de realização de intervenções mais substantivas em grandes extensões, associadas à manutenção das vias, o que garante a qualidade do pavimento por um prazo maior (Crema 2^a etapa).





Foram executados 29.300 km de conservação tradicional, 4.100 km de restauração tradicional, 19.410 km de Crema (1^a e 2^a Etapas) e 800 km com o Programa Integrado de Revitalização (PIR-IV), perfazendo 53.610 km de rodovias com contratos de manutenção.

Para o ano de 2012, está programada conservação de 19.800 km, restauração de 4.400 km por contratos tradicionais e manutenção de outros 29.600 km pelo Programa Crema (1^a e 2^a Etapas), totalizando 53.800 km. O intuito é aumentar a execução de contratos de manutenção por resultados para manter as condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários.

Em relação à sinalização, foi dado seguimento ao Programa de Sinalização Rodoviária (ProSinal), que tem como objetivo melhorar a sinalização da malha rodoviária federal, garantindo orientação adequada e segurança aos usuários. Em 2011, foram sinalizados 14.668,7 km de rodovias e, para o exercício de 2012, está prevista uma nova licitação para o ProSinal II de modo a garantir a sinalização das rodovias federais pavimentadas (55 mil km).

Ainda no campo da segurança viária, o Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais (Prodefensas) visa à redução da severidade dos impactos ao conter e redirecionar os veículos desgovernados, além de cooperar na orientação dos motociclistas com a aplicação de materiais refletivos ao longo de sua extensão. Foram implantados 126 km de defensas metálicas em 2011 e há previsão para outros 294 km em 2012.

No Programa de Controle de Velocidade, foram licitadas a instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos, com coleta, armazenamento e processamento de dados estatísticos e dados e imagens de infrações de trânsito. O programa consiste na instalação de 2.696 equipamentos, que correspondem ao monitoramento de 5.392 faixas de trânsito, com o objetivo de reduzir o número de acidentes nas rodovias federais por meio de instalação de equipamentos de controle de velocidade, como barreiras eletrônicas e radares fixos. Em 2011, foram instalados 337 equipamentos e para 2012 a previsão é a instalação de 1.650 equipamentos.

Ainda no campo da operação rodoviária, o Governo está investindo em equipamentos de controle de peso, de forma a reduzir a degradação acelerada do pavimento. A colocação dos dispositivos de controle de cargas será distribuída nas principais rodovias federais, em pontos já identificados de ocorrência dessa prática irregular, destacando-se que 72 postos de pesagem já estão em pleno funcionamento.

a.2) Expansão da Malha e Adequação de Capacidade

Os investimentos realizados em 2011 voltados às ações de adequação e construção de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC, com foco estratégico para escoamento da produção, ampliação da fronteira agrícola, integração nacional e interligação com os países da América do Sul.

Região Norte:

- BR-364/AC, trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul (349 km), concluídas cinco grandes pontes e executados 99,5 km de rodovias em 2011, com previsão para conclusão total em 2012;
- BR-163/PA, trecho da divisa MT/PA a Santarém (947 km), concluídas oito pontes e executados 216,5 km em 2011;
- BR-156/AP, construção da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque: obra-de-arte concluída em 2011;





- BR-156/AP, trecho Ferreira Gomes – Oiapoque (309 km), executados 12 km de pavimentação em 2011, com previsão de execução de 60 km para 2012;
- BR-429/RO, trecho Entroncamento BR-364 – Alvorada do Oeste-Costa Marques (304,3 km), executados 91,7 km de pavimentação em 2011, com previsão de conclusão da pavimentação para 2012;
- Para 2012 prevê-se a conclusão da adequação das travessias de Guaraí, Colinas e Miranorte, localizadas na BR-153/TO.

Região Nordeste:

- BR-020/PI, trecho São Raimundo Nonato-Divisa PI/BA (54,3 km), executados 16,5 km de pavimentação em 2011, com previsão de execução de 20 km em 2012;
- BR-101/RN, trecho Natal-Divisa RN/PB (81,0 km), obras de duplicação e modernização, executados 5,0 km de duplicação e quatro obras-de-arte especiais em 2011, com previsão de conclusão das vias marginais em 2012;
- BR-101/AL, trecho Divisa PE/AL-Divisa AL/SE (248,5 km), executados 11,1 km em 2011, com previsão de execução de 78 km em 2012;
- BR-101/PB, trecho Divisa PB/RN-Divisa PB/PE (129 km), executados 5,1 km em 2011, com previsão de conclusão da restauração em 2012;
- BR-101/PE, trecho Divisa PB/PE- Divisa PE/AL (199,0 km), executados 16,7 km e duas obras-de-arte especiais em 2011, com previsão de contratação das obras do contorno de Recife em 2012;
- BR-418/BA, trecho Caravelas-Entroncamento BR-101/BA (72,8 km), executados 8,4 km de pavimento e cinco pontes alargadas em 2011, com previsão de execução de mais 9 km em 2012;
- BR-235/BA, trecho Divisa SE/BA- Divisa BA/PI (664 km), executados 66 km da obra em 2011 e previsão de 30 km em 2012;
- BR-324/BA, construção de acesso rodoviário ao Porto de Salvador (4,3 km), concluído o canal do Rio das Tripas e executados 58% dos viadutos V-4, V-5, V-6 e V-7 e 10% dos viadutos V-8, V-9 e V-10 em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012;
- Para 2012 estão previstas ainda as construções dos contornos das cidades de Aracaju (BR-101/SE), Mossoró (BR-304/RN) e Campina Grande (BR-230/PB), além da construção da ponte do Rio Jaguaribe, em Aracati (BR-304/CE).

Região Sudeste:

- BR-364/MG, pavimentação Entroncamento BR-153/MG-Entroncamento BR-365(A) Divisa MG/GO (83,6 km), executados 35,0 km em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012;
- BR-050/MG, trecho Uberlândia-Araguari-divisa MG/GO (68,4 km), executados 32,3 km de duplicação e 16,5 km de restauração em 2011, com previsão de duplicação de 36,1 km e de restauração de 51,9 km da pista antiga em 2012;
- BR-146/MG, trecho Passos-Guaxupé (96,2 km), executados 39,0 km em 2011, com previsão de 9,7 km em 2012;
- BR-365/MG, trecho Uberlândia-Entroncamento BR-153 (Trevão) (95,3 km), executados 58,2 km de duplicação e 49,3 km de restauração na pista antiga em 2011, com previsão de execução de 18,5 km de duplicação e 30,0 km de restauração da pista antiga em 2012;





- BR-262/MG, trecho Betim-Nova Serrana (83,1 km): concluído em 2011;
- BR-265/MG, trecho Ilicínea-São Sebastião do Paraíso (159,7 km), executados 19,3 km em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012;
- BR-101/ES, adequação do contorno rodoviário de Vitória (25,5 km), executados 4,0 km em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012;
- BR-493/RJ, adequação do trecho Entroncamento BR-101 (Manilha)-Entroncamento BR-101 (Porto de Itaguaí) (97,0 km), executados 8,9 km de terraplenagem, 2 viadutos e 5 passagens inferiores;
- No Estado de São Paulo, ressalta-se a previsão de início das obras de construção do trecho norte do Rodoanel para o primeiro semestre de 2012.

Região Sul:

- BR-101/RS, adequação do trecho da divisa SC/RS até Osório, concluída em 2011;
- BR-116/RS, obras complementares de adequação no trecho Dois Irmãos-Gravataí (36 km), concluídos o complexo viário de Canoas, a ponte sobre o Rio Gravataí e o viaduto do Rincão, executados 84% do viaduto Unisinos com previsão de conclusão em 2012;
- BR-448/RS, trecho Sapucaia-Porto Alegre (22,34 km), em execução os viadutos sobre a ferrovia EF-290, sobre as BR-116/RS, 448/RS, 386/RS, o viaduto de acesso à BR-290 e a ponte sobre o Arroio Sapucaia;
- BR-470/RS, trecho Barracão-Lagoa Vermelha (74,8 km), executados 14,4 km em 2011, com previsão de conclusão para 2012;
- Ainda no Rio Grande do Sul, tem-se previsto para concluir em 2012 a adequação de capacidade da BR-386, trecho Tabaí-Estrela, bem como a entrega de 52 km de pavimentação da BR-392;
- BR-101/SC, duplicação do trecho Palhoça-Divisa SC/RS (249 km), executados 18,8 km em 2011, com previsão de duplicação dos últimos 46,0 km em 2012. Para a conclusão desse empreendimento, devem ser executados ainda os túneis do Morro dos Cavalos e do Formigão, além da ponte sobre o Canal das Laranjeiras, os quais apresentam data de conclusão somente para 2015;
- BR-376/PR, Contorno Rodoviário de Maringá, executados 4,2 km de pista simples, com previsão de execução de 4,8 km de pista simples e 11,1 km de duplicação em 2012;
- Na construção do Contorno Oeste de Cascavel, na BR-163/PR, foram executados 3,5 km em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012.

Região Centro-Oeste:

- BR-060/GO, duplicação do trecho Goiânia-Abadia de Goiás-Jataí (315,4 km); executados 111,44 km de pavimentação em 2011, com previsão de execução de 100 km de pavimentação para 2012;
- BR-153/GO – travessia Urbana de Anápolis, incluindo o Viaduto do Daia, executados 7,3 km de pavimentação e 2 viadutos em 2011, com previsão para 2012 de conclusão da travessia e início das obras do viaduto do Daia;





- BR-153/GO, trecho Aparecida de Goiânia-Itumbiara (Divisa GO/MG) (187 km), executados 60% da travessia urbana de Professor Jamil e 85% da travessia urbana de Hidrolândia em 2011, com previsão de conclusão das travessias para 2012 e início das obras de construção da 2ª Ponte sobre o rio Paranaíba, na divisa entre Goiás e Minas Gerais;
- BR-158/MT, trecho Ribeirão Cascalheira-Divisa MT/PA (481,4 km), executados 43,8 km de pavimentação em 2011;
- BR-242/MT, trecho Ribeirão Cascalheira-Sorriso (625,4 km), executados 18,0 km de pavimentação em 2011, e previsão de execução de 50 km de pavimentação em 2012;
- BR-163/MT, trecho divisa MT/PA-Guarantã do Norte/MT (53 km), executados 20,1 km, concluindo toda a pavimentação em 2011, com previsão de conclusão das obras complementares em 2012;
- BR-450/DF, trecho Granja do Torto-Entr. DF-051 (15,6 km): obra concluída em 2011;
- BR-020/DF, trecho Sobradinho-Divisa DF/GO (44,1 km): obra concluída em 2011;
- BR-070/GO, travessia urbana de Águas Lindas: obra concluída em 2011;
- BR-359/MS, trecho Entroncamento BR-163-Divisa MS/GO (225,8 km), executados 107,2 km em 2011, com previsão de conclusão da obra em 2012;
- BR-262/MS, Anel rodoviário de Campo Grande (46,1 km), executados 4,6 km de pavimentação em 2011, previsão de execução de 10 km para 2012.

a.3) Concessões Rodoviárias

O Programa de Concessões de Rodovias Federais em sua 3ª etapa está dividido em Fase I e II. A Fase I é composta pelos trechos BR-040/DF/GO/MG e BR-116/MG e a Fase II pela BR-101/ES/BA (trecho até Mucuri). Em relação à Fase I, em 2011 foram realizadas audiências públicas dos projetos e planeja-se o leilão para 2012. Na Fase II, o projeto já foi submetido a audiências públicas e teve seus estudos aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), estando o leilão previsto também para 2012.

Destacam-se ainda diversas obras de grande relevância e que resultarão em grandes benefícios aos usuários das rodovias já concedidas, ao gerar melhoria das condições de fluidez do tráfego, segurança e conforto. Como exemplo, temos as seguintes obras:

- Construção do contorno de Florianópolis (BR-101/SC), a iniciar em 2012;
- Duplicação da rodovia entre Macaé e Campos (BR-101/RJ), iniciada em 2011;
- Construção do contorno norte da cidade de Curitiba (BR-116/PR), a iniciar em 2012;
- Duplicação da rodovia entre Curitiba e Mandirituba (BR-116/PR), a iniciar em 2012;
- Duplicação da rodovia da Serra do Cafetal (BR-116/SP), iniciada em 2011;
- Implantação do contorno de Betim (BR-381/MG), iniciado em 2011.

Assume importância também a aprovação da Resolução nº 3.651, de abril de 2011, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que apresenta a nova Metodologia de Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro, trazendo para o cenário econômico atual os contratos de concessão firmados na década de 1990, garantindo assim maior justiça tarifária para o usuário.





a.4) Serviços de Transporte Rodoviário

Em relação ao Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros (Propass Brasil), em 2011, foram concluídos os estudos técnicos e econômicos sobre os serviços com características rodoviárias, serviços semiurbanos do Distrito Federal e Entorno e os serviços de transporte internacional.

Para 2012 estão previstas audiências públicas para apreciação do processo de outorga, publicação dos editais e a adjudicação da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros.

No transporte rodoviário de cargas, o ano de 2011 apresentou a habilitação de 37 Operadores de Transporte Multimodal (OTM) com atuação nacional e internacional e sete com atuação Nacional, Internacional e no Mercosul. Nesse mesmo ano, foi concedida a primeira habilitação de OTM à empresa estrangeira, que atua exclusivamente em âmbito internacional, perfazendo um total de 421 OTM habilitados.

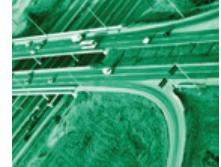
No Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) constam como regularmente registrados 641.600 transportadores, sendo 540.388 autônomos, 100.934 empresas e 278 cooperativas, somando uma frota total de 1.615.211 veículos registrados para operar no transporte rodoviário de cargas no território nacional.

Foi regulamentado em 2011 o pagamento de fretes do transporte rodoviário de cargas, que movimenta mais de R\$ 60 bilhões/ano, conforme previsto no art. 5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, atingindo 93% do mercado de prestadores de serviço de transporte rodoviário de cargas. Com nova regulamentação o pagamento do frete será feito por meio de crédito em conta de depósitos, mantida em instituição bancária, ou por outro meio de pagamento regulamentado pela ANTT. Espera-se com a medida promover a formalização da renda do transportador autônomo, facilitar o acesso aos programas de financiamento para renovação da frota, além de subsidiar a regulação do setor por meio da formação de banco de informações sobre o mercado de transporte rodoviário de cargas, como dados de origem e destino da carga, valor dos fretes praticados, principais transportadores, entre outros.

Em 2011 foram realizadas 14.430.962 fiscalizações no segmento transporte rodoviário de cargas, representando um aumento de 15,04% em relação ao mesmo período do ano anterior. Do total de fiscalizações realizadas, 14.250.104 referem-se à modalidade excesso de peso, tendo sido realizadas 14.235.814 fiscalizações em balanças rodoviárias e 14.290 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Com relação a 2010, houve acréscimo na ordem de 15,41% no total de fiscalizações do excesso de peso. Em 2011 foram fiscalizados 107.903 veículos quanto à regularidade no RNTRC. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 28.443 veículos no ano de 2011. Outros 44.512 veículos foram fiscalizados quando da prestação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, número 6,79% maior do que o total observado no ano passado. Deve ser dito ainda que no ano de 2011 foram lavrados 142.602 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas, o que representa um aumento na ordem de 2,38%, em relação ao ano de 2010. Para o ano de 2012 a meta de fiscalização é de 11.811.499 veículos, número 5,0% superior à meta prevista para 2011.

No ano de 2011 foram fiscalizados 419.609 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP), o que corresponde a um aumento de 5,8% do resultado obtido no ano de 2010. Do total de fiscalizações do TRIIP, 384.947 referem-se a veículos fiscalizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros. Nos comandos em rodovias foram fiscalizados 27.510 veículos. Diante da reformulação do modelo de fiscalização técnico-operacional, e da manualização de procedimentos, foram fiscalizados, em 2011, 82 veículos nas garagens das empresas prestadoras de serviço. Por fim, outros 7.070 veículos foram fiscalizados em atendimento a ordens de serviço. Ressalte-se, ainda, que houve a lavratura de 30.049 autos de infração do TRIIP em 2011, número que supera em 18,06% o quantitativo de autos lavrados na modalidade durante o ano de 2010. Para o ano de 2012 foi estabelecida a meta de fiscalização de 372.666 veículos, número 5% superior à meta de fiscalização de 2011.





b) Transporte Ferroviário

Com a construção de ferrovias estruturantes – Ferrovia Norte-Sul (FNS), Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), Nova Transnordestina e Ferronorte – o Governo Federal espera proporcionar redução de custos no transporte de cargas, geração de empregos, e promoção do desenvolvimento sustentável. O Governo Federal em 2011 deu continuidade à ampliação do sistema em bitola larga e de alta capacidade, à eliminação de pontos críticos e à recuperação de trechos defasados, complementando a malha de bitola estreita.

Os setores mais diretamente beneficiados serão os de mineração e agrícola, que passarão a contar com uma estrutura de transporte com maior eficiência, rapidez e de custo mais baixo para o transporte das riquezas produzidas quer para o mercado interno, quer para a exportação. Outro setor que se beneficia é o de transporte de cargas gerais, por meio de contêineres, visto que estes novos eixos ferroviários interligarão pólos de produção a pólos de consumo e portos.

b.1) Expansão da Malha Ferroviária

A expansão ferroviária está fundamentada nos grandes eixos ferroviários, com bitolas de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes. Dessa forma, o Brasil moderniza sua malha ferroviária, estruturando um sistema de alta capacidade para o transporte de cargas e passageiros, visando atender aos novos fluxos de transportes decorrentes da espacialização e do crescente grau de complexidade da estrutura produtiva nacional.

I – Ferrovia Norte-Sul:

- Trecho entre Aguiarnópolis (TO) e Anápolis (1.360 km), concluídos 202 km em 2011, referentes ao Tramo Sul Uruaçu (GO) - Anápolis (GO) e Tramo Central Palmas (TO) - Uruaçu (GO).

Para 2012 estão previstas as conclusões das obras do Tramo Sul, inclusive o túnel de chegada a Anápolis, e também do Tramo Central, com 620 km de extensão.

II – Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul

- Trecho Ouro Verde (GO) - Estrela d'Oeste (SP) (681 km), execução de 15% de infraestrutura em 2011.

Para 2012 está prevista a execução de 35,0% de infraestrutura, 15,0% de superestrutura e 40,0% de obras-de-arte especiais.

III – Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol)

- Trecho Ilhéus (BA) - Caetité (BA) (537 km), executados 5,2% de infraestrutura em 2011, com previsão para execução de 35,0% de infraestrutura, 15,0% de superestrutura e 30,0% de obras-de-arte especiais em 2012;
- Trecho Caetité (BA) - Barreiras (BA) (485 km), previsão de início das obras e execução de 25,0% de infraestrutura, 5,0% de superestrutura e 20,0% de obras-de-arte especiais em 2012.

IV – Ferrovia Nova Transnordestina:

- Trecho Missão Velha (CE) - Salgueiro (PE) (96 km), execução de 51% da superestrutura e 7% das obras-de-arte especiais;
- Trecho Salgueiro (PE) - Trindade (PE) (163 km), execução de 15% da superestrutura, 16% da infraestrutura e 15% das obras-de-arte especiais;





- Trecho Eliseu Martins (PI) - Trindade (PE) (420 km), execução de 24% da infraestrutura e 20% das obras-de-arte especiais;
- Trecho Salgueiro (PE) - Suape (PE) (522 km), execução de 6% da superestrutura, 30% da infraestrutura e 32% das obras-de-arte especiais.

V – Ferronorte:

- Trecho Alto Araguaia-Rondonópolis, segmento II (km 13-km 176) – Alto Araguaia-Itiquira, execução de 31,5% da infraestrutura e de 77,5% da superestrutura, em 2011, com previsão de conclusão para 2012.

Ainda em 2012 estão previstos o início e a conclusão do segmento III (km 176-km 260) – trecho Itiquira-Rondonópolis.

VI – Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Fico:

Encontra-se em etapa de elaboração de projetos. No trecho Campinorte (GO) - Água Boa (MT) (383,3 km), há a previsão de execução de 70% do projeto executivo em 2012, e no trecho Água Boa (MT) - Lucas do Rio Verde (517,7 km), a meta é a conclusão do projeto básico em 2012.

VII – Corredor Bioceânico – Atlântico/Pacífico

Foi concluído, em 2011, o estudo de viabilidade com revitalização, extensão e ampliação de capacidade de ferrovias para formar o Corredor Bioceânico – Atlântico/Pacífico. O estudo contou com a participação de representantes da Argentina, Paraguai e Chile.

b.2) Adequações na Malha Ferroviária

As adequações na malha ferroviária, realizadas pelo Governo, visam dirimir pontos de comprometimento do fluxo de trens em áreas urbanas e reduzir o risco de acidentes, aumentando o nível de serviço da ferrovia, sua capacidade de transporte e sua velocidade média comercial.

Nesse sentido, ressalta-se a execução em 2011, com continuidade prevista para 2012, das obras de construção dos contornos ferroviários de São Francisco do Sul (SC) e de Araraquara (SP), com 11% de avanço físico. O Pátio de Tutóia, complementar ao contorno de Araraquara, com 45% de execução e previsão de conclusão também em 2012.

Na mesma linha, podem-se citar as obras de construção da passagem inferior em Paverama (RS), a transposição em Campos Altos (MG), a adequação da linha férrea e construção do pátio Anísio Braz em Barra Mansa (RJ), com 26% de adequação realizada em 2011 e a construção do terminal intermodal de Campo Grande (MS), que será concluído em 2012. Para 2012 ainda estão previstas as conclusões das seguintes construções: contorno ferroviário de Três Lagoas (MS) e o rebaixamento da linha férrea no Município de Maringá (PR).

Importante ainda ressaltar que o Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas (Prosefer) teve seus estudos concluídos em 2011, indicando os principais pontos críticos da malha ferroviária contidos em 17 corredores, perfazendo um total de 14.948 km analisados. O programa visa reduzir gargalos e aumentar a produtividade do transporte sobre trilhos brasileiro.





b.3) Transporte Ferroviário de Passageiros

No âmbito do planejamento ferroviário em 2011, destaca-se o início dos Projetos de Trens Regionais de Passageiros e Turísticos, os quais reativam o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto de seus cidadãos com a retomada dos trens de passageiros em várias regiões do País. Os trechos de Trens Regionais de Passageiros que estão sendo estudados atualmente são: Caxias do Sul a Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul e Londrina a Maringá, no Estado do Paraná. Para o ano de 2012, está previsto o desenvolvimento de cinco estudos de viabilidade para implantação de Trens Regionais Turísticos de Passageiros.

Quanto ao Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade (TAV), foi dado prosseguimento às atividades relativas ao TAV Rio de Janeiro-São Paulo-Campinas e apresentada nova proposta de implantação do projeto. Para tanto, estão sendo realizados estudos com vistas à formulação de nova modelagem de concessão em duas fases:

- Fase I: será objeto da licitação a concessão para operação e manutenção do sistema com a consequente definição da tecnologia de TAV a ser adotada (Concessão I);
- Fase II: a licitação selecionará o concessionário responsável pela implantação da infraestrutura, o qual terá também direito à exploração comercial das estações e áreas adjacentes (Concessão II).

No âmbito da Carta-Convênio de Cooperação Técnica, celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para apoio à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) na implantação de programa para a gestão do projeto do Trem de Alta Velocidade, estão sendo realizados estudos técnicos e socioambientais. A Fase II dos estudos ambientais, que visam à obtenção da licença ambiental prévia, será implantada com apoio de recursos financeiros de contrato de empréstimo junto ao BID, no valor de US\$ 50 milhões, em fase final de negociação.

Foi celebrado também o termo aditivo ao convênio, ampliando sua vigência até novembro de 2012, para contemplar estudos ambientais complementares e serviços jurídicos na formatação das bases do novo modelo de concessão e apoio durante a avaliação das propostas e a fase de licitação do projeto TAV.

Em 2012 estão previstas a realização de audiência pública das minutas de edital e contrato de concessão e a publicação do aviso de licitação da Concessão I, bem como a realização da sessão pública de leilão.

b.4) Regulação do Transporte Ferroviário de Carga

Em 2011 foram implementados importantes ajustes no marco regulatório do setor ferroviário de transporte de cargas brasileiro. Para tanto, foram publicadas as Resoluções ANTT nºs 3.694/11, 3.695/11 e 3.696/11.

A Resolução ANTT nº 3.694/11 aprova o Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas (Reduf) e constitui-se em instrumento consolidador dos direitos e obrigações dos usuários e concessionárias, estabelecidos pelas Leis nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e nº 10.233, de 5 de junho de 2011, e nos contratos de concessão vigentes. Já a Resolução ANTT nº 3.695/11 aprova o regulamento das operações de direito de passagem e tráfego mútuo do subsistema ferroviário federal e estabelece as diretrizes técnicas e regulatórias para as operações ferroviárias sob a forma de interoperabilidade, visando aumentar a competitividade do setor.

Finalmente, a Resolução ANTT nº 3.696/11 aprova o regulamento para pactuar as metas de produção por trecho e as metas de segurança para as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas, e estabelece instrumento de





melhoria do processo de regulação do serviço de transporte ferroviário de cargas, na medida em que permite a otimização do aproveitamento da malha ferroviária.

As alterações do marco regulatório estão previstas para se tornarem efetivas a partir de 2012, possibilitando maior oferta de serviços tão logo novos usuários entrem nesse mercado que hoje é restrito às concessionárias e a grandes empresas exportadoras.

c) Transporte Hidroviário

O aumento da participação do modal hidroviário na matriz logística brasileira propiciará não apenas maior competitividade aos produtos brasileiros, por meio da redução dos custos logísticos, como maior sustentabilidade ambiental, através da redução da emissão de gases poluentes. Nesse sentido, os investimentos previstos pelo Governo, tanto na carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) quanto nas demais ações de manutenção de corredores hidroviários, visam propiciar a infraestrutura necessária ao aproveitamento pleno do potencial hidroviário do País.

Em continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, foi garantida em 2011 a manutenção de mais de 6 mil km de vias navegáveis nos principais rios federais, por meio de intervenções como sinalização, destocamentos e retiradas de obstáculos. Além disso, foram retomados e concluídos projetos importantes que garantirão nos próximos anos o crescimento sustentável da matriz de transportes aquaviária. Dentre eles temos, por exemplo, o modelo hidrodinâmico para dragagem no rio Paraguai, na região da ponte ferroviária Gaspar Dutra, e a atualização da sinalização náutica e das cartas no rio Paraguai, entre as cidades de Cáceres e Ladário, em MT.

No âmbito do PAC, os empreendimentos organizam-se em torno das principais hidrovias do País, por meio de diversas intervenções, prevendo-se adequações e melhoramentos específicos nos corredores das hidrovias do Madeira, Amazonas, Tapajós, São Francisco, Tietê-Paraná, Paraguai e Mercosul. Em 2011, destacam-se a realização de dragagem em Ilha do Mendonça, Amarra Couro e Fazenda Carrapicho, no rio São Francisco, e de sinalização na hidrovia Paraná, nos trechos entre a UHE Itaipu e UHE Jupiá e entre a UHE Ilha Solteira e São Simão. Destaca-se também a conclusão do projeto básico de dragagem de manutenção no trecho de Cáceres até Barra Norte da Ilha do Taimã do rio Paraguai, nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Para 2012 está previsto o início da execução das obras de dragagem e sinalização na hidrovia do Madeira; de dragagem do rio Taquari na hidrovia do Mercosul; e de dragagem de manutenção no trecho de Cáceres até Barra Norte da Ilha do Taimã e de dragagem do trecho do Passo do Jacaré, ambas na hidrovia do Paraguai. Ademais, está previsto o início da elaboração dos projetos de melhoramentos dos corredores das hidrovias do rio Madeira, do rio Amazonas/Solimões, do rio Tapajós, do rio São Francisco, do rio Paraná, do rio Paraguai, da hidrovia do Mercosul e do projeto de melhoria do terminal de Porto Velho; do projeto de sinalização do rio Tapajós; do projeto de dragagem na hidrovia do rio Amazonas; e do projeto executivo para adequação do porto de Porto Velho, no Estado de Rondônia.

Outro destaque das obras do transporte hidroviário, o empreendimento da hidrovia do Tietê será executado por meio de recursos oriundos de cerca de 60% do Governo Federal (R\$ 900,00 milhões) e 40% do Governo do Estado de São Paulo (R\$ 600,00 milhões), conforme Protocolo de Intenções assinado em 2011. O empreendimento é composto por diversas intervenções, algumas previstas para serem concluídas em 2012, como a ampliação dos vãos das pontes da SP-425 e SP-333 e a proteção de pilares da ponte sobre a SP-255 e aprofundamento do canal de Igaraçu; e outras com data de conclusão prevista após 2014, como a implantação de barragem e clausa próximas a Santa Maria da Serra, a implantação da 1ª barragem e respectiva clausa em Anhembi, a construção do terminal de Ártemis, em Piracicaba, a modernização do terminal hidroviário de Araçatuba, e estudos e projetos para extensão da hidrovia até a cidade de Salto.





A construção de terminais portuários, principalmente nos Municípios da Região Norte onde o modal hidroviário é preponderante, representa importante medida de caráter socioeconômico, visto que esses empreendimentos permitem a circulação regional de pessoas, melhoram o transporte de mercadorias e promovem qualidade de vida.

Nesse quesito, serão iniciadas em 2012 as obras de construção dos terminais de Apuí (Prainha) e Japurá, no Estado do Amazonas. Para 2012 também está prevista a inauguração de 16 terminais nos Municípios de Barreirinha, Berurí, Boa Vista do Ramos, Canutama, Carauari, Careiro da Várzea, Codajás, Eirunepé, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itamarati, Itapiranga, Manicoré, São Gabriel da Cachoeira e Tapauá, no Estado do Amazonas, e três terminais nos Municípios de Augusto Corrêa, Monte Alegre e Santarém, no Estado do Pará.

Além disso, serão licitadas, em 2012, as obras dos terminais Itacoatiara e Manaus Moderna, no Estado do Amazonas.

Por fim, encontram-se também no PAC, em etapa preparatória, os projetos dos terminais hidroviários das cidades de: Abaetetuba, Belém, Bragança, Cametá, Conceição do Araguaia, Juruti, Óbidos, Oriximiná, São Miguel do Guamá, Viseu e Tucuruí, no Estado do Pará; além de Alvarães, Anamã, Anori, Envira, Parintins, Silves, Maraã, Juruá e Capiranga, no Estado do Amazonas, e Guajará-Mirim, em Rondônia.

No que diz respeito às obras do Porto de Manaus, que permitirão melhorar a capacidade operacional do porto para a Copa do Mundo FIFA em 2014, o projeto executivo já se encontra na fase de licitação.

Com relação ao planejamento hidroviário, merecem destaque as preparações do Plano Hidroviário Estratégico (PHE) e do Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH). O PHE visa consolidar um banco de dados com informações e indicadores próprios ao transporte hidroviário, de forma a permitir que os instrumentos de planejamento sejam continuamente atualizados e incorporados ao Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT). Os estudos preliminares do PHE foram objeto de licitação em 2011, com apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Já o PNIH, em elaboração, tem como objetivo analisar potenciais cenários de utilização das hidrovias nacionais e servir de base para a confecção do Plano Geral de Outorgas (PGO). A data de conclusão do PNIH é setembro de 2012.

Para atender à competência institucional de regular e fiscalizar a prestação dos serviços de transportes aquaviários de apoio marítimo e de apoio portuário, e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, foram realizadas 730 ações de fiscalização em 2011, que resultaram na celebração de 72 Termos de Ajuste de Conduta (TAC) com as empresas do setor regulado. Para o exercício de 2012 estão previstas 748 ações fiscalizatórias.

Adicionalmente, em 2011 foram realizados trabalhos educativos, campanhas e ações de combate à operação sem autorização na navegação interior e, como consequência, houve um acréscimo de 7% de regularidade nos transportes em relação a 2010. Para 2012 está prevista a verificação das condições operacionais da prestação do serviço com foco na qualidade, contemplando 100% do universo de operadores autorizados, enquanto que nos outros requisitos técnicos, jurídico-fiscais e econômico-financeiros contemplará 25% do total de operadores. Serão realizadas ainda 27 campanhas de conscientização perante os operadores e usuários visando à promoção da regularização das operadoras de transportes, com o intuito de elevar a qualidade da prestação de serviço e a divulgação dos direitos e deveres dos usuários e operadores.





d) Fomento à Indústria Naval

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda – o número de postos de trabalho nos estaleiros cresceu em mais de 3 mil vagas relativamente a 2010 –, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, por meio da redução de custos logísticos propiciada pelo desenvolvimento do modal aquaviário.

A carteira do Fundo da Marinha Mercante (FMM) é atualmente composta de 289 projetos contratados com os agentes financeiros, alcançando o montante de US\$ 9,1 bilhões. Desse total, 82 projetos estão em construção com valor correspondente a US\$ 3,5 bilhões, 77 embarcações (construção) e 5 estaleiros (construção, modernização e ampliação). Estes estão localizados em quatro diferentes unidades da Federação, a saber: São Miguel e Aliança, no Rio de Janeiro; Atlântico Sul, em Pernambuco; Wilson Sons, em São Paulo; e ERG2 no Rio Grande do Sul. Os 207 projetos restantes aguardam a entrada em eficácia dos seus respectivos contratos – 2 estaleiros e 205 embarcações –, representando um investimento total de US\$ 5,6 bilhões.

No decorrer de 2011 foram entregues 57 embarcações que utilizaram US\$ 923,3 milhões de recursos do FMM. Importante ressaltar também que o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, no exercício de 2011, priorizou a obtenção de financiamento com a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante de investimentos no valor total de US\$ 14,6 bilhões, relativos a 579 projetos, distribuídos entre 23 estaleiros e 556 embarcações.

Além disso, durante o exercício de 2011, no âmbito do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef I, II e Promef Hidrovias), foi concluída a construção do navio petroleiro Celso Furtado e iniciada a de outras três embarcações, além da contratação de mais 108 projetos, que aguardam apenas o início da entrada em eficácia dos seus respectivos contratos.

e) Transporte Marítimo

Os portos marítimos são importantes elos da cadeia logística da economia e desempenham papel-chave na estratégia de proporcionar ao País maiores ganhos de competitividade. Dessa forma, as políticas e diretrizes do Governo para o desenvolvimento do setor portuário contemplam tanto a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura dos portos e terminais portuários marítimos quanto medidas de desenvolvimento institucional do setor e melhoria da gestão portuária.

Foi relevante o incremento nas outorgas na área da navegação marítima e de apoio em relação ao ano anterior, com a emissão de 53 outorgas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O aumento nessas autorizações pode ser explicado pela contínua expansão do setor, constatando-se um balanço positivo entre o número de entradas e eventuais saídas dos agentes no setor de transporte marítimo, em face da expectativa decorrente da exploração do Pré-Sal na plataforma continental brasileira.

Quanto às fiscalizações na navegação marítima e de apoio, em 2011 foram realizadas 242 fiscalizações em empresas brasileiras de navegação, o que correspondeu a 94% das fiscalizações previstas para o ano, num universo de 258 empresas autorizadas nas navegações de longo curso, cabotagem, apoio portuário e apoio marítimo. Para 2012, prevê-se contemplar 100% das 276 empresas autorizada uma vez que a fiscalização eficiente e permanente da Agência garante a qualidade do serviço de transporte prestado ao usuário e impede que maus prestadores de serviço se aventurem na atividade, aumentando o risco de danos a terceiros, inclusive ambientais.





e.1) Infraestrutura Portuária

A retomada do crescimento econômico do País na última década trouxe à tona a sobrecarga da capacidade do setor portuário brasileiro, demandando do poder público uma extensa carteira de obras com vistas a adequar a infraestrutura dos portos ao novo dinamismo do comércio internacional. Nesse sentido, as obras de infraestrutura portuária constantes no PAC buscam construir, ampliar e recuperar instalações de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de armazenagem e de circulação nos portos públicos marítimos.

No ano de 2011, foi dada continuidade a diversos investimentos no setor portuário, impulsionados pelo PAC, sendo que alguns desses foram concluídos no decorrer do ano e outros seguem em andamento.

Nas obras de infraestrutura portuária, o Governo Federal concluiu a ampliação dos molhes do Porto do Rio Grande (RS) e as obras de reforço do berço 101 do Porto de São Francisco do Sul (SC). No Porto de Itaqui (MA), foram atingidos 84% da execução da construção do berço 100, do alargamento do cais sul e da ampliação do Porto, sendo que este empreendimento possui conclusão prevista para o ano de 2012. Também com término para 2012 estão previstas as obras de ampliação do píer principal do Porto de Vila do Conde (PA), com 85% de realização, a construção do acesso rodoviário do Porto de Suape (PE), que apresenta 28% realizados, e a construção de acesso provisório Alamoá/Saboó, da Avenida Perimetral Margem Direita do Porto de Santos (SP).

Encontram-se em fase final as obras de ampliação e adequação do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN) (97% realizados) e a recuperação do berço 201 do Porto de São Francisco do Sul (SC) (95% realizados). Destaca-se também o início, em setembro de 2011, das obras de recuperação, alargamento e ampliação do cais comercial do Porto de Vitória (ES) (12% realizados) e a implantação da avenida Perimetral Margem Esquerda do Porto de Santos (SP) – Município do Guarujá 1ª fase (26% realizados).

Em fase de ações preparatórias para contratação, estão a construção do terminal de Múltiplo Uso 2 do Porto de Santarém (PA); a construção do berço 4 do Porto de Natal (RN); a construção do terminal de contêineres do Porto de Fortaleza (CE); a ampliação do quebra-mar no Porto de Salvador (BA); a construção do berço 108 do Porto de Itaqui (MA); a construção do terminal de granéis sólidos do Porto de Suape (PE); o alinhamento e reforço do berço 4 e obras de retroárea do Porto de Itajaí (SC); as obras de restauração do leito marítimo em área adjacente ao molhe leste do Porto do Rio Grande (RS); e a modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande (RS).

No Porto de Vitória (ES), encontram-se em fase de elaboração de ações preparatórias para contratação as obras do pátio de estocagem para carga pesada no cais comercial e a construção de berço nos dolfins do Atalaia. Já no Porto de Santos (SP), estão na mesma fase o reforço dos berços de atracação na Ilha de Barnabé; a construção de passagem inferior no Valongo (Mergulhão); o reforço do píer de acostagem no Alamoá; o projeto de implantação da Avenida Perimetral (Guarujá – 2ª fase – e Santos); o projeto de implantação de um píer com dois berços de atracação e ponte de acesso no terminal da Alamoá; e o reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os armazéns 12A e 23.

Para o ano de 2012, programa-se o início de obras constantes do PAC, tais como: a ampliação do quebra-mar do Porto de Salvador (BA); a construção do terminal de múltiplo uso 2, no Porto de Santarém (PA); a execução dos reforços estruturais dos cais da Gamboa, no Porto do Rio de Janeiro (RJ); a construção do Berço 4 do cais do Porto de Natal (RN); a construção do Berço 108 do Porto de Itaqui (MA); o alinhamento e reforço do Berço 4 do Porto de Itajaí (SC); a modernização do Cais Público do Porto Novo e a restauração do leito marítimo em área adjacente ao Molhe Leste do Porto do Rio Grande (RS).





No que diz respeito às intervenções necessárias para a preparação do setor portuário para a Copa do Mundo FIFA 2014, foram iniciadas, em novembro de 2011, as obras para a construção do terminal marítimo de passageiros no Porto de Recife (PE), e estão em fase de contratação os empreendimentos de implantação de píer em formato de Y no Porto do Rio de Janeiro; o realinhamento do cais de Outeirinho no Porto de Santos; a implantação de terminal marítimo de passageiros no Porto de Fortaleza; e a construção dos terminais marítimos de passageiros nos portos de Natal e de Salvador.

No tocante às obras de dragagens e adequação da navegabilidade dos portos, destaca-se a conclusão em 2011 da dragagem nos portos do Rio de Janeiro (RJ) (1ª fase), de Itajaí (SC) e de São Francisco do Sul (SC). Também foi dado seguimento aos empreendimentos dos portos de Fortaleza (CE) (com 95% realizados); Natal (RN) (com 98% realizados); Cabedelo (PB) (87% realizados); Suape (PE) (Canal Externo – com 17% realizados); Barra do Furado (Canal das Flechas) (RJ) (obra contratada em fase de mobilização) e Santos (SP) (95% realizados da dragagem e 70% do derrocamento das pedras de Itapema e Teffé).

Para o ano de 2012 pretende-se dar continuidade ao Programa Nacional de Dragagem e concluir as obras de dragagem já contratadas, no PAC. No âmbito do Programa Nacional de Dragagem, está prevista a contratação de obras para os portos de Vitória (ES), Imbituba (SC), Luís Correia (PI), Areia Branca (RN), Maceió (AL), Barra do Riacho (ES), Rio de Janeiro (RJ), Itaguaí (RJ) Santos (SP), Paranaguá (PR) e Porto Novo de Rio Grande (RS).

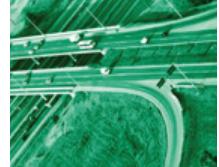
e.2) Licenciamento Ambiental

Em relação à questão ambiental do setor portuário, destacam-se no ano de 2011 dois conjuntos de ações do Governo: a adoção de providências necessárias à regularização ambiental das instalações portuárias e a promoção do gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos.

O Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP), instituído pela Portaria Interministerial nº 425, de 26 de outubro de 2011, tem por objetivo promover e apoiar de forma continuada a regularização ambiental de portos e terminais marítimos, bem como dos outorgados às Companhias Docas, no intuito de compatibilizar a necessidade de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. Para implementar o Programa, foram firmados dois Termos de Cooperação Técnica e Financeira com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujos trabalhos iniciaram em julho de 2011, para a elaboração dos estudos necessários à obtenção da licença ambiental de operação de oito portos administrados pelas Companhias Docas. Das sete Companhias Docas vinculadas à Secretaria de Portos, cinco aderiram ao PRGAP mediante termo de adesão, a saber: Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). A Companhia Docas do Pará (CDP) e a Companhia Docas do Ceará (CDC) não aderiram, pois seus portos já possuem licença ambiental de operação.

Quanto ao gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, atividade ainda incipiente nos portos brasileiros, o Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, constante do PAC, tem como objetivo a implantação, em 22 portos marítimos brasileiros, do gerenciamento de resíduos sólidos e de efluentes líquidos, até dezembro de 2014. Com essa implantação, espera-se a erradicação da fauna sinantrópica nociva. A primeira etapa do Programa está sendo desenvolvida desde julho de 2011, por meio de cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com previsão de término até junho de 2012.





e.3) Gestão e Desenvolvimento Institucional Portuário

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, em setembro de 2011 foi recebida a primeira versão do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), projeto iniciado em 2010 e executado por meio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O PNLP contempla a análise do desempenho atual do setor, o diagnóstico das barreiras infraestruturais e de gestão e a definição do planejamento estratégico com alternativas de ações governamentais para o seu desenvolvimento no curto, médio e longo prazos. Para o ano de 2012 pretende-se concluir o PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – *Master Plans* – para Portos Públicos de importância estratégica nacional.

Por sua vez, o programa de inteligência logística portuária, constante da carteira de projetos do PAC, é composto pelos seguintes projetos: Concentrador de Dados e Portal de Informações Portuárias – Porto sem Papel; Sistema de Gerenciamento e Informações de Tráfego Marítimo – *Vessel Traffic Management Information System* (VTMIS); Cadeia Logística Inteligente e Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária – Gestão Portuária.

O Porto sem Papel consiste na criação de uma janela única – o Portal de Informações Portuárias – a qual permite a troca eletrônica de dados entre os intervenientes, a padronização de documentos com a consequente redução do tempo para as anuências, e, portanto, a diminuição dos custos e racionalização dos procedimentos que envolvem o manejo da carga pelos entes públicos que atuam nos portos. O projeto será executado em duas fases, sendo que a primeira, já concluída, resultou em sua implantação nos portos de Santos, em 01/08/2011, Rio de Janeiro, em 15/08/2011, e Vitória, em 01/09/2011. A segunda fase do Porto sem Papel trata da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros, no período de novembro de 2011 a dezembro de 2014.

O projeto VTMIS consiste na aquisição e instalação de sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações com vistas a aumentar a eficiência dos portos, com base na ampliação da segurança da vida humana no mar, da segurança da navegação e da proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Para implementar esse projeto, foi estabelecido em 2011 um acordo de cooperação com a Agência para o Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos – *United States Trade and Development Agency (USTDA)* – para a contratação de empresa que realizará estudos técnicos que resultarão no termo de referência para o edital de licitação. Para o ano de 2012, pretende-se também concluir o estudo de viabilidade de implementação do VTMIS nos portos marítimos brasileiros e viabilizar a contratação de sua implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Itaguaí, Vitória, Salvador e Aratu. A previsão de conclusão da implantação do sistema nesses seis portos brasileiros é dezembro de 2013.

O projeto Cadeia Logística Inteligente consiste no acesso às tecnologias de rastreamento de cargas selecionadas por parte dos agentes públicos intervenientes no processo portuário e agentes privados (operadores logísticos e embarcadores) com vistas a aumentar a eficiência logística nos portos. A previsão é implementar tal projeto em 12 portos até novembro de 2014. Para 2012 é prevista a conclusão do desenvolvimento do sistema de informação que gerencia o projeto Cadeia Logística Inteligente, e o processo licitatório de implantação do projeto nos portos de Paranaguá e Rio Grande, além do início da sua operação nos portos de Vitória, Santos e Rio de Janeiro.

Adicionalmente, com vistas a ampliar a participação do transporte hidroviário na matriz de transporte brasileira, o Poder Executivo está desenvolvendo o Programa de Incentivo à Cabotagem, cujo objetivo é eliminar as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento desse setor no Brasil. Dentre as ações em curso, destacam-se: o Acordo de Assistência Técnica firmado com a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura (*IDA International*), com o





propósito de dotar os portos brasileiros de um moderno sistema de informações voltado para integração e gestão dos processos relativos à cabotagem; e o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Mundial, com recursos do Fundo Espanhol para a América Latina e Caribe (SFLAC), que visa à realização de diagnóstico sobre a cabotagem no País, com a finalidade de subsidiar a proposição de políticas públicas para o setor em médio e longo prazo.

Ainda em relação ao fortalecimento institucional do setor, pretende-se, em 2012, institucionalizar o processo de profissionalização da gestão dos portos nacionais, de forma a aumentar a eficiência nos portos, aprimorar o plano geral de outorgas e aperfeiçoar o sistema de concessões públicas e arrendamentos portuários.

3. Aviação Civil e Infraestrutura Aeroportuária

A aviação comercial brasileira é um setor em franca expansão, com a adesão crescente de segmentos da população brasileira até então alijados deste meio de transporte, que desejam se deslocar de forma rápida e segura, pagando preços cada vez mais competitivos em relação a outros modos de transporte.

Considerando os 66 aeroportos pertencentes à rede da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), responsáveis por aproximadamente 97% do movimento do transporte aéreo regular do Brasil, a demanda por transporte aéreo acumulou, de janeiro a setembro de 2011, comparado ao mesmo período do ano passado, 18,5% de crescimento no mercado doméstico e 13,8% no segmento internacional consideradas apenas as rotas operadas por companhias brasileiras. Em setembro de 2011, a demanda doméstica foi 9% superior à do mesmo mês de 2010.

a) Gestão Aeroportuária e dos Serviços Aéreos

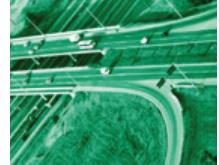
A gestão das atividades aeroportuárias e dos serviços aéreos está fundamentada na análise e reflexão sobre a conjuntura atual e as tendências futuras do setor de aviação civil. Entre as atividades que vêm sendo realizadas para subsidiar a definição de políticas para o setor, merecem destaque: i) a projeção de demanda para o setor de aviação civil em médio e longo prazos; ii) a elaboração de estudos de forma a mensurar e otimizar a capacidade de processamento de passageiros e cargas; iii) o planejamento da expansão da infraestrutura existente e a construção de novos aeroportos; e iv) o desenvolvimento de opções de financiamento ao desenvolvimento do sistema aeroportuário.

No ano de 2011, a redução do preço das passagens aéreas continuou a impulsionar o crescimento da demanda. Entre janeiro e setembro de 2011, o valor médio da tarifa aérea atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 11% inferior ao total do ano de 2010. Adicionalmente, a maior competição entre empresas aéreas tem contribuído para a inserção de mais segmentos da sociedade brasileira nesse mercado, bem como para o crescimento do número de rotas aéreas entre cidades brasileiras.

A adoção de medidas que contribuam para o aumento da concorrência constitui-se em prioridade no âmbito das políticas públicas para a aviação civil brasileira. Nesse sentido, a redução ou eliminação de barreiras à entrada de novas empresas no mercado, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), propiciará vantagens, como o aumento do número de localidades e rotas atendidas pelo transporte aéreo regular, a redução do preço das passagens aéreas e a geração de negócios e renda.

De forma a contribuir com esse objetivo, um dos principais desafios para as políticas públicas de desenvolvimento da aviação civil em um país das dimensões do Brasil é o aumento da quantidade de Municípios e rotas atendidas pelo transporte aéreo re-





gular. Na atualidade, dos 5.565 Municípios brasileiros, apenas cerca de 130 dispõem de transporte aéreo regular, concentrado especialmente em cidades de grande e médio porte ao longo do litoral do País. O atendimento a localidades de baixo e médio potencial de tráfego e com pouca acessibilidade por meios terrestres é um desafio que vem sendo enfrentado por meio de investimentos de recursos federais em aeroportos de interesse regional que supram o atendimento dessa demanda, no âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (Profaa).

O Plano Aeroviário Nacional (PAN), que deverá ser apresentado ao Conselho de Aviação Civil no ano de 2012, será o principal instrumento de planejamento do setor. Os Planos Aeroviários Estaduais, por sua vez, serão integrados ao plano federal à medida que forem sendo recepcionadas as intenções de investimentos estaduais nos principais aeroportos do País, formando, assim, uma rede de interesse nacional. Os Planos de Outorga, contendo os aeródromos que serão delegados ao poder público estadual ou municipal, assim como aqueles que serão concedidos ou autorizados à iniciativa privada, também serão incorporados ao Plano. O propósito desse planejamento integrado é promover a ordenação dos investimentos, estimulando a inversão privada e a racionalização das intervenções das três esferas de governo.

O desenvolvimento da aviação civil – com manutenção das tendências de crescimento da oferta e da demanda, redução dos preços de passagens, aumento da competição e melhoria dos índices de eficiência operacional – requer organização institucional capaz de atuar na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para o setor aéreo civil. É esse o contexto que requereu a criação pelo Governo, em 2011, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

Em 2011 foi também instituída a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (Conaero), responsável pela organização e coordenação das atividades de órgãos e entidades públicas que atuam nos aeroportos. Foram criadas Autoridades Aeroportuárias nos aeroportos de Brasília (DF), Confins (BH), Guarulhos (SP), Congonhas (SP), Galeão (RJ), Santos Dumont (RJ), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Manaus (AM), com a finalidade de organizar, em nível local, as ações de gestão operacional. Integram as Autoridades Aeroportuárias a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Polícia Federal, a Receita Federal, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), o operador aeroportuário e a Infraero, que as coordena. E para facilitar a resolução de problemas que impactam no fluxo do terminal de passageiros foram criados, em cada um dos aeroportos anteriormente citados, os Centros de Gerenciamento Aeroportuário (CGA).

Foram estabelecidos em 2011, pela Anac, critérios transparentes para a fixação de tarifas aeroportuárias. Os novos critérios são baseados em reajustes anuais das tarifas reguladas, calculados pela inflação oficial, descontados ganhos estimados de produtividade e fatores de qualidade de serviço.

Com relação ao segmento internacional, destaca-se a ampliação dos acordos aéreos bilaterais. Só no primeiro semestre de 2011, foram revistos os acordos com México, União Europeia, Rússia, Canadá, Costa Rica e Cuba. Cada um deles trouxe incrementos à relação de aviação civil entre as partes, o que inclui ampliação de cidades atendidas e alterações de política tarifária. Atualmente, 1,5 mil voos partem todas as semanas do Brasil, sendo 78 os países com os quais o Brasil possui acordo aéreo bilateral.

Em 2011 foi publicada pela Anac a Carta de Serviços ao Cidadão, que contém informações sobre os principais serviços oferecidos, tais como legislação específica, unidade responsável, taxas, prazos e documentos.

As reclamações, críticas e comentários dos cidadãos, usuários e dos prestadores dos serviços aéreos ou de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica foram processados, no âmbito governamental, por meio da Ouvidoria da Anac. Em 2011, a Ouvidoria recebeu mais de seis mil registros, o que representa um aumento de aproximadamente 147% em relação ao ano de 2010, sendo que foram respondidas mais de mil manifestações recepcionadas no canal de comunicação “Fale com a Anac”.





b) Segurança e Meio Ambiente

As ações relacionadas ao ambiente do entorno do aeroporto contribuem para garantir uma operação segura do tráfego aéreo, em harmonia com a dinâmica de desenvolvimento urbano das grandes cidades. As ocupações irregulares na periferia do sítio aeroportuário são uma fonte de apreensão, considerando-se a necessidade de ampliação dos sistemas de pistas, pátios e terminais de passageiros previstos nos Planos Diretores dos Aeroportos. Dessa forma, o monitoramento dos limites da propriedade do aeródromo e a articulação interinstitucional com os governos estaduais e municipais fazem parte da programação do planejamento estratégico.

A utilização de combustíveis alternativos e a tecnologia dos motores de aeronaves mais modernas devem ser fomentadas e analisadas no processo de planejamento das atividades, bem como a avaliação do impacto causado pelas emissões de carbono e particulados e de ruídos oriundos da operação das aeronaves.

No tocante à segurança, o Governo Federal atua por meio da certificação, fiscalização e divulgação de programas de segurança.

Dentre as ações realizadas, destaca-se o evento de Fadiga Humana na Aviação, que contou com a participação de 115 pessoas, profissionais da aviação civil, representantes de empresas aéreas e de outros segmentos relacionados ao setor. A iniciativa teve como objetivo iniciar discussões sobre a implementação do Programa de Gerenciamento do Risco de Fadiga Humana (PGRF), que objetiva conscientizar dirigentes e funcionários de empresas aéreas sobre os riscos de trabalhar em condições de fadiga, estado fisiológico de redução da capacidade de desempenho mental ou físico.

Outra ação de destaque para a segurança foi a Certificação Operacional do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro – Guarulhos, em São Paulo, primeiro aeroporto brasileiro a obter esse certificado. Até o final de 2013, todos os aeroportos brasileiros com movimento superior a um milhão de passageiros por ano deverão obter a mencionada certificação que atesta o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela regulamentação nacional e dos padrões de segurança para a operação aeroportuária.

Com o objetivo de contribuir para maior celeridade nas ações de fiscalização e apreensão de aeronaves, intensificar o combate ao contrabando, ao narcotráfico e a voos irregulares no espaço aéreo brasileiro, foi celebrado convênio entre a Anac e o Departamento da Polícia Federal (DPF) permitindo o acesso a informações sobre aeronaves e tripulação de maneira mais rápida e segura, com o objetivo de facilitar investigações.

As fiscalizações de segurança, periódicas e por demanda, bem como a vigilância continuada realizada pela agência sobre profissionais, empresas e aeronegatividade, foram realizadas dentro de um universo de mais de mil entidades provedoras de serviços aéreos, 40 mil profissionais de aviação civil, três mil aeródromos e quase 14 mil aeronaves.

Quanto à capacitação, o Governo ofereceu 914 bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica em 2010. A graduação desses profissionais iniciou-se no ano de 2011, quando 321 alunos concluíram o curso, sendo 235 do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de SC, 66 da Escola de Aviação Asas de Socorro em Anápolis (GO) e 20 do Aeroclube de Bauru. Os demais deverão se graduar até o encerramento do primeiro semestre de 2012.

c) Expansão da Infraestrutura Aeroportuária

Importante política para o desenvolvimento da aviação civil brasileira é a concessão à iniciativa privada de parte da





infraestrutura aeroportuária, o que possibilitará aprimoramento e maiores investimentos, adequando a capacidade dos aeroportos ao crescimento da demanda atual e futura por transporte aéreo no País.

Nesse sentido, em 22 de agosto de 2011, foi realizado o leilão da primeira concessão para exploração de infraestrutura aeroportuária à iniciativa privada: o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, que atenderá a região da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. O consórcio vencedor ofereceu R\$ 170 milhões pelos direitos de construção e exploração do aeroporto por um período de 28 anos, valor mais que duas vezes superior ao mínimo exigido pelo edital de contratação. O começo das obras está previsto para o início de 2012, com investimento privado de aproximadamente R\$ 650 milhões, para construção, gestão e manutenção do aeroporto. Para garantir padrões internacionais de qualidade dos serviços, o contrato de concessão prevê gatilhos que exigem novos investimentos em caso de aumento da demanda. O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante está sendo planejado para se tornar um dos principais aeroportos do Nordeste, funcionando como *hub* regional para voos nacionais e internacionais. A expectativa é de que o aeroporto receba cerca de 3 milhões de passageiros em 2014 e quase 11,5 milhões em 2030.

Após a realização de diversos estudos, foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND), três dos principais aeroportos brasileiros, que juntos respondem por cerca de 30% do tráfego de passageiros e 57% do tráfego de cargas no País: o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, localizado no Município de Guarulhos, em São Paulo; o Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, também em São Paulo; e o Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek, localizado em Brasília, no Distrito Federal.

Os estudos técnicos e jurídicos necessários para viabilizar as concessões foram iniciados no primeiro semestre de 2011, e, em outubro, as minutas de edital e contratos foram submetidas à audiência pública. Posteriormente, foi publicado o Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, que estabelece as diretrizes do Governo para a delegação à iniciativa privada de infraestrutura aeroportuária por meio de concessão. O decreto regulamenta a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão, considerando as especificidades do setor de aviação civil, e será fundamental para a concretização das concessões em curso e para a regulamentação das próximas concessões de exploração de infraestrutura aeroportuária, inclusive das que poderão vir a ser realizadas por Estados e Municípios.

Com a finalidade de garantir adequada oferta de serviços nos próximos anos em todos os aeroportos da rede, bem como aumentar a quantidade de Municípios atendidos pela aviação civil, foi criado o Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) que receberá, dentre outros recursos, aqueles provenientes da contrapartida dos aeroportos concedidos. Desse modo, assegurar-se-á a existência de um fluxo contínuo de recursos para investimento nos demais aeroportos do País, permitindo que não somente os aeroportos concedidos beneficiem-se dos recursos gerados nos aeroportos administrados pela iniciativa privada.

Paralelamente ao processo de concessão, estudos vêm sendo realizados para elaboração do Plano Geral de Outorgas do setor aeroportuário brasileiro, instrumento de planejamento que indicará a metodologia de escolha dos modelos de exploração aplicáveis a cada um dos cerca de 720 aeródromos públicos no Brasil, permitindo o aprimoramento e a expansão do sistema aeroportuário brasileiro, por meio da exploração direta pela União, pelos Estados e Municípios, ou pela iniciativa privada.

O Governo Federal também investe em aeroportos de interesse regional que propiciem o atendimento a localidades de baixo e médio potencial de tráfego e com pouca acessibilidade por meios terrestres, pelo Programa Federal





de Auxílio a Aeroportos (Profaa). Com o objetivo de se obter maior eficiência na aplicação dos recursos, algumas medidas serão adotadas, com previsão de conclusão em 2012, como: i) elaboração do novo regulamento do Profaa, por meio do qual serão estabelecidos critérios técnicos para a priorização dos investimentos, bem como as regras para a celebração dos convênios; ii) realização de oficinas de trabalho com a participação dos Estados, a fim de apresentar a nova regulamentação do Profaa; iii) elaboração de plano de investimentos nos aeroportos de interesse estadual e regional, em articulação com os Estados, para um horizonte de quatro anos; iv) padronização de projetos como o de Terminal de Passageiros Modular e outros, para diminuir o tempo e os custos no desenvolvimento de infraestrutura aeroportuária; v) realização de encontros voltados para a capacitação e orientação de representantes dos Estados, buscando nivelar o conhecimento dos órgãos e entidades envolvidos no processo de gestão do Profaa; e vi) divulgação de informações e resultados do Profaa por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).

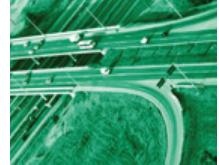
No que tange aos projetos e à realização das obras e atividades relacionadas principalmente à infraestrutura dos aeroportos brasileiros, merecem destaque as implantações de Módulos Operacionais nos aeroportos de Campinas (SP), Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Vitória (ES) e Guarulhos (SP); a conclusão da 1ª etapa da obra de infraestrutura do Aeroporto São Gonçalo do Amarante; a implantação de sistemas de aproximação de aeronaves nas cabeceiras 09L e 27L no Aeroporto de Guarulhos; e a recuperação e adequação do entroncamento da orla norte do Aeroporto Santos Dumont (RJ).

Quanto aos investimentos nos terminais de passageiros, destacam-se: a adequação e modernização das instalações das salas de embarque e desembarque do Aeroporto de Confins; a adequação do terminal de passageiros à acessibilidade e operacionalização do Aeroporto de Montes Claros; a ampliação da acessibilidade a pessoas com deficiências visuais e de locomoção, em Guarulhos; o fornecimento e a instalação de sinalização no terminal de passageiros e áreas externas do sítio aeroportuário do Aeroporto de Porto Alegre; a instalação de esteiras de desembarque de bagagens, tipo carrossel nos aeroportos de Vitória, Montes Claros e Pampulha; a conclusão dos conectores do terminal de passageiros no Aeroporto do Recife; a instalação de três esteiras transportadoras de bagagens no *check-in* e desembarque, no Terminal de Passageiros 1, e de elevadores novos no Aeroporto do Galeão; e a ampliação da sala de desembarque no Aeroporto de Teresina.

Nos sistemas de pista e pátio, tiveram destaque: a recuperação nos pavimentos do Aeroporto de Imperatriz; a revitalização da pista de pouso e decolagem do Aeroporto do Rio de Janeiro (Galeão), incluindo o sistema de luzes de aproximação e *flash* da cabeceira 10; a drenagem, resselagem e substituição das placas de concreto do pátio do Aeroporto de Londrina; a recuperação do pavimento da pista de pouso e decolagem, das vias de acesso aos hangares, e do pátio do Aeroporto de Belém; e a recuperação estrutural da subestaçao e torres de iluminação do pátio de manobras do Aeroporto do Galeão; a restauração das pistas, macrodrenagem e obras complementares do Aeroporto de Curitiba; a ampliação do pátio de aeronaves do Aeroporto de Macapá; e a recuperação e o alargamento das pistas de táxi e a restauração das placas de concreto do pátio sul e da drenagem da táxi J do Aeroporto do Recife.

Outros destaques foram os investimentos na torre de controle do Aeroporto de Navegantes, a reforma geral dos terminais de cargas I e II de Manaus e a construção de vias de acesso ao novo desembarque do Aeroporto de São Luís.

Dos projetos básicos e executivos concluídos em 2011, figuram entre os mais relevantes os referentes à: reforma do corpo central do terminal de passageiros e implantação de Módulos Operacionais no Aeroporto de Brasília;



reforma e ampliação do terminal de passageiros e adequação do sistema viário dos aeroportos de Fortaleza, Manaus e Foz do Iguaçu; reforma e ampliação das instalações da Polícia Federal no Terminal de Passageiros I do Aeroporto de Guarulhos; e construção da torre de controle do Aeroporto Campo de Marte.

Para o ano de 2012, destacam-se os investimentos de reforma do corpo central do terminal de passageiros do Aeroporto de Brasília; a adequação dos terminais de passageiros dos aeroportos de Campinas e Porto Velho; as obras civis e a substituição dos elevadores do Terminal de Passageiros 1, a instalação de elevadores do Terminal de Passageiros 2 e a conclusão da 1ª etapa das obras civis e do sistema de combate a incêndio do Aeroporto do Rio de Janeiro (Galeão); e a terraplenagem para construção do Terminal de Passageiros 3 e reforma e ampliação das áreas de desembarque do TPS-1 e TPS-2 do Aeroporto de Guarulhos.

Ocorrerão, ainda, investimentos de reforma e adequação dos terminais de cargas dos aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão), Salvador e Curitiba; construção do terminal de cargas do Aeroporto de Porto Alegre; construção da torre de controle do Aeroporto de Vitória e de nova torre no Aeroporto da Pampulha; e implantação de Módulos Operacionais nos aeroportos de Brasília, Imperatriz e Juazeiro do Norte, bem como do terminal remoto (fases 1 e 2) do Aeroporto de Guarulhos.

4. Comunicações

Na área das comunicações, houve avanços importantes no ano de 2011. O Governo deu continuidade à implementação do Programa Nacional de Banda Larga, com significativos impactos para a expansão da infraestrutura de telecomunicações. Entre dezembro de 2010 e novembro de 2011, o número de conexões ativas de Internet cresceu 58%, atingindo 57 milhões de usuários.

Quanto à radiodifusão, o Governo buscou aumentar a eficiência, a transparência e a objetividade de critérios para procedimentos de radiodifusão. Foi divulgada a lista com informações sobre os detentores de outorgas, revistas normas e editadas programações para novas outorgas por meio de planos nacionais. E o Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária permitiu a abertura de avisos de habilitação a 431 Municípios que ainda não possuíam emissoras comunitárias.

A revisão do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, que data de 1963, teve início em 2011, com previsão de conclusão em 2012, com o objetivo de integrar em um único regulamento os procedimentos relativos a todos os serviços de radiodifusão, seus aniliares e auxiliares, bem como outras evoluções visando à simplificação dos processos de outorga e pós-outorga. No mesmo sentido, pretende-se revisar o regulamento do serviço de radiodifusão comunitária e prosseguir com as ações voltadas à atualização do marco legal das comunicações eletrônicas.

No âmbito do setor postal, a Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011, deu nova redação a alguns dos dispositivos do Decreto-lei nº 509, de 20 de março de 1969, que transformou o Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT) na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e estabeleceu seu objeto social. A partir desse normativo, foi autorizada à ECT a ampliação de suas atividades junto à sociedade e ao mercado, tanto no que se refere ao âmbito de atuação, que deixou de ser apenas nacional, quanto ao objeto da Empresa, que passou a abranger também, de forma expressa, a prestação dos serviços postais de logística integrada, eletrônicos e financeiros. Para 2012, o grande desafio será materializar as ações necessárias para o aproveitamento das novas possibilidades, com destaque para a área de negócios da ECT, que tem projetos de disponibilizar ao mercado soluções de aperfeiçoamento de seus serviços, de forma a torná-los mais acessíveis aos seus clientes, bem como a propiciar-lhes maior comodidade.





Também no ano de 2011 foi editado o Decreto n.º 7.483, de 16 de maio de 2011, que aprovou o novo estatuto social da ECT, a fim de aperfeiçoar sua gestão corporativa. Nesse sentido, avançou-se na definição de diretrizes para a padronização da rede de atendimento da ECT e no estabelecimento de condições para modernizar o arcabouço legal do setor.

Para o setor de TV por Assinatura, em 12 de setembro de 2011, foi editada a Lei n.º 12.485, que estabeleceu um novo marco para a comunicação audiovisual de acesso condicionado. A Lei criou o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), revogou capítulos da Lei de TV a Cabo, inclusive o que limitava a prestação do serviço por empresas com capital majoritariamente estrangeiro, e alterou o artigo 86 da Lei Geral de Telecomunicações, permitindo a abertura do mercado de televisão por assinatura para as concessionárias de telefonia. Importantes avanços para incentivo à produção audiovisual nacional e de conteúdo independente também fazem parte do texto legal. A nova Lei estabelece que, em até três anos, os canais pagos devem veicular, semanalmente, em horário nobre, três horas e meia de conteúdo audiovisual brasileiro, sendo metade disso de produção independente. Também define uma cota mínima de canais brasileiros para os pacotes oferecidos pelas operadoras.

Em novembro de 2011, cerca de 12,4 milhões de domicílios brasileiros contavam com serviço de TV por Assinatura, o que indica a oferta do serviço em 20,7 de cada 100 domicílios do País. Em 2011 o setor acumulou um crescimento de 27,36%, com a adição de 2,6 milhões de novos assinantes em relação a 2010. Considerando-se o número médio de 3,3 pessoas por domicílio, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os serviços de TV por Assinatura são distribuídos, atualmente, para mais de 41 milhões de brasileiros.

a) Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

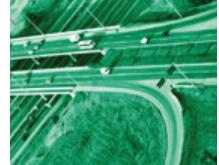
Visando à promoção do acesso à banda larga para o desenvolvimento econômico e social do País, o Governo tem investido na massificação do acesso à Internet em alta velocidade de transmissão para cidadãos, instituições da administração pública, entidades da sociedade civil e empresas, por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010.

O PNBL contém ações que abrangem desde o fortalecimento do papel regulador do Estado até a construção de uma rede nacional de telecomunicações, além de medidas de incentivo à indústria, aos investimentos privados e ao desenvolvimento tecnológico.

Uma das frentes do programa é a atuação da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), na implantação de um *backbone* nacional capaz de contribuir para a redução dos custos da Internet no atacado, promovendo a competição entre provedores e melhorando a qualidade dos serviços, o que tem contribuído para a modicidade tarifária e a disponibilização do serviço nos locais de baixa atratividade, permitindo a participação dos pequenos provedores por todo o País. A Telebras realizou em 2011 a contratação dos serviços necessários à ativação da rede de fibra óptica de 30.803 km, e iniciou a expansão das redes ao longo dos Municípios. Como resultado espera-se, já em 2012, que seja disponibilizada infraestrutura de banda larga para 150 Municípios e o aumento contínuo da capilaridade da rede de transporte até que se complete o atendimento de 4.283 Municípios brasileiros em 2014.

Com vistas a acelerar a implantação da infraestrutura necessária, encontra-se em fase de conclusão a criação de um regime tributário especial para o PNBL (REPNBL), que possa, por meio de renúncia fiscal, antecipar investimentos adicionais da ordem de R\$ 10 bilhões nos próximos cinco anos.





Para atingir os 1.282 Municípios brasileiros restantes e atender a serviços públicos considerados estratégicos, inclusive os de natureza militar, foi programada no Plano Plurianual (PPA 2012-2015) a implantação e operação de um satélite brasileiro, projeto que prioriza a transferência de tecnologia para a base industrial brasileira via parceria com a iniciativa privada. A contratação do satélite será iniciada em 2012 com lançamento previsto para 2014.

Também há previsão, no PPA 2012-2015, de investimento em infraestrutura de cabos submarinos permitindo a expansão e diversificação das conexões de dados internacionais para América do Norte, América Latina, África e Europa. Em 2012, serão completadas as conexões com Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, e será concluído o projeto de implementação dos cabos submarinos.

Para 2012, além das medidas citadas, o Governo tem o desafio de coordenação institucional da implantação da rede de telecomunicações e da infraestrutura física que serve de suporte ao PNBL. Haverá uma dedicação concentrada para que sejam tratados adequadamente temas como: i) a difusão de parcerias público-privadas para implantação conjunta de rede de telecomunicações; ii) a resolução de conflitos dos prestadores de serviço com detentores de infraestrutura; e iii) a heterogeneidade de normas de instalação de infraestrutura de rede nos diversos Municípios.

Em parceria com o setor privado, no âmbito do PNBL, em 2011 foi possível adotar medidas para barateamento dos serviços de banda larga. As concessionárias de telefonia fixa, por meio de termo de compromisso, começaram a oferecer, em 1º de outubro, o acesso à Internet em banda larga no valor de R\$ 35,00, preço bastante inferior ao que vinha sendo praticado em termos médios no País em 2011. Essa oferta se refere a conexões de 1 Mbps e já beneficia 544 Municípios em 23 Estados. O termo de compromisso prevê que, até 2014, todos os Municípios contem com a oferta de Internet popular com conexões muito mais rápidas, de 5 Mbps. Além disso, o acordo condiciona as concessionárias a oferecer o serviço no atacado para pequenos provedores que levam conexão à Internet ao usuário final, bem como a prefeituras municipais que necessitam da banda larga para melhor atender o cidadão.

Buscando a expansão da banda larga para a área rural, o Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, que aprovou o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU), estabelece que a faixa de 450 MHz deverá ser licitada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) até abril de 2012, com a exigência de que os vencedores deem contrapartidas na forma de atendimento a áreas rurais e regiões remotas a preços acessíveis aos consumidores.

Para as conexões móveis urbanas, conforme estabelecido no supracitado Decreto, está prevista para abril de 2012 a realização de licitação da faixa de radiofrequências de 2,5 GHz para a prestação do Serviço Comunicação Multimídia (SCM) e do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outros, com tecnologia 4G, que inclui tráfego de dados a altas velocidades. O edital deve prever a obrigação do início desses serviços pelas operadoras vencedoras na licitação em até 12 meses após a assinatura do contrato nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o que inclui o Rio de Janeiro, que também será a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Dessa forma, o serviço 4G estará amplamente disponível em abril de 2013, em tempo para ser utilizado e testado na Copa das Confederações 2013 em algumas das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014: Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

b) Avanços da Regulação de Telecomunicações

Durante 2011 avanços importantes foram alcançados na regulação dos serviços de telecomunicações, inclusive com impacto direto na redução de preços e ampliação do acesso à banda larga. A Anatel procedeu à revisão dos contratos de concessão da telefonia fixa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), estabelecendo regras para o período de 2011 a 2015. Além disso, foram emitidas pela Agência 11 Resoluções com grande impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços





prestados, dentre as quais se destacam os seguintes assuntos: i) redução das tarifas cobradas nas ligações entre telefones fixos e móveis; ii) reestruturação do processo de avaliação da qualidade na prestação no SMP, com foco especial na qualidade percebida pelos usuários; iii) padrões de qualidade para o serviço de suporte à banda larga fixa; iv) possibilidade de acesso aos serviços públicos de emergência por meio de mensagens de texto, sendo que a operação assistida desta facilidade no Estado de São Paulo iniciou em dezembro de 2011 para os serviços 190 e 193; e v) ampliação dos critérios de definição de áreas locais, para que o usuário pague por ligações na modalidade local.

Em continuidade à política de universalização do acesso aos serviços, foi instituído o 3º Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III), aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, que estabelece obrigações de expansão do serviço para as concessionárias do STFC. Entre as inovações constantes desse Plano, destaca-se o aumento de 2,0% para 2,5% dos telefones públicos da localidade que devem ser adaptados para cada tipo de deficiência, seja auditiva, de fala e de locomoção, além de estar adaptados às pessoas com deficiência visual. Foi também previsto no PGMU um plano de telefonia fixa específico, com tarifas significativamente mais baixas, para as famílias inscritas no Cadastro Único do Governo (CadÚnico). O PGMU III também determina que as concessionárias assegurem a implantação de telefones públicos em locais situados em áreas rurais, a exemplo de escolas, postos de saúde, comunidades quilombolas, obrigação que está associada à implantação da faixa de 450 MHz. E, ainda, obriga a oferta de telefonia fixa individual nas áreas rurais, de modo que até o final de 2015 possa haver atendimento a todos os domicílios rurais situados a uma distância igual ou inferior a 30 km dos limites da localidade-sede municipal atendida.

No âmbito do Plano de Ação Pró-Usuários, o Fórum Alô, Brasil! – espaço democrático e transparente para o diálogo entre usuários, inclusive por meio de organismos de defesa do consumidor, prestadoras e Anatel – foi realizado em cinco capitais do País com vistas à elaboração de propostas de melhoria da qualidade dos serviços e de superação das dificuldades enfrentadas pelos cidadãos.

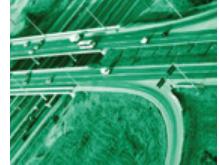
Ainda em 2011, com o objetivo de propiciar condições favoráveis para a ampliação da capacidade satelital disponível para o mercado brasileiro, houve a licitação de quatro novos direitos de exploração de satélite brasileiro. Vale destacar que os novos satélites deverão entrar em operação em um período de até quatro anos ou, dependendo do caso, cinco anos, e possibilitarão novas aplicações de Internet banda larga, expansão de serviços de TV por assinatura, entre outros.

O Plano Geral de Metas de Competição será concluído em 2012, assim como outros importantes instrumentos regulatórios, com destaque para o Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), o Regulamento de Sanções Administrativas, o Regulamento de Fiscalização, o Regulamento do Serviço Limitado Privado (SLP), o Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), o Regulamento de Obrigações de Universalização, a Norma de Condições de Operação de Satélites Geoestacionários em Banda Ka com Cobertura sobre o Território Brasileiro e a Norma de Licenciamento de Estações Terrenas.

c) Inovação em Telecomunicações

O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), em 2011, celebrou dois contratos de empréstimo de longo prazo – 25 anos – com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no valor total de R\$ 100 milhões. Esses recursos deverão ser utilizados para financiar projetos de empresas mediante a apresentação de planos de negócios de projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Foram também repassados recursos não reembolsáveis da ordem de R\$ 78 milhões à Finep e à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) para apoio a diversos projetos de pesquisa e desenvolvimento em telecomunicações.



Espera-se para 2012 a conclusão do processo de elaboração de nova regulamentação para o Fundo, que tem sido objeto de trabalho do Conselho Gestor do Funttel, ao longo dos últimos dois anos, com vistas a estabelecer um mecanismo mais efetivo para operacionalizar as transferências legais à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento e estabelecer novas modalidades de aplicação dos recursos.

A política regulatória intensificou as medidas relativas ao favorecimento de aquisições no mercado nacional, à fabricação local e à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), tais como: i) ato que estabeleceu condicionamentos para a anuência prévia à reorganização societária do Grupo Telefônica/Vivo; ii) proposta de regulamento de contratação de serviços e aquisição de equipamentos ou materiais pelas prestadoras de serviços de telecomunicações; e iii) conjugação, nos procedimentos licitatórios, da oferta dos serviços com regras de incentivo à aplicação em PD&I, a exemplo da proposta de edital de licitação de autorização de uso de segmentos de radiofrequências na faixa de 3,5 GHz.

d) Fiscalização dos Serviços de Telecomunicações

No ano de 2011, foram realizadas aproximadamente 13.674 ações de fiscalização destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos em todas as regiões do País, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado. Como resultado dessas ações foram instaurados 4.346 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados). Ao longo do exercício de 2011, foram julgados, pela Anatel, 9.418 Pados e, destes, 6.331 geraram sanções de multas, totalizando cerca de R\$ 2,3 bilhões.

e) Serviços Postais

e.1) Universalização dos Serviços Postais

Os serviços postais enfrentam o desafio de corresponder às recentes transformações demográficas e urbanas brasileiras.

Em 2011, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deu continuidade à expansão de sua rede de atendimento, estando presente em mais de 8 mil localidades, assim considerados os distritos com população superior a 500 habitantes e as cidades. No período, a ECT atendeu à demanda por serviços postais distribuindo em torno de 9 bilhões de objetos nos 67,5 milhões de domicílios do Brasil.

De forma a atender aos distritos com mais de 500 habitantes, foram emitidas, em dezembro de 2011, as Portarias/MC nº 566 e 567, que, respectivamente, estabelece metas para a universalização e indicadores de qualidade a serem alcançados nos serviços postais básicos no quadriênio 2012 a 2015 e dispõe sobre a entrega de objetos dos serviços postais básicos. Com as novas metas, prevê-se para 2012 a implantação de novas unidades de atendimento em mais 150 distritos, 46 cidades e a expansão da entrega domiciliar de objetos postais a, aproximadamente, 1 milhão de habitantes.

Em 2011, merece destaque ainda a Portaria/MC nº 553 disciplinando novos requisitos para a carta social. O principal deles foi a vinculação de sua postagem exclusivamente para os beneficiários do Programa Bolsa Família ou seus dependentes.

e.2) Exportação por Remessas Postais

A exportação por via postal, utilizando a Declaração Simplificada de Exportação (DSE), permite que milhares de empresas, principalmente as micro e pequenas, possam ter acesso ao comércio exterior e, dessa forma, contribuir com a expansão da





base exportadora e com os resultados da balança comercial. Essa forma de exportação permitiu, em 2011, o envio de mais de 900 tipos de produtos brasileiros a 202 países, com facilitação do despacho aduaneiro e redução dos custos de embarque no processo exportador de remessas até o limite de US\$ 50 mil. Nesse ano, essas exportações alcançaram US\$ 281,6 milhões, ficando 8,2% acima do total obtido em 2010.

e.3) Atuação no Âmbito Internacional

Em 2011, o Governo participou ativamente dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep) e da União Postal Universal (UPU), organismos que regulam as relações intergovernamentais em matéria postal. Cabe destacar o acordo firmado entre o Governo brasileiro e a UPU, que objetiva levar, aos países em desenvolvimento, a experiência brasileira na implantação do projeto de exportação por via postal e na sua disseminação na América do Sul.

No que se refere à cooperação técnica, cumpre ressaltar o apoio brasileiro à reestruturação do setor postal boliviano e, ainda, o lançamento do Exporta Fácil no Equador, projeto prioritário da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Em 2012, no âmbito da IIRSA, está previsto o desenvolvimento do projeto Integração Comercial por via Postal, que pretende desenvolver soluções de logística para facilitação do comércio exterior, na etapa de internalização de mercadorias.

e.4) Serviços de Interesse Coletivo

Dentre os serviços de interesse coletivo apoiados pela ECT em 2011, cabe ressaltar: i) o Programa Leve-Leite, que distribuiu 18.052.553 kg de leite em pó aos alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino do Município de São Paulo; ii) a Operação Enem que distribuiu 5.832.434 provas do Exame Nacional do Ensino Médio; e iii) a Operação Remédio em Casa, que por meio de contratos com governos estaduais e municipais realiza a logística de distribuição de medicamentos.

Para 2012, ganharão maior relevância, com a aprovação da nova legislação sobre resíduos sólidos, os serviços de Logística Reversa de Pós Consumo de Eletroeletrônicos, dada a experiência dos Correios na operação de Logística Reversa.

f) Radiodifusão

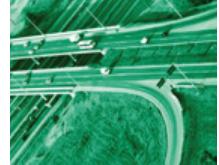
f.1) Radiodifusão Comunitária

Quanto à radiodifusão comunitária, o Governo alterou os procedimentos para a outorga, bem como as regras para a execução do serviço. Entre as principais alterações estão as mudanças nos critérios para aferir a representatividade de uma entidade corrente, a institucionalização dos Planos Nacionais de Outorga (PNO), a regulamentação da formação de redes em casos de calamidade pública e a definição de regras para a renovação de outorgas, dentre outros avanços. A execução do PNO 2011 para o serviço de radiodifusão comunitária contemplou 11 avisos de habilitação beneficiando 431 Municípios para os quais ainda não havia nenhum serviço outorgado de radiodifusão comunitária. Para o período 2012-2013, o Governo, objetivando agilização e maior eficiência, combinou dois conjuntos de ações: a de universalização, possibilitando o alcance de Municípios ainda não cobertos pelo serviço, e a de atendimento de demanda reprimida, o que totalizará 1.425 Municípios com radiodifusão comunitária.

f.2) Demais Serviços de Radiodifusão

Nos serviços de radiodifusão (rádio e TVs abertas) com fins exclusivamente educativos, buscou-se aperfeiçoar o processo de outorga, institucionalizando a publicação de Planos Nacionais de Outorga (PNO), os quais definem, com antecedência, os Municípios a serem contemplados nos Avisos de Habilitação em determinado período de tempo. Foi lançado o PNO 2011-2012





visando levar esses serviços a Municípios ainda não cobertos. Para o serviço de FM educativa, foram realizados quatro Avisos de Habilitação para 2011 e outros dez para 2012, sendo que cada um atende, em média, a 30 Municípios. Quanto ao serviço de TV educativa, foram atendidos em 2011 cerca de 75 Municípios.

f.3) TV Digital

No que se refere à TV Digital, foi adequada a canalização do espectro destinado à radiodifusão para a transição da tecnologia analógica para a tecnologia digital de televisão. A fase referente às capitais foi concluída em fevereiro de 2009 e, em 2011, encerrou-se o planejamento da canalização para os demais Municípios.

No processo de digitalização das emissoras de TV, cerca de 45% das emissoras analógicas já foram consignadas a operar, simultaneamente, em tecnologia digital e quase 10% das emissoras já foram licenciadas na nova tecnologia. No intuito de acelerar ainda mais a digitalização da televisão no Brasil, principalmente em razão dos grandes eventos esportivos, foi designado, em novembro de 2011, um grupo de trabalho destinado especificamente aos processos de consignação e licenciamento das estações digitais.

Encontra-se em fase de conclusão a discussão para a regulamentação da obrigatoriedade do *middleware Ginga* para a inclusão de televisores de tela plana nos benefícios fiscais do processo produtivo básico (PPB).

O Governo tem-se empenhado na internacionalização do padrão nipo-brasileiro de TV Digital ISDB-Tb, interagindo com diversos órgãos reguladores, promovendo treinamentos técnicos em Brasília e realizando diversas visitas técnicas ao exterior. A campanha de adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital prosseguiu em 2011, com o envio de missões a Angola e Botswana. Em 2012, serão intensificados os esforços de atração de outros países ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital, sobretudo na América Central e na África, e se buscará fortalecer o diálogo com os países que já adotaram o referido padrão.

f.4) Digitalização dos Serviços de Radiodifusão Sonora

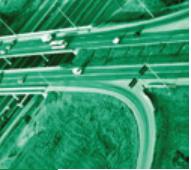
Na Radiodifusão Sonora, em 2011, avançaram os testes e avaliações com o sistema *Digital RadioMondiale* (DRM). Foi publicado o Chamamento Público nº 1/2011, pelo qual outro fornecedor de tecnologia de rádio digital – a Ibiquity, com o sistema IBOC (*In-Band-On-Channel*) – demonstrou interesse em participar de testes similares. O resultado dos testes, previsto para divulgação até o segundo trimestre de 2012, servirá de subsídio à definição do padrão brasileiro de Radiodifusão Sonora Digital.

5. Saneamento

A União, em conjunto com Estados e Municípios, tem buscado reduzir o déficit e as desigualdades regionais na cobertura dos serviços de saneamento básico, tendo como princípios a equidade, a integralidade, a sustentabilidade e o efetivo controle social na gestão desses serviços.

Nesse sentido, o Governo vem fortalecendo seu papel na formulação de políticas urbanas, atuando em programas de investimentos, especialmente por meio das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e no apoio às medidas destinadas à melhoria da gestão dos serviços, principalmente no que se refere ao planejamento, à regulação, à fiscalização e ao controle social, em consonância com os dispositivos da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.





a) Medidas Estruturantes

Em face do novo marco regulatório para o setor saneamento, o Governo Federal, em articulação com Estados, Municípios e sociedade, por meio de suas representações no Conselho Nacional das Cidades, elaborou estudo sobre o Panorama do Saneamento Básico no Brasil e proposta para o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), ora em discussão com a sociedade brasileira. Foram realizados cinco seminários regionais e duas audiências públicas e o próximo passo, em 2012, será a consulta pública pela Internet, ocasião em que poderão ser recepcionadas sugestões e críticas ao texto. Após a consulta pública, o texto do Plansab será apreciado pelos Conselhos Nacionais de Saúde, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e das Cidades, devendo ser normatizado por meio de Decreto.

O Plansab trata das ações e procedimentos que irão orientar a política pública de saneamento básico no País nos próximos 20 anos. Contempla medidas estruturais com uma abordagem integrada do setor, com metas, investimentos com recursos federais e de outras fontes e programas específicos para cada um de seus componentes, quais sejam: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

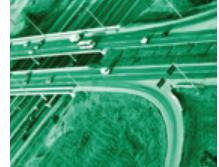
Ainda na busca de fortalecer o planejamento do setor, em 2011, intensificou-se o apoio aos Municípios na elaboração dos seus Planos de Saneamento Básico. Foram selecionadas 102 propostas relativas à elaboração de Planos, com investimentos previstos da ordem de R\$ 76,73 milhões

Ressalta-se também a manutenção do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), que completou, em 2011, 15 anos de existência com atualização anual e ininterrupta do banco de dados, contendo informações e indicadores sobre os serviços de água e esgotos (desde 1995) e de resíduos sólidos urbanos (desde 2002). Em 2011, o banco de dados foi atualizado e foram publicados os Diagnósticos do ano-base de 2009 com significativa ampliação da amostra de Municípios e de prestadores de serviços de saneamento participantes. A amostra alcançou a marca de 4.891 Municípios com serviços de abastecimento de água, 2.409 Municípios com serviços de esgotamento sanitário e 1.964 Municípios com serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, correspondendo a 87,9%, 43,3% e 35,3% do total de Municípios do País, respectivamente. Em relação à população urbana, a representatividade foi de 154,6 milhões de habitantes para os serviços de água, 129,5 milhões para os serviços de esgotos e 109,3 milhões para os serviços de resíduos sólidos urbanos, correspondendo, respectivamente, a 97,2%, 81,5% e 68,6% da população urbana do País.

Medida relevante para a implementação de ações no setor de saneamento foi a publicação do Decreto nº 7.594, de 31 de outubro de 2011, que altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. A partir desse normativo, o valor mínimo de transferência da União para celebração de convênios e contratos de repasse para obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, passou de R\$ 100 mil para R\$ 250 mil, o que possibilitará a concentração da atuação do Governo Federal em empreendimentos de maior impacto na área de saneamento.

Para 2012, está prevista a continuidade do aporte financeiro para apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e apoio ao desenvolvimento institucional dos prestadores de serviço e ações de capacitação. Adicionalmente, o Governo Federal pretende lançar o Programa de Redução de Perdas em Sistemas de Abastecimento de Água, em atenção à demanda dos prestadores de serviço de água e esgotos. Os índices atuais de perdas observados nos sistemas de abastecimento de água do Brasil são bastante elevados, em alguns casos alcançam níveis de 70%. O Programa de Redução de Perdas visa incentivar os prestadores de serviços a implementarem melhorias no sistemas existentes, visto que em muitos casos tais melhorias já seriam suficientes para atender a uma demanda imediata sem a necessidade de construção de novo sistema produtor de água.





Em 2011, foi aprimorado o controle da qualidade da água para redução da morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica, especialmente as diarreias. Entre as ações levadas a efeito, destacam-se o apoio a projetos de capacitação, de análises laboratoriais e de assistência técnica em parcerias com as vigilâncias em saúde e sanitária.

Outra iniciativa foi o apoio governamental à estruturação de laboratórios, prioritariamente para consórcios públicos de saneamento de alta e média complexidades, bem como ao incremento dos laboratórios próprios das Unidades Regionais de Controle da Qualidade da Água (URCQA). Em 2011 foram apoiados 15 laboratórios de Consórcios Públicos; 445 Municípios com ações de capacitação, análises laboratoriais e assistência técnica; realizadas 3 mil análises da água, referentes a 91 aldeias indígenas, 27.363 exames físico químicos, bacteriológicos e cianobactérias, em apoio aos Estados e Municípios; apoiados 14 Municípios atingidos por enchentes nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco; e adquiridos equipamentos para 11 laboratórios de Controle da Qualidade da Água com administração federal, em 11 unidades federadas e 12 Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água.

As projeções para 2012 incluem a estruturação de laboratórios de baixa complexidade em serviços municipais de abastecimento de água, especialmente nas áreas rurais e em comunidades especiais e a elaboração do plano de ação priorizando os Municípios com ausência de informações no Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano.

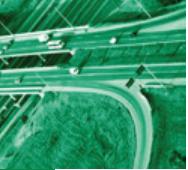
b) Investimentos em Saneamento Básico

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) significou a retomada dos investimentos públicos no setor de saneamento básico com ampliação dos recursos disponíveis. Reverteram-se as limitações financeiras que restringiam os novos investimentos, elevando o volume de contratações de uma média de R\$ 3 bilhões anuais, verificada de 2003 até 2006, para cerca de R\$ 10 bilhões por ano, de 2007 a 2010. Como inovação na área de saneamento, o PAC proporciona a previsibilidade e a regularidade na oferta de recursos num horizonte quadrienal, o que possibilita o estabelecimento de condições favoráveis para o planejamento setorial, fator de extrema relevância em função das características institucionais de gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento no Brasil.

Com o objetivo de garantir a continuidade dos investimentos públicos destinados à melhoria das condições de vida da população brasileira, o Governo Federal lançou a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Serão disponibilizados R\$ 41,1 bilhões para os investimentos em saneamento na segunda etapa do Programa, sob coordenação do Ministério das Cidades (MCidades). Outros R\$ 4 bilhões para investimentos em saneamento são de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para apoio às intervenções em Municípios de pequeno porte, totalizando o montante de investimentos de R\$ 45,1 bilhões. Assim, serão ofertados R\$ 8,5 bilhões para intervenções de abastecimento de água (incluindo R\$ 2 bilhões para ações de combate às perdas de água), R\$ 12,5 bilhões para esgotamento sanitário, R\$ 9 bilhões para intervenções de macrodrenagem com o objetivo de prevenir enchentes e inundações, R\$ 3 bilhões para ações de saneamento integrado (intervenções que incluem mais de uma modalidade de saneamento em uma mesma base territorial), R\$ 5 bilhões para financiamento privado, R\$ 1,5 bilhão para destinação de resíduos sólidos, além de R\$ 600 milhões para planos, estudos e projetos.

As principais ações do PAC Saneamento estão incluídas no Programa Saneamento Básico e no Programa Gestão de Riscos e Combate a Desastres no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Para acessar os recursos, os entes federados devem apresentar suas demandas, de acordo com as regras definidas em Instruções Normativas e Manuais do Ministério das Cidades, durante os processos seletivos que são abertos para acesso aos recursos do Programa.

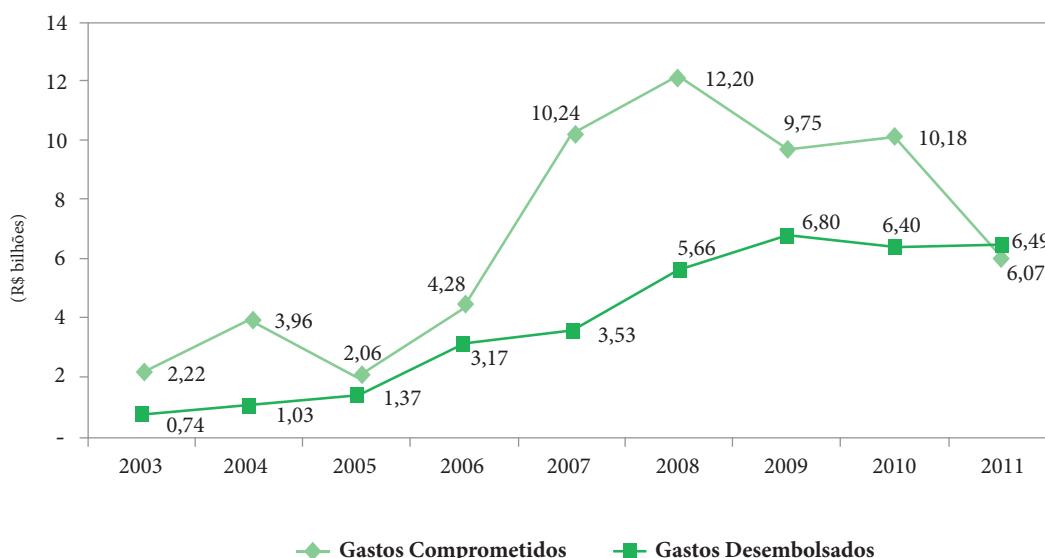




No tocante aos programas de investimentos, no ano de 2011, a União reforçou a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento dentro dos eixos “Cidade Melhor” e “Água e Luz para todos”. O gráfico a seguir revela a evolução dos investimentos públicos (comprometidos e desembolsados) aplicados em saneamento básico, evidenciando os esforços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Nota-se que os valores nominais comprometidos entre 2007 e 2010 são 239% superiores aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 e 2006. Em relação aos valores nominais médios, desembolsados entre 2007 e 2010, o gráfico mostra que tais desembolsos são 255% superiores aos valores médios desembolsados nos quatro anos anteriores, de 2003 a 2006. O gráfico traz ainda os valores comprometidos e desembolsados no ano de 2011, que correspondem respectivamente a R\$ 6,07 bilhões e R\$ 6,49 bilhões.

**Evolução dos Gastos Comprometidos e Desembolsados em Saneamento Básico
Período 2003 a 2011**

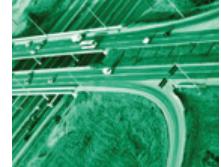


Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/Ministério das Cidades.

Nota: Inclui gastos em saneamento do Ministério das Cidades, Funasa, Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente e outros. Com relação aos recursos onerosos, 100% do Valor Contratado em 2011 correspondem às Operações de Mercado junto ao BNDES, todas inseridas no PAC2, ou seja, não houve contratação com mutuários públicos no período.

Para os Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em relação aos empreendimentos do PAC 1, sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no período de 2007 a 2010, foram contratados 6.334 empreendimentos. Em volume de recursos, foram aplicados R\$ 169,61 milhões, R\$ 1.408,95 milhões em execução e R\$ 740,99 milhões em ação preparatória. Em 2011, foram iniciadas 220 obras no valor total de R\$ 193,72 milhões e foram concluídas outras 274 obras no valor de R\$ 89,68 milhões.

É relevante ainda mencionar o expressivo volume de recursos transferidos pela Funasa para Estados e Municípios, no período de janeiro a novembro de 2011, relativo ao pagamento de parcelas de convênios e Termos de Compromisso do PAC 1 (TC/PAC), celebrados no período de 2007 a 2010, no montante de R\$ 622,9 milhões.



Na segunda etapa do PAC, destaca-se o montante de R\$ 4 bilhões para investimentos em saneamento, sob responsabilidade da Funasa, para apoio às intervenções em Municípios com população inferior a 50 mil habitantes. Serão contemplados 1.013 Municípios com recursos para a realização de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário e esgotamento sanitário/sistema individual (fossa/filtro); e 2.701 Municípios para apoio à Elaboração de Projeto para Abastecimento de Água ou Esgotamento Sanitário.

Também para atendimento da demanda em Municípios com população inferior a 50 mil habitantes, os investimentos previstos no PAC 2, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, são da ordem de R\$ 1 bilhão, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para financiamento de iniciativas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Esse processo busca atender parcela da demanda reprimida de financiamento a Municípios de menor porte.

Para esses Municípios, em novembro de 2011, foram selecionados 134 empreendimentos, que totalizam R\$ 1,13 bilhão, em recursos de empréstimos disponibilizados pela União. Esses empreendimentos estão divididos em 51 propostas para abastecimento de água, no valor de R\$ 369 milhões e 83 propostas de esgotamento sanitário, no valor de R\$ 759 milhões.

Com relação aos Municípios localizados em regiões metropolitanas ou com população acima de 50 mil habitantes, conforme demonstra a tabela a seguir, do total de investimentos previstos para o PAC 1 Saneamento (período 2007-2010), foram selecionados até 2011, no âmbito do Ministério das Cidades, operações correspondentes a R\$ 36,37 bilhões, sendo 63,5% com recursos de empréstimos do FAT e do FGTS (recursos onerosos) e 36,5% do Orçamento Geral da União (recursos não onerosos). Em decorrência dos baixos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos, cerca de 40% dos recursos, da ordem de R\$ 14,7 bilhões, foram destinados para investimentos na ampliação e em melhorias nessa modalidade. Os empreendimentos de abastecimento de água foram contemplados com recursos da ordem de R\$ 8,0 bilhões.

Total de Investimentos Contratados e em Contratação do PAC, por modalidade, sob gestão do Ministério das Cidades*

Modalidade	Investimento PAC 1 (R\$ milhões)			Investimento PAC 2 (R\$ milhões)		
	Contratado	Em contratação	Total	Contratado	Em contratação	Total
Abastecimento de Água	7.972,68	18,87	7.991,55	1.700,93	1.269,94	2.970,87
Desenvolvimento Institucional	1.133,01	0,00	1.133,01	332,26	0,00	332,26
Esgotamento Sanitário	14.652,72	56,09	14.708,80	3.534,19	2.056,11	5.590,30
Estudos e Projetos	175,27	0,42	175,69	311,50	81,25	392,75
Manejo de Águas Pluviais	5.370,42	0,00	5.370,42	3.567,50	633,54	4.201,04
Manejo de Resíduos Sólidos	198,91	0,00	198,91	193,48	0,00	193,48
Saneamento Integrado	6.873,73	0,00	6.873,73	964,04	50,21	1.014,25
TOTAL GERAL	36.376,74	75,37	36.452,11	10.603,89	4.091,05	14.694,94

Fonte: Banco de Dados de Saneamento do Ministério das Cidades (BDSAN) atualizado em 31/12/2011.

Obs.: * Valores do PAC 1, em termos de valor de investimento (União + contrapartida), e do PAC 2, em termos de valor de repasse (União).



Do montante selecionado no PAC 1, foram contratados investimentos de R\$ 36,38 bilhões (99,8% do total de investimento) em cerca de 1,7 mil empreendimentos.

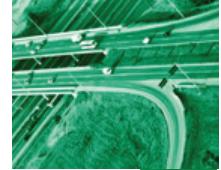
Na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), dos R\$ 41,1 bilhões disponibilizados para investimentos em saneamento, sob coordenação do Ministério das Cidades, para o quadriênio 2011-2014, foram selecionados em 2011 cerca de R\$ 14,69 bilhões com empreendimentos na área de saneamento, dos quais 39,8% são provenientes de recursos de empréstimos do FAT e do FGTS (recursos onerosos) e 60,2%, do OGU (recursos não onerosos).

Do total selecionado no PAC 2, foram contratados R\$ 10,60 bilhões, em 668 operações, com destaque para ações de manejo de águas pluviais (33,6% dos recursos), esgotamento sanitário (33,3%) e abastecimento de água (16,0%), o que reflete a efetiva necessidade de investimentos na gestão de riscos e prevenção de desastres naturais e na melhoria das condições de esgotamento sanitário dos domicílios urbanos, conforme apresentado na tabela anterior.

O Programa Temático de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal contempla a execução de intervenções estruturais para o controle de enchentes e inundações associadas ao processo de urbanização das grandes cidades. Esse processo é caracterizado pela impermeabilização extensiva dos terrenos, que resulta na diminuição dos processos de infiltração e de retenção de água, canalização dos cursos d'água e ocupação das várzeas. Trata-se aqui da implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana com vistas à contenção e ao controle de vazões de pico, além do reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações. As intervenções estruturais de drenagem urbana consistem em obras que devem preferencialmente privilegiar a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais. As soluções adotadas devem estar suficientemente embasadas por meio de estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

O gráfico a seguir demonstra o nível de execução dos empreendimentos em Regiões Metropolitanas e Municípios com população superior a 50 mil habitantes contratados no PAC. Pode-se verificar que atualmente, no PAC 1, existem 275 obras concluídas representando cerca de 16% em quantidade e 9% em termos de valor. Contudo, é importante ressaltar os 445 empreendimentos, representando 35% dos investimentos, cujo nível de execução encontra-se acima de 60%. Isso significa dizer que em breve essas obras entrarão em fase de conclusão podendo trazer os benefícios do saneamento à população hoje carente de atendimento.

A execução média dos empreendimentos contratados situa-se na faixa dos 45,8%, ou seja, quase metade das obras contratadas já foi iniciada e encontra-se em fase de execução.

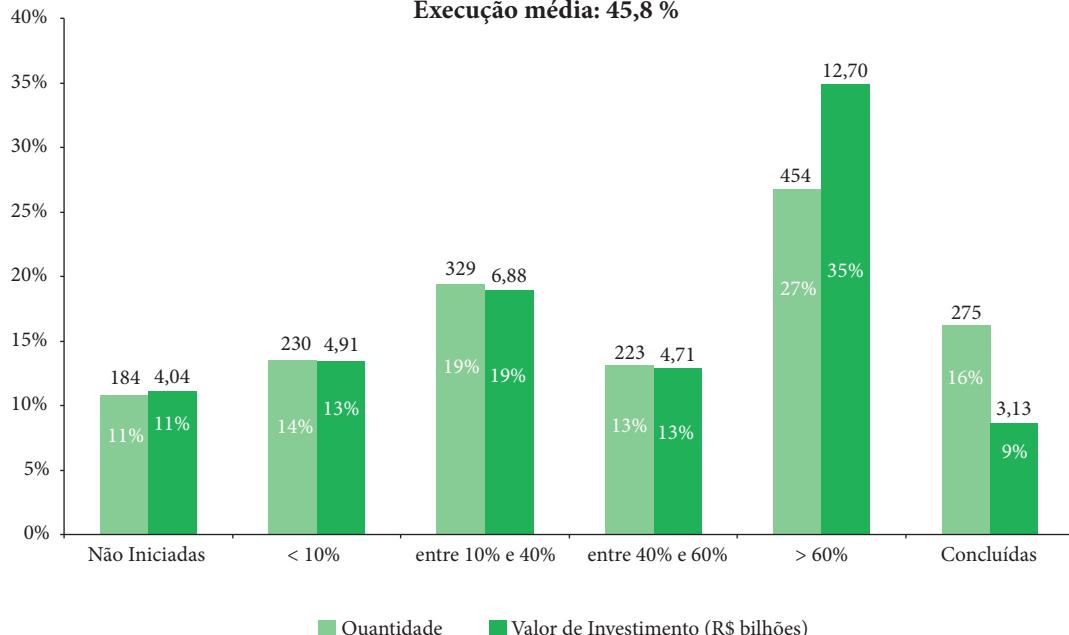


Execução dos empreendimentos contratados, com ações de saneamento, no âmbito do PAC 1, sob gestão do Ministério das Cidades.

PAC - Saneamento - Análise de execução dos empreendimentos contratados

Total Selecionado (R\$): 36,38 bilhões

Execução média: 45,8 %



Fonte: BDSAN – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (Dados de 31/12/2011).

Em relação ao PAC 2, o perfil de execução concentra a quase totalidade dos empreendimentos na faixa dos “não iniciados”, ou seja, as obras foram contratadas porém ainda estão em fase de execução, o que era de se esperar em face da recente seleção.

Para o exercício de 2012, o Governo continuará aportando recursos, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. Além da continuidade das contratações das operações já selecionadas, está previsto novo processo de seleção pública de propostas de ações na área do saneamento. Estima-se que serão comprometidos recursos da ordem de R\$ 11,4 bilhões (OGU e financiamentos), considerando o planejamento de execução do PAC 1 e do PAC 2.

O investimento de recursos federais em infraestrutura de saneamento e a consolidação da política federal de saneamento e da política nacional de resíduos sólidos vêm contribuindo para a redução dos déficits de saneamento e a melhoria da gestão e da prestação dos serviços, em atendimento aos anseios da sociedade por uma melhor promoção da saúde pública e pela melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

6. Habitação

a) Política Nacional de Habitação

A Política Nacional de Habitação estabelece o planejamento do setor garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda. A estratégia governamental na implementação dessa Política está definida no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), por meio do Programa Temático Moradia





Digna que encontra seus fundamentos no Plano Nacional de Habitação (PlanHab). As ações governamentais são empreendidas com base no arcabouço institucional que integra as três esferas de Governo do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), assegurando a articulação financeira do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) entre os entes da Federação.

Na estratégia de avançar no enfrentamento do déficit habitacional, estimado em 5,6 milhões de novas moradias e 10 milhões de moradias com deficiências no acesso à infraestrutura urbana e social, o Governo Federal ampliou os recursos para o PAC e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com base em cenários de médio e longo prazos, com investimentos continuados, considerando o déficit acumulado e o decorrente do crescimento demográfico.

Essa estruturação permitiu importantes avanços na consolidação de uma estratégia nacional para garantir habitação de interesse social para as famílias de baixa renda por meio do aumento de recursos do Orçamento Geral da União (OGU). De forma complementar, o Governo tem ampliado a alocação de recursos para o desenvolvimento institucional e a melhoria da capacidade técnica dos Estados e Municípios para execução dos projetos beneficiados com recursos provenientes do PAC e do PMCMV.

Cabe ressaltar que, na segunda etapa do PAC (2011-2014), houve um incremento de 63% dos investimentos destinados aos programas habitacionais do Governo Federal em relação à primeira etapa do Programa (2007-2010).

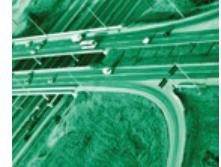
b) Investimentos em Habitação e Financiamento ao Setor Público

A meta inicial da primeira etapa do PAC era R\$ 16,9 bilhões para a realização de investimentos em habitação. Atualmente, são 3.821 operações ativas, desta primeira fase, envolvendo R\$ 19,1 bilhões em investimentos, sendo R\$ 14,9 bilhões de recursos da União (repasse do OGU e financiamento do FGTS) e R\$ 4,2 bilhões de contrapartida dos Estados, Distrito Federal e Municípios, superando em 13% a meta inicial. As transferências obrigatórias ao Setor Público correspondem a 67% do total investido pela União (R\$ 10,0 bilhões). Aproximadamente R\$ 7,4 bilhões já foram desembolsados, representando 39% do valor total.

As obras de urbanização de assentamentos precários concentram a maior parte dos recursos e representaram a prioridade da primeira etapa do PAC. Dos recursos de transferências obrigatórias aos entes públicos (OGU), 90% são destinados a essas ações, totalizando R\$ 9,0 bilhões em recursos da União em benefício de mais de 1 milhão de famílias. Outros recursos, da ordem de R\$ 895 milhões foram destinados à provisão habitacional, atendendo a quase 100 mil famílias, sendo o restante dos recursos aplicados em desenvolvimento institucional dos entes. Atualmente, são 366 operações ou obras concluídas, com aproximadamente 25 mil famílias beneficiadas em intervenções de urbanização, melhorias habitacionais ou novas unidades produzidas.

No financiamento ao setor público (FGTS e FAT), na primeira etapa do PAC, foram assinados 183 contratos, totalizando R\$ 4,9 bilhões em recursos da União. As obras de urbanização de assentamentos precários somam R\$ 3,9 bilhões em recursos da União, atendendo a quase 400 mil famílias. Os demais contratos dividem-se em provisão habitacional (73 contratos), com repasse da ordem de R\$ 900 milhões, e desenvolvimento institucional (quatro contratos), que conta com R\$ 10 milhões em recursos da União.

A edição da segunda etapa do PAC deu continuidade à implementação de ações voltadas à melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, sendo que a produção habitacional necessária para a urbanização desses assentamentos será realizada por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Para os investimentos em urbanização



de assentamentos precários, no eixo definido Minha Casa, Minha Vida, foram disponibilizados R\$ 30,5 bilhões de recursos para aplicação, dos quais R\$ 27 bilhões de OGU e R\$ 3,5 bilhões de FGTS. Já houve uma primeira seleção que envolveu cerca de R\$ 9,3 bilhões, com enquadramento de 536 propostas, sendo 361 para obras e 175 para elaboração de estudos e projetos. Ressalta-se que 314 já foram contratadas, totalizando cerca de R\$ 4,6 bilhões.

Nas obras de urbanização já selecionadas, serão construídas cerca de 10 mil novas unidades habitacionais. Além disso, serão quase 200 Municípios que, por meio da ação de elaboração de estudos e projetos de urbanização, poderão se preparar para as próximas etapas de seleção de intervenções.

Na segunda etapa do PAC, o financiamento ao setor público resultou na seleção de 21 propostas ativas, correspondendo a um montante aproximado de R\$ 654 milhões em fase de contratação.

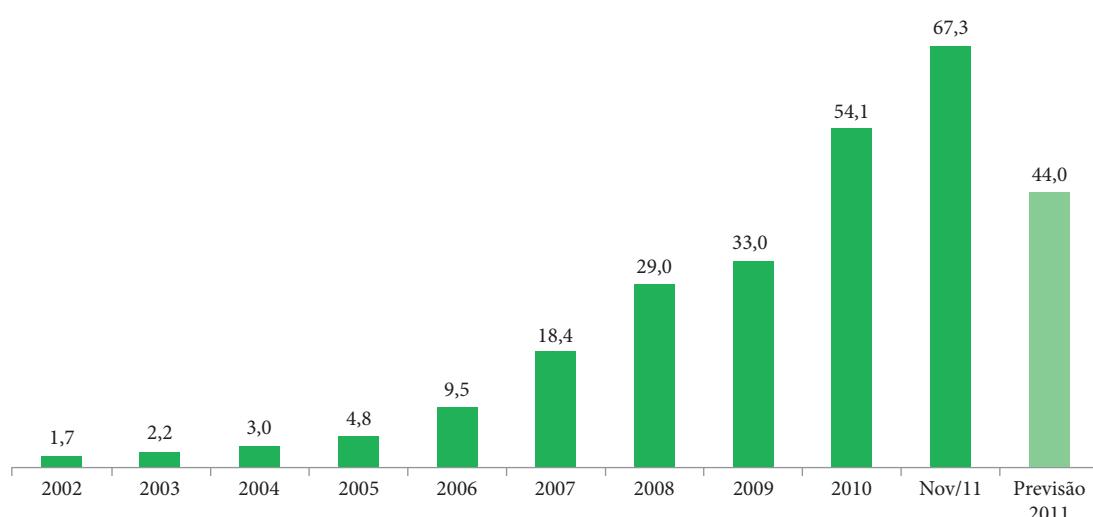
Em 2012, será dada continuidade à implantação do PAC 2 com previsão de alocação de recursos para o apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (UAP) no montante aproximado de R\$ 1,2 bilhão.

c) Financiamentos Habitacionais para Pessoas Físicas

Em relação ao financiamento a pessoas físicas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), destinado à habitação de mercado, no período 2007-2011, houve contratação no total de R\$ 189,6 bilhões, possibilitando o acesso à moradia para mais de 1,6 milhão de famílias.

No PAC 2 está prevista a alocação de R\$ 176 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do SBPE. Até outubro de 2011, o financiamento correspondeu ao investimento de R\$ 61 bilhões superando a meta de R\$ 44 bilhões estipulada para o ano de 2011. Com recursos do FGTS no financiamento habitacional para pessoa física, até 30 de dezembro de 2011, houve alocação de aproximadamente R\$ 33 bilhões beneficiando 404 mil famílias.

**Contratação de financiamentos habitacionais para pessoas físicas (SBPE)
(R\$ bilhões)**



Fonte: Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) / Banco Central do Brasil (BCB), base de dados revista e atualizada até 30 de novembro de 2011.





d) Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

Na estratégia de atuação para a habitação de interesse social o Programa Minha Casa, Minha Vida, em sua primeira etapa (PMCMV 1), encerrou a contratação, em 31/12/2010, com mais de 1 milhão de unidades contratadas, superando a meta estipulada. Dessas unidades contratadas, foram entregues, até 31/12/2011, 389.741 unidades habitacionais.

No PAC 2 está previsto investimento de R\$ 125,7 bilhões para a segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV 2), sendo R\$ 72,6 bilhões de recursos para subsídios, dos quais R\$ 62,2 bilhões do OGU e R\$ 10,4 bilhões do FGTS; e R\$ 53,1 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do FGTS. Assim, o PMCMV 2 tem como meta a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais até dezembro de 2014, sendo que 1,2 milhão serão para as famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil. Essas unidades serão projetadas com possibilidade de adaptação para pessoas com deficiência e contarão, também, com outras melhorias em relação à primeira fase do programa, à exemplo de aquecimento solar térmico.

Para o PMCMV 2, em 2011, foram contratadas 457.005 unidades, sendo 445.797 na área urbana e 11.208 na área rural, em 3.529 Municípios. Das unidades habitacionais contratadas, foram entregues 151.142, sendo 150.071 na área urbana e 1.071 na área rural.

Em 2011, foram alocados no OGU R\$ 12,65 bilhões para o PMCMV e desembolsados R\$ 7,5 bilhões. Para 2012, o montante de recursos reservados ao PMCMV, de acordo com a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, é de R\$ 11 bilhões, destinados a atender as famílias com renda até R\$1,6 mil.

e) Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

Com o objetivo de consolidar as bases de um sistema nacional articulado e integrado, de superar os entraves identificados no que se refere à organização institucional dos agentes integrantes do SNHIS e de tornar a atuação dos entes públicos mais célere, vêm sendo aprimoradas ações de desenvolvimento institucional e cooperação técnica.

Na consolidação do Sistema Nacional Habitação de Interesse Social (SNHIS), há o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão ao SNHIS que trata da obrigatoriedade da elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e da criação de conselhos e fundos de habitação de interesse social pelos Estados e Municípios. O total de Municípios que aderiram ao SNHIS, até 2011, é de 5.418, desses 3.113 Municípios estão regulares, ou seja, cumprem os requisitos do SNHIS, estando aptos a receber recursos do FNHIS.

Outro importante eixo de ações de desenvolvimento institucional é a promoção de debates e o fomento ao desenvolvimento de estudos técnicos, ampliando e consolidando a parceria com a rede de entidades técnicas, acadêmicas e especialistas, bem como empresários, gestores e agentes sociais dedicados aos temas habitacionais e de desenvolvimento urbano. Entre os principais trabalhos iniciados em 2011, destacam-se os seguintes estudos: Déficit Habitacional no Brasil 2009 e 2010; Capacidades Governamentais e Políticas Habitacionais em nível local no Brasil.

O monitoramento e a avaliação dos programas e ações da habitação atende à Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o acompanhamento e apoio à atuação das instituições que fazem parte do SNHIS. Ademais, o PlanHab prevê a implantação do monitoramento e da avaliação como parte do SNHIS e como atividades que instrumentalizam e viabilizam a PNH, com ênfase no PMCMV, considerando as novas abordagens do PPA 2012-2015.

Na área de desenvolvimento institucional, são mais de 2 mil Municípios beneficiados, nos 26 Estados e no Distrito Federal, com investimento da ordem de R\$ 174,2 milhões oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), sendo R\$ 82,6 milhões para serviços de assistência técnica e R\$ 96,6 milhões para elaboração de Planos Locais de Habitação.





Para 2012, serão alocados R\$ 886 milhões no FNHIS com o objetivo de servir de suporte para apoio à Habitação de Interesse Social (HIS), ao Desenvolvimento Institucional, à UAP, ao Planos e Projetos, à assistência técnica, ao monitoramento e à avaliação para o fortalecimento da PNH.

O estabelecimento de parcerias com os centros de excelência – no Brasil e no mundo – fornece embasamento técnico para viabilizar o desenho de políticas habitacionais eficientes, eficazes e socialmente inclusivas e a implantação de um sistema institucional aderente aos desafios atuais e futuros. O estreitamento de relações com países da América Latina também ocupa lugar de destaque envolvendo a troca de experiências em temas e desafios comuns. Também merece destaque na agenda de cooperação internacional a atuação do Brasil como membro do Fórum de Diálogo Ibas – Índia, Brasil e África do Sul.

f) Qualidade e Produtividade

O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) tem como objetivo elevar os patamares da qualidade da construção civil, com a criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade. O Programa é um dos mecanismos de interlocução do Governo Federal com os setores diretamente envolvidos com a temática da construção civil, contando com o apoio do Comitê Nacional de Desenvolvimento Tecnológico da Habitação (CTECH).

O setor privado tem apoiado e vem contribuindo com recursos da ordem de R\$ 200 milhões ao ano no fomento aos Sistemas de Qualidade e Inovação Tecnológica do Setor da Construção Civil sendo que, por meio do Orçamento da União (OGU), foram alocados em 2011 cerca de R\$ 1 milhão para a implementação das ações que compõem o PBQP-H.

As principais ações do Programa concentram-se na certificação do sistema de gestão da qualidade de empresas de serviços e obras, a avaliação de produtos inovadores, o combate à não conformidade na fabricação de materiais, componentes e sistemas construtivos. Em 2011, o PBQP-H atingiu o patamar de 2,7 mil empresas certificadas no Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), o número de 90 sistemas construtivos inovadores em avaliação no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SiNAT), e o credenciamento de 30 Programas Setoriais da Qualidade no Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), que acompanham 450 empresas, responsáveis por 4,5 mil produtos de 1,1 mil marcas em todo Brasil.

7. Planejamento e Gestão Territorial Urbana

As atividades de planejamento e gestão territorial urbana desenvolvidas pelo Governo Federal visam apoiar a qualificação e institucionalização do planejamento urbano municipal e interfederativo, com o objetivo de buscar a garantia do cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade e a melhoria da qualidade de vida nos espaços urbanos.

As três principais linhas estratégicas do planejamento e da gestão territorial urbana são: i) apoio direto aos entes federados e entidades civis sem fins lucrativos; ii) capacitação de agentes públicos e sociais; e iii) remoção de obstáculos jurídico-legais à regularização fundiária mediante cooperação e articulação institucional. O processo de apoio a Estados e Municípios viabilizou, desde 2004 até 2011, a celebração de 200 contratos de repasse dos quais 62, já finalizados, resultaram no benefício de 1.936.087 famílias com processo de regularização iniciado, 382.314 títulos concedidos e 137.683 títulos registrados em cartório, conforme tabela a seguir. Além disso, está em fase conclusiva novo processo de seleção de propostas de convênio para regularização fundiária.





Processos de Regularização Fundiária – Programa Papel Passado¹ – 2004/2011

	Famílias com processo de regularização iniciado	Títulos concedidos	Títulos registrados em cartório
Apoio direto	381.255	54.514	26.194
Apoio indireto	1.554.912	327.854	111.444
Total	1.936.087	382.314	137.683

Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

Nota 1: Informações atualizadas em 24/01/2012 referentes às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado de 2004 a 2011. Não estão incluídas as informações referentes às intervenções de urbanização de assentamentos precários implementadas no âmbito do PAC.

Além disso, o Programa Papel Passado, em parceria com o Programa Terra Legal, realiza a análise técnica e elaboração de pareceres de pedidos de transferência de terras da União localizadas em áreas de expansão urbana a Municípios da Amazônia Legal. Nesse sentido, em 2011 foram analisadas 92 áreas situadas em 31 Municípios, sendo 12 em sedes municipais e 80 em vilas, distritos ou povoados para posterior doação aos Municípios. Nesse ano, foram tituladas oito dessas áreas.

O Programa Papel Passado, em 2012, dará seguimento aos contratos de apoio e convênios para regularização fundiária urbana, intensificando os processos de regularização em terras da União, principalmente em cidades da Amazônia Legal, além de atividades de capacitação e disseminação dos dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária em áreas urbanas, dentre outros.

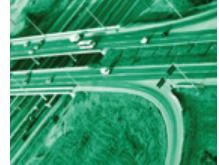
Com relação às ações de reabilitação de áreas urbanas centrais, em 2011, foi assinado o convênio cujo objeto é o apoio à elaboração de 40 projetos de habitação de interesse social, como ação de implementação do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador, para o posterior enquadramento desses projetos em programas federais de habitação. Também foi concluído o convênio com a Secretaria de Estado de Habitação do Rio de Janeiro para a elaboração de um Plano de Reabilitação e Ocupação dos imóveis do Governo do Estado do Rio de Janeiro que se encontravam vazios e subutilizados, localizados na área central da cidade do Rio de Janeiro. Ainda para a essa área foi lançado, em outubro de 2011, edital de seleção para elaboração de planos, projetos e obras de reabilitação de áreas urbanas centrais de capitais e Municípios de Regiões Metropolitanas.

Em 2012, o Governo pretende ampliar o escopo das ações desse Programa, de forma a abranger também áreas subutilizadas ou de especial interesse de preservação cultural ou ambiental, para as quais se pretende apoiar projetos de parques e áreas verdes ou de ordenamento territorial nos Municípios da orla marítima e de rios federais em parceria com o Projeto Orla.

No âmbito do apoio ao planejamento urbano municipal, em 2011, deu-se prosseguimento à gestão dos contratos e dos convênios de apoio aos Municípios na elaboração e revisão de Planos Diretores, bem como foi lançado edital de seleção para assistência técnica e capacitação para a elaboração, revisão ou implementação de Planos Diretores Participativos e instrumentos de planejamento e gestão territorial.

A atuação do Ministério das Cidades no que se refere ao apoio ao planejamento dos Municípios foi ampliada, com a edição do Decreto nº 7.618, de 17 de novembro de 2011, o qual define que a acessibilidade arquitetônica e urbanística deve ser promovida pelas ações de desenvolvimento urbano. Dessa forma, as ações de planejamento urbano, como a campanha de revisão dos Planos Diretores e o apoio à implementação de instrumentos urbanísticos, entre outros, devem objetivar por em prática o eixo Acessibilidade do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limites. Além disso, outros programas federais, como Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), PAC mobilidade e PAC Copa, devem ser aprimorados tornando os empreendimentos acessíveis ou adaptáveis.





No que se refere à implementação do Estatuto da Cidade, foram finalizados dois cadernos técnicos voltados a apoiar os Municípios na regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas e Outorga Onerosa do Direito de Construir. Destaca-se ainda a finalização do estudo de avaliação do conteúdo dos Planos Diretores no âmbito do projeto Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores Participativos. No âmbito do projeto, foram avaliados qualitativamente 526 Planos Diretores e desenvolvidas ações de capacitação e de apoio à sociedade para a implementação dos Planos.

Para o exercício de 2012, as ações de fomento e apoio ao planejamento urbano se darão a partir da preparação da campanha nacional de revisão do Plano Diretor e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade. Também se pretende estruturar um banco de dados sobre experiências municipais de implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade e apoiar tecnicamente os entes federados na regulamentação de matéria relativa ao planejamento e à gestão metropolitana.

No âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), o Governo Federal, através de parceria entre os Ministérios das Cidades e da Educação, apoiou 24 projetos e nove programas de extensão universitária, com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano, beneficiando vários Municípios de todas as regiões brasileiras. Ainda em 2011, foram aprovados mais 31 projetos e 28 programas, em parceria com universidades federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Também em 2011, foi lançado o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br) – ambiente virtual com agenda integrada de informações e atividades do PNCC, biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos para discussões relacionadas à política urbana, além de uma plataforma de educação a distância. Em 2012, pretende-se dar continuidade à implementação do Portal Capacidades, dos cursos de extensão universitária e de ações no âmbito do Programa de Apoio aos Municípios em Tributação Imobiliária. Com o Sistema Nacional de Informações das Cidades – Brasil em Cidades – busca-se o aperfeiçoamento, a modernização e a consolidação de parcerias intermunicipais com a disseminação de informações entre os Municípios brasileiros.

8. Mobilidade Urbana

a) Política Nacional de Mobilidade Urbana

Foi publicada a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fixando seus princípios, diretrizes e objetivos. A instituição desse marco legal contribuirá para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições para a efetivação da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

Foi também realizada a Pesquisa Nacional de Avaliação do Vale-Transporte, tendo como objetivo verificar e avaliar as formas de confecção, emissão e utilização do benefício do vale-transporte referente aos anos-base de 2009 e 2010, em 607 Municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes. A pesquisa propiciou a coleta de informações sobre o modal ônibus urbano, metropolitano e intermunicipal com características de urbano (semiurbano). A coleta das informações iniciou em julho e encerrou em setembro de 2011. As demais etapas da pesquisa – fases de análise, tratamento dos dados e elaboração de relatório – dependem da tabulação dos dados que será efetuada em 2012. Também, no segundo semestre de 2012, será iniciada a coleta de dados referentes ao ano-base de 2011, quando se reiniciam as atividades de consulta aos Municípios.





b) Investimentos em Infraestrutura de Mobilidade Urbana

Com relação aos investimentos federais em infraestrutura de mobilidade urbana, destacam-se os associados à Copa do Mundo FIFA 2014 e ao Programa de Aceleração do Crescimento em suas vertentes PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades e PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias.

Os valores que estão sendo investidos na área representam uma ampliação significativa de recursos em transporte e mobilidade urbana, representando uma nova fase na mobilidade urbana brasileira.

Por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana (Pró-Transporte), com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Governo Federal está viabilizando o financiamento dos projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014 nas 12 cidades-sede, quais sejam: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Foram assinados 41 contratos de financiamento, dos 55 projetos selecionados com recursos de mais de R\$ 12 bilhões, incluindo contrapartida. As obras, de responsabilidade de Estados e Municípios, são de implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo (*Bus Rapid Transit – BRT*), Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego.

Teve início, em fevereiro de 2011, a seleção do PAC Mobilidade Grandes Cidades que tem por objetivo requalificar e implantar sistemas estruturantes de transporte público coletivo, visando à ampliação da capacidade de transporte e à promoção da integração intermodal, física e tarifária do sistema de mobilidade nos grandes centros urbanos.

O Programa prevê investimentos plurianuais de R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões provenientes do orçamento da União (OGU) e R\$ 12 bilhões provenientes do Pró-Transporte, com recursos do FGTS. O PAC Mobilidade Grandes Cidades possibilitou a inclusão de sistemas de alta capacidade como metrôs, além de corredores, BRT e VLT e demais sistemas de transporte público.

Os proponentes passíveis de cadastramento de propostas são Governos Estaduais e Prefeituras Municipais de cidades com mais de 700 mil habitantes e o Distrito Federal. A conclusão da seleção dos empreendimentos está prevista para o início de 2012.

O eixo de Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas do PAC 2, lançado em 2010, objetiva apoiar a execução de obras de pavimentação e qualificação de vias por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes ou recuperação destas, incluindo a infraestrutura necessária para sua plena funcionalidade, tal como: sistema de drenagem de águas pluviais (microdrenagem), redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, passeios com acessibilidade, sistemas ciclovários, medidas de moderação de tráfego, sinalização viária e elementos que promovam a acessibilidade universal. A primeira fase do programa disponibilizou R\$ 3 bilhões em recursos de financiamento do Pró-Transporte. Foram selecionadas 372 propostas com o valor total de financiamento de R\$ 2,4 bilhões. Na segunda fase do programa, serão disponibilizados mais R\$ 3 bilhões.

Para 2012, estão previstas a conclusão das contratações dos projetos de infraestrutura urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014 e do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, bem como o monitoramento dos contratos de financiamento em execução; e o início das contratações dos projetos selecionados no PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, para investimentos em sistemas de média e alta capacidade – metrôs, trens, VLT, BRT e corredores de transporte.





c) Transporte Metroferroviário

Nos investimentos realizados em 2011, destaque para a expansão da Linha 1 na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre os Municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo. O empreendimento prevê um acréscimo de 9,3 km na linha, atingindo ao final da atual implantação 43 km de extensão, de Porto Alegre a Novo Hamburgo. Todo o novo trecho será estruturado em via elevada e comportará cinco novas estações. O empreendimento, incluindo a obra de expansão e outras ações complementares a ela vinculadas, está orçado em R\$ 934,1 milhões. O prazo final de conclusão da obra foi prorrogado para setembro de 2012, entretanto há previsão de início dos testes de integração dos Sistemas Operacionais da 1ª etapa, até a Estação Santo Afonso, em janeiro de 2012.

Quanto à implantação do Sistema de Veículos sobre Trilhos Elevados (Aeromóvel), em Porto Alegre, a obra encontra-se com execução de aproximadamente 62% e previsão de término para junho de 2012. A execução das obras civis da via elevada, estrutura de suporte e propulsão do veículo encontra-se 56% concluída com previsão do término em abril de 2012. Os primeiros veículos ficarão prontos em abril de 2012 e o contrato para construção de duas estações de embarque e desembarque foi assinado no dia 4 de novembro de 2011, com previsão de término para junho de 2012. Trata-se de uma construção inédita no Brasil, de um Sistema APM (*Automate People Mover*) que irá ligar o novo terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre à Estação Aeroporto da Trensurb, com objetivo de facilitar o acesso às dependências do sítio aeroportuário e incentivar a redução do uso de veículos automotores. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Este é um projeto-piloto que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e também servir de modelo para outros sistemas do País para incrementar a mobilidade urbana em condições similares.

Os outros investimentos em transporte metroferroviário operados ou descentralizados pelo Governo Federal mantiveram o ritmo de investimento observado nos últimos anos, o que proporcionou aumento no número de passageiros transportados. Considerando os sistemas de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió, foi atingida uma demanda atendida de 139 milhões de passageiros, superando em 10,4% o resultado alcançado em 2010. Da mesma forma, a média diária atingiu 454 mil passageiros transportados, valor 10% maior que o apurado em 2010. Os dois maiores sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada em relação ao ano de 2010, de 13% e 12%, respectivamente, superando as metas previstas.

O Governo Federal realizou em 2011 uma série de investimentos nos sistemas administrados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), além de Salvador e Fortaleza, já transferidos à gestão local. Os sistemas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Fortaleza contam com recursos do PAC, o que assegura um avanço regular aos projetos. Maceió teve iniciada, em 2009, a ação de modernização do sistema, com a contratação do fornecimento de frota de VLT e vem desenvolvendo ações visando ao preparo do sistema para operar com os novos veículos.

No ano de 2011, em Recife, o projeto das linhas Centro e Sul atingiu 92% de avanço físico. Foram iniciadas a duplicação e modernização da infra e superestrutura do trecho Cajueiro Seco-Cabo, tendo sido entregues os materiais contratados e iniciada a recuperação da Via Permanente da Linha Centro, atingindo-se 18% de avanço físico. Na construção civil concluiu-se 90% da nova estação Cosme e Damião, os terminais de integração de Aeroporto, Tancredo Neves e Cajueiro Seco e contratadas as construções dos terminais de integração de Joana Bezerra, Prazeres e Largo da Paz e obras-de-arte. Foram entregues três Veículos Leves sobre Trilhos (VLT) da frota contratada de oito unidades e iniciados os projetos para fabricação dos 15 Trens Unidades Elétricos (TUE) contratados para complementar a frota em operação nas linhas Sul e Centro.





Em Recife, é prevista para 2012 a conclusão de todas as obras civis; conclusão de mais 55% das obras de duplicação e modernização da infra e superestrutura do trecho entre Cajueiro Seco e Cabo para implantação dos VLT; recuperação da Via Permanente da Linha Centro e da construção da estação Cosme e Damião no trecho Tipi/Timbi; conclusão de 75% do terminal de integração de Joana Bezerra e de Prazeres; conclusão do terminal de integração de Largo da Paz, das obras do viaduto da 9ª Travessa, das construções e reformas das pontes sobre os rios Jaboatão e Pirapama; além da entrega dos últimos quatro VLT, com a realização dos testes dinâmicos, e continuação da fabricação dos 15 TUE, composição metroferroviária com tração elétrica e formada por carros motores e reboque, sendo que a entrega do primeiro TUE está prevista para início de 2013.

Em Salvador, o avanço verificado nas obras civis de implantação do Tramo I, Lapa-Acesso Norte, permitiu a conclusão das estações Campo da Pólvora, Acesso Norte, Lapa, Brotas e dos elevados Fonte Nova, Acesso Norte 1 e 2, e Bonocô 1, 2 e 3. A implantação da estação Bonocô atingiu 50% de avanço físico em 2011 e foram concluídos a duplicação da via permanente, o pátio auxiliar de manutenção (PAM) e o trecho em túnel e poços de ventilação, além de 95% dos sistemas de energia e operacionais. Os seis trens fornecidos pelo Estado da Bahia aguardam formalização do processo de doação para Prefeitura de Salvador, para viabilizar o início dos testes. No Tramo II, no trecho Acesso Norte-Pirajá, a obra está com avanço físico acumulado de 7,5%.

Na recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe, foram concluídos os serviços de via permanente, modernização de subestação e rede aérea. Foram também inauguradas quatro estações reformadas, além da recuperação da infraestrutura da ponte São João. Foram ainda entregues duas locomotivas recuperadas e o primeiro Trem Unidade Elétrico (TUE) e iniciadas as obras para substituição da estrutura metálica dos 15 vãos da ponte São João.

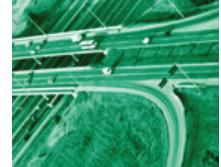
Prevê-se, para 2012, na implantação do trecho Lapa-Pirajá, a conclusão dos sistemas de energia e operacionais na estação Bonocô; a realização dos testes dinâmicos nos TUE, permitindo o início da operação assistida do Tramo 1, entre Lapa e Acesso Norte; e, em seguida, a operação comercial. Na implantação do Tramo 2, entre Acesso Norte e Pirajá, é prevista a retomada das obras no primeiro semestre. Já para o Trecho Calçada-Paripe, serão entregues mais dois TUE até o fim do primeiro trimestre. Também serão concluídas a substituição da superestrutura da ponte São João e a modernização do trecho ferroviário entre Calçada e Paripe.

Com os investimentos realizados no sistema de Fortaleza – Linha Sul, foram concluídas as melhorias nas estações em superfície, estação e elevado de Parangaba, via permanente do trecho em superfície, além de obras-de-arte. O trecho subterrâneo está 95% concluído, além de 85% do trecho subterrâneo em trincheira. A estação José de Alencar encontra-se 50% concluída e a estação Xico da Silva 60%. As obras civis do Centro de Controle Operacional/Centro Administrativo estão 80% prontas. Foram entregues quatro TUE. Na modernização do sistema da Linha Oeste, foram concluídas as obras de melhorias em nove estações, além dos serviços de recuperação de via permanente e estações. Também foram entregues 17 carros do tipo Pidner totalmente recuperados, bem como os quatro últimos VLT.

Para o ano de 2012, no sistema de Fortaleza – Linha Sul, destaca-se a conclusão das obras do trecho subterrâneo e do trecho subterrâneo em trincheira, das obras civis do Centro de Controle Operacional/Centro Administrativo, das estações de José de Alencar e Xico da Silva, a realização das licitações e o fornecimento de 30% dos sistemas fixos e aparelhamento de oficinas. Será concluída a rede aérea de tração no trecho entre Carlito Benevides e Parangaba, e a realização de testes dinâmicos em mais dois TUE, bem como o início da operação assistida em julho, de Carlito Benevides a Parangaba. Na linha Oeste, é previsto o início dos testes dinâmicos em quatro VLT e o início da operação assistida até fevereiro.

No Sistema de Trens Urbanos de Maceió, prosseguem as obras de recuperação da via permanente para operação com oito VLT. Foram concluídas a recuperação da superestrutura entre a Rua Dias Cabral e a Passagem de Nível Silvestre Péricles, bem como





a retirada da Feira do Passarinho permitindo a continuidade da vedação da faixa nesse trecho. Foram entregues as três primeiras composições de VLT. Para recuperar os danos causados pelas fortes chuvas ocorridas no Estado em 2010, que provocaram a interrupção de parte da operação do sistema, vêm sendo aplicados R\$ 15,2 milhões em obras de reconstrução das estações de Gustavo Paiva e Lourenço Albuquerque e a recuperação da via permanente.

Em 2012, está previsto o investimento de R\$ 4,0 milhões para continuidade das reformas das estações e a recuperação da via permanente, assim como a elaboração do projeto executivo para modernização dos sistemas de telecomunicações e sinalização já licitados, que viabilizarão a operação de oito VLT, dos quais os últimos cinco serão entregues ao longo do primeiro semestre.

Em Natal e João Pessoa, deu-se continuidade às ações que possibilitam manter o sistema em operação, como a execução de serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Destaca-se a aplicação de R\$ 1,69 milhão na retomada da recuperação de três carros de passageiros. Em Natal, o orçamento aprovado e liberado de R\$ 3,67 milhões foi aplicado na via permanente, com a licitação para aquisição de trilhos, dormente e fixações. O investimento alocado em cada um desses sistemas para 2012 destina-se à continuidade de ações visando restabelecer as condições mínimas de qualidade e segurança à operação, com a recuperação de trechos críticos da via permanente e da frota de material rodante.

9. Trânsito

A segurança no trânsito é um problema mundial, porém urgente no Brasil. Os índices de fatalidade na circulação viária representam uma das principais causas de morte prematura da população economicamente ativa. Em vista desse quadro, o Governo, em sintonia com a Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas que proclamou a década 2011-2020 como a “Década de Ação para Segurança Viária”, vem desenvolvendo ações com o objetivo de oferecer à sociedade brasileira trânsito seguro e de qualidade, promovendo a redução da gravidade e da ocorrência de acidentes no trânsito no País.

Nesse sentido, foi lançado o “Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida”, com o objetivo de mobilizar a sociedade visando atingir a ambiciosa meta de redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50% até 2020.

O programa de capacitação de profissionais de trânsito, em 2011, promoveu cursos que resultaram na capacitação de cerca de 2 mil profissionais de forma a contribuir para o fortalecimento do Sistema Nacional de Transito (SNT). Foram ainda distribuídos aos órgãos e entidades do SNT e profissionais envolvidos com o tema publicações técnicas e educativas para o exercício de suas atividades profissionais.

O Prêmio Denatran de Educação no Trânsito, em sua XI edição, tem por objetivo estimular a reflexão de crianças, jovens, educadores, profissionais de trânsito e profissionais de comunicação, sobre o trânsito no contexto da cidade, sua relação com o meio ambiente e qualidade de vida. Essa reflexão contribui para a formação de hábitos e a adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano. Por meio do certame, foram inscritos 4.175 trabalhos nas categorias: pré-escola; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos; educação especial; educador; educação no trânsito, obra técnica; comunicação e cidadania.



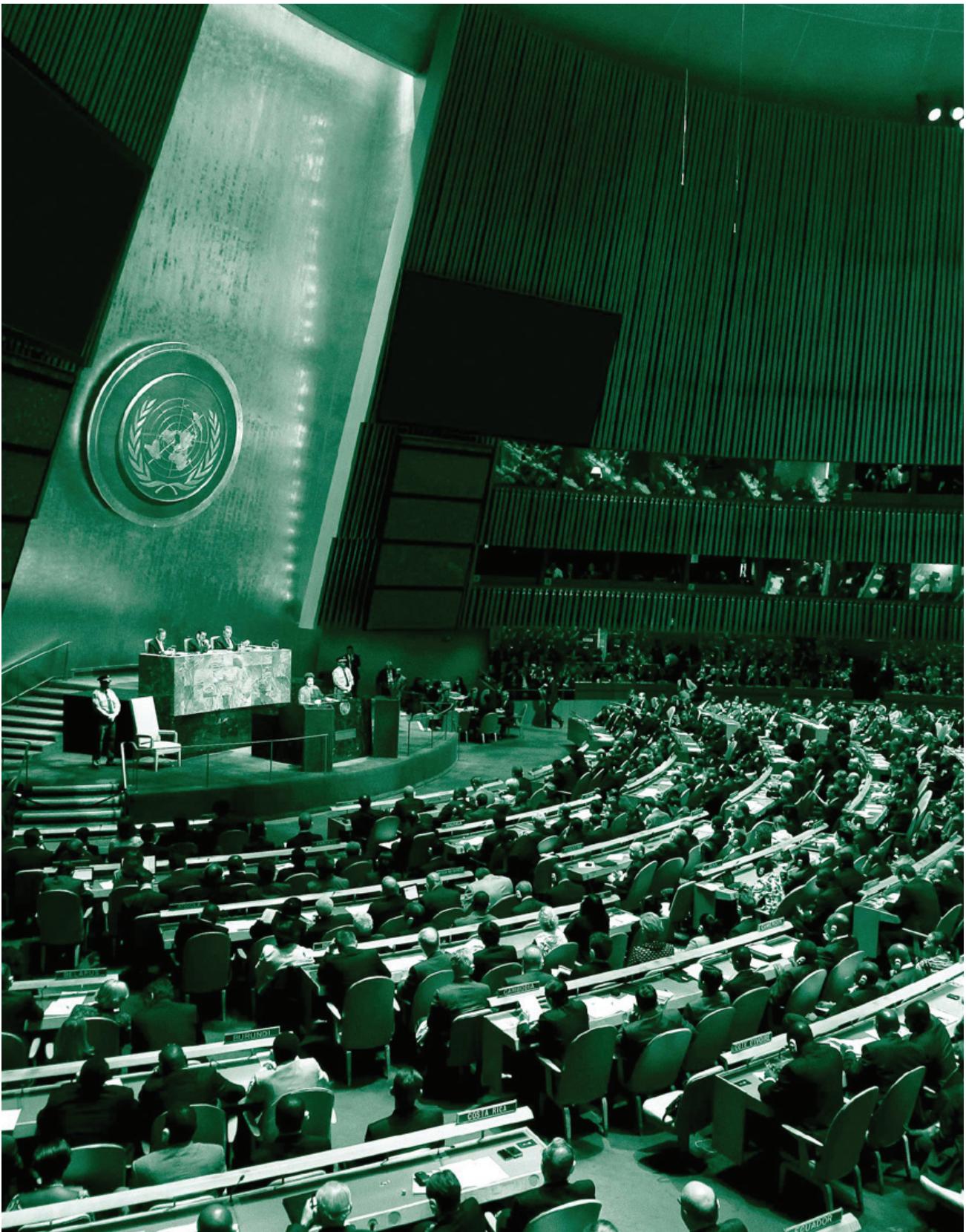


No exercício de 2011, foi possível investir na informação à população através de campanhas publicitárias educativas de trânsito com veiculação em âmbito nacional através de filmes para TV, *spots* de rádios, *folders* e cartazes para mobiliário urbano. Foram produzidos 15 filmes e *spots* sob os *slogans* “Pare e Pense” e “Pare, Pense e Mude” voltados para a mudança de comportamento da população em relação ao trânsito. Foram também utilizadas como mídias *busdoor*, *taxidoor*, anúncios em revistas, adesivos, cartazes e Internet.

Deve-se ainda mencionar a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas informatizados, que possibilitam o cadastro, o controle, a estatística e a integração dos órgãos do SNT, sendo os principais sistemas: Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), Registro Nacional de Condutores Habilitados (Renach), Registro Nacional de Infrações de Trânsito (Renainf), Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav), Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos (Simrav) e o Sistema Avisos de Risco (Recall).

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) elegeu para a Semana Nacional de Trânsito de 2011, comemorada anualmente no período de 18 a 25 de setembro, o tema “Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito – 2011-2020: Juntos Podemos Salvar Milhões de Vidas”, oportunidade em que foram desenvolvidas ações educativas pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em parceria com os Departamentos Estaduais e órgãos municipais de Trânsito. Para 2012, o plano de ação a ser desenvolvido está fundamentado nos pilares “engenharia, educação e fiscalização” e no Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década de 2011-2020.





**V - SOBERANIA NACIONAL:
PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO**



V – SOBERANIA NACIONAL: PRESENÇA ATIVA DO BRASIL NO MUNDO

1. Política Externa

A política externa brasileira caracteriza-se pela defesa dos interesses e valores nacionais. Para tanto, buscou-se em 2011 a construção e o fortalecimento de parcerias em um quadro de relacionamentos bilaterais marcado pela vocação de universalidade, além da forte presença brasileira em organismos multilaterais, tanto regionais quanto globais. Ao mesmo tempo, ações em favor da comunidade brasileira no exterior continuaram recebendo atenção prioritária.

Em 2011, trabalhou-se intensamente para que a ação externa contribuísse para a paz, o desenvolvimento com justiça social, o combate à pobreza, o avanço científico, a inovação tecnológica, o aperfeiçoamento do convívio democrático, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, e a valorização do conhecimento e da cultura.

A corrente de comércio brasileira, no acumulado de 2011, superou em 26% a corrente de comércio verificada em 2010. Com a América do Sul, o intercâmbio cresceu 21% em relação a 2010, ultrapassando novamente o volume de comércio com os Estados Unidos (EUA), representando 15,8% do comércio realizado com o mundo em 2011. No mesmo período, 85% das exportações brasileiras para a América do Sul concentraram-se em produtos industrializados.

Consciente de suas responsabilidades no plano internacional, o Governo brasileiro segue fortalecendo seu programa de cooperação técnica com países menos desenvolvidos e dá prosseguimento a suas atividades de assistência humanitária a países em situação de emergência. Nesse sentido, tem sempre presente a necessidade de que a assistência prestada se realize segundo o princípio da sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, a cooperação humanitária oferecida pelo Brasil se caracteriza pela preocupação em favorecer as compras locais e a agricultura familiar. Em 2011, o País empreendeu 41 ações de assistência humanitária, em montante total superior a US\$ 12,5 milhões, beneficiando 34 países da América Latina, África e Ásia.

O Brasil celebrou, em 2011, 166 atos internacionais bilaterais com mais de 50 países e organismos internacionais, desses 49% foram celebrados com países latino-americanos, 17% com países africanos e 11% com países asiáticos.

No esforço de ampliar a presença externa do Brasil proporcionalmente à crescente importância do País no cenário internacional, foram abertas oito novas Embaixadas em Freetown (Serra Leoa), Kathmandu (Nepal), Minsk (Belarus), Monróvia (Libéria), Sarajevo (Bósnia e Herzegovina), Talin (Estônia), Tbilisi (Geórgia), Nicósia (Chipre), além de novo Consulado-Geral em Faro (Portugal). Em dezembro, foram estabelecidas relações diplomáticas com o Reino de Tonga, o último país independente, membro da Organização das Nações Unidas (ONU), com o qual o Brasil ainda não as tinha.

a) Integração Regional

A América do Sul continua sendo a área de atuação prioritária da política externa brasileira. Em 2011, o Brasil seguiu empenhado no aprofundamento de suas relações com os países e agrupamentos de países das Américas do Sul, Central e do Caribe. Os êxitos dessas políticas foram visíveis, sobretudo na área comercial.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) deu início, em 2011, à implementação de um programa de trabalho de longo prazo – definido na Presidência *Pro Tempore* brasileira de 2010 – voltado ao aprofundamento dos três pilares da integração: o econômico-comercial, o social e o da cidadania.





Com relação ao primeiro pilar, o Mercosul avançou na execução do Programa de Consolidação da União Aduaneira, definiu novas bases para negociações em serviços, estabeleceu os elementos de um Acordo sobre investimentos e aprovou o Acordo sobre Defesa da Concorrência do Mercado Comum. No período, prosseguiu-se no fortalecimento institucional do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), mediante o reforço da Unidade Técnica, sediada em Montevidéu. A carteira de projetos do Focem já superou US\$ 1 bilhão.

No pilar social, avançou-se na elaboração do Plano Estratégico de Ação Social (Peas). O documento constitui um marco na definição de metas ambiciosas de desenvolvimento social regional, que vão além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (ODM). No pilar da cidadania, as instâncias do Mercosul retomaram seus trabalhos orientados para a implementação progressiva, nos próximos 10 anos, do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do Mercosul, que consolidará e ampliará um conjunto de direitos e garantias fundamentais que beneficiarão os cidadãos do Mercosul. Em 2011, iniciaram-se as atividades do Alto Representante-Geral do Mercosul, cargo criado em 2010.

Em dezembro, por ocasião da Cúpula de Montevidéu, foi aprovado mecanismo de elevação transitória de alíquotas para mercadorias importadas de extrazona até o nível consolidado na Organização Mundial do Comércio, cujo propósito é permitir uma resposta regional coordenada frente aos desafios da atual crise econômico-financeira dos países desenvolvidos. Os Chanceleres dos Estados Partes e dos Estados Associados assinaram, ainda, o Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia, que atualiza o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul de 1998. Na ocasião, foi firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Palestina. Também em 2011, o Parlamento do Mercosul retomou seus trabalhos e deu posse à nova bancada brasileira, indicada pelo Congresso Nacional. No Brasil, as primeiras eleições diretas para parlamentares do Mercosul estão previstas para 2014.

No contexto da institucionalização do processo integrationista, busca-se o fortalecimento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e de seus Conselhos setoriais. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência *Pro Tempore* do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da Unasul. Nesse período, foi elaborado e aprovado o Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022, bem como a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) da infraestrutura da América do Sul, que orientarão os trabalhos futuros do Conselho. Procedeu-se, também, à instalação do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças da Unasul, do qual o País participa ativamente na construção e no fortalecimento de mecanismos financeiros para a estruturação de uma nova arquitetura financeira regional.

No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), os Chanceleres dos Países-Membros firmaram a Declaração dos Países Amazônicos para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e o Compromisso de Manaus, que determina, entre outras iniciativas, a criação de instituição específica, na Região Amazônica, para tratar de temas relacionados à educação, ciência, tecnologia e inovação.

Na Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) foram registrados avanços nas negociações sobre regimes regionais de regras de origem, salvaguardas e solução de controvérsias, previstas para serem concluídas em 2012. A Certificação de Origem Digital, importante ferramenta de facilitação do comércio, está em etapa de testes e ajustes técnicos, no Brasil.

Em dezembro, realizou-se, em Caracas, a primeira Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), criada em fevereiro de 2010. Na ocasião, foi adotado o Documento de Procedimentos da Celac, que pôde, com isso, entrar em funcionamento. A Celac, que conta com a participação dos 33 países da região, estará voltada, sobretudo, para a promoção da cooperação, da concertação política e da projeção internacional da América Latina.





b) Relações Bilaterais

Em 2011, o Brasil intensificou sua agenda bilateral com os países latino-americanos nos campos político, econômico, de cooperação e de desenvolvimento. Na região, a Presidenta da República realizou, em 2011, visitas à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai, ao Peru e à Venezuela. O apoio a projetos de infraestrutura energética e logística, por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a exportações brasileiras, marcou fortemente a atuação brasileira na região.

Com a Argentina, foram obtidos em 2011 avanços na execução de projetos de interesse comum que integram o Mecanismo de Integração de Coordenação Brasil-Argentina (MICBA). Em particular, foram definidos: a divisão de tarefas técnicas e o cronograma para a construção de um satélite conjunto de observação costeira e oceânica; a assinatura de acordo de cooperação para o desenvolvimento conjunto de projeto de engenharia de reator nuclear multipropósito de pesquisa; e o lançamento da licitação dos estudos de viabilidade de duas usinas hidrelétricas no trecho compartilhado do rio Uruguai.

Com o Uruguai, foram registrados avanços nos projetos binacionais de integração fronteiriça e de integração da infraestrutura física, conforme cronograma acordado entre os dois países. Nesse contexto, destacam-se a elaboração dos estudos para construção de uma nova Ponte Internacional sobre o Rio Jaguarão; a reativação da interconexão ferroviária Cacequi – Santana do Livramento – Rivera – Montevidéu; e a construção da linha de transmissão de 500 kV entre San Carlos (Uruguai) e Candiota (RS), sendo os dois últimos financiados com recursos do Focem.

Com o Paraguai, foi iniciada a implementação de acordo que triplica o valor pago pela cessão de energia de Itaipu não consumida naquele país. Houve avanços na implantação de um sistema de transmissão elétrica de 500 kV, entre Itaipu e Villa Hayes (próximo a Assunção), com recursos de contribuições brasileiras ao Focem. Teve seguimento, igualmente, programa de regularização migratória da comunidade brasileira no Paraguai, implementado com o apoio do Governo brasileiro. Para 2012, além da prioridade conferida a esses temas, deverá ser aprofundada a cooperação em matéria de segurança.

No que diz respeito às relações com a Venezuela, até setembro de 2011, continuou-se avançando a cooperação em temas agrícolas, habitacionais e de planejamento econômico. O país tornou-se o segundo em volume de recursos na carteira do BNDES, sobretudo em função da presença de empresas brasileiras de construção civil na Venezuela.

Com a Bolívia, o ano de 2011 marcou o relançamento dos Comitês de Integração (instâncias de debates das comunidades fronteiriças dos dois países). Prosseguiu-se no diálogo bilateral com vistas a ampliar a cooperação em temas de defesa e segurança, especialmente para o combate ao problema das drogas. Em 2012, esses temas seguirão prioritários e deverá, ainda, ser intensificado o diálogo com vistas à regularização migratória dos brasileiros naquele país.

Com o Chile, prosseguiram-se as negociações do Acordo de Investimentos, iniciadas em 2010, e encetou-se a negociação de Acordo de Cooperação Antártica. Para 2012, está prevista a inauguração do Corredor Rodoviário Bioceânico Brasil-Bolívia-Chile e há perspectivas de cooperação na área de planejamento energético de longo prazo.

As relações com a Colômbia vêm ganhando em diversidade e intensidade. O ano de 2011 foi marcado pelo diálogo político de alto nível, não apenas sobre a agenda bilateral, mas também a respeito de temas de interesse regional e global (em 2011, Brasil e Colômbia coincidiram como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas). No plano econômico, sobressaiu o lançamento do Foro Brasil-Colômbia de Dinamização de Comércio e Investimentos, cuja plena implementação será prioritária em 2012.





Com o Equador, foi assinado em 2011 o Memorando de Entendimento para criação de Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, que permitirá manter diálogo fluido sobre novas possibilidades de cooperação, além de aprofundar a coordenação em foros regionais e multilaterais. Firmou-se, igualmente em 2011, o Memorando de Entendimento em Matéria de Monitoramento de Comércio, Investimento, Financiamento e Cooperação, com o objetivo de estabelecer mecanismos que facilitem o comércio, fomentem a cooperação bilateral e promovam um marco favorável aos investimentos.

Com o Peru, a eleição de Ollanta Humala em 2011 representa a nova prioridade atribuída pela sociedade peruana a programas de redução da desigualdade, área em que o Brasil tem grande disposição e experiência para cooperar. Em termos de integração física, destaca-se a conclusão das obras da Rodovia Interoceânica Sul, que conecta portos peruanos no Pacífico ao Estado do Acre, e a formação de grupo de trabalho para avaliar possibilidades de atuação conjunta no desenvolvimento de gasoduto e polo petroquímico no sul do Peru, que deverão demandar investimentos superiores a US\$ 16 bilhões.

Com o México, a relação continua a adensar-se e o Governo brasileiro tem buscado maior aproximação no plano comercial que permita ampliar de forma significativa o intercâmbio entre as duas maiores economias da América Latina.

No que concerne aos países da América Central, foram normalizadas as relações bilaterais com Honduras, na esteira do processo de reconciliação nacional e da readmissão do país na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com o Haiti, onde se mantém forte a presença brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), o Brasil continua participando das atividades de reconstrução, após o terremoto de 2010. Logrou-se avanço no programa de cooperação na área de saúde. Segue em processo de implementação o projeto que resultará na construção da Hidrelétrica de Artibonite 4C, com a assinatura do contrato que viabilizará a realização de estudos de realocação e de impactos ambientais.

Em 2011, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos seguiram sendo fortalecidas, em bases equilibradas. Por ocasião da visita ao Brasil, em março de 2011, do Presidente norte-americano, foram assinados dez atos bilaterais, incluindo os Acordos de Serviços Aéreos, de Comércio e Cooperação Econômica e de Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Ademais, três dos mais de 20 mecanismos de cooperação bilateral foram alçados ao nível estratégico – os Diálogos de Parceria Global, de Energia e de Economia e Finanças – com o mandato específico de reportar resultados diretamente aos Presidentes.

No plano das relações com a Europa, o Brasil aprofundou a Parceria Estratégica com a União Europeia (UE) por meio da adoção, na V Cúpula Brasil-UE, do Plano de Ação Conjunta para o triênio 2012-2014. A Presidenta da República realizou, em 2011, visitas oficiais a Bélgica, Bulgária e Turquia, bem como escalas de trabalho em Portugal e Grécia. Visitaram o Brasil 14 Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários: da Albânia, Alemanha, Croácia, Dinamarca, Espanha, França, Geórgia, Letônia, Macedônia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Ucrânia. O Vice-Presidente da República visitou a Rússia para participar da V Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação. Em 2012, o Brasil sediará a VI Cúpula Brasil-UE.

As relações do Brasil com países da África foram aprofundadas e diversificadas ao longo de 2011. Em outubro, a Presidenta da República realizou visita oficial à África do Sul, Moçambique e Angola. O desenvolvimento das relações com o continente africano expressou-se também pelas visitas do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Além de acompanhar as visitas presidenciais, o Chanceler realizou viagens a dez países africanos: Egito, Guiné (Conacri), Guiné-Bissau, Angola, Namíbia, África do Sul, Cabo Verde, Marrocos, Gana e Guiné Equatorial. Ademais, realizaram-se reuniões das Comissões Mistas com cinco países: Senegal, Benin, Zâmbia, Namíbia e República Democrática do Congo. Refletindo as boas perspectivas de





desenvolvimento na África, o Brasil dispõe hoje de 37 embaixadas no continente africano, sendo o oitavo país em número de representações diplomáticas na região.

Nesse período, o Brasil recebeu visitas bilaterais do Primeiro-Ministro da Tanzânia, do Vice-Presidente de Gana, do Vice-Primeiro-Ministro de Maurício e do Presidente da Guiné, que também participou do Encontro Ibero-americano em comemoração ao ano Internacional dos Afrodescendentes (16 a 19 de novembro de 2011).

No Norte da África, o Brasil acompanhou atentamente os processos políticos de transição, denominados Primavera Árabe. Preparou missões de consultas políticas à República Árabe do Egito, à Tunísia, à Argélia e à Líbia, entre as quais se destacam a II Reunião de Consultas Políticas com o Egito, e o contato com o Conselho Nacional de Transição da Líbia. Houve igualmente presença brasileira na missão de Observação Eleitoral para o Referendo sobre a Independência do sul do Sudão bem como missão oficial por ocasião da cerimônia de independência do país.

Com o apoio brasileiro, o combate ao HIV/Aids na África Subsaariana entrará em uma nova fase em 2012. A finalização da reforma do prédio que abrigará a Fábrica de Antirretrovirais, em Moçambique, viabilizará o início da produção autônoma de medicamentos naquele país, os quais poderão ser exportados para toda a região, reduzindo a dependência do continente africano nesse campo.

O Brasil participou ativamente do XVI Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), durante o qual foi aprovado o Roteiro CEDEAO-CPLP para a Reforma do Setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau. Realizou-se em Brasília, também em 2011, o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, com vistas a aprofundar e consolidar a participação social nos trabalhos da Comunidade. Em 2012, o Brasil continuará apoiando o fortalecimento da CPLP em suas três vertentes de atuação: diálogo político-diplomático, promoção e difusão da língua portuguesa e cooperação em todas as áreas.

Apesar do aumento da instabilidade política em diversos países do Oriente Médio, o Brasil deu continuidade, em 2011, ao processo de intensificação do diálogo político e econômico com a região.

O Ministro das Relações Exteriores visitou o Catar em março de 2011. O intercâmbio comercial do Brasil com Arábia Saudita, Catar, Omã e Emirados Árabes Unidos alcançou os valores mais elevados da série histórica. Foi o resultado da política de intensificação das visitas de alto nível de autoridades brasileiras aos países mencionados, desde 2009. Foram igualmente reativados, em 2011, os mecanismos bilaterais de comissão mista com o Iraque e com os Emirados Árabes Unidos, assim como inaugurado o mecanismo de consultas políticas com o Catar.

O Brasil, que já havia reconhecido o Estado da Palestina em dezembro de 2010, apoiou o pleito palestino por admissão como membro pleno na Organização das Nações Unidas (ONU). Em outubro, o País votou favoravelmente ao ingresso do Estado da Palestina na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). As relações com Israel mantêm-se ativas. Em 2011, três Ministros israelenses visitaram o Brasil e realizaram-se a VI Reunião de Consultas Políticas Bilaterais com Israel e a III Reunião de Consultas Políticas Bilaterais com a Palestina. Nos diversos foros em que o tema é discutido – como a ONU, o Fórum Ibás (Índia, Brasil e África do Sul) e o grupo Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) –, o Brasil propugnou a retomada de negociações entre israelenses e palestinos rumo a um acordo de paz definitivo, com base nas resoluções relevantes das Nações Unidas, e defendeu que o Conselho de Segurança assuma mais plenamente suas responsabilidades neste que é um dos mais graves problemas da agenda internacional. O objetivo é a consolidação de um Estado Palestino independente e soberano, democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, nas fronteiras existentes em 1967 e com capital em Jerusalém Oriental, que viva em paz e segurança com o Estado de Israel.





As relações com o Líbano também tiveram destaque em 2011. Atendendo a convite da ONU, o Brasil passou a comandar, no dia 24 de fevereiro, a Força-Tarefa Marítima, pertencente à Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), que tem sob seu comando oito navios de cinco nacionalidades: Alemanha, Bangladesh, Grécia, Indonésia e Turquia. Em novembro, a Fragata União (F-45), da Marinha do Brasil, foi incorporada à Força-Tarefa Marítima da Unifil.

O Brasil tem agido de maneira propositiva quanto à crise síria, buscando contribuir para uma solução pacífica para a questão. Em agosto, o Brasil e seus parceiros do Ibas realizaram gestão conjunta em Damasco junto ao Governo sírio. Em novembro, o Brasil e seus parceiros do Brics emitiram declaração sobre a situação no Oriente Médio e no Norte da África, reiterando que a crise síria deve ser superada por meio de negociações pacíficas.

Buscou-se, ao longo do ano, dar continuidade ao processo de aprofundamento da cooperação brasileira com países da Ásia e da Oceania. No âmbito político, destaca-se a realização, em abril, de visita de Estado da Presidenta da República à China. A visita lançou as bases para um salto qualitativo no relacionamento bilateral, na perspectiva de uma diversificação dos fluxos de comércio e investimentos, o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação e a intensificação do diálogo político, nos planos bilateral, plurilateral e multilateral.

Merce registro, ainda, a visita ao Japão do Ministro de Relações Exteriores, em abril, em solidariedade aos danos causados pelo forte terremoto que atingiu aquele país. À visita sucedeu-se a ajuda oficial do Governo brasileiro para auxiliar na recuperação do país após a tragédia, que motivou também intensa mobilização de diversos segmentos da sociedade brasileira. Em junho, visitou o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, após participação na XLI Cúpula do Mercosul, em Assunção.

No âmbito dos países do Sudeste Asiático, em 2011, foram realizados encontros da Presidenta da República com o Presidente da Indonésia e com o Primeiro-Ministro de Cingapura à margem da Cúpula do G-20, em novembro. No mesmo mês, o Chanceler brasileiro visitou a Indonésia, por ocasião da XIX Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Na ocasião, foi assinada a Declaração de Intenção de Adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC).

Foi realizada visita do Ministro das Relações Exteriores ao Sri Lanka, a primeira de um Chanceler brasileiro àquele país, bem como duas visitas à Índia, em março e em dezembro, na III Reunião do Diálogo Estratégico e na V Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia.

O relacionamento com a Coreia do Sul foi marcado pelo aumento dos investimentos no Brasil e pela intensificação da agenda em setores de alta tecnologia. Ressaltam-se os investimentos coreanos em semicondutores e prospecção de petróleo em águas profundas, além dos instrumentos bilaterais firmados em tecnologia da informação e *software*.

Em solidariedade ao povo da Coreia do Norte em função da grave escassez de alimentos ali vivida, o Brasil realizou duas doações ao país, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Da mesma forma, foram feitas doações para ajuda humanitária ao Paquistão e ao Sri Lanka.

c) Diplomacia Multilateral e Participação do Brasil nos Grandes Debates da Atualidade

Em 21 de setembro de 2011, o Brasil abriu, mais uma vez, a sessão da Assembleia Geral da ONU. Esta foi a primeira vez que os debates foram abertos por uma mulher. A Presidenta avaliou estarmos vivendo momento delicado da história, que é, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade. Ressaltou a necessária reformulação dos mecanismos de governança global, inclusive no que se refere à reforma do Conselho de Segurança. Alertou para a necessidade de ação concertada da comunidade





internacional para fazer frente à crise financeira, que vem produzindo um agravamento do problema do desemprego. Destacou a importância de substituir teorias defasadas por novas formulações, encontrando um equilíbrio adequado entre os inevitáveis ajustes fiscais e os estímulos fiscais necessários para a retomada do crescimento.

No mesmo discurso, a Presidenta da República lançou a proposta brasileira de discussão do conceito da “responsabilidade ao proteger”, como complemento necessário da noção, já consagrada, da “responsabilidade de proteger”. A proposta do Brasil destaca a necessidade de que a autorização do uso da força pelo Conselho de Segurança só ocorra como último recurso, tendo presente a importância de não causar à população civil dano ainda maior do que aquele que se pretende evitar. Assinala, ademais, ser necessário que as Nações Unidas realizem um acompanhamento efetivo das ações militares realizadas em seu nome, exercendo plenamente a “responsabilidade ao proteger”.

O Brasil completou, em 2011, seu décimo mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança, durante o qual reafirmou seu apego à paz, ao direito internacional e à diplomacia preventiva. Durante a sessão da Assembleia Geral da ONU, o Brasil foi eleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), órgão responsável por temas econômicos, sociais, culturais e educacionais.

Em 2012, o Brasil continuará, em conjunto com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão), a dar impulso às negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Promoverá o conceito de “responsabilidade ao proteger”, no contexto da proteção de civis em conflitos armados, e contribuirá para a revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (Zopacas). Integrada por 24 países latino-americanos e africanos, a Zopacas valoriza o espaço comum propiciado pelo Atlântico Sul em razão do grande potencial que encerra para o desenvolvimento socioeconômico dos países costeiros, a ser alcançado por meio da cooperação entre os Estados-Membros. Busca, igualmente, sua consolidação como zona de paz e cooperação, livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.

Com relação ao Ibás, ressalta-se a realização, em Pretória, da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo. O encontro permitiu ampliar a coordenação política, tendo em vista, sobretudo, o fato de os três países terem ocupado assentos não permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2011.

O Brasil também participou da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Brics, em Sanya, China, em abril de 2011. O encontro consagrou o mecanismo como importante plataforma para o tratamento de temas de grande relevância para a reforma da governança global, dispondo, ainda, de amplo potencial de cooperação em setores estratégicos, como saúde, agricultura, e ciência e tecnologia. A III Cúpula confirmou o ingresso da África do Sul no agrupamento, transformando o Bric em Brics.

Na área de desenvolvimento sustentável, o Brasil adotou diversas medidas no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada no Rio de Janeiro, entre 13 e 22 de junho de 2012.

Em junho, a Presidenta da República criou, por decreto, a Comissão Nacional para Rio+20, copresidida pelos Ministros das Relações Exteriores (MRE) e do Meio Ambiente (MMA), e responsável pela preparação do País para o evento. Foi ainda estabelecido o Comitê Nacional de Organização, vinculado ao MRE, responsável pelo planejamento logístico e pela execução de medidas necessárias à realização da Rio+20.

Para discutir os principais temas da Conferência, foram organizadas três reuniões da Comissão Nacional, de que participaram ativamente representantes do Congresso Nacional. Durante o ano, o Brasil ainda participou das reuniões





internacionais do processo preparatório, tanto aquelas organizadas pelas Nações Unidas quanto aquelas promovidas por iniciativas individuais de países.

Na área de mudança do clima, o Brasil engajou-se nos esforços de fortalecimento da resposta multilateral ao aquecimento global. Participou de negociações para avançar o detalhamento e a operacionalização de novas instituições do regime de clima acordadas na Conferência de Cancún, como o Fundo Verde para o Clima, o Comitê de Financiamento, o Mecanismo Tecnológico e o Comitê de Adaptação. A Conferência de Durban, em dezembro de 2011, avançou no sentido da aprovação de novas metas sob o Protocolo de Quioto, tornando possível a continuidade da vigência desse instrumento internacional. O Brasil ainda exerceu com a França a copresidência da parceria interina sobre redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+).

No âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, o Brasil assinou o Protocolo de Nagoia sobre Acesso e Repartição de Benefícios, adotado em 2010. O Brasil é considerado o país de maior diversidade biológica do mundo e o Protocolo é um passo importante para a garantia dos direitos dos países megadiversos, povos indígenas e comunidades locais sobre seus recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A ratificação do Protocolo será analisada pelo Congresso Nacional. O Brasil também logrou aprovação de seu Programa Nacional para a Eliminação de HCFCs (hidroclorofluorcarbonos) no âmbito do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

Em temas referentes ao mar, destacou-se, em 2011, a continuidade dos trabalhos do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (Leplac), principalmente o processamento e a interpretação de novos dados coletados na área.

Na área de desarmamento e não proliferação, o Brasil participou da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e presidiu a Conferência Ministerial da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre Segurança Nuclear, ambas motivadas pelo acidente nuclear ocorrido no Japão. Foram organizados eventos em comemoração aos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc). A reunião serviu para consolidar o caráter estratégico da parceria entre os dois países no uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Importante decisão, nesse sentido, foi tomada pelo Grupo de Supridores Nucleares (NSG), que considerou que o Acordo Quadripartite entre o Brasil, a Argentina, a Abacc e a AIEA atende aos mais elevados padrões internacionais em matéria de salvaguardas e constitui critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA).

Em março de 2011, foi assinado o Acordo-Quadro entre o Brasil e os EUA sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Após aprovação pelo Congresso Nacional, o documento substituirá o Primeiro Acordo de Cooperação (1996). O novo texto define os termos e as condições de cooperação entre os governos e suas agências – Agência Espacial Brasileira (AEB) e *National Aeronautics and Space Administration* (Nasa) – para exploração e uso pacífico do espaço exterior em áreas de interesse comum e com base na igualdade e no benefício mútuo.

No âmbito do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil tem ampliado o diálogo com os países vizinhos, por meio de Comissões Mistas sobre Drogas e Problemas Conexos, a exemplo daquelas mantidas com Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru. No plano regional, o tema tem sido tratado no âmbito do Conselho da Unasul sobre o Problema Mundial das Drogas, além da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso das Drogas (Cicad).

A Presidenta da República, junto com o Presidente dos Estados Unidos, à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), lançou a Parceria para o Governo Aberto (*Open Government Partnership*), que congrega governos e organizações da sociedade civil em torno do compromisso global de transparéncia governamental. Realizar-se-á, no primeiro semestre de 2012, em Brasília, a reunião ministerial da Parceria, copresidida pelos Governos brasileiro e norte-americano.





Na área de direitos humanos e temas sociais, o Brasil desempenhou importante papel nas negociações que resultaram na adoção, durante a Centésima Conferência Internacional do Trabalho, realizada em maio e junho de 2011, da Convenção e da Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, marcos na proteção dos direitos desses grupos. O Brasil exerceu papel de liderança nas negociações da Declaração Política resultante do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/Aids, realizado em junho de 2011, em Nova York. Na ocasião, a comunidade internacional reafirmou o compromisso com ambiciosas metas de prevenção e tratamento. O Rio de Janeiro recebeu, em outubro de 2011, a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Governo brasileiro.

Em sua participação como membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, o Brasil atuou intensamente de forma a buscar redução da seletividade e da politização naquela instância. As críticas ali veiculadas não devem visar a singularizar ou estigmatizar alguns países e não outros; o exercício de Revisão Periódica Universal deve, sim, contribuir construtivamente para que todos os países possam progredir em seus desafios na área da proteção e promoção dos direitos humanos. Esta diretriz deverá nortear a atuação do Brasil em sua próxima participação no CDH, caso seja escolhido para voltar ao órgão em 2013, nas eleições que terão lugar no segundo semestre deste ano.

O País obteve expressiva vitória com a eleição, em junho, de um brasileiro para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A eleição do candidato nacional resultou de ampla mobilização diplomática brasileira. Refletiu a boa imagem conquistada pelo Brasil em razão dos avanços na área da segurança alimentar, em particular o êxito e a excelente repercussão internacional do Programa Fome Zero.

No âmbito da OEA, o Brasil obteve apoio de um número expressivo de países com vistas a impulsionar uma reforma da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). As alterações propostas visam assegurar à CIDH melhores condições para uma contribuição objetiva e positiva à promoção dos direitos humanos na região. A necessidade de reforma dos procedimentos da CIDH foi evidenciada, em abril de 2011, com a decisão proferida por aquele órgão no caso relativo à Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Como resultado do reconhecimento da importância crescente do Brasil no cenário energético mundial e das expectativas positivas para a produção de petróleo e gás natural, resultado das descobertas do Pré-Sal, o Brasil pôde acertar a criação de mecanismos de diálogo com parceiros importantes na área de energia. Na área de energias renováveis, o Brasil tem trabalhado com vistas a alçar os biocombustíveis ao nível de *commodity* internacional e, para isso, tem promovido estudos de viabilidade para produção de biocombustíveis em diversos países, como Zâmbia, Libéria e Guiné (no âmbito do relacionamento bilateral com esses países), além de Moçambique (em parceria com a União Europeia). Em cooperação com os EUA, outros países africanos e centro-americanos também foram contemplados. No âmbito do espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (Uemoa), a realização de estudo dessa natureza é objeto de acordo firmado entre o Itamaraty e o BNDES, em 2011. Vale destacar também a Parceria para o Desenvolvimento de Biocombustíveis de Aviação, assinada com os EUA, país com o qual o Brasil estabeleceu um Diálogo Estratégico em Energia. O Brasil permanece engajado nos debates em diversos foros e entidades de promoção dos biocombustíveis como a Parceria Global de Bioenergia (GBEP) e a Organização Internacional de Normalização (ISO).

No G-20, com a participação ativa do Brasil, ampliou-se a cooperação sobre energia. Os países do Grupo concordaram, durante a Cúpula de Cannes, em trocar experiências sobre a prevenção e mitigação de acidentes na exploração de petróleo no mar e na extensão de mecanismo sobre transparência nos mercados de petróleo e gás natural.





d) Negociações Econômico-Comerciais

Ao longo de 2011, o Mercosul e a União Europeia avançaram satisfatoriamente nas negociações do marco normativo do futuro Acordo de Associação Birregional entre os dois blocos. Foram registrados avanços nas negociações do capítulo sobre temas sanitários e fitossanitários do Acordo.

Em dezembro de 2011, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina. Prosseguiram também as conversações exploratórias com o Canadá, com o objetivo de alcançar um possível acordo de livre comércio com aquele país.

No âmbito da atuação brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) em 2011, cumpre destacar o avanço das negociações em torno de instrumento internacional sobre exceções e limitações aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura.

O Governo brasileiro lançou, em outubro, conjunto de medidas destinadas a reforçar as capacidades nacionais de defesa dos interesses comerciais do Brasil, em particular no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), ademais de ações de promoção comercial no exterior.

As medidas incluem: i) a assinatura de Protocolo de Intenções entre o Itamaraty e a Advocacia-Geral da União (AGU); ii) a inclusão, no currículo do Curso de Formação do Instituto Rio Branco, de disciplina denominada “OMC e Contenciosos”; iii) a viabilização de encontros regulares das áreas econômica e de promoção comercial do Itamaraty com lideranças empresariais brasileiras; iv) a elaboração, por nossas Embaixadas, de estudos analíticos sobre barreiras comerciais ao produto nacional; v) a constituição de uma Força-Tarefa destinada a monitorar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais com a China, diversificar nossa pauta exportadora e melhorar o conteúdo desse comércio; vi) o anúncio, em breve, do Acordo de Cooperação Técnica MRE-Ipea para a cooperação na realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo; e vii) a realização de nova edição do chamado Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro, destinada a qualificar diplomatas para a promoção de produtos agropecuários brasileiros no exterior.

O Brasil propôs, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, debate acerca da relação entre taxas de câmbio e comércio internacional, à vista das distorções que as flutuações das taxas de câmbio vêm gerando no comércio internacional, com perda de competitividade para a produção de países cuja moeda nacional se veja excessivamente apreciada.

No que se refere ao processo de adesão da Rússia à OMC, concluído em 2011 após 18 anos de negociações, o Brasil trabalhouativamente para garantir que seus interesses comerciais fossem atendidos, por meio de melhores condições de acesso ao mercado russo para as exportações brasileiras de carne bovina, suína e de aves. A adesão do país representa a inclusão de um mercado significativo no sistema multilateral de comércio, regido por regras que tornarão o comércio do Brasil com aquele país mais previsível e mais seguro.

Merece ainda destaque a participação do Brasil na IV Conferência das Nações Unidas para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), em maio de 2011, e a assinatura, em março, do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica Brasil-EUA.

Na esfera do G20, o Brasil exerceu papel ativo em prol de mudanças na governança econômica mundial e contribuiu para lograr importantes resultados na Cúpula de Cannes, quais sejam: i) aprovação do Plano de Ação, contemplando compromissos dos países-membros, inclusive no curto prazo, em prol da recuperação mundial; ii) definição de regras mais





estritas para a regulação e supervisão das Instituições Financeiras de Importância Sistêmica Global (bancos considerados grandes demais para falir); e iii) aprovação do Plano de Ação sobre Volatilidade dos Preços dos Alimentos e Agricultura, o que deverá contribuir para ampliar a transparência dos mercados agrícolas e para promover o desenvolvimento da agricultura dos países mais pobres.

Em meio à crise da Zona do Euro, o Governo brasileiro exerceu liderança, ao ser o primeiro país não integrante da Zona a manifestar disposição de contribuir, por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), para a solução coletiva da crise europeia. No plano bilateral, o Brasil concluiu a renegociação dos valores das dívidas de Antigua e Barbuda, República do Congo, República Democrática do Congo e Zâmbia; e avançou nos trâmites internos para o envio dos contratos relativos às dívidas de Gabão e Senegal ao Senado Federal.

O Brasil logrou eleger, ainda, candidato nacional ao cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC).

No campo da promoção comercial, o ano de 2011 foi marcado por amplo leque de atividades, que deverão ser aprimoradas e ampliadas no exercício de 2012, em conformidade com a recém-elaborada Estratégia Nacional de Exportações. Por ocasião de visitas oficiais ao exterior da Presidenta da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, além de outras autoridades do Governo brasileiro, foram organizados, em 2011, eventos empresariais com a participação de empresários brasileiros. Ademais, o Governo brasileiro prestou apoio a missões empresariais brasileiras ao exterior e a missões empresariais estrangeiras ao Brasil. Foram realizados seminários e reuniões empresariais, dentre outros, na China, Bulgária, Turquia e em Moçambique, além de encontro empresarial à margem da Cúpula dos Brics, Encontro Brasil-Alemanha (no Rio de Janeiro), Fórum de CEOs Brasil-EUA e Conselho Empresarial Brasil-Suécia, em Brasília.

Com base na Estratégia Nacional de Exportações do Programa Brasil Maior e no desenvolvimento de Programa de Planejamento Estratégico de Promoção Comercial (Pepcom), as repartições diplomáticas brasileiras foram instruídas a identificar, para 2012, potenciais nichos de comércio para a exportação de produtos brasileiros.

Em 2011, foram também realizadas 103 feiras e eventos em setores econômicos diversos, tais como alimentos, turismo, calçados, além de mostras de caráter multisectorial propostas pelos Setores de Promoção Comercial (Secoms) das repartições diplomáticas brasileiras no exterior e por parceiros como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Instituto Brasileiro do Vinho e a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira. Trabalhou-se, em parceria com a Embratur, para a promoção do Brasil como destino turístico no exterior.

Em 2011, no âmbito do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (Sipri), foi lançada ferramenta digital que visa a facilitar o cruzamento de dados sobre demandas de investimentos entre empresas nacionais e estrangeiras, incluindo informações sobre empresas estrangeiras interessadas em investir no País. Para o exercício de 2012, serão aprofundados o planejamento e o acompanhamento da logística das atividades voltadas para a captação de investimentos e a transferência de tecnologia para empresas. Em coordenação com outras entidades públicas e privadas serão também intensificados treinamentos para funcionários que trabalham na área de promoção comercial.

e) Cooperação Técnica

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil concentrou-se, em 2011, nas áreas de agricultura (incluindo segurança alimentar), formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, trabalho,





desenvolvimento urbano e bioenergia. Foram realizadas 706 iniciativas de cooperação técnica, ao custo de cerca de US\$ 30 milhões, alcançando 93 países em desenvolvimento da África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania. Embora tenham sido priorizados projetos no Haiti, Timor-Leste, Paraguai e em países de língua portuguesa da África, foram atendidas demandas de cooperação de um elevado número de países com os quais o Brasil não mantinha atividades, sobretudo no Caribe, no Sudeste Asiático, na Ásia Central e no Pacífico.

Adicionalmente, a cooperação trilateral permite potencializar a cooperação técnica Sul-Sul bilateral do Brasil. Parcerias trilaterais estão sendo executadas com Japão, EUA, Alemanha, Espanha, Canadá, Itália, Austrália, França e Reino Unido. Junto aos organismos internacionais, foram executados novos projetos no âmbito da cooperação trilateral com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Relativamente à cooperação esportiva, o Governo brasileiro ofereceu a países parceiros cursos de capacitação para treinadores, preparadores físicos e árbitros de futebol. Em 2011, foram diretamente capacitados profissionais de 42 países – dentre os quais, todos os da América Central e do Caribe, do Ibas e da vertente asiática do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal). Em 2012, espera-se capacitar profissionais de no mínimo 40 países.

Foi plenamente incorporada, às ações de política externa, a preparação para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. As iniciativas tomadas nesse campo ensejaram o estreitamento de vínculos com outros países que já sediaram megaeventos esportivos. Em 2011, foram assinados acordos de cooperação e de troca de informações com o Canadá, com a China e com os EUA. Previamente, haviam sido assinados acordos com África do Sul, Alemanha, Austrália e Reino Unido. Negocia-se, para 2012, a assinatura de acordo similar com a Rússia.

f) Cooperação em Ciência e Tecnologia e Diplomacia Cultural

Em ciência, tecnologia e inovação, foi dada prioridade à obtenção de condições propícias para a execução do Programa Ciência sem Fronteiras, que prevê o envio de 75 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para formação em instituições de excelência no exterior, especialmente na área das ciências exatas, no contexto do esforço do Governo brasileiro de proporcionar elementos importantes de competitividade à economia nacional. O tema recebeu destaque, em particular, nos contatos de alto nível mantidos com dignitários de países que são sedes de instituições de ciência e tecnologia de primeira linha.

Nos foros multilaterais sobre Governança da Internet, o Brasil defendeu a gestão transparente, democrática, multilateral e multissetorial, levando em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. O Brasil organizou seminário sobre Governança da Internet no Ibas.

A campanha de adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV digital prosseguiu em 2011, com envio de missões a Angola e Botsuana. Em 2012, serão intensificados os esforços de atração de outros países ao padrão nipo-brasileiro, sobretudo na América Central e na África.

No plano cultural, manteve-se como uma prioridade da ação externa do Brasil a promoção da língua portuguesa e a projeção da imagem e da cultura do Brasil. Nessa área, destacou-se, em 2011, a inauguração, em Beirute, do Centro Cultural Brasil-Líbano (CCBL). É a 22ª unidade da Rede de Centros Culturais Brasileiros no Exterior e a primeira situada no Oriente Médio.





No âmbito do Programa de Leitorados, foram preenchidas 11 vagas de leitorados em Bogotá, São José, Londres, Praia, Pretória, Bangkok, Camberra, Porto Rico e Heidelberg. Inaugurando nova linha de atuação na política de promoção da língua portuguesa, foram realizados dois cursos de Formação de Professores de Português como Língua de Herança (POLH). Para 2012 está prevista a realização de mais três edições do curso, com o objetivo de atender à diáspora brasileira na Europa, no Japão e nos EUA.

Na área de artes visuais, destacaram-se as participações brasileiras na 54ª Mostra Internacional de Arte da Bienal de Veneza e na XII Bienal de Istambul. Teve grande importância, igualmente, a Exposição Mitologias/Mythologies, de artistas brasileiros emergentes, inaugurada em dezembro, em Paris. O Brasil participou ainda, como país homenageado, do 23º Festival Internacional Europalia, na Bélgica e nos países vizinhos, de outubro de 2011 a janeiro de 2012. Estão previstas, para 2012, a participação do Brasil como país homenageado na Feira do Livro de Bogotá, e a realização do Ano do Brasil em Portugal.

O Governo apoiou a participação brasileira em eventos internacionais e a organização de mostras concernentes à promoção do audiovisual brasileiro. A execução de pesquisas de mercado audiovisual buscou identificar oportunidades comerciais para a produção brasileira em outros países. No ano de 2011, foram publicados dois novos exemplares da coleção Mundo Afora: Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Políticas de Inclusão de Afrodescendentes. Para 2012, está prevista a publicação de novos números da série Mundo Afora, os quais versarão sobre intercâmbio educacional – que procurará examinar as experiências de outros países, similares ao recém-criado Programa Ciência sem Fronteiras – e sobre políticas de combate à discriminação por orientação sexual.

g) Comunidades Brasileiras no Exterior

Em 2011, o Governo atendeu a dezenas de demandas consignadas na Ata Consolidada de reivindicações de brasileiros no exterior, em cumprimento ao Plano de Ação aprovado em maio, por ocasião da I Reunião Ordinária do Itamaraty com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

No mesmo ano, foram realizadas outras ações com vistas ao atendimento ao Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010, que estabelece diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. O Governo brasileiro patrocinou, por exemplo, eventos nos EUA, na Europa e na Ásia destinados a reforçar a união e a integração de brasileiros expatriados e a preservação dos seus vínculos com o Brasil.

No que se refere a comunidades brasileiras específicas no exterior, o Brasil atuou em diversas frentes em 2011. No Paraguai, prosseguiu amplo programa de regularização migratória de brasileiros, que ao final do ano já havia beneficiado mais de 10 mil concidadãos. Na Bolívia, além dos reassentamentos no próprio país realizados em cooperação com a Organização Mundial para as Migrações (OIM), continuou-se o processo de repatriação e instalação em lotes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de nacionais brasileiros residentes na faixa de fronteira, cuja permanência não é autorizada pelo Governo boliviano. Mantiveram-se os esforços no sentido de instar aquele Governo a iniciar processo de regularização de nacionais brasileiros, ao tempo em que, no mesmo exercício, foram regularizados cerca de 50 mil bolivianos no Brasil. Continua em funcionamento o Consulado Sazonal em Puerto Evo Morales, para apoio aos brasileiros na fronteira com o Acre. Com relação à Guiana Francesa, foi negociado sistema de residentes transfronteiriços a ser adotado na operação da ponte sobre o rio Oiapoque.

Durante 2011, crises ou catástrofes em várias regiões do mundo exigiram providências do Governo brasileiro e de suas representações no exterior para apoio, orientação, repatriação ou evacuação de brasileiros sob risco. Graças ao Sistema





Consular Integrado (SCI) e seus recursos de processamento remoto, foi possível providenciar documentos para que nossos nacionais pudessem ingressar ou transitar em terceiros países.

Destaca-se o desenvolvimento de projeto-piloto de internacionalização do Ligue-180. O serviço possibilita a brasileiras residentes em Portugal, Espanha e Itália, que se encontrem em situação de violência ou tráfico, ligar diretamente para a central telefônica em Brasília.

Em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), foi elaborada e divulgada cartilha jurídica voltada para os brasileiros desvalidos residentes no exterior. Essa cartilha explica formas de acionar a DPU, a partir do exterior, com vistas a obter assistência para solução de pendências jurídicas ou burocráticas no Brasil, sem necessidade de constituição de advogado.

A pedido de lideranças da comunidade brasileira no exterior, o Governo engajou-se em projetos de criação de Conselhos de Cidadania, similares aos Conselhos de Cidadãos, porém com membros eleitos pela comunidade local.

No âmbito de temas migratórios, desenvolveram-se em 2011 negociações de acordos para isenção de vistos – para fins de turismo e negócios – com a União Europeia e mais 19 países: Albânia, Arábia Saudita, Belarus, Belize, Bósnia-Herzegovina, Catar, Cingapura, Dominica, Emirados Árabes Unidos, Geórgia, Granada, Liechtenstein, Macedônia, Malta, Moldávia, Seicheles, Sérvia, Suíça e Ucrânia. Também foram negociados acordos para isenção de vistos aos portadores de passaporte diplomático com oito países: Arábia Saudita, Laos, Liechtenstein, Myanmar, Omã, Seicheles, Sri Lanka e Suíça. Com o Japão, negociou-se também um Memorando para extensão da validade de vistos de negócios para três anos.

Na área de cooperação jurídica internacional, foram assinados instrumentos sobre transferência de pessoas condenadas e cooperação em matéria penal com a Turquia e sobre cooperação em matéria civil com a Costa Rica. Foram concluídas negociações de instrumentos com Alemanha, Israel, China (Hong Kong) e Polônia. Estão em curso negociações de novos acordos nessas áreas com Bolívia, Costa Rica, Equador, Filipinas, França, China (Hong Kong), Indonésia, Itália, Paraguai, Rússia e Ucrânia.

Foram incorporados à rede de repartições diplomáticas brasileiras que contam com o Sistema Consular Integrado (SCI), o qual informatiza os processos de produção e controle de passaportes, vistos, atos notariais e outros documentos, os seguintes novos postos: Bruxelas, Cantão, Faro, Istambul, Monrovia, Nicósia, Nouakchott, Oyapock e Tirana.

2. Soberania

Em 2011, o Brasil deu prosseguimento às atividades de elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), que será apresentado à sociedade em 2012. Esse será um marco importante na consolidação do Estado democrático e no compromisso da manutenção do espírito cooperativo nas relações diplomáticas com os outros países. Nele estão contidos, de forma transparente, os dados relativos à defesa que ditam o pensamento atual e futuro sobre a estratégia que será adotada para proteção das riquezas naturais e manutenção da soberania brasileira.

Cumpre às Forças Armadas estabelecer e preservar um adequado ambiente de segurança para que esses desafios sejam superados, de maneira a garantir não somente a soberania nacional e a integridade territorial, mas a projeção regional, hemisférica e global do Estado brasileiro.





Para direcionar a atuação do Governo brasileiro em termos de soberania, a Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, encontra-se pautada por ações estratégicas de médio e longo prazos. Seu objetivo maior é a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas; a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e a implementação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Para o exercício de 2012, em vista do atual cenário político-econômico, está prevista a atualização de seu texto.

Sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial, as Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, também têm intermediado iniciativas do Governo de apoio ao desenvolvimento socioeconômico do País, tais como: i) apoio e assistência à população em casos de desastres e calamidades; ii) participação em campanhas de vacinação e enfrentamento de endemias; iii) reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; iv) atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, tais como as terras indígenas e as comunidades ribeirinhas da Amazônia; e, mais recentemente, v) realização de ações de colaboração com os governos estaduais para manutenção da lei e da ordem.

Uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Estado brasileiro tem sido integrar, efetivamente, a Região Amazônica ao resto do País, em particular a grande área situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

Nesse contexto, destaca-se o Programa Calha Norte (PCN), que tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação: i) manutenção da soberania e integridade territorial, conhecida como vertente militar do Programa; e ii) apoio às ações de políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional, que é a sua vertente civil.

Após a expansão ocorrida em 2006, a área de abrangência do PCN passou a compreender 194 Municípios localizados em seis Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira amazônica. Essa área de atuação corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas.

No âmbito da vertente militar do Programa, foram realizadas em 2011 diversas ações nas organizações militares localizadas na área de abrangência, destacando-se: i) o prosseguimento das atividades de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva em Barcelos (AM); ii) a adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira; iii) a implantação da Agência Fluvial em Humaitá (AM); iv) a aquisição e manutenção de embarcações dos Comandos dos 4º e 9º Distritos Navais, Capitanias, Delegacias e agências, do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia e da Comissão de Aeroportos da Amazônia; v) a assistência médica e odontológica às comunidades ribeirinhas, efetuadas pelas Forças Armadas; vi) a construção e reforma de imóveis residenciais e a dotação de infraestrutura nas vilas residenciais; e vii) a melhoria das condições operacionais dos hangares de manutenção de aeronaves das unidades sediadas na região.

Em sua vertente civil, o PCN possui mais de 1,2 mil empreendimentos em andamento, o que possibilitará o atendimento a demandas essenciais e a realização de obras de infraestrutura básica nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, energia e comunicações nas comunidades carentes da região abrangida.

Todo esse esforço objetiva, além da proteção da faixa de fronteira da região do PCN, a prestação de assistência às populações regionais, em atendimento ao propósito maior do Programa de “fixar o homem na região, aumentar a qualidade de vida das populações atendidas, integrar socialmente as comunidades isoladas e aumentar a presença do Estado na região”.





Para 2012, está prevista a continuidade das ações iniciadas, assim como a construção de portos, rodovias, escolas, universidades, hospitais e redes de energia elétrica. Essas ações serão viabilizadas por intermédio de convênios firmados com os Estados e os Municípios localizados na área de abrangência do Programa.

Na mesma região, o Brasil mantém o Programa de Cartografia da Amazônia, coordenado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam). Esse Programa tem por objetivo eliminar o vazio cartográfico na Região Amazônica, por meio da atualização da cartografia digital de última geração. Em 2011, foram produzidas 60% das cartas topográficas (terrestre, geológica e náutica) da região, trabalho que será concluído em 2014.

a) Participação do Governo Brasileiro em Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (Minustah) e Outras Missões de Paz

O Brasil tem atuado com contingentes em duas missões específicas da Organização das Nações Unidas (ONU): a Missão de Estabilização no Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Na primeira, atuam 2.166 militares das Forças Armadas brasileiras, constituindo quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia (BRAENGCOY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY). É o maior efetivo entre os países que participam da missão. Além disso, ressalta-se que, até o presente momento, o Comando do Componente Militar é exercido por um General brasileiro.

Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da Minustah, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições de segundo turno para Presidente. A missão possibilitou a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico. Atualmente, é reconhecida internacionalmente como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Na Unifil, o Brasil está empregando uma Fragata Classe Niterói, atuando com um efetivo de 253 militares da Marinha do Brasil. O Comando da Força-Tarefa Marítima da Unifil é exercido por um Almirante brasileiro.

Além da Minustah e da Unifil, as Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil contribuem com 90 militares e 36 policiais militares em 11 diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual participam como observadores. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos. Deverão ser mantidas, em 2012, as atuais conquistas brasileiras no campo das Operações de Manutenção da Paz da ONU e da OEA.

b) Operações Combinadas e Conjuntas

Em 2011, o Brasil, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) promoveu a realização de dois exercícios militares, focados no emprego conjunto das Forças Armadas, ou seja, sob coordenação centralizada e comando único. O objetivo estratégico dessas operações é reforçar o poder dissuasório do Estado brasileiro, além de aumentar a integração e a interoperabilidade das Forças Armadas, capacitando-as para melhor cumprir a sua missão.

Dentro desse enfoque, no ano de 2011, foram realizadas as Operações Amazônia e Anhanduí, respectivamente, para simular aspectos de situações reais de emprego militar no ambiente Amazônico e na Região Centro-Oeste.

Em relação às Operações Conjuntas das Forças Armadas brasileiras em faixas de fronteira, para combater delitos transfrontei-





riços e ambientais, a Operação Ágata vem-se configurando como um eficiente instrumento para a intensificação da presença militar ao longo dos mais de 16 mil quilômetros de fronteira, contribuindo, dessa forma, para aumentar a prevenção e a repressão aos ilícitos transnacionais nessa região do Brasil.

A fim de prover o apoio de comando e o controle necessários ao acompanhamento e à coordenação das operações conjuntas, missões humanitárias e de manutenção da paz, o Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC2) utilizou, em 2011, recursos materiais e humanos, bem como os enlaces do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis).

Em 2012, serão mantidos os investimentos nesses sistemas e projetos, visto que há necessidade de incremento crescente na interoperabilidade das Forças Armadas, nos níveis estratégico, operacional e, principalmente, tático.

c) Defesa Nacional

c.1) Defesa Naval

Para que o País seja capaz de proteger o mar e as águas fluviais, é necessário dotar o poder naval com meios modernos, de forma a garantir a defesa dos interesses brasileiros. Para tanto, o Governo vem investindo no reaparelhamento da Marinha do Brasil.

No ano de 2011, foi iniciada a construção dos submarinos convencionais S-BR, no Brasil, e houve a transferência, para o setor operativo, do Aviso de Patrulha Anequim, o quinto de um total de seis embarcações da classe Marlim, e a entrada em efetiva operação dos Navios-Patrulha Macaé e Macau, de 500 toneladas, ambos construídos no Brasil. Essas aquisições permitirão à Força intensificar sua ação de presença, vigilância, proteção e defesa das áreas marítimas onde se encontram as instalações de exploração de petróleo e gás.

O primeiro Aviso Hidroceanográfico Fluvial, denominado Rio Tocantins, teve seu batismo de quilha em 5 de setembro de 2011, como parte do contrato de construção de quatro navios, para atender ao Projeto Cartografia da Amazônia.

Visando substituir as embarcações hoje empregadas em operações anfíbias, estão sendo construídas cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material (EDVM) e três Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG). Foi adquirido o navio Ludovico Celani, para conversão em Navio-Hospital.

Para atender à necessidade de novos meios navais, a Marinha do Brasil mantém o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), que tem por objetivo a obtenção, por construção no País, de cinco Navios-Patrulha Oceânicos, cinco Navios-Escuta e um Navio de Apoio Logístico, o que deverá ocorrer mediante acordo firmado entre o Brasil e outros países, com o estabelecimento de parcerias estratégicas.

No Programa de Obtenção de Navios-Aeródromos (Pronae), foram iniciadas as tratativas para a elaboração do projeto de construção de um novo Navio-Aeródromo, que deverá substituir o Navio-Aeródromo São Paulo até 2025.

Com relação a meios aéreos, o primeiro helicóptero Super Cougar EC-725BR foi entregue pela Helibras em abril de 2011, sendo essa a primeira de um total de 16 aeronaves desse tipo destinadas ao uso da Marinha do Brasil. Também está em andamento o processo de aquisição de dois helicópteros S-70B-SEAHAWK. Ao todo, seis aeronaves serão entregues até o final de 2012.





Quanto ao preparo e emprego do Poder Naval, foram efetuados vários exercícios operativos pelas unidades da Esquadra, a fim de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Diversas operações militares foram realizadas, inclusive com a participação de Marinhas estrangeiras.

Em 2011, foi inaugurado o novo Centro de Operações da Esquadra (COE), projeto moderno no qual foram utilizados os mais avançados recursos tecnológicos no apoio às atividades de comando e controle, de forma a permitir que os meios operativos sejam monitorados em tempo real.

Comparado a 2010, o número de Patrulhas Navais (Patnav) realizadas em 2011 manteve-se no mesmo patamar, entretanto, houve um incremento de 70% no número de embarcações apreendidas. Especificamente nas áreas das bacias petrolíferas, ocorreu um aumento do número de Patnav e foi realizado um exercício de retomada de navio petroleiro com emprego do Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate (GERR-MEC). A simulação visa permitir o treinamento das equipes de negociação, a retomada de instalações e o resgate de reféns, a serem acionados em situação real de ações contra navios de bandeira brasileira. Quanto às patrulhas fluviais ocorridas na faixa de fronteira, houve aumento de 5% em relação a 2010.

Encontra-se em reestruturação o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), mediante criação, ampliação e modernização de agências, delegacias, capitarias fluviais e capitarias dos portos, organizações militares, de modo a ampliar essa vertente das atividades subsidiárias, contribuindo para incrementar a presença da Marinha do Brasil na sociedade.

Para intensificar as ações de fiscalização das embarcações que navegam nas proximidades das praias do litoral brasileiro e águas interiores, a Marinha iniciou a Operação Verão 2011/2012, em dezembro de 2011, realizando abordagens de embarcações e, quando pertinente, notificando os condutores e até apreendendo embarcações. Durante as fiscalizações, são executadas ações educativas e testes com etilômetros (bafômetros), a fim de dar ampla divulgação dos procedimentos sobre a navegação segura, sempre sob o lema: Orientar e Educar, Antes de Notificar.

É importante salientar as campanhas realizadas com vistas à proteção dos eixos descobertos das embarcações, grandes causadores dos acidentes denominados escalpelamentos, devido ao enrolamento de cabos nos eixos em rotação, que produzem graves consequências, tanto de cunho médico quanto psicossocial. Essas campanhas têm como foco o incentivo ao uso, pelas mulheres, de equipamentos de salvatagem, principalmente as da Região Amazônica, para evitar ferimentos no couro cabeludo que, por muitas vezes, levam à perda irreversível do cabelo. Essas campanhas também visam à repressão à alcoolemia dos condutores de embarcações em todo o Brasil.

Em 2011, foram realizadas cerca de 102 mil ações relacionadas à inspeção naval e vistoria, o que significa um aumento da ordem de 40%, em relação ao previsto inicialmente. Tal fato representa o esforço continuado no controle e na fiscalização de embarcações, com reflexos diretos em uma maior conscientização da sociedade sobre os aspectos relativos à segurança.

Com relação ao monitoramento da Amazônia Azul, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) foi idealizado como ferramenta integradora de vários outros sistemas, com o objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras e das regiões de busca e salvamento, que estão sob a responsabilidade do Brasil, em cumprimento aos acordos internacionais dos quais o País é signatário.

Entre seus requisitos de alto nível, está a interoperabilidade a outros sistemas, tais como o de Vigilância de Fronteiras (Sisfron) e o de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra). No momento, a Marinha brasileira realiza o delineamento da arquitetura do Sistema, cujos trabalhos prosseguirão em 2012, com previsão de término no segundo semestre de 2013.





c.2) Defesa Terrestre

Em 2011, o País prosseguiu na implantação das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa (END), no que se refere à reorganização institucional do Exército Brasileiro (EB) e à política de composição dos seus efetivos. Nesse sentido, o EB deu sequência aos programas previstos no seu Plano de Articulação – desenvolvido por meio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinel da Pátria – que preveem a distribuição espacial das organizações militares do Exército por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica.

No ano de 2011, em consonância com a END, a Força Terrestre elaborou o Projeto de Força do Exército Brasileiro (Proforça), antevendo ações para marcos temporais de 2015, 2022 e 2030. O objetivo principal do projeto é modernizar e transformar o Exército, de modo a dotá-lo de capacidade necessária para garantir a posição do País como uma das maiores economias do mundo, com expressiva projeção política internacional.

Nesse contexto, o País buscará focar esforços na capacitação do combatente individual, na integração das informações, na racionalização das estruturas, na utilização do espaço cibernético, no desenvolvimento de munições inteligentes e artefatos não tripulados e no desenvolvimento da consciência situacional. Para tanto, manterá o escalão brigada como a base para o emprego da Força Terrestre, realizando profundas transformações em sua natureza, meios e capacidades. Assim, o Exército será dotado da mobilidade e da capacidade de combate necessárias para garantir a soberania e a integridade nacionais.

O Proforça está alinhado com os demais projetos do Exército Brasileiro, quais sejam: i) a defesa cibernética; ii) a recuperação da capacidade operacional; iii) o novo blindado Guarani; iv) o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras; e v) o Sistema Proteger, que contempla a proteção das estruturas estratégicas terrestres nacionais.

No que se refere ao desenvolvimento nacional, o Governo utilizou-se da área de engenharia de construção do Exército, que esteve empenhada na condução de diversas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Devem ser destacadas as seguintes obras de melhoramento da infraestrutura de escoamento da produção: i) os trabalhos de duplicação da BR-101, no Nordeste; ii) a continuidade do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf); iii) a implantação do complexo aeroportuário da Grande Natal; iv) a restauração da pista do Aeroporto de São Luís; v) a revitalização da BR-135; vi) no Mato Grosso e Pará, a pavimentação da BR-163 e da BR-230; vii) a conservação da BR-242; viii) a melhoria do Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e ix) a ampliação do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

No que concerne à sua missão constitucional de defesa da soberania e da integridade territorial, o Exército Brasileiro concluiu o projeto básico do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). O Sistema, que tem como objetivos o fortalecimento da presença do Estado na fronteira terrestre e a integração dos esforços do Governo no combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas, terá seu projeto-piloto implementado a partir de 2012. Trata-se de projeto multisectorial, no qual o Brasil colherá resultados consistentes em decorrência do salto tecnológico que o Sistema proporcionará. O projeto envolve o emprego de satélites nacionais, a manufatura de produtos de alto valor agregado, a capacitação de mão de obra, a geração de empregos e, principalmente, a conquista da independência tecnológica em setores estratégicos de ciência e tecnologia.

Com relação ao emprego da tropa, em 2011, o País, por intermédio do Exército Brasileiro, incrementou as operações nas fronteiras, com o objetivo de dissuadir e reprimir delitos transfronteiriços e ambientais, intensificar a presença do Estado nas áreas mais remotas e apoiar as ações executadas por outros atores governamentais envolvidos. Diariamente, cerca de 11,2 mil homens e mulheres estão diretamente empregados em operações internacionais e de defesa externa, ações na faixa de fronteira, trabalhos de engenharia de construção e operações de garantia da lei e da ordem.





Também merece destaque o esforço do País para prosseguir na implantação de sistemas de simulação que possibilitem o treinamento de soldados, com reduzido custo e grande eficácia, mantendo a elevada capacitação dos seus recursos humanos. O Simulador de Apoio de Fogo, atualmente em desenvolvimento, será um dos melhores do mundo, constituindo-se em excelente ferramenta de treinamento, além de proporcionar ao País grande evolução tecnológica. No ano de 2011, foi inaugurado o protótipo do Simulador, o qual atenderá à formação de cadetes e apoiará a instrução militar dos grupos de artilharia.

Para 2012, e novamente considerando sua presença nacional, o Exército Brasileiro participará do planejamento da defesa e da proteção das estruturas estratégicas terrestres com o desenvolvimento do Projeto Proteger. Trata-se de uma iniciativa que contribuirá significativamente para assegurar a continuidade dos serviços essenciais prestados à população brasileira pelos sistemas de Internet, de produção de energia elétrica e sua transmissão, de transporte e de comunicações, de petróleo e gás, entre outras estruturas estratégicas para a sociedade.

A indústria nacional de defesa será priorizada no exercício de 2012, com investimentos que viabilizarão a produção de blindados, a adequação de instalações e a criação de empregos diretos e indiretos ligados ao setor, uma tendência e uma necessidade observada em países de grande envergadura geopolítica como o Brasil.

Ainda com referência à modernização da frota de blindados, em 2011, foi iniciada importante mudança na gestão de sua manutenção, com a adoção, de forma pioneira, do contrato de suporte logístico integrado para as viaturas Leopard 1A5, o qual garantirá alta disponibilidade da frota, aliada à capacitação plena do pessoal envolvido no apoio logístico.

c.3) Defesa Aérea

Na área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, em 2011, o País deu continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). O objetivo é aprimorar capacidade tecnológica e operacional do Sisceab, proporcionando aos usuários dos serviços de transporte aéreo melhorias na fluidez e na segurança das operações aéreas levadas a efeito em todo o espaço aéreo sob a jurisdição do País.

Foram concluídos, em todo o território nacional, 108 projetos de implantação; substituídos e revitalizados equipamentos e sistemas, que envolveram as áreas de comunicação, meteorologia, vigilância, informações aeronáuticas, busca e salvamento, precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos, ressaltando-se, neste caso, a implantação do ILS (*Instrument Landing System* ou Sistema de Aproximação por Instrumentos) que orienta com precisão e apoia o pouso de aeronaves. Há que se destacar, ainda, a conclusão de várias obras de infraestrutura em órgãos técnicos e operacionais e de apoio ao pessoal engajado nas atividades de controle do espaço aéreo.

É de primordial importância, para alcance de índices ideais de segurança e eficiência, a implementação no País da moderna concepção de apoio à navegação aérea advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo) elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci), diante da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e da projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas. Sobre esse aspecto, os principais documentos que norteiam o planejamento de evolução foram atualizados, assim como os projetos deles decorrentes, visando aos objetivos de curto e médio prazo.

Em 2012, o País dará continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sisceab, com a realização de investimentos na substituição e modernização de sistemas de energia, climatização e aterramento, que se constituem nos pilares básicos para assegurar a manutenção da operacionalidade de todo o Sistema.





Para complementar a vigilância e o monitoramento do tráfego aéreo, há previsão de que o País realize ações para ampliar a cobertura radar em rota e em áreas terminais. Em 2012, investimentos estão sendo convergidos para a implantação de dois novos radares e o início da substituição de outros 12. Na busca por maior eficiência no gerenciamento e controle do tráfego aéreo, consta ainda do planejamento a utilização de equipamentos para procedimentos de aproximação de precisão em vários aeroportos do País.

Convém ressaltar que a crescente demanda do tráfego aéreo registrada nos últimos anos, bem como a programação da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 têm ensejado a implementação de ações estratégicas voltadas à evolução do Sisceab. Essas ações contribuem para a segurança das operações aéreas de forma harmônica e integrada aos conceitos CNS/ATM aderentes ao Plano Global de Navegação Aérea, bem como asseguram fluidez ao tráfego aéreo resultando na redução da emissão de poluentes, na diminuição dos efeitos danosos dessa atividade ao meio ambiente e em maior conforto aos usuários do transporte aéreo.

No exercício de 2011, o País deu andamento aos Projetos AM-X, C-95, F5-BR, C-130 e P-3BR, a fim de promover a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação presente.

Quanto à aquisição de aeronaves, foram recebidos, em 2011, dez Super Tucano AL-X, três Caravan C-98, quatro helicópteros multiemprego Black Hawk H-60, bem como o simulador de voo das 12 aeronaves de transporte Amazonas C-105 (CASA 295).

No que tange à modernização de aeronaves, encerrou-se a primeira fase do Projeto F5-BR, com a entrega das últimas seis aeronaves modernizadas, de um total de 46 contratadas. Está prevista a segunda fase do projeto para modernização de mais 11, do tipo F5-BR, adquiridas da Jordânia, com o início da produção prevista para 2012. No que concerne, ainda, à modernização, foram entregues em 2011 cinco aeronaves de transporte de passageiros e carga Bandeirante C-95, duas patrulhas P-3BR e duas aeronaves Hércules C-130.

Ainda em 2011, foram iniciados pela Embraer os trabalhos de modernização de 11 aeronaves F-5, adquiridas da Jordânia, o que reforçou a frota da FAB. Também foi firmado contrato entre o Brasil e a França para fornecimento e gradativa nacionalização em até 50%, até 2016, de 50 helicópteros EC-725 para as Forças Armadas.

d) Atividade de Inteligência

Ao longo do ano, o Governo participou efetivamente das operações Sinop, Amparo e Ágata, coordenando as ações operacionais dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Realizaram-se avaliações de risco em apoio às atividades do Comitê Facilitador da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20) e sobre as possíveis ameaças às estruturas estratégicas instaladas nas futuras cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Na área da cooperação internacional, o Brasil tem desempenhado importante papel nas ações de cooperação técnica em inteligência, no âmbito do acordo firmado entre os Governos do Brasil e do Timor-Leste.

No âmbito do Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), ocorreram visitas a empresas e instituições de pesquisa e ensino, em especial as que atuam no segmento biológico, nas regiões Norte e Nordeste do País. O objetivo é orientar as empresas sobre os controles governamentais para a transferência de tecnologias sensíveis e mate-





riais de uso dual e atualizar as listas de bens sensíveis controlados, entre outros. Em complemento, no contexto do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), realizaram-se visitas, diagnósticos e relatórios sobre diversas instituições, tanto públicas quanto privadas, que demandaram a assessoria do Governo.

A essas atividades, somam-se outras, particularmente nos segmentos científico-tecnológico, nuclear, petrolífero, hidrelétrico e agropecuário. Nesse setor, empresas públicas e privadas, centros de pesquisa e instituições de ensino foram orientados a cumprir deliberações internacionais vinculadas à obrigatoriedade de prestação de informações, em matéria de desarmamento e não proliferação de armas de destruição em massa.

e) Segurança da Informação

No campo da tecnologia da informação, priorizou-se a segurança das comunicações, com o desenvolvimento de soluções para a proteção contra ataques cibernéticos a redes governamentais e da telefonia segura para uso na administração pública federal. Para tanto, foram instituídos oito Grupos de Trabalho, no âmbito do Comitê Gestor de Segurança da Informação, visando à elaboração de Normas Complementares de Segurança da Informação e Comunicações, com foco nos seguintes temas: i) Tratamento da Informação; ii) Gestão de Mudanças; iii) Verificação de Conformidade: Melhoria Contínua; iv) Computação em Nuvem; v) Inventário e Monitoramento de Ativos de Informação; vi) Uso de Redes Sociais; vii) Mobilidade; e viii) Aplicações Seguras.

Ainda em 2011, instituiu-se o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), a ser regulamentado em 2012. O objetivo é promover o credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas, assim como garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive àquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais o Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional.





VI - DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA



VI – DIÁLOGO SOCIAL E CIDADANIA

Nos últimos anos, a participação social pode ser considerada como fundamental instrumento de governo para elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, conferindo qualidade, viabilidade e legitimidade a um projeto de desenvolvimento de longo prazo. O Poder Executivo Federal estimulou a criação e consolidou novos canais de participação social, que contribuíram para dar maior legitimidade e efetividade às políticas públicas, estimular parcerias e ampliar a participação efetiva das entidades e dos movimentos sociais.

Nesse contexto, merece destaque o Fórum Direitos e Cidadania como instância que promove a articulação política e gerencial das prioridades de governo para a garantia e expansão de direitos que concretizam, fortalecem e ampliam a cidadania brasileira. Compete ao Fórum promover a pactuação de prioridades e monitorar o alcance das metas do Executivo associadas a essa temática, no período 2011-2014.

1. Informação ao Cidadão

No cumprimento do seu papel constitucional de informar e prestar contas à sociedade sobre ações, programas e medidas de governo, ações de comunicação vem sendo planejadas de forma integrada, com ênfase na promoção da cidadania, do interesse geral e da utilidade pública. No total, foram realizadas 90 campanhas, cabendo destaque, na área de utilidade pública, a Campanha Nacional de Mobilização para a Certidão de Nascimento e Educação e a Campanha Coleta Seletiva do Lixo. Dentre as campanhas institucionais, destacaram-se o Plano Brasil Sem Miséria, O Brasil está em Boas Mão e Brasil Maior.

Ao longo do ano, as diretrizes de segmentação e regionalização nortearam a publicidade do Poder Executivo, mediante a adoção de parâmetros técnicos para aplicação das verbas publicitárias. O número de veículos de divulgação cadastrados passou de 8.094, em 2010, para 8.435, em 2011, proporcionando maior eficiência nos investimentos e na ampliação da cobertura das ações de comunicação.

A comunicação pública aprimorou conteúdos para divulgação, na área de notícias do Portal Brasil e no boletim Em Questão. O Portal Brasil evoluiu com o objetivo de educar, mobilizar e divulgar as ações de governo e o Em Questão, com versão eletrônica e impressa, contém as principais notícias sobre ações e resultados de políticas públicas que afetam a vida do cidadão. Em 2011, foram produzidas 226 edições do Boletim, sendo 25 edições com temas específicos.

Foram produzidos novos conteúdos audiovisuais, com destaque para os especiais: i) Brasil Sem Miséria; ii) Educação Financeira; iii) Indicadores Econômicos; iv) Ensino Técnico; v) Maternidade; e vi) Energia. Além da utilização do Canal *Youtube* para disponibilização desse material nas versões em português, inglês e espanhol.

Visando conferir maior eficiência à comunicação via Internet, o Poder Executivo Federal lançou o novo portal da Presidência da República – Portal Planalto (<http://www.planalto.gov.br>), planejado para oferecer informações que atendam aos múltiplos interesses dos cidadãos e da imprensa. O Portal apresenta conteúdos sobre a Presidência da República, a Presidenta e o Vice-Presidente, além de abrigar o *Blog* do Planalto e dispor de acesso para toda a base da legislação brasileira e para a Biblioteca da Presidência da República. O Portal Planalto recebeu 2.463.014 acessos desde o seu lançamento em agosto de 2011 (média de 20.525 acessos/dia).





Para o Executivo Federal e para a sociedade brasileira, a liberdade de imprensa é valor fundamental. Nesse sentido, o relacionamento com a imprensa pautou-se pela transparéncia e pela igualdade de acesso às informações de natureza pública. A compreensão de que são muitas as imprensa existentes no País, cada uma com públicos, necessidades, vocações e alcances distintos, levou o Executivo a promover ações diferenciadas e adequadas aos vários perfis de veículos noticiosos existentes.

A Presidenta da República concedeu 63 entrevistas à imprensa nacional, regional e internacional, sendo 13 exclusivas. Dentre as 50 entrevistas coletivas, destacam-se a da imprensa argentina e a da mídia brasileira e estrangeira, concedida em Nova Iorque, durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Com relação às rádios, a Presidenta concedeu nove entrevistas, contemplando 20 emissoras.

Outras ações de comunicação com a sociedade foram a coluna semanal Conversa com a Presidenta, com 47 edições publicadas em 198 jornais; e o Blog do Planalto, que teve 1.416.618 visitas, com 942.487 visitantes únicos em 2011. Foram ao ar 52 edições do Bom Dia Ministro, com a participação de 172 rádios das 27 unidades da Federação. Já o programa Café com a Presidenta teve 43 edições. O Brasil em Pauta recebeu 12 edições, das quais participaram 98 rádios, de 50 cidades de 26 unidades da Federação, abrangendo as cinco regiões do País. Destaca-se, ainda, o programa de rádio Brasileiras, lançado em 2011, com enfoque na mulher. Foram produzidas sete edições, que contaram com a participação de 44 rádios de 17 unidades da Federação.

As ações de divulgação do Brasil junto à mídia internacional foram ampliadas com a finalidade de reforçar credenciais do País nos planos econômico, social, ambiental e político-institucional, e de posicioná-lo como referência global em desenvolvimento sustentável, sobretudo no pilar da erradicação da pobreza. Em 2011, entre outras atividades, foram realizadas 11 teleconferências ministeriais com foco em economia, infraestrutura, energia e meio ambiente, e promovidas oito missões (*press trips*) para a familiarização de jornalistas e formadores de opinião estrangeiros com aspectos selecionados da realidade brasileira. O trabalho resultou na publicação de 4.225 matérias em jornais estrangeiros, representando 52% de aumento em relação a 2010. Só a divulgação internacional do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria gerou mais de 180 matérias.

O Executivo Federal consolidou a Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, com 744 emissoras de TV aberta, alcançando mais de 1,7 mil Municípios, em 22 unidades da Federação. O investimento no jornalismo público independente e de qualidade levou veículos e profissionais da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – TV Brasil, Agência Brasil e Radiojornalismo – à conquista de quatro prêmios (FAP de Jornalismo Científico; Jornalistas e Cia/HSBC de Sustentabilidade; Abdias Nascimento; e Massey Ferguson) e os colocou como finalistas em outros oito prêmios. A TV Brasil passou a transmitir 24 horas diárias de programação, com mais de 170 novos conteúdos. Foi ainda estabelecida parceria com o cinema nacional, resultando em quatro filmes coproduzidos pela EBC que ganharam destaque em festivais nacionais.

A TV Brasil Internacional (TVBI) chegou a cerca de 20 mil assinantes brasileiros de TV a cabo no Japão e a 3 mil na República Dominicana. A TVBI também é retransmitida para os Estados Unidos, Portugal, e países da África e América Latina.

Em 2012, a EBC pretende continuar expandindo sua rede para alcançar todas as unidades da Federação, ampliando as parcerias com TVs educativas e universitárias e implantando novas geradoras e retransmissoras. Novo Portal entrará no ar para fazer a integração dos conteúdos dos veículos da EBC, modernizando seus sítios na Internet e distribuindo conteúdos por meio de outras plataformas digitais.



Ainda dentro das perspectivas para 2012, além da TV Pública, serão aperfeiçoados outros mecanismos de comunicação com o cidadão e de conteúdo multimídia destinados à imprensa nacional e internacional, com maior presença do Executivo nas redes sociais e ampliação do acesso por meio de dispositivos móveis (*smartphones*, *tablets* e TV digital). As ações na área de imprensa internacional deverão privilegiar o tema do desenvolvimento sustentável no contexto da Conferência Rio+20, principal evento internacional do ano, e dos preparativos para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

2. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Criado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) manteve intensa atuação em 2011, como parte da crescente rede de diálogo e da afirmação da participação como método de governo, inserindo na agenda governamental a discussão de grandes temas de interesse nacional. O CDES realizou, ao longo do ano, em média, cinco atividades mensais, incluídas reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios, missões internacionais, com a participação ativa dos conselheiros, ministros e altos dirigentes da administração pública, outras lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

Foram amplamente debatidas questões da conjuntura econômica; qualificação e formação profissional; ciência, tecnologia e inovação; sistema tributário e justiça fiscal; infraestrutura brasileira; e empreendimentos estratégicos, incluindo os grandes eventos esportivos que o País sediará nos próximos anos.

O CDES contribuiu, também, na elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Essa contribuição tem como base a Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento (ANC), expressão do consenso atual entre os conselheiros sobre o desenvolvimento brasileiro. A ANC foi utilizada como subsídio para as definições gerais do Plano Plurianual – visão de futuro, valores e desafios.

O CDES coordenou, em parceria com 72 instituições, o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável. O documento foi entregue à Comissão Nacional que organiza a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), como contribuição ao posicionamento estratégico/político nos temas a serem tratados e nos encaminhamentos futuros, nos âmbitos nacional e internacional.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES avançou na parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu (Cese), realizando duas reuniões, no Brasil e em Portugal. Como membro ativo da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (Aicesis), participou da Assembleia Geral realizada em Roma, Itália. Também foi realizada a 3ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia e a 1ª Mesa Redonda da Sociedade Civil dos Brics.

Em 2012, o CDES terá entre suas prioridades a participação na Conferência Rio+20, em um esforço de aprofundamento e disseminação do Acordo, envolvendo os Conselhos congêneres estaduais e municipais, além das Conferências nacionais, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República. Será ainda mantido o projeto Observatório da Equidade e o apoio a iniciativas de criação de Conselhos econômicos e sociais nos Estados e Municípios e em outros países.





3. Democracia e Diálogo

O fortalecimento e a consolidação da democracia são objetivos permanentes do Estado brasileiro. Mais do que garantir o funcionamento das instituições essenciais à democracia, o Estado deve avançar na constituição de novos ambientes que favoreçam a interação do Governo com a sociedade. Essa estratégia é uma forma de garantir a concepção e a implementação de políticas públicas cada vez mais ajustadas às demandas e necessidades da população.

Como forma de ampliar e aprofundar a participação social na gestão pública em todos os níveis, esferas e unidades do Estado, três importantes eventos marcaram o ano de 2011, demonstrando o engajamento do Governo Federal no caminho para o aprofundamento da democracia.

No Seminário Nacional de Participação Social, o Governo, em conjunto com representações da sociedade, discutiu a construção de um Sistema Nacional de Participação Social. O objetivo é organizar os espaços de participação já consolidados (como os Conselhos, as Conferências, as Ouvidorias, as Mesas de Diálogo e as Audiências Públicas) e incentivar a conformação de outros espaços de interação, a exemplo de canais que utilizem novas mídias e redes sociais para atingir cidadãos que não estão organizados. O Seminário também evidenciou a necessidade de se compreender a participação social como instrumento a ser incorporado no cotidiano da gestão das três esferas de governo. Para dar o tratamento ao tema, foi constituída a sala de situação, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, para consolidação das propostas relacionadas ao Sistema Nacional de Participação Social e para apresentação de um documento referencial em 2012.

O segundo evento realizado em parceria com organizações da sociedade foi o Seminário Internacional Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, oportunidade na qual foram debatidas questões centrais que dizem respeito: i) à constituição, ao funcionamento e ao fortalecimento institucional das organizações não governamentais; ii) ao relacionamento entre Governo e sociedade para a implementação de políticas públicas; e iii) ao credenciamento, à titulação ou à qualificação dessas organizações pelo Estado.

Com o objetivo de elaborar proposta para articular políticas, programas e ações educativas do Governo Federal voltadas ao protagonismo da sociedade civil e à participação social, foi promovido o terceiro evento, o Seminário Processos Formativos Educativos do Governo Federal com a Sociedade Civil, que contou com a participação de gestores de 25 órgãos federais. Ainda no âmbito das ações educativas e de processos formativos, deu-se continuidade ao trabalho da Rede de Educação Cidadã (Recid). Em 2011, foram realizadas por educadores populares coordenados pela Recid, em parceria com movimentos e organizações, 1.774 oficinas pedagógicas de base, atingindo 42 mil pessoas; 76 encontros estaduais, com participação de 2.710 lideranças sociais; cinco encontros macrorregionais (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste), com participação de 293 lideranças; e três atividades nacionais, com presença de 329 educadores.

Durante o período de formulação do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência, realizou uma série de oito Diálogos com representantes de organizações da sociedade civil com abrangência nacional (Centrais Sindicais, Movimentos Sociais, Redes de ONGs, Comunidades Religiosas, Responsabilidade Social Empresarial, Investimento Social Privado, Centrais Patronais e Conselhos de Políticas Públicas). Tais encontros tiveram por objetivos principais apresentar a concepção do Plano e sua estrutura bem como colher comentários, críticas e sugestões para seu aprimoramento. O conjunto dos Diálogos mobilizou 452 pessoas oriundas de cerca de 80 organizações e 13 órgãos do Governo Federal. Desses 452 participantes, 354 (78%) representavam entidades da sociedade civil e 98 (22%) representavam o poder público.





a) Conferências Nacionais, Conselhos e Fóruns de Diálogo

Assim como os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais são espaços privilegiados de debate e construção de propostas para o avanço das políticas públicas e vêm incorporando novos formatos de participação e mobilização, como as conferências livres, as virtuais e as consultas dirigidas a grupos específicos. Em 2011, foram concluídas as seguintes Conferências Nacionais, com a participação de cerca de 10 mil delegados nos eventos, totalizando a mobilização de 2 milhões de pessoas em todas as etapas:

CONFERÊNCIA	DATA E LOCAL DA ETAPA NACIONAL	TEMA
4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	7 a 11/11/2011 Salvador (BA)	Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e promover a soberania alimentar por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
5ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	8 a 10/11/2011 Brasília (DF)	2ª Geração de Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais: Competitividade e Sustentabilidade.
3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	23 a 25/11/2011 Brasília (DF)	O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil.
14ª Conferência Nacional de Saúde	30/11 a 4/12/2011 Brasília (DF)	Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social – Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro.
8ª Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10/12/2011 Brasília (DF)	Avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	9 a 12/12/2011 Brasília (DF)	Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos – Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil.
3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	12 a 14/12/2011 Brasília (DF)	Discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)	15 a 18/12/2011 Brasília (DF)	Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT.





Para 2012, estão previstas as Etapas Nacionais das seguintes conferências, que já iniciaram suas etapas preparatórias em 2011:

- 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente;
- 1ª Conferência Nacional sobre Transparéncia e Controle Social;
- 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Além dessas, estão em processo de definição outras Conferências, entre elas:

- Conferência Brasileiros no Mundo;
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conferência Nacional de Turismo;
- Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Em 2011, por ocasião do processo de elaboração do Projeto de Lei do Plano Plurianual, foi constituído o Fórum Interconselhos como ambiente de interação, processo participativo e atuação conjunta dos representantes da sociedade civil, por meio dos Conselhos Nacionais de Políticas Públicas. Dele participaram representantes de 32 Conselhos, quatro Comissões Nacionais e 65 entidades da sociedade civil. Na ocasião, as propostas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foram apresentadas e os Conselhos puderam expor suas proposições. Assim, com 77% das ações sugeridas completamente incorporadas e 20% parcialmente aceitas, a proposta do Plano Plurianual foi enriquecida e aperfeiçoada, a partir da contribuição de representantes da sociedade.

Importante mencionar que o processo de participação social vem-se aprimorando com a utilização de novas mídias e mediação digital de debates, inclusive em redes sociais, com transmissão na Internet e espaço de interação. Exemplo a destacar foi o processo digital utilizado no Segundo Fórum Interconselhos, que contou com mobilização via redes sociais, transmissão e participação ao vivo, pela Internet e videoconferências. O processo participativo na elaboração do Plano Plurianual terá continuidade com a participação da sociedade no monitoramento da sua implementação.

Entre as Mesas de Diálogo constituídas para aprofundamento de temas específicos e de grande relevância para o Governo e para a sociedade, continua avançando o trabalho focado no Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Em 2011, os representantes do Governo, dos empregadores e dos empregados do setor sucroenergético pactuaram a publicação de Edital de Chamada Pública, com o objetivo de credenciar empresas de auditoria independente, de âmbito empresarial, para verificar o cumprimento das práticas empresariais das usinas acordadas no Compromisso Nacional.

Foram constituídas ao longo de 2011 novas mesas de diálogo, entre elas:

- Mesa Nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na construção: tem o objetivo de construir entre os setores patronais e dos trabalhadores, com a intermediação do Governo, acordo sobre as condições de trabalho na construção





civil. Em 2011, essa Mesa dedicou-se ao processo de negociação e finalização do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção, no qual foram tratados temas como recrutamento, pré-seleção e seleção, qualificação, segurança no trabalho de trabalhadores, relação com a comunidade e representação sindical no local de trabalho. O Compromisso prevê a instalação de uma Mesa Nacional Tripartite Permanente da Indústria da Construção, que será responsável pelo monitoramento e a avaliação da execução do acordo;

- Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais: reúne representantes do Governo Federal e das seis centrais sindicais que, juntos, elegeram temas prioritários para discussão e pontuação, tais como fator previdenciário, valorização das aposentadorias e regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho. Destaca-se, em 2011, a negociação referente às regras de ajuste do salário-mínimo;
- Mesa de Diálogo sobre Aeroportos: instalada e encerrada em 2011, essa Mesa coordenou o diálogo sobre as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos, o que resultou no acordo para garantir, aos trabalhadores, condições satisfatórias nos processos de concessões. Essas negociações seguirão ao longo de 2012;
- Mesa do Movimento dos Atingidos por Barragens: dialoga sobre as reivindicações do movimento reunidas em uma pauta nacional. Participam da Mesa representantes do Governo (envolvendo 12 ministérios) e das empresas estatais do setor elétrico. Além das pautas nacionais, foram apresentadas pautas regionais. Em 2011, destaca-se a criação de dois grupos de trabalho, tendo como objeto, respectivamente, a construção de uma política de tratamento às populações atingidas por barragens e a atuação para dirimir situações ainda não solucionadas em alguns empreendimentos;
- Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana: objetiva debater a pauta unificada dos quatro movimentos nacionais de luta pela moradia (Central de Movimentos Populares, Confederação Nacional das Associações de Moradores, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e União Nacional por Moradia Popular) e instituir canal de diálogo permanente entre o Governo Federal e os movimentos sociais voltados à questão;
- Mesa de Diálogo sobre o modelo energético brasileiro: contempla temas como Pré-Sal, tarifa social de energia elétrica, concessões de geração, energia solar e terceirização da mão de obra no setor. Em 2011, definiram-se como temas prioritários o preço do gás de cozinha para consumidores residenciais e a questão do alto número de acidentes de trabalho na manutenção das linhas de transmissão. Para 2012, há a proposta de realização de um seminário sobre o modelo energético no País, como forma de compartilhamento de experiências exitosas e ampliação do debate sobre essa temática.

Além desses mecanismos permanentes de participação social, o Governo Federal manteve-se receptivo ao acolhimento de novas pautas de discussão com demandas da sociedade em todos os seus órgãos. Prima-se pelo diálogo franco e aberto e pelo recebimento de pautas da sociedade, com atividades desde o favorecimento da interlocução da própria Presidenta da República com a população e com representantes de organizações sociais em eventos pelo País, até as audiências concedidas e os canais de diálogo estabelecidos nos diversos órgãos do Poder Executivo.

A esse respeito, cabe mencionar a realização de 119 atividades de articulação social e política dos eventos nacionais realizados com a presença da Presidenta da República, do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados, na condição de Presidente da República em exercício. Esses eventos são importante canal de contato da Presidenta com a sociedade, representando um espaço para a prestação de contas do Governo Federal, para o exercício da transparência, para a interação com o território e para a afirmação de relações republicanas.



b) Pauta dos Movimentos Sociais do Campo

Ao longo do ano, o Governo Federal recebeu diversos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Camponésas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento Camponês Popular (MCP), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Após as diversas mobilizações desses movimentos sociais com entregas de pautas, o Governo Federal anunciou várias medidas para atender às reivindicações, com os seguintes destaques:

- Possibilidade de renegociação de dívidas de agricultores familiares e assentados, beneficiando cerca de 200 mil pessoas;
- Assinatura de 60 decretos de desapropriação de imóveis rurais, contemplando demandas dos movimentos;
- Recursos no valor de R\$ 16 bilhões para a safra 2011/2012 com limites ampliados;
- Liberação de R\$ 530 milhões para obtenção de terras e suplementação de mais R\$ 400 milhões;
- Liberação de R\$ 127 milhões para garantir a execução dos contratos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), atendendo 700 mil famílias;
- Criação da Superintendência da Habitação Rural na Caixa Econômica Federal;
- Envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 29/2011, que cria a Política de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar;
- Construção de 350 escolas no campo;
- Custeio de 16 Unidades Básicas de Saúde fluviais, sendo oito em 2011 e oito em 2012, voltados para trabalhadores do Campo e da Floresta;
- Aumento para R\$ 20 mil do limite individual de venda da agricultura familiar para alimentação escolar;
- Crédito de apoio à mulher para geração de renda no valor R\$ 3 mil;
- Implantação de três unidades fluviais do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural;
- Garantia de inclusão de, no mínimo, 30% das mulheres como beneficiárias do Ater;
- Ampliação da participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura e garantia da destinação de 30% dos recursos para uso exclusivo pelas mulheres;
- Implementação da Rede Cegonha para reduzir a mortalidade materna das mulheres do campo e da floresta e aprimorar o atendimento aos recém-nascidos.

c) Pauta dos Movimentos Sociais Urbanos

Além da Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana, é importante mencionar, no âmbito do segmento social urbano, as reivindicações apresentadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), tratadas pelo Comitê



Interministerial para Inclusão Social dos Catadores de Material Reciclável (CIISC), a cargo do MDS. O principal resultado foi a elaboração, análise e aprovação, de forma participativa, do Plano de Ações para Inclusão Social dos Catadores.

d) Pautas Diversas

Além das pautas organizadas, o Governo dialogou sobre questões advindas das grandes obras que estão em curso no País e que afetam o dia a dia das comunidades.

Ressalta-se, nessa linha, a atuação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), que trata da área a ser impactada direta e indiretamente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Coube à Secretaria Geral da Presidência da República organizar a participação da sociedade civil no Comitê, garantindo voz a comunidades, movimentos e organizações sociais que atuam na região.

O Governo Federal tem contribuído para a coordenação política e articulação de ações na região, a exemplo da Casa de Governo em Altamira (PA) – posto avançado do Governo Federal com a atribuição de representar e articular os órgãos federais na região e intermediar a relação com a sociedade civil –, da instalação de Escritório de Representação da Secretaria Geral naquela região e da Operação Cidadania Xingu que, em três meses, possibilitou a prestação de serviços públicos, especialmente de cidadania e de estímulo a modelos de produção sustentáveis.

Também na Região Norte do País, o Governo Federal deflagrou a Operação Defesa da Vida, organizada em razão da morte de lideranças rurais ocorridas naquela região, que resultou em prisões, detenção de madeira ilegal e atendimento direto à população. Ressalte-se, também, a realização da operação de apreensão de madeira ilegalmente extraída na região da Terra do Meio, no Pará, após interlocução com organizações sociais da Amazônia.

e) Diálogos com Povos e Comunidades Tradicionais

A regulamentação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, trata da garantia de direitos de povos indígenas e, por conseguinte, é pauta recorrente dos povos e comunidades tradicionais brasileiros. Para atender ao pleito, o Governo Federal instalará em 2012 um Grupo de Trabalho Interministerial, com participação da sociedade, para trabalhar as sugestões colhidas no Seminário de Diálogo entre Governo e Sociedade Civil pela regulamentação da Convenção nº 169 da OIT, realizado em Brasília, no final de 2011.

f) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

A participação social também tem-se destacado como elemento propulsor da incorporação e do alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelos Municípios. Os Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM indicam que todos os Objetivos serão alcançados pelo Brasil até 2015. No entanto, uma análise mais detalhada da situação dos Municípios demonstra que ainda há grande desigualdade a ser superada.

Nesse sentido, o Governo busca mobilizar os setores produtivos, a academia, as organizações da sociedade e os governos estaduais e municipais, a fim de que todos os Municípios avancem rumo ao alcance dos Objetivos. Para tanto, tem dado apoio a iniciativas da sociedade, como a criação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade e o Portal ODM de Acompanhamento Municipal dos ODM. Os 27 núcleos estaduais de ODM, criados entre 2006 e 2009 com o objetivo





de catalisar e disseminar regionalmente as ações de ODM, fortaleceram sua atuação, levando Municípios e instituições a adotarem os ODM como plataforma social.

Em 2011, foi lançada a 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade às práticas que contribuem para o alcance dos ODM. Os seminários de lançamento dessa Edição nas 27 unidades da Federação envolveram representantes de Governos estaduais e municipais e de organizações da sociedade civil, e serviram de incentivo para reforçar o engajamento social e o compromisso de todos os Estados em prol do alcance dos Objetivos e dos benefícios diretos que trazem à população. Nessa edição, foram inscritas 1.638 práticas, das quais 20 serão premiadas em solenidade a ser realizada em 2012.

Ainda para 2012, está previsto o início da implementação do projeto ODM Brasil 2015, uma parceria entre Governo Federal, empresas públicas e organismos internacionais, com vistas a dar maior celeridade ao processo de municipalização dos ODM e de produção de informações referentes aos avanços conquistados.

g) Atuação Internacional

Uma série de ações vem sendo realizadas com o objetivo de ampliar a participação social na discussão e implementação de questões pertinentes à política externa brasileira, especialmente à integração regional, à cooperação internacional e às relações com a sociedade civil. Nesse sentido, destacaram-se:

g.1) Fórum Social Mundial

Como reconhecimento ao privilegiado espaço de interlocução e manifestação dos anseios sociais, o Governo tem marcado presença em todas as edições do Fórum Social Mundial. Em 2011, na edição realizada em Dakar, no Senegal, a presença brasileira foi destacada pelo seu compromisso e interação com os movimentos sociais. A edição 2012, em Porto Alegre (RS), servirá como oportunidade de preparação de representantes da sociedade para a Conferência Rio+20.

g.2) Política Externa e Participação Cidadã

Foi realizada a terceira edição do encontro de Política Externa com representantes das organizações sociais brasileiras para discutir a situação internacional, bem como viabilizado encontro de representantes do Governo e da sociedade civil com o Secretário-Geral das Nações Unidas. Em ambas as oportunidades, mais de 40 líderes de movimentos e organizações sociais participaram dos debates e possibilitaram o enriquecimento da política externa brasileira com as sugestões da sociedade civil.

g.3) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Em 2011, foi realizado o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, com a participação de representantes do Governo brasileiro e da sociedade civil dos oito países-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). As conclusões expressaram o consenso pela necessidade de participação da sociedade civil nas decisões políticas e na implementação de projetos que venham a ser desenvolvidos entre os Estados membros da CPLP.





g.4) Mercosul

O Programa Brasileiro Mercosul Social e Participativo tem buscado promover amplo debate com as organizações da sociedade civil brasileira sobre as políticas públicas em negociação para o Mercosul. Em 2012, espera-se forte atuação dos membros da sociedade civil que participam do Programa para construir conjuntamente as ações da Presidência Pró-Tempore Brasileira do Mercosul, no segundo semestre.

No âmbito da Cúpula Social do Mercosul, temas como direitos sociolaborais, agricultura familiar e direitos das pessoas com deficiência foram debatidos em 2011 por representantes dos Governos e de organizações da sociedade civil dos países-membros do Bloco. Em 2012, está prevista para o segundo semestre a realização da Cúpula no Brasil, para a qual se planeja um novo formato em que a sociedade civil poderá incidir sobre políticas públicas concretas no âmbito do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul.

4. Relações Institucionais

a) Articulação com o Poder Legislativo

O ano de 2011 foi marcado pela produção de proposições legislativas com grandes impactos nas políticas públicas. Foram aprovadas 34 medidas provisórias, 19 projetos de lei, duas leis complementares, uma Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Poder Executivo, 46 acordos internacionais e a indicação de 113 autoridades.

Na área econômica, destacam-se as Leis nº 12.545 e nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que concentram as disposições normativas relacionadas ao Plano Brasil Maior, bem como as Leis nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e nº 12.507, de 11 de outubro de 2011, que desoneraram setores industriais relevantes, como o de produção de tablets e o de equipamentos para prestação do serviço de banda larga. Destacam-se também a Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011, que regulamenta o mercado de derivativos no País, melhorando a governança sobre o mercado de capitais; e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que cria o cadastro positivo de crédito.

Foi igualmente aprovada a revisão do Supersimples, com a consequente edição da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, que enquadra as micro e pequenas empresas em regime tributário diferenciado. Também foi reduzida a alíquota da contribuição previdenciária do microempreendedor individual (MEI), com a publicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011. Essa redução beneficia o segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente à família de baixa renda. Assim, as donas de casa de baixa renda poderão, com o recolhimento de contribuição de 5%, fazer jus à aposentadoria por idade no valor de um salário-mínimo.

Outras medidas importantes de estímulo para a economia foram a aprovação da política de valorização do salário-mínimo, consubstanciada na Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, e a atualização da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, com a publicação da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011. Além disso, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência foi reestruturado, por força da edição da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, após sete anos de tramitação do Projeto de Lei nº 3.937, de 2004, nas Casas Congressuais.





Em infraestrutura, a produção legislativa trouxe significativos avanços para o País. Foi instituída uma ampla revisão no marco legal do Programa Minha Casa, Minha Vida, com a edição da Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011. Destacam-se ainda a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav), por força da Lei nº 12.404, de 4 de maio de 2011, a regulamentação do setor de etanol e a revisão do regime jurídico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, temas da Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011. Merece registro ainda a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que regulamenta as competências dos órgãos que atuam na fiscalização e no licenciamento ambiental, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, norma que regulamenta o setor de televisão por assinatura.

Como parte do esforço de preparação para os grandes eventos desportivos que serão sediados no País, foi aprovado o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), a ser utilizado nas obras de infraestrutura da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, conforme Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011. Além disso, foram editadas a Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, que dentre outras providências fixa novas diretrizes no âmbito do Programa Bolsa-Atleta, e a Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratifica o Protocolo de Intenções de criação da Autoridade Pública Olímpica (APO).

São significativos, também, os avanços da área social. A Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, reestruturou todo o Sistema Único de Assistência Social (Suas). No mesmo sentido, foi sancionada a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que traz disposições normativas relacionadas ao Programa Brasil Sem Miséria. A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Em relação ao setor de educação, foi bastante significativo o número de proposições legislativas aprovadas em 2011 e que permitiram a adoção de medidas relevantes, como a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tema da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; a aprovação do Plano de Recuperação da Rede Física Escolar Pública, de que trata a Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011; o reajuste salarial e a revisão do marco legal da residência médica, dispostos na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011; e a modificação da sistemática de contratação de professores substitutos e temporários para universidades federais, constante da Lei nº 12.425, de 17 de junho de 2011.

Na área de justiça e cidadania, foram aprovadas proposições de importância histórica para o País. Vale citar a edição da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Também foi publicada a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações em posse da administração pública. Outras matérias de interesse da cidadania foram aprovadas em 2011, resultando, por exemplo, na Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o aviso prévio; na Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, que modifica a sistemática da adoção de medidas cautelares no processo penal brasileiro; na Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que estabelece remissão do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho; e a aprovação do PL nº 134 de 2009, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que resultou na publicação da Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 .

No que diz respeito às relações exteriores, foram aprovados o Acordo de Revisão do Tratado de Itaipu e o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), dentre outros de alta relevância política e econômica para o País. Ressalte-se a Lei nº 12.429, de 20 de junho de 2011, e a Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011, que dispõem sobre doação de alimentos para assistência humanitária e iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento.





Finalmente, foi aprovada e promulgada a Emenda Constitucional nº 68, de 21 de dezembro de 2011, resultante da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2011, que permite a desvinculação, até 31 de dezembro de 2015, de 20% da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, viabilizando uma gestão orçamentária e financeira mais adequada às necessidades do País.

Para o ano de 2012, deverão merecer atenção especial do Governo diversas matérias que se encontram em tramitação no Congresso Nacional. Na área econômica: Projeto de Resolução nº 72, de 2010, que trata do ICMS interestadual de importação; o Projeto de Lei nº 2.412, de 2007, que trata da modificação da sistemática de cobrança da dívida ativa da União; e o Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que institui a previdência complementar do setor público. Para a área de infraestrutura e eventos desportivos, destacam-se o Projeto de Lei nº 2.330, de 2011, que estabelece a Lei Geral da Copa; o Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, que altera o marco legal das agências reguladoras; e o Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, que estabelece a Política Nacional de Irrigação.

Na área social, destacam-se as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE); Projeto de Lei nº 6.722, de 2010, que institui o Procultura; e o Projeto de Lei nº 7.029, de 2006, que cria normas para o fracionamento de medicamentos.

No que diz respeito ao tema de justiça e cidadania, merecem ser destacados, o Projeto de Lei nº 2.126, de 2011, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil; o Projeto de Lei nº 2.442, de 2011, que dispõe sobre a Política de Combate aos Crimes de Tortura; o Projeto de Lei nº 6.826, de 2010, que trata da responsabilidade de pessoa jurídica em caso de corrupção; e o Projeto de Lei nº 3.443, de 2008, que dispõe sobre lavagem de dinheiro.

É preciso ressaltar que a manutenção das relações de cooperação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo é o maior objetivo da política de relações institucionais do Governo Federal e que se pretende manter, em 2012, o nível de excelência e harmonia observado no acompanhamento dos trabalhos legislativos de 2011.

b) Articulação Federativa

Em 2011, o Governo deu continuidade ao processo de fortalecimento das relações intergovernamentais, consolidando os canais de diálogo federativo criados nos últimos anos. São exemplos o Comitê de Articulação Federativa (CAF), os Fóruns Regionais de Governadores e as comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais na área da saúde (Sistema Único de Saúde – SUS), de assistência social (Sistema Único de Assistência Social – Suas) e meio ambiente (Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama). Vale destacar a participação, em 2011, no XII Fórum dos Governadores do Nordeste, em Aracaju (SE), onde se reafirmou o compromisso com o desenvolvimento da região. O apoio a essas reuniões regionais de governadores busca estabelecer acordo em torno de uma carteira de investimentos compartilhada em cada macrorregião do País. Para isso, tem sido fundamental o apoio do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), que, por meio de reuniões preparatórias, organiza os fóruns de governadores do Nordeste e da Amazônia Legal.

Na esfera do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos (SASF), foram realizadas 11 reuniões visando à preparação para a XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e à discussão de outros temas, como a apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, do Plano Brasil Maior e do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis; a análise das finanças públicas





e o desempenho dos fundos constitucionais; o planejamento e desenvolvimento das políticas públicas – Plano Plurianual (PPA 2012-2015); e a proposta de simplificação dos procedimentos de transferências voluntárias a Estados e Municípios; entre outros.

Nesse sentido, vale ressaltar a assinatura, na reunião do CAF, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011. Essa portaria regula as transferências voluntárias da União, com o objetivo de desburocratizar o processo de repasse de recursos aos entes federativos brasileiros e aumentar o controle e a transparência sobre os investimentos públicos.

Em 2011, os Fundos de Participação dos Municípios e Estados (FPM e FPE) tiveram um acréscimo de 18,8% (janeiro a dezembro) em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa elevação é resultado do bom comportamento das receitas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que têm parte de sua arrecadação destinada àqueles fundos.

É importante destacar também a participação na XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A Marcha reuniu mais de 5 mil participantes, com o objetivo de avançar na construção de um pacto federativo mais justo, capaz de reduzir as diferenças regionais e promover o desenvolvimento sustentável. Durante o evento, foram apresentadas as principais estratégias de cooperação federativa no âmbito da saúde, da educação e do meio ambiente. Foram ainda apresentadas diretrizes da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e do Plano Brasil Sem Miséria, que preveem uma intensa cooperação entre os entes federativos.

No tocante ao PAC, o processo de seleção dos empreendimentos dentro do Programa buscou atender às demandas dos entes subnacionais na indicação de prioridades e alocação de investimentos, com base nas necessidades de infraestrutura no âmbito regional. A dinâmica de pontuação e diálogo federativo estabelecida na primeira fase do Programa (PAC 1) foi mantida no processo de seleção dos projetos nas áreas sociais, que incluem equipamentos de saúde, educação, habitação, saneamento, mobilidade, cultura e segurança pública.

A parceria com Estados e Municípios ocorreu também no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, cujo lançamento foi organizado em todas as regiões do País, de forma a respeitar as diferentes realidades. Durante os lançamentos, foram firmados compromissos entre a União, os Estados e os Municípios, estabelecendo ações e responsabilidades em relação à meta de superação da extrema pobreza. Em cada uma das regiões, foram anunciadas ações de transferência de renda, como a complementação financeira do Programa Bolsa Família, e o acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica.

O Governo Federal contribuiu, ao longo do último ano, para fortalecer os entes subnacionais e dar sustentabilidade às múltiplas escalas do projeto nacional de desenvolvimento do País. O Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foi objeto de discussão em eventos regionais realizados com o intuito de propiciar a integração gradual entre o Plano Plurianual federal e os Planos estaduais e municipais, mediante processo institucionalizado de articulação governamental.

Na esfera internacional, a Secretaria de Relações Institucionais participou de trabalhos de cooperação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, e de projetos diversos. São exemplos o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; a Cooperação Descentralizada Brasil-França; o Edital de Convocação para Projetos Franco-Brasileiros de Cooperação Descentralizada Trilateral em Benefício do Haiti e dos países do Continente Africano; o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul; e a Cooperação Descentralizada Brasil-Itália.





Sendo a manutenção do crescimento econômico um dos principais desafios para 2012, um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas é consolidar o federalismo cooperativo e promover uma repactuação do País que viabilize um desenvolvimento capaz de superar a extrema pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Nesse sentido, propõe-se, para 2012, fomentar a criação de instrumentos de cooperação e coordenação federativa, como os consórcios públicos e as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, a fim de criar escalas mais adequadas à prestação dos serviços e acelerar a realização dos planos de desenvolvimento regional.

Relativamente às finanças públicas, novos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deverão ser negociados com as unidades da Federação e podem fortalecer o pacto federativo, promovendo uma distribuição mais justa e equitativa dos recursos. Para o ano de 2012, a Secretaria do Tesouro Nacional estima os repasses de FPE em R\$ 55 bilhões e de FPM em R\$ 60,7 bilhões, já descontada a parcela do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Para 2012, também está previsto o lançamento da Agenda de Compromissos do Governo Federal e dos Municípios 2013-2016, cujo objetivo é oferecer aos novos prefeitos um instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas. Por meio da Agenda de Compromisso, será proposta aos candidatos a prefeito a assunção de oito compromissos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O foco do projeto serão os prefeitos que tomarão posse no início de 2013 e que poderão aderir ao sistema de monitoramento via Internet e ser certificados pelo Governo Federal, anualmente, pelas metas alcançadas.



VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO



VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

1. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos

O Governo Federal tem avançado na gestão orçamentária para fazer frente ao desafio imposto pelas demandas sociais crescentes, racionalizando o processo de alocação de recursos e zelando pelo equilíbrio das contas públicas com foco nos bens e serviços ofertados à sociedade. Nesse sentido, o Programa de Eficiência do Gasto (PEG), que busca eliminar o desperdício e dinamizar a gestão, vem contribuindo para esse objetivo. Reconhecendo que diversas experiências bem-sucedidas já estão sendo implementadas por diversos órgãos e gestores públicos, o PEG pretende realizar um levantamento das boas práticas voltadas para a eficiência do gasto público na administração pública federal e disponibilizá-lo em um sistema aberto – o Sistema de Acompanhamento do Programa de Eficiência do Gasto (Sispeg) –, disponível aos interessados, no qual constarão a descrição detalhada de cada prática e as vantagens, em termos de eficiência, que elas trazem aos órgãos ou entidades que as utilizam.

Os avanços em prol da eficiência na aplicação dos recursos públicos são percebidos também no âmbito tecnológico. Os principais sistemas de compras governamentais e gestão de convênios têm sido continuamente aprimorados, em especial o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg), o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) e o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Destaca-se a implantação do novo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), desenvolvido em plataforma *web*, proporcionando vários benefícios, como celeridade e facilidades aos operadores do sistema na gestão das informações dos fornecedores de bens e serviços para o Governo Federal. Além disso, estão em andamento as ações de ampliação do programa de contratações sustentáveis, de revisão das normas e funcionalidades do Sistema de Registro de Preços (SRP), e da legislação e dos regulamentos da licitação da modalidade pregão.

A execução de ações para modernização da logística governamental terá sequência em 2012, com uma série de projetos, dentre os quais: i) implantação de modelo de compras compartilhadas; ii) adequação da legislação sobre sustentabilidade, eficiência energética e resíduos eletroeletrônicos; iii) revisão dos modelos de terceirização de serviços e de aquisição de passagens aéreas; iv) proposição de novo modelo para o Sistema de Serviços Gerais (SISG); v) implantação de modelo de gestão de frota de veículos oficiais e de contratação e gestão de obras públicas, e vi) implantação de nova metodologia de valor de referência para as contratações públicas.

Com o objetivo de reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e melhorar o planejamento das necessidades dos órgãos federais, teve início o processo de contratações conjuntas. O processo licitatório de contratação das empresas para a prestação dos serviços de telefonia móvel e fixa contou com a participação de 29 órgãos e gerou uma economia ao Governo superior a R\$ 33 milhões/ano, uma vez que os valores de referência da contratação foram tomados com base na média das tarifas praticadas em contratos vigentes nos respectivos órgãos. Para o ano de 2012, estão previstos novos processos de contratações conjuntas, como a aquisição de *notebooks* e *desktops* para mais de 18 órgãos e também contratações conjuntas de ativos de rede.

O Governo também tem buscado novas formas de financiamento e parcerias com o setor privado visando ao aumento do investimento público, com destaque para o fortalecimento técnico-institucional, por meio do treinamento de facilitadores em projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP); a disseminação dos conceitos; e a estruturação de novos projetos. Em 2011, foram realizados cursos para os Estados da Paraíba, de Santa Catarina e de Alagoas, com participação de 170 servidores, e, ainda, Curso de Avaliação de Negócios em Infraestrutura, em cooperação com o Fundo Multilateral





de Investimentos (Fomin), com participação de 80 servidores federais e estaduais de diversos órgãos do Poder Executivo e de tribunais de contas envolvidos na análise financeira de projetos de infraestrutura candidatos à modelagem de PPP.

Em 2012, será publicado um guia de melhores práticas de licitação para PPP e concessões. Também está prevista modelagem PPP para os seguintes projetos: i) Construção e Manutenção do Novo Colégio Militar de Manaus (educação); ii) Logística de Abastecimento de Veículos Militares (defesa); iii) Fabricação do Novo Fuzil (defesa); iv) Reforma e Atualização do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (defesa); v) Reforma e Ampliação do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (educação e esportes); e vi) Gestão dos Parques Nacionais de Jericoacoara e de Ubajara, no Ceará, e de Sete Cidades e da Serra das Confusões, no Piauí (meio ambiente).

No que se refere à captação de recursos externos para financiamento de projetos do setor público, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 70 novas operações de financiamento externo em 2011, no total de US\$ 17,6 bilhões. Com isso, o Governo deu continuidade ao fortalecimento da capacidade de investimento dos Estados e Municípios, ampliando a participação dos entes subnacionais no total de recursos externos direcionados ao setor público. Das 27 operações contratadas, no valor total de US\$ 2,9 bilhões, os Estados ficaram com 49,9% dos recursos, distribuídos em dez operações; a União com 43,8%, em onze operações; e os Municípios com 6,2%, em seis operações.

O Governo brasileiro participou ativamente de negociações para aumentar o capital e criar novos instrumentos de crédito nos organismos financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, buscou incentivá-las a adotar uma agenda de cooperação Sul-Sul, gerando oportunidades de maior inserção do Brasil nos continentes latino-americano e africano. Nesse contexto, o Brasil participou da nona recomposição do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida), da terceira recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), e assinou acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a concessão de cooperação técnica aos países membros nas áreas de agricultura e agronegócio, desenvolvimento do setor privado, energia limpa e meio ambiente, governança pública, saúde e desenvolvimento social.

a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 938,9 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2011. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2010, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de cerca de 10%. Esse resultado foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) crescimento de 7,65% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2010 a novembro de 2011, em relação ao período de dezembro de 2009 a novembro de 2010; ii) consolidação/antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; iii) crescimento de 25,45% no valor em dólar das importações; iv) recolhimento extraordinário de R\$ 5,8 bilhões, na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; e v) aumento nominal de 15,60% na massa salarial quando considerado o período de dezembro de 2010 a novembro de 2011, em relação ao comparativo de dezembro de 2009 a novembro de 2010, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE).

Em relação às medidas de desoneração tributária estabelecidas no ano de 2011, convém destacar: i) desoneração da folha de pagamentos para setores específicos; ii) redução da alíquota específica da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre gasolina e diesel; iii) prorrogação da desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre Bens de Capital, Caminhões, Veículos Comerciais Leves e Materiais de Construção; iv) desoneração temporária do IPI para refrigeradores, fogões de cozinha e máquinas de lavar; v) correção da tabela do Imposto de Renda Pessoas Físicas;





vi) aumento dos limites para o enquadramento nos regimes de tributação simplificados – Simples Nacional e Microempreendedor Individual (MEI); e vii) ampliação do limite de enquadramento no Programa Minha Casa, Minha Vida (imóvel de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil).

b) Resultado Fiscal

Durante o ano de 2011, a política fiscal do Governo Federal foi conduzida em um ambiente de crescimento econômico guiado, principalmente, pelo mercado doméstico. No que se refere ao mercado externo, o ano foi marcado pelo aumento das incertezas em relação à economia global, com destaque para países da Zona do Euro. Os indicadores de atividade econômica apontam para um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 da ordem de 3%, enquanto a inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 6,5%.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2011) estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de R\$ 117,9 bilhões. Em setembro de 2011, esse mesmo parâmetro foi majorado em R\$ 10 bilhões, sendo a meta para o Governo Central estabelecida em R\$ 91,8 bilhões, totalizando R\$ 127,9 bilhões para o setor público não financeiro.

Até novembro de 2011, o resultado primário do Governo Central –Tesouro Nacional, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Banco Central do Brasil (BCB), na ótica “acima da linha”, atingiu R\$ 91,1 bilhões, o equivalente a 2,41% do PIB.

Dados do BCB informam que a dívida líquida do setor público, até novembro, era de R\$ 1,508 trilhão, equivalendo a 36,6% do Produto Interno Bruto, com trajetória declinante em relação ao PIB. Em dezembro de 2010, este indicador somava R\$ 1,476 trilhão, o equivalente a 40,2% do PIB. Para 2012, o Ministério da Fazenda (MF) prevê a relação dívida líquida/PIB inferior a 36%.

Em 2011, iniciou-se a divulgação de informações relativas à administração financeira e contábil da União, conforme metodologia harmonizada do Manual de Estatísticas Fiscais do Mercosul 2010 (MEF 2010), objetivando maior transparência e comparabilidade de indicadores fiscais entre os países integrantes do Bloco.

Adicionalmente, o Brasil reportou, pela primeira vez, para o *Government Finance Statistics Yearbook* (GFSY) – publicação do Fundo Monetário Internacional de dados de estatísticas de finanças públicas pelo critério de apuração “acima da linha”, no padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001, dados com a abrangência de Governo Geral (Governo Federal, Estados e Municípios), aumentando a oferta de dados alinhados aos padrões internacionais e possibilitando maior detalhamento analítico às informações de finanças públicas.

c) Administração da Dívida Pública

O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo de financiamento em longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Em linha com esse objetivo e com as diretrizes que permitiram o seu alcance, em 2011, todas as metas traçadas para os indicadores da DPF no Plano Anual de Financiamento foram alcançadas. Em especial, destaca-se a elevação da participação das dívidas prefixadas e remuneradas por índices de preços que, em conjunto, já respondem por mais de 65% da composição da DPF em poder do público, reforçando a gradual e contínua melhora do perfil da dívida pública. A estrutura de vencimentos da dívida também apresentou avanços, uma vez que o seu prazo médio chegou a 3,6 anos, maior valor para o fechamento de um ano desde 2002.





Quanto às perspectivas para 2012, o Tesouro Nacional manterá a diretriz de substituir gradualmente os títulos indexados a taxas flutuantes por instrumentos prefixados e remunerados por índices de preços, bem como avançará no alongamento do prazo médio da DPF e na manutenção dos vencimentos de curto prazo em níveis prudentes. Paralelamente, será dada continuidade ao processo de interlocução com os diversos segmentos representativos do mercado financeiro, dentre outras iniciativas, com vistas a ampliar a base de investidores, conservar a transparência de suas atuações e assegurar a mais adequada oferta de títulos públicos.

d) Fortalecimento do Investimento Público

Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social tiveram trajetória ascendente desde o seu lançamento em 2007 e alcançaram 0,68% do PIB em 2011. No período janeiro a dezembro de 2011, as despesas do PAC atingiram R\$ 28 bilhões, o que representou um crescimento de 27% em relação ao realizado em 2010. Destacam-se os pagamentos de R\$ 7,7 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e de R\$ 13,0 bilhões do Ministério dos Transportes em 2011. O crescimento da execução do PAC contribuiu para a manutenção, em 2011, da taxa de investimento total do Governo, que inclui as estatais, em patamar superior a 3% do PIB de 2009 a 2011, valores acumulados em 12 meses, até outubro.

Tais números evidenciam que o investimento público brasileiro ascendeu a novo patamar, especialmente após o lançamento do PAC. O papel indutor do Estado imprimiu nova dinâmica aos investimentos no Brasil, em especial na área de infraestrutura. Nesse contexto, é fundamental o papel da Petrobras, com um robusto plano de investimentos programado até 2014, em decorrência da exploração do Pré-Sal. Além disso, os bancos públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), continuam a apoiar, de forma indireta, os investimentos do País com seus financiamentos, contribuindo para que a retomada do crescimento ocorra com o alargamento da capacidade produtiva da economia para o futuro e permitindo, também, a construção da infraestrutura necessária para os grandes eventos esportivos previstos para ocorrer no País em 2014 e 2016.

Para os investimentos voltados ao setor energético, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou o montante de recursos autorizados para a contratação de novas operações de crédito destinadas ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica. Além disso, foram ampliados os limites para a contratação de operações de crédito com vistas à execução de ações de saneamento ambiental e projetos de pavimentação selecionados no âmbito do PAC Transportes.

As perspectivas apontam para o reforço da gestão e dos investimentos do PAC, com o intuito de manter a estratégia de indução do investimento público e privado, de manutenção da taxa de crescimento do PIB e de geração de emprego. Em 2012, será dada continuidade à política de priorização do investimento público em áreas estratégicas de infraestrutura. Para execução do PAC, estão previstos R\$ 42,5 bilhões nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Também há expectativa de aceleração na execução de investimentos relacionados à realização da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

e) Apoio aos Estados e Municípios

Em 2011, reflexo das políticas econômicas colocadas em prática, as arrecadações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Renda (IR) cresceram significativamente. Como consequência, houve uma elevação de 23,26% nos repasses via Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atingindo R\$ 65,7 bilhões; de 23,18% no Fundo de Participação dos Estados (FPE), atingindo R\$ 60,1 bilhões; e de 19,66% no IPI-Exportação, que chegou a R\$ 4,4 bilhões. A estimativa dos mesmos repasses para 2012 apontam para um aumento nominal em torno de 13% em relação a 2011.





No que se refere à Lei Kandir, foram repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para Compensação da Isenção do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) para Estados exportadores, o valor de R\$ 1,95 bilhão, estando esse valor mantido para 2012, de acordo com a Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Quanto ao fomento às exportações no País – auxílio financeiro que visa atender ao pleito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de alterar os índices de repartição dos recursos destinados à compensação dos Estados Exportadores previstos na Lei Kandir –, cabe ressaltar que, por meio da Medida Provisória nº 546, de 29 de setembro de 2011, foram estabelecidos critérios, prazos e condições para a distribuição dos valores autorizados. Com base nesses critérios, foram distribuídas três parcelas de R\$ 650 milhões, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2011.

Outras medidas importantes de apoio foram: i) estabelecer condições para contratação de financiamentos passíveis de subvenção econômica pela União, destinados a capital de giro e investimento, de empresas e microempreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, que decretaram situação de emergência ou calamidade pública, dentro do limite de R\$ 400 milhões; ii) autorizar a contratação de novas operações de crédito, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias (Provias), para os Municípios que declararam estado de calamidade pública ou situação de emergência, de acordo com Decretos Estaduais do Rio de Janeiro; iii) estabelecer condições para contratação de financiamento passíveis de subvenção econômica pela União, destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas caracterizadas como produtores rurais, localizados em Municípios de Estados da Federação atingidos por desastres naturais e abrangidos por decreto estadual de situação de emergência ou estado de calamidade pública, relacionados em ato do Poder Executivo Federal, dentro do limite de R\$ 1,5 bilhão; iv) alteração do prazo de contratação de financiamento, no âmbito da linha de crédito emergencial, para realização de despesas de capital pelos Estados e Distrito Federal; v) ampliação do prazo para contratação das operações de crédito que forem incluídas nos Programas de Ajuste Fiscal dos Estados (PAF) para até 31 de dezembro de 2011; vi) autorização concedida pelo Governo Federal para que 17 Estados ampliem seus limites de crédito fiscal (em R\$ 37 bilhões); e vii) previsão, no âmbito do PAC 2, de R\$ 5 bilhões para obras de saneamento básico para Municípios com até 50 mil habitantes, sendo R\$ 4 bilhões no âmbito do Orçamento Geral da União (OGU), por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e R\$ 1 bilhão em financiamento, no período 2011-2014.

No que se refere ao fortalecimento da gestão administrativa e fiscal dos Municípios brasileiros, merece destaque o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o qual tem por objetivos: i) criar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, por intermédio de receitas próprias, e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte; ii) estruturar a gestão administrativa e fiscal dos Municípios, sobretudo naqueles com dependência de transferências de recursos, de modo a aprimorar a execução de políticas oriundas do Orçamento da União; iii) contribuir para reduzir as disparidades técnicas e operacionais existentes entre as várias administrações fiscais municipais e para a integração dos diferentes sistemas fiscais; e iv) favorecer a transparência da gestão pública e o controle social. No âmbito da 2ª Fase do PNAFM, até dezembro de 2011, foi comprometido junto aos Municípios participantes do Programa o valor de US\$ 131,3 milhões de um montante de US\$ 135,0 milhões. Assim, para o exercício de 2012, o Ministério da Fazenda além de aplicar o saldo existente, iniciará gestões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), objetivando a construção de nova Operação de Crédito que permita a continuidade das ações de fortalecimento da gestão municipal.





f) Dívida Ativa da União

Conforme dados acumulados até o mês de novembro de 2011, o estoque da Dívida Ativa da União (DAU), administrada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), atingiu o valor aproximado de R\$ 967 bilhões, com crescimento de 10,26% em relação a 2010. A arrecadação da DAU, no mesmo período, ficou em torno de R\$ 10,5 bilhões, registrando o crescimento expressivo de 94,60% em relação ao ano anterior. A consolidação das modalidades de parcelamento previstas na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, teve um peso decisivo para o alcance desse patamar, na medida em que se arrecadou nesse ano o valor de R\$ 7,64 bilhões, ante uma arrecadação que, no bojo desse parcelamento no ano de 2010, chegou ao montante de R\$ 2,34 bilhões. O encerramento da possibilidade de parcelamento das inscrições de crédito rural evidenciou um saldo bastante favorável na cobrança amigável desse crédito com histórico de baixa recuperabilidade, tendo sido formalizados 15.940 acordos ao longo dos últimos três anos, com uma arrecadação acumulada parcial de R\$ 356 milhões. Nas conversões de depósitos judiciais em renda da União, alcançou-se a arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 10,14 bilhões. Em outro norte, a PGFN avançou significativamente na melhoria do atendimento ao cidadão, com a implantação de polos de atendimento conjunto com a Receita Federal do Brasil, em todos os Municípios sede de suas unidades.

g) Programa Nacional de Educação Fiscal

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por objetivo mobilizar e formar a consciência fiscal e social, propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado. Em 2011, na modalidade de educação a distância, foram formados 16.651 disseminadores de educação fiscal nos Estados, que atuarão como difusores do Programa junto a repartições públicas, escolas, universidades, conselhos de políticas públicas e comunidades, totalizando 87.774 disseminadores formados desde sua implantação em 2004. Atualmente o Programa alcança todos os Estados da Federação e está presente em 279 Municípios.

Tendo como referência conceitual a necessidade de ampliação do foco na temática da melhoria da qualidade do gasto público, os desafios para 2012 são: i) aprimorar o sistema de monitoramento e avaliação das ações do PNEF; ii) ampliar a formação de conselheiros e lideranças comunitárias; e iii) fortalecer e ampliar a participação dos Municípios.

2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

Construir condições para que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) adicione valor às ações de Governo é a diretriz central pela qual as ações têm sido empreendidas no sentido de contribuir na promoção da cidadania digital, por meio de ações de inclusão digital e da oferta de serviços eletrônicos, possibilitando o atendimento rápido e conclusivo aos cidadãos. Essa concepção ganhou reforço institucional com a publicação do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que amplia a atuação do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp). O Sisp alcançou a totalidade dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, esta última compreendida pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais puderam aderir aos princípios norteadores dos oito eixos temáticos do Sistema, quais sejam: i) governança de TI; ii) contratação de TI; iii) Software Público Brasileiro; iv) Padronização Tecnológica; v) Governo Eletrônico; vi) Serviços de Rede; vii) Segurança da Informação; e viii) Interoperabilidade.

Com o objetivo de aumentar a transparência da ação governamental e a participação do cidadão nas políticas públicas, foram definidas diretrizes para padronizar e promover a disseminação de dados e informações públicas à sociedade. Essas diretrizes, alinhadas com outras experiências internacionais de dados abertos, preveem a possibilidade de reutilização dos dados em aplicativos desenvolvidos pela sociedade.





Foi também estruturada uma agenda para consolidar a política de Dados Abertos, alinhada com a coliderança que o Governo brasileiro exerce junto à iniciativa da *Open Government Partnership* (OGP) e com as boas práticas de dados abertos preconizadas pelas organizações internacionais e pelos países que são referência no tema. Nesse sentido, o Brasil desenvolve o seu portal de dados abertos, cuja proposta é compartilhar dados brutos e abertos, e a Instrução Normativa que institui a Infraestrutura Nacional e Dados Abertos (Inda).

O portal Governo Eletrônico continua sendo o ambiente oficial de informações sobre o Programa de Governo Eletrônico (www.governoeletronico.gov.br), contendo, também, assuntos relacionados ao Sisp. Ressalta-se a importância do Sistema de Consultas Públicas do portal, que permite a construção de documentos e normativos com a participação da sociedade. Cabe citar a utilização desse instrumento por outras instituições além do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e prefeituras, corroborando a capacidade da ferramenta em incentivar a participação popular nas mais diversas ações de Governo.

O Guia de Serviços Públicos Federais está em desenvolvimento, com lançamento previsto para março de 2012, e tem por objetivo integrar duas importantes iniciativas do Governo: a universalização do acesso aos serviços governamentais, de forma a atender às diretrizes do Programa de Governo Eletrônico, e o Decreto Cidadão (Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009), um marco legal para a desburocratização e simplificação do atendimento ao cidadão. Este novo ambiente proverá de forma ágil e eficiente o acesso às informações sobre os serviços prestados pelo Governo ao cidadão, caracterizando-se por um canal eletrônico descentralizado, acessível, usual e integrado. O Guia de Serviços também será utilizado como mecanismo de suporte, com vistas a democratizar e universalizar o acesso aos serviços públicos.

No âmbito da cooperação envolvendo o Governo Eletrônico, foi desenvolvido ambiente *Web* de colaboração com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para compartilhamento de experiências e formas de atuação conjunta.

A nova versão do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (*e-Mag 3.0*), após consulta pública, foi oficialmente apresentada no dia 21 de setembro – Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência – sendo um importante passo para o Governo tratar a questão da acessibilidade na *Web*. O trabalho contou com a participação da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (Renapi), do Ministério da Educação. Além do novo modelo, a parceria gerou outros instrumentos como *checklists* de validação por deficientes visuais e desenvolvedores; avaliou 200 sítios de órgãos federais delineando um retrato da situação da acessibilidade digital no Governo; adequou os cursos a distância já existentes para a nova versão do modelo e realizou um estudo comparativo de leitores de tela, comprovando que as soluções em *software* livre estão em igualdade com as soluções proprietárias. Cabe salientar que todos os produtos gerados nessa parceria encontram-se publicados no portal do Programa de Governo Eletrônico para uso dos órgãos governamentais e por toda a sociedade.

No início de 2011, foi lançada a Instrução Normativa do Software Público Brasileiro, que institucionalizou o modelo de compartilhamento de software do Governo Federal e sua rede de parceiros. Com o referido normativo, o ambiente virtual (www.softwarepublico.gov.br) tornou-se referência para acompanhamento, controle e difusão do software livre na sociedade. O número de soluções disponíveis foi ampliado de 40 para 56 e mais de 140 mil cadastros de usuários estão válidos, contribuindo para racionalizar a contratação de *software* pela administração pública e fomentando práticas de compartilhamento de soluções entre os entes públicos, sendo que 63 municípios já publicaram casos de sucesso de informatização com *software* público.

No que se refere à Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (*e-PING*), aprofundou-se a estratégia de sua disseminação entre os órgãos integrantes do Sisp, por meio da ação de dados abertos, e da adoção de metodologias e ferramentas mais modernas para possibilitar a integração dos sistemas de informação do Governo.





A Infovia Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do Governo Federal situados na região metropolitana de Brasília, um conjunto de serviços e funcionalidades em ambiente seguro e de alto desempenho, consistindo em uma rede que apresenta pouca possibilidade de ocorrência de falhas, proporcionando significativa redução dos custos de comunicação e um ambiente capaz de servir de suporte à implementação das políticas públicas de Governo. Em 2011, a rede Infovia Brasília foi ampliada com a adesão de mais 15 órgãos, representando o total de 63,9% dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (Sisp) conectados em Brasília. Nesse mesmo ano, mais quatro órgãos foram agregados à solução de telefonia da rede Infovia Brasília, totalizando 26 órgãos beneficiados.

Como ação direta em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) na administração pública federal, foram emitidos 6.023 certificados digitais para acesso a sistemas estruturadores das atividades administrativas do Governo que gerenciam considerável parcela dos gastos públicos, como o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), o Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e o Sistema Integrado de Administração Patrimonial da União (Siapa/SPU). Para 2012, está prevista a emissão de mais 20 mil certificados digitais, contribuindo para a manutenção da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados sob custódia do Governo.

3. Transparência na Administração e Controle Social

No âmbito da transparência pública, a medida de maior importância no ano de 2011 foi a aprovação e sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações e dispõe sobre os procedimentos a serem observados para garantia dos seguintes direitos constitucionais: i) de as pessoas receberem informações dos órgãos públicos; ii) de acesso dos usuários a registros administrativos e informações sobre atos do Governo; e iii) da franquia pela administração pública da consulta à documentação governamental a quantos dela necessitarem.

A referida Lei alcança todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, além das entidades controladas pela União e demais entes federados e as entidades sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público.

Para 2012, estão previstas a regulamentação da Lei e a organização institucional e capacitação de servidores para seu cumprimento, o que demandará um grande esforço de adequação tecnológica, de procedimentos e métodos de trabalho, dado comando de 180 dias entre a data da sanção da Lei e o início da sua vigência.

Ainda no sentido de estimular o exercício da cidadania, foi elaborado e disseminado o Orçamento ao Alcance de Todos. A publicação apresenta uma linguagem mais acessível ao cidadão e propicia maior compreensão sobre os dados orçamentários a todos os setores da sociedade. Em 2012, serão impressos 14 mil exemplares.

Além disso, o Governo Federal vem desenvolvendo trabalho educativo nos Estados de Alagoas, de Santa Catarina, de Pernambuco, do Amazonas e de Goiás, com a cartilha de orçamento público Sofinha e Sua Turma (<https://www.portalsof.planejamento.gov.br/sofinha>), cujo formato de história em quadrinhos estimula o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e o controle social dos recursos públicos. Em 2011, foram distribuídos cerca de 30 mil exemplares da cartilha e, em 2012, a tiragem será de 150 mil exemplares, nas versões em Português, Espanhol, Inglês e Alemão, a ser distribuída nas escolas públicas e instituições que tenham interesse em trabalhar o tema orçamento público e para aquelas que trabalham a educação fiscal.





Também a Escola Virtual SOF (<https://ead.orcamentofederal.gov.br/>) tem proporcionado, desde sua criação em 2008, transferência de conhecimento por meio da Internet, estimulando a reflexão e o aperfeiçoamento de temas orçamentários nas esferas federal, estadual e municipal. Em 2011, foi registrada a formação de 1.676 alunos nos cursos oferecidos pela Escola Virtual da SOF, sendo 564 alunos para o curso de Orçamento Público; 814 para o curso de Orçamento Básico e 298 para o curso de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Para 2012 estão previstas 28 turmas englobando os cursos: Básico de Orçamento Público, Orçamento Público, LDO, Receita Pública Intermediário e Avançado, Federalismo Fiscal, com uma previsão de 2 mil alunos formados.

O Brasil, os Estados Unidos da América (EUA) e mais seis nações lançaram, no ano de 2011, a Parceria para Governo Aberto, *Open Government Partnership* (OGP), uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparéncia orçamentária, acesso público à informação e participação social. O Comitê Diretor Internacional da iniciativa conta, no biênio de 2011-2012, com a copresidência do Brasil (Controladoria-Geral da União) e dos EUA (Departamento de Estado), sendo composto por representantes dos Governos do México, África do Sul, Filipinas, Reino Unido, Indonésia e Noruega, além de organizações da sociedade civil do mundo todo, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), *International Budget Partnership*, *Africa Center for Open Governance* e *Revenue Watch Institute*, entre outros. Os países integrantes da parceria apresentaram os Planos de Ação nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o aumento da integridade pública, a gestão mais efetiva dos recursos e dos serviços públicos, a criação de comunidades mais seguras, e o aumento da integridade no setor privado. Por meio do Decreto de 15 de setembro de 2011, foi instituído o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto – destinado a promover ações e medidas que visem ao incremento da transparéncia e do acesso à informação pública; à melhoria na prestação de serviços públicos; e ao fortalecimento da integridade pública – e criado o seu Comitê Interministerial, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e composto, ainda, pela Controladoria-Geral da União, Secretaria-Geral da Presidência da República e outras 15 pastas ministeriais.

Em 2011, o Portal da Transparéncia, considerado uma das principais ferramentas de transparéncia pública do mundo, revelou recursos no montante de R\$ 9,17 trilhões, com informações atualizadas diariamente, permitindo completa visibilidade das despesas realizadas pelo Governo Federal. Além disso, registrou mais de 42 mil cadastros de cidadãos para receberem informações sobre repasses de convênios federais. Foram diversas as inovações processadas em 2011, entre elas, destacam-se: i) inserção de novas descrições de situações de convênios cadastrados no Siconv na consulta “Convênios”; ii) inclusão de dados abertos da ação Seguro Defeso; iii) disponibilização dos dados do Portal da Copa do Mundo FIFA 2014 em formato aberto; e iv) disponibilização de consultas específicas sobre informações como as dos Cartões de Pagamento da Defesa Civil.

Destaca-se que, por meio do Decreto nº 7.641, de 13 de janeiro de 2012, as transferências de recursos federais feitas pela União para entidades privadas sem fins lucrativos devem estar obrigatoriamente cadastradas no Siconv, a partir de 16 de janeiro.

4. Produção e Disseminação de Dados

As informações de natureza estatística e os mapeamentos e análises geográficas são imprescindíveis para conhecer, diagnosticar e monitorar a dinâmica territorial, demográfica, econômica e social do País. Por isso, o Governo vem intensificando investimentos na produção e disseminação dessas informações.

A divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2010, iniciada em novembro do mesmo ano, teve continuidade em 2011, subsidiando a definição e implantação de vários programas do Governo, com destaque para o Plano Brasil Sem Miséria (BSM).





Os resultados do Censo foram fundamentais para quantificar o público-alvo do Plano, demonstrando que 16,2 milhões de brasileiros vivem em domicílios cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa, e para o detalhamento dessa informação em cada Município do País. Cabe ainda mencionar a disponibilização dos dados sobre pessoas portadoras de deficiência, fundamentais para o desenvolvimento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

O início da implantação, em 2011, do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), a partir da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad – Contínua), foi um marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares do País diante das demandas por informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira.

Na área da produção de estatísticas da agropecuária, cabe destacar o planejamento do Sistema Nacional de Pesquisas por Amostragem de Estabelecimentos Agropecuários (SNPA), que irá aprimorar e disponibilizar novas informações, incluindo as condições de vida e pobreza nas áreas rurais. O SNPA está em sintonia com as diretrizes da Estratégia Global para Aprimoramento das Estatísticas Agropecuárias (*Global Strategy to Improve Agricultural Statistics*), de forma a incorporar metodologias e recursos técnicos avançados e economicamente eficazes para melhorar as estatísticas agropecuárias.

No âmbito das geociências, foi lançado o Atlas de Saneamento 2011 que faz uma leitura territorial dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, estabelecendo uma visão articulada das diferenças regionais existentes entre a distribuição, abrangência e qualidade dos serviços de saneamento nos Municípios.

Ressalta-se também: i) a divulgação da Malha Municipal Digital de Setores Censitários do Censo 2010 e os dados agregados por setor censitário da Sinopse Preliminar do Censo, os quais permitem visualizar resultados do Censo 2010 em um mapa digital; ii) as publicações Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal, que reúnem informações sobre os recursos naturais da região; iii) a disponibilização dos Mapas Municipais Estatísticos dos 5.565 Municípios; iv) o Cadastro de Localidades Selecionadas dos Municípios Brasileiros – 2010; e v) dez novos mapas físicos da Série Estadual: Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rondônia, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins e o mapa político do Distrito Federal.

Destacaram-se, ainda, o recebimento pelo Governo do Prêmio de Excelência Geoespacial pelo projeto Base Territorial 2010 – Evolução e Potencial, considerado a melhor aplicação geoespacial para demografia da América Latina em 2011, e os acordos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os institutos de estatística de países como Cabo Verde, Paraguai, Colômbia e Senegal, para compartilhamento de conhecimento e tecnologia.

5. Valorização dos Servidores e Gestão de Pessoas na Administração Pública Federal

A política de gestão de pessoas é norteada pelo princípio da democratização das relações de trabalho e tem por prioridade a valorização dos servidores públicos federais, o fortalecimento das carreiras do Poder Executivo Federal e a modernização dos sistemas e processos de trabalho. Com essas ações, vem sendo aprimorada a capacidade de gestão do Estado, combinada com transparência e melhoria da qualidade dos serviços prestados, restaurando a confiança da sociedade no serviço público.

Em 2011 o Sistema Nacional de Negociação Permanente teve continuidade tendo em vista a importância da negociação das condições de trabalho para a democratização das relações de trabalho. Nesse sentido, oito termos de acordo foram firmados com o objetivo de realizar reestruturações pontuais, abrangendo 670 mil servidores públicos federais, com impacto financeiro de R\$ 1,6 bilhão. Como resultado da negociação entre o Governo e as entidades sindicais de caráter nacional representativas dos servidores públicos federais, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto



de Lei nº 2.203/2011, que dispõe sobre a reestruturação de cargos, planos de cargos e carreiras e suas estruturas remuneratórias no âmbito da administração pública federal.

Diante dos resultados obtidos com o diálogo, foi pactuada na Mesa de Negociação uma proposta para regulamentação da negociação das condições de trabalho no serviço público, que trata também do exercício do direito de greve e aprimora as regras para o exercício do mandato sindical, perfazendo o tripé de instrumentos para o tratamento dos conflitos nas relações de trabalho: negociação das condições de trabalho, direito de greve e liberdade sindical.

Dentro da mesma perspectiva de valorização do servidor, destacaram-se iniciativas como a obrigatoriedade da oferta de exames médicos periódicos, a instituição de diretrizes e ações em saúde mental e a elaboração de normas para a criação de comissões internas de saúde do servidor nos órgãos da administração pública federal direta e indireta.

Foram inauguradas 60 unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass) com Acordos de Cooperação Técnica firmados para atender servidores de diferentes órgãos. Além disso, está em plena fase de implantação o sistema informatizado Siape-Saúde que contém dados das perícias dos servidores. De dezembro de 2009 a dezembro de 2011, o sistema informatizado já abrangeu 96 serviços de saúde, distribuídos nas unidades federadas, alcançando 61,34% dos servidores do Executivo Federal. Foram concluídas, até dezembro de 2011, 105.343 perícias no sistema informatizado. Complementa o sistema de informações de saúde do servidor o módulo de exames médicos periódicos e o de promoção à saúde.

Merece ainda destaque o fato de que os sistemas de perícia e de exames médicos periódicos estão disponibilizados no portal de softwares públicos para os Governos Estaduais e Municipais.

Alinhado ao avanço tecnológico, o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Sigepe.gov), que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), teve sua marca registrada no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e, em sua primeira fase, envolve três processos: i) projeto-piloto de Assentamento Funcional Digital (AFD); ii) desenvolvimento dos artefatos iniciais à integração Siape e Sigepe.gov; e iii) desenvolvimento do Sigepe.gov de acordo com as etapas contempladas no Plano Plurianual (PPA 2012-2015).

Para 2012, o Assentamento Funcional Digital (AFD) será parte de um banco referencial de dados e imagens das pastas funcionais, com indexadores para localização dos documentos por meio de sistema *on-line*, que permitirá a redução do volume de papéis armazenados e tramitados.

O Projeto Melhoria da Qualidade de Gastos da Folha de Pagamento no âmbito do Siape, instituído em 2011, auxiliará no saneamento das bases de dados e será parte dos subsídios para os primeiros passos da integração Siape e Sigepe.gov. O Projeto, em curso desde junho de 2011, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU), visa aperfeiçoar os mecanismos de transparência, de controle e de melhoria da qualidade do gasto público concernente às despesas de pessoal destacando-se: i) a eliminação de pagamentos indevidos e dados inconsistentes; ii) a viabilização do cumprimento da legislação de recursos humanos no sistema Siape; iii) a manutenção atualizada dos dados cadastrais de servidores aposentados e de beneficiários de pensão; e iv) o aperfeiçoamento do sistema Siape para a migração das bases de dados ao Sigepe.gov.

Em 2011, foram autorizados concursos para 6.716 cargos e o provimento de 13.417 cargos efetivos para recompor a força de trabalho. Dentre as vagas, destacam-se as destinadas à implementação das políticas prioritárias de Governo, tais como o





Projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), possibilitando a abertura de novas universidades federais, unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e do Instituto Federal de Ensino Superior (IFES). Nesse quantitativo, também estão incluídos cargos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Ministério da Saúde e a Polícia Rodoviária Federal. O perfil majoritário foi de 98% de cargos de nível superior. Foi ainda autorizado o provimento de 1.125 cargos para substituir postos de trabalho terceirizados em desacordo com o Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

O maior desafio que se apresenta é o de construir e implementar um processo sistemático de planejamento da força de trabalho na administração pública, tarefa da mais alta complexidade, mas necessária e urgente, direcionando a gestão de recursos humanos para a obtenção das competências que serão necessárias no futuro.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos e do desenvolvimento de competências associadas ao exercício das funções, em 2011, foram capacitados 1.319 servidores nos programas de aperfeiçoamento para carreiras das áreas de gestão, planejamento e orçamento, finanças, controle e comércio exterior; 1.667 servidores de agências reguladoras e 24.385 em cursos a distância. Ainda foram realizados cursos de formação inicial para 95 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e 102 Analistas de Planejamento e Orçamento. No âmbito da carreira de EPPGG, foram criados, pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que reestrutura o Sistema de Defesa da Concorrência, 200 cargos para exercício na Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), observadas as diretrizes e os quantitativos estabelecidos pelo Órgão Supervisor da Carreira, a serem providos gradualmente

Em 2011, foram conferidos 52 títulos de especialistas a servidores públicos que concluíram os cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública e Gestão de Pessoas. Outros 93 servidores estão matriculados em turmas em andamento e também na especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social. Diante do desafio de garantir a gestão adequada de investimentos públicos de grande vulto, foi realizada nova edição do Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos, que qualificou técnicos do Ministério dos Transportes.

De modo a fortalecer a gestão pública federal, foram realizadas oficinas de Planejamento Estratégico para 24 órgãos, abrangendo 2,9 mil servidores. Além disso, destacam-se as 110 oficinas de elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) que envolveram 4.204 servidores.

Novos passos foram dados na capacitação integrada de servidores públicos brasileiros com os demais países latino-americanos, com vistas à intensificação da cooperação Sul-Sul. Foram realizados, para 70 servidores, cursos sobre Negociação e Resolução de Conflitos no Setor Público e Planejamento Estratégico no Contexto Ibero-americano, no âmbito da Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP). Também foi iniciado o Programa de Capacitação em Cooperação Técnica Internacional, com a realização de dois cursos-piloto – Comunicação e Interculturalidade e Moderação – que passarão a ser oferecidos regularmente em 2012. A reflexão sobre Proteção Social e Cidadania foi tema de Seminário Internacional que reuniu 100 participantes.

Em continuidade ao aperfeiçoamento técnico e gerencial da administração pública federal e como forma de apoiar as iniciativas de desenvolvimento dos dirigentes para a melhoria da gestão das políticas públicas, em 2012 estima-se a capacitação de 40 mil servidores. Na pós-graduação, está prevista a abertura de 90 vagas, com o lançamento de novas turmas dos cursos de Gestão Pública e de Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, a serem ministrados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).





6. Planejamento e Gestão

a) Elaboração do Plano Plurianual (PPA 2012-2015)

O recente ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Essas políticas tiveram um elemento comum: foram criadas a partir da recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, à garantia dos direitos dos que mais precisam.

Nesse contexto, as escolhas e os arranjos construídos para retomar o desenvolvimento determinaram um aperfeiçoamento nos instrumentos de planejamento governamental, orientando-os para a efetiva implementação das políticas públicas e a ampliação das possibilidades de seu monitoramento e alcance de resultados. Com isso, a estrutura e a linguagem do Plano Plurianual foram alteradas para que o Plano expresse efetivamente as políticas públicas do Governo para os próximos quatro anos, proporcionando as referências metodológicas para a gestão de seu desenvolvimento e a melhoria de resultados.

O Projeto de Lei do PPA 2012-2015, submetido ao Congresso Nacional, é resultado de um processo que se iniciou a partir de proposta de sua organização em um conjunto de temas relacionadas à implementação das políticas públicas com a identificação dos respectivos desafios. Em seguida, as sugestões foram amplamente discutidas no Governo e com representantes da sociedade civil organizada, o que resultou na formatação de 65 Programas Temáticos, englobando toda a área de atuação governamental. Cerca de 4 mil dirigentes e técnicos participaram das oficinas de construção dos Programas Temáticos.

O Plano foi elaborado a partir da dimensão estratégica definida pelo Governo e organizado à luz dos cenários econômico, social, ambiental e regional. A partir daí, foram criados os Programas Temáticos, unidades que retratam no PPA a agenda de governo organizada a partir dos temas das políticas públicas que os compõem, dialogando, portanto, com formulações reconhecidas pelo Governo e pela sociedade.

Essa delimitação dos Programas Temáticos facilita a relação entre as dimensões estratégica, tática e operacional do Governo, conferindo nova abrangência da dimensão tática do Plano, aperfeiçoando a comunicação intragoverno e deste com a sociedade.

Outra inovação no PPA 2012-2015 é a inexistência do detalhamento das Ações, que agora constam apenas dos orçamentos anuais. A alteração visa garantir a distinção entre Plano e Orçamento, a fim de respeitar as diferenças estruturais entre eles, particularmente o período de tempo considerado; o enfoque insumo-produto; os níveis de agregação; e as relações com unidades organizacionais.

Com a finalidade de criar condições para que o PPA estabeleça relações mais adequadas com todos os insumos necessários à viabilização da implementação das políticas públicas, os Programas Temáticos estão organizados em Objetivos que, por sua vez, são detalhados em Metas e Iniciativas.

A participação social teve o seu momento mais marcante na realização do Fórum Interconselhos, que contou com a participação de 300 representantes indicados pelos 32 Conselhos Nacionais que atuam na formulação e avaliação de políticas públicas, além de representantes de entidades nacionais da sociedade civil. No Fórum, foi produzido um relatório com recomendações e sugestões para o aperfeiçoamento da proposta programática apresentada, contemplando indicativos para a construção do processo de gestão do novo PPA.

O Governo realizou cinco Diálogos Federativos, um por macrorregião do País, com o objetivo de estabelecer um canal de articulação e promover a discussão entre o Governo Federal e os governos estaduais e municipais sobre o novo modelo





de Plano. Os diálogos foram importantes para divulgar e discutir a proposta do PPA 2012-2015, os aspectos críticos e os impactos estratégicos para cada uma das regiões das principais agendas do Governo Federal.

O desafio para 2012 está na estruturação do modelo de gestão do novo Plano. A construção do modelo também será inspirada nas formas de acompanhamento adotado na implementação das políticas públicas que obtiveram êxito nos últimos anos, tais como o acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), constituindo a linha de base que norteará a gestão das prioridades de Governo, como os Planos Brasil Sem Miséria e Brasil Maior. A gestão do Plano será orientada pela flexibilidade, pela criatividade e pelo conhecimento sobre a forma de organização e aprimoramento do exercício de comunicação entre a coordenação de Governo, os órgãos executores, os entes federados e a sociedade.

b) Monitoramento e Gestão do PAC

Em 2011, teve início a segunda fase do PAC, identificada como PAC 2, que vai até 2014. Trata-se de um novo ciclo de planejamento e preparação de grandes investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana. Ao mesmo tempo, milhares de empreendimentos se mantêm em andamento por todo o País.

Em relação ao ciclo anterior do PAC, é importante destacar que houve significativo incremento no valor dos investimentos, bem como a ampliação das ações previstas para o Programa, a exemplo das ações que integram os eixos Cidade Melhor e Comunidade Cidadã. Na primeira fase, a previsão de investimentos foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010, e agora esse patamar se elevou para R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014, com crescimento nominal na ordem de 45%. A segunda fase do PAC incorpora e consolida as ações da primeira fase e a programação de execução dos novos projetos de infraestrutura fundamentais para o País.

As ações concluídas já somam, até setembro de 2011, 11,3% do total previsto até 2014. Isso significa que R\$ 80,2 bilhões foram executados entre janeiro e setembro de 2011. Nos próximos três anos, o total de obras concluídas somará R\$ 708 bilhões em investimentos, equivalentes a 74% do total previsto. Os 26% restantes serão investidos em empreendimentos que serão concluídos após 2014.

Dentre as obras concluídas em 2011, destacam-se Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR-262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1^a fase de aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da Plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixão das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 quilômetros de linha de transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emissário Submarino de Salvador; e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).

No ano de 2011, o Governo realizou dois Balanços Públicos do PAC 2, em cada um deles foi elaborado e publicado um Relatório Nacional com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do programa e, para 2012, estão previstos três balanços.

c) Gestão do Patrimônio da União

O Governo deu continuidade ao preceito de que o imóvel público é recurso estratégico no apoio à implementação das políticas públicas, em especial, àquelas voltadas para a inclusão social. Assim, tiveram destaque as destinações de áreas da União para as ações prioritárias do PAC em apoio ao desenvolvimento local, principalmente para os empreendimentos de grande porte na área portuária, na indústria de exploração de petróleo e siderurgia.



Foram destinadas áreas da União para os empreendimentos hidrelétricos situados em rios federais, especialmente na Amazônia Legal, e autorizou-se a implantação dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte, assim como foi concedida anuência à implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, vinculada à observância dos condicionantes socioambientais, sobretudo relativos ao atendimento das famílias atingidas.

Em apoio à política ambiental, foi destinado 1,7 milhão de hectares de áreas da União na Amazônia para a regularização fundiária de seis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupá-Baquiá, Município de Gurupá, área de influência da UHE Belo Monte. Além disso, foram entregues 3 milhões de hectares de áreas da União, caracterizadas como florestas, espelhos d'água e manguezais, para a consolidação territorial de 29 Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável, especialmente as Reservas Extrativistas Federais (Resex), na Amazônia brasileira, onde 2,7 milhões hectares foram destinados para a regularização de 19 reservas, em benefício de milhares de famílias extrativistas.

No combate às desigualdades regionais e de forma a garantir os direitos fundamentais da população ribeirinha que vive nas áreas da União, em 2011 foram tituladas 32 mil famílias, com emissão dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (Taus) em várias iniciativas: i) no Pará e Amazonas, com o Projeto Nossa Várzea; ii) no Maranhão, com o Projeto Campos Naturais da Baixada Maranhense; e iii) no Acre, com o Projeto Nossa Floresta. A titulação garante aos beneficiários o direito de permanência no local, estabelecendo melhores condições de produção, permitindo acesso aos demais programas do Governo Federal com a regularidade da ocupação, por exemplo, a garantia de inclusão dos ribeirinhos da Amazônia como público prioritário do Programa de Apoio à Conservação Ambiental: Bolsa Verde, integrante do Brasil Sem Miséria.

No que se refere à destinação de imóveis, foram entregues cerca de 13,05 milhões de metros quadrados de áreas da União a projetos de habitação e regularização fundiária urbana de interesse social, em parceria com os Municípios e Governos Estaduais, associações e cooperativas, beneficiando mais de 18 mil famílias de baixa renda, além da destinação de áreas para projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Ainda no campo da destinação de imóveis para regularização fundiária de interesse social, destacaram-se os projetos do PAC de Vila do Mar, em Fortaleza (CE), do Governo do Distrito Federal, assim como ações na Amazônia, a exemplo da entrega de 5,1 milhões de metros quadrados aos Municípios de Praia Norte (TO), Belém (PA), Macapá (AP) e do Projeto PAC Rio Anil, em São Luís (MA) beneficiando cerca de 9 mil famílias.

No âmbito do projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima, a adequação da metodologia do Projeto Orla às áreas de terrenos marginais permitiu a ampliação de seu universo de atuação, possibilitando parcerias e planos de gestão mais focados na solução dos problemas específicos, além da intensificação de esforços para o ordenamento de espaços na orla marítima e fluvial, com a participação da sociedade civil local.

Em relação às áreas de demarcação e cadastramento de imóveis da União, avançou-se em mais de 1.200 km em áreas conceituadas, como terrenos de marinha, localizados na costa marítima, e terrenos marginais ao longo dos rios federais. Essas demarcações foram realizadas em atendimento aos programas de regularização fundiária e Terra Legal e com as universidades federais, de forma a permitir-las pesquisar e contribuir com novas metodologias, utilizando tecnologia de ponta, como sensoriamento remoto, imagens de satélite, resultando em mais agilidade e precisão nas informações de cada imóvel georreferenciado. As áreas demarcadas facilitam a gestão dos imóveis com a atuação de fiscalização mais efetiva, apoiando programas de preservação do meio ambiente.





Para 2012 pretende-se, por meio do Programa de Modernização do Patrimônio da União (PMPU), proporcionar melhorias às atividades de identificação, demarcação e cadastramento, tendo em vista a utilização de mapeamento georreferenciado de todos os imóveis da União. Essa nova tecnologia propiciará maior eficiência, rigor e transparência na gestão do patrimônio da União, bem como modernizar e automatizar os sistemas de informação.

Quanto ao patrimônio imobiliário da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), é de destacar o avanço na regularização e no aproveitamento de seus imóveis em projetos e programas governamentais voltados à regularização dominial dos imóveis locados ou vendidos a famílias de baixa renda. Foram cancelados cerca de 1,2 mil contratos por renúncia ou renegociação de dívidas e realizadas 138 destinações de imóveis oriundos da Rede para apoiar políticas de cultura, transporte, saneamento, habitação de interesse social e projetos de ampliação ou instalação de órgãos públicos.

Foi assegurada, ainda, a integralização do Fundo Contingente da extinta RFFSA, por meio da indicação de aproximadamente 668 imóveis para venda, totalizando cerca de R\$ 703 milhões, contribuindo para a garantia da indenização aos acionistas minoritários, bem como o pagamento de outros passivos que passaram automaticamente para a responsabilidade da União. Em 2012, está prevista a ampliação da escala de incorporação e regularização patrimonial dos imóveis da União, não somente daqueles oriundos da RFFSA, mas do conjunto de ativos herdados de entidades federais extintas, assim como de outros adquiridos por diversas modalidades, tais como compra, doação, usucapião e dação em pagamento.

No que concerne à área de arrecadação, o volume das receitas patrimoniais arrecadadas em 2011 foi de R\$ 705,16 milhões, o que corresponde a um aumento de 10,08% em relação ao mesmo período de 2010, sendo as principais fontes representadas pelo laudêmio (45%), taxa de ocupação (21%) e foro (11%). Também foram adotadas ações necessárias para a notificação e cobrança dos devedores oriundos da incorporação da carteira imobiliária da extinta RFFSA, com promoção de descontos aos inadimplentes e quitação de dívidas previstas na legislação.

Em 2012, pretende-se incrementar o potencial de arrecadação, bem como intensificar os procedimentos referentes à cobrança de créditos inadimplidos ou o devido encaminhamento para fins de execução fiscal. Está prevista, ainda, a implementação do código de barras nos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), o que resultará em melhor controle e destinação das receitas patrimoniais arrecadadas, com benefícios ao contribuinte e à administração pública.

d) Atendimento ao Cidadão

As Cartas de Serviços, instituídas pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, são instrumentos que conferem publicidade às ações de Governo, organizam a ação dos órgãos e orientam o atendimento aos cidadãos mediante a definição de padrões e formulação de compromissos assumidos pelas organizações que aderem a esta ferramenta de gestão.

Entre 2009 e 2011, contabilizam-se um total de 55 cartas de serviço publicadas por órgãos e instituições da administração pública federal e estadual. Em 2011, 21 organizações publicaram a Carta de Serviços: Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Coordenação de Documentação e Informação/Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Codin/SPOA/MP), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Imprensa Nacional, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), Tribunal Superior do Trabalho e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo, do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro e de Goiás, Defensoria Pública do



Maranhão, os Tribunais Regionais Eleitorais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e o Serviço Municipal de Água e Esgotos de São Leopoldo (RS).

Em 2012, prevê-se o crescimento quantitativo e qualitativo desse número, uma vez que está em curso o processo de indução de melhorias ao modelo vigente de Cartas de Serviços. Também há perspectiva de desenvolver o modelo de Cartas de Serviços de segunda geração, direcionado aos setores públicos responsáveis pela prestação direta de serviços aos cidadãos ou ao mercado, que não exigem o uso dos poderes próprios e privativos do Estado. Para tanto, será necessária a articulação e a criação de mecanismos democráticos e de participação para o aprimoramento desses serviços.

e) Melhoria de Competências em Gestão Pública

A partir de compromisso assumido pelo Governo na última Marcha dos Prefeitos, foram deflagradas ações para desenvolver competências dos servidores públicos municipais em gestão pública. Neste sentido, o Governo vem coordenando esforços e uma rede de parceiros (Escola Nacional de Administração Pública, ministérios setoriais e instituições federais de ensino superior de todas as regiões) para o desenvolvimento de um curso superior de Tecnólogo em Gestão Pública, cujo edital deverá ser lançado em 2012, tão logo a rede de polos de ensino esteja articulada e estruturada para atender aos servidores com a qualidade requerida para esse tipo de formação. A expectativa é de que na primeira versão do curso sejam concedidas 30 mil bolsas de estudos para servidores públicos municipais, ampliando-se este atendimento de modo significativo em futuras edições.

f) Cooperação Internacional para Melhoria de Gestão

A melhoria da gestão pública também tem sido fomentada por projetos de cooperação técnica internacional. O Projeto Modernização da Gestão Pública, executado em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID), apoia a agenda política de melhoria e inovação da gestão pública. Em 2011, foi encerrada a primeira fase desse projeto, com o apoio a 22 ações prioritárias para a melhoria da gestão, como planejamento da força de trabalho, criação/identificação de indicadores para as diversas dimensões da gestão e elaboração de metodologia de avaliação de desempenho dos órgãos e entidades da administração federal. Sua segunda fase, negociada em 2011, tem início em janeiro de 2012 e apoiará o fortalecimento da política de gestão por resultados do Governo Federal.

O Projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia, por sua vez, está em andamento desde 2009 e tornou-se a espinha dorsal da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, proporcionando intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências em gestão de políticas públicas específicas, como meio ambiente, desenvolvimento regional, cultura, ciência e tecnologia, direitos humanos e governança pública. Entre 2009 e 2011, foram apoiadas 42 ações de 14 órgãos e instituições da administração pública brasileira e seus congêneres europeus. Tendo em vista o aprofundamento da parceria com a União Europeia, prevê-se, somente em 2012, o apoio a 40 ações, incorporando novas áreas de interesse.

O Governo brasileiro firmou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), com vigência até setembro de 2013. O Promoex tem como finalidade prestar cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais (TCs) com vistas à melhoria dos mecanismos de controle de contas públicas estaduais e municipais, como instrumento de cidadania e transparência da gestão dos recursos públicos: 28 dos 33 Tribunais de Contas do País estão implementando esse Programa, que conta, ainda, com a colaboração da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Instituto Ruy Barbosa (IRB).





A execução do Promoex registrou os seguintes avanços: i) criação e implantação do Portal Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (<http://www.controlepublico.org.br>), disponível a todos os segmentos da sociedade; ii) criação e implementação da Rede Nacional dos TCs, propiciando fóruns de debates entre servidores, divulgações de trabalhos, artigos e de jurisprudências; iii) harmonização conceitual de mais de 20 pontos de controle definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); iv) elaboração e entrega ao Tribunal de Contas da União (TCU) do anteprojeto da Lei Processual Nacional dos TCs; v) compartilhamento entre os TCs de soluções de TI; elaboração e implantação de planejamento estratégico; sistemas de captura eletrônica de contas, processos de análises de contas de governo e atos de pessoal; vi) realização de auditorias de avaliação de programas de governo na área de educação, incluindo as áreas de saúde e saneamento, com divulgação em linguagem acessível; e vii) lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAGs), que buscam harmonizar os procedimentos de auditoria das Cortes de Contas às normas internacionais. Em 2012, espera-se o cumprimento da execução prevista nos projetos dos Tribunais, que passa por ações de processos de modernização dos procedimentos de controle externo e das políticas de recursos humanos e planejamento estratégico.

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage) tem por objetivo melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, a fim de alcançar maior eficiência do gasto público. Trata-se, também, de um programa cofinanciado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de contrato de empréstimo com vigência até 2013.

O Programa é operacionalizado por contratos de repasses firmados pela Caixa Econômica Federal (Caixa) com os 26 Estados e o Distrito Federal e conta, ainda, com a parceria do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan) e o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que propiciam maior compartilhamento de ações e soluções para a melhoria da gestão pública.

Em 2011, o PNAGE voltou-se essencialmente para melhoria de sua gestão interna, tendo em vista as mudanças ocorridas no âmbito dos Estados e do Governo Federal. Isso representou, na prática, a simplificação nos procedimentos de execução junto ao BID e à Caixa e a orientação e treinamento dos Estados quanto a esses novos procedimentos e à utilização do aplicativo SIGPNAGE.

Buscando a melhoria dos procedimentos, no primeiro bimestre de 2012 haverá replanejamento dos projetos de todos os Estados e Distrito Federal, de modo a otimizar os resultados do Programa.

Além disso, com vistas ao maior fortalecimento das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal, incluindo maior participação social na gestão pública, no ano de 2012, será firmado com o BID o Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública, cujo objetivo é contribuir para que o Governo Federal e entidades representativas dos Estados (Consad e Conseplan) formulem um novo instrumento de cooperação internacional que apoie os Estados brasileiros em iniciativas centradas na consolidação de boas práticas de gestão corporativa, na modernização da gestão de seus serviços públicos e no fortalecimento da cidadania.

Por fim, em 2012 será firmado contrato de empréstimo com o BID com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade do gasto público, mediante a promoção da modernização dos instrumentos e sistemas de gestão e o apoio aos processos decisórios da administração pública federal. Estão previstos recursos para: i) modernizar os sistemas de planejamento e orçamento do Governo Federal; ii) aperfeiçoar a gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação; iii) melhorar a qualidade dos projetos de investimento público; iv) tornar mais eficiente a implementação dos programas governamentais, com base no aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo e de apoio à execução do gasto público; e v) melhorar a coordenação interna do Governo Federal.



g) Inovações em Gestão

Como medida inovadora visando à reestruturação e ao fortalecimento institucional da administração federal, destaca-se o equacionamento de uma solução institucional para a crise dos hospitais universitários, com a constituição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). O seu estatuto foi aprovado por meio do Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011, e a empresa terá como objetivo a prestação de serviços gratuitos de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública. A nova entidade deverá propiciar uma resposta mais adequada às demandas de ensino na área médica, de melhoria da gestão dos hospitais e de inserção dos hospitais universitários no Sistema Único de Saúde (SUS).

Com o objetivo de preparar o Governo para os novos desafios decorrentes das Olimpíadas de 2016 foi elaborado projeto de constituição da Autoridade Pública Olímpica e a modelagem institucional da função *antidoping*. Essas novas entidades criadas incorporam avanços em instrumentos e mecanismos de gestão, em especial o controle de resultados por meio da pontuação de objetivos e metas. Além disso, em 2011 foram acompanhados 14 contratos de gestão mantidos com entidades da administração federal, com o objetivo de consolidar e aperfeiçoar este mecanismo de gestão por resultados.

Com foco no desenvolvimento organizacional, deu-se continuidade à implantação do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), como instância de articulação entre os órgãos da administração federal para desenvolvimento de projetos e iniciativas conjuntas com esse escopo.

Como iniciativa que busca a construção de espaços de interlocução e debates entre gerentes da administração federal, consultores jurídicos e técnicos dos órgãos de controle, além de pesquisadores e especialistas, foi promovida uma série de seminários sobre democracia, direito e gestão pública, ao longo de 2011. Esses eventos propiciaram a análise de temas emergentes de interesse para a melhoria da gestão pública como inovações em gestão, autonomia administrativa e controle, controle social e equilíbrio entre os poderes.

h) Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade

O Governo instituiu por meio do Decreto nº 7.478, de 12 de maio de 2011, a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República. O Conselho tem como competência assessorar o Presidente da República na formulação de diretrizes da ação governamental.

Integrado por quatro Ministros e quatro representantes da sociedade civil, com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade de entidades públicas ou privadas, cabe à Câmara formular políticas e medidas específicas destinadas à racionalização do uso dos recursos públicos, ao controle e aperfeiçoamento da gestão pública, bem como coordenar e articular sua implementação, com vistas à melhoria dos padrões de eficiência, eficácia, efetividade, transparência e qualidade da gestão pública e dos serviços prestados ao cidadão, no âmbito do Poder Executivo.

A Câmara de Gestão busca aperfeiçoar a gestão pública e incrementar a capacidade de Governo, especialmente a partir de melhorias em processos críticos para o atendimento ao cidadão, para a vida das empresas e para o alcance dos resultados estratégicos de Governo. Para tanto, foi desenhada e proposta a criação de um Escritório de Projetos, com o objetivo de apoiar a execução de projetos estratégicos de Governo voltados ao aperfeiçoamento da gestão pública.





A Câmara realizou em 2011 oito reuniões de trabalho, avaliando a gestão das áreas prioritárias para sua atuação. Foram selecionados inicialmente dois focos para a melhoria da gestão no âmbito do Governo Federal: o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério da Saúde (MS). O critério para escolha das áreas foi o volume de recursos alocados para atender às demandas e setores nos quais os esforços da Câmara podem ser sentidos na qualidade dos serviços prestados à população. Também vem sendo elaborado projeto básico para a contratação de consultoria especializada para desenvolvimento de um modelo de gestão de projetos aplicável às diversas situações críticas e estratégicas da administração pública federal utilizando como pilotos os projetos a serem executados para atender às necessidades dos Ministérios da Justiça e da Saúde no contexto das prioridades definidas pela CGDC.

Na área da Justiça, foram priorizados para acompanhamento pela Câmara a redução do déficit carcerário, o aumento da capacidade de julgamento dos processos de anistia política, o aprimoramento da gestão de recursos logísticos e a gestão racional de processos na Política Nacional de Segurança Pública. Um mapa estratégico está sendo construído para sistematizar as ações do Ministério da Justiça, suas relações com outros órgãos, metas e recursos.

Na área da saúde, quatro eixos estão sendo priorizados pela Câmara para acompanhamento: acesso e qualidade do atendimento, aprimoramento do SUS, combate ao desperdício de recursos (controle e transparência) e eficiência na execução direta. Uma das ações discutidas na Câmara foi a revisão do processo de aquisição de insumos estratégicos, priorizando o pregão eletrônico. Foram identificadas oportunidades de reduzir cerca de 20% nos gastos nessa modalidade. A proposta de criação de um índice de qualidade para postos e unidades básicas de saúde também foi analisada na Câmara.

7. Regulação de Mercados

a) Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação

O Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), criado por meio do Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007, vem sendo executado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As ações desenvolvidas no âmbito do Programa visam a promover o fortalecimento dos mecanismos institucionais para gestão em regulação, propiciar condições para a melhoria da qualidade da regulação, consolidar a autonomia decisória das agências reguladoras federais, e aperfeiçoar os instrumentos de supervisão e de controle social.

O Programa possui três indicadores finalísticos. Entre eles, dois são subíndices do Indicador de Competitividade Global (ICG), produzido pelo Fórum Econômico Mundial, o Pilar Institucional (PI) e o Pilar Infraestrutura (PIE). A meta é que, ao término da execução de sua primeira fase, em 2012 o Programa apresente um incremento de 10% no PI e de 8% no PIE, assumindo os valores 3,72 e 3,46 respectivamente. O PIE já havia sido superado desde o segundo semestre de 2010, quando atingiu 4,0. No último reporte (2011/2012) do ICG, o PIE ficou estável e a meta do PI foi atingida, alcançando o valor de 3,70. Nota-se, portanto, que a meta para esses dois subíndices já foi alcançada para todo o período do Programa.

Outro indicador finalístico é o Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA), que foi desenvolvido para captar o desenvolvimento da qualidade regulatória das agências federais brasileiras. O IQRA é calculado a partir dos dados fornecidos pelas próprias agências reguladoras federais. A meta estipulada para o Programa era obter, ao fim de 2011, um IQRA 0,65. Em meados de 2011 foi obtido o valor 0,66 para o indicador. Dessa maneira, esse indicador também já teve a sua meta superada para todo o período do Programa.





No triênio 2008/2010, foram capacitados pelo Programa 1.544 servidores de agências reguladoras e ministérios supervisores. Em 2011, foram capacitados 1.105 servidores, sendo que destes, 560 realizaram cursos do Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação. Além disso, destaca-se a realização de cursos introdutórios sobre Análise de Impacto Regulatório e Técnicas de Consulta. Em 2012, a meta é que sejam capacitados 1,5 mil servidores.

Cumpre ressaltar os resultados obtidos na implantação da ferramenta de Análise do Impacto Regulatório (AIR). Os projetos-piloto estão sendo conduzidos em seis agências reguladoras federais: Agência Nacional do Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Atualmente, nessas seis agências, estão sendo desenvolvidos 16 projetos-piloto, que servem para treinar as equipes técnicas no uso da ferramenta AIR.

Os projetos também têm servido para discutir com as agências participantes a melhoria dos processos regulatórios, tais como a introdução de técnicas de pré-consulta, a melhoria do acesso e sistematização da informação para melhorar a comunicação e a transparência das agências reguladoras. Em 2012, espera-se continuar o desenvolvimento desses projetos em mais quatro agências reguladoras. Em 31 de janeiro de 2012 teve início o curso avançado em metodologias de análise do impacto regulatório, para 20 servidores selecionados com base em conhecimentos prévios em economia, quantificação e em AIR. O curso é ministrado no Brasil pela equipe de professores da *National School of Government – UK*, instituição com reconhecida competência internacional sobre esse tipo de abordagem.

Em relação ao apoio aos instrumentos de controle social, a meta do Programa é proporcionar um aumento de 50% de participantes em audiências públicas em cada ano de ação do Programa. Do total de 1.723 participações reportadas durante todo o ano de 2010, o número de participações saltou para mais de 40 mil só no primeiro semestre de 2011. A ANS foi responsável por 96% do total dessas contribuições. Esse aumento exponencial do quantitativo de participação nas consultas públicas da Agência está diretamente relacionado à mudança de cultura administrativa em curso em virtude dos projetos-piloto em andamento.

Está prevista também a organização de três módulos do curso Regulação e Defesa do Consumidor, a ser realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, em abril, julho e outubro de 2012, com a estimativa de 60 participantes para cada um dos módulos.

Destacam-se, ainda, os intercâmbios realizados junto ao *Better Regulation Executive* (BRE), do Reino Unido, com o apoio da Embaixada Britânica no Brasil. Em outubro de 2011 foi realizada uma missão técnica de servidores públicos brasileiros de agências reguladoras, envolvidas no desenvolvimento de projetos-piloto em AIR, ao Reino Unido. A missão teve como objetivo conhecer o sistema britânico de *Better Regulation* e o uso da ferramenta de AIR, discutir os temas dos projetos-piloto e, por fim, estabelecer contatos com instituições do Reino Unido que possam contribuir para a formação e a capacitação de servidores públicos brasileiros na área de regulação.

Importante mencionar também o intercâmbio de informações realizado com o *Office of Information and Regulatory Affairs* (OIRA) – EUA, como decorrência da agenda de trabalhos do V Diálogo de Parceria Econômica entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Departamento de Estado dos EUA, realizado em fevereiro de 2011, que tem como principal resultado o apoio aos estudos preparatórios para a implantação do projeto-piloto em AIR pela Aneel.

Cumpre destacar a relação estabelecida entre o PRO-REG e a *Comisión Federal de Mejora Regulatória* (Cofemer), do México. Em outubro de 2011 foi realizada a 28ª Reunião Nacional de Melhoria Regulatória, em Monterrey, México, quando foi acolhida pelos representantes dos países presentes (Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru) a proposta de criação





de um Fórum Latino-Americano voltado para a troca de experiências no âmbito da melhoria da qualidade da regulação e da competitividade, o qual deverá ser consolidado, com o apoio do MRE, no Seminário Internacional sobre Práticas Exitosas em Regulação na América Latina, a ser realizado no Brasil em fevereiro de 2012.

b) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional

A solidez do Sistema Financeiro Nacional (SFN) evitou que sua estrutura sofresse reflexos significativos da crise financeira internacional, diversamente do que ocorreu em outros países.

Os testes de estresse aplicados regularmente pelo Banco Central do Brasil (BCB) às instituições financeiras permitem confirmar essa condição. Os resultados sinalizam que, mesmo em cenários eventuais de forte deterioração, o sistema manterá níveis adequados de capital e liquidez e contará com provisões suficientes. O Índice de Basileia encontra-se, na média, próximo a 17%, com baixa dependência de captações externas, portanto bastante superior à exigência internacional de 8%.

O BCB ao monitorar permanentemente situações ou eventos que representem risco à estabilidade e ao regular funcionamento do SFN contribuiu decisivamente para a adoção de políticas convergentes para a solidez e a eficiência do sistema, garantindo maior segurança aos depositantes e aos demais credores. Em 2011, foram realizadas cerca de 1.450 atividades de fiscalização em bancos, conglomerados bancários, cooperativas de crédito e instituições não bancárias.

Nas atividades de regulação financeira conduzidas pelo BCB em 2011, é importante destacar algumas grandes frentes. A primeira refere-se ao ambiente regulatório prudencial. O Brasil tem participado de forma propositiva das discussões internacionais e apoiado as iniciativas de aperfeiçoamento regulamentar e de correção das lacunas regulatórias que, em parte, contribuíram para a crise financeira internacional. Nesse contexto, estão sendo aprimoradas as regras brasileiras relativas à avaliação e ao controle dos riscos inerentes à atividade financeira, ao reforço do capital regulamentar e à maior transparência e disciplina de mercado, inclusive mediante adoção das melhores práticas de divulgação de informações à sociedade.

A segunda grande frente tem por ponto central a relação com o cliente bancário. Nesse particular, foram aprimoradas as regras de relacionamento entre as instituições financeiras e os seus clientes, inclusive no que se refere a cheques e tarifas bancárias – com destaque para as cobranças referentes a cartões de crédito e a contratações de câmbio manual –, bem como à regulação das operações de consórcio e de crédito, incluindo-se o consignado. Essas mudanças objetivaram aperfeiçoar a prestação de serviços bancários aos diversos segmentos da sociedade e aumentar a eficiência e a concorrência no âmbito do SFN em ambiente de maior transparência, contribuindo para a disseminação do crédito e para a redução do seu custo ao tomador final.

O terceiro conjunto de frentes refere-se à inclusão financeira, ferramenta fundamental para redução de desigualdades sociais e para o desenvolvimento econômico equilibrado do País. Para isso, as regras de correspondentes foram aperfeiçoadas e as normas de microcrédito foram revisadas, estabelecendo-se critérios de estímulo para a realização de operações de microcrédito orientado aos setores de produção. Em virtude dessas ações, o acesso aos serviços bancários, inclusive ao crédito, foi ampliado para a população de baixa renda, em especial aos beneficiários de programas sociais e aos microempreendedores.

c) Regulação e Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários

Dentre as iniciativas direcionadas ao fortalecimento da sua capacidade institucional para a gestão das atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) apresentou, em janeiro de 2011, o seu segundo



Plano Bienal de Supervisão (período 2011-2012), marcando, assim, a continuidade do planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.427, de 26 de dezembro de 2006. Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

Além das ações de supervisão preventiva direcionadas às empresas, fundos de investimento, mercado e intermediários, o Plano Bienal 2011-2012 apresentou algumas novidades com relação ao plano anterior, dentre as quais a inclusão dos auditores independentes e dos intermediários não submetidos a um autorregulador e a alteração de determinados eventos de risco. Novos eventos foram identificados e incluídos, enquanto outros, presentes no plano anterior, foram excluídos por não terem confirmado a probabilidade de ocorrência anteriormente estimada.

Em 2011 a CVM manteve seu foco no combate aos principais riscos relacionados ao desempenho de suas atribuições legais e, portanto, ao bom funcionamento dos mercados que supervisiona. Outra importante prática da CVM em 2011 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal (MPF) e o Departamento de Polícia Federal (DPF), intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, respectivamente, principalmente com relação aos casos de *insider trading* e possíveis manipulações de mercado de capitais, que, uma vez confirmadas, provocam prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

Especificamente com relação ao Mercosul, como coordenadora pelo Brasil do Subgrupo de Trabalho 4, a CVM acompanhou as discussões que visam à criação do Passaporte Mercosul, cujo objetivo é facilitar o acesso das companhias abertas sediadas no bloco aos mercados financeiros dos demais países – também do bloco. Como etapa deste projeto, foi ratificado o acordo para utilização do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Ainda no âmbito internacional, a CVM: i) conduziu negociações com os órgãos reguladores dos Estados Unidos da América (EUA) e de Portugal para a assinatura de memorandos bilaterais de entendimento; ii) conduziu negociações de um convênio com o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), regulador estadunidense de auditores independentes, que, quando celebrado, possibilitará assistência, cooperação e troca de informações. Além da participação nos fóruns e organismos internacionais sobre mercado de valores.

Em 2011, deu-se continuidade ao Programa de Orientação e Defesa ao Investidor (Prodin) com o objetivo de informar ao cidadão as principais demandas (consultas e reclamações) apresentadas à CVM pelos investidores e pelo público em geral.

O resultado dos atendimentos realizados no âmbito do Prodin por meio dos diversos canais de comunicação vem sendo publicado em Boletim com demonstrativo do número de processos administrativos abertos em decorrência de reclamações e denúncias recebidas do público – por assunto e participante do mercado envolvido.

d) Regulação e Supervisão do Mercado de Seguro e Resseguro

O Mercado de Seguro e Resseguro apresentou no corrente ano uma significativa expansão em todos os seus segmentos. Esse desempenho reitera uma trajetória que vem sendo observada nos anos recentes, refletindo nos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) as profundas alterações socioeconômicas que se verificam no Brasil desde a metade da década passada. A elevação geral do nível de renda real da população brasileira e as mudanças estruturais no perfil de distribuição de renda fizeram os produtos oferecidos por esses mercados acessíveis a parcelas crescentes da população.





Em relação à arrecadação, considerando-se os mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, houve uma expansão de 16,15% entre 2010 e 2011, alcançando-se a cifra de R\$ 133 bilhões.

Cabe ressaltar o expressivo crescimento do mercado de resseguros, que apresentou uma taxa de 48% de aumento da arrecadação em 2011 em relação a 2010, chegando a R\$ 3,2 bilhões, tendo as reservas técnicas se expandido em 9,5%, atingindo R\$ 6,7 bilhões em 2011.

Nesse sentido, o total de reservas técnicas, que buscam garantir o aumento de bem-estar proporcionado pela melhora no nível de renda da população, administradas pelas entidades e sociedades supervisionadas pela Susep, chegou a R\$ 347 bilhões em 2011, apresentando um crescimento de 19% em relação a 2010.

Considerando o desenvolvimento da economia brasileira, com o respectivo aumento do nível de renda da população, e, em consequência, do seu poder de consumo e da busca por maior estabilidade financeira, que elevou o bem-estar dos cidadãos, buscou-se aprimorar ferramentas de supervisão, dando continuidade ao processo de convergência aos novos padrões internacionais de contabilidade, através dos pronunciamentos emitidos.

A Susep atuou na supervisão de 116 sociedades seguradoras, 18 sociedades de capitalização, 8 sociedades resseguradoras locais, 29 resseguradoras admitidas, 59 resseguradoras eventuais, 25 entidades abertas de previdência complementar, 32 corretoras de resseguro e 70 mil corretoras de seguros. No âmbito do Mercosul, a Susep participou do subgrupo de serviços financeiros, com vistas a acelerar o processo de integração regional dos mercados. Em relação às atividades de intermediação das operações de seguro, autorizou a concessão de mais de três mil habilitações para pessoas físicas e mais mil para pessoas jurídicas.

A Susep identificou cerca de 200 empresas, muitas delas estrangeiras, atuando com a comercialização de produtos/serviços similares aos contratos de seguros sem a devida autorização, tendo instaurado 377 processos, com destaque para uma seguradora americana, contra qual foi lavrada uma representação no valor de R\$ 11,4 bilhões.

Também em 2011, foi criado Grupo de Trabalho, no âmbito da Comissão Consultiva de Microsseguros (CCM) do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que gerou uma série de relatórios norteadores dos esforços para desenvolver a infraestrutura necessária à implantação do mercado de Microsseguros no Brasil. Define-se como microseguro a proteção securitária destinada à população de baixa renda ou aos microempreendedores individuais.

e) Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC)

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e a Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça integram o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

Em 2011, importante mudança institucional teve início no âmbito do SBDC com a Lei nº 12.529 de 30 de novembro, que passará a vigorar após 180 dias da sua publicação. A nova lei reestrutura todo o SBDC, de modo a unificar o Cade e a SDE – hoje órgãos independentes – em uma só estrutura, além de tornar prévia a notificação dos atos de concentração. Caberá à Seae a promoção da concorrência junto aos órgãos de Estado e à sociedade e a defesa comercial brasileira.

Buscando implementar algumas das “melhores práticas” recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em matéria regulatória, principalmente no que diz respeito à promoção e advocacy da concorrência,





o Governo tem utilizado o Guia para Avaliação Concorrencial de Normas Regulatórias com o objetivo de disseminar a necessidade de as normas regulatórias observarem os aspectos concorrenciais, os benefícios gerados frente a seus custos e os impactos distributivos.

8. Ações de Prevenção e Combate à Corrupção

a) Ações de Prevenção

Em 2011, manteve-se o acompanhamento sistemático e a adoção de políticas públicas para cumprimento dos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: i) a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção da ONU); ii) a Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA); e iii) a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

O Governo manteve, até setembro de 2011, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados-partes. Além disso, em março de 2011, o Brasil passou a integrar o Grupo Gerencial do Grupo de Trabalho sobre Corrupção Transnacional, da OCDE. As medidas anticorrupção adotadas pelo Governo brasileiro foram avaliadas durante a 19ª Reunião do Comitê de Peritos do Mesicic, realizada em Washington, nos Estados Unidos. O relatório de avaliação concluiu que o Brasil tem adotado medidas eficientes de prevenção e combate à corrupção, medidas essas pertinentes à promoção dos propósitos da Convenção. Entre as recomendações recebidas pelo País destaca-se aquela no sentido de que o Brasil aprove o Projeto de Lei nº 5.586, de 2005, em tramitação na Câmara dos Deputados, que trata da Criminalização do Enriquecimento Ilícito.

Em 2011, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Pró-Ética. Desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a iniciativa objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética. Essas ações em parceria com o setor privado contribuem para conscientização de gestores de empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção.

Adicionalmente, em 2011, o Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil, com destaque para: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) 5º Concurso de Desenho e Redação; iii) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e nos Estados; e iv) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, denominado Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania, iniciado em 2009. Ao término de 2011, tais ações já haviam atingido mais de 1,4 milhão de alunos e 40 mil professores.

O mapeamento preventivo de riscos à corrupção teve continuidade em 2011, por meio do Observatório da Despesa Pública (ODP) para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. Destacam-se o monitoramento de licitações, gastos com Cartões de Pagamento, Passagens Aéreas e empresas terceirizadas. O ODP agregou ainda os monitoramentos do Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes, e dos repasses para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Também foram desenvolvidos estudos específicos sobre transferências voluntárias e sobre os preços médios pagos pelo Governo para os principais materiais adquiridos.





Em junho, o Observatório recebeu o prêmio *Public Service Awards* 2011, da ONU, um dos principais prêmios concedidos em reconhecimento a iniciativas inovadoras na área da gestão pública. Para 2012, o ODP planeja, além de continuar com os monitoramentos existentes, realizar estudos específicos sobre os fornecedores do Governo e o Sistema de Registro de Preços (SRP) e criar metodologia de gestão de riscos para licitações.

Em 2011, destaca-se a execução dos seguintes projetos: i) o Projeto Siconv, com o propósito de armazenar dados e registros sobre os convênios celebrados com o Governo Federal e acompanhar sua execução; ii) o ODP, que tem por finalidade a produção de informações sobre os convênios federais, por meio da análise de dados de várias fontes, propiciando a construção de 47 trilhas de auditoria e a execução, na 1^a etapa do Projeto, de 16 dessas trilhas; e iii) o Projeto Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), que a partir da base de empresas cadastradas busca identificar órgãos federais que mantenham contratos vigentes com as empresas negativadas.

Com a finalidade de dotar a administração pública de quadros mais bem preparados e fortalecer o controle preventivo, o Governo, por meio da Controladoria-Geral da União, tem ministrado cursos em diversos temas, promovendo, assim, a melhoria da gestão dos recursos públicos. No ano de 2011 foram capacitados 878 servidores federais em Direito Disciplinar e mais de 7.500 em matérias relacionadas a Controles Internos, Auditoria Interna, Transferências Voluntárias e Siconv. Além disso, pela Escola Virtual da CGU, foram capacitados, por meio da educação a distância (EaD), 2.440 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção. Para 2012 pretende-se ampliar a utilização dessas ferramentas, como forma de atingir maiores contingentes dos públicos-alvo dos programas de capacitação e orientação.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública são realizadas ações de capacitação, presencial e a distância, para agentes públicos municipais e distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao desempenho da função pública. Em 2011, 97 Municípios foram contemplados e 1.468 servidores públicos capacitados pelo Programa.

b) Controle Interno

Na busca do fortalecimento da integridade da gestão pública, da adequada resposta aos riscos e, principalmente, da correção de rumos em relação ao alcance dos objetivos das políticas públicas, o Governo brasileiro reforçou e aprimorou as atividades de controle interno ao longo de 2011. Importa destacar a crescente articulação entre os órgãos de investigação, controle e fiscalização, entre estes os integrantes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em especial as unidades de auditoria interna existentes em todas as entidades da administração federal indireta.

A estratégia de atuação do controle interno em 2011 foi implementada sobre quatro eixos principais: i) avaliação da execução de programas de Governo; ii) avaliação dos resultados da gestão nos órgãos e entidades da administração federal; iii) ações investigativas; e iv) ações de orientação e capacitação dos gestores federais.

Com base em cuidadoso processo de avaliação de riscos, que inclui o volume de orçamento destinado às políticas públicas, a relevância de cada política para o desenvolvimento do País e a existência de problemas já verificados na execução das ações, a Avaliação da Execução de Programas de Governo estuda e hierarquiza os programas de forma a priorizar as ações a serem desenvolvidas. Em 2011, foram objeto de avaliação sistematizada 111 ações de Governo, sendo executadas cerca de 4 mil ações de controle. Entre as ações de Governo acompanhadas, destacam-se as relativas ao Pagamento de Aposentadorias e Pensões, à Concessão de Rodovias, à Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, à Concessão de Licença de Importação, ao Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), ao Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres,



ao Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, às Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho e Apuração e à Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União.

Entre os resultados nessa linha de atuação, destacam-se: i) publicação do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência da identificação de fragilidades no acompanhamento da aplicação dos recursos federais objeto das chamadas transferências do SUS, Fundeb e Merenda Escolar; ii) cessação pelo INSS de aproximadamente 94 mil benefícios considerados irregulares no âmbito das ações de Pagamento de Aposentadorias e Pensões, resultando em uma economia total estimada de cerca de R\$ 3,6 bilhões, e recuperação de mais de R\$ 330 milhões dos pagamentos feitos indevidamente; iii) ajuste tempestivo de questões relativas a aperfeiçoamento dos projetos básicos e normativos de licitações, melhoria da estrutura de fiscalização dos convênios e contratos, revogação de licitações e glosa de valores referentes à ação de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba; iv) revisão do fluxo operacional de pagamento de *royalties* de petróleo; e v) ações para implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, que visa dar maior transparência e controle aos gastos emergenciais.

Por meio do programa de sorteio público, o Governo Federal continuou com a sistemática fiscalização dos recursos federais destinados aos Municípios, especialmente no tocante aos programas governamentais da área social. O referido programa, instituído em 2003, além de acompanhar a execução dos programas de Governo, tem os propósitos de fomentar o controle social dos gastos públicos e de inibir e combater a corrupção. Dentre as ações fiscalizadas destacam-se os Programas Bolsa Família, Merenda Escolar e Saúde da Família, os quais possuem forte impacto no dia a dia da população. No ano de 2011 foram realizados dois eventos de sorteio, para fiscalização de 120 Municípios por meio de 2.138 ações de controle, envolvendo um montante de recursos fiscalizados de mais de R\$ 1,7 bilhão.

No âmbito da Avaliação dos Resultados da Gestão, foram realizadas em 2011 auditorias anuais de contas em 647 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como 1.089 auditorias de acompanhamento com foco nos seguintes temas: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias e das licitações; atendimento ao Decreto nº 7.446, de 1º de março de 2011, que estabelece limites e procedimentos para diárias, passagens e locomoção; e despesas com cartões corporativos.

No eixo das Ações Investigativas, a partir da parceria estabelecida entre instituições como a Controladoria-Geral da União (CGU), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Ministério Público da União (MPU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), foram realizados, em 2011, 24 trabalhos conjuntos de operações especiais. Estes trabalhos permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de resarcimento ao Erário Público, tais como declaração de empresas como inidôneas, abertura de processos de Tomada de Contas Especial e apuração de responsabilidades de servidores públicos federados envolvidos.

Os desafios que se apresentam para o ano de 2012 impõem ao Governo a necessidade de aprimoramento da governança, dos controles e da capacidade de mapear e gerenciar os riscos. Assim, as prioridades de 2012, no que concerne à temática do controle interno e do aprimoramento da gestão, relacionam-se basicamente: i) à orientação do trabalho de avaliação para as iniciativas prioritárias do Governo no âmbito do PPA 2012-2015, a fim de propiciar garantia adicional de recursos e meios disponíveis para o alcance dos objetivos e resultados pretendidos; ii) ao fortalecimento da atuação preventiva dos órgãos do Sistema de Controle Interno, inclusive mediante o aprimoramento da articulação com as diversas pastas ministeriais; iii) ao fortalecimento das unidades de auditoria interna da administração pública indireta; iv) à gradual inserção de modelos e práticas de gestão de riscos na esfera governamental; v) ao aprimoramento da atuação interinstitucional com os órgãos de controle, fiscalização e investigação, de forma a fortalecer e a agregar maior eficiência e efetividade aos instrumentos de





prevenção e combate à corrupção; e vi) à ampliação da cooperação internacional para o desenvolvimento das áreas de controle interno, prevenção e combate à corrupção.

c) Medidas Corretivas

Em 2011, o Governo fortaleceu suas ações no combate à impunidade mediante ação correcional. A intensificação desse trabalho decorreu do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares; da efetiva e tempestiva responsabilização administrativa de agentes públicos; da maior qualificação de pessoal especializado em matéria disciplinar; e do fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Como resultados efetivos dessas ações foram efetivadas no ano de 2011, em relação a agentes públicos do regime estatutário, 469 demissões, 57 destituições e 38 cassações de aposentadoria, totalizando 564 apenações expulsivas. Como principais motivações que embasaram as punições expulsivas, permanecem as irregularidades relativas a valimento do cargo (24,76%) e improbidade administrativa (16,08%).

No ano de 2011 houve instauração e condução direta de 71 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (PAD), em sentido estrito, e Sindicâncias Punitivas e Investigativas. Verificou-se a regularidade de 1.788 processos disciplinares e foram realizadas aproximadamente 1,5 mil investigações preliminares. O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) foi contemplado em 2011 com o fortalecimento da sua base de dados e a continuidade do seu programa de inovação, que incluiu a geração de novos relatórios e a melhoria geral de sua operação.

No tocante à apuração de ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já declarou a inidoneidade de 15 dessas pessoas jurídicas.

O Sistema de Teleaudiências, recém-implantado, possibilitou a realização de cerca de 12 oitivas em 2011, auxiliando comissões disciplinares, testemunhas ou acusados que se encontravam em diferentes unidades da Federação (DF, RJ, BA e RS). Com essa nova modalidade de comunicação foi possível obter economia nas despesas com diárias, passagens e locomoção, além de conferir maior celeridade ao trabalho das comissões investigativas.

Para 2012, pretende-se fortalecer o sistema de correição, por meio da instituição de novas unidades seccionais de corregedoria, da prospecção de núcleos de correição dos Estados e da capacitação sistemática dos servidores que atuam em processo disciplinar.

d) Ouvidoria

A excelência em gestão pública pressupõe direcionar as ações públicas para as necessidades dos cidadãos e da sociedade, na condição de sujeitos de direitos e de beneficiários dos serviços públicos e destinatários da ação decorrente do poder de Estado exercido pelas organizações públicas. Significa estabelecer compromisso com a sociedade para fazer o melhor no cumprimento da missão institucional, de forma ética e democrática, e para satisfazer suas necessidades e expectativas.

Nesse contexto, a criação e o funcionamento das ouvidorias públicas na estrutura de órgãos e entidades da administração federal têm sido de grande importância para o fortalecimento da democracia participativa. Sobretudo porque, por um lado, oferecem ao cidadão “novo canal” para resolução de problemas vivenciados rotineiramente na prestação de serviços públicos e, por outro, oferecem ao Estado uma oportunidade de qualificar a prestação desses serviços a partir das





manifestações e contribuições recebidas, o que pode ser demonstrado, em 2011, tanto pelo número de ouvidorias em efetivo funcionamento na administração pública federal – em torno de 140 – quanto pelo expressivo número de 1,5 milhão de manifestações (reclamação, elogio, denúncia etc.) recebidas.

Logrou-se, no ano de 2011, a conclusão do processo de reestruturação da Ouvidoria-Geral da União, subordinada à CGU, que resultou na adequação da sua estrutura organizacional e do seu quadro de pessoal, na implementação de novos processos de trabalho e na mobilização das ouvidorias do Poder Executivo Federal para a execução da política nacional de participação social. Foi também elaborado plano de trabalho que contempla a estratégia de capacitação destinada às ouvidorias federais, para o qual vêm sendo desenvolvidas tratativas junto a escolas de governo, universidades federais e outros órgãos e entidades públicas federais.

No ano de 2012 pretende-se avançar na integração sistêmica das ouvidorias do Poder Executivo Federal, por meio da instituição de base de dados que disponibilize informações em tempo real, e da base tecnológica necessária para a elaboração de cadastros para registro das manifestações fundamentadas.

e) Combate à Lavagem de Dinheiro

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) vem intensificando, a cada ano, os esforços de cooperação com autoridades nacionais e estrangeiras em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT).

Essa contínua construção de parceiras interinstitucionais aliada ao intenso uso de tecnologia, de ferramentas de controle e gestão de riscos e da constante qualificação de seu corpo funcional, permitiu que o Coaf analisasse, em 2011, cerca de 4 mil casos com indícios de lavagem de dinheiro, produzindo 1,4 mil Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), os quais relacionaram aproximadamente 48,7 mil comunicações de operações financeiras e 13,48 mil de pessoas físicas e jurídicas.

A parceria com órgãos supervisores e entidades representativas dos diversos segmentos obrigados foi intensificada, tendo sido recebidas, somente no ano passado, mais de 1,2 milhão de novas comunicações dos diversos setores econômicos obrigados, nos termos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Com isso, o banco de dados do Coaf ultrapassa a marca de 5,6 milhões de comunicações de operações financeiras recebidas em seus 13 anos de existência.

A cooperação entre Ministério da Fazenda, Ministérios Públicos, Polícias e Judiciário resultou no bloqueio judicial de R\$ 38,7 milhões em contas-correntes e em outras aplicações financeiras de pessoas envolvidas em ilícitos criminais ao longo de 2011.

O continuado empenho de elevar o grau de conformidade do País aos padrões internacionais de PLD/CFT resultou na realização de consulta pública sobre nova regulação, que inclui os setores do comércio de veículos, aeronaves e embarcações entre aqueles que deverão aprofundar o exame das operações de seus clientes, comunicando ao Coaf eventuais comportamentos atípicos.

Em sessões de julgamento de processos administrativos sancionatórios, realizadas no ano de 2011, o Plenário do Conselho aplicou multas no montante global de R\$ 3.96, 7 mil a empresas e administradores que descumpriram obrigações previstas nas normas legais.

No âmbito da representação brasileira em organismos internacionais de PLD/CFT, o Governo, por meio do Coaf, participou ativamente das ações implementadas no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), principalmente aquelas voltadas à revisão das Recomendações do Grupo. Também se fez representar





participando das atividades do Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafisud) e do Grupo de Egmont, foro internacional que reúne unidades de inteligência financeira (UIF) de 127 países. No âmbito bilateral, o Ministério da Fazenda prestou assistência técnica a diversas unidades estrangeiras congêneres ao Coaf, especialmente àquelas situadas na América Latina e em países africanos de língua portuguesa.

Alinhado à missão do Coaf de promover a cooperação entre os setores público e privado, o ano de 2011 foi marcado pela celebração de seis acordos voltados à ampliação do intercâmbio de informações, do acesso à bases de dados e da capacitação de agentes públicos em matéria de PLD/CFT.

Destacam-se como resultado desses acordos: i) acesso *on-line* pelo Coaf ao Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE), mantido pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC); ii) intercâmbio de informações e acesso *on-line* pelo Coaf ao Sistema de Consulta aos Registros de Antecedentes Criminais da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul e do Estado do Tocantins; iii) intercâmbio de informações e acesso *on-line* pelo Coaf a bases de dados do Banco Central do Brasil e recepção de informações de entidades do Sistema Financeiro Nacional diretamente pelo Coaf; iv) realização do programa de capacitação prática no Coaf em prevenção à lavagem de dinheiro para empregados do Banco do Brasil e servidores da Polícia Federal; e v) intercâmbio de informações com a Polícia Federal.

9. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa, judicial e extrajudicialmente, a União e suas autarquias e fundações, o que inclui os três Poderes e o Ministério Público da União, e tem também como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

Entre as principais ações realizadas no exercício de 2011, encontra-se a defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacando-se:

- Reconhecimento da união homoafetiva como união estável;
- Declaração da constitucionalidade da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que trata do piso salarial nacional dos professores da educação básica;
- Declaração da constitucionalidade da aprovação no exame da OAB como requisito para o exercício da advocacia, prevista no art. 8º, IV, da Lei nº 8.906, de 4 julho de 1994;
- Declaração da constitucionalidade da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que criou o programa de ação governamental de valorização do salário mínimo, fixando critérios para o seu cálculo, com declaração do valor pelo Presidente da República;
- Decisão mantendo as regras do cálculo da aposentadoria por invalidez previstas na legislação previdenciária, gerando uma economia anual de mais de R\$ 2 bilhões diretos e R\$ 10 bilhões indiretos; e
- Suspensão de decisão que estendia o pagamento do benefício da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) a pessoas que não se enquadram no requisito de baixa renda, gerando uma economia direta de R\$ 38 milhões.

No exercício da representação judicial da União, em matéria fiscal, cabe destacar as seguintes decisões do STF favoráveis à União:





- Possibilidade de incidência da Cofins sobre as vendas inadimplidas;
- Constitucionalidade da retenção da contribuição previdenciária sobre a folha de salários, de 11%, na hipótese de fatura emitida por empresa tomadora de serviço de mão de obra; e
- Ausência de direito à correção monetária da tabela do Imposto de Renda.

Com relação à atuação judicial no âmbito dos Tribunais Superiores, ressaltam-se diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça (STJ), como:

- Impossibilidade de aproveitamento de prejuízos fiscais de empresas coligadas e controladas no exterior pela empresa nacional para fins de abatimento da base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- Inexistência de preferência no recebimento de honorários advocatícios em face do crédito tributário;
- Possibilidade de realização de compensação de ofício pela Receita Federal do Brasil; e
- Afastamento da possibilidade de extinção da execução fiscal quando há adesão pelo contribuinte a programa de parcelamento.

A AGU tem, ainda, atuado na viabilização de políticas públicas relacionadas a ações de infraestrutura e estratégicas para o País, e obtido êxito judicial na sua defesa, cabendo destacar as relacionadas ao PAC e à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Dentre as defesas realizadas e acolhidas, vale ressaltar:

- Legalidade da licença de operação para Usinas Hidrelétricas (UHEs) Santo Antônio e Jirau, que representam 7% do parque gerador de energia do Brasil, bem como a legalidade do licenciamento ambiental das linhas de transmissão de energia elétrica de Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), com 2.400 km;
- Legalidade do Decreto Legislativo n.º 788 de 2005, que autoriza o aproveitamento hidrelétrico da UHE Belo Monte; a demonstração de que essa usina não será construída em terras indígenas, bem como de que não há qualquer ilegalidade nos atos administrativos que tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre o empreendimento; e derrubou liminar que impedia a instalação do canteiro de obras, garantindo o início da implantação do empreendimento;
- Possibilidade de a Aneel realizar o leilão de energia proveniente de empreendimentos novos (Leilão A-5);
- Retomada, pela União, do Porto de Manaus, importante para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e para o sistema de cabotagem;
- Realização do Leilão de Concessão do Aeroporto São Gonçalo do Amarante (RN), o primeiro leilão de concessão de aeroporto no Brasil, bem como a dispensa de licitação para terminal remoto de passageiros no Aeroporto de Guarulhos (SP); e
- Continuidade do procedimento licitatório para concessão da implantação e exploração do Trem de Alta Velocidade (TAV).

No tocante à atividade consultiva, apontam-se as participações na elaboração ou análise dos Projetos de Lei: de Responsabilidade Pessoal Jurídica; de hediondez do crime de corrupção; da instituição do Regime Diferenciado de Contratações Públicas; de Acesso à Informação; da criação da Autoridade Pública Olímpica e Geral da Copa. Além disso, foram firmadas 33 conciliações no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitramento da Administração Federal, bem como a realização de 288 reuniões.





Essas conciliações resultaram na resolução de conflitos de interesses entre órgãos e entidades da administração pública federal ou entre estes e os da administração estadual e municipal.

Quanto à representação e defesa extrajudicial pela AGU de órgãos e entidades públicas federais perante o Tribunal de Contas da União (TCU), além da otimização da defesa, foram coordenadas no âmbito da referida Corte apresentações institucionais prévias para esclarecer eventuais dúvidas de políticas públicas a serem implementadas, tais como: concessão de aeroportos; esclarecimentos sobre projetos e programas relativos a direitos humanos, Rio+20, projeto piloto de conciliação prévia e em execuções fiscais de até R\$ 100 mil, entre outros. E para uma melhor efetivação da representação judicial e extrajudicial dos Poderes Legislativo e Judicial, foram instalados e estão em pleno funcionamento os Escritórios Avançados da AGU no âmbito da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), além da atuação perante o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

O plano de ação para 2012 para a área de consultoria, assessoramento jurídico e defesa judicial e extrajudicial da União está focado no:

- Incremento da representação judicial dos Poderes Legislativo e Judiciário;
- Aprimoramento de ferramentas que integrem as áreas de consultoria e contencioso, permitindo a melhoria da defesa judicial e redução da judicialização;
- Aperfeiçoamento dos meios de cobrança direta e indireta de créditos da União, tais como a ampliação do uso de protesto;
- Aprimoramento de ferramentas que possam aferir os valores arrecadados ou economizados pela AGU, bem como a divulgação dos ganhos para a sociedade;
- Incremento e aprimoramento da conciliação e outros meios de redução de litigiosidade; e
- Incremento e aprimoramento da representação extrajudicial da União, inclusive perante o TCU.



ANEXO

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS E AS
ATIVIDADES DO CONSELHO (ART. 130-A, § 2º, V DA CONSTITUIÇÃO)**



Nossa missão:

Fortalecer e aprimorar o Ministério P\xfablico brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade,
para uma atua\xe7\xf3o respons\xe1vel e socialmente efetiva.

Presidente

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Conselheiros

(Composi\xe7\xf3o: Bi\xe9nio 2009/2011)

(Composi\xe7\xf3o: Bi\xe9nio 2011/2013)

Achiles de Jesus Siquara Filho

Adilson Gurgel de Castro

Almino Afonso Fernandes

Bruno Dantas

Claudia Maria de Freitas Chagas

Cl\'audio Barros Silva

Luiz Moreira Gomes J\xfanior

Maria Ester Henriques Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Sandra Lia Sim\xf3n

S\'ergio Feltrin Corr\xea

Sandro Jos\xe9 Neis

Ta\xeds Schilling Ferraz

Adilson Gurgel de Castro

Alessandro Tramujas Assad

Almino Afonso Fernandes

Claudia Maria de Freitas Chagas

Fabiano Augusto Martins da Silveira

Jarbas Soares J\xfanior

Jeferson Luiz Pereira Coelho

Jos\'e L\'azaro Alfredo Guimar\~aes

Luiz Moreira Gomes J\xfanior

Maria Ester Henriques Tavares

Mario Luiz Bonsaglia

Ta\xeds Schilling Ferraz

Tito Souza do Amaral



Secret\u00e1rio-Geral

Jos\u00e9 Ad\u00e9rcio Leite Sampaio

Secret\u00e1ria-Geral Adjunta

Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

Corregedoria Nacional

(Composi\u00e7\u00e3o: Bi\u00e9nio 2009/2011)

Corregedor-Nacional

Sandro Jos\u00e9 Neis

(Composi\u00e7\u00e3o: Bi\u00e9nio 2011/2013)

Corregedor-Nacional

Jeferson Luiz Pereira Coelho

Membros Auxiliares da Corregedoria

Ana Maria Vila Real Ferreira Ramos

Andr\u00e9 Vinicius Esp\u00edrito Santo de Almeida

Cezar Lu\u00eds Rangel Coutinho

Cid Luiz Ribeiro Schmitz

Elton Ghersel

Ernani Guetten de Almeida

Gaspar Antonio Viegas

Soraya Tabet Souto Maior

Membros Auxiliares da Corregedoria

Ana Maria Vila Real Ferreira Ramos

Elton Ghersel

F\u00e1bio MassahiroKosaka

Alexandre S\u00f3crates da Silva Mendes

Marilda Helena dos Santos

Lu\u00eds Paulo Villafa\u00f1e Gomes Santos

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi criado em 30 de dezembro de 2004, pela Emenda Constitucional nº 45, e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Com o objetivo de fortalecer e aprimorar o Ministério Público (MP) brasileiro para uma atuação responsável e socialmente efetiva, ao CNMP compete zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público e pela observância dos princípios que regem a administração pública, cabendo-lhe, também, o exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Formado por 14 membros, que representam diversos setores da sociedade, o CNMP tem como objetivo imprimir uma visão nacional ao Ministério Público. Ao Conselho cabe orientar e fiscalizar todos os ramos do MP brasileiro: o Ministério Público da União (MPU), composto pelo Ministério PÚblico Federal (MPF), Ministério PÚblico Militar (MPM), Ministério PÚblico do Trabalho (MPT) e do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); e o Ministério PÚblico dos Estados (MPE).

A estrutura do CNMP está organizada para efetivar o cumprimento da fiscalização e orientação do exercício administrativo e financeiro do Ministério PÚblico no Brasil, além de promover a integração e o desenvolvimento da instituição.

A Constituição da República, em seu art. 130-A, §2º, inciso V, prevê que compete ao CNMP a elaboração de relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério PÚblico no País e as atividades do Conselho. O relatório deve integrar a mensagem prevista no artigo 84, inciso XI, da Constituição de 1988, que, por sua vez, dispõe sobre a competência do Presidente da República para remeter mensagem de plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.

Este relatório anual apresenta a síntese das atividades desenvolvidas pelo CNMP durante o ano de 2011, com desdobramentos a serem expandidos no horizonte definido pelo seu Planejamento Institucional, e aborda tanto aquelas atividades voltadas ao exercício do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério PÚblico quanto aquelas relacionadas ao aperfeiçoamento e à modernização de sua gestão.

Por meio dos dados e informações disponibilizados pelo relatório anual é possível que o cidadão acompanhe a atuação do Conselho Nacional, com o intuito de promover a integração e o desenvolvimento do Ministério PÚblico brasileiro, sempre respeitando a autonomia da instituição.



I – O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Organização Interna e Funcionamento

O Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, em vigor desde 11 de dezembro de 2008, fixou suas regras de funcionamento e atribuições de controle e instituiu como órgãos do CNMP o Plenário, a Presidência, a Corregedoria Nacional, as Comissões e a Secretaria Geral. No decorrer do ano de 2011, foram realizados diversos avanços importantes em relação à organização interna e ao funcionamento do CNMP.

1.1. Plenário

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público é composto por 14 Conselheiros, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal. Entre as competências do CNMP podem ser destacadas as seguintes: i) Controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros; ii) Zelo pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público; e iii) Planejamento estratégico do Ministério Público nacional.

Trata-se de um órgão que possui uma composição plural, pois além de representantes do Ministério Público, o Conselho conta com representantes do Poder Judiciário, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de cidadãos indicados pelas Casas do Poder Legislativo. Inequivocamente essa composição plural contribui para o enriquecimento dos trabalhos e atribuições desse órgão de índole constitucional.

1.1.1. Sessões do Plenário

Em 2011 foram realizadas 11 Sessões Ordinárias e 12 Sessões Extraordinárias até o dia 30 de novembro.

Tabela 1 – Sessões Ordinárias e Extraordinárias do CNMP em 2011.

SESSÕES ORDINÁRIAS	SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS
26/01/2011	23/02/2011
22/02/2011	16/03/2011
15/03/2011	22/03/2011
06/04/2011	16/04/2011
17/05/2011	27/04/2011
01/06/2011	18/05/2011
19/07/2011	31/05/2011
09/08/2011	14/06/2011
20/09/2011	15/06/2011
18/10/2011	23/08/2011
29/11/2011	21/09/2011
	30/11/2011

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.



1.2. Presidência

A Presidência do Conselho é exercida pelo Procurador-Geral da República, cargo ocupado, atualmente, por Roberto Monteiro Gurgel Santos, com competência de garantir o bom funcionamento do órgão para o fortalecimento e aprimoramento do Ministério Público. Suas atribuições encontram-se previstas nos artigos 26 e 29 do Regimento Interno do CNMP.

1.2.1. Atos Normativos

O CNMP possui atribuição de expedir atos normativos, conforme disposto no artigo 130-A, §2º, I, da Constituição da República, e no artigo 66 do Regimento Interno do CNMP. Durante o ano de 2011 foram publicados duas Emendas Regimentais, 18 Resoluções, uma Resolução Conjunta, uma Recomendação e um Enunciado Administrativo.

1.2.1.1. Emendas Regimentais

Tabela 2 – Emendas Regimentais publicadas pelo CNMP em 2011.

EMENDA REGIMENTAL	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Emenda Regimental nº 04	Acrescenta o artigo 67-A ao Regimento Interno do CNMP	15/12/2010	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 7 de fevereiro de 2011, página 98
Emenda Regimental nº 05	Altera o § 5º do artigo 39 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público	18/05/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 3 de junho de 2011, página 98

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.

1.2.1.2. Resoluções

Tabela 3 – Resoluções publicadas pelo CNMP em 2011.

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 63	Cria as tabelas unificadas do Ministério Público e dá outras providências	01/12/2010	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17/1/2011, página 87
Resolução nº 64	Determina a implantação das Ouvidorias no Ministério Público dos Estados, da União e no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público	01/12/2010	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17/1/2011, página 87
Resolução nº 65	Altera o § 3º do artigo 4º, da Resolução nº 20, de 28 de maio de 2007	26/01/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção I, página 141, em 30/03/2011
Resolução nº 66	Dispõe sobre o Portal da Transparência do Ministério Público	23/02/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção I, páginas 141 e 142, em 30/03/2011

Continua



Continuação

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 67	Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas	16/03/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção I, página 142, em 30/03/2011
Resolução nº 68	Dispõe sobre a indicação dos termos e os prazos de prescrição, em tese, para as penalidades aplicáveis a infrações que tenham justificado a instauração de procedimentos disciplinares e sua aposição na capa dos respectivos autos	26/04/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 68, de 08/06/2011
Resolução nº 69	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos	18/05/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, páginas 68 e 69, de 08/06/2011
Resolução nº 70	Estabelece as diretrizes básicas para a instituição do Comitê Estratégico de Tecnologia no âmbito do Ministério Público e dá outras providências	15/06/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 06/07/2011, página 118
Resolução nº 71	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento e dá outras providências	15/06/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 07/07/2011, páginas 67 e 68
Resolução nº 72	Revoga os arts. 2º a 4º da Resolução do CNMP nº 5/2006, de 20 de março de 2006	15/06/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15/07/2011, página 91
Resolução nº 73	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados	15/06/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 15/07/2011, página 91
Resolução nº 74	Dispõe sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus membros	19/07/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19/08/2011, páginas 164 e 165
Resolução nº 75	Altera o Portal da Transparência	19/07/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 19/08/2011, página 165

Continua

Continuação

RESOLUÇÃO	ASSUNTO	DATA APROVAÇÃO	PUBLICAÇÃO
Resolução nº 76	Dispõe sobre o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados	09/08/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25/08/2011, páginas 137 e 138
Resolução nº 77	Estabelece regras sobre o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público brasileiro	09/08/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 26/08/2011, páginas 78 e 79
Resolução nº 78	Institui o Cadastro Nacional de Membros do MP	09/08/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25/08/2011, página 138
Resolução nº 79	Altera a resolução nº 48/2009	18/10/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 14/10/2011, página 115
Resolução nº 80	Altera o parágrafo 3º do artigo 2º da Resolução nº 56/2010	18/10/2011	Publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 16/11/2011, página 63

Fonte: Sítio CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.

1.2.1.3. Resolução Conjunta

Tabela 4 – Resolução Conjunta aprovada pelo CNMP em 2011.

RESOLUÇÃO CONJUNTA	DATA APROVAÇÃO	ASSUNTO
Resolução Conjunta nº 02	21/06/2011	Institui os cadastros nacionais de informações de ações coletivas, inquéritos e termos de ajustamento de conduta e dá outras providências

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.

1.2.1.4. Recomendação

Tabela 5 – Recomendação aprovada pelo CNMP em 2011.

RECOMENDAÇÃO	DATA APROVAÇÃO	ASSUNTO
Recomendação nº 19	18/05/2011	Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público no Segundo Grau

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.



1.2.1.5. Enunciado Administrativo

Tabela 6 – Enunciado Administrativo aprovado pelo CNMP em 2011.

ENUNCIADO ADMINISTRATIVO	DATA APROVAÇÃO	ASSUNTO
Enunciado nº 07	15/06/2011	Trata da revisão de processo disciplinar

Fonte: Sítio Eletrônico CNMP (<http://www.cnmp.gov.br>), em 30 de novembro de 2011.

1.2.2. Outros Atos

1.2.2.1. Cooperação Técnica

Tabela 7 – Cooperações Técnicas celebradas pelo CNMP em 2011.

INSTRUMENTO	OBJETO	ASSINADO EM
Termo de Cooperação Técnica nº 01/2011	Programa Espaço Livre – Aeroportos, desenvolvido pela Corregedoria Nacional de Justiça, o qual possui como meta a remoção das aeronaves sob custódia da justiça estacionadas em aeroportos nacionais	02/02/2011
Termo de Cooperação Técnica	Parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação	11/02/2011
Protocolo de Cooperação	Aprimorar a proteção às mulheres em relação à violência familiar e doméstica e promover a punição aos agressores, nos termos da Lei Maria da Penha	16/03/2011
Protocolo de Cooperação MPF/CNMP nº 001/2011	Parceria em ações de Gestão Administrativa	19/04/2011
Protocolo de Cooperação MPT/CMMMP nº 001/2011	Cooperação administrativa e financeira para as ações necessárias à elaboração e adaptação de Projeto de Arquitetura e Engenharia para a construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público	10/08/2011
Acordo de Cooperação Técnica CNMP/MPDFT	Testes de sistema informatizado a que alude a Resolução CNMP nº 78/2011 – Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público	25/11/2011
Acordo de Cooperação Técnica CNMP/MPT	Testes de sistema informatizado a que alude a Resolução CNMP nº 78/2011 – Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público	25/11/2011
Acordo de Cooperação Técnica nº 047/2011	Assegurar cidadania aos povos indígenas mediante a expedição de documentação básica	30/11/2011
Acordo de Cooperação	Melhoria do sistema penitenciário brasileiro e a redução do déficit prisional	30/11/2011

Fonte: Presidência do CNMP.

1.2.2.2. Notas Técnicas

Não houve nenhuma Nota Técnica expedida pelo Conselho no ano de 2011.

1.2.2.3. Ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público

Tabela 8 – Ações contra o CNMP em 2011.

INSTRUMENTO	ASSUNTO
MS 30.089: Impetrado por Deborah Giovannetti Macedo Guerner	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo Disciplinar CNMP nº 0.00.000.001515/2009-73
MS 30.418: Impetrado por Leonardo Azeredo Bandarra	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001007/2010-29
MS 30.324: Impetrado por Konrad Cesar Resente Wimmer	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000632/2010-53
MS 30.360: Impetrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.00109/2009-19
MS 30.435: Impetrado por Wilson Santos de Santana	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000325/2011-53
MS 30.338: Impetrado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001567/2010-83
MS 30.460: Impetrado por Larissa Nunes Calado Allemand	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000284/2010-14
MS 30.653: Impetrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001751/2010-23
MS 30.611: Impetrado por Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos da Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.001291/2009-08
MS 30.655: Impetrado por Cesar Zacharias Martyres	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Processo Disciplinar Avocado CNMP nº 0.00.000.000109/2009-93
MS 30.684: Impetrado por Leonardo Rodrigues Tupinambá	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos da Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000015/2009-14

Continua



Continuação

INSTRUMENTO	ASSUNTO
MS 30.717: Impetrado pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001557/2010-48
MS 30.687: Impetrado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000064/2010-91
MS 30.822: Impetrado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia e pelo Estado de Rondônia	Em face de suposta ilegalidade das decisões proferidas nos autos dos Procedimentos de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000247/2011-97, nº 0.00.000.000248/2011-31 e nº 0.00.000.000274/2011-60
MS 30.623: Impetrado por Marleni Moreira Francisco	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000284/2010-14
MS 30.831: Impetrado pelo Ministério Público do Estado do Ceará	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.000626/2010-04.
MS 30.886: Impetrado por Francisco de Assis Betti	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Recurso Interno CNMP nº 0.00.000.000467/2010-30
Reclamação 12.551: Proposta por Luiz Antônio Freitas de Almeida, Marjorie de Oliveira Zanchetta e Paula da Silva Santos Volpe	Para preservar a competência do STF, em face da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, nos autos do Mandado de Segurança Preventivo nº 2011.028017-6, que determinou a suspensão dos efeitos da decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000.001219/2011-97
MS 30.943: Impetrado por Leonardo Azeredo Bandarra	Em face de suposta ilegalidade da decisão proferida nos autos do Procedimento Administrativo Disciplinar CNMP nº 0.00.000.001515/2009-73

Fonte: Presidência do CNMP.



1.3. Corregedoria Nacional do MP

1.3.1. Competências, Estrutura Orgânica e de Pessoal

1.3.1.1. Corregedor Nacional

A função de Corregedor Nacional do Ministério Público é exercida atualmente pelo Subprocurador-Geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira Coelho, eleito na 10ª sessão extraordinária do CNMP, no dia 23 de agosto de 2011, para um mandato de dois anos.

As atribuições do Corregedor Nacional do Ministério Público estão previstas no § 3º do art. 130-A da Constituição Federal e regulamentadas pelo artigo 31 do Regimento Interno do CNMP, quais sejam: i) Receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares; ii) Exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral; iii) Requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

1.3.1.2. Estrutura Orgânica

Figura 1 – Estrutura Orgânica da Corregedoria Nacional.



Fonte: Corregedoria Nacional.

1.3.1.3. Estrutura de Pessoal

Membros auxiliares com dedicação exclusiva e membros requisitados para instrução de procedimentos específicos.

Tabela 9 – Membros Auxiliares e Requisitados da Corregedoria Nacional em 2011.

	ORIGEM	QUANTIDADE
Membros Auxiliares com dedicação exclusiva	Ministério Público do Estado de Goiás	1
	Ministério Público do Estado do Tocantins	1
	Ministério Público do Estado do Ceará	1
	Ministério Público Federal	1
	Ministério Público do Trabalho	3
TOTAL		7

Continua



Continuação

	ORIGEM	QUANTIDADE
Membros Requisitados para instrução de processos específicos	Ministério Público Federal	7
	Ministério Público do Trabalho	2
	Ministério Público Militar	1
	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	6
	Ministério Público do Estado de Santa Catarina	6
	Ministério Público do Estado de Pernambuco	3
	Ministério Público do Estado do Mato Grosso	1
	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	2
	Ministério Público do Estado de Goiás	1
	Ministério Público do Estado de São Paulo	3
	Ministério Público do Estado de Rondônia	3
	Ministério Público do Estado de Minas Gerais	2
	Ministério Público do Estado do Paraná	1
TOTAL		38

Fonte: Corregedoria Nacional.

- **Servidores e estagiários**

Tabela 10 – Quadro atual de servidores e estagiários da Corregedoria Nacional.

CARGO	QUANTIDADE
Analista Processual (CNMP)	9
Técnico Administrativo do CNMP	14
Técnico Administrativo requisitado (MPT)	2
Técnico Administrativo requisitado (MPM)	1
Assistente Administrativo requisitado (MPE/GO)	1
Estagiários (nível superior)	1
TOTAL	
28	

Fonte: Corregedoria Nacional.

- **Cargos e funções comissionadas**

Tabela 11 – Cargos e funções comissionadas da Corregedoria Nacional (Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011).

CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE	TIPO	SITUAÇÃO
Chefe de gabinete	1	CC-6	Provido
Assessor-Chefe	1	CC-5	Provido
Assessor nível III	4	CC-3	Não provido
Assistente	4	FC-3	Provido
Secretário Administrativo nível III	1	FC-3	Provido
TOTAL			
11			

Fonte: Corregedoria Nacional.



1.3.2. Atividade Disciplinar, Correicional e Executiva

Tabela 12 – Processos autuados na Corregedoria Nacional (todos os tipos), período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011.

TIPO	QUANTIDADE	%
Reclamação Disciplinar	391	89,89%
Revisão de Processo Disciplinar	19	4,37%
Sindicância	18	4,14%
Inspeção	7	1,61%
Correição	0	0,00%
Outros	0	0,00%
TOTAL	435	100,00%

Fonte: Corregedoria Nacional.

1.3.2.1. Atividade Disciplinar

- Reclamação Disciplinar

Tabela 13 – Reclamações Disciplinares encerradas na Corregedoria Nacional, período de 1º de dezembro de 2010 a 30 de novembro de 2011.

MOTIVAÇÃO	QUANTIDADE	%
Atuação suficiente do órgão disciplinar de origem (art. 74, § 6º, RICNMP)	273	66,59%
Indeferimento liminar. Falta de comprovação de autoria. (art. 74, § 1º, RICNMP)	50	12,20%
Arquivamento sumário. O fato narrado não configura crime ou ilícito penal. Prescritas, anônimas, manifestamente improcedentes. (art. 74, § 2º e art. 31, I, RICNMP)	73	17,80%
Perda de objeto	5	1,22%
Outras – Reclamações reautuadas como outros tipos processuais, juntadas a Processos Disciplinares, avocações etc.	9	2,20%
TOTAL	410	100,00%

Fonte: Corregedoria Nacional.

- Revisão do Processo Disciplinar e Sindicância

Tabela 14 – Quantidade de Revisões de Processo Disciplinar e de Sindicâncias nos últimos três anos.

	2009	2010	2011
Revisão do Processo Disciplinar	23	19	19
Sindicância	3	32	18

Fonte: Corregedoria Nacional.



1.3.2.2. Atividade Executiva

- **Inspeções realizadas em 2011**

Tabela 15 – Inspeções realizadas em 2011.

ESTADO	UNIDADES VISITADAS	RAMO
São Paulo	PRT/2ª Região	Ministério Público do Estado
	PRR/3º Região	Ministério Público do Estado
	PR/SP	Ministério Público do Estado
	MPM/SP	Ministério Público do Estado
Rio Grande do Norte	MP Estadual	Ministério Público do Estado
	PRT/21ª Região	Ministério Público do Estado
	PR/RN	Ministério Público do Estado

Fonte: Corregedoria Nacional.

- **Quantitativo de visitas e procedimentos instaurados**

Tabela 16 – Quantitativo de inspeções e procedimentos instaurados nos últimos três anos.

ANO	Nº DE VISITAS	Nº DE PROCEDIMENTOS	ESTADO
2009	2	7	PI, AM
2010	5	12	AL, PB, PA, PI, SP(*)
2011	2	7	SP(*), RN

Fonte: Corregedoria Nacional.

Obs.: (*) Em 2010 foi inspecionado o MP do Estado e em 2011 as demais unidades do MP da União.

- **Correição**

Tabela 17 – Quantitativo de correições instauradas nos últimos três anos.

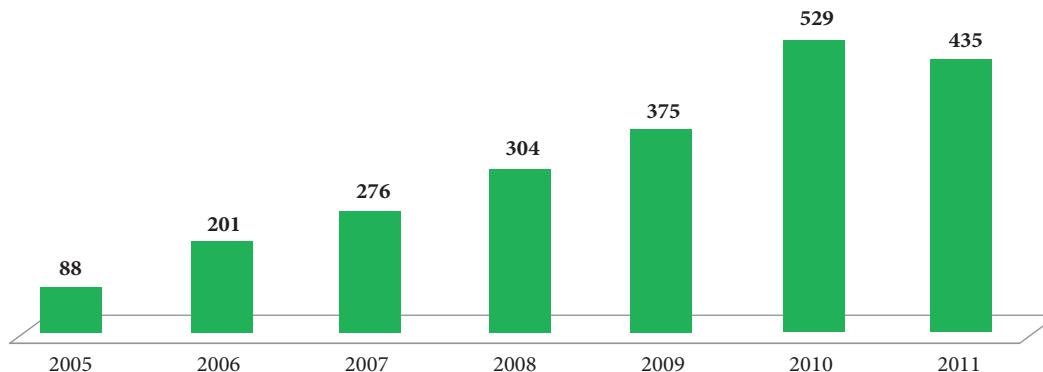
	2009	2010	2011
Correições instauradas	-	5	-

Fonte: Corregedoria Nacional.



1.3.2.3. Total de Processos Autuados por Ano (todos os tipos)

Gráfico 1 – Total de processos (todos os tipos) autuados na Corregedoria, por ano.



Fonte: Corregedoria Nacional.

1.3.2.4. Processos em Tramitação em 30 de Novembro de 2011

Tabela 18 – Total de processos (todos os tipos) em tramitação em 30 de novembro de 2011 na Corregedoria Nacional.

TIPO	QUANTIDADE
Reclamação Disciplinar	349
Revisão de Processo Disciplinar	12
Sindicância	15
Inspeção	7
Correição	0
Outros	0
TOTAL	383

Fonte: Corregedoria Nacional.

1.3.3. Visitas, Representações, Participação em Eventos

Tabela 19 – Participação do Corregedor Nacional em reuniões, palestras e outros eventos (Atividades previstas no art. 31, incisos IX e X do Regimento Interno do CNMP).

ATIVIDADE/EVENTO	1º SEM. 2011	2º SEM. 2011	TOTAL
Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMPEU)	1	1	2
Congressos/Palestras	4	2	6
Reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça	2	1	3
Visitas de Inspeções	1	1	2
Reuniões com Entidades de Classe (CONAMP, ATMP, ASMMT etc.)	1	-	1
TOTAL	9	5	14

Fonte: Corregedoria Nacional.



1.3.4. Acompanhamento de Resoluções do CNMP

Tabela 20 –Acompanhamento de Resoluções do CNMP pela Corregedoria Nacional.

RESOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
36/2009	Dispõe sobre o pedido e a utilização de interceptações telefônicas e telemáticas no âmbito do Ministério Público, cabendo à Corregedoria Nacional receber informações sobre o quantitativo mensal de interceptações em cada Unidade.	Acompanhamento mensal por meio do sistema CNMP-Ind.
43/2009	Institui a obrigatoriedade da realização de inspeções e correições no Ministério Público dos Estados e da União, ficando a Corregedoria Nacional responsável por receber os calendários anuais e os relatórios de tais atividades para análise dos trabalhos executados.	Calendários e Relatórios de 2011 já recebidos.
73/2011	Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados. A Corregedoria Nacional deve ser comunicada anualmente da relação de membros de cada Unidade que exercem atividades de docência.	Os dados de 2011 ainda estão em fase de coleta.
78/2011	Institui o Cadastro de Membros do Ministério Público. A Corregedoria Nacional, em conjunto com as Corregedorias-Gerais, será responsável por administrar esse sistema, além de participar de seu desenvolvimento e disponibilização.	O sistema informatizado encontra-se em fase de desenvolvimento.

Fonte: Corregedoria Nacional.

1.3.5. Atividades Desenvolvidas pelas Corregedorias-Gerais

1.3.5.1. Correição e Inspeção

Tabela 21 – Inspeções e Correições realizadas pelas Corregedorias-Gerais em 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO	CORREIÇÕES	INSPEÇÕES
MPE - ACRE	22	27
MPE - ALAGOAS	73	3
MPE - AMAPÁ	42	1
MPE - AMAZONAS	9	14
MPE - BAHIA	243	11
MPE - CEARÁ	195	6
MPE - ESPÍRITO SANTO	-	38
MPE - GOIÁS	65	-
MPE - MARANHÃO	101	3
MPE - MATO GROSSO	88	0
MPE - MATO GROSSO DO SUL	69	20
MPE - MINAS GERAIS	265	5
MPE - PARÁ	23	21

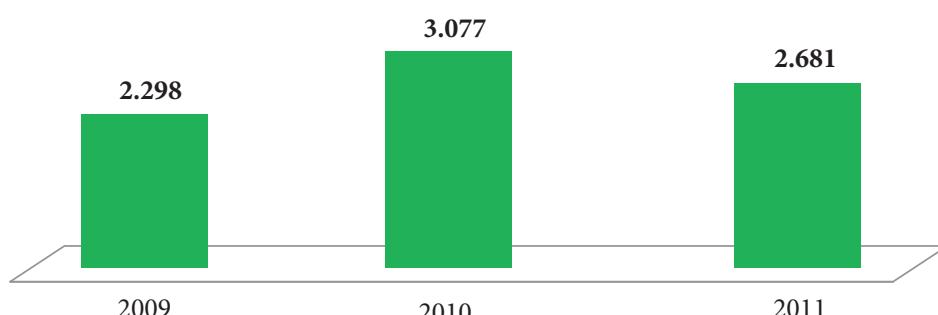
Continua

Continuação

MINISTÉRIO PÚBLICO	CORREIÇÕES	INSPEÇÕES
MPE - PARAÍBA	18	58
MPE - PARANÁ	110	3
MPE - PERNAMBUCO	112	46
MPE - PIAUÍ	28	28
MPE - RIO DE JANEIRO	177	9
MPE - RIO GRANDE DO NORTE	3	83
MPE - RIO GRANDE DO SUL	146	-
MPE - RONDÔNIA	1	-
MPE - RORAIMA	38	-
MPE - SANTA CATARINA	105	1
MPE - SÃO PAULO	57	102
MPE - SERGIPE	49	3
MPE - TOCANTINS	65	-
MPF	12	-
MPT	7	-
MPM	4	-
MPDFT	2	70
TOTAL	2.129	552

Fonte: Corregedorias-Gerais.

Gráfico 2 – Quantitativo de Inspeções e Correções realizadas nos últimos três anos nas Corregedorias-Gerais.



Fonte: Corregedorias-Gerais.



1.3.5.2. Acompanhamento de Estágio Probatório

Tabela 22 – Acompanhamento de estágio probatório nas Corregedorias-Gerais em 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO	ENCERRADOS COM PROPOSTA DE VITALICIAMENTO	ENCERRADOS COM PROPOSTA DE NÃO VITALICIAMENTO	EM ANDAMENTO
ACRE	-	-	22
ALAGOAS	Não informado	Não informado	Não informado
AMAPÁ	3	-	-
AMAZONAS	10	-	11
BAHIA	-	-	63
CEARÁ	2	-	61
ESPÍRITO SANTO	-	-	28
GOIÁS	8	-	39
MARANHÃO	-	-	59
MATO GROSSO	-	-	5
MATO GROSSO DO SUL	-	-	15
MINAS GERAIS	25	-	59
PARÁ	33	1(*)	17
PARAÍBA	9	-	-
PARANÁ	13	-	26
PERNAMBUCO	1	-	31
PIAUÍ	2	-	-
RIO DE JANEIRO	5	-	29
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	45
RIO GRANDE DO SUL	-	-	29
RONDÔNIA	14	-	11
RORAIMA	6	-	1
SANTA CATARINA	22	-	36
SÃO PAULO	49	-	75
SERGIPE	-	-	12
TOCANTINS	4	-	11
MPF	72	-	6
MPT	34	-	101
MPM	-	-	-
MPDFT	8	-	-
TOTAL	320	1	792

Fonte: Corregedorias-Gerais.

Obs.: (*) Falecimento.

1.3.5.3. Procedimentos Concluídos no Período

Tabela 23 – Quantitativo de procedimentos encerrados nas Corregedorias-Gerais em 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO	ESPÉCIE DE PROCEDIMENTO	ARQUIVADOS EM 2011	ENCERRADOS COM APLICAÇÃO DE PENALIDADE(*)	EM ANDAMENTO
ACRE	Fase Investigatória (1)	8	-	6
	Inquérito Administrativo (2)	3	-	1
	Processo Administrativo (3)	-	-	1
	Outros (4)	19	-	12
ALAGOAS	Fase Investigatória	20	-	10
	Inquérito Administrativo	10	1	6
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	30	-	12
AMAPÁ	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	12	-	7
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
AMAZONAS	Fase Investigatória	5	-	-
	Inquérito Administrativo	2	-	-
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	28	-	5
BAHIA	Fase Investigatória	119	-	115
	Inquérito Administrativo	2	-	4
	Processo Administrativo	7	2	2
	Outros	34	-	10
CEARÁ	Fase Investigatória	23	-	4
	Inquérito Administrativo	-	-	5
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	11	-	-
ESPÍRITO SANTO	Fase Investigatória	255	-	1
	Inquérito Administrativo	177	-	43
	Processo Administrativo	3	3	10
	Outros	-	-	-
GOIÁS	Fase Investigatória	16	-	16
	Inquérito Administrativo	12	3	16
	Processo Administrativo	7	5	5
	Outros	77	-	58
MARANHÃO	Fase Investigatória	141	3	23
	Inquérito Administrativo	7	3	3
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	50	-	-

Continua



Continuação

MINISTÉRIO PÚBLICO	ESPÉCIE DE PROCEDIMENTO	ARQUIVADOS EM 2011	ENCERRADOS COM APLICAÇÃO DE PENALIDADE(*)	EM ANDAMENTO
MATO GROSSO	Fase Investigatória	23	-	11
	Inquérito Administrativo	3	-	1
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	31	-	8
MATO GROSSO DO SUL	Fase Investigatória	33	-	9
	Inquérito Administrativo	2	-	2
	Processo Administrativo	1	1	5
	Outros	13	-	4
MINAS GERAIS	Fase Investigatória	-	-	-
	Inquérito Administrativo	164	-	64
	Processo Administrativo	-	1	18
	Outros	76	-	29
PARÁ	Fase Investigatória	185	-	170
	Inquérito Administrativo	36	-	31
	Processo Administrativo	1	2	7
	Outros	145	-	46
PARAÍBA	Fase Investigatória	81	-	24
	Inquérito Administrativo	2	-	1
	Processo Administrativo	3	-	3
	Outros	-	-	-
PARANÁ	Fase Investigatória	130	-	182
	Inquérito Administrativo	12	-	3
	Processo Administrativo	1	2	3
	Outros	8	-	2
PERNAMBUCO	Fase Investigatória	121	-	77
	Inquérito Administrativo	-	-	-
	Processo Administrativo	4	7	15
	Outros	-	-	-
PIAUÍ	Fase Investigatória	36	-	21
	Inquérito Administrativo	16	-	8
	Processo Administrativo	2	6	11
	Outros	-	-	-
RIO DE JANEIRO	Fase Investigatória	126	-	44
	Inquérito Administrativo	4	6	2
	Processo Administrativo	4	9	10
	Outros	642	-	339

Continua

Continuação

MINISTÉRIO PÚBLICO	ESPÉCIE DE PROCEDIMENTO	ARQUIVADOS EM 2011	ENCERRADOS COM APLICAÇÃO DE PENALIDADE(*)	EM ANDAMENTO
RIO GRANDE DO NORTE	Fase Investigatória	50	-	11
	Inquérito Administrativo	4	-	-
	Processo Administrativo	3	2	-
	Outros	20	-	3
RIO GRANDE DO SUL	Fase Investigatória	167	-	23
	Inquérito Administrativo	4	-	3
	Processo Administrativo	1	3	9
	Outros	21	-	4
RONDÔNIA	Fase Investigatória	20	-	15
	Inquérito Administrativo	2	-	-
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	-	-	-
RORAIMA	Fase Investigatória	20	-	5
	Inquérito Administrativo	2	-	-
	Processo Administrativo	2	1	-
	Outros	5	-	2
SANTA CATARINA	Fase Investigatória	45	-	7
	Inquérito Administrativo	67	-	16
	Processo Administrativo	1	5	7
	Outros	17	-	10
SÃO PAULO	Fase Investigatória	358	-	120
	Inquérito Administrativo	51	-	8
	Processo Administrativo	19	12	18
	Outros	14	-	2
SERGIPE	Fase Investigatória	5	-	1
	Inquérito Administrativo	2	-	-
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	5	-	-
TOCANTINS	Fase Investigatória	25	-	14
	Inquérito Administrativo	-	-	2
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	-	-	-
MPF	Fase Investigatória	151	-	22
	Inquérito Administrativo	16	-	3
	Processo Administrativo	-	-	-
	Outros	126	-	-

Continua



Continuação

MINISTÉRIO PÚBLICO	ESPÉCIE DE PROCEDIMENTO	ARQUIVADOS EM 2011	ENCERRADOS COM APLICAÇÃO DE PENALIDADE(*)	EM ANDAMENTO
MPT	Fase Investigatória	37	-	6
	Inquérito Administrativo	2	-	6
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	1	-	2
MPM	Fase Investigatória	6	-	1
	Inquérito Administrativo	-	-	1
	Processo Administrativo	-	-	1
	Outros	4	-	6
MPDFT	Fase Investigatória	12	-	11
	Inquérito Administrativo	6	-	7
	Processo Administrativo	-	1	2
	Outros	12	-	6

Fonte: Corregedorias-Gerais.

Notas: (1) Representação, Expediente Administrativo, Pedido de Providências, Apuração Sumária, Protocolados, Expedientes.

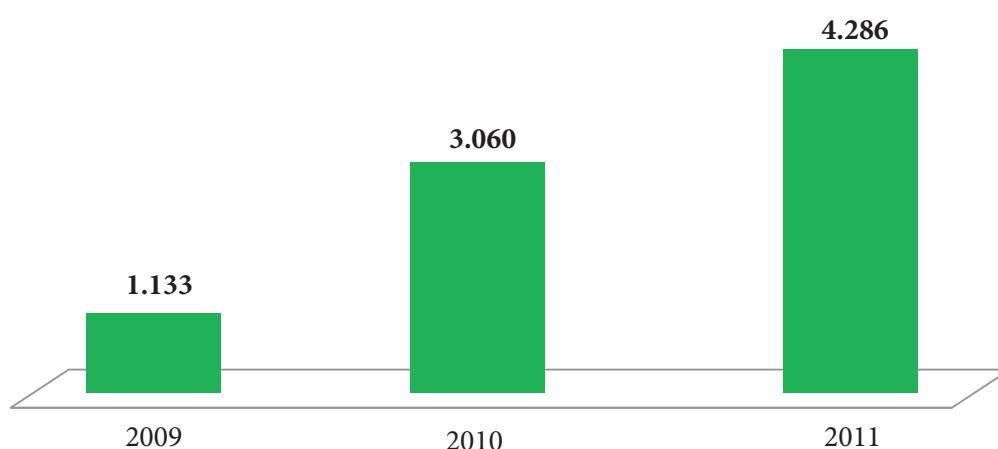
(2) Procedimento Investigatório Preliminar, Inquérito Administrativo, Procedimento Administrativo Preliminar, Processo Preliminar e Sindicância.

(3) Processo Administrativo Disciplinar, Procedimento Administrativo Disciplinar Ordinário e Processo Administrativo Sumário.

(4) Consultas, Pedidos de Informação, Procedimentos de Orientação Formal, Processos de Verificação de Pendências, Pedido de Explicação e Atendimento de Partes.

Obs.: (*) Sanções previstas nas Leis Orgânicas.

Gráfico 3 – Procedimentos arquivados nos últimos três anos nas Corregedorias-Gerais.



Fonte: Corregedorias-Gerais.



1.4. Comissões

As Comissões Permanentes do Conselho Nacional são espaços institucionais voltados à discussão e ao estudo dos temas afetos ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público junto à sociedade. Por meio das Comissões, especializadas em áreas temáticas, busca-se promover a integração do Conselho a outras instâncias administrativas e à sociedade em geral, viabilizar o aprofundamento das matérias discutidas em Plenário, e ampliar os canais de comunicação institucional participativos.

Na busca por soluções para os problemas que afligem o Ministério Público, as Comissões do Conselho atuam de diversas formas, que abrangem a promoção de audiências públicas, a realização de eventos de integração com os ramos do Ministério Público, a elaboração de propostas para melhorar o funcionamento das Promotorias e Procuradorias e o acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público, em trâmite nas Casas Legislativas da União e dos Estados.

Conforme prevê o Regimento Interno, modificado pela Resolução nº 41, de 16 de junho de 2009, e pela Emenda Regimental nº 3, de 27 de julho de 2010, são Comissões Permanentes do CNMP: i) Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; ii) Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial; iii) Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude; iv) Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; v) Comissão de Jurisprudência; e vi) Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo. No ano de 2011, destacaram-se como principais ações das Comissões Permanentes do CNMP:

1.4.1. Comissão de Controle Administrativo e Financeiro

• Principais realizações

- No primeiro semestre de 2011, foi destaque na atuação da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro a instauração de procedimentos de controle que visaram averiguar o cumprimento da Resolução CNMP nº 05, de 24 de março de 2006, a qual disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional (Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000122/2011-67); e da Resolução CNMP nº 26/2009, que disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público e determina outras providências (Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000497/2011-27);
- Destacou-se também a autuação de procedimentos para verificação da legalidade do pagamento de algumas verbas e vantagens a membros pelas unidades do Ministério Público em todo o Brasil. Foram fiscalizadas as verbas de: auxílio-moradia; auxílio-transporte; auxílio-alimentação; auxílio-saúde; auxílio-creche; e conversão de férias ou licença-prêmio em pecúnia.

1.4.2. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial

• Principais realizações

- Foi implementada a Resolução nº 56/2010, com a disponibilização de formulários mensais e anuais no sítio do CNMP para que as inspeções aos estabelecimentos prisionais pelos membros do Ministério Público brasileiro sejam uma atividade uniforme em todo o País, permitindo, ainda, a formação de um banco de dados nacional, cuja extração de dados possibilitará a emissão de relatórios com o diagnóstico das prisões brasileiras;



- Foram realizadas várias reuniões envolvendo Membros Auxiliares da Comissão, Núcleo de Apoio às Comissões (NAC), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) e a empresa contratada para desenvolvimento do *software* que permitirá a inserção dos dados diretamente no sistema pelo membro responsável pela inspeção. Serão ministrados cursos de instrutoria aos servidores do CNMP para atuarem como multiplicadores em treinamentos sobre o sistema, durante eventos regionais aos membros do Ministério Público e servidores em todo o Brasil;
- Foi realizado o I Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial, nos dias 26 e 27 de maio de 2011 em Brasília. O evento contou com a participação de mais de 100 participantes que se dividiram em grupos de trabalho de diversos assuntos relacionados com o controle externo da atividade policial, dos quais se extraíram conclusões e um documento intitulado Carta de Brasília;
- Foi realizado também, nos dias 16 e 17 de junho de 2011, em Brasília, o II Encontro de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional, que teve como público-alvo os membros do Ministério Público com atuação junto aos presos provisórios e definitivos, recolhidos em estabelecimentos penitenciários federais e estaduais, e contou com cerca de 100 membros do *Parquet* de todo o Brasil. Na ocasião, formaram-se grupos de discussão de temas relacionados ao sistema prisional, tendo-se extraído conclusões diversas e um documento chamado Carta do Planalto Central;
- Houve um acompanhamento constante dos mutirões carcerários realizados nos Estados, com presença efetiva de membros da comissão e membros auxiliares que realizaram visitas em estabelecimentos prisionais e analisaram os resultados desta iniciativa conjunta com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Foi enviado Ofício-Circular nº 02/2011 dirigido a todos os Procuradores-Gerais de Justiça, fazendo diversas indagações sobre a situação dos presos em delegacias de polícia. Membro Auxiliar da comissão analisou as respostas e emitiu relatório. Atualmente, o ofício está sendo reiterado para os Estados que não o responderam no momento oportuno;
- Na elaboração do indulto natalino, foi convidado o Diretor do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Geder Luiz Rocha Gomes, para esclarecer como é elaborada a minuta do referido decreto. A partir daí, foi determinada a formação de um grupo no CNMP composto por membros dos Ministérios Públicos Estaduais e também do Ministério Público Federal, com o objetivo de enviar sugestões para aprimoramento do texto normativo. O grupo elaborou um documento com as sugestões do Ministério Público brasileiro para o texto do decreto, que foi entregue pelo Procurador-Geral da República ao Ministério da Justiça;
- Encontram-se na fase de planejamento os cursos de capacitação para membros do Ministério Público que abordarão os seguintes temas: i) Tortura; ii) Grupos de Extermínio; e iii) Autos de Resistência e Inteligência no Sistema Prisional. Determinou-se que fossem pesquisadas instituições que já tenham cursos sobre os referidos temas. Os Membros Auxiliares da comissão comprometeram-se a apresentar as matérias a serem ministradas nos cursos.

1.4.3. Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude

- **Principais realizações**

- Resolução nº 67, aprovada em 16 de março de 2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontram privados de liberdade em cadeias públicas;

- Resolução nº 69, aprovada em 18 de maio de 2011, que regulamenta a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos;
- Resolução nº 71, aprovada em 15 de junho de 2011, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento;
- Resolução nº 76, aprovada em 9 de agosto de 2011, dispendo sobre o Programa Adolescente Aprendiz no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados;
- Criação, no âmbito do CNMP, do Grupo de Apoio à Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público na Área da Infância e da Juventude, composto por membros do Ministério Público de todos os Estados e coordenado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Cézar Medina da Cunha;
- Continuação do processo de fornecimento, aos Ministérios Públicos brasileiros, de acesso aos cadastros mantidos pelo CNJ relativos à área da infância: i) Cadastro Nacional de Adoção (CNA); ii) Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA); e iii) Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei;
- Realização de encontro com o tema “Direito à Convivência Familiar e Comunitária em Foco”, no dia 6 de maio de 2011, com a participação de membros do Ministério Público com atuação na Área da Infância e de Conselheiros do CNMP. Na ocasião, foi realizada capacitação de membros e servidores do Ministério Público para operarem os cadastros nacionais alocados no CNJ, relativos à área da infância, a fim de que os participantes fossem multiplicadores em suas bases. Durante o evento, também foram discutidos e aprovados os termos do Projeto de Resolução, posteriormente apresentado ao Plenário do CNMP, acerca do cumprimento de novas regras de proteção a crianças e adolescentes quanto ao direito de convivência familiar e comunitária, inclusive à obrigatoriedade de inspeções nas unidades de acolhimento;
- Deslocamento de integrantes da Comissão da Infância e Juventude para Santa Catarina e Espírito Santo com vistas à realização de reuniões com membros do Ministério Público e vistorias em unidades de internação, com o fim de verificar situações de irregularidades constatadas no Projeto Medida Justa, realizado pelo CNJ;
- Visita ao Estado do Pará, onde houve reuniões com os Promotores de Justiça locais, o Procurador-Geral de Justiça e o Governador do Estado, nos dias 27 e 28 de outubro de 2011;
- Realização de reunião de trabalho sobre a implementação das Resoluções do CNMP na área da Infância e Juventude, em 10 de novembro de 2011, com a presença dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais na Área da Infância e Juventude e de membros auxiliares das corregedorias estaduais;
- Aproximação da atuação do CNMP com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio de reuniões em diversas áreas, especialmente as de Convivência Comunitária e Familiar, Disque 100 – Disque Direitos Humanos e sistema socioeducativo;



- Realização de palestras com o tema infância e juventude em diversos eventos, como no Congresso Nacional de Defensores Públicos em Recife/PE, na Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás, entre outros;
- Aproximação da atuação do CNMP com o MDS, por meio de reuniões, especialmente nas áreas de sistema protetivo, convivência familiar e comunitária e adoção;
- Participação no 2º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, realizado entre 8 e 10 de novembro de 2011, em Brasília/DF.

Para 2012 estão previstas: i) conclusão do projeto de implementação do sistema informatizado para coleta de dados e tratamento de informações relativas à atuação do Ministério Público na Área da Infância e Juventude; e ii) revisão da Resolução nº 69, de 18 de maio de 2011 do CNMP, que versa sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos.

1.4.4. Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo

- **Principais realizações**

- Aprovação da Resolução nº 74, de 19 de julho de 2011, que revoga as Resoluções CNMP nº 32 e nº 33, e dispõe sobre a aplicação do controle da atuação da gestão de pessoas, da Tecnologia da Informação, da gestão estrutural, da gestão orçamentária do Ministério Público, bem como da atuação funcional de seus Membros;
- Aprovação da metodologia definida para o processo de elaboração do Planejamento Estratégico Nacional (PEN), acompanhamento das etapas descritas a seguir, culminando no lançamento do PEN no dia 9 de novembro de 2011, durante a realização do 2º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público.

Tabela 24 – Etapas do Planejamento Estratégico Nacional do CNMP em 2011.

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Análise inicial da situação das unidades do Ministério Público e Revisão Documental	Análise contempla a revisão de toda a documentação das unidades do Ministério Público (referente aos seus planejamentos estratégicos locais), as principais legislações inerentes a esses planejamentos, além de toda a documentação e todo o projeto realizado no CNMP, bem como a documentação e as legislações existentes para essas atividades.
2. Encontro para Formalização do Compromisso junto ao Ministério Público	Encontro nacional inicial onde seriam convidados os Procuradores-Gerais de Justiça e principais representantes das unidades do Ministério Público, além dos membros e os Secretários do CNMP, com o intuito de estabelecer um compromisso de todas as unidades do Ministério Público em torno do estabelecimento de diretrizes únicas, direcionadas pelo CNMP.
3. Encontros Regionais – Coleta de Informações do Ministério Público	Encontros de trabalho regionais, com os representantes das unidades do Ministério Público, buscando ouvir as necessidades e particularidades de cada unidade, além de colher solicitações comuns a todos.

Continua

Continuação

ETAPA	DESCRÍÇÃO
4. Preparação do Mapa Estratégico + Principais Metas e Projetos	Consolidação das informações colhidas nos eventos e construção do Mapa Estratégico Nacional, com uma proposta inicial de grandes Metas Estratégicas a serem seguidas pelas unidades do Ministério Público. Além disso, serão definidas ações de âmbito nacional para o alcance dessas metas.
5. Apresentação do Planejamento Estratégico Nacional	Apresentação do Mapa Estratégico do Ministério Público, além da validação da proposta de Metas Estratégicas e das iniciativas apresentadas.
6. Estratégia de Comunicação do Planejamento Estratégico Nacional	Estabelecimento de uma estratégia de comunicação a todos os membros e servidores do Ministério Público, além de toda a sociedade, buscando envolvimento de todos na elaboração do planejamento e o comprometimento com as metas estabelecidas.

Fonte: Núcleo de Apoio às Comissões (NAC).

- Foram realizadas duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) com o objetivo de apresentar os indicadores relativos ao Planejamento Estratégico do CNMP, que auxiliarão na tomada de decisões;
- Foi organizada, em conjunto com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), a I Mostra de Sistemas do Ministério Público brasileiro, durante os dias 24 e 25 de agosto de 2011, no Ministério Público do Estado de São Paulo. O evento teve a presença de aproximadamente 150 participantes de todas as unidades do Ministério Público dos Estados e da União;
- Foram decididos os seguintes processos:
 - **Processo nº 0.00.000.000547/2009-51** – Proposta de Resolução que visa dispor sobre a indicação dos termos e os prazos de prescrição, em tese, para as penalidades aplicáveis a infrações que tenham justificado a instauração de procedimentos disciplinares e sua aposição na capa dos respectivos;
 - **Processo nº 0.00.000.000031/2009-15** – Nota técnica do PEC nº 293/2008, que atribui aos Delegados de Polícia as garantias da inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de subsídios;
 - **Processo nº 0.00.000.000827/2010-01** – Nota técnica que analisa pedido de providências proposto pela Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) referente ao Projeto de Lei nº 6.697/2009 que versa sobre alteração da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, a qual dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.
- Foi instituído o Comitê Gestor de Tabelas Unificadas, tendo como Presidente a Membro Auxiliar Martha Silva Beltrame, com atribuições de auxiliar na implantação e nas implementações pelas Unidades. O Comitê Gestor de Tabelas Unificadas realizou sete reuniões ordinárias, cujos objetivos são o desenvolvimento do projeto estratégico de implantação e implementação das Tabelas Unificadas e sua gestão;



• Tabelas Unificadas do Ministério Público

A Resolução nº 63, de 1º de dezembro de 2011, do CNMP, criou as Tabelas Unificadas do Ministério Público, objetivando a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processual judicial e extrajudicial, nas Unidades do Ministério Público da União e dos Estados, considerando a necessidade de extração de dados estatísticos mais detalhados e precisos para a produção de diagnósticos e estudos essenciais à gestão estratégica.

As tabelas identificam as atividades do Ministério Público de forma padronizada, visando ao aprimoramento da coleta de informações essenciais ao planejamento estratégico de cada Instituição Ministerial e em nível nacional, buscando um melhor entendimento dos anseios da sociedade brasileira, o que permitirá o autoconhecimento necessário para desempenhar de forma mais satisfatória sua missão constitucional.

Os objetivos das Tabelas Unificadas são:

- Permitir a coleta de dados uniformes, em nível nacional, das diversas formas de atuação do Ministério Público;
- Gerar dados estatísticos confiáveis, necessários à elaboração do planejamento estratégico nacional e de cada um dos diversos ramos do Ministério Público;
- Subsidiar a implementação de projetos voltados à resolução dos problemas e questões sociais de alta relevância;
- Racionalizar e uniformizar o fluxo dos procedimentos extrajudiciais, de modo a facilitar e agilizar a movimentação dos feitos para melhorar o controle da movimentação processual e do tempo de duração dos procedimentos, de modo a permitir a identificação dos principais obstáculos à sua rápida conclusão;
- Facilitar o fluxo de informações entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, utilizando as mesmas nomenclaturas e a mesma estrutura de tabelas e, com isto, evitar retrabalhos e reduzir custos;
- Identificar os principais temas submetidos à investigação e atuação do MP, para permitir a adoção de medidas que previnam novos conflitos e novas demandas judiciais;
- Facilitar o acesso e o uso das informações relativas à atuação dos membros do MP em processos judiciais e procedimentos extrajudiciais, por usuários internos e externos; e
- Prestar contas à sociedade sobre a atuação do Ministério Público brasileiro.

As Tabelas Unificadas estão disponíveis para acesso no sítio do CNMP (www.cnmp.gov.br/tabelasunificadas).

Em 2011 foram realizados *workshops* que reuniram mais de 650 pessoas e significaram importantes oportunidades para a divulgação do projeto das Tabelas Unificadas por todo o País. Assim, o projeto estratégico de implantação das Tabelas Unificadas previu que as Unidades do Ministério Público deveriam prestar cinco informações. Por razões metodológicas, separamos as análises estatísticas em dois grandes ramos: Ministério Público dos Estados e Ministério Público da União.

Os 26 Ministérios Públicos Estaduais remeteram um total de 99,23% de informações, restando pendente apenas o cronograma de implementação do Ministério Público de Roraima.



Os ramos do Ministério Público da União remeteram um total de 85% de informações, estando pendente, apenas, o Ministério Público Federal que aguarda a assinatura da Portaria de constituição do Comitê, o que não ocorreu em virtude de opções metodológicas do referido ramo.

- **Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)**

A concepção da estratégia nacional para a segurança pública, a envolver diretamente o Sistema de Justiça, com vistas a proporcionar os meios que promovam a atuação articulada dos órgãos de segurança, em especial das polícias, do Ministério Público e do Judiciário.

A Enasp tem seu desenvolvimento por intermédio da atuação dos seguintes grupos de trabalho: i) Grupo de Persecução Penal, sob coordenação do CNMP, com atribuição de promover medidas conjuntas voltadas a conferir maior efetividade e agilidade às investigações, denúncias e julgamentos das ações penais, nos casos de crimes de homicídio; ii) Grupo do Sistema Prisional e Execução Penal, na responsabilidade do CNJ, com a função de erradicação das prisões nas delegacias de polícia; e iii) Grupo de Sistemas e Informações Penais, a cargo do Ministério da Justiça, visando à criação do cadastro nacional de mandados e contramandados de prisão.

O Grupo de Persecução Penal, na responsabilidade do CNMP, tem as seguintes metas: i) identificar as causas da subnotificação nos crimes de homicídio, o que permitirá o direcionamento de esforços específicos para sua eliminação, de forma que a cada morte violenta ou suspeita corresponda um inquérito; ii) concluir todos os inquéritos e procedimentos que investigam homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro de 2007; iii) alcançar a pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008; e iv) julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro de 2007.

O Inqueritômetro é o sistema de monitoramento da meta 2, desenvolvido pelo CNMP, que permite a visualização do total de inquéritos pendentes de finalização, instaurados até dezembro de 2007, no Brasil e em cada Estado, e o acompanhamento da execução da meta, demonstrando a proporção entre arquivamentos e denúncias, e traz o *ranking* dos Estados na execução da meta.

Em 2011, os resultados alcançados para a meta 2 foram os seguintes:

- Levantamento do número de inquéritos inseridos na meta em todo o País, finalizado em abril de 2011, que totalizou 142.802;
- Criação de forças-tarefa nos Estados do Rio de Janeiro, Rondônia, Ceará, Roraima, Bahia, Goiás, Espírito Santo e Paraná;
- Atuação da Força Nacional da Polícia Judiciária, em Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba e no entorno do Distrito Federal;
- Realização de reuniões quadrimestrais em Brasília com os gestores das metas;
- Aumento do volume de inquéritos finalizados com elucidação do crime. A pesquisa Mapa da Violência apontava 8% de elucidação e, atualmente, este índice está em torno de 17% de elucidação;
- Diagnóstico das dificuldades da investigação penal, especialmente da investigação de homicídios;



- Cursos de capacitação específicos e criação de delegacias especializadas;
- Incorporação da meta a programas governamentais específicos (Pacto pela Vida – Bahia e Pernambuco, Prohomen – Rio de Janeiro, Operação Defesa da Vida – Estados do Norte).

As propostas e perspectivas para 2012 para o Grupo de Persecução Penal contemplam a prorrogação do prazo das metas 1 e 2 até 30 de abril de 2012. Sendo que para a meta 1 está em curso pesquisa na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp).

Quanto às metas 3 e 4, a execução foi prorrogada até 31 de outubro de 2012, uma vez que seu monitoramento ocorre pelo sistema Processômetro, implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir do mês de outubro de 2011.

Na última reunião ordinária do Grupo de Persecução Penal, ocorrida em novembro de 2011, foram discutidas e validadas mais duas metas para o ano de 2012, já aprovadas pelo Comitê Gestor:

- Conclusão dos inquéritos e procedimentos investigatórios criminais instaurados até 31 de dezembro de 2008, para apuração de homicídios dolosos. Essa meta, segundo o grupo, deve ser institucionalizada, reeditada continuamente, até que o prazo de finalização dos inquéritos se aproxime ao máximo dos parâmetros legais;
- Institucionalização e realização de curso de capacitação interinstitucional em todos os Estados, voltado para juízes, promotores, defensores, policiais e peritos. O objetivo do curso é o aprendizado das necessidades recíprocas das instituições, a atualização permanente de conhecimentos e a melhoria da comunicação.

1.4.5. Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público

• Principais realizações

No dia 17 de outubro de 2011, foi realizada a primeira Reunião Ordinária da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, sob a presidência do Conselheiro Alessandro Tramujas Assad.

Com relação aos principais assuntos que foram objeto de análise e deliberação pela Comissão em 2011, destaca-se a decisão do processo nº 0.00.000.000833/2011-31, julgado em 19 de julho de 2011, acolhendo o pedido do requerente para sugerir Proposta de Resolução a fim de estipular prazos para análise de feitos administrativos e judiciais pelo Ministério Público, tendo sido aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional na data de 9 de agosto de 2011, e consolidada com a publicação da Resolução nº 77, que estabelece regras sobre o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público brasileiro.

A questão da proteção da autonomia funcional do membro do Ministério Público também foi analisada no processo nº 0.00.000.001067/2011-41, julgado em 17 de maio de 2011. A Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público julgou procedente a referida Reclamação, para consolidar o entendimento do CNMP de que os membros do Ministério Público possuem total liberdade na formação de sua convicção, não devendo submissão a ninguém no desempenho de suas funções ou atribuições, em respeito a sua independência funcional, garantia prevista no § 1º do artigo 127 da Constituição Federal.



A atuação do Ministério Público brasileiro em Segundo Grau também foi objeto de estudos pelos membros da Comissão. O assunto foi suscitado no processo nº 0.00.000.000915/2007-08, julgado em 18 de maio de 2011, com recomendação para que todos os ramos do Ministério Público da União e dos Estados estabeleçam, permanentemente, encontros e discussões sobre o papel do Ministério Público em Segundo Grau, com o fim de destacar os compromissos de seus membros para com a sociedade, priorizando esta fundamental função institucional, valorizando a experiência e a qualificação de seus membros. Determinou-se, ainda, a necessidade de estabelecer número razoável de manifestações mensais em processos no Segundo Grau, devendo, em cada Ministério Público, haver a distribuição equânime de processos, nos termos das leis de organização, bem como determinando que a convocação de membros do Ministério Público de Primeiro Grau, para atuação em segunda instância, deve se dar, por ato excepcional e fundamentado. Por fim, foi determinado que o Conselho Nacional realizará nos próximos seis meses, encontro nacional de membros de Segundo Grau da Instituição, com participação obrigatória de, no mínimo, cinco membros de cada Unidade do Ministério Público.

Outro assunto que foi deliberado na Comissão refere-se à legitimidade ativa do *Parquet* para execução da pena de multa. Foi proferida Decisão Monocrática no Pedido de Providências nº 0.00.000.1537/2011-58, entendendo que a pretensão objeto do referido processo não pode prosperar e determinando seu arquivamento, com base na doutrina e jurisprudência majoritárias, que afastam a legitimidade do *Parquet* para promover a execução da pena de multa imposta em decorrência do processo criminal e atribui tal competência à Procuradoria da Fazenda Pública.

Destaca-se também a decisão proferida no Pedido de Providências nº 2238/2010-50, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, no qual apresenta proposta de alteração da redação do artigo 5º, parágrafo 2º, da Resolução nº 30, do ano de 2008, que estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em Primeiro Grau, especificamente quanto ao termo final do período de vedação de fruição de férias e licença voluntária por promotor eleitoral. O Presidente da Comissão, Conselheiro Alessandro Tramujas Assad, em Decisão Monocrática, decidiu pelo arquivamento do feito, com base em reiterados julgados anteriores sobre o tema no âmbito do próprio CNMP.

Também se encontra em análise a questão da suposta colisão de competências entre a Defensoria Pública e o Ministério Público formalizada no Pedido de Providências nº 0.00.000.001475/2011-84, de autoria da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belo Horizonte, que encaminhou cópia da Orientação Funcional nº 36, do ano de 2011, da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a qual recomenda aos defensores públicos atuarem na qualidade de curadores especiais de crianças e adolescentes nas ações em que estes forem partes, situação que pode conflitar, em parte, com a função de curador de incapazes atribuída constitucionalmente ao Ministério Público.

Ainda merece destaque o estudo que está sendo realizado para analisar a viabilidade e a legalidade da elaboração de convênio entre o CNMP e o Banco Central do Brasil (Pedido de Providências nº 0.00.000.001498/2011-99), a fim de possibilitar o acesso direto dos membros do Ministério Público aos dados do cadastro de clientes do Sistema Financeiro Nacional.

1.4.6. Comissão de Jurisprudência

• Principais realizações

A Comissão de Jurisprudência, no intuito de aprimorar e conferir maior visibilidade às ações do Órgão perante a sociedade, desenvolve, desde março de 2011, um sistema de jurisprudência, cuja implementação está sendo realizada na seguinte sequência: as decisões de 2010, as decisões de 2011 e as decisões 2009, retroativamente.



Outra atividade da Comissão de Justiça é a Revista de Jurisprudência, desenvolvida em conjunto com a Assessoria de Comunicação de Social do CNMP, cuja proposta é divulgar o posicionamento jurisprudencial do CNMP e também criar um espaço institucional em que se promovam salutares discussões acerca de questões voltadas ao aprimoramento da atuação do Ministério Público, em todas as suas áreas e ramos. No primeiro semestre de 2011, foram publicadas duas edições da Revista do CNMP.

Os projetos da Comissão podem ser subdivididos em duas grandes linhas de atuação: o sistema de pesquisa de jurisprudência e a Revista de Jurisprudência do CNMP.

Relativos ao sistema de pesquisa jurisprudencial foram efetuados estudos e levantamento dos principais pontos e ferramentas de alimentação da base de dados que merecem aperfeiçoamento e correção, com o prosseguimento dos trabalhos de inserção das decisões na base do sistema, o que se fez quanto às sessões plenárias do segundo semestre de 2011, com permanente revisão do passivo dos anos anteriores.

Em dezembro de 2011, foi firmado um Protocolo de Cooperação entre o CNJ e o CNMP, que tem por objeto a instalação e o funcionamento do processo eletrônico no âmbito do CNMP. Para o fim, os servidores da Comissão passaram a integrar o grupo de trabalho interdisciplinar do CNMP responsável pela migração e instalação do sistema de processo eletrônico, através do qual passarão a manter intercâmbio permanente de informações com os responsáveis pelo módulo de jurisprudência no CNJ, a fim de se capacitarem como multiplicadores dentro de CNMP.

Quanto à Revista de Jurisprudência do CNMP, foi instalada no âmbito da Comissão, pela publicação do Ato Interno da Comissão de Jurisprudência nº 01, de novembro de 2011, a Comissão Organizadora responsável pelos serviços de elaboração e editoração científica da Revista de Jurisprudência do CNMP nº 03, relativa ao primeiro semestre de 2012, a qual terá como escopo a publicação e ampla divulgação de grandes julgamentos que demarcaram as linhas de atuação jurisprudencial do CNMP nos primeiros anos de funcionamento. Para melhor instrumentalizar os trabalhos da Comissão Organizadora, foi instaurado o Processo nº 0.00.000.001619/2011-01, pelo qual a Comissão Organizadora elaborou o projeto da Revista, quanto à forma e ao conteúdo, o que restou aprovado pelos membros da Comissão de Jurisprudência em reunião realizada no dia 28 de novembro de 2011.

Já em vista a Revista de Jurisprudência nº 04, referente ao segundo semestre de 2011, foi instaurado o Processo nº 0.00.000.001621/2011-71, que sugere como tema do periódico a visão externa gozada pelo CNMP após mais de seis anos da sua criação. Submetido à deliberação da Comissão de Jurisprudência na reunião do dia 28 de novembro de 2011, o projeto foi aprovado.

1.4.7. Núcleo de Apoio às Comissões (NAC)

O NAC tem a competência de prestar e acompanhar os trabalhos administrativos e de assessoramento às Comissões Permanentes instituídas no art. 33 do Regimento Interno do CNMP:

- Os servidores do NAC dão suporte a todas as atividades das Comissões, tais como acompanhamento do cumprimento de resoluções, marcação e organização de reuniões, elaboração das respectivas atas, envio de convites e ofícios-circulares, cumprimento dos despachos e deliberações dos seus Presidentes e membros, bem como todas as atribuições previstas na Portaria-CNMP nº 13, de 22 de setembro de 2009;

- O NAC também é responsável pela marcação de diárias e passagens de membros auxiliares e colaboradores das Comissões, além de organizar eventos com a participação de todas as unidades do Ministério Público da União e dos Estados;
- Com a publicação da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, os servidores do NAC passaram a exercer, também, a função de assessoria, efetuando pesquisas jurisprudenciais e dando cumprimento às deliberações dos Presidentes e dos membros das comissões.

1.5. Ouvidoria

A Ouvidoria do CNMP é o órgão de comunicação direta e simplificada entre os cidadãos e os setores executivos do Conselho. O seu objetivo principal é o esclarecimento aos cidadãos-usuários dos serviços prestados e das atividades realizadas pelo Conselho, visando ao aprimoramento do órgão.

O CNMP aprovou, em 1º de dezembro de 2010, a Resolução nº 64, dispondo sobre a implantação das Ouvidorias em todos os Ministérios Públicos dos Estados e da União. Em cumprimento a esta Resolução, a Ouvidoria do CNMP teve a sua regulamentação por meio da Portaria CNMP-PRESI nº 82, de 19 de julho de 2011, que definiu as respectivas atribuições:

- Receber, examinar, encaminhar e arquivar reclamações, críticas, denúncias, comentários, elogios, pedidos de providências, sugestões e quaisquer outros expedientes que lhe sejam encaminhados, exclusivamente acerca dos serviços prestados e atividades desenvolvidas pelo CNMP, por seus membros e serviços auxiliares;
- Promover a integração das Ouvidorias ministeriais, visando à implementação de um sistema nacional que viabilize a consolidação das principais demandas e informações colhidas dos cidadãos-usuários sobre a atuação do Ministério Público, permitindo a formulação de estratégias nacionais específicas relacionadas ao atendimento ao público e ao aperfeiçoamento da instituição;
- Manter registro atualizado da documentação relativa às suas atribuições, preferencialmente em meio eletrônico, e apresentar, periodicamente, relatórios estatísticos sobre os atendimentos realizados, com vistas ao aprimoramento dos serviços.

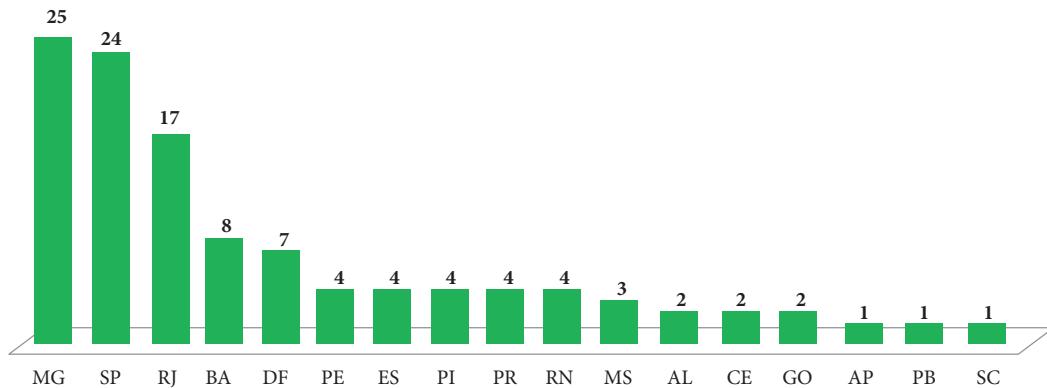
Em 30 de agosto de 2011, o Sistema Eletrônico entrou em funcionamento, pelo sítio eletrônico do CNMP, permitindo o acesso dos cidadãos ao formulário eletrônico e a informatização da Ouvidoria pela Internet (<http://ouvidoria.cnmp.gov.br/>). E, em 12 de setembro de 2011, foi realizado evento de apresentação da Ouvidoria aos servidores do CNMP.

A Ouvidoria do CNMP recebe por dia, em média, 2,47 solicitações, o que perfaz um total em torno de 73,5 solicitações mensais. Em 13 de setembro de 2011, registrou-se o maior número de solicitações por dia, principalmente decorrentes de seguidas reclamações referentes ao plano de cargos e salários dos professores do Estado de Minas Gerais. O tempo médio de tramitação de uma solicitação na Ouvidoria do CNMP é de 1,75 dia.

Verificou-se, em 2011, uma predominância da espécie “Denúncia”, com 82 solicitações recebidas, o que representou cerca de 56,55% do total, demonstrando que o cidadão procura a Ouvidoria somente quando vislumbra, em seu entendimento, uma violação a seus direitos.



Gráfico 3 – Quantidade de solicitações recebidas pela Ouvidoria do CNMP (por UF).



Fonte: Ouvidoria do CNMP.

A Ouvidoria do CNMP recebeu 146 solicitações em seus três primeiros meses de funcionamento, sendo que dois assuntos foram dominantes nas reclamações dos cidadãos.

O primeiro diz respeito à falta funcional, inércia ou omissão de membros do Ministério Público brasileiro, abordadas em 60 solicitações do tipo “Denúncias e Reclamações”, o que representa 41% do total. Dessa, 33,3% foram originárias de Minas Gerais, tratando a maioria delas a respeito de suposta inércia das unidades ministeriais no referido Estado em apurar dita infringência do Governo Estadual à Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso salarial profissional para os profissionais do magistério público da educação básica.

As irregularidades em concursos, seja quanto às disposições do edital, à aplicação de provas teóricas e à realização de provas práticas, ou mesmo as irregularidades nas nomeações foram o segundo assunto mais abordado pelos cidadãos-usuários. Das 27 solicitações tratando do assunto “Concurso Público”, 53,84% foram referentes ao concurso do Ministério Público de São Paulo, especialmente quanto à realização da prova prática para o cargo de Oficial de Promotoria, realizada em 4 de setembro de 2011.

Em 128 das 146 solicitações, foram estabelecidas ações pelas quais se poderia evitar que os cidadãos enfrentassem a mesma dificuldade de forma reiterada.

Durante o ano de 2011, a Ouvidoria do CNMP estabeleceu-se e desenvolveu diversas atividades, destacando-se:

- Desenvolvimento, execução e finalização do Plano de Implantação da Ouvidoria, mediante a elaboração de um projeto formal de implantação e divulgação dos serviços com o auxílio da Assessoria de Gestão de Projetos do CNMP;
- Reunião da Ouvidora do CNMP com o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público no mês de setembro de 2011;
- Recebimento e análise dos relatórios de atividades das Ouvidorias do Ministério Público dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Espírito Santo e do Distrito Federal;

- Diagnóstico das características mais comuns das diversas Ouvidorias, com base nos relatórios recebidos diretamente ou pelo Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público;
- Disponibilização dos contatos das Ouvidorias do Ministério Público brasileiro e aproximação com a Ouvidoria-Geral da União;
- Participação nas reuniões de reforma do Regimento Interno do CNMP, relatando as principais demandas da Ouvidoria e de como essa reforma poderá aprimorar a atividade do CNMP;
- Capacitação dos servidores da Ouvidoria e participação nos seguintes eventos:
 - 7º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias: uma análise dos modelos e práticas de gestão. Realizado de 24 a 26 de agosto de 2011, em Brasília;
 - 15º Curso de Capacitação e Certificação em Ouvidoria. Realizado de 18 a 20 de outubro de 2011, em Brasília.
- Visita às Ouvidorias do Ministério Público do Estado do Paraná e da Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, bem como à do Ministério Público do Rio de Janeiro.

1.6. Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

A Secretaria de Comunicação Social (Secom) foi criada na reestruturação administrativa do Conselho, em fevereiro em 2010. Desde então subordinado à Secretaria Geral, o setor é responsável pela elaboração e gestão da política de comunicação do Conselho Nacional e das ações de comunicação social. Com a aprovação da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, que criou cargos e nova estrutura para o CNMP, o setor se transformou em Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom).

O quadro funcional da Ascom conta com 13 pessoas, representando um melhor dimensionamento de modo a fazer frente às demandas crescentes na área.

O desenvolvimento da área de comunicação do Ministério Público é um dos projetos estratégicos que integram o planejamento do CNMP e, para atingir esse objetivo, foi instituído em 2010 o Comitê de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCCom-MP), cujo objetivo é promover a integração e o desenvolvimento da comunicação do Ministério Público no Brasil, incentivando o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas em comunicação pública, visando à ampliação da transparéncia e do acesso dos cidadãos. Em 2011, o Comitê realizou quatro encontros. Em março, foram aprovadas pelo Comitê sugestões para uma Política de Comunicação para o Ministério Público, com parâmetros e diretrizes comuns. O documento foi enviado aos Conselheiros e aos Procuradores-Gerais e deverá balizar a elaboração de proposta de resolução sobre o assunto, a ser aprovada pelo Plenário do CNMP, em 2012.

1.6.1. Comunicação Digital

No primeiro semestre de 2011, houve o desenvolvimento do projeto de concepção e implantação do novo Portal do CNMP, que entrou no ar em 26 de junho de 2011. O Portal passou por atualização e ganhou novos conteúdos, com o objetivo de facilitar o acesso às informações e dar mais transparéncia às atividades da instituição. O projeto incluiu o desenvolvimento do novo Portal da Transparéncia do CNMP e o site das Tabelas Unificadas. Os acessos únicos ao site do CNMP, em 2011, estão apresentados na tabela a seguir.



Tabela 25 – Acessos ao site do CNMP no período Jan-Nov/2011.

MÊS	USUÁRIOS INDIVIDUAIS	PÁGINAS VISUALIZADAS	MÉDIA DE PÁGINAS VISUALIZADAS POR USUÁRIOS INDIVIDUAIS
JANEIRO	15.419	187.369	12,2
FEVEREIRO	19.169	321.307	16,8
MARÇO	21.528	365.325	17,0
ABRIL	24.206	425.037	17,6
MAIO	25.666	425.037	16,6
JUNHO	22.689	436.558	19,2
JULHO	36.830	126.820	3,4
AGOSTO	33.875	111.983	3,3
SETEMBRO	16.434	94.960	5,8
OUTUBRO	18.275	98.454	5,4
NOVEMBRO	21.846	115.950	5,3
TOTAL	255.937	2.708.800	10,6

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial (Ascom/CNMP).

Em outubro de 2011, foi implantada a Intranet do CNMP, com leiaute integrado ao Portal, novas formas de comunicação, como a inclusão das redes sociais, publicação de *podcasts* e da revista digital “Por dentro do CNMP”, além da abertura para comentários de servidores do Conselho sobre notícias divulgadas. Encontram-se em elaboração dois *hotsites*: i) Manual do Servidor; e ii) Sistema Prisional.

Também houve o gerenciamento da conta no *Twitter* do CNMP, que possui aproximadamente 4.800 seguidores desde a criação, em janeiro de 2010. Desde o dia 15 de agosto de 2011, o canal do Conselho no *YouTube* exibe a íntegra dos vídeos das sessões do CNMP. Até novembro de 2011, foram postados 97 vídeos, que tiveram 1.179 acessos e 1.335 visualizações.

A Política de Comunicação Digital do CNMP, que irá orientar as ações de todo o Conselho na área, foi enviada ao Secretário-Geral e aos demais Secretários para avaliação, com previsão de que, em dezembro, a Política será apresentada e explicada na reunião semanal dos Secretários.

1.6.2. Assessoria de Imprensa

A Ascom realiza em média 30 atendimentos à imprensa por mês. De janeiro a novembro de 2011, foram contabilizados 313 atendimentos e, neste período, foram publicados 326 *releases* na área de notícias do site do CNMP.

A Assessoria de Imprensa também é responsável pela produção e envio do boletim “Direto do CNMP”, com informações sobre as sessões do Plenário. O informativo eletrônico é remetido para membros e servidores dos Ministérios Públicos de todo o Brasil, totalizando mais de 40 mil pessoas. Em 2011, foram produzidas 18 edições do informativo.

A Ascom esteve presente nas inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional em 2011, nos Estados de São Paulo, Piauí, Amazonas, Alagoas, Paraíba, Pará e do Rio Grande do Norte. O trabalho consistiu na assessoria ao Corregedor Nacional na realização de coletiva de imprensa, na divulgação do trabalho de inspeção, no atendimento às demandas de jornalistas e na produção de *releases*. Spots de rádio com informações para que o público comparecesse às inspeções também foram produzidos e disponibilizados às emissoras de rádio para veiculação gratuita.



1.6.3. Comunicação Interna

O trabalho de comunicação com o público interno do CNMP (Conselheiros, membros auxiliares, servidores e terceirizados) começou em 2010, mas foi intensificado a partir de julho de 2011, com a nomeação de servidores para a área. O principal projeto foi a elaboração da Política de Comunicação Interna do CNMP, que lista uma série de ações e traz as principais diretrizes para a área. A política foi aprovada pela Secretaria Geral e pelos Secretários do CNMP e apresentada a todos os servidores do Conselho em reunião geral realizada em outubro de 2011.

Uma das ações já concretizadas é a reformulação do Jornal Mural Conexão, que ganhou novo leiaute, conteúdos específicos dirigidos aos diversos públicos (servidores, estagiários e terceirizados) e novas seções, como os Classificados.

A Intranet também passou por mudança em outubro. Além de nova cara, trouxe recursos voltados para aumentar a interação com o usuário. Agora, é possível comentar as notícias, ter acesso a todos os canais oficiais do CNMP nas mídias sociais e se comunicar diretamente com todos por meio do mural de recados. A Ascom faz a moderação desse espaço. Outra ação para melhoria da comunicação interna foi o curso de comunicação interna para chefias, realizado em dois módulos, com um total de 50 participantes. A criação de fluxo de comunicação interna, atualmente em fase de implantação, foi um dos resultados do curso.

A Política de Comunicação Interna prevê ainda ações para 2012, como a criação de comitê editorial formado por servidores e de canal direto de comunicação com a Secretaria de Administração.

1.7. Secretaria Geral

A Secretaria Geral é diretamente subordinada à Presidência, cabendo-lhe exercer as atividades de apoio técnico-administrativo necessárias à preparação e à execução das funções do Conselho Nacional do Ministério Público. Além disso, a Secretaria exerce os serviços cartorários do CNMP, como receber, autuar e movimentar os processos em tramitação.

Integram a Secretaria Geral as seguintes áreas: i) Secretaria de Gestão Estratégica; ii) Secretaria de Planejamento Orçamentário; iii) Secretaria de Tecnologia da Informação; iv) Secretaria de Administração; e v) Secretaria Jurídica.

Em 2011, a Secretaria Geral do CNMP promoveu mudanças substanciais à maneira de administrar e organizar a Instituição, implementando a gestão estratégica dos recursos humanos e financeiros do Conselho e disseminando a cultura da administração pública por resultados. Consolidou o Plano de Gestão para o biênio 2011/2013, que fixou prazos e estabeleceu responsáveis por metas, ações e projetos necessários para atingir os objetivos fixados no Planejamento Estratégico do CNMP.

Durante o ano, com a entrada em vigor da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, a Secretaria Geral iniciou a implementação da nova estrutura organizacional do CNMP e também de seu quadro próprio de pessoal, medida de extrema importância para a operacionalização das competências constitucionais do Conselho.

A estrutura orgânica foi redesenhada e foram nomeados 108 candidatos aprovados em concurso público, dentre Técnicos e Analistas, e iniciou-se a implementação de 62 cargos em comissão e 30 funções de confiança. Com a finalidade de desenvolver competências técnicas e gerenciais ao quadro de pessoal, foram disponibilizados cursos e realizados eventos ao longo de todo o ano.

Em 2011, a Secretaria Geral deu suporte à realização de diversos eventos, realizados pelo CNMP, que visaram, primordialmente, ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público brasileiro e ao seu aprimoramento como Instituição. Os eventos contaram com a participação de centenas de servidores e membros que atuam nas áreas meio e fim dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, de todo o País.



1.7.1. Secretaria de Gestão Estratégica

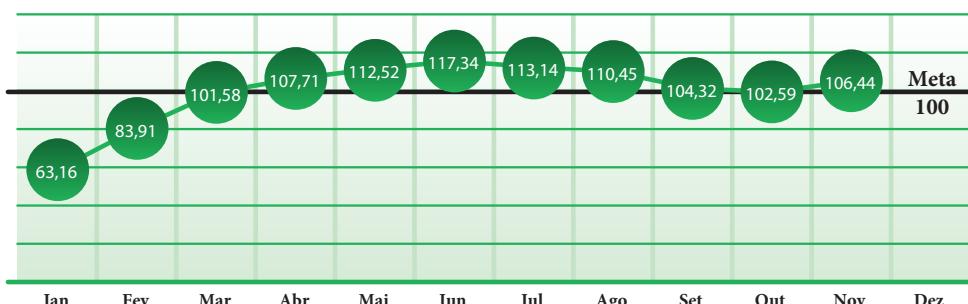
O ano de 2011 foi um ano de sensível evolução na Secretaria de Gestão Estratégica, como pode ser sentido através do reconhecimento interno de seus membros e servidores sobre o trabalho executado, além da visibilidade nacional dada a esta área do CNMP, devido às inúmeras iniciativas por ela geradas e coordenadas.

O ano de 2011 foi de extrema importância para a consolidação do modelo de Gestão Estratégica implantado no CNMP durante o ano de 2010. Em 2011, foram realizadas duas Reuniões de Análise da Estratégia do Conselho, com o intuito de possibilitar o acompanhamento da Estratégia definida, além da avaliação dos indicadores definidos para cada um dos objetivos definidos em seu Mapa Estratégico. Como principais resultados, temos: i) a coleta de aproximadamente 70% dos indicadores do CNMP, com grande possibilidade de chegar a 85% durante o 2º semestre de 2011; ii) a revisão dos indicadores definidos em 2010.

Com a maturidade obtida pelas Secretarias do CNMP, bem como pelos Conselheiros, foi possível uma reavaliação das informações coletadas, resultando na retirada de seis indicadores, além da revisão da forma de coleta de mais quatro indicadores. A seguir, alguns indicadores que tiveram maior evolução no ano de 2011:

- **Índice de Produtividade de Processos:** Para o ano de 2011, durante todo o período observa-se a manutenção do indicador acima da meta, com queda identificada durante os meses de agosto e setembro, justificadamente pela mudança na composição do CNMP. Mas já se verifica crescimento no final do ano, mantendo-se superior à meta esperada para 2011.

Gráfico 4 – Índice de Produtividade de Processos (Ano 2011).

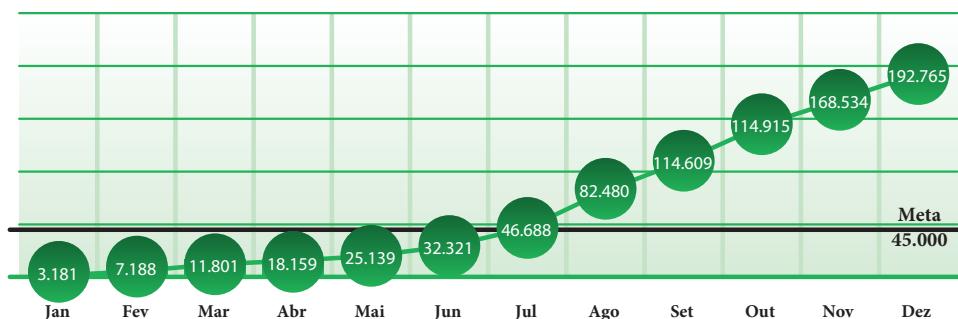


Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica (SGE/CNMP).

- **Quantidade de Acessos ao Sítio do CNMP:** Indicador com maior evolução no Planejamento Estratégico da instituição, principalmente em função da reformulação do sítio eletrônico existente no ano de 2010 e da implantação do novo Portal do CNMP, projeto estratégico implantado durante o ano de 2011 (válido tanto para acessos ao sítio em geral quanto para acessos de visitantes únicos).



Gráfico 5 – Número de visitas ao sítio do CNMP (Ano 2011).



Fonte: Secretaria de Gestão Estratégica (SGE/CNMP).

Outro fato de grande relevância para o CNMP no ano de 2011 foi a solicitação realizada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) para utilização do modelo de Gestão Estratégica implantado no Conselho em sua totalidade para ser objeto de curso voltado a Gestores do Poder Executivo. O curso, denominado “Oficina aplicada: Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE”, foi realizado durante os dias 10, 11 e 13 de outubro de 2011.

O Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público trata-se do projeto de maior importância dessa Secretaria para o ano de 2011. Conduzido juntamente com a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo, o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público foi composto por seis etapas.

As etapas do projeto buscaram sequenciar um processo de estudo e conhecimento de todo o material que o CNMP e todas as unidades do Ministério Público tinham desenvolvido a respeito da temática da Gestão Estratégica, a busca por apoio e adesão ao projeto, o entendimento das necessidades e prioridades locais alinhadas às necessidades da área meio, o estabelecimento das ferramentas do Planejamento Estratégico, até seu lançamento. O ano de 2011 marcou pela construção das Ferramentas Básicas do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, resultando nas definições da:

- **Missão:** “Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis para a concretização dos valores democráticos e da cidadania”;
- **Visão:** “Instituição reconhecida como transformadora da realidade social e essencial para a preservação da ordem jurídica e da democracia”.

A Secretaria de Gestão Estratégica participou da I Mostra de Sistemas do Ministério Público brasileiro, realizada na cidade de São Paulo (SP) nos dias 24 e 25 de agosto de 2011. E, também, foi uma das organizadoras, junto à Secretaria Geral, do 2º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público (CBGMP). O Congresso foi realizado nos dias 8, 9 e 10 de novembro e contou com 320 participantes.



1.7.2. Secretaria de Administração

A Secretaria de Administração, criada pela Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, substituindo a extinta Secretaria Executiva, é uma unidade administrativa diretamente subordinada à Secretaria Geral e tem como principais atribuições:

- Assessorar o Secretário-Geral no planejamento das atividades e na gestão orçamentária e financeira do CNMP;
- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Planejamento Orçamentário e pela Secretaria Jurídica, bem como pelas coordenadorias que fazem parte da sua estrutura;
- Ordenar as despesas e demais atividades decorrentes do ato, como assinar contratos, autorizar aquisições e homologar licitações;
- Coordenar as ações administrativas do CNMP e promover seu inter-relacionamento com as demais unidades do Ministério Público e outros órgãos da administração pública;
- Prestar informações para subsidiar o processo de contas do CNMP.

A ordenação das despesas e dos atos de gestão orçamentária e financeira, inclusive relativos a despesas com pessoal, a partir de outubro de 2011, foi delegada pelo Presidente do Conselho à Secretaria de Administração.

Em 2011, com vistas ao alcance das metas estabelecidas pela Secretaria Geral, foi elaborado o plano de ação da Secretaria de Administração, do qual se destacam as seguintes atividades:

- Construção do Edifício-Sede do CNMP – Em um primeiro momento houve a programação, por meio da ação de aquisição, constante na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, com recursos da ordem de R\$ 60,0 milhões. No decorrer do exercício, contudo, o Plenário do Conselho repositionou-se, estabelecendo que os recursos deveriam ser aplicados na construção de um imóvel, não mais na compra. Para atendimento a esta nova situação, houve a abertura de crédito especial, em nova ação orçamentária para Construção do Edifício-Sede do CNMP, com dotação de R\$ 5,2 milhões para o exercício de 2011 e, previsão, para 2012, de recursos no montante de R\$ 12,0 milhões. O restante dos recursos estimados necessários à execução da ação consta da programação do Plano Plurianual 2012-2015;
- Aluguel de sede única para o CNMP – A partir da decisão do Plenário pela construção de imóvel para abrigar o CNMP, cujo horizonte temporal é de quatro a cinco anos para sua conclusão e, considerando a publicação da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, que criou a estrutura de cargos e funções do CNMP com a nomeação de mais de 100 servidores em 2011, houve a decisão pelo aluguel de uma sede única para abrigar o CNMP até a construção de sua sede própria, o que se encontra em andamento com previsão de conclusão no decorrer do ano de 2012;
- Implantação da nova estrutura do CNMP – Com a publicação da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, a Secretaria de Administração coordenou o trabalho de suas Secretarias e Coordenadorias no presente exercício, com o objetivo de implantar a nova estrutura do CNMP.



1.7.3. Secretaria de Planejamento Orçamentário

A Secretaria de Planejamento Orçamentário, órgão de apoio técnico criado em fevereiro de 2010, com atuação como órgão específico do Sistema de Planejamento e Orçamento da Administração Federal, subdivide-se em duas coordenadorias: i) Coordenadoria de Planos e Avaliação; e ii) Coordenadoria de Programação Orçamentária e Financeira.

No ano de 2011 as principais realizações da Secretaria, até o mês de novembro, foram as seguintes:

- Programação do orçamento de 2011, juntamente com as Unidades Administrativas do CNMP, contemplando o estudo de impacto do orçamento referente ao provimento de cargos e funções no exercício de 2011 e a projeção das despesas de pessoal e benefícios aos servidores, a fim de analisar o desempenho para o exercício de 2011;
- Análise e apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2012 e revisão do cadastro de ações da Lei Orçamentária 2011 objetivando a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2012;
- Solicitação de crédito especial com o objetivo de criar a ação de Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público e elaboração de novo cronograma de desembolso financeiro, em virtude de limitação de empenho, com manifestações técnicas, acerca de disponibilidades orçamentárias, a fim de custear as despesas do CNMP;
- Elaboração de Nota Técnica sobre as propostas orçamentárias, exercício 2012, do Ministério Público da União, a fim de subsidiar o parecer de mérito do Conselho Nacional do Ministério Público.

1.7.4. Secretaria Jurídica

A Secretaria Jurídica é responsável por toda a gestão dos processos em tramitação no CNMP. Com a aprovação da Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011, que trata da estrutura do CNMP, a Secretaria que antes possuía apenas a Coordenadoria Processual passou a ter em sua estrutura três Coordenadorias: i) de Protocolo, Autuação e Distribuição, que é responsável pelo recebimento, triagem, classificação, pesquisa, autuação, distribuição e expedição de documentos jurídicos do CNMP; ii) de Processamento de Feitos, que absorveu as atividades já executadas pela antiga Coordenadoria Processual e também o arquivo de processos, que até então era de responsabilidade da Coordenadoria Administrativa; e iii) de Acompanhamento de Decisões responsável pelo cumprimento e acompanhamento das decisões terminativas do Conselho Nacional. A Secretaria manteve em sua estrutura o Núcleo de Acompanhamento de Decisões, já que não houve revogação da Portaria CNMP nº 03, de 15 de abril de 2008.

Dentre as inovações de 2011 destacam-se o planejamento do Projeto de Processo Eletrônico, a conclusão e validação da Sessão Eletrônica e a reestruturação do Núcleo de Apoio às Comissões (NAC), com agregação de novas funcionalidades na coordenação do apoio às Comissões setoriais.

1.7.5. Secretaria de Tecnologia da Informação

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem como principais objetivos prover serviços, infraestrutura e consultoria de Tecnologia da Informação (TI) para o CNMP e apoio institucional aos ramos do Ministério Público e planejar a TI dentro do CNMP com o alinhamento das ações do setor à estratégia do órgão.



Em 2011, as principais realizações da Secretaria foram as seguintes:

- Implantação do Escritório de Projetos e elaboração de proposta de criação de Comitê Estratégico de TI e atualização do parque tecnológico para nomeação de novos servidores do CNMP;
- Planejamento da segurança dos ativos informacionais relacionados a TI e fomento de políticas de TI no Ministério Público brasileiro;
- Desenvolvimento e início de testes do Sistema de Cadastro de Membros do MP e do Sistema Gestor de Tabelas e implantação do sistema Inqueritômetro para acompanhamento da evolução da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

2. Análise Estatística – Conselho Nacional do Ministério Público

2.1. Estatística Processual

Em 2011, verificou-se, até o momento, uma diminuição de 16,3% no volume de autuações em relação ao ano de 2010. Já o volume de julgamentos manteve-se praticamente constante em relação ao ano de 2010. No entanto, a média mensal de autuações e julgamentos registrados nos 11 meses é de 151,2 e de 161,7 processos, respectivamente.

Espera-se que alcancemos um volume de cerca de 1.810 processos autuados e 1.940 julgamentos proferidos ao final de 2011. Além disso, apesar do volume de julgamentos ter superado o volume de processos autuados em 2011, não foi possível a redução do número de processos pendentes no CNMP.

Gráfico 6 – Evolução Anual das Autuações e Julgamentos do CNMP, 2005-2011.



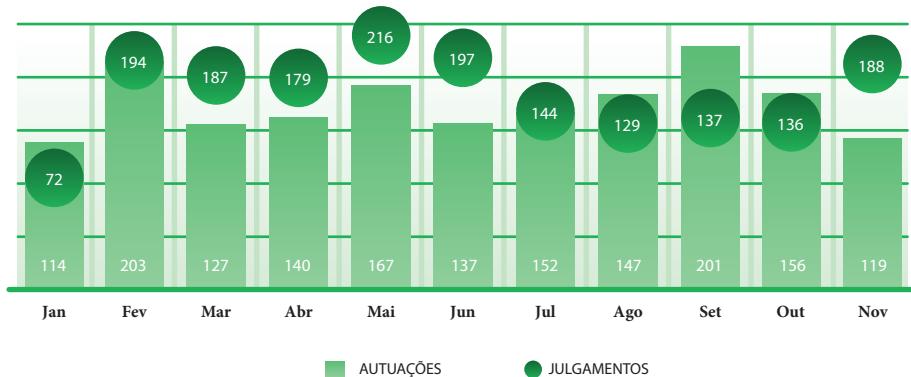
Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).



O volume de processos autuados e julgados mês a mês em 2011, apresentado a seguir, demonstra que o pico de processos autuados foi registrado no mês de fevereiro, enquanto maio foi o mês em que ocorreu o maior número de julgamentos proferidos.

Gráfico 7 – Evolução Mensal das Autuações e Julgamentos do CNMP, janeiro a novembro de 2011.

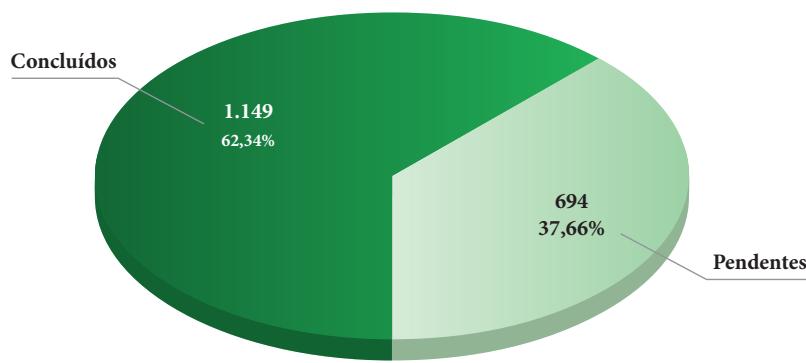


Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

A situação processual dentre os Conselheiros em seus mandatos atuais, considerando-se também o mandato anterior para aqueles Conselheiros que foram reconduzidos, é demonstrada pelo gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Status dos Processos do CNMP – Conselheiros Ativos.



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).



Tabela 26 – Status dos Processos do CNMP por Conselheiro Ativo.

NOME DO CONSELHEIRO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO	DISTRIBUIÇÃO		JULGADOS ¹		CONCLUÍDOS ²		PENDENTES		REMANESCENTE GABINETE ³	
			Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%	Nº DE PROCESSOS	%
Adilson Gurgel De Castro	10/08/2009	10/08/2011	199	10,8%	242	15,4%	177	15,4%	22	3,2%	0	0,0%
Adilson Gurgel de Castro	23/08/2011	22/08/2013	61	3,3%	30	1,9%	18	1,6%	43	6,2%	26	6,2%
Alessandro Tramujas Assad	10/08/2011	09/08/2013	62	3,4%	23	1,5%	15	1,3%	47	6,8%	36	8,6%
Almino Afonso Fernandes	10/08/2009	10/08/2011	161	8,7%	188	11,9%	142	12,4%	19	2,7%	0	0,0%
Almino Afonso Fernandes	10/08/2011	09/08/2013	91	4,9%	16	1,0%	14	1,2%	77	11,1%	68	16,3%
Cláudia Maria de Freitas Chagas	03/12/2009	03/12/2011	198	10,7%	194	12,3%	148	12,9%	50	7,2%	26	6,2%
Jarbas Soares Júnior	10/08/2011	09/08/2013	61	3,3%	19	1,2%	13	1,1%	48	6,9%	40	9,6%
José Lázaro Alfredo Guimarães	10/08/2011	09/08/2013	87	4,7%	73	4,6%	27	2,3%	60	8,6%	14	3,3%
Luiz Moreira Gomes Junior	19/07/2010	19/07/2012	134	7,3%	96	6,1%	65	5,7%	69	9,9%	52	12,4%
Maria Ester Henriques Tavares	10/08/2009	10/08/2011	203	11,0%	234	14,8%	199	17,3%	4	0,6%	0	0,0%

Continua

Continuação

NOME DO CONSELHEIRO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO	DISTRIBUIÇÃO	JULGADOS ¹	CONCLUÍDOS ²	PENDENTES	REMANESCENTE GABINETE ³
			Nº DE PROCESSOS	Nº DE PROCESSOS %	Nº DE PROCESSOS %	Nº DE PROCESSOS %	Nº DE PROCESSOS %
Maria Ester Henriques Tavares	10/08/2011	09/08/2013	60	3,3%	28	1,8%	6
Mario Luiz Bonsaglia	03/12/2009	03/12/2011	198	10,7%	141	8,9%	110
Taís Schilling Ferraz	10/08/2009	10/08/2011	189	10,3%	224	14,2%	177
Taís Schilling Ferraz	10/08/2011	09/08/2013	74	4,0%	35	2,2%	21
Tito Souza do Amaral	10/08/2011	09/08/2013	65	3,5%	33	2,1%	17
TOTAL GERAL			1.843	100%	1.576	100%	1.149
						694	100%
						418	100%

Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Notas: (1) Considera-se na categoria “Julgados” a soma de todos os julgamentos e decisões proferidas.

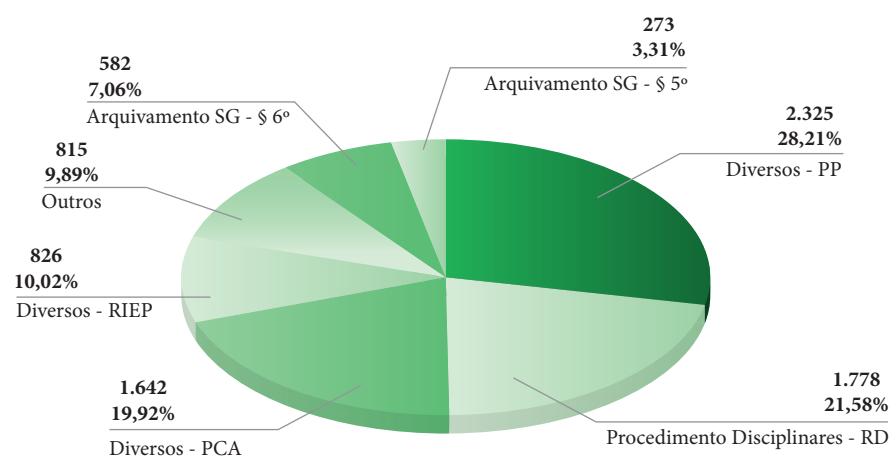
(2) Processos “Concluídos” são todos aqueles com a situação atual de “arquivamento”.

(3) Considera-se “Remanescente” todo processo que não tenha nenhum julgamento ou decisão proferida a partir da distribuição para o Conselheiro.

Analizando-se os dados apresentados, torna-se extremamente importante que o CNMP trabalhe constantemente com o foco na redução do volume de processos ainda pendentes e, principalmente, que diminua o volume de processos remanescentes nos Gabinetes. Além disso, deve-se verificar a possibilidade de uma melhor análise do teor e do tipo dos processos ainda em tramitação, visando ao estabelecimento de uma estratégia para a redução desses números e proporcionando ao Conselho um maior reconhecimento desse esforço.

Segue uma visão geral dos principais tipos de processos autuados desde o ano de 2005 no CNMP, e uma apresentação dos tipos de processos pendentes:

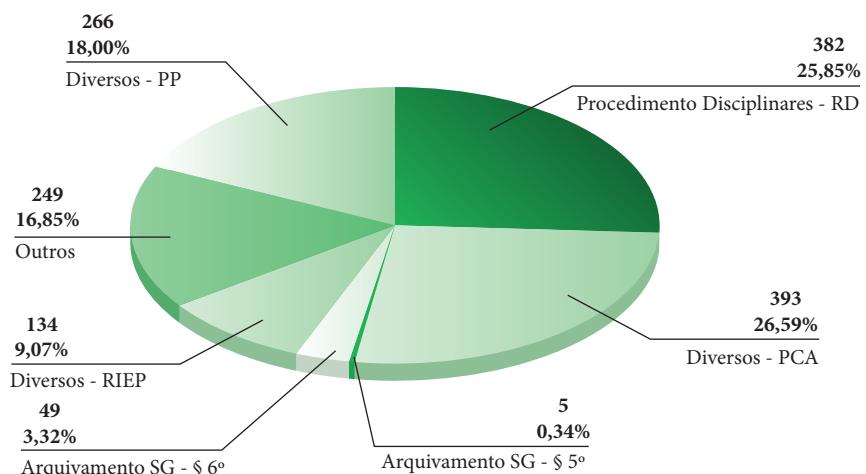
Gráfico 9 – Processos Autuados no CNMP por Tipo Processual, 2005-2011



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Gráfico 10 – Processos Pendentes no CNMP por Tipo Processual, 2005-2011



Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).



A tabela a seguir contém o detalhamento dos tipos processuais existentes no CNMP:

Tabela 27 – Distribuição de Processos do CNMP por Tipo Processual, 2005-2011

TIPO PROCESSUAL	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	Nº DE PROCESSOS	%						
Arquivamento SG-§ 6º	582	7,1%	31	0,4%	533	7,9%	49	3,3%
Arquivamento SG-§ 5º	273	3,3%	6	0,1%	268	4,0%	5	0,3%
Diversos-ASI	7	0,1%	9	0,1%	7	0,1%	0	0,0%
Diversos-PCA	1.642	19,9%	1685	21,4%	1249	18,5%	393	26,6%
Diversos-PP	2.325	28,2%	2328	29,6%	2059	30,4%	266	18,0%
Diversos-RCA	63	0,8%	67	0,9%	46	0,7%	17	1,2%
Diversos-REST	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	0	0,0%
Diversos-RIEP	826	10,0%	801	10,2%	692	10,2%	134	9,1%
Diversos-RPA	52	0,6%	57	0,7%	42	0,6%	10	0,7%
Procedimentos Disciplinares-AA	5	0,1%	10	0,1%	5	0,1%	0	0,0%
Procedimentos Disciplinares-AVOC	11	0,1%	13	0,2%	10	0,1%	1	0,1%
Procedimentos Disciplinares-COR	8	0,1%	14	0,2%	8	0,1%	0	0,0%
Procedimentos Disciplinares-INSP	26	0,3%	30	0,4%	5	0,1%	21	1,4%
Procedimentos Disciplinares-PAA	4	0,0%	7	0,1%	1	0,0%	3	0,2%
Procedimentos Disciplinares-PAV	28	0,3%	26	0,3%	10	0,1%	18	1,2%
Procedimentos Disciplinares-PD	46	0,6%	63	0,8%	30	0,4%	16	1,1%
Procedimentos Disciplinares-PDA	7	0,1%	15	0,2%	3	0,0%	4	0,3%
Procedimentos Disciplinares-RD	1.778	21,6%	1648	20,9%	1396	20,6%	382	25,8%
Procedimentos Disciplinares-RPD	112	1,4%	183	2,3%	89	1,3%	23	1,6%
Procedimentos Disciplinares-SA	4	0,0%	1	0,0%		0,0%	4	0,3%

Continua



Continuação

TIPO PROCESSUAL	AUTUADOS		JULGADOS		CONCLUÍDOS		PENDENTES	
	Nº DE PROCESSOS	%						
Procedimentos Disciplinares-SIND	59	0,7%	98	1,2%	12	0,2%	47	3,2%
Proposições-PC	2	0,0%	2	0,0%	1	0,0%	1	0,1%
Proposições-PER	10	0,1%	9	0,1%	9	0,1%	1	0,1%
Proposições-RES	109	1,3%	115	1,5%	75	1,1%	34	2,3%
Recursos-ED	101	1,2%	264	3,4%	93	1,4%	8	0,5%
Recursos-REC	160	1,9%	385	4,9%	119	1,8%	41	2,8%
TOTAL GERAL	8.241	100%	7.868	100%	6.763	100%	1.478	100%

Fonte: Estatística Processual – Sistema CNMP – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Glossário dos tipos processuais apresentados:

- AA – Autos Avocados;
- AVOC – Avocação de Processo Disciplinar;
- ED – Embargos de Declaração;
- INSP – Inspeção;
- PAV – Pedido de Avocação;
- PC – Proposta de Comissão;
- PD – Processo Disciplinar;
- PP – Pedido de Providências;
- RD – Reclamação Disciplinar;
- RES – Proposta de Resolução;
- RIEP – Representação por Inéria ou por Excesso de Prazo;
- RPD – Revisão de Processo Disciplinar;
- SIND – Sindicância;
- ASI – Arguição de Suspeição e Impedimento;
- COR – Correição;
- IAA – Inquérito Administrativo Avocado;
- PAA – Processo Administrativo Avocado;
- PCA – Procedimento de Controle Administrativo;
- PDA – Processo Disciplinar Avocado;
- PER – Proposta de Emenda Regimental;
- RCA – Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho;
- REC – Recurso Interno;
- REST – Restauração de Autos;
- RPA – Reclamação para preservação da autonomia do Ministério Público;
- SA – Sindicância Avocada.

2.2. Atuação Funcional e Administrativa do Ministério Público

Serão apresentadas a seguir informações obtidas através da coleta de dados realizada a partir da Resolução nº 74 deste Conselho, que contempla a Atuação Funcional de todas as unidades do Ministério Público. Os dados de 2010 são referentes ao período de janeiro a novembro e os de 2011 são do período de janeiro a outubro. Isso ocorre em função da data de corte dos dados do Relatório de 2011 e devido às datas de preenchimento das informações da mencionada Resolução.

A tabela seguinte apresenta os índices de preenchimento do Relatório Funcional no período de 2008 a 2011. Os números foram gerados com dados extraídos do banco de dados do sistema CNMPInd.



Tabela 28 – Índice de preenchimento do Relatório Funcional, no período de 2008 a 2011.

UNIDADE	RESOLUÇÃO			
	N.º 33			N.º 74
	2008	2009	2010	2011
MP/AC	83,31%	99,98%	100,00%	100,00%
MP/AL	83,28%	95,49%	94,90%	85,45%
MP/AM	0,03%	68,57%	52,65%	90,91%
MP/AP	33,05%	91,67%	91,64%	90,00%
MP/BA	98,66%	99,98%	99,16%	100,00%
MP/CE	91,67%	100,00%	84,10%	83,33%
MP/ES	0,00%	98,37%	98,35%	99,39%
MP/GO	0,00%	0,00%	2,81%	77,88%
MP/MA	27,54%	53,69%	72,21%	74,85%
MP/MG	13,62%	0,91%	95,06%	98,48%
MP/MS	53,61%	71,94%	97,33%	99,70%
MP/MT	62,19%	94,84%	96,38%	91,82%
MP/PA	22,65%	92,71%	96,72%	100,00%
MP/PB	31,26%	99,95%	100,00%	80,00%
MP/PE	30,03%	2,42%	2,40%	78,18%
MP/PI	19,18%	66,55%	26,31%	85,76%
MP/PR	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
MP/RJ	9,23%	14,52%	9,51%	86,67%
MP/RN	6,82%	60,96%	65,92%	74,24%
MP/RO	8,33%	0,00%	0,00%	76,97%
MP/RR	91,61%	99,86%	92,05%	100,00%
MP/RS	9,14%	10,03%	64,88%	93,94%
MP/SC	38,39%	25,27%	26,74%	80,30%
MP/SE	91,64%	100,00%	100,00%	78,18%
MP/SP	0,00%	3,67%	6,52%	65,76%
MP/TO	54,75%	86,91%	74,80%	60,00%
MPDFT	51,68%	62,75%	62,52%	87,88%
MPF	0,00%	0,00%	0,00%	28,97%
MPM	0,00%	99,77%	100,00%	100,00%
MPT	43,75%	53,85%	53,85%	100,00%
TOTAL GERAL	35,13%	57,08%	61,00%	84,55%

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).



Tabela 29 – Anexo Cível – Inquéritos Civis/Procedimentos Preparatórios. (*)

UNIDADE	INSTAURADOS		ARQUIVADOS			
			S/ AJUSTAMENTO DE CONDUTA		C/ AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/AC	890	856	307	199	76	97
MP/AL	669	490	603	408	150	77
MP/AM	956	1.101	510	326	7	235
MP/AP	2.342	7.292	519	832	42	617
MP/BA	8.339	7.950	3.574	2.718	484	844
MP/CE	5.719	8.726	2.919	4.087	477	1.167
MP/ES	5.982	15.104	2.152	4.208	164	833
MP/GO	-	3.481	-	-	-	-
MP/MA	1.018	1.728	307	230	109	948
MP/MG	9.132	5.314	779	657	36	2.616
MP/MS	2.627	3.196	1.127	903	223	685
MP/MT	3.389	7.895	3.514	5.452	784	10.758
MP/PA	2.218	2.774	430	946	275	581
MP/PB	2.276	2.452	1.263	1.153	195	517
MP/PE	-	4.843	-	1.795	-	712
MP/PI	219	553	54	62	41	217
MP/PR	8.998	14.809	2.259	1.833	81	971
MP/RJ	4.249	7.851	2.374	4.745	66	104
MP/RN	8.402	6.799	835	925	319	759
MP/RO	1.010	1.880	376	485	92	18
MP/RR	1.050	1.824	203	633	15	574
MP/RS	17.053	11.875	7.007	4.816	2.097	4.150
MP/SC	9.965	23.839	4.493	9.207	849	2.540
MP/SE	1.656	1.637	477	532	59	483
MP/SP	19.758	16.236	15.573	9.639	2.276	4.726
MP/TO	395	251	6	1	68	690
MPDFT	915	2.680	6.836	3.586	-	19
MPF	-	28.446	-	24.842	-	9
TOTAL GERAL	119.227	191.882	58.497	85.220	8.985	35.947

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.



Na Tabela 29 analisam-se os inquéritos civis e procedimentos preparatórios que foram instaurados e arquivados, com ou sem ajustamento de conduta, nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MPF, que informou apenas a quantidade de inquéritos instaurados em 2011, influenciando o aumento em relação ao ano anterior do total geral de inquéritos instaurados e arquivados sem ajustamento de conduta.

Dada a quantidade de inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados em todas as Unidades do Ministério Público Estadual e no MPU, pode-se observar que houve um aumento significativo de 60,9% em relação ao ano de 2010. Vale destacar que o MP/AP e o MPDFT instauraram cerca de três vezes mais inquéritos civis/procedimentos preparatórios no ano de 2011 em comparação com 2010. Em contrapartida, o MP/MG se destacou pela redução no número de inquéritos civis/procedimentos preparatórios: foram 41,8% a menos que em 2010.

Ao analisar o número de inquéritos civis e procedimentos preparatórios arquivados em todo o Ministério Público brasileiro, nota-se, no ano de 2011, um crescimento significativo na quantidade de arquivamento sem e com ajustamento de conduta: 45,7% e 300,1%, respectivamente, em relação ao ano de 2010. Para aqueles arquivados sem ajustamento de conduta, destaca-se o MP/RR que aproximadamente triplicou o seu volume e o MPDFT que diminuiu quase pela metade. Já para aqueles arquivados com ajustamento de conduta, o MP/MG registrou, em 2011, o maior aumento no volume de arquivamentos em relação ao ano de 2010 e o MP/RO a maior redução, cerca de 80% a menos que em 2010.

O MP/GO não informou a quantidade de inquéritos civis e procedimentos preparatórios arquivados, com ou sem ajustamento de conduta, nos anos de 2010 e 2011.

Tabela 30 – Anexo Cível – Processos Cíveis no Primeiro Grau. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	11.594	12.461	9.794	11.074
MP/AL	15.151	16.499	15.351	17.236
MP/AM	11.948	12.794	21.118	39.361
MP/AP	15.455	34.414	14.443	31.528
MP/BA	123.744	152.017	127.076	149.496
MP/CE	54.063	84.204	65.237	108.052
MP/ES	108.563	231.410	103.347	218.336
MP/GO	-	101.431	-	78.185
MP/MA	20.265	19.002	17.667	17.425
MP/MG	12.951	13.908	30.892	27.448
MP/MS	90.738	84.780	96.133	86.390
MP/MT	76.914	139.859	64.754	132.342
MP/PA	105.234	172.870	90.307	146.432
MP/PB	861	1.048	3.041	2.584
MP/PE	-	69.524	-	70.803
MP/PI	5.150	5.757	5.241	6.852

Continua



Continuação

UNIDADE	RECEBIDOS		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/PR	77.804	162.840	130.494	148.715
MP/RJ	423.127	898.385	382.074	676.639
MP/RN	17.602	41.037	19.387	44.594
MP/RO	35.198	37.813	60.947	40.682
MP/RR	12.225	27.088	12.542	25.289
MP/RS	643.777	415.376	566.362	316.910
MP/SC	251.990	528.291	4.562	468.890
MP/SE	55.060	61.610	51.259	59.636
MP/SP	9.121	7.792	9.121	7.792
MP/TO	16.878	23.690	15.832	23.999
MPDFT	127.985	97.208	74.098	51.740
MPF	-	162.866	-	192.551
TOTAL GERAL	2.323.398	3.615.974	1.991.079	3.200.981

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd – Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

Na Tabela 30 são analisados os processos cíveis no Primeiro Grau que foram recebidos e que tiveram manifestação nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE e MPF que informaram apenas a quantidade de processos cíveis no Primeiro Grau instaurados e que tiveram manifestação em 2011, influenciando diretamente no aumento do total geral desses processos em relação ao ano anterior.

Dado o total de processos cíveis no Primeiro Grau recebidos em todo o Ministério Público brasileiro em 2011, observa-se aumento de 55,6% no seu volume em relação ao ano de 2010. Em 2011, vale destacar que os MPs que registraram redução no volume de recebimento de processos cíveis no Primeiro Grau em comparação ao ano anterior foram: MP/MA, MP/MS, MP/RS, MP/SP e MPDFT.

Já em relação ao total de manifestações de processos cíveis no Primeiro Grau em todas as Unidades do Ministério Público Estadual e no MPU, observa-se também aumento no volume de ocorrências, passando de 1.991.079 em 2010 para 3.200.981 manifestações em 2011, crescimento de cerca de 61%. Além disso, destaca-se que em 2011 os MPs que apresentaram redução no volume de manifestação em relação a 2010 foram: MP/MA, MP/MG, MP/MS, MP/PB, MP/RO, MP/RS, MP/SP e MPDFT.



Tabela 31 – Anexo Cível – Processos Cíveis no Segundo Grau. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	487	515	567	420
MP/AL	1.697	1.943	1.808	2.389
MP/AM	1.011	2.688	1.707	6.613
MP/AP	984	2.494	1.052	2.892
MP/BA	5.448	6.645	5.059	6.294
MP/CE	7.334	5.896	7.584	5.552
MP/ES	5.543	14.278	4.322	10.498
MP/GO	-	8.888	-	9.177
MP/MA	4.064	2.747	3.786	2.678
MP/MG	-	8.570	-	8.882
MP/MS	2.558	2.134	2.149	1.905
MP/MT	3.100	11.068	2.764	9.295
MP/PA	3.565	6.228	3.645	6.322
MP/PB	7.360	5.238	4.789	4.160
MP/PE	-	5.924	-	5.947
MP/PI	710	2.139	806	1.870
MP/PR	16.283	15.978	10.809	15.978
MP/RJ	-	33.429	-	32.169
MP/RN	-	-	-	-
MP/RO	3.600	4.134	5.286	4.315
MP/RR	248	1.336	299	1.355
MP/RS	111.855	83.146	109.499	82.483
MP/SC	13.047	28.968	10.475	27.038
MP/SE	8.686	8.926	7.172	7.837
MP/SP	-	-	-	-
MP/TO	1.355	2.296	1.312	2.257
MPDFT	8.899	7.759	8.074	6.979
MPF	-	-	-	-
TOTAL GERAL	207.834	273.367	192.964	265.305

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.



Na Tabela 31, analisam-se os processos cíveis no Segundo Grau que foram recebidos e que tiveram manifestação nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/MG, MP/PE e MP/RJ que informaram apenas a quantidade de processos cíveis no Segundo Grau instaurados e que tiveram manifestação em 2011, influenciando diretamente no aumento em relação ao ano anterior do total geral desses processos.

Dado o total de processos cíveis no Segundo Grau recebidos em todo o Ministério Público brasileiro em 2011, observa-se aumento de 31,5% no seu volume em relação ao ano de 2010. Em 2011, vale destacar que os MPs que registraram redução no volume de recebimento de processos cíveis no Segundo Grau em comparação ao ano anterior foram: MP/CE, MP/MA, MP/MS, MP/PB, MP/PR, MP/RS e MPDFT.

Já em relação ao total de manifestações de processos cíveis no Segundo Grau em todas as Unidades do Ministério Público Estadual e no MPU, observa-se também aumento no volume de ocorrências, foram 192.964 em 2010 e 265.305 manifestações em 2011, crescimento de 37,5%. Além disso, destaca-se que em 2011 os MPs que apresentaram redução no volume de manifestação em relação a 2010 foram: MP/AC, MP/CE, MP/MA, MP/MS, MP/PB, MP/RO, MP/RS e MPDFT.

Os Ministérios Públicos do Rio Grande do Norte, de São Paulo e o MPF não informaram o total de processos cíveis no Segundo Grau recebidos e que tiveram manifestação nos anos de 2010 e 2011.

Tabela 32 – Anexo Cível – Controle de Constitucionalidade Abstrato. (*)

UNIDADE	AÇÕES PROPOSTAS PELO MP		PARECERES	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	-	1	69	-
MP/AL	3	-	5	65
MP/AM	1	-	1	-
MP/AP	3	2	6	37
MP/BA	3	16	22	35
MP/CE	9	17	288	48
MP/ES	51	54	338	893
MP/GO	-	9	-	38
MP/MA	-	-	4.040	1.077
MP/MG	37	66	400	245
MP/MS	-	-	24	64
MP/MT	-	7	-	22
MP/PA	87	66	17	83
MP/PB	15	4	59	32
MP/PE	-	-	-	-
MP/PI	-	-	3	-
MP/PR	5	6	98	134
MP/RJ	-	-	-	-
MP/RN	-	-	-	-

Continua

Continuação

UNIDADE	AÇÕES PROPOSTAS PELO MP		PARECERES	
	2010	2011	2010	2011
MP/RO	-	-	-	-
MP/RR	-	-	-	1
MP/RS	76	81	231	315
MP/SC	-	-	-	-
MP/SE	-	-	-	-
MP/SP	-	-	-	-
MP/TO	-	-	7	4
MPDFT	-	-	-	-
MPF	-	-	-	-
TOTAL GERAL	290	329	5.608	3.093

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

Na Tabela 32, analisam-se as ações propostas pelo Ministério Público e os pareceres referentes ao controle de constitucionalidade abstrato nos anos de 2010 e 2011. Pode-se observar que houve aumento no volume total de ações de controle de constitucionalidade abstrato proposto por todas as Unidades do Ministério Público Estadual e MPU. Foram 290 ações em 2010 e 329 em 2011, crescimento de 13,4% no seu volume. Já a quantidade de pareceres apresentou redução, tendo sido registrados 3.093 pareceres em 2011 contra 5.608 em 2010, diminuição de aproximadamente 45%.

Tabela 33 – Anexo Criminal Militar – Inquéritos Policiais/Notícias Criminais. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP		BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA		ARQUIVADOS		DENÚNCIAS OFERECIDAS	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/AC	12.428	15.618	2.909	3.302	1.669	1.825	2.249	4.108
MP/AL	11.024	16.930	4.150	10.924	1.070	1.237	610	3.963
MP/AM	7.907	8.958	1.265	848	1.009	1.048	215	7.824
MP/AP	4.083	11.888	2.185	4.914	240	908	437	4.033
MP/BA	39.737	54.940	10.917	13.541	5.993	7.683	2.081	21.905
MP/CE	24.678	46.815	9.856	18.533	4.635	9.646	1.068	21.760
MP/ES	40.353	111.635	18.743	54.755	4.803	10.744	1.408	28.145
MP/GO	-	49.496	-	6.815	-	5.576	-	17.989
MP/MA	13.959	12.875	3.648	4.895	946	570	2.714	6.746
MP/MG	510.679	407.366	507.201	512.253	55.188	41.973	2.617	56.385

Continua



Continuação

UNIDADE	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP		BAIXADOS À ORIGEM PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIA		ARQUIVADOS		DENÚNCIAS OFERECIDAS	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/MS	103.463	66.389	64.192	55.170	8.794	9.386	1.216	13.449
MP/MT	110.421	198.124	49.360	72.192	5.514	11.660	-	40.213
MP/PA	44.872	83.982	11.127	21.810	4.658	5.906	1.118	29.774
MP/PB	15.059	18.006	6.605	9.449	1.180	1.391	973	5.995
MP/PE	-	46.534	-	17.614	-	8.524	-	20.543
MP/PI	5.379	7.536	1.445	2.228	727	873	261	3.091
MP/PR	110.018	256.990	92.618	197.805	15.412	19.954	8.783	25.853
MP/RJ	-	586.702	-	506.527	74.165	156.359	4.135	40.577
MP/RN	13.226	17.822	5.719	40.521	1.263	2.986	190	9.992
MP/RO	30.476	84.861	16.912	45.767	7.903	4.119	-	7.334
MP/RR	25.002	40.281	16.060	31.887	971	1.578	719	2.432
MP/RS	292.437	202.265	33.889	21.665	96.231	61.272	1.584	31.926
MP/SC	114.623	246.555	29.636	52.892	10.802	22.802	-	57.586
MP/SE	12.243	9.781	3.428	2.321	2.551	2.364	493	4.150
MP/SP	1.562.981	1.408.236	110.071	92.937	127.600	117.851	55.968	191.104
MP/TO	8.900	14.506	124	330	1.057	1.393	2	4.217
MPDFT	109.084	90.927	55.807	46.784	9.697	7.494	12	8.178
MPF	-	399.546	-	203.971	-	48.539	-	24.023
TOTAL GERAL	3.223.032	4.515.564	1.057.867	2.052.650	444.078	565.661	88.853	693.295

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

Na Tabela 33, analisam-se os inquéritos policiais/notícias criminais, considerando a quantidade de recebidos ou requisitados pelo Ministério Público, de baixados à origem para realização de diligência, de arquivados e de denúncias oferecidas, nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE e MPF que informaram apenas a quantidade de inquéritos policiais/notícias criminais, considerando a quantidade de recebidos ou requisitados pelo Ministério Público, de baixados à origem para realização de diligência, de arquivados e de denúncias oferecidas em 2011, influenciando diretamente no aumento em relação ao ano anterior do total geral desses processos. O MP/RJ não informou os dados de 2010 para a quantidade de inquéritos policiais/notícias criminais recebidos ou requisitados pelo Ministério Público e de baixados à origem para realização de diligência.

Analizando os inquéritos policiais/notícias criminais recebidos ou requisitados por todas as Unidades do Ministério Público Estadual e pelo MPU, observa-se que em 2011 houve um crescimento de cerca de 40% no seu volume em comparação com 2010. No entanto, alguns MPs registraram redução em 2011 nessa quantidade: MP/MA, MP/MG, MP/MS, MP/RS, MP/SE, MP/SP e MPDFT.



Já considerando a soma total de inquéritos policiais/notícias criminais baixados à origem para realização de diligências, percebe-se um aumento de 94% no volume dessas ações em relação ao ano anterior: foram 1.057.867 diligências em 2010 e 2.052.650 em 2011. Entretanto, apesar do aumento observado, vários MPs fizeram menos diligências em 2011 que em 2010. São eles: MP/AM, MP/MS, MP/RS, MP/SE, MP/SP e MPDFT.

Os inquéritos policiais/notícias criminais arquivados por todas as Unidades do Ministério Público Estadual e pelo MPU em 2011 registraram aumento de 27,4% em comparação ao ano de 2010, cerca de 110 mil arquivamentos a mais. Apesar desse crescimento no volume de arquivamentos, sete MPs registraram diminuição dessa ocorrência em 2011. São eles: MP/MA, MP/MG, MP/RO, MP/RS, MP/SE, MP/SP e MPDFT.

Por último, analisando as denúncias oferecidas de inquéritos policiais/notícias criminais em todo o Ministério Público brasileiro, nota-se que o volume em 2011 foi quase oito vezes maior que em 2010, o maior aumento dentre todas as categorias relacionadas aos inquéritos policiais e notícias criminais, passando de 88.853 denúncias em 2010 para 693.295 em 2011. E nenhum MP registrou diminuição em 2011.

Tabela 34 – Anexo Criminal – Termos Circunstanciados. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP	
	2010	2011
MP/AC	2.253	2.235
MP/AL	2.770	2.672
MP/AM	6.017	2.711
MP/AP	6.125	11.094
MP/BA	31.848	45.714
MP/CE	8.849	15.909
MP/ES	35.502	86.698
MP/GO	-	29.590
MP/MA	-	-
MP/MG	238.347	204.059
MP/MS	60.885	53.795
MP/MT	27.515	73.928
MP/PA	23.249	38.920
MP/PB	5.088	5.439
MP/PE	-	35.487
MP/PI	2.171	3.664
MP/PR	38.102	62.690
MP/RJ	-	372.961
MP/RN	8.183	13.480
MP/RO	4.373	8.341
MP/RR	11.697	13.438

Continua



Continuação

UNIDADE	RECEBIDOS OU REQUISITADOS PELO MP	
	2010	2011
MP/RS	307.922	192.840
MP/SC	-	-
MP/SE	8.628	9.861
MP/SP	856.254	811.432
MP/TO	9.439	11.401
MPDFT	58.214	61.413
MPF	-	6.535
TOTAL GERAL	1.753.431	2.176.307

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

Na Tabela 34, são analisados os termos circunstanciados recebidos e requisitados pelo Ministério Público nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE, MP/RJ e MPF que informaram apenas a quantidade de termos circunstanciados recebidos e requisitados em 2011, influenciando diretamente no aumento em relação ao ano anterior do total geral desses termos. Além disso, não há informação da quantidade de termos circunstanciados dos Ministérios Públicos do Maranhão e de Santa Catarina nos dois anos (2010 e 2011).

Dessa forma, observa-se que houve aumento no número de termos circunstanciados recebidos e requisitados por todos os MPs e MPU de 24,1% em 2011 em relação ao ano de 2010, cerca de 420 mil termos a mais.

Apesar do total de termos circunstanciados recebidos no Brasil terem aumentado, alguns MPs registraram diminuição no seu volume. São eles: MP/AC, MP/AL, MP/AM, MP/MG, MP/MS, MP/RS e MP/SP.

Tabela 35 – Anexo Infância e Juventude – Área dos Atos Infracionais. (*)

UNIDADE	BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS		BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS ARQUIVADAS SEM CONCESSÃO DE REMISSÃO		REPRESENTAÇÕES DE ATOS INFRACIONAIS OFERECIDAS		REMISSÕES CONCEDIDAS PELO MP	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/AC	1.447	1.961	44	77	587	848	1.351	1.233
MP/AL	786	1.044	79	50	557	658	219	195
MP/AM	847	586	82	432	540	1.511	450	979
MP/AP	887	1.547	28	53	574	905	279	830
MP/BA	8.361	8.786	650	685	4.528	4.924	2.146	2.871

Continua

Continuação

UNIDADE	BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS DE ATOS INFRACIONAIS RECEBIDOS		BOLETINS DE OCORRÊNCIAS E OUTRAS NOTÍCIAS ARQUIVADAS SEM CONCESSÃO DE REMISSÃO		REPRESENTAÇÕES DE ATOS INFRACIONAIS OFERECIDAS		REMISSÕES CONCEDIDAS PELO MP	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/CE	5.345	4.044	331	212	2.283	1.679	2.640	4.312
MP/ES	4.688	6.196	281	353	3.895	4.722	1.162	2.943
MP/GO	-	10.583	-	819	-	2.615	-	3.929
MP/MA	898	801	118	59	603	521	614	652
MP/MG	3.867	5.442	12.170	8.877	11.631	7.324	23.947	20.052
MP/MS	10.865	10.006	1.397	1.410	2.610	2.414	2.951	2.990
MP/MT	5.250	19.247	98	222	881	2.259	1.676	2.830
MP/PA	5.014	4.177	215	186	2.654	2.315	1.012	1.790
MP/PB	1.257	2.105	128	133	919	1.611	907	1.252
MP/PE	-	13.712	-	775	-	2.944	-	2.058
MP/PI	803	466	21	10	511	186	530	342
MP/PR	9.386	19.526	2.250	1.797	2.541	3.239	5.982	8.172
MP/RJ	-	13.509	-	1.966	2.641	4.830	834	1.619
MP/RN	10.180	66	42	35	808	2.677	426	2.665
MP/RO	5.044	5.259	856	530	1.878	1.510	1.843	1.396
MP/RR	1.308	888	17	2	79	92	1.442	1.441
MP/RS	38.114	24.158	7.263	4.914	7.106	4.543	8.254	4.591
MP/SC	19.710	20.082	1.716	1.647	2.562	3.001	5.981	12.039
MP/SE	1.511	770	114	45	795	394	351	359
MP/SP	109.989	99.990	11.935	11.812	3.299	20.555	26.839	23.078
MP/TO	1.796	2.703	71	94	562	892	739	824
MPDFT	-	-	-	-	2.241	2.215	3.383	3.672
MPF	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	247.353	277.654	39.906	37.195	57.285	81.384	95.958	109.114

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPT nem ao MPM.

Na Tabela 35, são analisadas as áreas dos atos infracionais nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE, MP/RJ e MPDFT que informaram apenas a quantidade das áreas dos atos infracionais em 2011, influenciando diretamente nas variações em relação ao ano anterior do total geral dessas áreas. Além disso, não há informação dessas quantidades para o Ministério Público Federal em 2010 e 2011.



Através da análise dos boletins de ocorrências e outras notícias de atos infracionais recebidos, percebe-se que houve um crescimento de 12,3% em 2011 no total geral de boletins em relação a 2010. Apesar do crescimento registrado no total geral, houve algumas Unidades do Ministério Público Estadual que registraram diminuição no seu volume. São elas: MP/AM, MP/CE, MP/MA, MP/MS, MP/PA, MP/PI, MP/RN, MP/RR, MP/RS, MP/SE e MP/SP.

Analizando os arquivamentos sem concessão de remissão dos boletins de ocorrências e outras notícias de atos infracionais, observa-se que houve redução no total geral de arquivados: cerca de 2.700 (6,8%) a menos que em 2010.

Em relação às representações de atos infracionais oferecidas, registrou-se um aumento de 42,1% no total geral em 2011 em comparação com 2010, cerca de 25 mil representações a mais que no ano anterior. No entanto, algumas Unidades do Ministério Público registraram diminuição nesse volume de representações. São elas: MP/CE, MP/MA, MP/MG, MP/MS, MP/PA, MP/PI, MP/RO, MP/RS, MP/SE e MPDFT.

Por fim, tem-se que as remissões concedidas pelo Ministério Público registraram aumento de 13,7% em 2011 em relação ao ano de 2010, com cerca de 13 mil remissões a mais. Vale destacar que apesar do aumento no total geral, algumas Unidades registraram diminuição nesse volume de representações. São elas: MP/AC, MP/AL, MP/MG, MP/PI, MP/RO, MP/RR, MP/RS e MP/SP. No entanto, destaca-se o MP/RN como aquele que registrou o maior crescimento no volume de representações em relação ao ano de 2010.

Tabela 36 – Anexo Criminal – Processos Criminais no Primeiro Grau. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	17.417	20.445	14.740	19.760
MP/AL	12.987	12.798	11.818	14.381
MP/AM	15.760	19.683	22.998	35.996
MP/AP	12.108	41.322	14.039	49.463
MP/BA	69.548	88.449	67.211	77.888
MP/CE	30.528	53.535	43.068	77.848
MP/ES	81.736	206.914	81.297	205.356
MP/GO	-	104.585	-	83.239
MP/MA	14.764	15.759	14.388	15.446
MP/MG	309.604	273.649	281.595	274.218
MP/MS	177.142	163.449	165.273	155.779
MP/MT	91.933	185.435	74.780	178.537
MP/PA	70.483	114.106	55.932	86.264
MP/PB	10.746	11.321	13.293	13.257
MP/PE	-	65.869	-	69.985
MP/PI	5.893	8.246	4.815	7.728
MP/PR	60.164	256.088	110.636	253.151
MP/RJ	-	834.089	-	416.717

Continua

Continuação

UNIDADE	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/RN	13.623	18.860	13.445	17.253
MP/RO	38.122	43.468	72.795	47.348
MP/RR	25.759	46.951	26.220	46.688
MP/RS	467.848	342.633	369.075	265.894
MP/SC	311.293	620.942	310.693	565.790
MP/SE	41.308	748.077	42.963	62.916
MP/SP	1.339.238	1.251.291	1.410.051	1.327.943
MP/TO	10.612	12.357	10.525	12.605
MPDFT	222.564	206.296	112.652	101.567
MPF	-	225.299	-	227.970
TOTAL GERAL	3.451.180	5.991.916	3.344.302	4.710.987

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPCInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

Na Tabela 36, analisam-se os processos criminais no Primeiro Grau que foram recebidos ou instaurados pelo Ministério Público e que tiveram manifestação nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE, MP/RJ e MPF que informaram apenas a quantidade de processos criminais no Primeiro Grau que foram recebidos ou instaurados pelo MP e que tiveram manifestação no ano de 2011, influenciando diretamente no aumento em relação ao ano anterior do total geral desses processos.

Dado o total de processos criminais no Primeiro Grau recebidos ou instaurados em todo o Ministério Público brasileiro em 2011, observa-se aumento de 73,6% no seu volume em relação ao ano de 2010. Em 2011, vale destacar que as Unidades que registraram redução no volume de recebimento de processos cíveis no Primeiro Grau em comparação ao ano anterior foram: MP/AL, MP/MG, MP/MS, MP/RS, MP/SP e MPDFT.

Já em relação ao total de manifestações de processos criminais no Primeiro Grau em todas as Unidades do Ministério Público Estadual e no MPU, observa-se também aumento no volume de ocorrências, passando de 3.344.302 em 2010 para 4.710.987 manifestações em 2011, crescimento de cerca de 40%. No entanto, destaca-se que em 2011 os MPs que apresentaram redução no volume de manifestação em relação a 2010 foram: MP/MG, MP/MS, MP/PB, MP/RO, MP/RS, MP/SP e MPDFT.



Tabela 37 – Anexo Criminal – Processos Criminais no Segundo Grau. (*)

UNIDADE	RECEBIDOS OU INSTAURADOS PELO MP		TOTAL DE MANIFESTAÇÕES	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	1.605	2.880	1.498	2.514
MP/AL	1.019	879	964	671
MP/AM	1.041	1.468	1.431	2.968
MP/AP	1.095	3.664	1.288	4.391
MP/BA	9.502	8.727	9.063	8.576
MP/CE	3.273	4.811	3.917	6.645
MP/ES	3.265	10.234	3.812	10.386
MP/GO	-	7.709	-	7.416
MP/MA	632	271	436	243
MP/MG	46	15.027	-	-
MP/MS	6.316	5.365	6.783	5.726
MP/MT	4.155	9.530	3.656	8.692
MP/PA	3.813	7.964	3.908	7.744
MP/PB	1.649	1.287	1.821	1.296
MP/PE	-	5.991	-	6.035
MP/PI	536	1.108	504	838
MP/PR	14.640	14.860	11.027	14.860
MP/RJ	-	38.600	-	36.080
MP/RN	-	-	-	-
MP/RO	4.972	8.115	7.025	8.685
MP/RR	724	4.228	667	2.497
MP/RS	43.149	38.977	43.102	38.406
MP/SC	9.937	21.385	9.632	20.159
MP/SE	3.710	3.198	3.300	3.039
MP/SP	-	-	-	-
MP/TO	1.848	2.781	1.847	2.727
MPDFT	14.596	17.000	5.008	9.713
MPF	-	-	-	-
TOTAL GERAL	131.523	236.059	120.689	210.307

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

Na Tabela 37, analisam-se os processos criminais no Segundo Grau que foram recebidos ou instaurados pelo Ministério Público e que tiveram manifestação nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE e MP/RJ que informaram apenas a quantidade de processos criminais no Segundo Grau que foram recebidos ou instaurados pelo MP e que tiveram manifestação no ano de 2011, influenciando diretamente no aumento em relação ao ano anterior do total geral desses processos. Além disso, não há informação dessas quantidades para os Ministérios Públicos de Minas Gerais (apenas para as manifestações), do Rio Grande do Norte, São Paulo e Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Dado o total de processos criminais no Segundo Grau recebidos ou instaurados em todo o Ministério P\xfublico brasileiro em 2011, observa-se aumento de 79,5% no seu volume em rela\u00e7\u00e3o ao ano de 2010. Em 2011, vale destacar que as Unidades que registraram redu\u00e7\u00e3o no volume de recebimento de processos c\u00edveis no Segundo Grau em compara\u00e7\u00e3o ao ano anterior foram: MP/AL, MP/BA, MP/MA, MP/MS, MP/PB, MP/RS e MP/SE.

J\u00e1 em rela\u00e7\u00e3o ao total de manifesta\u00e7\u00e3es de processos criminais no Segundo Grau em todas as Unidades do Minist\u00e9rio P\xfublico Estadual e no MPU, observa-se aumento no seu volume, passando de 120.689 em 2010 para 210.307 manifesta\u00e7\u00e3es em 2011, crescimento de 74,3%. Entretanto, alguns MPs apresentaram redu\u00e7\u00e3o no volume de manifesta\u00e7\u00e3o em rela\u00e7\u00e3o a 2010. S\u00e3o eles: MP/AL, MP/BA, MP/MA, MP/MS, MP/PB, MP/RS e MP/SE.

Tabela 38 – Anexo Criminal – Suspensões Condicionais do Processo Efetivadas (em qualquer grau de jurisdição). (*)

UNIDADE	2010	2011
MP/AC	207	214
MP/AL	526	800
MP/AM	153	-
MP/AP	301	708
MP/BA	1.406	1.359
MP/CE	572	1.546
MP/ES	1.793	3.303
MP/GO	-	563
MP/MA	263	144
MP/MG	9.703	4.551
MP/MS	1.198	1.432
MP/MT	185	80
MP/PA	397	810
MP/PB	5	-
MP/PE	-	489
MP/PI	440	345
MP/PR	906	6.640
MP/RJ	-	3.758
MP/RN	734	2.047
MP/RO	-	-
MP/RR	219	422
MP/RS	4.631	2.561
MP/SC	8.532	14.924
MP/SE	411	523
MP/SP	121.403	26.202
MP/TO	174	207
MPDFT	205	66
MPF	-	-
TOTAL GERAL	154.364	73.694

Fonte: Resolu\u00e7\u00e3o n\u00ba 74 – Sistema CNMPInd - N\u00edcleo de A\u00e7\u00e3o Estrat\u00e9gica (NAE).

(Data de corte das informa\u00e7\u00e3es do Relat\u00f3rio: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Question\u00e1rio n\u00ao \u00e9 aplic\u00e1vel ao MPM nem ao MPT.



Na Tabela 38, analisam-se as suspensões condicionais do processo efetivadas (em qualquer grau de jurisdição) nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO e MP/PE que informaram apenas a quantidade de suspensões no ano de 2011. Além disso, não há informação dessas quantidades para os Ministérios Públicos de Rondônia e Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Observou-se uma redução de 52,3% no volume de suspensões condicionais do processo efetivadas em relação ao ano de 2010.

Tabela 39 – Anexo Infância e Juventude – Processos Recebidos. (*)

UNIDADE	NO PRIMEIRO GRAU		NO SEGUNDO GRAU	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	3.642	6.697	14	11
MP/AL	4.185	7.669	40	-
MP/AM	1.635	439	-	-
MP/AP	3.326	6.896	10	17
MP/BA	14.040	15.026	121	230
MP/CE	8.863	8.152	24	28
MP/ES	35.004	32.545	220	322
MP/GO	-	12.377	-	458
MP/MA	1.015	485	-	66
MP/MG	119.590	94.213	-	169
MP/MS	24.470	27.712	118	9
MP/MT	7.886	1.541	130	397
MP/PA	25.048	14.872	238	37
MP/PB	4.038	3.601	3	1
MP/PE	-	2.406	-	-
MP/PI	1.893	1.783	-	-
MP/PR	22.860	61.120	305	411
MP/RJ	85.182	159.056	-	-
MP/RN	8.692	6.108	-	-
MP/RO	9.882	12.931	48	104
MP/RR	7.444	6.896	715	26
MP/RS	108.329	74.292	-	-
MP/SC	66.580	66.097	-	-
MP/SE	8.466	5.493	-	-
MP/SP	560.380	520.992	-	-
MP/TO	3.341	2.684	-	-
MPDFT	48.929	39.890	230	297
MPF	-	-	-	-
TOTAL GERAL	1.184.720	1.191.973	2.216	2.583

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPlnd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.

Na Tabela 39, analisam-se os processos recebidos no Primeiro e Segundo Graus nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO e MP/PE que informaram apenas a quantidade de processos recebidos no Primeiro e Segundo Graus no ano de 2011. Além disso, não há informação desses processos para o Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Em relação ao total de processos recebidos no Primeiro e Segundo Graus, em todo o Ministério P\xfublico brasileiro em 2011, observou-se um aumento da quantidade de processos comparado ao ano de 2010 para ambos os graus, em 0,6% e 16,6%, respectivamente.

Tabela 40 – Anexo Infânci\xe1 e Juventude – Processos Analisados. (*)

UNIDADE	NO PRIMEIRO GRAU		NO SEGUNDO GRAU	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	3.321	6.256	12	11
MP/AL	4.151	5.186	45	-
MP/AM	2.352	2.924	-	2
MP/AP	3.187	6.778	10	25
MP/BA	17.148	18.366	125	230
MP/CE	10.034	8.867	7	139
MP/ES	33.020	28.881	119	160
MP/GO	-	10.203	-	453
MP/MA	1.070	594	-	61
MP/MG	119.396	94.051	-	177
MP/MS	24.020	27.333	136	9
MP/MT	8.081	6.565	117	388
MP/PA	7	13.963	-	7
MP/PB	3.736	3.304	2	1
MP/PE	-	2.406	-	-
MP/PI	1.874	1.600	-	-
MP/PR	30.928	60.522	305	411
MP/RJ	-	157.242	-	-
MP/RN	9.298	6.111	-	-
MP/RO	9.758	11.135	45	94
MP/RR	6.470	7.377	1	26
MP/RS	85.068	57.304	-	-
MP/SC	49.588	53.602	-	-
MP/SE	8.614	5.162	-	-
MP/SP	560.380	520.992	-	-
MP/TO	3.131	2.909	-	-
MPDFT	48.144	39.388	264	362
MPF	-	-	-	-
TOTAL GERAL	1.042.776	1.159.021	1.188	2.556

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.



Na Tabela 40, analisam-se os processos analisados no Primeiro e Segundo Graus, nos anos de 2010 e 2011. Chama-se atenção para o MP/GO, MP/PE e MP/RJ que informaram apenas a quantidade de processos analisados no Primeiro e Segundo Graus no ano de 2011. Além disso, não há informação desses processos para o Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Em relação ao total de processos analisados no Primeiro e Segundo Graus, em todo o Ministério Público brasileiro em 2011, observou-se um aumento da quantidade de processos comparado ao ano de 2010 para ambos os graus, em 11,1% e 115,2%, respectivamente.

Tabela 41 – Anexo Infância e Juventude – Defesa dos Direitos Transindividuais. (Inquéritos Civis/Procedimentos Preparatórios). (*)

UNIDADE	INSTAURADOS		ARQUIVADOS			
			SEM AJUSTAMENTO DE CONDUTA		COM AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
MP/AC	370	46	119	25	13	-
MP/AL	10	21	-	8	9	7
MP/AM	14	5	-	-	-	-
MP/AP	178	503	47	81	1	1
MP/BA	3.940	4.252	296	224	1.433	1.781
MP/CE	63	59	18	14	1	3
MP/ES	272	273	124	83	76	112
MP/GO	-	-	-	-	-	-
MP/MA	193	269	8	-	11	-
MP/MG	1.034	557	935	248	-	-
MP/MS	281	282	82	30	17	7
MP/MT	418	232	1.203	856	72	32
MP/PA	179	140	101	73	-	8
MP/PB	152	190	42	103	15	55
MP/PE	-	582	-	79	-	88
MP/PI	27	100	10	1	1	2
MP/PR	1.084	381	188	26	8	2
MP/RJ	312	787	170	321	4	7
MP/RN	294	1.347	1	33	4	4
MP/RO	159	382	153	11	5	-
MP/RR	-	16	8	18	-	-
MP/RS	4.216	2.957	1.614	1.632	151	19
MP/SC	3.914	2.617	1.073	1.219	7	60
MP/SE	149	86	37	15	3	-
MP/SP	-	-	-	-	-	-
MP/TO	1	-	-	-	-	-
MPDFT	284	279	437	214	-	125
MPF	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	17.544	16.363	6.666	5.314	1.831	2.313

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.



Na Tabela 41, analisam-se os inquéritos civis/procedimentos preparatórios referentes à defesa dos direitos transindividuais da área da infância e juventude, considerando a quantidade de instaurados, de arquivados sem ou com ajustamento de conduta, nos anos de 2010 e 2011. Além disso, não há informação desses inquéritos para os Ministérios Públicos de Goiás, de São Paulo e Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Analizando os inquéritos civis/procedimentos preparatórios referentes à defesa dos direitos transindividuais da área da infância e juventude, considerando a quantidade de instaurados, de arquivados sem ou com ajustamento de conduta por todas as Unidades do Ministério Público Estadual e pelo MPU, observa-se que em 2011 houve diminuição no volume total de inquéritos instaurados e de arquivados sem ajustamento de conduta em comparação com 2010, de 6,7% e 20,3%, respectivamente. Já a quantidade total de inquéritos arquivados com ajustamento de conduta registrou aumento de 26,3% no mesmo período.

Tabela 42 – Anexo Infância e Juventude – Defesa dos Direitos Transindividuais (Ações Civis Ajuizadas e Visitas a Unidades de Atendimento Socioeducativo). (*)

UNIDADE	AÇÕES CIVIS AJUIZADAS		VISITAS A UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	
	2010	2011	2010	2011
MP/AC	51	23	45	57
MP/AL	44	52	22	15
MP/AM	81	220	-	-
MP/AP	67	238	52	150
MP/BA	1.251	1.254	105	121
MP/CE	573	533	62	59
MP/ES	1.314	3.018	27	107
MP/GO	-	3.098	-	379
MP/MA	1.907	1.468	-	-
MP/MG	2.716	2.623	325	232
MP/MS	369	504	86	90
MP/MT	738	1.656	30	14
MP/PA	444	596	61	39
MP/PB	95	183	23	21
MP/PE	-	372	-	60
MP/PI	2.817	229	6	19
MP/PR	2.742	206	348	2
MP/RJ	420	720	8	58
MP/RN	88	1.158	16	188
MP/RO	19	3	64	18
MP/RR	17	14	4	3
MP/RS	18.202	2.462	133	82
MP/SC	1.252	2.135	90	292
MP/SE	310	391	14	6
MP/SP	2.687	1.982	751	750
MP/TO	16	60	6	7
MPDFT	-	12	7	-
MPF	-		-	
TOTAL GERAL	38.220	25.210	2.285	2.769

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário não é aplicável ao MPM nem ao MPT.



Na Tabela 42, analisam-se as ações civis ajuizadas e as visitas a unidades de atendimento socioeducativo nos anos de 2010 e 2011. Além disso, observa-se que não há informação dessas ocorrências para o Ministério Público Federal em 2010 e 2011.

Analizando as ações civis ajuizadas e as visitas a unidades de atendimento socioeducativo para todas as Unidades do Ministério Público Estadual e pelo MPU, observa-se que em 2011 houve diminuição de 34% no volume total de ações civis em comparação com 2010. Já a quantidade total de visitas a unidades de atendimento socioeducativo registrou aumento de 21,2% no mesmo período.

Tabela 43 – Anexo Trabalhista. (*)

MPT		2010	2011	VARIAÇÃO 2011/2010
Inquéritos Civis/ Procedimentos Preparatórios	Instaurados	29.685	30.160	1,60%
	Arquivados	Sem Ajustamento de Conduta	18.142	-7,12%
		Com Ajustamento de Conduta	3.625	-24,44%
	Ação Ajuizada	2.368	2.211	-6,63%
Processos Recebidos	No Primeiro Grau	6.848	9.129	33,31%
	No Segundo Grau	154.845	145.285	-6,17%
	No Órgão do MPT que atua perante Tribunal Superior	23.516	27.077	15,14%

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário é aplicável apenas ao MPT.

Tabela 44 – Anexo Criminal Militar. (*)

MPM		2010	2011	VARIAÇÃO 2011/2010
Inquéritos Policiais/ Notícias Criminais	Recebidos ou requisitados pelo MP no mês	11.917	12.437	4,36%
	Baixados à origem para realização de diligência	4.962	4.733	-4,62%
	Arquivados	1.699	1.463	-13,89%
	Denúncias oferecidas no mês	1.117	1.367	22,38%
Processos Criminais no Primeiro Grau	Recebidos ou instaurados pelo MP no mês	10.455	9.731	-6,92%
	Arquivados	198	218	10,10%
Processos Criminais no Órgão do MP que atua perante Tribunais Superiores	Recebidos ou instaurados pelo MP no mês	1.535	2.389	55,64%
	Arquivados	-	327	-
Atos de Controle Externo da Atividade Policial	Visitas a estabelecimentos prisionais	110	180	63,64%
	Procedimentos investigativos instaurados	116	216	86,21%
	Recomendações expedidas	55	73	32,73%
	Denúncias oferecidas	65	53	-18,46%

Fonte: Resolução nº 74 – Sistema CNMPInd - Núcleo de Ação Estratégica (NAE).

(Data de corte das informações do Relatório: 30 de novembro de 2011).

Obs.: (*) Questionário é aplicável apenas ao MPM.



II – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o ano de 2011 o Conselho Nacional do Ministério Público prosseguiu em sua jornada rumo à eficiência administrativa e ao cumprimento de sua missão constitucional.

Desde a sua instalação, em 2005, até os dias atuais, o CNMP tem conseguido exercer o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros. Os dados acima coligidos demonstram uma evolução constante na atuação do Conselho.

Não obstante, o ano de 2011 apresentou uma melhora sem precedentes devido à profissionalização dos quadros administrativos e ao lançamento do planejamento estratégico, ações que desencadearam um significativo incremento nas condições de trabalho da atuação finalística do órgão, com reflexos em resultados palpáveis e objetivos da atuação do Conselho.

Novamente, o horizonte que se aproxima para 2012 é ainda mais desafiador, na medida em que a realização do planejamento estratégico nacional do Ministério Público brasileiro deve buscar o alinhamento de todos os ramos e o estabelecimento de metas de atuação conjuntas.



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Geral
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Este livro foi composto na família Minion
e impresso em offset sobre papel
Couchê Fosco 120g/m², em janeiro de 2012.



GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA